



Braz Baracuhy, diplomata de carreira, é ministro-conselheiro na Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi diretor-adjunto de planejamento diplomático do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, chefe da divisão de agricultura do Itamaraty, negociador comercial do Brasil na Rodada Doha e professor do Instituto Rio Branco (IRBr). Serviu em Pequim, Genebra e Lima. Participou do Programa de Grande Estratégia da Universidade de Yale e estudou Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no IRBr e na London School of Economics. Recebeu o “Prêmio Araújo Castro” (2003) pelo 1º lugar no mestrado em diplomacia do IRBr. É membro do International Institute for Strategic Studies (IISS).

A Geopolítica é um campo essencial do pensamento estratégico. A presente edição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) reúne textos que resgatam os fundamentos do pensamento geopolítico clássico de Mahan, Mackinder e Spykman. De modo igualmente relevante, a coleção procura sublinhar a importância da geopolítica para o estudo e a prática da política externa – não apenas para um dos seus domínios, o militar, mas, sobretudo, para o domínio central da política exterior: a diplomacia. A geopolítica serve, sobretudo, para orientar a formulação estratégica e a condução da política externa. Mapas geopolíticos, ontem e hoje, retratam e sintetizam algo essencial e permanente sobre a política mundial.

*“As great power competition reemerges on a global scale, there is no better time to revisit the lessons of classical geopolitics. In this important volume, Braz Baracuhy does more than revisit the wisdom of historical scholarship. He deftly adapts it to today’s complex realities.”*

Dr. Parag Khanna, author of *Connectography* and *The Future is Asian*



OS FUNDAMENTOS DA  
GEOPOLÍTICA CLÁSSICA:  
MAHAN, MACKINDER, SPYKMAN

Braz Baracuhy (Organizador)

coleção  
RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

coleção  
RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

Braz Baracuhy  
(Organizador)

## OS FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA: MAHAN, MACKINDER, SPYKMAN

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Geopolítica é um campo essencial do pensamento estratégico. A análise geopolítica fornece um retrato conceitual da política do poder e de suas tendências no mapa-múndi. O mapa geopolítico constitui um mapa prático da política internacional.

A presente edição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) reúne textos que resgatam os fundamentos do pensamento geopolítico clássico. Alfred Mahan (1840-1914), Halford Mackinder (1861-1947) e Nicholas Spykman (1893-1943) são os “Founding Fathers” da Geopolítica Clássica e aqueles cujos escritos permanecem centrais para compreender importantes aspectos da realidade internacional de hoje: a competição bipolar entre grandes potências na Eurásia, a Nova Rota da Seda e o Indo-Pacífico, a conformação de um Mediterrâneo Chinês, o papel do Hemisfério Ocidental na geoestratégia global.

A coleção aqui reunida, organizada por Braz Baracuhy, com uma introdução que busca colocar em perspectiva o legado intelectual dos autores no contexto mais amplo do estudo das Relações Internacionais, sublinha a importância da Geopolítica como instrumento analítico indispensável a todos os funcionários de Estado – em particular, aqueles que cuidam da paz e da guerra entre as nações – e aos que buscam compreender a complexidade das relações internacionais contemporâneas.

Braz Baracuhy  
(Organizador)



---

OS FUNDAMENTOS DA  
GEOPOLÍTICA CLÁSSICA:  
MAHAN, MACKINDER, SPYKMAN

---

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

coleção | RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

**OS FUNDAMENTOS DA  
GEOPOLÍTICA CLÁSSICA:  
MAHAN, MACKINDER, SPYKMAN**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado  
Secretário-Geral

Embaixador Carlos Alberto Franco França  
Embaixador Fernando Simas Magalhães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixadora Márcia Loureiro

Centro de História e  
Documentação Diplomática

Diretor

Embaixador Gelson Fonseca Junior

Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais

Diretor

Ministro Almir Lima Nascimento

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

BRAZ BARACUHY  
(organizador)

**OS FUNDAMENTOS DA  
GEOPOLÍTICA CLÁSSICA:  
MAHAN, MACKINDER, SPYKMAN**



Brasília – 2021

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília-DF  
Tel.: (61)2030-9117/9128  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@funag.gov.br](mailto:funag@funag.gov.br)

**Equipe Técnica:**

Acauã Lucas Leotta  
Gabriela Del Rio de Rezende  
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho  
Rafael de Souza Pavão  
Rogério de Souza Farias

**Tradução:**

Fundação Alexandre de Gusmão

**Revisão:**

Guilherme Monteiro

**Programação Visual e Diagramação:**

Denivon Cordeiro de Carvalho

**Capa:**

Henri de Braekeleer. O geógrafo, 1871, óleo sobre tela. Museu Reais de Belas-Artes da Bélgica, Bruxelas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

---

F981 Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman /  
Organizador Braz Baracuhy. – Brasília, DF: FUNAG, 2021.

580 p. : il. ; 15,5 x 22,5 cm – (Relações Internacionais)

ISBN 978-65-87083-88-9

1. Geopolítica. 2. Políticas internacionais. 3. Relações exteriores. I. Baracuhy, Braz.  
II. Série.

CDD 320.12

---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422  
Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

## Sumário

Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman .....	11
---	----

### Alfred Thayer Mahan

A influência do poder naval sobre a história .....	55
Os Estados Unidos observando o exterior.....	131
O futuro em face ao poder naval americano .....	147
Uma perspectiva do século XX .....	169
O problema da Ásia.....	201
Efeitos das condições asiáticas sobre a política internacional.....	229

### Halford John Mackinder

Sobre o escopo e os métodos da Geografia .....	253
O pivô geográfico da história.....	283
A liberdade das nações .....	305
O mundo global e a paz vitoriosa.....	335

### Nicholas John Spykman

Geografia e política externa, I.....	353
Geografia e política externa, II .....	385

Os Estados Unidos no Hemisfério Ocidental.....	419
Da Doutrina Monroe à defesa hemisférica.....	449
Os Estados Unidos no mundo .....	481
A geografia na guerra e na paz.....	525
Mapeando o mundo.....	537
A posição do Hemisfério Ocidental.....	557



## Listagem de mapas

Mapa 1 – Pivô geográfico da história. ....	28
Mapa 2 – O <i>Rimland</i> Eurasiático de Spykman.....	34
Mapa 3 – O tabuleiro de xadrez Euroasiático. ....	38
Mapa 4 – Nova Rota da Seda.....	40
Mapa 5 – Leste Europeu antes do século XIX (com base no Atlas Físico de Berghaus).....	286
Mapa 6 – Divisão política do Leste Europeu na época da Terceira Cruzada. ....	288
Mapa 7 – Divisão política do Leste Europeu na época da acessão de Carlos V.....	290
Mapa 8 – Drenagem continental e ártica. ....	292
Mapa 9 – Os assentos naturais de poder. ....	301
Mapa 10 – A camada intermediária de Estados entre a Alemanha e a Rússia. ....	316
Mapa 11 – O cerco do Velho Mundo.....	500
Mapa 12 – O cerco do Novo Mundo.....	518
Mapa 13 – Projeção cônica.....	541
Mapa 14 – Projeção gnomônia.....	544
Mapa 15 – Projeção ortográfica e equidistante. ....	545
Mapa 16 – Projeção sinusoidal e projeção homalográfica de Mollweide. ....	547

Mapa 17 – Projeção de Mercator.....	548
Mapa 18 – Projeção estereográfica de Gall.....	549
Mapa 19 – Projeção de Miller .....	549
Mapa 20 – Mapa tradicional de Mercator centrado na Europa.....	550
Mapa 21 – Mapa equidistante azimutal centrado na região polar.....	552
Mapa 22 – Projeção de Miller, centrada no Hemisfério Ocidental .....	556
Mapa 23 – Projeções equidistantes Azimuthal (St. Louis, Polo Norte e Panamá) .....	558
Mapa 24 – Projeções equidistantes Azimuthal (Tóquio, Berlim, Londres e Moscou).....	559
Mapa 25 – Cerco geográfico (Checoslováquia, Polônia e Iugoslávia). .....	562
Mapa 26 – Topografia mundial.....	564
Mapa 27 – Cinturões climáticos.....	568
Mapa 28 – Distribuição pluviométrica .....	569
Mapa 29 – Centros de produção de trigo.....	569
Mapa 30 – Centros de produção de arroz .....	570
Mapa 31 – Recursos de carvão e ferro .....	571
Mapa 32 – Produção de carvão e ferro em 1937.....	572
Mapa 33 – Potenciais estimados de energia hídrica, 1936.....	573

Mapa 34 – Centros de produção de petróleo, 1939.....	573
Mapa 35 – Distribuição da densidade populacional.....	574
Mapa 36 – Produção diária de trabalho.....	576
Mapa 37 – O cerco do Hemisfério Ocidental. ....	577



## Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman<sup>1</sup>

Na década de 1930, o estrategista americano de origem holandesa Nicholas J. Spykman ensinava a seus alunos em Yale que todas as chancelarias possuem um mapa mental do mundo. Os países operam nas relações internacionais segundo um desenho geoestratégico, um mapa conceitual do poder no espaço mundial, que informa o relevo da situação internacional e indica possíveis rumos da política exterior. De acordo com o mapa-múndi, o país se localiza em relação aos seus horizontes estratégicos e aos desafios da política internacional de seu tempo. “*The specific field of geopolitics*”, indicava Spykman, “*is the field of foreign policy*”<sup>2</sup>.

A presente edição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) reúne textos essenciais que resgatam os fundamentos do pensamento geopolítico clássico. De modo igualmente relevante, a coleção procura sublinhar a importância da geopolítica para o estudo e a prática da política externa – não apenas para um dos seus domínios, o militar, mas, sobretudo, para o domínio central da política exterior, a diplomacia. A geopolítica serve, sobretudo, para

---

1 Braz Baracuh, diplomata de carreira, é ministro-conselheiro na Missão do Brasil junto à OMC em Genebra. Foi diretor-adjunto de planejamento diplomático do Itamaraty e professor do Instituto Rio Branco (IRBr).

2 SPYKMAN, 1944, p. 6.

orientar a formulação estratégica e a condução da política externa. Trata-se, portanto, de instrumento analítico indispensável a todos os funcionários de Estado – em particular, aqueles que cuidam da paz e da guerra entre as nações.

Alfred Mahan (1840-1914), Halford Mackinder (1861-1947) e Nicholas Spykman (1893-1943) são, sem dúvida, os *Founding Fathers* da Geopolítica. Sua relevância permanece viva. Professores – Mahan no Colégio Naval dos EUA; Mackinder em Oxford e na *London School of Economics*; e Spykman em Yale –, a influência de suas ideias ultrapassou, em muito, as fronteiras da academia. Os três autores foram, a seu modo, conselheiros do príncipe: Mahan dos EUA, em ascensão na virada do século XIX; Mackinder do Império Britânico, que buscava preservar seus domínios e *status* no início do século XX; Spykman dos EUA, que se afirmavam como potência mundial, diante de desafios em meados do século XX. Seus conselhos foram dados por meio de conceitos e mapas geopolíticos.

Ao contrário de teorias passageiras, modismos intelectuais e ilusões epistemológicas tão comuns no estudo das Relações Internacionais, os três iluminam a questão permanente da competição por poder e primazia no espaço internacional. Pelas mesmas razões por que nenhum estudante das Relações Internacionais pode negligenciar autores como Tucídides, Hans Morgenthau ou Kenneth Waltz, a tríade Mackinder, Mahan e Spykman fornece instrumentos conceituais e, mais ainda, uma atitude intelectual indispensável, para abordar a realidade política internacional. Os três autores revelam o método analítico da geopolítica. Por terem tocado algo essencial da política mundial, sua atualidade não diminui com o passar do tempo. Classificam-se, portanto, como “clássicos” na lição de Norberto Bobbio: “sempre atual, de modo que cada época, ou mesmo cada geração, sinta a necessidade de relê-lo e, relendo-o, de reinterpretá-lo”<sup>3</sup>.

---

3 BOBBIO, 2000, p. 130-131.

A Geopolítica pode ser entendida como o estudo e a prática da política do poder internacional definida no espaço geográfico. É um campo do pensamento e da análise estratégica. A Geopolítica se dá essencialmente na confluência entre espaço (“*geo*”) e poder (“*política*”). Como identificou Parag Khanna: “*Geopolitics is equally concerned with the geography of power (its distribution across space) and the power of geography (the significance of place)*”<sup>4</sup>.

A Geopolítica tem por objeto a interação poder-espaço na esfera internacional. Duas expressões práticas dessa relação simbiótica se mostram centrais para a análise geopolítica:

- A configuração do poder internacional e os padrões da competição entre potências, que estruturam a morfologia estratégica do espaço geográfico regional e mundial<sup>5</sup>; e
- A posição geográfica do Estado na região e no mundo, base incontornável da ação geoestratégica de sua política externa – “*the strategic management of geopolitical interests*”, na definição de Brzezinski<sup>6</sup>.

---

4 KHANNA, 2016b. Outras definições que expressam o campo da Geopolítica: “*The study of international relations from a spacial or geographic perspective.*” PARKER, 1998, p. 5; “*the essence of geopolitical analysis is the relation of international political power to the geographical setting.*” COHEN, 1964, p. 24; “*geopolitics is the map within which states, whether they perceive it correctly or not, act*” GRYGIEL, 2006, p. 35.

5 É importante ter presente, desde o início, a distinção de SPYKMAN, 1944, p. 6: “*Geopolitical regions are not geographic regions defined by a fixed and permanent topography but areas determined on the one hand by geography and on the other hand by dynamic shifts in the centers of power. This means that the struggle for power itself will bring certain areas into prominence, push others into temporary oblivion, and lead to the expansion or contraction of specific areas under consideration. In other words, the primary characteristic of any geopolitical analysis, as distinguished from a purely geographic one, is that it is dealing with a dynamic rather than a static situation.*”

6 BRZEZINSKI, 1997, p. 31. Para a Geopolítica, como para o Realismo Clássico nas Relações Internacionais, a geografia do Estado possui dois sentidos simultâneos: (i) O espaço do Estado (o território, com sua extensão e conformação física) constitui um dos elementos do poder nacional, como analisa Morgenthau: “*On the relatively stable foundation of geography the pyramid of national power rises.*” (1948, p. 111). Nesse sentido, a geografia do Estado, em conjunto com outros

O resultado da análise geopolítica é um retrato conceitual da política do poder e de suas tendências no mapa-múndi. Reflete e interpreta a realidade internacional, simplificando-a. O mapa geopolítico é um mapa prático da política internacional<sup>7</sup>.

No conjunto amplo do sistema internacional, a distribuição do poder e a competição internacional moldam os contornos do espaço geográfico. O espaço geográfico torna-se parte constitutiva da estrutura de poder internacional. É uma expressão concreta da evolução histórica do sistema internacional. A estrutura geopolítica é dinâmica e acompanha o equilíbrio de poder. À medida que mudam o poder e os interesses no sistema internacional, toma nova forma a configuração do mapa geopolítico mundial. Como observou George Friedman, “*Discovering the underlying order in the geopolitical system gives order to the political decisions made by nations. But this order is not permanent. It shifts as power shifts*”<sup>8</sup>.

---

elementos do poder nacional (por exemplo, ainda com Morgenthau, recursos naturais, capacidade industrial, preparo militar, população, caráter e moral nacional, qualidade da diplomacia e do governo), afeta sua posição relativa de poder internacional; e (ii) A posição geográfica do Estado, sua localização no espaço do globo terrestre, em relação à posição geográfica de outros Estados, compondo uma situação geográfica no conjunto dos equilíbrios geopolíticos regionais e globais, fator que concorre para as condições de segurança, estabilidade e prosperidade do Estado.

7 O geógrafo Peter Taylor defende o estudo acadêmico e a análise do que denomina “*geopolitical codes*”, isto é, “*the output of practical geopolitical reasoning*” – “*the codes or geographical frameworks*” que sintetizam “*the way in which governments conceptualize the distribution of political power beyond their boundaries as a precondition for conducting foreign policy in their special national interest*” (1993, p. 36) Além dessa prática geopolítica, os estudos geopolíticos têm ainda se concentrado, como mostra Gyula Csurgai (2019, p. 16-17) em “representações geopolíticas” (ligada a símbolos e mitos territoriais com consequências políticas) e em “projetos geopolíticos” (grandes projetos de conotação ideológica, como o “eurasianismo” de Alexander Dugin). Por suas implicações estratégicas, a análise prática da geopolítica, essencial para a condução da política exterior em todas as suas dimensões, migrou ainda para empresas e investidores internacionais, como atesta o crescente interesse em relação aos “riscos geopolíticos”, que impactam o ambiente de negócios em diferentes mercados e decisões de investimentos no longo prazo, como mostra, entre outros, Bremmer (2005) e Chipman (2016).

8 FRIEDMAN, 2019, p. 1.



Nos últimos trinta anos, duas grandes transformações estruturais mudaram a face do sistema internacional contemporâneo: a primeira foi o declínio da URSS e o fim da bipolaridade da Guerra Fria entre 1989-1991, com o triunfo de um mundo unipolar centrado nos EUA; a segunda foi a gradual ascensão da China ao longo das últimas décadas, o que criou as condições de um mundo crescentemente bipolar com a rivalidade EUA-China. Das ilusões de um “*flat world*”, em que a integração dos mercados por meio de fluxos comerciais e financeiros engendraria um mundo de paz e de prosperidade, até a surpresa com “o retorno da geopolítica”, em que potências estabelecidas e revisionistas voltavam a competir, a verdade é que o poder internacional jamais deixara de moldar o mapa estratégico<sup>9</sup>. No intervalo de pouco mais de trinta anos, o centro de gravidade da geopolítica deslocou-se da Europa, principal palco da competição entre a Aliança Atlântica liderada pelos EUA e a URSS, para o Leste Asiático, onde a competição por supremacia entre os EUA e a China se reflete hoje em dois mapas geoestratégicos distintos para a Eurásia: a Nova Rota da Seda e o Indo-Pacífico<sup>10</sup>.

Agora como em outros tempos, a evolução histórica do sistema internacional mostra que as dinâmicas do poder dão significado político à geografia. O espaço geográfico adquire uma morfologia estratégica – uma forma, uma função e um significado geopolítico. A política do poder internacional desencadeia a metamorfose do espaço geográfico em espaço estratégico. Continentes e mares se fundem no cálculo estratégico

---

9 O jornalista Thomas Friedman, nos anos 1990 e 2000, cantou em prosa e verso o “*flat world*”. Para o “retorno da geopolítica”, ver Mead (2014).

10 Para as melhores análises da Nova Rota da Seda da China, ver Zhao (2014 e 2015), Rolland (2017 e 2020) e Jonathan Hillman (2020). Para a estratégia do Indo-Pacífico dos EUA, ver, entre outros, o estudo indispensável de Rory Medcalf, *Indo-Pacific Empire* (2020) e os documentos *Indo-Pacific Strategy Report*, do Pentágono, publicado em junho de 2019, e *A Free and Open Indo-Pacific: Advancing a Shared Vision*, do Departamento de Estado, publicado em novembro de 2019.

das grandes potências, transfigurados em domínios geopolíticos, como a “Eurásia” ou o “Indo-Pacífico”. O espaço a que se atribui valor estratégico se torna o “pivô” ou “*heartland*”, como o centro eurasiático de Mackinder. Extensas zonas litorâneas ao longo de continentes ganham o caráter de bordas estratégicas (“*rimlands*”), como o litoral eurasiático de Spykman. Regiões e países recaem sob a “esfera de influência” de uma grande potência ou são neutralizados em “*buffer zones*”, como o Leste Europeu durante a Guerra Fria. Ainda outras regiões, cuja instabilidade ou fragmentação interna é intensificada pela pressão e competição entre grandes potências, convertem-se em “*crush zones*”, como o Grande Oriente Médio. Estreitos e passagens, como Malaca ou Hormuz, transformam-se em “pontos de estrangulamento” (“*chokepoints*”). Países se convertem em potências marítimas ou continentais e, segundo seu poder relativo, em “*players*” ou “*pivots*”. Como para Mahan, os mares se tornam uma via desimpedida de projeção de poder. As distâncias impõem limites à capacidade de projeção, com o “*stopping power of water*” de Mearsheimer. Nada determina tais significados estratégicos, a não ser o movimento constante das grandes potências no globo terrestre. Porque o equilíbrio de poder sempre se transforma, o mapa geopolítico jamais é permanente.

Compreender os fundamentos da geopolítica é indispensável para pensar uma grande estratégia de política externa. Uma visão estratégica pressupõe um diagnóstico do equilíbrio de poder internacional e de suas tendências de longo prazo – um mapa geopolítico. Com base nesse diagnóstico, uma grande estratégia de política externa permite organizar a ação diplomática, estabelecendo objetivos e prioridades, identificando oportunidades e riscos e direcionando recursos, sempre escassos, para a defesa dos interesses do país no mundo<sup>11</sup>.

---

11 O conceito de “grande estratégia” pode ser entendido, em linha com Hal Brands (2014), como “*grand strategy is the highest form of statecraft [...] the intellectual architecture that lends structure to foreign policy.*” p. 1.

Mahan, Mackinder e Spykman constituem o mais importante exemplo da formulação clássica dos fundamentos da Geopolítica. Para entendê-los, é preciso, antes de tudo, colocar seu legado intelectual no contexto mais amplo da Geopolítica e das Relações Internacionais.

### **O pensamento geopolítico**

O neologismo “geopolítica” foi introduzido em 1899 pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén. No entanto, os estudos que relacionam o espaço geográfico e o poder político precedem Kjellén<sup>12</sup>. Como a Geopolítica se encontra na interseção entre espaço (“*geo*”) e poder (“*política*”), o peso relativo de cada uma dessas duas variáveis explicativas sempre foi questão controversa. O estudo acadêmico da Geopolítica aparece dividido, desde sua origem, pela dupla identidade do seu objeto.

Um possível ângulo de abordagem para o estudo acadêmico da Geopolítica seria o exame de qual dos dois fatores – “geo” ou “política” – possui peso explicativo preponderante para as relações internacionais. No primeiro caso, com a preponderância do “geo”, estão, por exemplo, as vertentes geopolíticas que se estendem desde o materialismo natural associado ao determinismo geográfico que caracterizou a Geopolítica alemã na primeira metade do século XX até o imaterialismo das representações geográficas associadas aos geógrafos pós-estruturalistas e à chamada “Geopolítica Crítica” do final do século XX<sup>13</sup>.

No segundo caso, com a preponderância da “política”, o equilíbrio de poder mundial e a própria competição internacional definem os espaços geográficos prioritários à análise e à ação da

---

12 O livro organizado por Hervé Coutau-Bégarie e Martin Motte, *Approches de La Géopolitique: De L'Antiquité au XXIe Siècle* (2015), contém uma série de estudos sobre a “pré-história” da Geopolítica, antes de sua consciência como disciplina no final do século XIX.

13 MAMADOUH, 1998; AGNEW, 1998.

política exterior, conferindo a esses espaços sentido de permanência que justifica entender a política externa como uma política estratégica de Estado. Estão aqui as vertentes da Geopolítica que passam por Mahan, Mackinder, Fairgrieve e Spykman e que, mais tarde, servirão de base para a Geopolítica Neoclássica contemporânea e para a nova Geografia Política<sup>14</sup>.

A Geopolítica Clássica toma contornos nítidos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Nela, as duas ênfases – na “geo” e na “política” – estão presentes em suas duas grandes tradições. Se fosse possível destacar as correntes clássicas de seu contexto histórico e de suas particularidades intelectuais, seria possível enxergar uma expressão do debate filosófico entre determinismo e livre arbítrio no campo internacional. Mas evidentemente o que estava em jogo ia muito além do debate filosófico.

A primeira tradição da Geopolítica Clássica, com a preponderância do elemento “geo” como determinante da política externa do Estado, foi o aspecto definidor da *Geopolitik* alemã. A visão do Estado como um espaço biológico, herdado do geógrafo Friedrich Ratzel, foi retomada pela “ciência do estado” de Karl Haushofer (1869-1946)<sup>15</sup>.

A noção do espaço geográfico como fator orgânico do Estado e determinante de sua política exterior é a consequência lógica da tradição intelectual que se inicia com a afirmação da Geografia como ciência na Alemanha. A figura original é a do geógrafo

---

14 Ver, por exemplo, Brzezinski (1997); Taylor (1993); Gray (1988); Parker (1985); Sloan (1988); Cohen (2015); Defarges (1994); Mearheimer (2001).

15 Para o mais completo estudo dos usos e abusos da *Geopolitik* alemã durante a República de Weimar, ver Murphy (1997). A escola alemã de Haushofer foi influenciada por Ratzel e Kjellén, mas também por Mackinder. Fora do círculo geopolítico de Munique, um dos principais teóricos do Estado, Carl Schmitt, possivelmente influenciado por Mackinder, escreveria um pequeno livro sobre geopolítica, *Land und Meer* (1942), uma reflexão sobre o confronto entre potências continentais e marítimas ao longo da história.

Friedrich Ratzel (1844-1904), de formação naturalista, na tradição de Carl Ritter (1779-1859), tendo este ocupado a primeira cátedra da nova disciplina, a Geografia, estabelecida na Universidade de Berlim. Viajando como jornalista entre 1873-75, Ratzel presenciou, não sem admiração, a expansão territorial dos EUA. Como professor de Geografia em Munique (1875) e, depois, na Universidade de Leipzig (1886), Ratzel propunha que a afirmação da nova ciência geográfica passava por sua identificação epistemológica com as ciências naturais. Como foi comum na segunda metade do século XIX, a Biologia em sua vertente evolucionista forneceu o modelo. Nascia o determinismo geográfico: o ser humano era produto do meio natural. O geógrafo francês Vidal de la Blache (1845-1918) matizaria a tese de Ratzel com o “possibilismo”, que sugeria a ideia da possibilidade de ação humana sobre o meio geográfico que lhe é dado. Até aqui, o debate original estava essencialmente no campo da geografia humana. Mas, em uma Alemanha que se unificara em 1871 e agora buscava seu lugar ao Sol entre as grandes potências europeias, a discussão geográfica logo se deslocaria para a esfera política. Ganhava forma a *Geopolitik*.

A evolução do pensamento de Ratzel atesta como a Geografia começou como ciência natural do meio físico, migrou para o determinismo da geografia humana e, finalmente, chegou ao determinismo da geografia política do Estado, do território estatal. A Biologia evolucionista foi o fio condutor. Para Ratzel, o Estado aparecia como organismo (“*bodenständiger Organismus*”). A luta do Estado por seu espaço vital (“*Lebensraum*”), como ente orgânico, era a luta pela sobrevivência.

As peças estavam todas dispostas para que Haushofer montasse o quebra-cabeça operacional da visão ideológica de um projeto geopolítico que buscava restaurar as bases do poder alemão depois da Primeira Guerra Mundial e ficaria para sempre associada à Alemanha nazista. Não obstante os descaminhos da *Geopolitik*,

a influência de Ratzel se propagaria muito além da Alemanha. Isaiah Bowman (1878-1950), antigo aluno de Ratzel, migrou para os EUA, onde lecionou Geografia na Universidade Johns Hopkins e influenciou a visão estratégica da administração Roosevelt na década de 1930. Ratzel teve ainda impacto nas escolas militares do Chile e do Brasil, como mostram, por exemplo, os estudos do general Golbery na Escola Superior de Guerra<sup>16</sup>.

A segunda tradição da Geopolítica Clássica evoluiu em paralelo à primeira, embora por caminhos intelectuais distintos, entre as décadas de 1880 e 1940. Sua ênfase é a “política” da geopolítica. Aqui se localizam os escritos de Mahan, Mackinder e Spykman. Se, na tradição clássica alemã, a conformação orgânica do espaço territorial do Estado apareceu como motor de necessidades expansionistas externas, na tradição da geopolítica clássica anglo-saxã, a geografia apareceria a serviço da estratégia de política externa. A primeira tradição desembocou em uma ideologia geopolítica do Estado, parte da propaganda estatal para justificar e legitimar ações exteriores sob o

---

16 A influência da geopolítica nos círculos militares foi marcante desde Ratzel. Não raro, no campo específico dos Estudos de Defesa, a geopolítica adquire caráter estritamente bélico, inclusive o estudo de clássicos como Mahan e Mackinder, respondendo às necessidades táticas, operacionais e logísticas da atividade militar. O espaço geográfico da geopolítica aparece para Sloan (1999), por exemplo, como “teatro de ação militar”. Há indiscutível valor prático nessa perspectiva. O risco, no entanto, é reduzir a geopolítica a rivalidades territoriais localizadas e à utilização dos instrumentos de poder militar, como na perspectiva de Yves Lacoste na década de 1970, segundo a qual “*la géographie ça sert d’abord à faire la guerre*”. Em contraste, os estudos modernos de Segurança Nacional, mesmo com sua ênfase na capacidade militar, não desconsideram a perspectiva político-estratégica mais ampla da geopolítica, como mostra Leffler (2012). No Brasil, ao contrário de outros países como a França, o Reino Unido e mesmo os EUA, o estudo da Geopolítica esteve circunscrito às academias militares, com a ênfase na geografia do Estado e no planejamento estatal, raramente estudada no ambiente universitário. Na década de 1930, o general Mário Travassos aplicou as ideias de Mackinder ao continente sul-americano em seu *Projeção Continental do Brasil* (1931). Os estudos mais completos e sistemáticos da Geopolítica se dão na década de 1950 com o general Golbery. Nos seus vários estudos, depois reunidos em livros, o general Golbery revelava amplo domínio da literatura (p.e., a influência de Ratzel, a crítica a Haushofer, os elementos de Mahan, Mackinder e Spykman) e uma perspectiva da geopolítica como insumo à Estratégia de Segurança Nacional, pensada nos termos totais do planejamento estatal – ver, por exemplo, Golbery (1967), p. 24-34; sobre o estudo da geopolítica no Brasil, ver Messias da Costa (1992); sobre o pensamento do general Golbery em seu contexto, ver o excelente estudo do colega Carvalho (2010).

manto científico; a segunda se afirmou, sobretudo, como um método de análise, um instrumento voltado ao pensamento e à ação estratégica na política internacional. As duas vertentes buscaram influenciar a política externa do Estado, mas com ferramentas conceituais muito distintas.

Como Ritter e Ratzel na Alemanha, Mackinder teve formação naturalista, antes de migrar para o estudo da Geografia e contribuir para institucionalizar a disciplina acadêmica em Oxford. Mas Mackinder via na Geografia orientação epistemológica e propósitos muito distintos de seus colegas alemães. Se a Geografia alemã evoluiria para justificar as ambições territoriais expansionistas de uma potência emergente por meio da lógica darwiniana, a ciência geográfica britânica fundada por Mackinder tinha os objetivos de uma potência estabelecida: gerenciar os domínios do Império Britânico. Afastando-se explicitamente dos determinismos de seus colegas alemães, Mackinder já anunciava uma perspectiva distinta sobre a ação humana no espaço geográfico em seu ensaio *On the Scope and Methods of Geography* (1887): “*Man alters his environment [...] The relative importance of physical features varies from age to age according to the state of knowledge and of material civilization*” (p. 157).

A Geopolítica Clássica terá seu impacto mais profundo e duradouro com Mahan, Mackinder e Spykman. Neles vamos encontrar os elementos da Geopolítica como uma forma de pensamento e análise estratégica. Mackinder foi o primeiro, a partir de 1904, a formular conscientemente mapas geopolíticos do mundo como instrumentos analíticos e estratégicos, a partir das condições do poder internacional e das circunstâncias históricas. É, por isso, com razão, considerado o fundador da Geopolítica moderna. Ganham forma nos escritos de Mahan, Mackinder e Spykman, mais do que os “projetos geopolíticos” que inevitavelmente contêm, os elementos de uma *análise geopolítica* do poder internacional. Como lembra Saul Cohen, essa análise geopolítica possui dois aspectos

principais: “(1) *description of geographical settings as they relate to political power, and (2) laying out of spatial frameworks that embrace interacting political power units*”<sup>17</sup>.

A recepção da Geopolítica Clássica, em suas duas tradições, na constituição dos estudos de Relações Internacionais, foi negativa. A criação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica em 1919 no Reino Unido – com sua ênfase em contribuir para a manutenção da paz e da cooperação internacional por meio do direito internacional e de uma nova organização internacional, a Liga das Nações – passou também pelo esforço consciente de suprimir ideias relacionadas à política do poder no espaço geográfico, como na tradição geopolítica clássica de Mahan ou Mackinder. Curiosamente, no momento em que se afirmava o multilateralismo de caráter universal da Liga, Mackinder publicava seu livro *Democratic Ideals and Reality* (1919), recordando aos diplomatas britânicos que negociavam a Paz de Versalhes a importância de considerar as realidades geopolíticas na construção da futura ordem internacional. Posteriormente, depois da Segunda Guerra Mundial, a afirmação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica nos EUA passou conscientemente pelo distanciamento da Geopolítica, agora profundamente associada às distorções e à carga histórica da *Geopolitik* nazista<sup>18</sup>.

---

17 COHEN, 1964, p. 25.

18 Spykman (1938) e Schuman (1942) examinaram as origens controversas do pensamento geopolítico alemão. Spykman, como Strausz-Hupé (1942), tentaria salvar a Geopolítica da *Geopolitik* ainda durante a Segunda Guerra – “*The kind of analysis we have been discussing is something completely different from the geographical metaphysics which is so characteristic of the German school of ‘Geopolitik’*”, enfatizaria Spykman, (1944, p. 7). Posteriormente, novas tentativas foram envidadas, como mostra o estudo de Rosenboim (2019) sobre a Geopolítica entre os caminhos não percorridos da teoria internacional na década de 1950. Harold & Margaret Sprout, que teriam um papel importante no desenvolvimento da Análise de Política Externa, dedicaram vários capítulos do seu livro introdutório às Relações Internacionais, *Foundations of National Power* (1946), à Geografia e à Geopolítica, um deles ao pensamento de Mahan e Mackinder, enfatizando a importância das “hipóteses geopolíticas” para a análise e a ação internacionais. Em contraste, no seu *Politics Among Nations* (1948), Hans Morgenthau associava a Geopolítica ao determinismo geográfico do pensamento alemão pré-Segunda Guerra, um exemplo de



Embora nunca tenha efetivamente desaparecido como prática, como atesta a própria estratégia de *Containment* adotada pelos EUA durante a Guerra Fria, a geopolítica retornou ao vocabulário corrente das relações internacionais na década de 1970, em grande medida relacionada à arquitetura diplomática de Henry Kissinger e ao estabelecimento do triângulo estratégico entre Washington, Pequim e Moscou no contexto da *Détente*<sup>19</sup>. É interessante notar que, durante seu período acadêmico em Harvard, Kissinger estudou o pensamento geopolítico clássico e desenvolveu o que se poderia denominar uma concepção historicista da geopolítica. Em seu *World Restored* (1954), dois capítulos dão a dimensão desse historicismo geopolítico: “*The Continental Statesman*” (sobre a visão estratégica de Metternich) e “*The Insular Statesman*” (sobre a de Castlereagh) condensam estadistas, experiência histórica e posição geográfica em uma imagem geoestratégica. O sucessor de Kissinger no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, Zbigniew Brzezinski, também profundo conhecedor da Geopolítica Clássica, contribuiria para o que se convencionou chamar de Geopolítica Neoclássica, com o resgate e a atualização de elementos tradicionais do pensamento e da análise geopolítica.

---

monocausalidade que sua teoria realista, ainda que não desconsiderasse a geografia como elemento do poder nacional, buscava remediar nas Relações Internacionais. A disciplina seguiria em uma série de debates ao longo da segunda metade do século XX (o método da disciplina entre “behavioristas” e “tradicionalistas”; a fundamentação epistemológica positivista e pós-positivista) e se afastaria, em grande medida, da geopolítica do poder. Embora a preocupação geopolítica jamais tenha desaparecido das publicações voltadas à *policy* (*Foreign Affairs*, *Survival*, *International Affairs*), talvez tenha sido o cientista político John Mearsheimer (2001) o primeiro teórico com sólidas credenciais na academia norte-americana a trazer conceitos geopolíticos de volta ao *mainstream* acadêmico, embora em uma roupagem teórico-abstrata. Segue a mesma lógica o estudo de Grygiel (2006) sobre a geopolítica e a geoestratégia das grandes potências. Um notável exemplo recente de combinação da teoria neorrealista à geopolítica é Tunsjø (2018), com o chamado “realismo geoestrutural”.

19 Hepple (1986) discute as razões para o renascimento da geopolítica nos estudos internacionais, em termos de linguagem e substância, nos anos 1970 nos EUA e na Europa. Na França, por exemplo, os termos “geopolítica” e “relações internacionais” se tornaram praticamente sinônimos na academia.

A tradição geopolítica clássica inaugurada por Mahan, Mackinder e Spykman sobreviveu, portanto, na prática da política internacional desde sua criação e, não sem certa ironia histórica, ganhou mais força no campo acadêmico das Relações Internacionais, à medida que a disciplina se aproximava da comemoração do seu primeiro centenário. Voltar ao estudo da tríade clássica parece se justificar, não somente pelo evidente interesse acadêmico, mas sobretudo pelos ecos que se escutam dos três nas circunstâncias geopolíticas contemporâneas.

### **A tríade clássica: Mahan, Mackinder, Spykman**

A geopolítica nasceu da necessidade prática: sintetizar e visualizar a realidade internacional, para informar o pensamento grande-estratégico e orientar a ação da política exterior.

Na Geopolítica Clássica de Mahan e, ainda mais, na formulação mais estruturada e sistemática de Mackinder e Spykman, surgem as primeiras “hipóteses geopolíticas” sobre a forma e os padrões da política internacional no mapa-múndi.

Por ângulos distintos, Mahan e Mackinder chegaram a diagnósticos muito similares sobre as realidades geopolíticas de seu tempo. Para compreender como elaboraram suas “hipóteses geopolíticas”, é preciso entender como enxergaram a distribuição do poder internacional no espaço geográfico na passagem do século XIX para o XX.

Do ponto de vista do Império Britânico, uma potência estabelecida com interesses e domínios que se estendiam da Europa à Ásia, e dos EUA, uma potência em plena ascensão que se expandia em direção ao Pacífico, três forças alteravam o equilíbrio de poder mundial: (i) a unificação da Alemanha em 1871 e, no período pós-Bismarck, o expansionismo do Kaiser Guilherme II; (ii) o expansionismo da Rússia em direção à Ásia Central (o “*debatable and debated ground*” de que falava Mahan); e (iii) a modernização do Japão, que viria a derrotar o Império

Russo, impondo limites à expansão desse país em direção ao Pacífico, com a Guerra Russo-Japonesa de 1904-05.

Essas dinâmicas do poder internacional, em conjunto, alteravam por completo o mapa geopolítico. Os mares gelados bloqueavam a Rússia ao Norte. A Alemanha, unificada e em ascensão, e seu aliado, o Império Austro-húngaro, ocupavam o centro da Europa, contendo a Rússia no continente europeu. Em direção à Ásia Central e ao Leste Asiático, nenhuma grande potência bloqueava, na expressão de Mahan, “*the vast, uninterrupted mass of the Russian Empire*”, a não ser o poder naval do Império Britânico em seus domínios asiáticos. O chamado “*Great Game*”, a competição entre a Rússia e o Reino Unido na Ásia Central, com o potencial avanço russo em direção ao Raj britânico, desenrolava-se desde a segunda metade do século XIX. A Alemanha do Kaiser Guilherme II sinalizava sua intenção de participar do “*Great Game*” e projetava a estrada de ferro Berlim-Bagdá a partir de 1898. Com interesses globais e bases estratégicas que compreendiam Gibraltar, Suez, Aden, Cabo, Índia, Singapura e Hong Kong, o Império Britânico se tornara efetivamente o “*holder*” do equilíbrio geopolítico na Europa e na Ásia. No “*Far East*”, as duas potências marítimas se aproximariam. O Reino Unido e o Japão aliavam-se para a defesa de interesses comuns a partir de 1902.

A política internacional, antes separada em blocos estratégicos distintos, começava a unificar-se: o equilíbrio de poder europeu e asiático tornava-se “*eurasiático*”. A Rússia foi a ponte dessa unificação estratégica. Como notou o historiador diplomático T.G. Otte, “*Russia’s geo-strategic position, physically linking Europe and Asia, connected these two poles of international diplomacy. Any shift in the regional balance of power in East Asia was, thus, bound to affect relations between the Great Powers in the European core area*”<sup>20</sup>. Assim estavam dispostas as peças da realidade internacional para os estrategistas diplomáticos e militares.

---

20 OTTE, 2007, p. 92.

As visões geopolíticas de Mahan e Mackinder se cruzam aqui. Enxergar o jogo geopolítico eurasiático como um todo passa a ser essencial para a defesa da posição de poder do Império Britânico e a consolidação da ascensão dos EUA. A capacidade de mover as peças políticas nesse tabuleiro dependia, por evidente, da própria definição geográfica do tabuleiro. Nascia a Eurásia – e uma nova concepção da geopolítica.

O almirante da Marinha dos EUA e professor Alfred Mahan é, com justiça, reconhecido como o grande teórico do poder naval e da geoestratégia marítima. Foi lido não só pelo Presidente Theodore Roosevelt, com quem se correspondia, mas também pelo Kaiser Guilherme II<sup>21</sup>. Com Mahan, o poder naval e o controle dos mares se tornam parte integral de uma visão geopolítica. “*He was*”, notou Sempa, “*both a proponent and analyst of America’s rise to world power*”<sup>22</sup>.

O seu livro *Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*, publicado em 1890, trata de aspectos estratégicos e táticos do poderio marítimo europeu, em particular do êxito da hegemonia britânica, unindo domínio dos mares e comércio marítimo. Mahan procurou extrair daí lições práticas para os EUA. Vislumbrava, para seu país, uma posição similar como grande potência marítima.

O pensamento geopolítico de Mahan se encontra espalhado em diversos artigos, como os reproduzidos nesta coleção da FUNAG. A necessidade de desenvolver-se o poder naval dos EUA, o controle do Caribe, a capacidade de projeção norte-americana em direção ao

---

21 Além dos dois líderes das duas potências emergentes da época, os EUA e a Alemanha, Mahan também foi lido pela potência emergente de hoje, a China. O almirante Liu Huaqing, falecido em 2011, é considerado o “Mahan chinês” e inspirou a necessidade de desenvolver-se o poder naval da China. O investimento chinês na sua projeção naval com porta-aviões, o mapa estratégico da rota da seda marítima pelo Índico e pelo Ártico e o estabelecimento de bases territoriais ultramarinas, como em Djibuti, na África, atestam a profunda compreensão das lições de Mahan.

22 SEMPA, 2010, p. 2.

Pacífico e a análise prospectiva do papel dos EUA na geopolítica da Ásia-Pacífico foram temas recorrentes no pensamento de Mahan. Intuiu que a posição privilegiada dos EUA no Hemisfério Ocidental e o desenvolvimento do seu poder e hegemonia marítima não só trariam benefícios ao seu comércio exterior, mas tornariam o país indispensável ao equilíbrio de poder eurasiático – tema que seria retomado por Spykman e demonstrado, na prática, pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria.

O imperativo estratégico dos EUA de impulsionar sua projeção naval e estabelecer bases ultramarinas (Guam, Havaí, Filipinas) em um mundo em transformação é apresentado em seu *The Interest of America in Sea Power* (1897), que reúne artigos publicados entre 1890 e 1897 (três deles integram a presente coleção). Já no *The Problem of Asia* (1900), Mahan antecipa o “*debatable and debated ground*”, que Mackinder viria a sistematizar como parte do seu “*heartland*” eurasiático, com o risco de confronto entre potências navais e continentais, a partir do expansionismo russo na Ásia.

O destino geopolítico do mundo não estaria no controle do “*heartland*”, como viria a propor mais tarde Mackinder, mas no controle do que Mahan denominaria o “*great common*”: a supremacia naval e o domínio dos mares, artérias do comércio internacional e meio de projeção de poder. A capacidade de projetar poder naval e de exercer pressão sobre as bordas continentais da Ásia afetaria a capacidade de movimentação geoestratégica, diplomática e comercial das eventuais potências terrestres na região. Hoje, basta recordar a noção das “*two island-chains*” dos estrategistas norte-americanos e a presença dos EUA e de seu sistema de alianças diplomáticas e militares no Mar da China, para compreender a noção de Mahan.

Escrevendo a um amigo em 1904, Mahan observou que acabara de ler “*a really remarkable pamphlet by H.J. Mackinder on the effect of geography on history, concluding with a speculative forecast of the relative future of Russia and the sea powers*”.

Halford Mackinder teria produzido um clássico, mesmo se tivesse parado de escrever depois do seu artigo “*The Geographical Pivot of History*” (1904). Estava ali o paradigma da Geopolítica Clássica. Apresentado em 25 de janeiro de 1904, no *Royal Geographical Society* em Londres, Mackinder procurava demonstrar a existência do “pivô geográfico da História”, ao resumir o drama estratégico mundial em um mapa geopolítico, que retratava, em última análise, os desafios do sistema internacional de seu tempo para o Império Britânico:



Mapa 1 – Pivô geográfico da história<sup>23</sup>

Mackinder sintetizava a nova morfologia estratégica da política internacional. Para ele, com o fim dos quatro séculos de expansão europeia da “Era Colombiana”, o mundo estava agora constituído em um “sistema político fechado”: as dinâmicas geopolíticas se tornavam interdependentes; movimentos em áreas distantes do mapa afetariam o sistema internacional como um todo. Iniciava-se a “Era Pós-Colombiana”. Nela, Mackinder colocava em perspectiva o lugar do sistema continental europeu, até então palco central da política internacional desde as grandes navegações, no conjunto dos equilíbrios estratégicos da Eurásia. Segundo a

---

23 MACKINDER, 1904.

arquitetura conceitual do mapa geopolítico de Mackinder, existiria um “coração continental” na Eurásia (o “*Pivot Area*” de 1904, o “*Heartland*” de 1919):

*As we consider this rapid review of the broader currents of history, does not a certain persistence of geographical relationship become evident? Is not the pivot region of the world's politics that vast area of Euro-Asia which is inaccessible to ships, but in antiquity lay open to the horse-riding nomads, and is to-day about to be covered with a network of railways? (1904, p. 434)*

A potência terrestre que controlasse aquele “pivô geográfico”, facilitado pelos avanços industriais e tecnológicos das ferrovias e locomotivas, contaria com a mobilização das bases materiais para dominar o mundo, sobretudo se fosse capaz de converter seu domínio continental em poder naval. Essa nova potência terrestre se tornaria invencível na competição com outras potências navais, como o Reino Unido:

*The oversetting of the balance of power in favour of the pivot state, resulting in its expansion over the marginal lands of Euro-Asia, would permit of the use of vast continental resources for fleet-building, and the empire of the world would then be in sight. This might happen if Germany were to ally herself with Russia. (1904, p. 436)*

No confronto entre “*sea power*” e “*land power*”, o risco da consolidação de uma potência marítima com base na Eurásia refletia as ansiedades estratégicas do Império Britânico diante da Rússia e da Alemanha. Se uma potência terrestre, como essas duas, controlasse o “coração continental” (“*Heartland*”) da Eurásia, nenhuma potência marítima seria capaz de conter a consolidação de uma potência global eurasiática. Como notou Paul Kennedy, Mackinder mostrava que “*sea power was itself waning in relation to land power.*”<sup>24</sup>

---

24 KENNEDY, 1984, p. 50. Comparando Mahan e Mackinder, o artigo mostra o peso relativo da capacidade industrial e tecnológica no contexto geopolítico.

Mas a Guerra Russo-Japonesa de 1904 e a vitória do Japão alterariam, para sempre, o equilíbrio de forças na Eurásia. Não bastasse o impacto psicológico da vitória avassaladora de uma potência moderna não europeia, a fraqueza da Rússia czarista era exposta. Na Europa, a Rússia não mais parecia preparada para honrar sua aliança com a França, e a Alemanha não mais via razões para limitar suas ambições na Europa e no Grande Oriente Médio. O rearranjo das peças no xadrez internacional expunha o dilema estratégico da política exterior do Reino Unido: como garantir a máxima flexibilidade da posição tradicional de “*holder*” do equilíbrio geopolítico, quando as circunstâncias impunham um rearranjo das alianças diplomáticas? A *Entente* concluída às pressas com a França em 1904 comprometia o Reino Unido com um dos lados na contraposição à Alemanha dentro do equilíbrio europeu. Na Ásia, um Japão fortalecido preparava-se para avançar em direção a uma China dividida.

Moviam-se também em direção à Ásia os EUA em ascensão, com sua política de “Portas Abertas” e com a expansão de bases estratégicas ao longo do Pacífico (Havaí, Guam, Filipinas), depois de assegurar o domínio estratégico do Caribe e o controle do Canal do Panamá. É simbólico do “*closed political system*” de Mackinder que Roosevelt tenha sido o anfitrião e o mediador da Conferência de Paz que encerraria a Guerra Russo-Japonesa com a assinatura do Tratado de Paz de Portsmouth (1905).

A preocupação geopolítica inicial de Mahan fora o expansionismo russo na Eurásia, a ameaça potencial que representaria, para os EUA, a consolidação do poder naval da Rússia no Pacífico. Depois da Guerra Russo-Japonesa, o problema da Ásia para os EUA deixava de ser a expansão russa e passava a ser como garantir um equilíbrio de poder regional, com uma China enfraquecida, diante do Japão, da Rússia e das potências europeias. O poder naval e o imperialismo japonês, em particular, alertavam os EUA para os riscos a seus interesses e posições estratégicas na Ásia.



Mahan faleceria poucos meses depois da eclosão da Grande Guerra, quando os EUA se preparavam para assumir o papel global que seus escritos tentaram influenciar. Mackinder seguiria sua reflexão sobre a Eurásia e revisaria duas vezes mais seu mapa de 1904: logo depois da Primeira Guerra Mundial, com a publicação do livro *Democratic Ideals and Reality* (1919) e, mais tarde, com um artigo na revista *Foreign Affairs*, *The Round World and the Winning of the Peace* (1943). O sentido do mapa geopolítico variava de acordo com o equilíbrio de poder global.

Em 1919, no período pós-Grande Guerra e de reconstrução da paz, Mackinder enfatizava a necessidade de se compreender a geografia do poder internacional e o papel da Eurásia como unidade para o cálculo geopolítico global. Eis o palco estratégico que apresentara aos negociadores da paz em Versalhes:

*There is one ocean covering nine-twelfths of the globe; there is one continent – the World-Island – covering two-twelfths of the globe; and there are many smaller islands, whereof North America and South America are, for effective purposes, two, which together cover the remaining one-twelfths.* (1919, p. 46)

Com o colapso dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, e tendo presente a importância que constituiria o desenho do Leste Europeu para o mundo que viria pela frente, Mackinder expandiu o escopo da “*heartland*”, que passava a abranger aquela região. Seu famoso *dictum* está no livro de 1919:

*Who rules East Europe commands the Heartland;  
Who rules the Heartland commands the World-Island;  
Who rules the World-Island commands the World.*

A última versão do mapa geopolítico de Mackinder, escrita em 1943, em meio à Segunda Guerra, via os riscos de a URSS

dominar o “*heartland*”, inclusive com o controle soviético sobre a Alemanha, e alterava o tabuleiro do jogo geoestratégico para refletir o papel dos EUA. Prenunciava os contornos da Guerra Fria no Atlântico Norte (o “*Midland Ocean*” do seu mapa) e a necessidade de se formar uma aliança atlântica para contra-arrestar a Rússia soviética:

*if the Soviet Union emerges from this war as conqueror of Germany, she must rank as the greatest land Power on the globe. Moreover, she will be the Power in the strategically strongest defensive position. The Heartland is the greatest natural fortress on earth. For the first time in history it is manned by a garrison sufficient both in number and quality.* (1943, p. 601)

Mackinder morreu em 1947, aos 86 anos, tendo visto se concretizarem prognósticos de seus três mapas geopolíticos. O pensamento estratégico de Mackinder sempre teve uma preocupação central: “*If we would take the long view, must we still not reckon with the possibility that a large part of the Great Continent [Eurasia] might someday be united under a single sway, and that an invincible sea-power might be based upon it?*” (1919, p. 51). O pesadelo de Mackinder persistiria ao longo de todo o século XX, até ser substituído pelo sonho do “Fim da História” em 1989-91.

As perspectivas geopolíticas de Mackinder e Spykman se entrecruzam. Com base firme em Mackinder, Nicholas Spykman levaria o pensamento geopolítico a um novo patamar analítico. Sua visão era de um equilíbrio de poder geoestratégico efetivamente global, com um papel preponderante para os EUA. No mapa geopolítico de Mackinder, havia três grandes massas terrestres separadas por oceanos no mapa-múndi: a “*World Island*”, ou Eurásia, o conjunto formado pela Europa, Ásia e parte da África; as “*Offshore Islands*”, i.e., o Reino Unido e o Japão, com suas posições estratégicas nas bordas ocidental e oriental da Eurásia; e as “*Outlying Islands*”, i.e., a América do Norte, a América do Sul e a Oceania,

separadas e distantes do drama central da Eurásia. No mapa geopolítico de Spykman, a Ilha da América do Norte teria agora papel central para o equilíbrio de poder da Ilha-Mundo eurasiática. Impedir que uma única potência hegemônica dominasse a Eurásia tornava-se o imperativo geopolítico dos EUA.

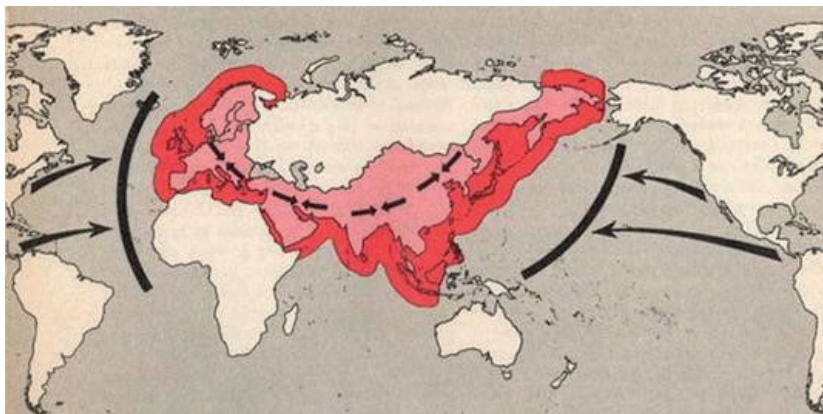
Spykman foi o inventor da geopolítica americana, como mostrou Olivier Zajec em seu magistral estudo *Nicholas John Spykman: L'Invention de la Géopolitique Américaine* (2016). Spykman sintetizou as bases geográficas regional e global da potência norte-americana. Garantida sua hegemonia no Hemisfério Ocidental, os EUA se consolidaram como uma potência naval com uma base territorial continental, como sonhara Mahan. A posição geográfica dos EUA, aberta aos oceanos Atlântico e Pacífico, associada às disponibilidades de sua base continental, fonte de recursos e autonomia estratégica, garantia, a um só tempo, segurança e potencial de projeção de poder.

Spykman oferece um novo ângulo ao mapa de Mackinder e chega a conclusões distintas. Em especial, o “*heartland*” perde sua característica de invulnerabilidade com a inclusão do “*rimland*”. O pivô da história não estaria no controle do “coração continental” (“*heartland*”) da Eurásia, mas sim da “borda continental” (“*rimland*”) da Eurásia. A ideia é revolucionária: Mackinder enxergou o equilíbrio de poder eurasiático; Spykman, o equilíbrio de poder global e o peso dos EUA nos rumos eurasiáticos:

*Who controls the Rimland rules Eurasia,  
Who rules Eurasia controls the destinies of the  
world.* (1944, p. 43)

O mapa geopolítico de Spykman destacaria, portanto, dois aspectos centrais: em primeiro lugar, a importância da posição dos EUA no Hemisfério Ocidental como base indispensável de sua projeção global como grande potência, tema discutido no livro

*America's Strategy in World Politics* (1942); e, em segundo lugar, o papel essencial das bordas eurasiáticas (“*rimland*”) para o equilíbrio de forças internacionais, dado o papel dos EUA como grande potência mundial, explorado sistematicamente no *The Geography of Peace* (1944), publicado depois de sua morte prematura em 1943:



Mapa 2 – O *Rimland* Eurasiático de Spykman<sup>25</sup>

No mundo que tem os EUA como grande potência, o Hemisfério Ocidental ganha importância estratégica no conjunto da geopolítica global. Os EUA precisam manter sua posição hegemônica no Hemisfério, assegurando que nenhuma outra potência regional ou extrarregional ameace ou ponha em risco sua segurança. Está aqui o centro de gravidade da hegemonia dos EUA. Sem o domínio hemisférico, não lograriam, na expressão de Mearsheimer, estar “*free to roam*”, livres para atuar no plano global. Não por acaso a Doutrina Monroe continha uma profunda intuição geopolítica, antes mesmo de os EUA se tornarem uma potência mundial.

Spykman enxerga a geografia do Hemisfério Ocidental com os olhos da geopolítica. O corte geoestratégico que apresenta

---

25 SPYKMAN, 1944, p. 52.

não coincide necessariamente com a divisão geográfica tradicional entre América do Norte e América do Sul. Duas esferas estratégicas são essenciais para a hegemonia hemisférica dos EUA. A primeira esfera é o que denomina “Mediterrâneo Americano”, o espaço que inclui o Mar do Caribe e o Golfo do México, em conjunto com o Canal do Panamá interligando as costas Leste e Oeste dos EUA. Estão contidos ainda, nesse espaço estratégico, os países caribenhos e da costa norte da América do Sul – Venezuela, Colômbia, Equador. Os EUA precisariam manter controle estratégico inquestionável naquele espaço. A Amazônia separa o norte da América do Sul, e os Andes isolam o Chile e o Peru. Dessa separação natural, desponta a segunda esfera estratégica para os EUA de Spykman: o Cone Sul, formado por Brasil, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai. Com imensa quantidade de recursos, esta seria a base natural para uma potência extrarregional, como a Alemanha nazista na perspectiva de Spykman, escrevendo nos anos de 1930 e 1940, contestar a hegemonia hemisférica dos EUA. Como lembra Robert D. Kaplan,

*Spykman worried about the Southern Cone becoming part of the encirclement strategy of a hostile power. Just as the geography of the Americas allowed for the emergence of the United States as a hemispheric hegemon, the breakup of the Americas into a free north and an Axis-dominated South would have spelled the end of that preponderance.<sup>26</sup>*

O “sistema político fechado” de Mackinder, mais uma vez, mostrava sua lógica: os EUA, como grande potência, poderiam influenciar a Eurásia, mas potências eurasiáticas também poderiam desafiar os EUA no Hemisfério Ocidental. Disso decorre que o isolacionismo em relação ao mundo e o distanciamento em relação às Américas nunca se poderiam afigurar como opções estratégicas efetivas.

---

26 KAPLAN, 2012, p. 95.

Da perspectiva do Brasil, o Barão do Rio Branco teve essa intuição geopolítica do Hemisfério Ocidental. O Brasil e os EUA compartilhavam o mesmo interesse de segurança e estabilidade hemisférica. As Ilhas da América do Sul e do Norte deveriam operar em concerto. Seus interesses poderiam não ser necessariamente coincidentes no plano global, mas sempre o seriam no plano hemisférico. Com a ordem e a estabilidade hemisférica, o Brasil e os EUA estariam “*free to roam*”, livres para perseguir seus respectivos interesses no mundo. Não por acaso uma das bases da política externa do Brasil no pensamento estratégico do Barão foi o papel central da diplomacia na construção de “uma aliança não escrita” com os EUA. O pivô hemisférico do Barão do Rio Branco enxergava estrategicamente não somente o novo poder dos EUA, mas a geografia desse poder e suas consequências para os interesses regionais e globais do Brasil. O livro primoroso do historiador Bradford Burns analisa os impactos do relacionamento Brasil-EUA durante a chancelaria do Barão do Rio Branco e conclui que “*The informal alliance strengthened Brazil’s position vis-à-vis Europe and improved its position in South America*”<sup>27</sup>.

Não são triviais as conclusões extraídas e por extrair dos mapas geopolíticos de Mahan, Mackinder e Spykman. Suas hipóteses sobre a distribuição do poder internacional no mapa-múndi fornecem instrumentos de análise e constituem, até hoje, um paradigma para o pensamento geopolítico. Com a tríade clássica, a Geopolítica se torna um campo de pensamento e análise estratégica e, sobretudo, um instrumento a serviço da grande estratégia de política externa.

---

27 BURNS, 1966, p. 171. Ver ainda Soares de Lima (1994) para a análise clássica sobre os eixos de aproximação e afastamento na relação Brasil-EUA, inclusive a temática da “segurança” e do “desenvolvimento” durante a Guerra Fria. Para além da autora, a mesma circunstância estratégica diagnosticada por Spkman contribuiria também para o debate sobre o “imperialismo americano” na região e os desafios para o Brasil, uma literatura volumosa, exemplificada por Samuel Pinheiro Guimarães, *Quinhentos Anos de Periferia* (1999).

## A geopolítica clássica hoje

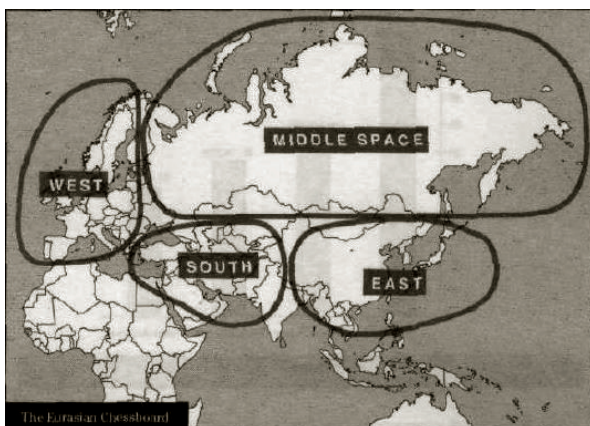
Se ressuscitassem no ano de 2020, Mahan, Mackinder e Spykman reconheceriam perfeitamente o mapa geopolítico global. Houve, é claro, avanços tecnológicos extraordinários nas últimas três décadas, gerando um potencial de conectividade e controle jamais vistos. Surgiram ainda novas questões e atores transnacionais que terão impactos significativos na geopolítica regional e global. Mas, apesar de descontinuidades e novas tendências, dois elementos estruturais tratados por Mahan, Mackinder e Spykman permanecem: o papel e o peso relativo dos EUA no mundo e o desafio estratégico da Eurásia. Por isso mesmo, a lógica geopolítica da competição EUA-China lhes seria muito familiar.

O sistema unipolar centrado nos EUA no pós-Guerra Fria contrasta agora com a crescente rivalidade bipolar EUA-China em relação à Eurásia – uma bipolaridade longe ainda de ser simétrica. Os EUA e a China possuem hoje visões e objetivos distintos sobre como organizar o espaço eurasiático. Diante dos imperativos geopolíticos dos EUA e do crescente poder chinês, os dois países estão posicionados para uma competição estratégica global nas próximas décadas.

No momento em que a China era dividida por potências estrangeiras no final da Dinastia Qing, Mahan via com clareza os interesses imediatos dos EUA em termos comerciais e econômicos, mas enxergava também, no longo prazo, o enorme potencial chinês. No seu artigo *The Effects of Asiatic Conditions upon World Policies* (1900), escreveria que: “*if the advantage to us is great of a China open to commerce, the danger to us and to her is infinitely greater of a China enriched and strengthened by the material advantages we have to offer, but uncontrolled in the use of them*”. Mahan e Mackinder intuía que o confronto entre duas potências de dimensões continentais com capacidade de projeção global de poder – como são hoje os EUA, e crescentemente se torna a China – teria repercussões inimagináveis para o sistema internacional.

O admirável crescimento econômico chinês das últimas décadas criou, para o país, desafios geopolíticos simultâneos face aos EUA: estabelecer-se como potência regional moldando um ambiente estratégico favorável em sua esfera regional e, ao mesmo tempo, estruturar os elementos típicos de uma grande potência com interesses globais e com ambições de influir na reconfiguração da ordem mundial estabelecida.

Para os EUA, o mapa geopolítico permanece o de uma Eurásia compartimentada e dividida, organizada a partir de equilíbrios regionais na Europa, no Oriente Médio e na Ásia, dentro dos quais o país seguiria atuando como força externa e “holder” de equilíbrios geoestratégicos regionais. Quando os EUA despertavam das ilusões do pós-Guerra Fria, Samuel Huntington propunha que a nova era de competição geopolítica seria traçada por linhas civilizacionais no *The Clash of Civilizations?* (1993), e Zbigniew Brzezinski recuperava Mackinder e Spykman em sua visão eurasiática do *Grand Chessboard* (1997): “*Eurasia is thus the chessboard on which the struggle for global primacy continues to be played*”<sup>28</sup>. Permanecia o imperativo estratégico de uma Eurásia dividida:



Mapa 3 – O tabuleiro de xadrez Euroasiático<sup>29</sup>

28 BRZEZINSKI, 1997, p. 31.

29 BRZEZINSKI, 1997, p. 34.



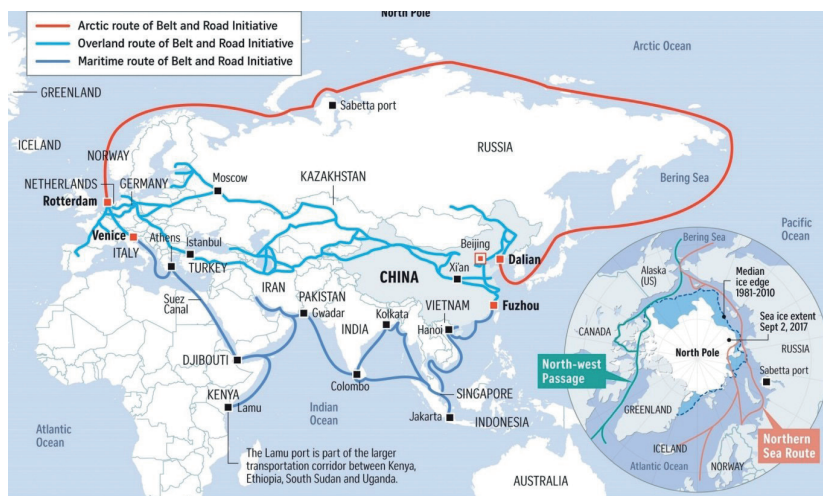
A estratégia do “pivô asiático” dos EUA foi o primeiro esforço articulado para lidar com um novo equilíbrio de poder na Ásia-Pacífico. Lançada pela administração Obama no final de 2011, para buscar conter a ascensão chinesa e reafirmar a disposição do país a permanecer como potência relevante na região, o pivô possuía uma vertente geopolítica, que buscava fortalecer alianças diplomáticas e militares tradicionais (Japão, Coreia, Austrália, Vietnã, Filipinas), e outra geoeconômica, que buscava enfraquecer a centralidade e capilaridade econômicas da China na região e nas cadeias de suprimento, por meio de acordos preferenciais megaregionais, que entrelaçavam regras, comércio e investimentos – a Parceria Transpacífica (TPP) na Ásia-Pacífico seria ainda complementada, no outro extremo da Eurásia, pela TTIP com a UE<sup>30</sup>.

Para a China, em contraste, prevalece o mapa geopolítico de uma Eurásia integrada sob sua liderança. A melhor expressão dessa arquitetura é a Nova Rota da Seda (ou “*Belt and Road Initiative*”, BRI). O projeto revela ambições dignas de uma grande potência mundial e a concepção de estrategistas versados na arte geopolítica.

A Nova Rota da Seda foi lançada em um discurso do Presidente Xi Jinping, em setembro de 2013, na Universidade Nazarbayev, no Cazaquistão, ainda como um “cinturão econômico da rota da seda com os países da Ásia Central”. Um mês depois, em outubro de 2013, o Presidente Xi lançou a ideia de uma “rota da seda marítima” em discurso no Parlamento da Indonésia.

---

30 Há uma ampla literatura sobre os aspectos geopolíticos e geoeconômicos do “pivô asiático”. Ver, em particular, Campbell (2016), um dos autores do conceito no Departamento de Estado dos EUA, e Blackwill & Harris (2016) sobre os aspectos geoeconômicos. Curiosamente, o eco conceitual do “*pivot*” de Mackinder escapou aos analistas à época.



Mapa 4 – Nova Rota da Seda<sup>31</sup>

Com a BRI, a China ambiciona moldar o espaço eurasiático, por meio de uma ampla rede de infraestrutura de transportes, logística, energia e comunicações, promovendo comércio e investimentos e, no processo, a internacionalização de empresas chinesas. A BRI coloca a China no centro de uma rede de atividades econômicas de investimentos e comércio na Eurásia. Abrange infraestrutura física (estradas, ferrovias, portos) e digital (cabos, conexão 5G, *software*, *data*). Estabelece aos poucos novas relações econômicas e interdependências. Desenvolve e fortalece linhas de suprimento de recursos. Tendo a China como ponto de partida, a BRI incorporará dezenas de países da Ásia Central, do Golfo, do Oriente Médio, da África e da Europa.

Não por acaso, parte significativa da competição EUA-China nos últimos anos se deu na esfera geoeconômica.

31 OZIEWICZ, Ewa; BEDNARZ, Joanna. Challenges and opportunities of the Maritime Silk Road initiative for EU countries. *Scientific Journals of the Maritime University of Szczecin*, n. 59, p. 110-119, 2019.

O estrategista Edward Luttwak definiu a geoeconomia como “a lógica do conflito na gramática do comércio”. Trata-se do uso de meios econômicos, comerciais e tecnológicos para fins geopolíticos. A “guerra comercial” e a “guerra tecnológica” são os aspectos mais visíveis da rivalidade EUA-China. Um grau de separação (“*decoupling*”) ou de “desengajamento parcial” (“*partial disengagement*”) entre as duas maiores economias do mundo substitui o modelo de relação simbiótica da “*Chimerica*”<sup>32</sup>. A lógica dos benefícios mútuos da integração econômica e comercial passou a ser vista pela lógica da competição por poder econômico e geopolítico entre grandes potências no longo prazo. No plano comercial, não custa recordar que Albert O. Hirschman, em seu estudo clássico sobre a estratégia geoeconômica da Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial, demonstrou que as interdependências comerciais (e suas assimetrias) podem ser utilizadas como instrumento geopolítico – “*a system of international trade can very easily be exploited for purposes of national power policy*”<sup>33</sup>.

No momento em que a disputa se desloca também para tecnologias avançadas, como inteligência artificial, semicondutores, rede 5G, *chips* para manufaturas eletrônicas, robótica, *drones*, satélites, computação quântica e em nuvem, “*big data*”, áreas que poderão determinar a vantagem competitiva do futuro, ganha contornos mais nítidos o cenário de um “*Digital Great Game*” geoeconômico<sup>34</sup>. Assim como a tecnologia ferroviária de Mackinder e a tecnologia naval de Mahan, típicas da Revolução Industrial, contribuíram para alterar o mapa geopolítico, as tecnologias atuais abrem novas dimensões de organização da produção e produtividade econômica, mas também incorporam os domínios do ciberespaço e do espaço sideral ao campo do cálculo geoestratégico.

---

32 BOUSTANY, FRIEDBERG, 2019; FERGUSON; SHULARICK 2009.

33 HIRSCHMAN, 1945 [1980], p. x.

34 IISS, 2020.

Em paralelo à competição econômica, as placas geopolíticas dos alinhamentos diplomáticos e militares se moveram. No período de menos de uma década, entre 2011 e 2018, uma nova morfologia estratégica do espaço surgia no mapa geopolítico dos EUA: a “Ásia-Pacífico” se ampliava para o “Indo-Pacífico”, diante do êxito dos movimentos regionais da China. Ganhava novo sentido o quadro regional para as nações da ASEAN e para o *Quad*, formado por Índia, Japão, Austrália e EUA. O centro de gravidade da geopolítica global mudava definitivamente para o Mar da China. De sua própria experiência histórica, os EUA entendem que a consolidação do poder regional e global chinês passa, necessariamente, pelo controle do Mar da China Meridional e Setentrional: a formação do Mediterrâneo Chinês. Avaliando o ambiente estratégico, o *2018 National Defense Strategy* dos EUA estabelecia, com clareza, o novo desafio eurasiático:

*As China continues its economic and military ascendance, asserting power through an all-of-nation long-term strategy, it will continue to pursue a military modernization program that seeks Indo-Pacific regional hegemony in the near-term and displacement of the United States to achieve global preeminence in the future.*

Se a estratégia chinesa da Nova Rota da Seda – “*the most ambitious geo-economic vision in recent history*”<sup>35</sup> – reconecta milênios de trocas comerciais e um século de pensamento geopolítico inaugurado por Mackinder, a estratégia do Indo-Pacífico dos EUA, que busca o controle das bordas eurasiáticas (“*rimland*”), possui, por sua vez, claros ecos da Geopolítica Clássica de Mahan e Spykman.

A tríade clássica também não ignoraria outro inquilino central da Ilha-Mundo. A Rússia permanece, por força de sua história e de sua geografia, uma potência eurasiática. Com um território que abrange 11 fusos-horários, é um ator relevante em todos os equilíbrios estratégicos da Eurásia – da Europa, passando

---

35 HILLMAN, 2017.

pelo Oriente Médio, pela Ásia Central e pelo Leste Asiático, até à nova fronteira estratégica do Ártico. Ainda que sua economia não se equipare hoje à dos EUA ou da China, o legado de superpotência oferece à Rússia inegável capacidade de projeção de poder geopolítico, não somente militar, mas também diplomático e de inteligência. A Rússia é ainda uma potência energética, utilizando com enorme eficiência o potencial geoeconômico de sua rede de gasodutos. Na última década, os movimentos russos na Geórgia, na Crimeia e na Síria evidenciam uma potência preocupada em manter o controle e a influência em sua esfera geoestratégica. No conjunto da Eurásia, a aproximação tácita entre a Rússia e a China tem, entre seus eixos principais, a ameaça percebida em relação aos EUA e ao Ocidente. Os exercícios navais conjuntos das marinhas chinesa e russa, realizados em julho de 2017 no Báltico, foram mensagens inequívocas à OTAN e ao Ocidente. Se a aliança tácita se sustentará no longo prazo ou ganhará um viés competitivo, à medida que a influência chinesa e o projeto da Nova Rota da Seda avancem em direção à Ásia Central, permanece “*debatable and debated ground*”.

Mackinder anteviu três potenciais candidatos em posição de redefinir o espaço geopolítico eurasiático: a Alemanha, a Rússia e a China. Segundo ele, escrevendo em 1904, a expansão chinesa em direção ao “*heartland*” eurasiático “*would add an oceanic frontage to the resources of the great continent, an advantage as yet denied to the Russian tenant of the pivot region*”<sup>36</sup>.

Em contraste com a visão de Mackinder, o cientista político Joseph Nye supõe que

*China is betting on an old geopolitical proposition. A century ago, the British geopolitical theorist Halford Mackinder argued that whoever controlled the world island of Eurasia would control the world. American strategy, in contrast, has long favored the*

---

36 MACKINDER, 1904, p. 437; KAPLAN, 2017.

*geopolitical insights of the nineteenth-century admiral Alfred Mahan, who emphasized sea power and the rimlands.*<sup>37</sup>

É cedo para um veredito geopolítico. O certo é que o “Sonho Chinês” reacendeu em muitos estrategistas a memória do pesadelo de Mackinder.

A Geopolítica sempre teve vocação prática, unindo uma concepção estratégica do mapa-múndi ao imperativo da ação política, diplomática e militar. Como ficará evidente, a partir da leitura deste livro, a originalidade da Geopolítica Clássica como pensamento e análise não se perdeu com o tempo. Quando desempoeiramos os volumes de Mahan, Mackinder e Spykman, deparamo-nos com linhas estruturais do poder e da morfologia estratégica, a clareza de padrões geopolíticos que transcendem os fogos de artifício das relações internacionais. Mapas geopolíticos, ontem e hoje, retratam e sintetizam algo essencial sobre a política mundial. A base do pensamento grande-estratégico que deve orientar a ação da política externa começa no mapa das chancelarias de que falava Spykman. Conhecer os fundamentos clássicos da Geopolítica, perceber como ainda estão presentes aspectos à primeira vista distantes da evolução histórica do sistema internacional talvez ensine afinidades valiosas com o passado e prepare para incertezas de cenários futuros. Parecerá sempre útil e nunca tarde demais, se quisermos compreender o mundo contemporâneo e as condições de inserção internacional do Brasil, voltar ao pensamento geopolítico clássico.

Genebra, 1.XII.2020

Visões expressas em caráter estritamente pessoal; não representam necessariamente as posições do Itamaraty ou do Governo

---

37 NYE, 2017.

do Brasil. O autor agradece a leitura atenta e os comentários dos embaixadores José Estanislau do Amaral e Benoni Belli, da professora Zarinha e dos secretários Filipe Nasser e Leonardo Rocha Bento.

## Referências

AGNEW, John. *Geopolitics: Re-Visioning World Politics*. Londres: Routledge, 1998.

ASHWORTH, Lucian M. Realism and the Spirit of 1919: Halford Mackinder, Geopolitics and the Role of the League of Nations. *European Journal of International Relations*, v. 17, n. 2, p. 279-301, 2010.

BARACUHY, Braz. Geo-economics as a Dimension of Grand Strategy. In: WIGELL, Mikael; SCHOLVIN, Sören; AALTOLA, Mika. *Geo-economics and the Power Politics in the 21st Century: The Revival of Economic Statecraft*. Londres: Routledge, 2018, p. 14-27.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. *War by Other Means: Geo-economics and Statecraft*. Cambridge: Belknap Press of HUP, 2016.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOUSTANY, Charles W. FRIEDBERG, Aaron L. Partial Disengagement: A New U.S. Strategy for Economic Competition with China. *The National Bureau of Asian Research*, Special Report #82, nov. 2019.

BRANDS, Hal. *What Good Is Grand Strategy?: Power and Purpose in American Statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

BREMMER, Ian. Managing Risk in an Unstable World. *Harvard Business Review*, jun. 2005.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books, 1997.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1966.

CAMPBELL, Kurt M. *The Pivot: The Future of American Statecraft in Asia*. Nova Iorque: Twelve, 2016.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: FUNAG, 2010.

CHIPMAN, John. Why Your Company Needs a Foreign Policy. *Harvard Business Review*, set. 2016..

COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 3. ed. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.

\_\_\_\_\_. *Geography and Politics in a Divided World*. Londres: Methuen, 1964.

CSURGAI, Gyula. *Geopolitical Analysis*. Canterano: Aracne Ed., 2019.

DEFARGES, Philippe Moreau. *Introduction à la géopolitique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

FAIRGRIEVE, J. *The Gateways of Commerce*. Londres: George Philip & Son Ltd., 1921.

\_\_\_\_\_. *Geography and World Power*. Londres: London University Press, 1915 [1921].

FERGUSON, Nial; SHULARICK, Moritz. The End of Chimerica. *Harvard Business School*, working paper 10-037, 2009.



FRIEDMAN, George. Toward a New Geopolitical Model. *Geopolitical Futures*, mar. 2019.

GOLBERY. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

GRAY, C. S. In Defense of the Heartland: Sir Halford Mackinder and his Critics a Hundred Years On, *Comparative Strategy* 23(1), 2004.

\_\_\_\_\_. *The Geopolitics of Superpower*. Lexington: University Press of Kentucky, 1988.

GRYGIEL, Jakub. *Great Powers and Geopolitical Change*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

HEPPLE, Leslie W. The Revival of Geopolitics. *Political Geography Quarterly*, v. 5 n. 4, p. 423-430, 1986.

HILLMAN, Jonathan E. *The Emperor's New Road: China and the Project of the Century*. New Haven: Yale University Press, 2020.

HIRSCHMAN, Albert. *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Berkeley: University of California Press, 1945 [1980].

HUNTINGTON, Samuel. Why International Primacy Matters. *International Security*, v. 17, n. 4, p. 68-83, 1993.

IISS. The Digital Great Game. *Strategic Comments*, v. 26, n. 26, 2020.

KAPLAN, Robert D. The Return of Marco Polo's World and the U.S. Military Response, 2017. Disponível em: <<http://stories.cnas.org/the-return-of-marco-polos-world-and-the-u-s-military-response>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *The Revenge of Geography*. Nova Iorque: Random House, 2012.

KENNEDY, Paul M. Mahan vs Mackinder: Two Interpretations of British Sea Power. In: \_\_\_\_\_. *Strategy and Diplomacy*. London: Fontana Press, 1984, p. 41-85.

KHANNA; Parag. *Connectography: Mapping the Future of Global Civilization*. Nova Iorque: Random House, 2016a.

\_\_\_\_\_. Want to understand how Trump happened? Study quantum physics. *Quartz Magazine*, 11 nov. 2016b. Disponível em: <<https://qz.com/834735/want-to-understand-how-trump-happened-study-quantum-physics/>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.

KNUTSEN, T. L. Halford J. Mackinder, Geopolitics, and the Heartland Thesis. *The International History Review*, v. 36, n. 5, 2014.

LACOSTE, Yves. Géopolitique, économie et nation. *Géoeconomie*, v. 1, n. 1, p. 39-44, 1997.

LEFFLER, M. National Security. In: HOGAN, Michael; PATERSON, Thomas (eds.). *Explaining the History of American Foreign Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LOROT, Pascal. De la Géopolitique à la géoeconomie. *Géoeconomie*, n. 1, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. *Histoire de la géopolitique*. Paris: Economica, 1995.

LOUIS, Florian. *Le grands théoriciens de la géopolitique*. Paris: Éditions Belin, 2018.

LUTTWAK, Edward N. *The Rise of China vs The Logic of Strategy*. Cambridge: Belknap Press of HUP, 2012.

\_\_\_\_\_. From Geopolitics to Geo-economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. *The National Interest*, v. 20, p. 17-23, 1990.

MACKINDER, Halford. The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs*, v. 21, n. 4, p. 595-605, 1943.

\_\_\_\_\_. *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. Nova Iorque: Holt, 1919.

\_\_\_\_\_. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421-137, 1904.

MAHAN, Alfred Thayer. The Problem of Asia and Its Effects upon International Policies. Boston: Little, Brown & Co, 1900.

\_\_\_\_\_. *The Interest of America in Sea Power: Present and Future*. Boston: Little, Brown & Co., 1897.

\_\_\_\_\_. *The Influence of Seapower on History: 1660–1783*. Boston: Little, Brown & Co., 1890.

MAMADOUH, Virgie D. Geopolitics in the Nineties: One Flag, Many Meanings. *GeoJournal*, v. 46, p. 237-253, 1998.

MEAD, W. R. The Return of Geopolitics: The Revenge of Revisionist Powers. *Foreign Affairs*, maio/jun. 2014.

MEARSHMEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque: WW Norton & Co., 2001.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1948.

MURPHY, David T. *The Heroic Earth: Geopolitical Thought in Weimar Germany, 1918-1933*. Kent: Kent State University Press, 1997.

NYE, Joseph S. Xi Jinping's Marco Polo Strategy. *Project Syndicate*, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-belt-and-road-grand-strategy-by-joseph-s-nye-2017-06>. Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

OTTE, T. G. The Fragmentation of the Old World Order: Britain, the Great Powers, and the War. In: KOWNER, Rotem. *The Impact of the Russo-Japanese War*. London: Routledge, 2007, p. 91-108.

PARKER, Geoffrey. *Geopolitics: Past, Present, and Future*. London: Pinter, 1998.

\_\_\_\_\_. *Western Geopolitical Thought in the Twentieth Century*. London: Croom Helm, 1985.

ROLLAND, Nadège. China's Vision for a New World Order. *NBR Special Report 83*, 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. *China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt & Road Initiative*. Seattle: NBR, 2017.

ROSENBOIM, Or. The Value of Space: Geopolitics, Geography and American Search for International Theory in the 1950. *International History Review*, v. 42, n. 3, p. 639-655, 2019.

SCHUMAN, Frederick Lewis. Let Us Learn our Geopolitics. *Current History*, v. 2, n. 9, p. 161-165, 1942.

SEMPA, Francis. Halford Mackinder's Last View of the Round World. *The Diplomat*, 23 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. (2010) Introduction to Mahan's *The Problem of Asia*. London: Transaction.

SICHERMAN, H. The Revival of Geopolitics. *The Intercollegiate Review*, 2002.

SLOAN, Geoff. Classical Geopolitical Theory: Does It Still Matter?. *JGC*, v. 13, n. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. Sir Halford J. Mackinder: The Heartland Theory Then and Now. *Journal of Strategic Studies*, v. 22, n. 2, p. 15-38, 1999.

\_\_\_\_\_. *Geopolitics and the United States Strategic Policy, 1890-1987*. Nova Iorque: St Martin's Press, 1998.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Ejes Analíticos y Conflictos de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. *América Latina Internacional*, v. 2, n. 1, p. 27-46, 1994.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. *Foundations of National Power: Readings on World Politics and American Security*. Princeton: Princeton University Press, 1946.

SPROUT, Margaret. Mahan: Evangelist of Sea Power. In: EARLE, Edward Mead (ed.). *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press, 1943, p. 415-445.

SPYKMAN, Nicholas John. *The Geography of the Peace*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1994.

\_\_\_\_\_. *America's Strategy in World Politics*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1942.

\_\_\_\_\_. Geography and Foreign Policy. *American Political Science Review*, n. 3, p. 391-410, 1938.

STRANDBJERG, Jeppe. *Territory, Globalisation, and International Relations: The Cartographic Reality of Space*. London: Palgrave Macmillan, 2010.

STRAUSZ-HUPÉ, Robert. *Geopolitics: The Struggle for Space and Power*. Nova Iorque: Arno, 1942.

TAYLOR, P. J. Geopolitical World Orders. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *Political Geography of the Twentieth Century: A Global Analysis*. London: Belhaven Press, 1993.

TUNSJØ, Øystein. *The Return of Bipolarity in World Politics: China, the United States, and Geostructural Realism*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2018.

ZAJEC, Olivier. *Nicholas John Spykeman: l'Invention de la géopolitique américaine*. Paris: PUPS, 2016.

ZHAO, Minghao. China's New Silk Road Initiative. *LAI Working Papers* 15/37, out. 2015.

\_\_\_\_\_. A 'Marcha para o oeste', uma nova perspectiva sobre a grande estratégia da China. *Política Externa*, v. 23, n. 1, 2014.

## Alfred Thayer Mahan (1840-1914)



- *The Influence of Sea Power upon History*. Boston: Little Brown, 1889, Introdução.
- *The Interest of America in Sea Power: Present and Future* (1897):
  - *The US Looking Outward* (Atlantic Monthly, Dec 1890)
  - *The Future in Relation to American Naval Power* (Harper's New Monthly Magazine, Oct 1895)
  - *A Twentieth-Century Outlook* (Harper's New Monthly Magazine, Sep 1897)
- *The Problem of Asia and Its Effects upon International Policies*:
  - *The Problem of Asia* (Harper's New Monthly Magazine, March 1900)
  - *The Effect of Asiatic Condition upon World Politics* (North America Review, Nov 1900)





## A influência do poder naval sobre a história<sup>38</sup>

Alfred Thayer Mahan

A primeira e mais óbvia forma pela qual o mar se apresenta do ponto de vista político e social é o de uma grande rodovia; ou melhor, de um bem comum pelo qual indivíduos trafegam por todas as direções. Eles o fazem mais por algumas vias, e há razões que explicam a opção por certas rotas em detrimento de outras. Essas rotas de viagem mais trafegadas são chamadas de comerciais, e as origens de seus respectivos traçados devem ser buscadas na história mundial.

Não obstante todos os perigos conhecidos e desconhecidos do mar, as viagens e o tráfego marítimo sempre foram mais fáceis e mais baratos do que por terra. A grandeza comercial da Holanda deveu-se não apenas ao transporte marítimo, mas também às inúmeras vias aquáticas tranquilas que davam acesso tão barato e fácil ao seu interior e ao da Alemanha. Essa vantagem de deslocamento pela água sobre a via terrestre era ainda mais significativa no período em que as estradas eram poucas e de péssima qualidade; as guerras,

---

38 MAHAN, Alfred Thayer. Discussion of the elements of sea power. In: \_\_\_\_\_. *The influence of seapower upon history, 1660-1783*. Cambridge: University Press, 1890, p. 25-90.

frequentes; e a sociedade, instável, como era o caso 200 anos atrás<sup>39</sup>. O tráfego marítimo, então, ocorria sob o risco de roubos, mas ainda assim era mais seguro e rápido do que o terrestre. Um escritor holandês da época, estimando as chances de seu país em uma guerra com a Inglaterra, observou, entre outras coisas, que as vias navegáveis da Inglaterra não penetravam suficientemente o país; portanto, como as estradas eram ruins, os bens de uma parte do reino para a outra deviam ser transportados pelo mar e incorriam no risco de serem capturados pelo caminho. No que diz respeito ao comércio puramente interno, de maneira geral, esse perigo desapareceu nos dias atuais. Na maioria dos países civilizados, agora, a destruição ou o desaparecimento do comércio de cabotagem<sup>40</sup> seria apenas um inconveniente, embora o transporte aquático ainda seja mais barato. Não obstante, até as guerras da República Francesa e do Primeiro Império<sup>41</sup>, aqueles com conhecimento da história do período e da pequena literatura sobre a matéria naval sabem como é constante a menção de comboios que roubavam por toda a costa francesa, apesar de o mar estar infestado com cruzadores ingleses e da existência de boas estradas.

Em condições modernas, no entanto, o comércio interno abrange apenas parte das atividades de um país que com costa marítima<sup>42</sup>. Necessidades ou luxos estrangeiros devem ser trazidos para seus portos, seja em navios próprios ou estrangeiros, que retornarão, levando em troca os produtos do país, sejam eles os frutos da terra ou resultante do trabalho das mãos dos homens, e é o desejo de toda nação que esse transporte marítimo seja realizado

---

39 N. T.: A obra de Mahan foi publicada originalmente em 1890, então a referência é provavelmente ao ano de 1690.

40 N. T.: Tradução para *coasting trade*.

41 N. T.: Pode ser abrangido como o período que vai da invasão do exército liderado pelo duque de Brunswick, em agosto de 1792, até a campanha da sexta coalizão contra Napoleão, entre janeiro e março de 1814.

42 N. T.: Tradução do termo *bordering on the sea*.

por seus próprios navios. Os navios trafegando nessas rotas devem ter portos seguros para onde retornar e, na medida do possível, ser acompanhados pela proteção de navios de seu país durante toda a viagem.

Em tempo de guerra, essa proteção deve ser suplementada por navios armados. A necessidade de uma marinha, no sentido estrito da palavra, nasce, portanto, da existência de um transporte pacífico e desaparece com ele, exceto no caso de uma nação com tendências agressivas, que possua uma marinha apenas como ramo de seu complexo militar. Como os Estados Unidos atualmente não têm propósitos agressivos e sua marinha mercante<sup>43</sup> desapareceu, o encolhimento da frota de guerra e a falta geral de interesse nela são consequências estritamente lógicas. Quando, por qualquer motivo, o comércio marítimo retornar, reaparecerá um interesse suficientemente grande para obrigar o renascimento da frota de guerra. É possível que, quando uma rota pelo canal do istmo centro-americano esteja quase concluída, o impulso agressivo seja forte o suficiente para levar ao mesmo resultado<sup>44</sup>. Isso, no entanto, é duvidoso, porque uma nação pacífica que adora lucrar não tem visão de longo prazo, e é necessário esse tipo de visão para uma preparação militar adequada, especialmente nos dias de hoje.

À medida que uma nação, com seu transporte desarmado e armado, se lança de seu próprio litoral, logo sente a necessidade de ter à sua disposição locais de confiança para que seus navios possam comerciar pacificamente, se refugiar e conseguir suprimentos. Nos dias atuais, portos amigáveis, embora estrangeiros, podem ser encontrados em todo o mundo, e seu abrigo é suficiente enquanto a paz prevalece. Nem sempre foi assim, tampouco a paz sempre perdura, embora os Estados Unidos tenham sido favorecidos por tanto tempo em sua continuidade. Antigamente, o marinheiro

---

43 N. T.: *merchant service*.

44 N. T.: Referência ao Canal do Panamá, inaugurado em agosto de 1914.

mercante, em busca de comércio em regiões novas e inexploradas, enfrentava risco de morte e de cerceamento de liberdade em nações suspeitas ou hostis. Lidava, também, com grandes atrasos na cobrança de um frete lucrativo. Por isso, intuitivamente procurou, no extremo oposto de sua rota comercial, um ou mais locais conquistados à força ou de favor, onde pudesse fixar a si ou a seus agentes em segurança razoável, onde seus navios poderiam permanecer em segurança e onde os produtos comercializáveis do local poderiam ser armazenados de forma contínua, aguardando a chegada da frota que os levaria à metrópole. Como houve imenso ganho, além de muitos riscos, nessas primeiras viagens, esses estabelecimentos naturalmente se multiplicaram e cresceram, até se tornarem colônias cujo desenvolvimento e sucesso finais dependiam da genialidade e da política da nação da qual nasceram, constituindo objeto de parte significativa da história, e particularmente da história marítima do mundo. Porém, nem todas as colônias foram criadas e se desenvolveram como foi descrito acima. Muitas eram mais formais e com propósito puramente político em sua concepção e fundação, resultando do ato de governantes e não de indivíduos particulares. Mas o posto comercial, com sua posterior expansão, quando resultado simplesmente do aventureiro em busca de lucro, era essencialmente o mesmo que a colônia organizada e com a estrutura jurídica de uma companhia<sup>45</sup>. Nos dois casos, o país de origem ganhou uma base de operações em terras estrangeiras, buscando uma nova saída para seus produtos, uma nova rota para o transporte marítimo, mais emprego para seu povo e mais conforto e riqueza para si.

As necessidades do comércio, no entanto, não eram todas previstas quando a segurança era garantida no outro extremo da rota. As viagens eram longas e perigosas; os mares, frequentemente cercados de inimigos. Nos dias mais ativos da colonização, prevalecia

---

45 N. T.: *chartered colony*.

no mar uma ilegalidade pouco lembrada hoje em dia, e os dias de paz entre as nações marítimas eram poucos e distantes. Assim, surgiu a demanda por postos ao longo das rotas, como Cabo da Boa Esperança, Santa Helena e Maurício, não necessariamente para o comércio, mas para a defesa e a guerra; criou-se a demanda pela posse de locais como Gibraltar, Malta e Louisburg, na entrada do Golfo de St. Lawrence, locais cujo valor era principalmente estratégico, embora nem sempre. Colônias e postos coloniais eram algumas vezes comerciais, outras de caráter militar. Foram excepcionais os casos em que ambas as características se apresentassem de maneira igualmente importante, como foi o de Nova Iorque.

A chave para muito da história, assim como para a política, das nações marítimas deve ser encontrada em três elementos: na produção, com a necessidade de trocas de produtos; no transporte, pelo qual o comércio é realizado; e nas colônias, que facilitam e ampliam as operações de troca e tendem a protegê-las, multiplicando pontos de segurança. A política variou, tanto com o espírito da época quanto pelo caráter e pela visão dos governantes; mas a história das nações marítimas foi menos determinada pela astúcia e previdência dos governos do que pelas condições de posição, extensão, configuração, número e caráter de seu povo – o que é denominado condições naturais. No entanto, deve-se admitir, e será analisado oportunamente, que a ação sábia ou imprudente de certos indivíduos exerceu, em certos períodos, influência relevante sobre o crescimento do poder naval no sentido amplo, que inclui não apenas a força militar sobre as águas, que governa o mar ou qualquer parte dele pela força das armas, mas também o comércio e o transporte pacíficos, dos quais naturalmente resulta uma frota militar, e sobre a qual tal força repousa com segurança.

As principais condições que afetam o poder naval das nações podem ser enumeradas da seguinte forma: I. Posição geográfica; II. Características físicas, incluindo produtos naturais

e clima; III. Extensão territorial; IV. Tamanho da população; V. Caráter nacional; e VI. Tipo de governo, inclusive suas instituições.

### **I. Posição geográfica**

Pode-se apontar, em primeiro lugar, que, se uma nação estiver situada de maneira a não ser forçada a se defender por terra nem induzida a expandir seu território, ela tem, pela própria natureza marítima de seu caráter, uma vantagem em comparação com um povo cuja fronteira é continental. Essa foi uma grande vantagem para a Inglaterra em relação à França e à Holanda como potência naval. A força da Holanda foi exaurida pela necessidade de manter um grande exército e lutar guerras caras para preservar sua independência, enquanto a política da França era constantemente desviada, às vezes com sabedoria e às vezes de forma tola, do mar para projetos de extensão continental. Esses esforços militares consumiram suas riquezas, enquanto o uso mais sábio e consistente de suas respectivas posições geográficas teria contribuído para aumentá-las.

A posição geográfica pode ser de tal forma que promove uma concentração, ou exige uma dispersão, das forças navais. Aqui, novamente, as Ilhas Britânicas têm uma vantagem sobre a França. A posição desta, estando diante tanto do Mediterrâneo quanto do oceano, embora tenha suas vantagens, é em geral uma fonte de fraqueza militar no mar. As frotas francesas orientais e ocidentais só conseguiram se unir depois de atravessar o Estreito de Gibraltar, em tentativas muitas vezes arriscadas, tendo às vezes sofrido perdas. A posição dos Estados Unidos sobre os oceanos Atlântico e Pacífico seria uma fonte de grande fraqueza ou uma causa de enormes gastos se houvesse um grande comércio marítimo nas duas costas.

A Inglaterra, por seu imenso império colonial, sacrificou grande parte dessa vantagem de concentração de força em torno de

suas próprias costas; mas o sacrifício foi feito com sabedoria, pois o ganho foi maior do que a perda, como se provou. Com o aumento de seu sistema colonial, suas frotas de guerra também cresceram, mas seu transporte e riqueza mercantes cresceram ainda mais rapidamente. Ainda assim, nas guerras da Revolução Americana e nas guerras Napoleônicas, para usar a forte expressão de um autor francês, “a Inglaterra, apesar do imenso desenvolvimento de sua marinha, parecia sempre, no meio da riqueza, sentir todo o constrangimento da pobreza”. O poder da Inglaterra era suficiente para mantê-la, enquanto o igualmente extenso império colonial da Espanha, em decorrência de sua fraqueza marítima, sofria.

A posição geográfica de um país pode não apenas favorecer a concentração de suas forças, mas também oferecer a vantagem estratégica adicional de uma posição central e uma boa base para operações ofensivas contra seus prováveis inimigos. Este é novamente o caso da Inglaterra. Por um lado, está diante da Holanda e das potências do norte; por outro, da França e do Atlântico. Quando ameaçada por uma coalizão entre a França e as potências navais do Mar do Norte e do Báltico, como ela às vezes o era, suas frotas nos Downs<sup>46</sup> e no Canal da Mancha, e mesmo em Brest, ocupavam posições interiores e, portanto, eram prontamente capazes de impor sua força unificada contra qualquer um dos inimigos que buscavam passar pelo Canal para efetuar uma junção com seu aliado. Nos dois lados da ilha, a natureza também deu a ela melhores portos e uma costa mais segura para se aproximar. Antigamente, esse era um elemento muito importante na passagem pelo Canal da Mancha, mas, nos últimos tempos, a tecnologia do navio a vapor e a melhoria de seus portos diminuíram a desvantagem que a França detinha. Na época dos veleiros, a frota inglesa operava contra Brest, fazendo sua base em Torbay e Plymouth. O plano era simples. Em clima moderado ou de vento leste, a frota bloqueadora

---

46 N. T.: Área no sudeste da Inglaterra de mar calmo, propícia para a ancoragem de navios.

mantinha sua posição sem dificuldade; mas em vendavais ocidentais, quando severos, se dirigiam aos portos ingleses, sabendo que a frota francesa não podia sair até que o vento mudasse, o que servia igualmente para trazê-los de volta à sua base.

A vantagem da proximidade geográfica de um inimigo, ou do objeto de ataque, não é mais aparente do que naquela forma de guerra que recentemente recebeu o nome de guerra de corso<sup>47</sup>, sendo denominada pelos franceses de *guerre de course*. Essa operação de guerra, dirigida contra embarcações mercantes pacíficas, geralmente indefesas, exige navios de pequena capacidade militar. Esses, com pouco poder para se defender, precisam de um refúgio ou ponto de apoio próximo, encontrado em certas partes do mar controladas pelos navios de combate de seu país ou em portos amigos. Estes últimos dão o maior apoio, porque estão sempre no mesmo lugar, e as abordagens a eles são mais familiares aos corsários do que ao inimigo. A proximidade da França com a Inglaterra facilitou muito seus ataques contra esta. Tendo portos no Mar do Norte, no Canal da Mancha e no Atlântico, seus cruzadores partiam de pontos próximos ao foco do comércio inglês, indo e vindo. A distância desses portos de um para outro, desvantajosa para combinações militares regulares, é vantajosa para esta operação secundária irregular, pois a essência do primeiro é a concentração do esforço, enquanto a difusão do esforço que destrói o comércio é a regra. Os corsários se dispersam, para que possam ver e atacar mais presas. Essas verdades são ilustradas pela história dos grandes corsários franceses, cujas bases e áreas de atuação estavam em grande parte no Canal da Mancha e no Mar do Norte, ou em regiões coloniais distantes, onde ilhas como Guadalupe e Martinica ofereciam refúgio semelhante. A necessidade de se reabastecer de carvão torna o cruzador dos dias atuais ainda mais dependente de seu

---

47 N. T.: No texto original, *commerce-destroying*.



porto do que antigamente. A opinião pública nos Estados Unidos tem grande fé na guerra contra o comércio de um inimigo, mas é preciso lembrar que o país não tem portos muito próximos dos grandes centros comerciais no exterior. Sua posição geográfica é, portanto, singularmente desvantajosa para o ataque bem-sucedido, a menos que ela encontre refúgio nos portos de um aliado.

Se, além das facilidades para ataques, a natureza viabilizou a um país acesso fácil ao alto mar e, simultaneamente, controle de uma das grandes vias de passagem ou de tráfego mundial, é evidente o elevado valor estratégico de sua posição. Tal é, novamente, e em maior grau era, a posição da Inglaterra. O comércio de Holanda, Suécia, Rússia e Dinamarca e o que subia os grandes rios até o interior da Alemanha tinham que passar pelo Canal da Mancha perto de seus portos; os veleiros margeavam a costa inglesa. Além disso, esse comércio do norte tinha uma influência peculiar sobre o poder marítimo dos estoques de produtos navais<sup>48</sup>, como são comumente chamados, pois eram provenientes principalmente dos países bálticos.

Mas, com a perda de Gibraltar, a posição da Espanha seria análoga à da Inglaterra. Estrategicamente localizada com acessos concomitantes ao Mediterrâneo e ao Atlântico, tendo Cádiz de um lado e Cartagena de outro, o comércio para o Levante<sup>49</sup> deveria ter passado pelas suas mãos, e o fluxo de comércio pelo Cabo da Boa Esperança não ficaria muito longe de suas portas. Mas Gibraltar não apenas a privou do controle do estreito<sup>50</sup>, como também impôs um obstáculo à fácil junção das duas divisões de sua frota.

---

48 N. T.: *naval stores* no original.

49 N. T.: Refere-se à região do Mediterrâneo Oriental e da Ásia Menor por muito tempo controlada pelo Império Otomano, onde estão hoje países como Síria, Israel, Jordânia, Turquia, Egito, Iraque e Líbia.

50 N. T.: Referência ao estreito de Gibraltar.

Atualmente, observando apenas a posição geográfica da Itália, e não outras condições que afetam seu poder naval, parece que, com sua extensa costa marítima e bons portos, ela estaria muito bem posicionada para exercer influência decisiva sobre a rota comercial para o Levante e sobre o Canal de Suez. Mesmo que isso seja verdadeiro até certo ponto, as vantagens de sua posição geográfica são amplamente neutralizadas pelo fato de a Inglaterra ter o controle de Malta, e a França, da Córsega. Por afinidades e situação racial, essas duas ilhas são objetos de desejo tão legítimos para a Itália quanto Gibraltar é para a Espanha. Se o Adriático fosse uma grande via comercial, a posição da Itália seria ainda mais influente. Esses defeitos em sua abrangência geográfica, combinados com outras causas prejudiciais ao desenvolvimento pleno e seguro do seu poder naval, tornam mais que duvidoso que a Itália possa, no futuro próximo, estar na primeira posição entre as potências marítimas.

Como o objetivo aqui não é uma discussão exaustiva, mas sim demonstrar com exemplos a influência vital que a posição geográfica de um país pode exercer sobre sua história naval, não continuaremos, por agora, analisando separadamente cada caso, ainda mais porque, nas partes históricas desse volume, observaremos repetidamente novos exemplos de sua importância. É oportuno, no entanto, fazer duas observações.

Circunstâncias específicas fizeram com que o Mar Mediterrâneo tivesse bem mais impacto na história mundial, tanto do ponto de vista comercial quanto militar, do que qualquer outra porção de mar de tamanho equivalente. Nação após nação se esforçou para controlá-lo, e a luta ainda continua. Portanto, será mais instrutivo despender o esforço em um estudo das condições sobre as quais repousou e repousa a preponderância, em suas águas, dos valores militares dos diferentes pontos de suas costas, do que seria realizar tal esforço de estudo em outra área. Além disso, o

Mediterrâneo serve, atualmente, de excelente analogia a muitos aspectos do mar do Caribe, uma analogia que será ainda mais precisa se for concluído o Canal do Panamá. Dessa forma, um estudo das condições estratégicas do Mediterrâneo, foco de tantos trabalhos, será um excelente prelúdio para exame semelhante do Caribe, que tem relativamente pouca história.

A segunda observação se refere à posição geográfica dos Estados Unidos em relação a um canal na América Central. Se ele for construído e realizar as esperanças de seus construtores, o Caribe deixará de ser um terminal e zona de tráfego local, ou, na melhor das hipóteses, uma rota de viagem descontínua e imperfeita, como é agora, para transformar-se em uma das grandes vias de tráfego marítimo do mundo. Por essa rota trafegará, de maneira inédita, grande volume comercial, aproximando ao longo de nossas costas os interesses de outras grandes nações, como as europeias. Com isso, não será tão fácil manter-nos afastados das complicações internacionais, como nos mantivemos até o momento. A posição dos Estados Unidos em relação a essa rota será semelhante à da Inglaterra, com relação ao Canal da Mancha, e à dos países do Mediterrâneo em relação ao Canal de Suez. Como a influência e o domínio sobre ela dependem da situação geográfica, é evidente que seu centro do poder nacional, a base permanente<sup>51</sup>, estará mais próximo daquele de outras nações. As posições que têm essas nações em ilhas ou no continente, agora ou no futuro, não obstante sua força, serão apenas postos avançados de seu poder; enquanto nenhuma nação é superior aos Estados Unidos nos elementos que constituem a força militar. Este país é, no entanto, fraco em decorrência de seu nítido despreparo para a guerra; e a proximidade geográfica com o ponto de embate perde um pouco de seu valor pelas características da costa do Golfo, deficiente em portos seguros

---

51 N. T.: Entende-se como base de operações permanente de um país “desde onde vem todos os recursos, onde estão unidas todas as grandes linhas de comunicação por mar e terra e onde estão os arsenais e pontos fortificados”.

contra ataque inimigo e nos quais seja fácil reparar navios de guerra de primeira classe, sem os quais nenhum país consegue controlar qualquer parte do mar. No caso de uma disputa pela supremacia no Caribe, parece evidente que, dadas a profundidade da passagem do sul do Mississippi, a proximidade de Nova Orleans e as vantagens do Vale do Mississippi para o transporte aquático, o país deva priorizar tal região e nela constituir sua base permanente de operações. A defesa da entrada do Mississippi, no entanto, apresenta dificuldades peculiares, mas os únicos dois portos rivais, Key West e Pensacola, têm pouca profundidade e são menos vantajosos em relação aos recursos disponíveis em sua região. Para se obter todos os benefícios de uma posição geográfica superior, esses defeitos devem ser superados. Além disso, embora sua distância do istmo<sup>52</sup> seja menor, ainda é considerável. Os Estados Unidos, então, terão de obter bases de operações contingentes ou secundárias no Caribe, que, por suas vantagens naturais, suscetibilidade de defesa e proximidade com o elemento estratégico, permitirão às suas frotas o maior grau de proximidade possível se comparado com qualquer oponente. Com a entrada e a saída do Mississippi suficientemente protegidas, com postos avançados em suas mãos e com as comunicações entre eles e a base doméstica garantidas, enfim, com a preparação militar adequada, para a qual o país tem todos os meios necessários, os Estados Unidos, contando com sua posição geográfica e seu poder, serão com certeza matemática preponderantes.

## II. Características físicas

As características peculiares da costa do Golfo do México que acabamos de mencionar exemplificam a importância que tem a característica física de um país e por isso são apresentadas em segundo lugar na discussão sobre as condições que afetam o desenvolvimento do poder naval.

---

52 N. T.: referência ao istmo, ou seja, a parte mais estreita de faixa de terra entre os dois oceanos, do local onde hoje se situa o Panamá.

A costa marítima de um país é uma de suas fronteiras. Quanto mais fácil atravessá-las para atingir outras regiões, nesse caso, o mar, maior será a tendência de um povo a usá-las para relacionar-se com o resto do mundo. Se um país hipoteticamente tem longa costa marítima, mas nenhum porto, esse país não consegue ter comércio marítimo por si só, nem navegação e tampouco marinha. Esse foi, em linhas gerais, o caso da Bélgica, quando era uma província espanhola e austríaca<sup>53</sup>. Os holandeses, em 1648, como condição para a paz após uma guerra bem-sucedida para eles, exigiram que o rio Escalda<sup>54</sup> fosse bloqueado ao comércio marítimo. Isso fechou o porto de Antuérpia e transferiu o comércio marítimo da Bélgica para a Holanda. Com isso, a Holanda espanhola deixou de ser uma potência marítima.

Um elevado número de portos profundos é uma fonte de força e de riqueza. Mais ainda o são caso sejam as saídas de rios navegáveis, facilitando neles a concentração do comércio interno de um país; mas, por sua própria acessibilidade, tornam-se fonte de fraqueza na guerra se não forem adequadamente defendidos. Os holandeses, em 1667, encontraram pouca dificuldade em subir o Tâmesa e incendiar grande proporção da marinha inglesa à vista de Londres; por outro lado, alguns anos depois, as frotas combinadas da Inglaterra e da França, ao tentarem desembarcar na Holanda, foram frustradas tanto pelas dificuldades da costa quanto pelo valor da frota holandesa. Em 1778, os americanos, mesmo com a desvantagem dos ingleses, perderam o porto de Nova Iorque e, com ele, o controle do rio Hudson, em decorrência da hesitação de um almirante francês. Se tivessem controlado o porto, a região de *New England* teria conseguido manter uma comunicação segura

---

53 N. T.: A região conhecida como países baixos espanhóis ou Holanda espanhola foi governada pelo ramo espanhol dos Habsburgos de 1556 a 1714. Ela teve o território quase equivalente ao que hoje são a Bélgica, Luxemburgo, e territórios da Holanda e da Alemanha.

54 N. T.: *Schelde*. Rio que passa pelo norte da França, pelo oeste da Bélgica e o sudoeste da Holanda, com sua embocadura no mar do norte.

com Nova Iorque, Nova Jersey e Pensilvânia; esse golpe, após o desastre de Burgoyne<sup>55</sup>, no ano anterior, provavelmente teria levado os ingleses a desistir da guerra antes. O Mississippi é uma poderosa fonte de riqueza e força para os Estados Unidos, mas as fracas defesas de sua embocadura e o número de afluentes que penetram no país fizeram dele uma fraqueza e fonte de desastres para a Confederação na Guerra Civil Americana. E, finalmente, em 1814, a ocupação de Chesapeake e a destruição de Washington ofereceram uma objetiva lição dos perigos que podem decorrer das vias aquáticas, se as áreas próximas às suas embocaduras não forem defendidas; essa é uma lição recente o suficiente para ser lembrada com facilidade, mas que, a partir do atual estado das defesas costeiras, parece ser mais facilmente esquecida. Não se deve considerar que as condições mudaram; circunstâncias e detalhes ofensivos e defensivos foram transformados, mas as condições estruturais permanecem as mesmas.

Antes das grandes Guerras Napoleônicas e durante o conflito, a França não possuía porto para seus navios a leste de Brest. Essa era uma grande vantagem para a Inglaterra, que no mesmo trecho possuía dois grandes arsenais, em Plymouth e Portsmouth, além de outros portos de refúgio e suprimento. Esse defeito foi corrigido pelas obras no porto de Cherbourg.

Além do contorno da costa, que envolve fácil acesso ao mar, existem outras condições físicas que levam os povos ao mar ou os desviam dele. Embora a França carecesse de portos militares no Canal da Mancha, os que possuía nessa localidade, no Oceano Atlântico e no Mediterrâneo eram excelentes, favoravelmente situados para o comércio e na saída de grandes rios, o que favoreceria o tráfego interno. Mas, quando Richelieu pôs fim

---

55 N. T.: John Burgoyne (1722-1792) foi um oficial do exército britânico. Em outubro de 1777, após ser repellido de Saratoga e estando com seus mais de 5 mil soldados cercados, decidiu se render.

à Guerra Civil, os franceses não foram ao mar com a ânsia e o afincos dos ingleses e dos holandeses. Uma das principais razões pode ser encontrada nas condições físicas que oferecem à França terra e clima agradáveis, produzindo em seu território mais do que seu povo precisava. A Inglaterra, por outro lado, recebeu muito pouco da natureza e, até o desenvolvimento de suas manufaturas, tinha pouco para exportar. Sua incansável atividade, estimulada por muitas necessidades e combinada com outras circunstâncias que favoreciam o empreendimento marítimo, levaram seu povo ao exterior; e ali encontraram terras mais agradáveis e mais ricas que as suas. Suas necessidades e seu caráter os fizeram mercadores e colonizadores, mais tarde industriais e produtores; e, entre estes e as colônias, deve existir um inevitável laço de união, uma frota mercante. Assim, seu poder naval cresceu. Mas, se a Inglaterra era atraída pelo mar, a Holanda era arrastada a ele; sem o mar, a Inglaterra definharia, mas a Holanda morreria. No auge de sua grandeza, quando ela era um dos principais atores da política europeia, um escritor holandês estimou que o solo do país não podia sustentar mais de um oitavo de seus habitantes. As manufaturas do país eram numerosas e importantes, mas haviam se desenvolvido muito mais tarde do que seus interesses marítimos. A pobreza do solo e a natureza exposta da costa levaram os holandeses primeiro a pescar. Então, a descoberta do processo de cura do peixe em salga seca deu a eles material para exportação e também para consumo doméstico, lançando a base de sua riqueza. Assim, eles se tornaram comerciantes e herdeiros do grande comércio italiano do Levante na época em que as repúblicas italianas, sob a pressão do poder turco e a descoberta da passagem em torno do Cabo da Boa Esperança, estavam começando a declinar. Mais favorecidos por sua posição geográfica, intermediária entre o Báltico, a França e o Mediterrâneo, e na foz dos rios alemães, eles rapidamente absorveram quase todo o comércio europeu. Os armazéns navais e de trigo do Báltico, o comércio da Espanha com suas colônias no Novo Mundo, os vinhos da França e o comércio costeiro francês foram, por mais

de 200 anos, transportados em navios holandeses. Até mesmo o comércio da Inglaterra era feito por holandeses. Não se pode acreditar, no entanto, que toda essa prosperidade provenha apenas da pobreza dos recursos naturais da Holanda. Sua importância não nasceu do nada. Pelas condições de seu povo, eles foram levados para o mar e estavam, pelo domínio do transporte marítimo e pelo tamanho de suas frotas, em posição de lucrar com a súbita expansão do comércio e o espírito de exploração que se seguiu à descoberta da América e da passagem ao redor do Cabo da Boa Esperança. Outras causas o facilitaram, mas toda a sua prosperidade estava no poder naval viabilizado pela sua pobreza. Sua comida, suas roupas, a matéria-prima de suas manufaturas, a própria madeira e o cânhamo com os quais construíram e navegavam seus navios (e construíram quase tantos quanto todo o resto da Europa) foram importados; e, quando uma guerra desastrosa com a Inglaterra em 1653 e 1654 durou dezoito meses, e seus negócios de transporte marítimo foram interrompidos, afirmou-se que “as fontes de receita que sempre mantiveram as riquezas do Estado, como pesca e comércio, estavam quase vazias”. As fábricas foram fechadas; o trabalho, suspenso. O golfo de Zuiderzê<sup>56</sup> tornou-se uma floresta de mastros; o país estava cheio de mendigos; a grama cresceu nas ruas e, em Amsterdã, 1.500 casas ficaram sem moradores.” Somente uma paz humilhante os salvou da ruína.

Esse triste resultado mostra a fraqueza de um país que depende inteiramente de fontes externas a ele para sua inserção internacional. Com as devidas qualificações, em decorrência das diferenças de condições que não precisam ser mencionadas aqui, o caso da Holanda tem fortes pontos de semelhança com o da Grã-Bretanha agora; e são verdadeiros profetas, embora pareçam ter pouca honra em seu próprio país, aqueles que advertem de que a continuidade de sua prosperidade nacional depende

---

56 N. T.: *Zuiderzee*. Golfo na região nordeste da presente Holanda.



principalmente da manutenção de seu poder no exterior. Pode-se ficar descontente com a falta de privilégios políticos; mas a falta de alimento é ainda mais desconfortável. É de maior interesse para os americanos observar que o resultado para a França, considerada uma potência marítima, causado pela extensão, qualidade e riqueza do solo, foi reproduzido nos Estados Unidos. No início, seus antepassados mantinham uma estreita faixa de terra sobre o mar, fértil em partes ainda pouco desenvolvidas, abundante em portos e perto de área de excelência para a pesca. Essas condições físicas, combinadas com um amor inato pelo mar e o pulso daquele sangue inglês que ainda batia em suas veias, conseguiram manter vivas todas as tendências e atividades das quais depende um saudável poder naval. Quase todas as colônias originais estavam no mar ou em um de seus grandes tributários. Todas as exportações e importações passavam pelo litoral. O interesse pelo mar e uma apreciação sofisticada do seu papel no bem-estar público eram amplamente difundidos. Isso ia muito além do interesse pelo bem público, pois a abundância de materiais de construção naval e a relativa escassez de outros investimentos faziam da navegação marítima um interesse privado lucrativo. Isso mudou consideravelmente. O centro do poder não está mais no litoral. Livros e jornais competem entre si ao descrever o maravilhoso crescimento e as riquezas ainda não desenvolvidas do interior. O capital, procurando melhores oportunidades, encontra ali seus investimentos mais satisfatórios. As fronteiras são negligenciadas e politicamente fracas, como é o caso atualmente das costas do Golfo do México e do Oceano Pacífico e até da costa atlântica relativamente ao vale do Mississippi. Quando chegar o dia em que o transporte marítimo novamente compensar, quando as três fronteiras marítimas descobrirem que não são apenas militarmente fracas, mas mais pobres por falta de transporte nacional, seus esforços conjuntos podem se valer para lançar novamente as bases de nosso poder naval. Até esse dia, aqueles que conhecem os obstáculos que impactaram a França pela ausência de poder naval lamentarão que seu próprio país

esteja sendo levado, por uma posição semelhante em termos de riqueza doméstica, a incorrer na mesma negligência desse grande instrumento de poder.

Podemos citar a Itália entre os exemplos de influência das condições geográficas de uma península larga, com uma cadeia de montanhas centrais dividindo o território em duas faixas estreitas, nas quais seus diferentes portos são unidos necessariamente por estradas. Somente um controle absoluto do mar pode garantir a segurança dessas comunicações, uma vez que é impossível saber em que ponto um inimigo pode atacar pelo mar. Mesmo assim, com uma força naval adequada posicionada de forma central, há muita chance de se atacar sua frota, que é ao mesmo tempo sua base e linha de comunicação, antes que danos sérios sejam causados. A península longa e estreita da Flórida, com Key West em sua extremidade, embora plana e pouco povoada, apresenta condições à primeira vista semelhantes às da Itália. A semelhança pode ser apenas superficial, mas parece provável que, se o principal cenário de uma guerra naval fosse o Golfo do México, as comunicações por terra até a extremidade da península poderiam ser passíveis de ataques.

Quando o mar não apenas serve de fronteira natural, mas também separa um país em duas ou mais partes, seu controle torna-se não só desejável, mas vitalmente necessário. Tal condição física ou dá origem e força ao poder naval ou torna o país impotente. Essa é a condição do atual reino da Itália, com suas ilhas da Sardenha e Sicília; por isso é possível observar que, a despeito de ser um país novo<sup>57</sup> e financeiramente fraco, promove esforços vigorosos e inteligentes para criar uma marinha de guerra. Já se argumentou que, com uma marinha decididamente superior à de seu inimigo, a Itália poderia controlar melhor suas ilhas do que seu território continental; pois a insegurança das linhas de comunicação na península, como apontado, embarçaria seriamente um exército invasor cercado por um povo hostil e ameaçado pelo mar.

---

57 N. T.: O Reino da Itália foi fundado em 1861.

O mar da Irlanda, que separa as ilhas britânicas, parece mais um estuário do que uma divisão real; mas a história mostrou seu perigo para o Reino Unido. Nos dias de Luís XIV, quando a marinha francesa quase igualou a inglesa e a holandesa combinadas, a Irlanda passou quase totalmente para o controle dos nativos e de franceses, gerando grave complicação para os ingleses. No entanto, o mar da Irlanda era mais um perigo para os ingleses, um ponto fraco em suas comunicações, do que uma vantagem para os franceses. Estes não aventuravam suas naus de linha<sup>58</sup> em suas águas estreitas, e expedições que pretendiam desembarcar eram dirigidas aos portos oceânicos no sul e oeste. No momento supremo, a grande frota francesa foi enviada para a costa sul da Inglaterra, onde derrotou decisivamente os Aliados e, ao mesmo tempo, 25 fragatas foram enviadas ao Canal de São Jorge<sup>59</sup> contra as comunicações inglesas. No meio de um povo hostil, o exército inglês na Irlanda estava seriamente ameaçado, mas foi salvo pela batalha de Boyne e pela fuga de Jaime II. Esse movimento contra as comunicações do inimigo era estritamente estratégico e seria tão perigoso para a Inglaterra agora quanto em 1690.

A Espanha, no mesmo século, proporcionou uma lição impressionante da fraqueza causada por essa separação quando as partes não são unidas por uma forte força naval. Ela ainda mantinha, como remanescentes de sua grandeza passada, a Holanda (hoje Bélgica), Sicília e outras possessões italianas, para não falar de suas vastas colônias no Novo Mundo. No entanto, o poder naval espanhol decaiu tanto que um holandês bem informado e de mente sóbria da época afirmou que

na Espanha toda a costa é navegada por alguns navios holandeses e, desde a paz de 1648, seus navios e marinheiros são tão poucos que começaram a contratar

---

58 N. T.: *Ships-of-the-line*. Tipo de embarcação de guerra ofensiva.

59 N. T.: também conhecido como Mar da Irlanda ou Canal da Irlanda.

abertamente nossos navios para navegar para as Índias, enquanto tomavam o cuidado de excluir todos os estrangeiros de lá [...] É manifesto [continua ele] que as Índias Ocidentais, sendo como o estômago para a Espanha (pois a receita fiscal é retirada quase toda delas), deve se ligar ao continente espanhol, equivalente a uma cabeça, por uma força naval; e que Nápoles e a Holanda, como dois braços, não podem emprestar suas forças para a Espanha, nem receber nada dela a não ser por uma frota mercante, tudo facilmente realizável em tempos de paz, mas que pode ser obstruído na guerra.

Meio século antes, Sully, o grande ministro de Henrique IV, caracterizou a Espanha “como um daqueles Estados cujas pernas e braços são fortes e poderosos, mas cujo coração é extremamente fraco e débil”. Desde essa época, a marinha espanhola sofreu não apenas desastre, mas também aniquilação; não apenas humilhação, mas degradação. As conseqüências, de maneira sucinta, foram a destruição de sua frota mercante e, com ela, de sua indústria. O governo dependia, para sua sobrevivência, não de um comércio e de uma indústria diversificados que pudessem sobreviver a reveses súbitos, mas de um fluxo intermitente de prata que pingava da frota da América, a qual era fácil e frequentemente interceptada pelos cruzadores de inimigos. A perda de meia dúzia de galeões mais de uma vez paralisou a ação do país por um ano. Enquanto durou a guerra na Holanda, o controle holandês do mar obrigou a Espanha a enviar suas tropas por uma longa e onerosa viagem por terra, em vez de usar a via marítima; e a mesma causa gerou tantos problemas e necessidades que, por um acordo mútuo estranho às ideias modernas, suas necessidades foram supridas por navios holandeses, que assim auxiliaram os inimigos de seu país, mas receberam em troca o dinheiro que era bem acolhido na bolsa de Amsterdã. Na América, os espanhóis se protegeram da melhor maneira possível se refugiando em construções de alvenaria, sem

ajuda da metrópole; enquanto no Mediterrâneo pouco sofriram, principalmente pela indiferença dos holandeses, pois franceses e ingleses ainda não haviam começado a disputar seu domínio por lá. No curso da história, Holanda, Nápoles, Sicília, Menorca, Havana, Manila e Jamaica foram arrancadas, em algum momento, desse império sem marinha. Em suma, embora a impotência marítima da Espanha possa ter sido principalmente um sintoma de sua decadência geral, tornou-se um fator significativo para precipitá-la no abismo do qual ela ainda não emergiu totalmente.

À exceção do Alasca, os Estados Unidos não possuem posses distantes inacessíveis por terra. Seu contorno é tal que apresenta poucos pontos fracos, e todas as partes importantes das fronteiras podem ser facilmente alcançadas, e de forma barata, pela água, e rapidamente por via férrea. A fronteira mais fraca, o Pacífico, está longe dos inimigos potencialmente mais perigosos. Os recursos internos são ilimitados em comparação com as necessidades atuais; podemos viver indefinidamente em “nosso cantinho”, para usar a expressão de um oficial francês para este autor. No entanto, se esse cantinho for invadido por uma nova rota comercial por meio do istmo, os Estados Unidos poderão ter o abrupto despertar daqueles que abandonaram a parte que lhe corresponde da propriedade comum de todos, o mar.

### **III. Extensão territorial**

A extensão do território é a última das condições que afetam o desenvolvimento de uma nação como potência naval e que depende do país em si e não dos habitantes que o ocupam. Isso pode ser apresentado com poucas palavras.

No que diz respeito ao desenvolvimento do poder naval, devem ser considerados o tamanho de sua costa e a qualidade de seus portos e não o número total de milhas quadradas que um país tem. Quanto a isso, deve-se dizer que, considerando-se as mesmas

condições geográficas e físicas, a extensão da costa marítima é uma fonte de força ou fraqueza conforme a população é grande ou pequena. Um país, nesse aspecto, assemelha-se a uma fortaleza; a guarnição deve ser proporcional às muralhas. Um exemplo familiar recente é encontrado na Guerra da Secessão americana. Se o Sul tivesse um povo tão numeroso quanto belicoso, e uma marinha e outros recursos proporcionais à grande extensão de sua costa marítima e a suas numerosas enseadas, eles seriam elementos de grande força. O povo dos Estados Unidos e o governo da época se orgulhavam da eficácia do bloqueio de toda a costa do Sul. Foi um grande e primoroso feito, mas teria sido impossível se os sulistas fossem mais numerosos e uma nação de marinheiros. O que foi mostrado nesse caso não foi, como já afirmado, como esse bloqueio conseguiu ser mantido, mas que tal bloqueio é realizável diante de uma população não apenas não familiarizada ao mar, mas também pequena. Quem se lembra de como o bloqueio foi executado, e da classe de navios utilizados durante grande parte da guerra, sabe que o plano, correto nas circunstâncias, não poderia ter sido implementado contra uma marinha de verdade. Espalhados e sem apoio ao longo da costa, os navios dos Estados Unidos mantiveram seus lugares isolados ou em pequenos destacamentos diante de uma extensa rede de comunicações de águas interiores que favoreciam a concentração secreta do inimigo. Atrás da primeira linha de comunicações pela água, havia longos estuários, e aqui e ali importantes fortalezas, sobre as quais os navios do inimigo sempre podiam recuar para escapar da perseguição ou receber proteção. Se os Confederados tivessem uma marinha para aproveitar essas vantagens ou a condição dispersa dos navios da União, estes não conseguiriam ficar espalhados como estavam; e, sendo forçados a se concentrar no apoio mútuo, muitas brechas pequenas, porém úteis, seriam deixadas abertas ao comércio. Mas, assim como a costa do Sul, por sua extensão e muitas enseadas, poderia ter sido uma fonte de força, então, por essas mesmas características, tornou-se significativa fonte de prejuízos. A história da abertura do

Mississippi é apenas a ilustração mais impressionante de uma ação que acontecia incessantemente por todo o Sul. A cada brecha na fronteira marítima, navios de guerra entravam. Assim, os afluentes que transportavam a riqueza e apoiavam o comércio dos estados da Confederação se voltaram contra eles, introduzindo seus inimigos ao coração do país. Desânimo, insegurança e paralisia prevaleceram em regiões que poderiam, sob auspícios mais felizes, ter sustentado uma guerra mais exaustiva. Nunca o poder naval desempenhou papel maior ou mais decisivo no curso da história do mundo do que no conflito do qual resultou a existência, na América do Norte, de uma grande nação, em vez de vários estados pequenos e rivais. Mas, embora se possa orgulhar na merecida glória daqueles dias, sendo reconhecida a grandeza dos resultados em decorrência da preponderância naval, os americanos que entendem os fatos não devem deixar seus confiantes compatriotas se esquecerem de que o Sul não apenas carecia de um marinha e não era um povo marítimo, mas também que sua população não era proporcional à extensão da costa marítima a ser defendida.

#### **IV. Tamanho da população**

Após analisar a influência que as características naturais de um país exercem sobre o poder naval, vamos agora estudar as que decorrem das qualidades particulares de seus habitantes. Entre essas examinaremos, em primeiro lugar, as que derivam do tamanho populacional, em decorrência da relação que têm com a extensão territorial, aspecto que acabamos de analisar. Já foi dito que, em relação às dimensões, não é apenas o número de quilômetros quadrados, mas a extensão e as características da costa marítima que devem ser consideradas em referência ao poder naval. Assim, do ponto de vista populacional, não é apenas o total geral, mas o número empregado em atividades marítimas, ou pelo menos prontamente disponível para emprego a bordo de navios e para a fabricação de material naval, que deve ser contado.

Por exemplo, anteriormente e até o final das guerras da Revolução Francesa, a população da França era muito maior do que a da Inglaterra; mas, em relação ao poder naval em geral, a França era muito inferior à Inglaterra no comércio e na eficiência militar. Na questão da eficiência militar, esse fato é mais notável porque, no momento da preparação militar, no início da guerra, a França tinha a vantagem; mas ela não foi capaz de mantê-la. Assim, em 1778, quando eclodiu a guerra, a França, pelo seu cadastro marítimo<sup>60</sup>, conseguiu equipar ao mesmo tempo 50 navios-de-linha<sup>61</sup>. A Inglaterra, em razão da dispersão no mundo da frota em que sua força naval repousava com tanta segurança, inicialmente teve muitos problemas para equipar 40 navios; mas, em 1782, ela já tinha 120 em comissão ou prontos para comissionar, enquanto a França nunca fora capaz de exceder 71. Novamente, em 1840, quando as duas nações estavam à beira da guerra no Levante, um brilhante oficial francês da época, exaltando o alto estado de eficiência da frota francesa e as qualidades eminentes de seu almirantado, e expressando confiança nos resultados de um confronto com um inimigo de nível equivalente, afirmou: “Atrás da esquadra de 21 navios-de-linha que poderíamos então montar, não havia reserva; nenhum outro navio poderia ter sido comissionado dentro de seis meses.” E isso não se devia apenas à falta de navios e de equipamentos adequados, embora ambos estivessem em falta. “Nosso cadastro marítimo”, continua ele, “estava tão baixo com o que havíamos feito [tripulando 21 navios], que a taxa permanente estabelecida em todos os quadrantes não fornecia substitutos para os homens, que já estavam há mais de três anos navegando”.

Um contraste como esse mostra uma diferença na chamada capacidade de resistência, ou força de reserva, que é ainda maior do que aparece em primeira análise. Uma grande frota

---

60 N. T.: *maritime inscription*. Do francês *inscription maritime*. Registro das pessoas que podem ser chamadas para servir em embarcações de guerra.

61 N. T.: *ships-of-line*.



necessariamente emprega, além das tripulações, grande número de pessoas em diversas atividades que facilitam a confecção e a reparação de material naval, ou respondem a outras demandas mais ou menos ligadas à navegação e a embarcações de todos os tipos. Tais atividades oferecem relevante experiência e iniciação a atividades marítimas. Um dos mais distintos homens do mar da Inglaterra, Sir Edward Pellew, oferece uma anedota mostrando uma visão curiosa sobre esse assunto. Quando a guerra eclodiu em 1793, a escassez de marinheiros foi atendida. Ansioso para se lançar ao mar e incapaz de tripular de outra maneira que não com homens da terra, ele instruiu seus oficiais a procurar mineiros da Cornualha<sup>62</sup>. Ele fez isso com base no raciocínio de que esses homens enfrentavam condições e perigos semelhantes ao enfrentado nos oceanos, e que poderiam rapidamente se encaixar nas exigências da vida no mar. O resultado mostrou sua sagacidade, pois, escapando de um atraso, teve a sorte de capturar a primeira fragata tomada na guerra em um único combate; e é especialmente instrutivo que, embora tenha atuado apenas algumas semanas, enquanto seu oponente já navegava há mais de um ano, as perdas, pesadas de ambos os lados, tenham sido quase equivalentes.

Pode-se argumentar que essa força de reserva tenha perdido a importância que já teve, pois navios e armas modernas demoram a serem fabricados, e os Estados de hoje buscam desenvolver todo o poder de sua força armada, no início da guerra, com a maior rapidez possível, para dar um golpe decisivo antes que o inimigo possa organizar esforço semelhante. Para usar uma frase familiar, não há tempo para que a resistência total da nação entre em ação; o golpe cairá sobre a frota militar organizada e, se ela sucumbir, a solidez do restante da estrutura não valerá nada. Até certo ponto, isso é verdade; mas sempre foi, embora em menor escala antes do que é agora. Quando se chocam duas frotas que representam

---

62 N. T.: *miners from Cornwall*. A Cornualha é uma região que fica a sudoeste da Inglaterra, tendo ao sul o canal da Inglaterra e a oeste o mar celtaico.

praticamente toda a força disponível de suas duas nações, se uma delas for destruída, enquanto a outra permanecer apta para a ação, haverá muito menos esperança agora do que antigamente que o vencido possa restaurar sua marinha para aquela guerra; e o resultado será desastroso exatamente na proporção respectiva da dependência de seu poder naval. Um Trafalgar teria sido um golpe muito mais fatal para a Inglaterra do que para a França, se a frota inglesa representasse, como a frota aliada o foi, o fundamento do poder da nação. Trafalgar nesse caso teria sido para a Inglaterra o que Austerlitz era para a Áustria e Jena para a Prússia; um império teria ficado prostrado pela destruição ou desorganização de suas forças militares, que, diz-se, eram o objetivo favorito de Napoleão.

Mas a consideração de tais desastres excepcionais no passado justifica atribuir um valor baixo àquela força de reserva, com base no número de habitantes adequados a certo tipo de vida militar, como apresentado aqui? Os golpes mencionados acima foram tratados por homens de gênio excepcional, à frente de forças armadas de treinamento excepcional, *esprit-de-corps* e prestígio, e foram, além disso, infligidos a oponentes mais ou menos desmoralizados pela inferioridade e por derrotas anteriores. Austerlitz havia sido precedido por Ulm, onde 30 mil austríacos deitaram as armas sem batalha; e a história dos anos anteriores havia registrado repetidas derrotas austríacas e sucessos franceses. Trafalgar ocorreu logo depois de uma série<sup>63</sup>, justamente chamada de campanha, de fracassos quase constantes; e mais atrás, mas ainda recentes, havia, na frota aliada, as memórias de São Vicente para os espanhóis e do Nilo para os franceses<sup>64</sup>. Exceto no caso de Jena,

---

63 N. T.: *cruise*. De acordo com o Merriam-Webster Dictionary, o termo se refere a uma viagem sem destino ou propósito.

64 N. T.: A Batalha do Cabo de São Vicente foi um choque naval que ocorreu no contexto da Guerra de Independência dos Estados Unidos, na costa sul de Portugal em 1780, na qual a Espanha foi derrotada pelos ingleses. A Batalha do Nilo, também conhecida como Batalha do Aboukir, ocorreu na campanha mediterrânea de 1798, quando uma força expedicionária francesa liderada por Napoleão invadiu o Egito para tentar atingir a Índia.

essas derrotas esmagadoras não foram desastres únicos, mas golpes finais; e, na campanha de Jena, havia uma disparidade em números, equipamentos e preparação geral para a guerra, o que a torna menos aplicável ao se considerar o que pode resultar de uma única vitória.

A Inglaterra é atualmente a maior nação marítima do mundo; em vapor e ferro, manteve a superioridade que possuía nos dias da navegação a vela e madeira. A França e a Inglaterra são as duas potências que possuem as maiores marinhas militares e, até agora, é uma questão em aberto qual das duas é a mais poderosa, pois podem ser consideradas praticamente de igual força em material para uma guerra marítima. No caso de um choque, pode-se presumir a existência de diferenças de pessoal ou de preparação, a fim de tornar provável que uma desigualdade decisiva resulte de uma batalha ou campanha? Caso negativo, as forças da reserva serão úteis. Primeiro a organizada, depois a de pessoal de apoio que de alguma forma tenha experiência direta ou indireta com o mar, inclusive em atividades mecânicas. Parece ter sido um pouco esquecido que a liderança da Inglaterra nas artes mecânicas lhe oferece uma reserva que pode facilmente se familiarizar com os aparelhos dos modernos couraçados<sup>65</sup>; e, como o comércio realizado por transporte marítimo e as indústrias serão impactados pela guerra, e serão assim diminuídos, o excedente de marinheiros e mecânicos irá para a frota armada.

Pode-se resumir toda a questão do valor de uma reserva, desenvolvida ou não desenvolvida, à seguinte pergunta: as condições modernas de guerra tornaram provável que, de dois adversários quase iguais, um seja derrotado de tal forma em uma única campanha que um resultado decisivo será alcançado? A guerra naval até o momento não conseguiu oferecer uma resposta. Os sucessos esmagadores da Prússia contra a Áustria e da Alemanha contra a

---

65 N. T.: Termo em inglês *ironclad*, grande navio de combate dotado de poderosa artilharia e protegido por espessa blindagem.

França parecem ter sido os de um país mais forte em relação a um país muito mais fraco, tanto no caso de causas naturais como de incompetência. Como um atraso como o de Plevna<sup>66</sup> afetaria a sorte da guerra, se a Turquia tivesse alguma reserva à qual pudesse recorrer?

Se existe, como em todo lugar, um fator supremo na guerra, cabe a países cujo gênio não é essencialmente militar, cujo povo, como todas as pessoas livres, se opõe a pagar por grandes estabelecimentos militares, a garantia de que sejam pelo menos suficientemente fortes para ganhar o tempo necessário para transformar o espírito e a capacidade de seus povos para as novas atividades que a guerra exige. Se a força disponível em terra ou no mar é forte o suficiente para resistir, mesmo que em desvantagem, o país poderá contar com seus recursos naturais e força para as suas funções correspondentes – seu número, sua riqueza, suas capacidades de todo tipo. Se, por outro lado, a força que ele tem pode ser derrubada e esmagada rapidamente, as mais magníficas possibilidades do poder potencial não o salvarão de condições humilhantes, nem, se seu inimigo for sábio, de garantias que adiarão a vingança para um distante futuro. A história constantemente se repete nos menores campos de batalha: “Se algo assim pode aguentar um pouco mais, algo poderá ser salvo ou aquilo poderá ser feito”. Como na doença, costuma-se dizer: “Se o paciente puder aguentar mais um pouco, a força de sua constituição poderá salvá-lo”.

A Inglaterra, em certa medida, é agora um país assim. A Holanda era um país assim; ela quis arcar com os custos e, se escapou, conseguiu deixando sua pele nas garras dos adversários. Um de seus grandes estadistas, De Witt, escreveu:

---

66 N. T.: O cerco de Plevna foi uma batalha da guerra entre a Rússia e o Império Otomano em 1877. Os otomanos conseguiram sustentar uma defesa por cinco meses, ritardando o avanço russo para a Bulgária.

Nunca, em tempo de paz e com medo de uma guerra futura, se criam disposições eficazes que possibilitem os sacrifícios pecuniários de antemão. O caráter dos holandeses é tal que eles não estão dispostos a arcar com custos de sua própria defesa, a menos que o perigo seja iminente. Isso é explicado pelo caráter de seu povo, que, sendo liberal e pródigo quando devem economizar, muitas vezes são avarentos onde se deveria gastar.

É patente para todo o mundo que o nosso próprio país sofre do mesmo problema. Os Estados Unidos não possuem esse escudo de poder defensivo, por trás do qual se pode ganhar tempo para desenvolver suas forças de reserva. Onde estaria uma força marítima adequada às suas possíveis necessidades? Esse recurso, proporcional à sua costa e à sua população, só pode ser encontrado em navios mercantes nacionais e em indústrias relacionadas, que atualmente não existem. Pouco importa se as tripulações desses navios são nativas ou estrangeiras, desde que estejam ligadas à bandeira americana e seu poder no mar seja suficiente para permitir que a maioria deles possa ser utilizada em caso de guerra. Ademais, considerando que milhares de estrangeiros podem votar, certamente não haveria dificuldade para dar-lhes armamento a bordo de navios de guerra.

Mesmo que o tratamento do tema seja ainda superficial, pode-se afirmar que a existência de uma grande população empregada em atividades marítimas é, agora como antigamente, elemento relevante do poder naval; que os Estados Unidos são deficientes nesse quesito; e que o modo de o criar só pode ser por intermédio de um grande comércio realizado sob sua própria bandeira.

## **V. Caráter nacional**

Nessa parte, examinaremos o efeito do caráter e das aptidões nacionais sobre o desenvolvimento do poder naval.

Se o poder naval se basear realmente em um comércio pacífico e amplo, a aptidão para atividades comerciais deve ser uma característica das nações que, em um momento ou outro, foram grandes no mar. A história quase sem exceção afirma que isso é verdade. A não ser pelos romanos, não há exemplo contrário.

Todos os homens perseguem o lucro e, mais ou menos, amam o dinheiro; mas a maneira pela qual os buscam tem efeito marcante nas fortunas comerciais e na história do povo que habita um país.

Caso se acredite na história, a maneira pela qual os espanhóis e os portugueses buscavam riqueza não apenas levou a uma mancha no caráter nacional como também foi fatal para o crescimento de um comércio saudável, para as indústrias das quais este necessita e, finalmente, para a riqueza nacional, perseguida por meios equivocados. O desejo pelo ganho levou-os à avaréza feroz; por isso buscaram, nas conquistas que deram tanto impulso ao desenvolvimento comercial e marítimo dos países da Europa, não novos campos de empreendimentos, não a emoção saudável da exploração e da aventura, mas ouro e prata. Eles tinham muitas qualidades importantes; eram ousados, empreendedores, disciplinados, pacientes no sofrimento, entusiasmados e dotados de intenso sentimento nacional. Quando a essas qualidades são adicionadas as vantagens da posição geográfica da Espanha e portos bem situados, o fato de que ela foi a primeira a ocupar grandes e ricas porções dos novos mundos e por muito tempo permaneceu sem um concorrente, e que, por cem anos após a descoberta da América, foi o estado proeminente na Europa, poder-se-ia ter esperado que tomaria o lugar mais importante entre as potências navais. O resultado, como todos sabem, foi exatamente o contrário. Desde a batalha de Lepanto, em 1571, embora envolvida em muitas guerras, nenhuma vitória naval de qualquer consequência brilha nas páginas de sua história, e a decadência de seu comércio explica

suficientemente a dolorosa e às vezes ridícula inaptidão mostrada nos conveses de seus navios de guerra. Sem dúvida, esse resultado não deve ser atribuído a apenas uma causa. O governo da Espanha claramente estorvava e impedia o desenvolvimento livre e saudável da iniciativa privada; mas o caráter de um grande povo rompeu ou molda o de seu governo, e dificilmente se pode duvidar que, se a inclinação do povo fosse para o comércio, a ação do governo teria sido atraída para a mesma corrente. As colônias, também, estavam distantes do centro desse despotismo que prejudicou o crescimento da antiga Espanha. Ocorre que milhares de espanhóis, pertencentes tanto às classes trabalhadoras quanto altas, saíam do país para as colônias ou para o exterior, e o que enviavam para a metrópole como resultado era insignificante, além de um pouco de dinheiro ou mercadorias de pouco volume, que demandava barcos pequenos e de baixa tonelagem. A metrópole produzia quase nada – lã, frutas, ferro; suas manufaturas eram quase nada; suas indústrias sofriam; sua população progressivamente declinava. Tanto ela quanto suas colônias dependiam dos holandeses para muitas das necessidades básicas, e os produtos das poucas indústrias espanholas não eram suficientes para pagá-las. “Os mercadores holandeses”, escreveu um observador daquele tempo, “que transportam dinheiro para a maior parte do mundo para comprar mercadorias, devem retirá-lo deste único país europeu, que o dá em pagamento de mercadorias holandesas”. Assim, a riqueza tão perseguida pelos espanhóis rapidamente deixava as suas mãos. Já foi apontado o quão fraca, do ponto de vista militar, a Espanha era em decorrência da deterioração de sua marinha mercante. Como sua riqueza era pequena e transportada em poucos navios, seguindo rotas geralmente regulares, era facilmente apreendida por inimigos, que conseguiam fragilizar o principal elemento para a mobilização na guerra; enquanto isso, a riqueza da Inglaterra e da Holanda estava espalhada em milhares de navios em todas as partes do mundo. Mesmo quando receberam duros golpes em exaustivas guerras, seus respectivos crescimentos foram menores e difíceis,

mas constantes. As fortunas de Portugal, nação unida à Espanha durante um crítico período de sua história, seguiram o mesmo caminho descendente. Embora tenha inicialmente sido pioneira, a decadência do seu desenvolvimento naval foi completa.

As minas do Brasil foram a ruína de Portugal, como as do México e Peru tinham sido da Espanha; todas as manufaturas foram desprezadas de forma insana; por muito tempo, os ingleses forneceram aos portugueses não apenas roupas, mas todos os tipos de mercadorias, até peixe salgado e grãos. A busca pelo ouro fez os portugueses abandonarem o próprio solo; as vinhas do Porto foram por fim compradas pelos ingleses com ouro brasileiro, que só passara por Portugal para se espalhar por toda a Inglaterra.

Temos a certeza de que, em 50 anos, 500 milhões de dólares foram extraídos “das minas do Brasil e que, no final das contas, Portugal tinha apenas 25 milhões em espécie” – um exemplo impressionante da diferença entre riqueza real e fictícia<sup>67</sup>.

Os ingleses e holandeses não eram menos desejosos de lucrar do que os povos das nações do sul. Estes chamaram aqueles de “nações de lojistas”; mas a zombaria, na medida em que é justa, demonstrava, na verdade, sabedoria e retidão. Eles não eram menos ousados, nem menos empreendedores, nem menos pacientes. De fato, eles eram até mais pacientes, pois buscavam riquezas não pela espada, mas pelo trabalho, tomando o caminho mais longo, em contraposição ao que era o mais curto, para a riqueza. Os holandeses e ingleses, da mesma raça, tinham, além das já citadas qualidades, outras não menos importantes que se combinavam com o ambiente em que viviam para favorecer seu desenvolvimento marítimo. Eles eram, por natureza, empresários, comerciantes, produtores e negociadores. Portanto, tanto em seu país de origem quanto no

---

67 N. T.: No original, não foi apresentada a fonte da transcrição.



---

exterior, ao se estabelecerem nos portos de nações civilizadas, nos de governantes bárbaros do oriente, ou em colônias de sua própria fundação, eles se esforçaram para extrair todos os recursos disponíveis desses ambientes, trabalhando para desenvolvê-los e aumentá-los. O rápido instinto do comerciante nato, o lojista, se você preferir, buscou continuamente novos artigos para comercializar, e essa procura, combinada com o caráter diligente aperfeiçoado após gerações de esforço, os tornou necessariamente produtores. Em casa, eles tornaram-se ótimos como fabricantes; no exterior, nas terras sob os seus domínios, a riqueza cresceu, os produtos se multiplicaram, e o intercâmbio necessário entre a metrópole e eles demandou mais navios. O transporte marítimo, portanto, cresceu em resposta à demanda do comércio, e nações com menos aptidão para empreendimentos navais, até a França, grande como era, procurou seus produtos e serviços. Assim, foi de acordo com esse conjunto de fatores que dominaram o mar. Essa tendência natural de crescimento foi ocasionalmente afetada pela interferência de outros países, invejosos de uma prosperidade que seus povos conseguiriam usurpar apenas com a ajuda de apoio artificial – um apoio que examinaremos na parte da ação governamental que influencia o poder naval.

A tendência ao comércio, envolvendo necessariamente a produção para esse fim, é a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder naval. Tendo isso e um bom litoral, não é provável que os perigos do mar, ou qualquer aversão a ele, impeçam as pessoas de buscarem riqueza no comércio marítimo. Onde a riqueza foi buscada por outros meios, ela pode ser alcançada; mas, neste caso, não se conquistará, necessariamente, o poder naval. Utilizemos a França como exemplo. É um belo país, com um povo trabalhador, uma posição admirável. A marinha francesa conheceu períodos de grande glória e, mesmo em sua fase menos brilhante, nunca desonrou a reputação militar tão cara à nação. No entanto, como Estado marítimo, repousando com

segurança em uma ampla base comercial, em comparação com outros históricos povos marítimos, nunca ocupou mais do que uma posição respeitável. A principal razão para isso, no que diz respeito ao caráter nacional, é a maneira pela qual a riqueza foi buscada. Enquanto Espanha e Portugal a perseguiram escavando ouro do chão, o temperamento do povo francês os levou a buscá-la por empreendimento, frugalidade e acumulação. Diz-se que é mais difícil manter do que fazer uma fortuna. Possivelmente; mas o temperamento empreendedor, que arrisca para ganhar mais, tem muito em comum com o espírito aventureiro que conquista o mundo para o comércio. A tendência de economizar e deixar de lado, de se aventurar timidamente e em pequena escala, pode levar a uma difusão geral da riqueza em pequena escala, mas não aos riscos e ao desenvolvimento dos interesses do comércio exterior e da navegação. Para ilustrar, e o incidente é apresentado apenas como ilustração, um oficial francês, falando-me sobre o Canal do Panamá, disse:

Eu tenho duas ações na companhia. Na França, não fazemos como os americanos, onde poucas pessoas têm muitas ações cada. Conosco, um grande número de pessoas adquire uma ou poucas ações. Quando estas estavam no mercado, minha esposa me disse: “Compre duas ações, uma para você e uma para mim”.

No que diz respeito à estabilidade das fortunas pessoais de um homem, esse tipo de prudência é, sem dúvida, sábio; mas, quando a prudência excessiva ou a timidez financeira torna-se uma característica nacional, há a tendência de se dificultar a expansão do comércio e do transporte marítimo do país. A mesma cautela em assuntos financeiros ocorreu com relação à natalidade, impactando o nascimento de bebês e mantendo a população da França quase estacionária.

As classes nobres da Europa herdaram da Idade Média um desprezo arrogante pela atividade comercial que exerceu influência significativa sobre seu crescimento, de acordo com o caráter nacional de cada país. O orgulho dos espanhóis encaixou-se perfeitamente nesse espírito de desprezo e somou-se com a já examinada desastrosa ojeriza ao trabalho e uma atitude de espera pela riqueza que os afastavam do comércio. Na França, a vaidade, admitida até pelos próprios franceses como uma característica nacional, levou-os na mesma direção. Os números e o brilho da nobreza e o respeito de que gozavam introduziram um estigma de inferioridade em uma ocupação que desprezavam. Comerciantes e fabricantes ricos suspiravam pelas honras da nobreza e, ao obtê-las, abandonavam suas lucrativas profissões. Portanto, enquanto a habilidade do povo e a qualidade do solo salvaram o comércio da decadência total, isso foi feito sob um sentimento de humilhação que fez com que seus melhores representantes escapassem da atividade o mais rápido possível. Luís XIV, sob a influência de Colbert, criou uma lei “autorizando todos os nobres a se interessarem por navios mercantes, bens e mercadorias, sem serem considerados como derogados da nobreza, desde que não atuassem no varejo”, e a razão dada para essa exceção foi “que era importante para os súditos e para a própria satisfação real acabar com a opinião pública retrógrada, universalmente prevalecente então, de que o comércio marítimo é incompatível com a nobreza”. Mas um preconceito que estabelece reconhecida e consciente superioridade não é prontamente apagado por leis, especialmente quando a vaidade é aspecto relevante do caráter nacional. Muitos anos depois, Montesquieu ensinou que é contrário ao espírito da monarquia o engajamento da nobreza no comércio.

Na Holanda havia uma nobreza, mas o Estado era republicano, permitindo elevada liberdade pessoal e para os negócios. Além disso, os centros do poder estavam nas grandes cidades. A base da grandeza nacional era o dinheiro – ou melhor, riqueza.

Ela gerava distinção cívica e com isso exercia poder no Estado. Por sua vez, tendo a riqueza adquirido poder, conseguiu-se posição social e prestígio. Na Inglaterra, chegou-se ao mesmo resultado. A nobreza era orgulhosa; mas, em um governo representativo, o poder da riqueza não poderia ser humilhado nem ofuscado. A riqueza era patente aos olhos de todos; foi homenageada por todos; e na Inglaterra, assim como na Holanda, as ocupações que a produziam gozavam da honra concedida à própria afluência. Assim, tanto na Holanda quanto na Inglaterra, o sentimento social, resultado das características nacionais, teve influência significativa sobre como se encarava o comércio.

Há, no entanto, outra forma pela qual o caráter nacional afeta o crescimento do poder naval em seu sentido mais amplo, e é pela maior ou menor disposição que tem cada povo para fundar colônias prósperas. Sobre o processo de colonização, como em outros equivalentes, seu ritmo de desenvolvimento é mais saudável se consegue ser mais natural. Portanto, colônias que nascem dos desejos, das demandas e dos impulsos naturais de um povo como um todo terão bases mais sólidas. Por sua vez, seu crescimento subsequente será mais seguro quando são menos controladas pela metrópole e se o povo tem inclinação para a ação independente. Os homens dos últimos três séculos sentiram profundamente a importância das colônias para a metrópole como destino de venda de produtos domésticos e para desenvolver o comércio e a frota mercante; mas os esforços de colonização não tiveram a mesma origem, nem alcançaram o mesmo resultado com os diferentes sistemas empregados. Os esforços dos estadistas, por mais visionários e cuidadosos que tenham sido, não conseguiram suprir a falta de um forte impulso natural; nem a regulação mais minuciosa da metrópole produz resultados tão bons quanto aqueles alcançados quando o germe do autodesenvolvimento é encontrado no caráter nacional. Não houve maior demonstração de sabedoria na administração nacional de colônias bem-sucedidas do que

---

nas fracassadas. Talvez tenha havido até menos. Se um sistema elaborado, uma supervisão, uma adaptação cuidadosa dos meios para fins e um cuidado diligente poderiam beneficiar o crescimento colonial, teria sido a França, com seu modo sistemático, e não a Inglaterra, o maior colonizador do mundo. A colonização bem-sucedida, com seu conseqüente efeito no comércio e no poder naval, depende essencialmente do caráter nacional; porque as colônias crescem melhor quando o fazem naturalmente por si mesmas. É o caráter do colono e não os cuidados da metrópole que explica o crescimento da colônia.

Essa verdade é muito evidente porque a atitude geral de todas as metrópoles em relação às suas colônias era totalmente egoísta. Não importando sua origem, logo que reconhecida como importante, a colônia tornou-se, no país de origem, em uma vaca a ser ordenhada; para ser bem cuidada, é claro, mas na medida dos retornos que dava. A legislação geralmente criava um monopólio no seu comércio externo; os empregos na administração colonial ofereciam postos de valor para os da metrópole; e a colônia era vista, como o mar ainda o é com frequência, como um local adequado para aqueles descontrolados ou inúteis em casa. A administração militar, no entanto, enquanto fosse uma colônia, seria governada pela metrópole.

O grande sucesso da Inglaterra como grande nação colonizadora é evidente demais para ser questionado; e a razão para isso parece estar principalmente em dois aspectos do seu caráter nacional. O colonizador inglês se instala em seu novo país de forma natural e rápida, identifica seu interesse pelo novo local e, embora mantenha uma lembrança afetuosa do lar de onde veio, não anseia muito retornar. Em segundo lugar, o inglês procura instintivamente desenvolver os recursos do novo país no sentido mais amplo. No primeiro caso, ele difere dos franceses, que sempre recordam e anseiam ansiosamente as delícias de sua agradável terra natal; no

segundo, há o exemplo dos espanhóis, cuja gama de interesses e ambições era muito limitada se comparada com o arco das possibilidades de um novo país.

O caráter e as necessidades dos holandeses os levaram naturalmente a criar colônias. No ano de 1650, apenas para citar algumas, eles tinham, nas Índias Orientais, na África e na América, um grande número. Estavam muito à frente da Inglaterra nesse esforço. Mas, embora a origem dessas colônias, de caráter puramente comercial, fosse natural, parece ter faltado a elas um dos princípios necessários ao crescimento.

Ao fundá-las, eles nunca buscaram uma extensão do território nacional, mas apenas uma aquisição para aumentar as trocas e o comércio. Eles buscavam a conquista apenas quando forçados pela pressão das circunstâncias. Geralmente, estavam contentes em negociar sob a proteção do soberano do país.

Essa satisfação plácida apenas com o ganho, desacompanhada da ambição política, tendia, como o despotismo da França e da Espanha, a manter as colônias como meras dependências comerciais da metrópole e, assim, eliminou o ímpeto natural para a prosperidade.

Antes de passarmos a outro tópico, é bom perguntarmos até que ponto o caráter nacional dos americanos é adequado para desenvolver uma grande potência naval, caso outras circunstâncias se tornem favoráveis. Para isso não precisamos mais que rememorar um passado não tão distante para provar que, caso sejam eliminados os obstáculos legislativos e se esgotem os empreendimentos mais bem remunerados, o poder naval não demorará muito a aparecer. Os americanos têm um instinto para o comércio e um atrevido espírito empreendedor que consegue detectar as melhores formas de se alcançar a riqueza. Se, no futuro, existirem espaços para

colonização, não se pode duvidar que eles levarão consigo todas as aptidões de autogoverno e crescimento independente.

## **VI. Tipo de governo**

Ao se discutir os efeitos de um governo e suas instituições sobre o desenvolvimento do poder naval de uma nação, será necessário evitar a tendência a filosofar demais. Deve-se limitar o foco de atenção às causas óbvias e imediatas e seus resultados evidentes, sem se afastar demais da realidade para identificar influências remotas e definitivas.

Não obstante, deve-se notar que formas particulares de governo e suas instituições, conjuntamente com o caráter dos governantes, exerceram ocasionalmente influência muito acentuada no desenvolvimento do poder naval. As várias características de um país e de seu povo que até agora examinamos constituem aspectos naturais com as quais uma nação, como um homem, inicia sua trajetória; a conduta do governo, por sua vez, corresponde ao exercício inteligente da vontade, que, caso seja sábia, enérgica e perseverante, ou o contrário, causará sucesso ou fracasso na vida de um homem ou na história de uma nação.

Parece improvável que um governo, atuando de acordo com as inclinações naturais de seu povo, seja bem-sucedido na tarefa de fomentar o crescimento em todas as suas facetas; e, em matéria do poder naval, os sucessos mais brilhantes têm decorrido de governos exercendo uma direção inteligente totalmente imbuída do espírito do povo e consciente de sua verdadeira inclinação. Consegue-se esse tipo de governo com mais segurança quando a vontade do povo, ou de seus melhores representantes, tem grande influência em sua constituição; mas esses governos, fundados na liberdade, às vezes ficam aquém, enquanto, por outro lado, o poder despótico, exercido com discernimento e consistência, às vezes cria

um grande comércio marítimo e uma marinha brilhante com mais determinação do que é possível alcançar pelos processos mais lentos de um povo livre. A dificuldade neste último caso é perseverar após a morte do déspota.

A ação do governo da Inglaterra, por ter, sem dúvida, alcançado a liderança em poder naval em relação a qualquer nação moderna, chama a atenção. De maneira geral, a perseverança tem sido consistente, embora muitas vezes longe de ser louvável. O país tem buscado constantemente o controle dos mares. Uma de suas expressões mais arrogantes data do reinado de Jaime I, quando tinha poucas possessões fora de suas próprias ilhas; antes de Virgínia ou Massachusetts serem colonizadas. Veja como relata Richelieu:

O duque de Sully, ministro de Henrique IV [um dos príncipes mais cavalheirescos que já existiu], tendo embarcado em Calais em um navio francês que levava no mastro a bandeira do país, assim que chegou ao Canal da Mancha, encontrou um navio do tipo aviso<sup>68</sup> inglês que estava lá para recebê-lo, tendo o comandante deste último ordenado que o navio francês baixasse sua bandeira. O duque, considerando que seu *status* o livrava de tal afronta, recusou-se corajosamente; mas essa recusa foi seguida por três tiros de canhão, que, perfurando seu navio, atingiram também o coração de todos os bons franceses. A força o obrigou a consentir o que o direito proibia, e todas as reclamações que fez não levaram a melhor resposta do capitão inglês do que esta: “Assim como seu dever o obrigava a honrar o posto de embaixador, também o obrigava a exigir a honra devida à bandeira de seu mestre como soberano do mar”.

---

68 N. T.: *dispatch-boat*. Conhecidos também como barcos de expedição. Transportavam mensagens ou correspondência.



Se as palavras do próprio rei Jaime eram mais educadas, não tiveram outro efeito senão obrigar o duque a seguir seu instinto de prudência, fingindo estar satisfeito, enquanto sua chaga era ao mesmo tempo dolorosa e incurável. Henrique, o Grande, teve de ser moderado nessa ocasião; mas tomou a resolução de buscar, com a ajuda do tempo, uma força marítima que pudesse sustentar os direitos de sua coroa pela força.

Esse ato de insolência imperdoável, de acordo com as concepções atuais, não estava muito de acordo com o espírito das nações daquela época. Deve-se notar, em especial, que foi uma das primeiras manifestações do propósito inglês de manter a todo custo suas pretensões marítimas, sendo o insulto perpetrado por um de seus reis mais tímidos a um embaixador que representava pessoalmente um dos mais bravos e hábeis soberanos da história francesa. Essa honra supérflua da bandeira, uma reivindicação insignificante, exceto como manifestação externa do objetivo de um governo, era tão rigorosamente exigida sob Cromwell quanto sob os reis. Ela foi uma das condições de paz impostas aos holandeses após a guerra desastrosa de 1654<sup>69</sup>. Cromwell, um verdadeiro déspota, era muito sensível a tudo que dizia respeito à honra e à força da Inglaterra, não se limitando a saudações estereis para conseguir aumentá-las. Quase destituída de todo o seu poder naquele estágio, a marinha inglesa expandiu-se rapidamente em uma nova fase de vigor sob seu severo governo. Os direitos de reparações da Inglaterra foram exigidos por suas frotas em todo o mundo – no Báltico, no Mediterrâneo, contra os Estados Bárbaros e nas Índias Ocidentais; e sob ele a conquista da Jamaica começou a expansão do império inglês pela força das armas, algo que se mantém até os nossos dias. Também não foi esquecida a adoção de enérgicas medidas pacíficas para o crescimento do comércio e do transporte marítimo ingleses. A célebre Lei de Navegação de

---

69 N. T.: Primeira guerra anglo-holandesa.

Cromwell determinou que todas as importações para a Inglaterra ou suas colônias deveriam ser conduzidas exclusivamente em embarcações pertencentes à própria Inglaterra ou ao país em que os produtos transportados foram cultivados ou fabricados. Essa legislação, voltada especialmente para os holandeses, os maiores transportadores de mercadoria da Europa, foi ressentida em todo o mundo comercial; mas o benefício para a Inglaterra, naqueles dias de conflitos nacionais e animosidade, era tão evidente que durou muito tempo sob a monarquia. Cento e vinte e cinco anos depois, encontramos Nelson, antes de sua famosa carreira começar, mostrando seu zelo pelo bem-estar do transporte marítimo da Inglaterra ao aplicar esse mesmo ato nas Índias Ocidentais contra navios mercantes americanos. Quando Cromwell morreu e Carlos II, sentado no trono de seu pai, esse rei, tão falso para o povo inglês, manteve-se fiel à grandeza da Inglaterra e à política tradicional de seu governo com relação à navegação marítima. Em suas intrigas traiçoeiras com Luís XIV, pelas quais ele buscava se tornar independente do parlamento e do povo, escreveu a Luís:

Existem dois impedimentos para uma união perfeita. O primeiro é o grande esforço que a França está fazendo para criar um comércio e ser uma potência naval imponente. Isso é, para nós, motivo de grande desconfiança, pois só podemos ter relevância em decorrência de nosso comércio e de nossa força naval. Assim, cada passo que a França dá, no engrandecimento desses dois elementos, perpetuará as rivalidades entre as duas nações.

No meio das negociações que antecederam o detestável ataque dos dois reis à Holanda, surgiu uma acalorada disputa sobre quem deveria comandar as frotas unidas da França e da Inglaterra. Carlos era inflexível nesse ponto. “É costume dos ingleses”, disse ele, “comandar no mar”; e disse claramente ao embaixador francês que, caso cedesse, seus súditos não lhe obedeceriam. Na projetada

partição das Províncias Unidas, ele reservou para a Inglaterra a pilhagem marítima em posições que controlavam as fozes dos rios Scheldt e Meuse. A marinha sob Carlos preservou por algum tempo o espírito e a disciplina garantidos pela mão de ferro de Cromwell, tendo mais tarde compartilhado da decadência geral da moral que caracterizou esse maligno reinado. Monck<sup>70</sup>, tendo por um grande erro estratégico enviado um quarto de sua frota, enfrentou em 1666 uma força holandesa muito superior. Desconsiderando a alta probabilidade de derrota, ele atacou sem hesitar e, por três dias, manteve a luta com honra, embora com perdas. Ele sabia que não era essa a maneira de conduzir a guerra, mas foi o desejo de manter o prestígio naval da Inglaterra que ditou sua ação; e esse sentimento, comum ao povo inglês e ao seu governo, é onde se deve buscar o segredo de seus êxitos finais, após tantos erros cometidos ao longo dos séculos. O sucessor de Carlos, Jaime II, era ele próprio um marinheiro e comandara duas grandes batalhas navais. Quando Guilherme III assumiu o trono, os governos da Inglaterra e da Holanda estavam sob um mesmo cetro e continuaram unidos contra Luís XIV até a paz de Utrecht em 1713, isto é, durante um quarto de século. O governo inglês cada vez mais, e com um propósito consciente, pressionou a expansão de seu domínio marítimo e fomentou o crescimento de seu poder naval. Assim, quando combatia a França no mar como seu inimigo declarado, como amiga astuta minou o poder da frota holandesa, pelo menos assim muitos acreditam. O tratado entre os dois países previa que, das forças marítimas, a Holanda deveria fornecer três oitavos, e a Inglaterra cinco oitavos, ou quase o dobro. Por outro lado, a Holanda deveria manter um exército de 102 mil contra os 40 mil da Inglaterra, praticamente deixando a primeira responsável pela guerra terrestre e a segunda pelo conflito naval. O resultado, projetado ou não, é evidente, e, na paz, enquanto a Holanda recebeu

---

70 N. T.: George Monck (1608-1670) foi soldado e político que atuou na Guerra Civil Inglesa e no processo que levou à restauração da monarquia ao rei Carlos II em 1660. Atuou na segunda guerra anglo-holandesa.

indenizações por terra, a Inglaterra obteve, além de privilégios comerciais na França, na Espanha e nas Índias Ocidentais espanholas, as importantes concessões marítimas de Gibraltar e Port Mahon no Mediterrâneo; e de Terra Nova, Nova Escócia e a Baía de Hudson, na América do Norte. O poder naval da França e da Espanha desapareceu; o da Holanda, desde então, declinou constantemente. Com esses territórios na América, nas Índias Ocidentais e no Mediterrâneo, o governo inglês dali em diante avançou firmemente no caminho que fez do reino o Império Britânico. Nos 25 anos seguintes à Paz de Utrecht, a paz foi o principal objetivo dos ministros que dirigiram a política das duas grandes nações marítimas, a França e a Inglaterra; mas, em meio a todas as flutuações da política continental em um período instável, repleto de guerras menores e tratados instáveis, o olho da Inglaterra estava firmemente fixado na manutenção de seu poder naval. No Báltico, suas frotas controlaram as tentativas de Pedro, o Grande, sobre a Suécia, e assim mantiveram um equilíbrio de poder naquele mar, do qual ela extraiu não apenas um grande comércio, mas também a parte principal de seu estoque de produtos navais, e que o czar visava para converter aquele mar em uma esfera de influência russa. A Dinamarca se esforçou para estabelecer uma empresa das Índias Orientais auxiliada por capital estrangeiro. A Inglaterra e a Holanda não apenas proibiram seus súditos de se juntarem a ela, como também ameaçaram a Dinamarca e, assim, paralisaram uma empresa que consideravam contrária aos seus interesses marítimos. Na Holanda, que, pelo Tratado de Utrecht, havia passado para o domínio da Áustria, uma empresa semelhante à Companhia das Índias Orientais, que possuía Ostende como porto, foi formada com a sanção do imperador. Essa medida, destinada a restaurar aos Países Baixos o comércio perdido anteriormente em decorrência do fechamento de sua saída natural pelo Rio Escalda, foi contestada por Inglaterra e Holanda, duas potências marítimas. A ganância delas pelo monopólio do comércio, ajudada neste caso pela França, fez fracassar também essa empresa após alguns anos de atividades.

No Mediterrâneo, a paz de Utrecht foi perturbada pelo imperador da Áustria, aliado natural da Inglaterra na política europeia naquele período. Apoiados pela Inglaterra, os austríacos, já tendo Nápoles, reivindicaram também a Sicília em troca da Sardenha. A Espanha resistiu. Sua marinha, começando a ser restaurada sob o vigoroso ministro Alberoni, foi esmagada e aniquilada pela frota inglesa ao largo do cabo Passaro em 1718; no ano seguinte, um exército francês, a pedido da Inglaterra, atravessou os Pirineus e destruiu os estaleiros espanhóis. Assim, a Inglaterra, além de controlar Gibraltar e Mahon, viu Nápoles e Sicília nas mãos de um aliado, enquanto um inimigo conseguiu aniquilar um inimigo. Na América espanhola, os limitados privilégios do comércio inglês, arrancados da Espanha, deram origem a grandes abusos, fomentando um extenso e pouco dissimulado sistema de contrabando. Quando o exasperado governo espanhol atuou de forma enérgica para impedi-lo, tanto o ministro que aconselhou a paz quanto a oposição que instou a guerra defenderam suas opiniões, alegando os efeitos de ambos sobre o poder e a honra naval da Inglaterra. Enquanto a política do país visava constantemente a ampliar e fortalecer as bases de seu domínio sobre o oceano, os outros governos da Europa pareciam cegos para os perigos desse crescimento. As misérias resultantes do poder excessivo da Espanha no passado pareciam esquecidas; olvidou-se também a lição mais recente das sangrentas e caras guerras provocadas pela ambição e poder exagerados de Luís XIV. Sob os olhos dos estadistas da Europa, estava sendo construído de forma contínua e visível um avassalador terceiro poder, destinado a ser usado de maneira egoísta, agressiva, embora não cruel e com muito mais êxito do que qualquer um que a precedeu. Este era o poder naval, cuja constituição, por ser mais silenciosa do que o choque de armas, é menos notada, embora seja suficientemente visível. Dificilmente se pode negar que o domínio inigualado dos mares pela Inglaterra, durante quase todo o período histórico examinado nesta obra, foi de longe o principal fator militar a determinar sua

proeminência<sup>71</sup>. Essa influência, após Utrecht, era previsível, de maneira que a França, movida por veleidades pessoais de seus governantes, ficou do lado da Inglaterra contra a Espanha por doze anos, e, quando Fleuri chegou ao poder, em 1726, embora essa posição tenha sido revertida, a marinha do país não recebeu atenção alguma, e a única derrota da Inglaterra foi o estabelecimento de um príncipe Bourbon, um inimigo natural para ela, no trono das duas Sicílias em 1736. Quando a guerra eclodiu com a Espanha em 1739, a marinha inglesa era numericamente semelhante às marinhas combinadas da Espanha e da França. Durante um quarto de século de guerra quase ininterrupta que se seguiu, essa diferença numérica aumentou. Nessas guerras, a Inglaterra, a princípio instintivamente, depois com um propósito consciente sob um governo que reconheceu a importância e as possibilidades de seu grande poder naval, rapidamente construiu aquele poderoso império colonial cujas fundações já estavam firmemente estabelecidas nas características de seus colonos e na força de sua frota. Nos assuntos estritamente europeus, sua riqueza, que resultava de seu poder naval, a fez desempenhar um papel conspícuo durante o mesmo período. O sistema de subsídios, que começara meio século antes, nas guerras de Marlborough<sup>72</sup>, e que foi desenvolvido de forma mais extensiva meio século depois, nas guerras napoleônicas, manteve os esforços de seus aliados, que teriam sido alijados, se não paralisados, sem eles. Quem pode negar que o governo, por um lado, fortaleceu seus fragilizados aliados no continente com um

---

71 Como prova da importância que uma grande autoridade militar atribuiu ao poder naval da Grã-Bretanha, citaremos o que disse Jomini no primeiro capítulo de sua *História das guerras da Revolução Francesa*, onde assenta como princípio fundamental da política europeia que não se deveria permitir uma expansão ilimitada das forças navais a nenhuma nação que não se possa alcançar por terra, o que só pode se aplicar à Grã-Bretanha.

72 N. T.: John Churchill (1650-1722), primeiro duque de Marlborough, foi um soldado e estadista que atuou militarmente entre 1685, quando garantiu a tomada do trono para Jaime I, e até a Revolução Gloriosa. As guerras a que o autor faz referência são as da sucessão espanhola, que ocorreram entre 1702 e 1713, o último conflito entre a Inglaterra e a França no reinado de Luís XIV, sendo consideradas uma das primeiras oportunidades em que a Inglaterra atuou ativamente no continente europeu.

fluxo financeiro vital e, por outro, expulsou seus próprios inimigos do mar e de seus principais redutos, como Canadá, Martinica, Guadalupe, Havana e Manila, dando ao seu país o papel principal na política europeia? E quem poderia deixar de observar que o poder daquele governo, com uma terra estreita em extensão e pobre em recursos, provinha diretamente do mar? A política pela qual o governo inglês travou a guerra é sintetizada por um discurso de Pitt, o principal líder durante seu curso, embora tenha perdido o cargo antes de encerrá-la. Condenando a paz de 1763, feita por seu oponente político, afirmou:

Devemos conceber a França, acima de tudo, se não exclusivamente, como potência marítima e comercial adversa a nossos interesses. Qualquer vantagem sobre ela nesse particular será um ganho, principalmente os eventuais danos a ela. Você deixou para a França a possibilidade de restaurar a sua marinha.

No entanto, os ganhos da Inglaterra foram enormes. Seu domínio na Índia estava garantido, e toda a América do Norte a leste do Mississippi em suas mãos. Desde então, seu governo continuou nessa trajetória de forma decidida, convertendo-a em uma tradição e sendo consistentemente seguida. A guerra da Revolução Americana foi, é verdade, um grande erro do ponto de vista do poder naval; mas o governo foi levado a ela insensivelmente por uma série de equívocos naturais. Deixando de lado as considerações políticas e constitucionais, e encarando a questão como puramente militar ou naval, o caso pode se resumir ao seguinte: as colônias americanas eram comunidades grandes e em crescimento, estando a distância considerável da Inglaterra. Enquanto permaneceram atreladas à metrópole, como estavam então de forma entusiasmada, formaram uma base sólida para o poder naval inglês naquela parte do mundo. Mas a grande distância da Inglaterra, a excessiva extensão do território e o tamanho da população eram de tal forma que era difícil ter alguma esperança de segurá-las à força, caso alguma nação

poderosa estivesse disposta a ajudá-las. Essa possibilidade, no entanto, tinha alta probabilidade de ocorrer, pois as humilhações da França e da Espanha eram tão amargas e tão recentes que certamente buscariam vingança, e era sabido que a França em particular estava cuidadosa e rapidamente fortalecendo sua marinha. Se as colônias fossem treze ilhas, o poder naval da Inglaterra teria resolvido rapidamente a questão; mas, em vez de uma barreira física, elas foram separadas apenas por ciúmes locais que um perigo comum superou rapidamente. Entrar deliberadamente em tal disputa, tentar manter a força um território tão extenso, com uma grande população hostil, tão longe de casa, era renovar a Guerra dos Sete Anos com a França e a Espanha e com os americanos contra, em vez de a favor, a Inglaterra. A Guerra dos Sete Anos tinha sido um fardo tão pesado que um governo sábio estaria consciente de que o peso adicional não poderia ser suportado, e que viria a necessidade de conciliar os colonos. O governo da época não era sábio, e um elemento relevante do poder naval da Inglaterra foi sacrificado; mas por engano, não voluntariamente; por arrogância, não por fraqueza.

A manutenção constante de uma mesma linha decorreu das condições do país, que impactaram sucessivos governos ingleses. A singularidade de propósito foi, em certa medida, portanto, imposta. A firme manutenção de seu poder naval, a ativa determinação de que ele fosse sentido e o sábio estado de preparação em que seu elemento militar era mantido decorriam da característica de suas instituições políticas que praticamente davam todo o governo, durante o período em questão, para as mãos de uma classe – a aristocracia fundiária. Tal classe, quaisquer que sejam seus defeitos, prontamente adotou e mantém uma sólida tradição política, orgulha-se naturalmente da glória de seu país e é comparativamente insensível aos sofrimentos da comunidade para a qual essa glória é mantida. Ela prontamente estabelece a carga tributária necessária para a preparação e a manutenção da guerra. Sendo como um todo rica, sente menos esses encargos. Por não serem comerciais, as



fontes de sua própria riqueza não são tão imediatamente ameaçadas, e ela não compartilha a timidez política que caracteriza aqueles cuja propriedade está exposta e os negócios sob riscos – a proverbial timidez do capital. No entanto, na Inglaterra, para o bem ou para o mal, essa classe não era insensível a tudo que afetasse o comércio. Ambas as casas do Parlamento rivalizavam na vigilância no que diz respeito à sua proteção e expansão, e um historiador naval atribui à supervisão parlamentar a maior eficiência militar obtida na marinha de guerra. Essa classe também absorve e mantém um espírito de honra militar, que é de primeira importância em épocas nas quais as instituições militares ainda não forneceram o substituto do que é chamado de “espírito de corpo”. Mas, embora cheios de sentimento e preconceito de classe, que se faziam sentir na marinha e em outros lugares, seu senso prático deixou aberto o caminho da promoção e das suas mais altas honras para os mais humildemente nascidos, e toda geração viu a ascensão de indivíduos que surgiram do nível social mais baixo. Nisso, o temperamento da classe alta inglesa diferia acentuadamente daquele dos franceses. Em 1789, no início da Revolução, a listagem de funcionários da Marinha Francesa ainda exibia o nome de um oficial cujo dever era verificar as provas de nascimento nobre por parte daqueles que pretendiam entrar na escola naval.

Desde 1815, e especialmente em nossos dias, o governo da Inglaterra tem sido controlado pelas mãos de sua população. Ainda não se sabe se o seu poder naval sofrerá com isso. Sua ampla base permanece sendo um grande comércio, grandes indústrias mecânicas e um extenso sistema colonial. Ainda é uma questão em aberto se um governo democrático terá a previdência, a aguçada sensibilidade à posição e ao crédito nacionais, a vontade de garantir sua prosperidade mediante gasto adequado de dinheiro em tempos de paz e tudo o que é necessário para a preparação militar. Os governos populares geralmente não são favoráveis às despesas militares, por mais necessárias que sejam, e há sinais de que a Inglaterra tende a ficar para trás.

Já foi visto que a República Holandesa, ainda mais que a nação inglesa, retirou sua prosperidade e sua própria vida do mar. O caráter e a política de seu governo eram bem menos favoráveis a um apoio consistente ao poder naval. Composto por sete províncias, com o nome de Províncias Unidas, a distribuição nacional de poder pode ser descrita de maneira mais geral para os americanos como um exemplo exagerado dos direitos dos estados em uma federação. Cada uma das províncias tinha sua própria frota e seu próprio almirantado, com consequentes rivalidades. Essa tendência desorganizadora foi parcialmente neutralizada pela grande preponderância da Província da Holanda, que sozinha contribuiu com cinco sextos da frota e 58% dos impostos, tendo, conseqüentemente, participação proporcional na direção da política nacional. Embora intensamente patriótico e capaz de fazer sacrifícios cruciais pela liberdade, o espírito comercial do povo penetrou no governo, que de fato poderia ser chamado de aristocracia comercial, e o tornou avesso à guerra e às despesas necessárias para se preparar para ela. Como já foi dito, foi só quando os burgomestres se defrontaram com um perigo iminente que se dispuseram a pagar por suas defesas. Enquanto o governo republicano durou, no entanto, a parcimônia foi praticada na manutenção da frota naval; e até a morte de John De Witt, em 1612, e a paz com a Inglaterra, em 1674, a marinha holandesa era, em números e equipamentos, capaz de travar um combate de igual para igual contra as marinhas combinadas da Inglaterra e da França. Sua eficiência, nesse momento, sem dúvida salvou o país da destruição planejada pelos dois reis. Com a morte de De Witt, a república feneceu e foi seguida pelo governo praticamente monárquico de Guilherme de Orange. A diretriz ao longo da vida desse príncipe, então com apenas dezoito anos, era de resistência a Luís XIV e à expansão do poder francês. Essa resistência ocorreu sobre a terra e não no mar – uma situação resultante da retirada da Inglaterra da guerra. Já em 1676, o almirante De Ruyter considerou a força dada a ele inadequada para lidar apenas com os franceses. Com os

olhos do governo fixados na fronteira terrestre, a marinha declinou rapidamente. Em 1688, quando Guilherme de Orange precisou de uma frota para levá-lo à Inglaterra, os burgomestres de Amsterdã objetaram que a marinha estava incalculavelmente diminuída em força, além de privada de seus comandantes mais capazes. Quando se tornou rei da Inglaterra, Guilherme ainda mantinha sua posição como *stadtholder*, e com ela sua política geral para a Europa. Ele encontrou na Inglaterra o poder naval de que precisava e usou os recursos da Holanda para a guerra terrestre. Esse príncipe holandês consentiu que, nas frotas aliadas, nos conselhos de guerra, os almirantes holandeses deveriam sentar-se abaixo do capitão inglês; e os interesses holandeses no mar foram sacrificados tão prontamente quanto o orgulho holandês pelas exigências da Inglaterra. Quando Guilherme morreu, sua política ainda era seguida pelo governo que o sucedeu. Com seus objetivos totalmente centrados em operações terrestres e na Paz de Utrecht, que encerrou uma série de guerras que se estenderam por 40 anos, a Holanda, que não estabeleceu nenhuma reivindicação no mar, não ganhou nada em termos de recursos marítimos, extensão colonial ou comércio.

Da última dessas guerras, um historiador inglês diz:

A avareza dos holandeses prejudicou muito sua reputação e seu comércio. Seus navios de guerra no Mediterrâneo eram sempre mantidos com poucas provisões, e seus comboios eram tão fracos e mal preparados que, para cada navio que perdíamos, eles perdiam cinco, o que gerou uma percepção geral de que éramos os transportadores mais seguros, o que certamente teve um bom efeito. Por isso, nosso comércio aumentou mais do que diminuiu nesta guerra.

A partir de então, a Holanda deixou de ter um grande poder naval e rapidamente perdeu a posição de liderança entre as nações que esse poder havia construído. Isso tudo é apenas para

afirmar que nenhuma política poderia ter poupado o declínio dessa nação pequena, embora determinada, diante da persistente inimizade de Luís XIV. A amizade da França, assegurando a paz em sua fronteira terrestre, teria lhe permitido, pelo menos por mais tempo, disputar com a Inglaterra o domínio dos mares; e, como aliadas, as marinhas dos dois Estados continentais poderiam ter controlado o crescimento do enorme poder naval que acabamos de considerar. A paz no mar entre a Inglaterra e a Holanda só era possível pela sujeição virtual de um ou de outro, pois ambos visavam ao mesmo objeto. Entre a França e a Holanda foi o contrário, e a queda da Holanda ocorreu não necessariamente por seu tamanho e números inferiores, mas por uma política deficiente por parte dos dois governos. Não nos interessa decidir qual foi o mais culpado.

A França, admiravelmente situada para deter poder naval, exerceu uma política objetiva de orientação de seu governo com dois grandes governantes, Henrique IV e Richelieu. Com certos projetos bem definidos de expansão terrestre para o leste, combinava-se uma resistência constante à Casa da Áustria, que então reinava na Áustria e na Espanha, e um objetivo equivalente de resistência à Inglaterra no mar. Para promover esse último objetivo, bem como por outros motivos, a Holanda deveria ter sido considerada aliada. O comércio e a pesca como base do poder naval deveriam ter sido incentivados, e uma marinha militar deveria ter sido construída. Richelieu deixou o que chamou de testamento político, no qual apontou as vias para a França tornar-se uma potência naval com base em sua posição e recursos; e os escritores franceses o consideram o fundador virtual da marinha, não apenas porque ele equipou navios, mas pela amplitude de seus pontos de vista e de suas sugestões de medidas para garantir instituições sólidas e crescimento constante. Após sua morte, Mazarin herdou seus pontos de vista e política geral, mas não seu espírito elevado e marcial, e, durante esse governo, a marinha recém-formada desapareceu. Quando Luís XIV tomou

o governo em suas próprias mãos, em 1661, havia apenas trinta navios de guerra, dos quais apenas três tinham 60 canhões. Então iniciou-se o surpreendente trabalho que só pode ser realizado por um governo absoluto exercido de forma hábil e sistemática. A parte da administração que lidava com comércio, manufatura, frota mercante e colônias foi entregue a um homem de grande gênio prático, Colbert, que havia servido com Richelieu e era completamente adepto a suas ideias e políticas. Ele perseguiu seus objetivos com um espírito notadamente francês em termos de centralização. Tudo seria organizado e dirigido de seu gabinete:

Organizar produtores e comerciantes como um exército poderoso, sujeito a uma orientação ativa e inteligente, com o objetivo de garantir uma vitória significativa para a França por meio da unidade e da organização de seus esforços; e usar os homens mais competentes para obrigar aos trabalhadores a adotar todos os procedimentos reconhecidos como os mais perfeitos, garantindo assim os melhores produtos [...] Para estabelecer uma marinha em uma base firme e em dimensão até hoje inexistente, dever-se-ia organizar os marinheiros e o comércio de longa distância em grandes corpos, como as manufaturas e o comércio interno, e apoiar o poder comercial da França.

Esses foram os objetivos de Colbert em relação a dois dos três elos da cadeia do poder naval. Para o terceiro, as colônias, a mesma direção e organização governamental foram evidentemente propostas; pois o governo começou comprando de volta o Canadá, a Terra Nova, a Nova Escócia e as ilhas francesas das Índias Ocidentais das partes que os possuíam. Aqui, então, é visto um poder puro, absoluto e sem limites reunindo em suas mãos todas as rédeas para a orientação do curso de uma nação, e propondo-se a direcioná-lo para fazer, entre outras coisas, um grande poder naval.

Entrar nos detalhes da ação de Colbert está além do nosso propósito. É suficiente observar o papel preponderante desempenhado pelo governo na construção do poder naval do Estado, e que esse grande homem não olhou para nenhuma das bases sobre as quais ele repousa de forma isolada, excluindo as demais, mas as abraçou em conjunto em sua sábia e prudente administração. A agricultura, que aumenta os produtos da terra, e a manufatura, que multiplica os produtos da atividade do homem; as rotas e os regulamentos internos de comércio, pelos quais a troca de produtos do interior para o exterior é facilitada; os regulamentos de remessa e alfândega tendendo a lançar o transporte de mercadorias nas mãos francesas e, assim, incentivar a construção de navios, pelos quais os produtos domésticos e coloniais deveriam ser transportados; a administração e o desenvolvimento colonial, pelos quais um mercado distante pode estar continuamente crescendo para ser monopolizado pelo comércio interno; tratados com Estados estrangeiros favorecendo o comércio francês e os impostos a navios e produtos para subtrair as transações de nações rivais – todos esses meios, abrangendo inúmeros detalhes, foram empregados para aumentar: 1) A produção; 2) A frota mercante; e 3) Colônias e mercados. Enfim, de forma objetiva, o poder naval. O estudo de um trabalho desse tipo é mais simples e fácil quando realizado por um homem, esboçado por uma espécie de processo lógico, do que quando forjado lentamente por interesses conflitantes em um governo mais complexo. Nos poucos anos de administração de Colbert, pode-se observar toda a teoria de poder naval sendo colocada em prática da maneira sistemática e centralizadora característica dos franceses, enquanto a ilustração da mesma teoria na história inglesa e holandesa se desenrolou por gerações. Esse crescimento, no entanto, foi forçado e dependia da capacidade do poder absoluto que o vigiava; e, como Colbert não era rei, seu controle durou apenas até ele perder o apoio do monarca. É, no entanto, mais interessante observar os resultados de seus trabalhos no campo apropriado para a ação governamental – na

marinha. Já afirmamos que, em 1661, quando Colbert assumiu o cargo, havia apenas trinta navios armados, dos quais apenas três com mais de 60 canhões. Em 1666, havia 70 navios, dos quais 50 naus da linha e vinte brulotes<sup>73</sup>; em 1671, o número aumentara de 70 para 196. Em 1683, havia 107 navios com 24 a 120 canhões, doze dos quais com mais de 66 canhões, além de muitos navios menores. A ordem e o sistema introduzidos nos conveses os tornaram muito mais eficientes que os ingleses. Um capitão inglês, prisioneiro na França enquanto o efeito do trabalho de Colbert ainda perdurava nas mãos de seu filho, escreveu:

Quando fui levado como prisioneiro para lá, fiquei quatro meses em um hospital em Brest para cuidar de minhas feridas. Enquanto estive lá, fiquei espantado com a rapidez para tripular e equipar seus navios, o que até então pensei não poder ser feito em nenhum lugar fora da Inglaterra, onde temos dez vezes a frota mercante e, conseqüentemente, dez vezes o número de marinheiros existentes na França; mas vi se apressarem para o serviço, em vinte dias, vinte navios, com cerca de 60 armas cada; eles ancoraram, e os homens receberam dispensa; e, sob uma ordem de Paris, foram, com a maior facilidade possível, novamente colocados em serviço no referido tempo. Da mesma forma, vi um navio de cem canhões que teve todas as suas armas retiradas em quatro ou cinco horas; algo que nunca vi na Inglaterra ser realizado em 24 horas, e isso com a maior facilidade e menos riscos do que em casa. Isso eu vi da janela do hospital.

Um historiador naval francês cita fatos simplesmente incríveis, como a quilha de uma galé<sup>74</sup> introduzida às quatro horas e,

---

73 N. T.: *fire-ships*. Também pode ser traduzido como navios de fogo, que, carregados de material inflamável, eram incendiados sem tripulantes sobre uma frota inimiga.

74 N. T.: *keel of a galley*. A quilha, segundo o dicionário Houaiss, é uma “peça da estrutura da embarcação, disposta longitudinalmente na parte mais inferior e à qual se prendem todas as

às nove, a embarcação deixando o porto, totalmente armada. Esses relatos corroboram as afirmações do oficial inglês, de existência de notável grau de ordem e instalações abundantes para o trabalho.

No entanto, todo esse notável crescimento, forçado pela ação do governo, secou quando o favor estatal foi retirado, não dando tempo para que suas raízes se aprofundassem na vida da nação. O trabalho de Colbert era herdeiro direto da política de Richelieu, e durante algum tempo pareceu que continuaria o curso de ação que tornaria a França excelente no mar e predominante na terra. Por razões que ainda não é necessário apresentar, Luís XIV passou a ter sentimentos de amarga inimizade contra a Holanda; e, como esses sentimentos eram compartilhados por Carlos II, os dois reis determinaram a destruição das Províncias Unidas. Essa guerra, iniciada em 1672, embora mais contrária ao sentimento natural por parte da Inglaterra, foi menos um erro político para ela do que para a França, especialmente no que diz respeito ao poder naval. A França estava ajudando a destruir um provável e certamente indispensável aliado; a Inglaterra estava ajudando na ruína de seu maior rival no mar e, naquele momento, de fato, ainda seu superior comercialmente. A França, quando Luís XIV subiu ao trono, cambaleava sob o peso de dívidas e da absoluta confusão em suas finanças. Já em 1672, começava a ver os felizes resultados saneadores das reformas de Colbert. A guerra, com duração de seis anos, desfez a maior parte desse trabalho. As atividades agrícolas, manufatureiras, comerciais e coloniais foram todas afetadas por ela; os estabelecimentos de Colbert definharam, e a ordem que ele estabelecera nas finanças foi arruinada. Assim, a ação de Luís XIV – e ele sozinho era o governo da França – atingiu as raízes de seu poder naval e alienou seu melhor aliado marítimo. O território e o poder militar da França aumentaram, mas as

---

grandes peças verticais da ossada que estruturam o casco”. Já uma galé, segundo a mesma fonte, é uma “embarcação comprida e estreita, de baixo bordo, com duas velas acessórias, mas impelida basicamente por remos, que foi usada desde a Antiguidade grega até os fins do século XVIII”.



fontes do comércio e de um transporte pacífico se esgotaram no processo; e, embora a marinha de guerra tenha sido mantida por alguns anos com esplendor e eficiência, logo começou a fenecer e, no final do reinado, praticamente desapareceu. A mesma falsa política em relação ao mar caracterizou o restante desse reinado de 54 anos. Luís XIV voltou as costas aos interesses marítimos da França, exceto os navios de guerra, e não pôde ou não viu que estes últimos eram de pouca utilidade e vida incerta se perecem a frota mercante e as indústrias sobre a quais esta se assenta. Sua política, visando ao poder supremo na Europa por força militar e extensão territorial, forçou a Inglaterra e a Holanda a uma aliança que, como já foi dito, expulsou a França do mar e, indiretamente, fragilizou o poder da Holanda. A marinha de Colbert desapareceu, e, nos últimos dez anos da vida de Luís XIV, nenhuma grande frota francesa foi colocada no mar, embora estivesse em constante guerra. A simplicidade de forma em uma monarquia absoluta exemplifica explicitamente o nível de influência que um governo pode ter sobre o crescimento e a decadência do poder naval.

A última parte da vida de Luís XIV demonstra, assim, que o poder naval não consegue se sustentar se há o enfraquecimento de suas fundações, particularmente do comércio e da riqueza que o originam. O governo que se seguiu, igualmente absoluto, de propósito definido e sob a demanda da Inglaterra, desistiu de toda a pretensão de manter uma marinha eficaz. A razão para isso era que o novo rei era menor de idade; e o regente<sup>75</sup>, estando amargamente em inimizade com o rei da Espanha, para feri-lo e preservar seu próprio poder, entrou em aliança com a Inglaterra. Em colaboração com a Inglaterra, a França, nesse período, ajudou a Áustria, sua inimiga hereditária, a tomar Nápoles e Sicília, em detrimento da Espanha, e, em união com a Inglaterra, destruiu a marinha espanhola e seus estaleiros. Aqui, novamente, encontramos um governo pessoal que

---

75 N. T.: A Regência foi o período de 1715 a 1723, quando a França foi governada por Filipe de Orleans (1674-1723), o duque de Orleans, um sobrinho de Luís XIV.

desconsidera os interesses marítimos da França, arruinando um aliado natural e auxiliando diretamente o crescimento da dona dos mares, como Luís XIV o fizera indiretamente e sem intenção em seu reinado. Essa fase transitória da política acabou com a morte do regente em 1726; mas, desde então, até 1760, o governo da França continuou a desconsiderar seus interesses navais. Afirma-se, de fato, que, em decorrência de algumas sábias modificações de seus regulamentos fiscais, principalmente na direção do livre comércio (e devido a Law<sup>76</sup>, ministro escocês de nascimento), o comércio com as Índias Orientais e Ocidentais aumentou prodigiosamente, e que as ilhas de Guadalupe e Martinica tornaram-se muito ricas e prósperas, mas o comércio e as colônias estavam à mercê da Inglaterra quando a guerra chegou, pois a marinha entrou em decadência. Em 1756, quando a situação não estava mais no seu pior, a França possuía apenas 45 navios da linha, enquanto a Inglaterra detinha quase 130; e, quando os navios franceses deveriam ser armados e equipados, não havia material, tampouco aparelhamento, suprimentos e artilharia suficientes. Isso não foi tudo.

“A falta de método no governo”, diz um escritor francês,

provocou indiferença e abriu as portas à desordem e à falta de disciplina. Nunca promoções injustas foram tão frequentes; também nunca se viu descontentamento mais generalizado. Dinheiro e intrigas dominavam tudo, sendo a única forma de lograr comando e poder. Nobres e iniciantes com influência na capital e poder nos portos consideravam-se dispensados de ter mérito. O desperdício das receitas do Estado e dos estaleiros não tinha limites. Honra e modéstia eram ridicularizadas. Como se os males não fossem grandes o suficiente, o ministério se esforçou para apagar as tradições heroicas do passado que haviam escapado da destruição geral. Os

---

76 N. T.: John Law (1671-1729) era um economista escocês que serviu ao duque de Orleans e criou o *Banque Générale*, que depois se transformaria no primeiro Banco Central da França.

combates enérgicos do grande reinado foram sucedidos, por ordem da corte, por “encontros prudentes”<sup>77</sup>. Para preservar alguns poucos navios de guerra, única representação do inútil material existente, aumentaram-se para o inimigo as oportunidades de ataque, tornando o embate mais fácil. A partir desse princípio infeliz, estávamos vinculados a uma posição defensiva tão vantajosa para o inimigo quanto estranha ao caráter de nosso povo. Essa circunspeção diante do inimigo, mantida em decorrência de ordens governamentais, traiu o temperamento nacional no longo prazo; e o abuso do sistema levou a atos de indisciplina e deserção durante o fogo inimigo, situações as quais não encontraríamos no século anterior.

Uma política equivocada de extensão continental acabou com todos os recursos do país e foi duplamente prejudicial porque, ao deixar indefesas suas colônias e seu comércio, expôs a maior fonte de riqueza a um corte, como de fato aconteceu. As pequenas esquadras que chegaram ao mar foram destruídas por uma força muito superior; a frota mercante foi varrida, e as colônias – Canadá, Martinica, Guadalupe, Índia – caíram nas mãos da Inglaterra. Já temendo me estender por demasiado, deve ser apresentado um resumo interessante mostrando a angustiada miséria da França, o país que havia abandonado o mar, contrastando-a com a notável e crescente riqueza da Inglaterra, obtida apesar de todos seus sacrifícios e esforços naquela época. Um escritor daquela época expressou sua opinião sobre a política da França nesse período:

A França, ao se envolver com tanto entusiasmo em uma guerra alemã, subtraiu tanta atenção e receita da marinha que nos permitiu dar um golpe tão forte em sua força naval que ela possivelmente nunca seria capaz de se recuperar. Seu envolvimento na guerra alemã também a

tirou da defesa de suas colônias, pelo que conquistamos algumas das mais importantes que ela possuía. Ele retirou a proteção ao seu comércio, permitindo sua total destruição, enquanto o da Inglaterra nunca esteve em condição tão florescente. A guerra com a Alemanha prejudicou a França, por fim, a tal ponto que a deixou incapacitada de poder sustentar, por si só, uma luta isolada e imediata contra a Inglaterra.

Na Guerra dos Sete Anos<sup>78</sup>, a França perdeu 37 naus de linha e 56 fragatas<sup>79</sup> – uma força três vezes mais numerosa do que toda a marinha dos Estados Unidos em qualquer período da era dos navios à vela. “Pela primeira vez desde a Idade Média”, diz um historiador francês, falando da mesma guerra, “a Inglaterra conquistou a França quase sem aliados, enquanto a França os tinha em grande número, vitória esta decorrente apenas da superioridade de seu governo”. Com efeito, foi certamente por essa razão, mas isso foi realizado usando seu poder naval, uma formidável força que foi a recompensa de uma política consistente e perseverantemente direcionada a um objetivo.

A severa humilhação da França, que alcançou suas profundezas entre 1760 e 1763, data em que ela fez as pazes, tem uma lição instrutiva para os Estados Unidos neste período de decadência comercial e naval. Fomos poupados de sua humilhação; esperemos aprender com seu exemplo subsequente. Entre os mesmos anos (1760 e 1763), o povo francês se levantou, como depois em 1793, e declarou seu desejo de ter uma marinha.

O sentimento popular, habilmente dirigido pelo governo, levou o grito de um extremo da França para o outro: “A marinha deve ser restaurada”. Cidades, corporações e subscrições privadas

---

78 N. T.: A Guerra de Sete Anos foi travada entre 1756 e 1763, no contexto da Guerra da Sucessão Austríaca. É considerada uma das primeiras guerras de repercussões mundiais.

79 N. T.: *frigates*. Segundo o Dicionário Houaiss, é um navio de guerra a vela, de três mastros, com apenas uma ou duas cobertas de canhões. Maior do que a corveta e menor do que o cruzador.

presentaram a nação com navios. Uma atividade prodigiosa surgiu nos portos até pouco antes silenciosos; em toda parte, navios eram construídos ou reparados.

Como essa atividade foi mantida, os arsenais foram reabastecidos, todo o tipo de material foi colocado em condições satisfatórias, a artilharia foi reorganizada, e 10 mil artilheiros foram treinados e mantidos.

O espírito e a ação dos oficiais navais da época seguiram imediatamente o impulso popular, pelo qual alguns espíritos mais elevados entre eles estavam não apenas esperando, mas trabalhando. Em nenhum momento os oficiais da marinha francesa despenderam tanto esforço intelectual e profissional quanto naquele quando seus navios apodreciam em decorrência da inação governamental. Assim, um oficial francês de destaque de nossos dias escreveu:

A triste condição da marinha no reino de Luís XVI, ao fechar para seus oficiais o caminho para arrojadas iniciativas e batalhas vitoriosas, forçou-os a concentrarem-se em si próprios. Eles adquiriram do estudo o conhecimento utilizado alguns anos depois, ilustrando a notável frase de Montesquieu: “A adversidade é a mãe, a prosperidade nossa madrastra”. No ano de 1769, podia-se observar todo o esplendor daquela plêiade brilhante de oficiais cuja atividade se estendia até os confins da terra, e que abraçavam em suas obras e em suas investigações todos os ramos do conhecimento humano. A Academia Naval Real da França<sup>80</sup>, fundada em 1752, foi reorganizada.<sup>81</sup>

---

80 N. T.: *Académie de marine*.

81 GOUGEARD, M. *La marine de guerre, ses institutions militaires depuis son origine jusqu'à nos jours* – Richelieu et Colbert d'après les documents inédits. Paris: Georges Decaux; Bruxelas: E. Sardou, 1877.

Seu primeiro diretor, um capitão de navio chamado Bigot de Morogues<sup>82</sup>, escreveu um tratado elaborado sobre táticas navais, o primeiro trabalho original sobre o assunto desde o de Paul Hoste<sup>83</sup>, que ele foi projetado para substituir. Morogues deve ter estudado e formulado seus conceitos sobre tática naval nos dias em que a França não tinha frota e era incapaz de levantar a cabeça no mar sob os golpes de seu inimigo. Nesse mesmo período, a Inglaterra não tinha nenhum livro equivalente, e um tenente de navio inglês, em 1762, ainda estava traduzindo só um pequeno trecho do grande trabalho de Hoste. Somente quase vinte anos depois foi que Clerk, um civil escocês, publicou criativo estudo de táticas navais, no qual apontou para os almirantes ingleses o sistema pelo qual os franceses haviam frustrado seus pouco planejados e despropositados ataques<sup>84</sup>. “As pesquisas da Academia e o enérgico impulso que deu aos trabalhos dos oficiais não deixaram de contribuir, como esperamos mostrar mais adiante, na condição relativamente próspera em que a marinha estava no início da guerra de Independência dos Estados Unidos”.

Já foi apontado que esse conflito envolveu um afastamento da política tradicional e verdadeira da Inglaterra, fixando-a em uma guerra terrestre distante, enquanto inimigos poderosos aguardavam uma oportunidade para atacá-la no mar. Assim como a França nas recentes guerras com a Alemanha, e como Napoleão no final da guerra espanhola, a Inglaterra, em decorrência de uma indevida autoconfiança, estava prestes a transformar um amigo em inimigo e, assim, expor a base real de seu poder a uma dura prova. O governo francês, por outro lado, evitou a armadilha em que caíra tantas

---

82 N. T.: Sébastien Bigot de Morogues (1706-1781). Especialista em artilharia.

83 N. T.: Paul Hoste (1652-1700) padre jesuíta especialista em tática naval, tendo produzido um dos primeiros manuais sobre o assunto.

84 Pode-se criticar a originalidade da tese de Clerk na construção de um sistema de tática naval, e isso foi feito, mas não pode haver dúvida de que suas avaliações do passado eram sólidas. Pelo o que sabemos, ele merece, a esse respeito, o crédito por uma originalidade notável em alguém que não teve formação nem de marinheiro e tampouco de militar.

vezes. Dando as costas ao continente europeu, com a probabilidade de neutralidade ali e a certeza de aliança com a Espanha ao seu lado, se lançou em uma luta com uma marinha de alto nível e um corpo de oficiais brilhante, ainda que relativamente inexperiente. Do outro lado do Atlântico, ela contava com o apoio de um povo amigo e de portos próprios ou de aliados, tanto nas Índias Ocidentais quanto no continente. São evidentes a sabedoria dessa política e a influência que exerceu essa conduta governamental na formação de seu poder naval, mas os detalhes dessa guerra não pertencem a esta parte deste livro. Para os americanos, o principal interesse dessa guerra é encontrado na terra; mas, para oficiais da marinha, era essencialmente uma guerra naval. Os inteligentes e sistemáticos esforços executados durante vinte anos deram seus resultados. Embora a guerra naval tenha terminado com um grande desastre, os esforços combinados das esquadras francesa e espanhola sem dúvida abalaram as forças da Inglaterra e arrancaram dela as colônias. Nas várias manobras e batalhas navais ocorridas durante o conflito, a honra da França foi em geral mantida, embora seja difícil negar o impacto da inexperiência de seus marinheiros, se comparados aos ingleses, das mesquinhas rivalidades demonstradas pelo nobre corpo de oficiais, que provinham de origem distinta, e, sobretudo, o resultado das tradições miseráveis de três quartos de século já mencionadas – tradições de um governo que os ensinou primeiro a salvar seus navios e a economizar material e, assim, impediu os almirantes franceses de colher não a mera glória, mas as vantagens positivas que mais de uma vez estavam ao seu alcance. Quando Monck disse que a nação que governaria o mar deve sempre atacar, ele ofereceu a essência da política naval da Inglaterra; e, se as instruções do governo francês tivessem consistentemente o mesmo espírito, a guerra de 1778 poderia ter terminado mais cedo e melhor do que de fato ocorreu. Parece deselegante criticar a conduta de um serviço ao qual, sob Deus, nossa nação deve o êxito de seu nascimento; mas os trabalhos dos próprios escritores ingleses refletem abundantemente o espírito dessa observação. Um

oficial francês que esteve embarcado durante essa guerra, em um trabalho de tom equilibrado e imparcial, diz:

O que os jovens oficiais em Sandy Hook com D'Estaing, em St. Christopher com De Grasse, mesmo aqueles que chegaram a Rhode Island com De Ternay devem ter pensado, quando viram que esses oficiais não foram julgados ao retornarem?<sup>85</sup>

Outro oficial francês, escrevendo posteriormente, justificou a opinião expressada, ao falar da Guerra de Independência dos Estados Unidos nos seguintes termos:

Era necessário se livrar dos preconceitos infelizes dos dias da regência e de Luís XV; mas as muitas adversidades existentes eram demasiadamente recentes para serem esquecidas por nossos ministros. Em decorrência de uma miserável hesitação, as esquadras, que por sua magnitude tinham alarmado Inglaterra, foram reduzidas a proporções ordinárias. Entrincheirando-se em uma falsa parcimônia, o ministério alegou que, em decorrência das despesas excessivas necessárias para manter a frota, os almirantes deveriam atuar com a “maior circunspeção”, como se na guerra meias medidas não levassem sempre a desastres. Assim, também foram dadas ordens aos almirantes para que mantivessem suas esquadras o maior tempo possível no mar, mas sem aventurarem-se em ações que pudessem causar a perda das embarcações de guerra, naquela época difíceis de serem substituídas. Então, mais de uma vez, vitórias plenas que poderiam ter coroado a habilidade dos nossos almirantes e a coragem de nossos capitães foram transformadas em sucessos de pouca importância. Um sistema que estabelecia como

---

85 LA SERRE, Barbier de: *Essais historiques et critiques sur la marine de France de 1661 à 1789*. Paris: Janet et Cotele, 1814.



princípio que um almirante não deveria usar a força em suas mãos, que o enviava contra o inimigo com o objetivo predeterminado de receber, em vez de fazer o ataque, um sistema que minava o poder moral para economizar recursos materiais não teria outra conclusão que não resultados infelizes [...]. É certo que esse sistema deplorável foi uma das causas da falta de disciplina e de deserções surpreendentes que caracterizaram o reinado de Luís XVI, a [primeira] República e o [primeiro] Império.<sup>86</sup>

Após dez anos da paz de 1788, veio a Revolução Francesa. Ainda que essa grande revolta tenha abalado os fundamentos dos Estados, afrouxado os laços da ordem social e expulsado da marinha quase todos os oficiais treinados da monarquia apegados ao antigo estado de coisas, não se conseguiu livrar a marinha francesa de um sistema tão prejudicial. Era mais fácil derrubar a forma de governo do que acabar com uma tradição arraigada. Analise-se, agora, um terceiro oficial francês, do mais alto escalão e realizações literárias, falando da inação de Villeneuve, o almirante que comandava a retaguarda francesa na batalha do Nilo (combate de Aboukir) e que não levantou suas âncoras enquanto a cabeça da coluna estava sendo destruída:

Chegaria um dia [Trafalgar] em que Villeneuve, por sua vez, como De Grasse antes dele e como Duchayla<sup>87</sup>, reclamaria de ter sido abandonado por parte de sua esquadra. Chegamos a suspeitar de algum motivo secreto para essa fatal coincidência, pois não é natural que, entre tantos homens honrados, se encontrem

---

86 LAPEYROUSE DE BONFILS, Léonard Léonce. *Histoire de la Marine Française*. Paris: Chez Dentu, 1845.

87 N. T.: François Joseph Paul de Grasse (1722-1788) foi um oficial da marinha francesa que chegou a almirante. Foi famoso por comandar a frota francesa na Batalha de Chesapeake em 1781. Foi derrotado e capturado por um almirante britânico em 1782 na Batalha dos Santos, no mar do Caribe. O conde Armand Simon Marie Blanquet du Chayla (1759-1826) foi um contra-almirante francês que atuou na Batalha do Nilo.

tantas vezes almirantes e comandantes que incorrem nesse tipo de falha. Se o nome de alguns está, até hoje, infelizmente associado à memória de nossos desastres, podemos ter certeza de que a falha não é totalmente deles. Devemos, na verdade, culpar a natureza das operações em que estavam envolvidos e o sistema de guerra defensiva prescrito pelo governo francês, que Pitt, no parlamento inglês, proclamou ser a receita certa para a ruína. Esse sistema, quando quisemos renunciá-lo, já havia penetrado em nossos hábitos; pode-se dizer que enfraqueceu nossos braços e paralisou nossa autoconfiança. Com muita frequência, nossas esquadras deixavam o porto com uma missão especial a cumprir e com a intenção de evitar o inimigo; o encontro com ele era considerado um golpe de má sorte. Era assim que nossos navios entravam em ação; eles submetiam-se aos desígnios do adversário, em vez de obrigá-lo a sujeitar-se aos nossos [...] A fortuna teria hesitado mais tempo entre as duas frotas e, no final, não teria enfrentado tanta pressão contra a nossa, se Brueys, encontrando Nelson no meio do caminho, pudesse sair para lutar contra ele. Essa restrita e tímida guerra que Villaret e Martín travaram durou muito graças à circunspeção de alguns almirantes ingleses e às tradições das velhas táticas. A batalha de Aboukir acabou com todas essas tradições, abrindo caminho para uma nova era de ações mais decisivas.<sup>88</sup>

Alguns anos depois, veio Trafalgar, e novamente o governo da França adotou uma nova política na marinha. O último autor citado afirma novamente:

O imperador, cujo olhar de águia traçava planos de campanha para suas esquadras e para seus exércitos,

---

88 LA GRAVIÈRE, E. Jurien de: *Guerres Maritimes sous la république et l'empire*. Paris: G. Charpentier, 1879.

estava cansado de reveses inesperados. Ele desviou os olhos do único campo de batalha em que a fortuna lhe era infiel e decidiu perseguir a Inglaterra em outro lugar que não o mar; ele se comprometeu a reconstruir sua marinha, mas sem lhe dar parte na luta, que se tornava mais encarniçada do que nunca [...] No entanto, longe de diminuir, a atividade de nossos estaleiros redobrou. Todos os anos, navios de linha recebiam suas quilhas ou eram adicionados à frota. Veneza e Gênova, sob controle francês, viram seus antigos esplendores retornarem novamente, e, das margens do Elba até a cabeça do Adriático, todos os portos do continente emulavam o pensamento criativo do imperador. Numerosas esquadras foram reunidas em Scheldt, em Brest Roads e em Toulon. [...] Mas, até o fim, o imperador se recusou a dar a essa marinha, cheia de ardor e autoconfiança, uma oportunidade de medir sua força com o inimigo [...] Abatido por constantes reveses, ele manteve nossos navios armados apenas para obrigar nossos inimigos a bloqueios cujo enorme custo deveria terminar esgotando suas finanças.

Quando o Império ruiu, a França tinha 103 navios de linha e 55 fragatas.

Voltando agora das lições particulares tiradas da história para a questão geral da influência do governo sobre a dimensão marítima de seu povo, vemos que essa influência pode funcionar de duas maneiras distintas, mas intimamente relacionadas.

Primeiro, na paz: o governo, por sua política, pode favorecer o crescimento natural das indústrias de um povo e sua pré-disposição a buscar aventuras e ganhos por meio do mar; ou pode tentar desenvolver tais indústrias e tais tendências marítimas quando elas não existem naturalmente; ou, por outro lado, o governo pode, por ação equivocada, atuar de forma contrária às

tendências de seu povo e restringir o progresso que se alcançaria por si próprio. De qualquer maneira, a influência do governo será sentida, criando ou prejudicando o poder naval do país na questão do comércio pacífico. Só com base nesse comércio, não se deixa de insistir, pode-se alcançar uma marinha plenamente forte.

Em segundo lugar, para a guerra: A influência do governo será sentida da maneira mais legítima na manutenção de uma marinha armada, de tamanho compatível com o crescimento de sua navegação e com a importância dos interesses a ela relacionados. Mais importante do que o tamanho da marinha é a sua organização, particularmente se promove um espírito e uma atividade que proporcionam um rápido desenvolvimento em tempo de guerra por uma reserva adequada de homens e navios, e pela maneira pela qual ela usa essa reserva de poder que apontamos antes, quando consideramos o caráter do povo. Nesta segunda parte de preparação para a guerra, deve-se incluir, indubitavelmente, a sustentação de estações navais<sup>89</sup> em todos os pontos distantes do mundo nos quais a frota de guerra acompanha a marinha mercante. A proteção de tais estações deve depender da força militar direta, como fazem Gibraltar e Malta, ou de uma população amistosa ao redor, como os colonos americanos uma vez foram para a Inglaterra, e, pode-se presumir, os colonos australianos agora o são. Esses entornos amigáveis e seu apoio, aliados a uma provisão militar razoável, são a melhor das defesas e, quando combinados com uma decidida preponderância no mar, oferecem segurança a um império extenso e disperso, como o da Inglaterra; pois, embora seja verdade que um ataque inesperado possa causar desastre em determinado local, a superioridade real do poder naval impede que tal desastre seja generalizado ou irremediável. A história provou suficientemente esse argumento. A Inglaterra detém bases navais em todo o mundo; suas frotas as têm protegido, mantendo abertas as comunicações entre elas, e, ao mesmo tempo, confiado nelas para o abrigo.

---

89 N. T.: *naval stations*.

As colônias unidas à metrópole oferecem, dessa maneira, os meios mais adequados de apoiar o poder naval de um país no exterior. Na paz, a influência do governo deve se voltar para promover, por todos os meios, uma calorosa união de interesses que fará com que o bem-estar individual seja o bem-estar geral, e a disputa de um, a briga de todos; e na guerra, promovendo medidas de organização de forma que todos sintam que há uma distribuição justa do fardo que todos carregam e de onde todos retiram seus benefícios.

Os Estados Unidos não têm tais colônias, e o país provavelmente nunca as terá. No que diz respeito às estações navais puramente militares, o sentimento de seu povo foi expresso com precisão por um historiador da marinha inglesa há cem anos, falando então de Gibraltar e de Port Mahon.

Os governos militares [disse ele] são tão pouco convergentes com o espírito de um povo comerciante e são em si tão repugnantes ao caráter do povo inglês que não me surpreende que homens de bom senso e de todas as partes tenham se inclinado a ceder tais portos, como ocorreu anteriormente com Tânger.

Não tendo, portanto, estabelecimentos estrangeiros, sejam coloniais ou militares, os navios de guerra dos Estados Unidos, em guerra, serão como pássaros terrestres, incapazes de voar para longe de suas próprias costas. Fornecer locais de descanso para eles, onde possam se reabastecer de carvão e fazer reparos, seria uma das primeiras tarefas de um governo que se propõe a desenvolver o poder naval da nação.

Como o objetivo prático desta investigação é de tirar da história as inferências aplicáveis à pátria e ao serviço naval, é apropriado agora perguntar até que ponto as condições dos Estados Unidos envolvem sério perigo e apelar à ação por parte de

o governo, a fim de reconstruir seu poder naval. Não será demais dizer que a ação do governo, desde a Guerra Civil até hoje, tem sido direcionada de forma efetiva apenas para o que se tem chamado de primeiro elo da cadeia que faz o poder naval: o desenvolvimento interior, o aumento da produção e a conseguinte confiança na autossuficiência. Nisto, o governo refletiu fielmente a inclinação dos elementos dominantes do país, embora nem sempre seja fácil sentir que tais elementos sejam verdadeiramente representativos, mesmo em um país livre. De qualquer maneira, não há dúvida de que, além de não ter colônias, também falta o elo intermediário de um transporte marítimo pacífico e dos interesses nele envolvidos. Em suma, os Estados Unidos têm apenas um dos três elos da cadeia.

As circunstâncias da guerra naval mudaram tanto nos últimos cem anos que se pode duvidar se voltaremos a ver, como nas guerras entre a Inglaterra e a França, uma prosperidade tão notável, no caso da primeira, ou efeitos tão desastrosos, como no da segunda. Em sua preponderância segura e arrogante dos mares, a Inglaterra impôs um jugo aos neutros que nunca mais será suportado; e o princípio de que a bandeira cobre as mercadorias<sup>90</sup> está para sempre assegurado. O comércio de um beligerante pode, portanto, ser continuado com segurança em navios neutros, exceto quando constituir contrabando de guerra ou quando se direcionar para portos bloqueados; e, no que diz respeito a este último, é também certo que só ocorrerá quando for efetivo.

Deixando de lado, portanto, a questão de defesa de seus portos contra a captura ou a imposição sobre eles de contribuições forçadas por parte do inimigo, sobre a qual há unanimidade plena na teoria e total indiferença na prática, é oportuno perguntar: qual é a necessidade dos Estados Unidos em ter poder naval? Seu comércio

---

90 N. T.: *the flag covers the goods*. Referência à discussão do direito internacional sobre se bens de inimigos podem ser capturados em navios neutros e se bens de neutros estão livres de arresto em navios inimigos.

é, mesmo agora, realizado por outros; por que seu povo desejaria o que, se possuído, deve ser defendido a grande custo? Essa questão está fora do escopo deste livro, na medida em que é uma questão de economia; mas as condições que podem ocasionar sofrimento e perda para o país pela guerra são diretamente pertinentes a ela, e assim torna-se relevante para esta obra. Dado, portanto, que o comércio exterior dos Estados Unidos está a bordo de navios que um inimigo não pode tocar, exceto quando vinculado a um porto bloqueado, o que constituirá um bloqueio eficiente? A definição atual é: quando constitui um perigo manifesto para todo navio que tenta entrar no porto ou sair dele. Isso é evidentemente muito elástico. Muitos podem se recordar que, durante a Guerra Civil, depois de um ataque noturno à frota ao largo de Charleston, os confederados, na manhã seguinte, enviaram um navio a vapor com alguns cônsules estrangeiros a bordo, que, após observarem que nenhum navio de bloqueio estava à vista, emitiram uma declaração nesse sentido. Com base nessa declaração, algumas autoridades sulistas alegaram que o bloqueio estava tecnicamente rompido, e novos bloqueios não poderiam ser tecnicamente restabelecidos sem uma nova notificação. É necessário, para constituir um perigo real para os navios especializados em burlar bloqueios<sup>91</sup>, que a frota bloqueadora deva estar à vista? Meia dúzia de navios a vapor rápidos, em cruzeiro a 20 milhas da costa entre Nova Jersey e Long Island, seriam um perigo muito real para os navios que procuram entrar ou sair pela entrada principal de Nova Iorque; e posições semelhantes podem efetivamente bloquear Boston, o Delaware e o Chesapeake. O corpo principal da frota bloqueadora, preparada não só para capturar navios mercantes, mas para resistir às tentativas militares de quebrar o bloqueio, não precisa estar à vista, nem em posição conhecida para os que estão em terra. A maior parte da frota de Nelson estava a 50 milhas de Cádiz dois dias antes de Trafalgar, com um pequeno destacamento vigiando perto do porto. A frota aliada

---

91 N. T.: *blockade-runners*.

começou a se movimentar às 7 da manhã, e Nelson, mesmo sob as condições daqueles dias, sabia disso às 9h30. A frota inglesa a essa distância era um perigo muito real para o seu inimigo. Hoje, com a disponibilidade de cabos telegráficos submarinos, parece possível que tanto as forças bloqueadoras próximas quanto as de longe possam estar em comunicação telegráfica entre si ao longo de todo o litoral dos Estados Unidos, prontamente dando apoio mútuo; e se, por alguma combinação militar afortunada, um destacamento fosse atacado em peso, sempre poderia avisar os outros e recuar para próximo dos navios amigos. Se tal bloqueio fosse um dia rompido, pela repulsa dos navios que o mantém, a notificação de seu restabelecimento poderia ser telegrafada para todo o mundo no dia seguinte. Para se evitar tais bloqueios, deve haver uma força naval que, em todos os momentos, coloque a frota que promove o bloqueio em tal perigo que ela não consiga de forma nenhuma manter seu lugar. Assim, os navios neutros, exceto aqueles com contrabando de guerra, podem entrar e sair livremente e manter as relações comerciais do país com o mundo exterior.

Pode-se argumentar que, com a extensa costa marítima dos Estados Unidos, um bloqueio generalizado não pode ser efetivamente mantido. Ninguém admitirá isso mais prontamente do que os oficiais que se lembram de como o bloqueio apenas da costa sul foi mantido. Mas, na condição atual da marinha, e, pode-se acrescentar, com quaisquer acréscimos que não excedam aqueles até agora propostos pelo governo<sup>92</sup>, a tentativa de bloquear Boston, Nova Iorque, as baías de Delaware e Chesapeake e o Mississippi, em outras palavras, os grandes centros de exportação e importação, não implicariam para uma das grandes nações marítimas do mundo esforços maiores do que os realizados anteriormente. A Inglaterra bloqueou ao mesmo tempo Brest, a costa da Biscaia, Toulon e Cádiz quando havia esquadras poderosas dentro dos portos.

---

92 Depois de escrever isto, soube que o secretário da Marinha, em seu relatório de 1889, recomendou construir uma esquadra que tornaria o bloqueio aqui sugerido muito perigoso.



É verdade que o comércio em navios neutros pode entrar em outros portos dos Estados Unidos que não sejam os indicados. Mas que deslocamento do tráfego de carga do país isso não implicaria! Que falha no abastecimento não ocasionaria, em decorrência dos meios inadequados de transporte ferroviário ou aquático, de ancoragem, de desembarço e de armazenamento envolvidos em tal mudança forçada dos portos de entrada! Não ocorreria perda financeira, nenhum sofrimento, como consequência disso? E quando, com muita dor e despesa, esses males forem parcialmente remediados, o inimigo poderia paralisar a atividade desses novos portos, como fez com os anteriores. O povo dos Estados Unidos certamente não morrerá de fome, mas pode sofrer terrivelmente. Quanto aos suprimentos que são contrabandos de guerra, não haveria motivo para temer que os Estados Unidos não possam, por si só, dispor deles caso ocorra uma emergência?

A questão é eminentemente a de que o governo deve construir para a nação uma marinha que, se não for capaz de chegar a países distantes, pelo menos seja capaz de manter as maiores ameaças longe de sua costa em caso de guerra. As preocupações do país mantiveram-se, por um quarto de século, afastadas do mar. Já observamos o efeito desse tipo de ação e de seu oposto no caso, respectivamente, da França e da Inglaterra. Sem querer indicar um estreito paralelismo entre o caso dos Estados Unidos e qualquer um destes, pode-se dizer com segurança que é essencial para o bem-estar de todo o país que as condições de comércio permaneçam, tanto quanto possível, preservadas de uma guerra externa. Para isso, o inimigo deve ser mantido não apenas fora de nossos portos, mas longe de nosso litoral<sup>93</sup>. Podemos ter uma marinha de

---

93 O termo “defesa” expressa duas ideias diferentes na guerra, de maneira que é conveniente separá-las para evitar confusões. Existe a defesa pura e absoluta que procura aumentar suas forças e espera o ataque; esta se pode chamar de passiva. E há outra classe de defesa que se funda no princípio de que a salvação própria – que é o verdadeiro objeto da defesa – está muito mais assegurada atacando-se o inimigo. Na defesa das costas do litoral, veem-se claramente manifestados ambos os sistemas: o primeiro é representado

guerra que desempenhará tal ação sem restaurar a frota mercante? É duvidoso. A história provou que uma potência naval puramente militar pode ser construída por um déspota, como foi feito por Luís XIV; mas, embora parecesse tão robusta, a experiência mostrou que sua marinha era como uma vegetação que não tem raízes e logo perde sua força. Mas, em um governo representativo, qualquer gasto militar deve ser fortemente apoiado por interesses que estejam convencidos de sua necessidade. Esse interesse pelo poder naval não existe e não consegue existir aqui sem ação do governo. Dizer como essa navegação mercante deveria ser construída, se por subsídios ou pelo livre comércio, se pela administração constante de estímulos ou pela livre circulação, não é uma questão militar, mas econômica. Mesmo tendo os Estados Unidos uma grande frota mercante nacional, pode-se duvidar que isso leve a uma marinha de guerra adequada. A distância que separa o país de outras grandes potências, de certa forma uma proteção, é também uma armadilha. Talvez um dos únicos motivos com potencial para oferecer aos Estados Unidos uma marinha de guerra esteja no momento aparecendo no istmo da América Central. Vamos esperar que não seja tarde demais.

---

por fortificações fixas, defesas submarinas e, em geral, todas as obras de caráter permanente cujo objeto é deter o inimigo que tente entrar. O segundo é constituído por todos os elementos e armas que não esperam o ataque, e sim vão ao encontro dos navios inimigos, seja a poucas milhas de distância ou em suas próprias costas. Essa defesa pode confundir-se com uma guerra ofensiva, mas na realidade não o é, pois só quando o objetivo seja o território inimigo, em vez de ser sua esquadra, será uma guerra ofensiva. A Inglaterra defendeu seu litoral e suas colônias por meio de esquadras estacionadas em frente aos portos franceses e que tinham a missão de combater os navios que saíam. Os Estados Unidos, na Guerra de Secessão, estacionaram também suas esquadras em frente aos portos do sul, mas não porque temiam o inimigo, e sim para derrubar a Confederação, isolando-a do resto do mundo e, em último caso, atacando os portos. Os métodos eram os mesmos; mas o propósito no primeiro caso era defensivo; no segundo, ofensivo.

A confusão dessas duas ideias leva a dispensáveis discussões sobre a esfera de ação do exército e da marinha no que se refere à defesa das costas. As defesas passivas pertencem ao exército; as que tenham movimento sobre as águas pertencem à marinha, à qual também cabe a defesa ofensiva. Se os marinheiros são empregados para guarnecer fortes, se convertem em parte integrante das defesas terrestres; de igual maneira se convertem em forças marítimas as tropas que embarquem em navios.

Aqui concluímos a discussão geral dos principais elementos que afetam, favorável ou desfavoravelmente, o crescimento do poder naval nas nações. O objetivo foi, primeiro, considerar elementos em sua respectiva tendência favorável ou contrária, e então ilustrar tais casos com exemplos particulares e pela experiência do passado. Essas discussões, embora sem dúvida abranjam campo mais amplo, estão principalmente no da estratégia, em oposição à tática. Suas considerações e princípios pertencem a uma ordem de coisas imutável e perene, permanecendo a mesma, em causa e efeito, em todas as épocas. Elas estão inseridas, por assim dizer, na Ordem Natural, de cuja estabilidade tanto se ouve falar em nossos dias. Isso difere da tática, que usa como seus instrumentos as armas construídas pelo homem, e que, portanto, participa da mudança e do progresso de geração em geração. De tempos em tempos, a superestrutura da tática precisa ser alterada ou totalmente demolida, mas os antigos fundamentos da estratégia permanecem, como se assentados sobre rocha. A seguir, será examinada a história geral da Europa e da América, com referência particular ao efeito do poder naval em sentido amplo sobre essa história, e sobre o bem-estar do povo. De vez em quando, quando for pertinente, citaremos e reforçaremos os ensinamentos gerais já apresentados por meio de ilustrações particulares. O foco geral do estudo será, portanto, estratégico, naquela ampla definição de estratégia naval muito citada e já aceita: “A estratégia naval tem como seu fim encontrar, apoiar e aumentar, tanto na guerra como na paz, o poder naval de um país”. Quando nos ocuparmos sobre batalhas particulares, embora admitindo que a mudança de detalhes tenha tornado obsoletos muitos ensinamentos, nos esforçaremos para demonstrar onde a aplicação ou negligência dos verdadeiros princípios gerais produziu efeitos decisivos; e, tudo o mais sendo constante, citaremos as ações que, por estarem associadas aos nomes de oficiais ilustres, possam demonstrar o estado de perfeição alcançado em uma determinada era ou serviço. Também buscaremos, quando forem possíveis analogias superficiais entre armas antigas e modernas, derivar as

lições prováveis que elas oferecem sem colocar ênfase indevida nos pontos de semelhança. Finalmente, deve ser lembrado que, apesar de todas as mudanças, a natureza do homem é sempre igual; a equação pessoal, embora incerta em quantidade e qualidade em uma particular instância, tem sempre a segurança de encontrá-la<sup>94</sup>.

---

94 N. T.: Esse parágrafo refere-se ao conteúdo dos capítulos subsequentes, que não foram transcritos nesta coletânea.

## Os Estados Unidos observando o exterior<sup>95</sup>

Alfred Thayer Mahan

Não faltam sinais de uma emergente mudança de abordagem nos pensamentos e na política dos americanos quanto às suas relações com o mundo. Durante o último quarto de século, a ideia predominante que tem se afirmado com sucesso nas urnas e moldado o curso do governo tem sido a de preservar o mercado doméstico para as indústrias domésticas. Tanto o empregador quanto o trabalhador foram ensinados a olhar para as diversas medidas econômicas propostas a partir do seguinte ponto de vista: considerar com hostilidade qualquer passo favorável à invasão do produtor estrangeiro no mercado doméstico e exigir medidas cada vez mais rigorosas para evitar qualquer flexibilização dos laços que os vinculam ao consumidor. A consequência inevitável seguiu, tal como em todos os casos em que a mente ou o olhar fixa-se exclusivamente em uma única direção da negligência diante do perigo de perda ou a perspectiva de vantagem; e embora os recursos abundantes do país tenham mantido as exportações em um número alto, esse resultado promissor deveu-se mais à

---

95 MAHAN, Alfred Thayer. The US looking outward. In: \_\_\_\_\_. *The interest of America in sea power: present and future*. Cambridge: University Press, 1897. Edição eletrônica do Projeto Gutenberg. Texto originalmente publicado no volume LXVI da revista *Atlantic Monthly* em agosto de 1890.

generosidade superabundante da Natureza do que à demanda de outras nações por nossos manufaturados protegidos.

Desse modo, por quase toda a existência de uma geração, as indústrias americanas foram protegidas pela prática que assumiu a força de uma tradição e está hoje vestida na armadura do conservadorismo. Em suas relações mútuas, essas indústrias assemelham-se às atividades de um couraçado<sup>96</sup> moderno com armadura pesada, mas que apresenta artilharia e motores inferiores; imponente para defender e frágil para atacar. Internamente, o mercado doméstico é seguro; mas lá fora, além dos grandes mares, existem os mercados do mundo, que só podem ser ingressados e controlados por uma disputa vigorosa, a qual é difícil de ser travada quando se tem o hábito de se confiar no direito para a proteção.

No fundo, no entanto, o temperamento do povo americano é essencialmente alheio a uma atitude tão lenta. Independentemente de todos os preconceitos a favor ou contra a proteção, é seguro prever que, quando as oportunidades de ganho no exterior forem compreendidas, o curso das empresas americanas abrirá um canal para alcançá-las. Visto em termos gerais, é um fato muito bem-vindo e significativo que um defensor proeminente e influente do protecionismo, um líder do partido comprometido com o seu apoio, um leitor perspicaz dos sinais dos tempos e da opinião, tenha se identificado com uma linha política que propõe modificações na tarifa para expandir o comércio dos Estados Unidos a todos os quadrantes do globo. Homens de todas as partes podem se unir nas palavras do Sr. Blaine<sup>97</sup>, tal como registrado numa recente declaração: “Não é um destino ambicioso para um país tão grande como o nosso fabricar apenas o que podemos consumir, ou produzir apenas o que podemos comer”. Diante dessa expressão de

---

96 N. T.: Termo em inglês *ironclad*, grande navio de combate dotado de poderosa artilharia e protegido por espessa blindagem; encouraçado.

97 N. T.: Referência ao político republicano James Gillespie Blaine (1830-1893).

---

um homem público tão astuto e hábil, até mesmo o caráter extremo da recente legislação tarifária parece apenas um sinal da mudança que se aproxima, e traz à mente o famoso Bloqueio Continental, do qual o nosso é análogo, para apoiar o que Napoleão agregou de legião a legião e de empresa a empresa, até que a estrutura do Império quebrasse sob o seu próprio peso.

A característica interessante e significativa dessa mudança de atitude é voltar a atenção para fora, em vez de apenas olhar para dentro, em prol do bem-estar do país. Afirmar a importância de mercados distantes e a relação de nossos imensos poderes de produção com eles implica, logicamente, o reconhecimento do elo que une os produtos e os mercados, ou seja, as trocas comerciais; os três juntos constituem a cadeia de poder marítimo a que a Grã-Bretanha deve a sua riqueza e grandeza. Além disso, como dois desses elos, o transporte marítimo e os mercados, são exteriores às nossas próprias fronteiras, o reconhecimento deles não levaria a uma visão das relações dos Estados Unidos com o mundo radicalmente distinta da simples ideia de autossuficiência? Não seguiremos longe com esta linha de pensamento antes de crermos na posição única da América, enfrentando os mundos mais antigos do Leste e do Oeste, com suas costas lavadas pelos oceanos que tocam um ou o outro mundo, mas que são comuns apenas a ela.

Coincidente com esses sinais de mudança em nossa própria política, há uma inquietação profundamente significativa no mundo em geral, se não agourenta. Não é nosso propósito estender-nos sobre o estado interno da Europa, de onde, se surgirem distúrbios, o efeito sobre nós pode ser apenas parcial e indireto. Mas as grandes potências costeiras não estão de guarda apenas contra seus rivais continentais; elas também buscam extensão comercial, colônias e influência em regiões distantes, e podem, mesmo sob a nossa atual política, entrar em conflito contra nós. O incidente das

Ilhas Samoa, aparentemente trivial, foi, contudo, eminentemente sugestivo das ambições europeias. A América, então, despertou do sono para buscar seus interesses intimamente ligados ao seu futuro. Neste momento, os problemas internos são iminentes nas Ilhas Sandwich, onde a nossa determinação fixa deve ser a de não permitir que nenhuma influência estrangeira seja igual à nossa. Em todo o mundo, o impulso comercial e colonial alemão está entrando em colisão com outras nações: o testemunho das relações entre as Ilhas Carolinas e a Espanha; a divisão da Nova Guiné com a Inglaterra; a negociação ainda mais recente entre essas duas potências sobre sua participação na África, vista com profunda desconfiança e inveja pela França; a questão da Samoa; o conflito entre o controle alemão e os interesses americanos nas ilhas do Pacífico Ocidental; e o suposto avanço da influência alemã na América Central e do Sul. Vale ressaltar que, embora essas várias disputas sejam sustentadas pelo espírito militar agressivo característico do Império Alemão, acredita-se que elas resultem mais do temperamento nacional do que da política deliberada do governo, que não lidera esse assunto, apenas segue o sentimento do povo – uma condição muito mais formidável.

Não há uma razão sólida para acreditar que o mundo tenha passado por um período de paz fora dos limites da Europa. Condições políticas instáveis, como as existentes no Haiti, na América Central e em muitas ilhas do Pacífico, especialmente as do Havaí, quando combinadas com grande importância militar ou comercial, como é o caso da maioria dessas posições, envolvem agora, como de costume, perigosos germes de discussão, contra os quais é prudente pelo menos estar preparado. Indiscutivelmente, o temperamento geral das nações é mais avesso à guerra do que outrora. Se não menos egoístas e ambiciosos que nossos antecessores, sentimos mais aversão aos desconfortos e sofrimentos decorrentes de uma quebra de paz; mas, para manter esse repouso de alto valor e o desfrute ininterrupto dos retornos do comércio,



é necessário ter força relativamente igual à de um adversário. É o estado de prontidão do inimigo, e não a aquiescência no *status quo*, que agora freia os exércitos da Europa.

Por outro lado, quando uma forte necessidade política entra em conflito com a fraqueza comparativa, nem as sanções do direito internacional nem a justiça de uma causa são suficientes para estabelecer uma resolução justa das diferenças. Em nossa disputa ainda pendente sobre a pesca de focas no Mar de Bering, qualquer que seja a opinião sobre a força de nosso argumento, em vista dos princípios geralmente aceitos do direito internacional, é indiscutível que a nossa alegação seja razoável, justa e em benefício do mundo como um todo. Mas, na tentativa de aplicá-la, colidimos não apenas com suscetibilidades nacionais quanto a honra da bandeira, que compartilhamos com veemência, mas também com um Estado poderoso e extremamente forte, em uma localidade onde estamos particularmente fracos e expostos. Não apenas a Grã-Bretanha tem uma marinha poderosa e nós um litoral longo e indefeso, mas é uma grande vantagem comercial e política para ela que suas colônias maiores, e principalmente o Canadá, sintam que o poder da metrópole é algo de que precisam e com os quais elas podem contar. A disputa é entre os Estados Unidos e o Canadá, não entre Estados Unidos e Grã-Bretanha; e ela foi, no entanto, habilmente usada pela Grã-Bretanha para promover solidariedade e compaixão com a sua colônia. Se o problema fosse limitado à metrópole, um arranjo equitativo e propício aos interesses mútuos poderia ser facilmente alcançado; mas os desejos puramente locais e peculiarmente egoístas dos pescadores canadenses ditam a política da Grã-Bretanha, porque o Canadá é o elo mais importante que a une a suas colônias e aos seus interesses marítimos no Pacífico. No caso de uma guerra europeia, é possível que a marinha britânica não consiga manter aberta a rota do Mediterrâneo para o Leste; mas ter uma forte estação naval em Halifax e outra em Esquimalt,

no Pacífico, e as duas conectadas pela *Canadian Pacific Railroad*<sup>98</sup>, a Inglaterra possui uma linha de comunicação alternativa muito menos exposta à agressão marítima do que a primeira ou a terceira rota pelo Cabo da Boa Esperança, bem como duas bases essenciais a serviço de seu comércio ou outras operações navais, no Atlântico Norte e no Pacífico. Qualquer que seja o arranjo finalmente alcançado nessa questão, o resultado da atitude de Lorde Salisbury<sup>99</sup> dificilmente pode deixar de ser uma consolidação dos sentimentos de apego e confiança na metrópole, não apenas no Canadá, mas nas outras grandes colônias. Esses sentimentos de apego e dependência mútua suprem o espírito vivo, sem o qual os esquemas nascentes da Federação Imperial não passam de artifícios mecânicos inoperantes; nem estão sem influência em considerações geralmente racionais, como as de operações comerciais.

Essa disputa, aparentemente insignificante, mas realmente grave, repentina em sua apresentação e dependente de outras considerações além de seus próprios méritos, pode servir para nos convencer dos inúmeros perigos latentes e ainda imprevisos para a paz do hemisfério ocidental, presentes na abertura de um canal através do Istmo da América Central. De modo geral, é evidente que esse canal, ao modificar a direção das rotas comerciais, induzirá um grande aumento das atividades e trocas comerciais no Mar do Caribe; e que essa fresta do oceano, agora relativamente deserta, tornar-se-á como o Mar Vermelho, uma grande via de navegação e atrairá, como nunca antes em nossos dias, o interesse e a ambição

---

98 N. T.: A Canadian Pacific Railway, ferrovia conhecida como CP Rail, foi originalmente construída entre o leste do Canadá e a Colúmbia Britânica, entre 1881 e 1885, atendendo a uma promessa feita à Colúmbia Britânica, que exigiu a construção em troca de sua entrada como a sexta província do Canadá.

99 N. T.: Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil, 3º Marquês de Salisbury, foi por três vezes primeiro-ministro do Reino Unido, entre 1885 e 1902. Salisbury era um imperialista que conduziu a expansão maciça do Império Britânico e não hesitava em dizer que o governo europeu, preferencialmente o britânico, era essencial para o desenvolvimento dos povos “retrogrados” do mundo a um ponto em que eles estariam aptos a governar a si mesmos. Ele via a Europa Continental com um olhar cauteloso e evitava alianças e compromissos de longo prazo.

das nações marítimas. Todas as posições naquele mar terão valor comercial e militar aprimorado, e o próprio canal se tornará um centro estratégico de suma importância. Tal como a *Canadian Pacific Railroad*, ele será um elo entre os dois oceanos; mas, ao contrário da ferrovia, seu uso, a menos que seja cuidadosamente protegido por tratados, pertencerá inteiramente ao beligerante que controla o mar por meio de seu poder naval. Em caso de guerra, é incontestável que os Estados Unidos comandarão a ferrovia canadense, apesar da força dissuasiva das operações da marinha hostil em nossa costa; mas ela será, inquestionavelmente, impotente contra qualquer uma das grandes potências marítimas ao controlar o canal da América Central. Militarmente falando, e referindo-se apenas a complicações europeias, a perfuração do istmo não passa de um desastre para os Estados Unidos, no estado atual de sua preparação militar e naval. É perigoso, em especial, para a costa do Pacífico; mas o aumento da exposição de uma parte do litoral reage desfavoravelmente a toda a situação militar.

Apesar da grande superioridade inicial conferida por nossa proximidade geográfica e imensos recursos – em outras palavras, em decorrência de nossas vantagens naturais, e não a nossa preparação inteligente –, os Estados Unidos são lamentavelmente despreparados, em verdade e em propósito, para exercer o peso de sua influência no Caribe e na América Central de maneira proporcional à extensão de seus interesses. Não temos uma marinha adequada e, o que é pior, não estamos dispostos a tê-la, e isso pesará seriamente em qualquer disputa com as nações cujos interesses entrarão em conflito com os nossos. Não temos e não estamos preocupados em garantir a defesa da costa para permitir a livre atuação da marinha no mar. Ao contrário de muitas potências, não temos posições dentro ou fora das fronteiras do Caribe, algo que tem não apenas grandes vantagens naturais para o controle desse mar, como também se beneficiariam da força artificial de fortificação e armamento que as tornará praticamente inexpugnáveis. Pelo contrário, não temos

sequer o começo de um estaleiro naval no Golfo do México que possa servir de base para as nossas operações. Que eu não seja mal compreendido. Não estou me lamentando por não possuímos os meios que atendam em termos de igualdade às grandes marinhas do Velho Mundo. Reconheço, o que poucos dizem, pelo menos, que, apesar de sua grande receita excedente, este país é pobre em relação ao comprimento do seu litoral e aos pontos expostos. Acho deplorável, por ser uma causa sensata, justa e razoável de profundo interesse nacional, que a nação não defenda e nem se preocupe o suficiente em defender sua fronteira marítima e delegar poder à sua marinha, considerando as vantagens da nossa posição, para avaliar com a devida seriedade diante dos confrontos inevitáveis que surgirem – como os que tivemos recentemente nas Ilhas Samoa e no Mar de Bering, e que podem surgir a qualquer momento no Mar do Caribe ou no canal. Os Estados Unidos, por exemplo, estão preparados para permitir que a Alemanha conquiste o forte holandês de Curaçao, em frente à saída do Atlântico dos canais propostos do Panamá e da Nicarágua? Consentiriam que uma potência estrangeira adquira do Haiti uma estação naval na Passagem de Barlavento, por meio da qual passam nossas rotas a vapor para o Istmo? Concordariam com um protetorado estrangeiro sobre as Ilhas Sandwich, a grande estação central do Pacífico, equidistante de São Francisco, Samoa e Marquesas, e centro nodal de nossas linhas de comunicação com a Austrália e a China? Ou será argumentado que a resposta a qualquer uma dessas perguntas, supondo que sejam proferidas, sejam tão favoráveis aos nossos interesses que a outra parte cederá imediatamente seu ávido desejo e se retirará graciosamente? Foi assim em Samoa? É assim também em relação ao Mar de Bering? O lema visto em tantos canhões antigos, *ultima ratio regum*, não está isento de mensagem para as repúblicas.

É perfeitamente razoável e legítimo, ao estimarmos as nossas necessidades de preparação militar, levar em consideração o afastamento das principais nações navais e militares de nossas

terras costeiras e a dificuldade decorrente de manter as operações a tal distância. É igualmente apropriado, ao estruturarmos a nossa política, considerar a cobiça dos Estados europeus e sua conseqüente relutância em incorrer na inimizade de um povo tão forte quanto o nosso, o medo da nossa vingança no futuro, bem como a incapacidade de destacar mais que uma certa parte de suas tropas para as nossas terras costeiras, sem perder muito do seu próprio peso perante os conselhos da Europa. Na verdade, qualquer avaliação criteriosa da força da Grã-Bretanha ou da França poderia, certamente, descartar as operações contra as nossas terras costeiras, se estas fossem adequadamente defendidas, sem enfraquecer a posição europeia daqueles países ou expor indevidamente suas colônias e comércio. Isso poderia ser o ponto de partida para calcularmos a potência desejável da nossa própria marinha. Desse modo, se esta última for superior à força que pode ser enviada contra ela, e se a costa for defendida de modo a deixar a marinha livre para atacar onde quer que seja, podemos manter nossos direitos; não apenas os direitos reconhecidos pelo direito internacional e pelo senso moral apoiado agora pelas nações, como também aqueles direitos igualmente reais que, embora não sejam conferidos por lei, dependem de um predomínio claro de interesse, obviamente quanto às políticas necessárias de autopreservação total ou parcial. Se estivéssemos tão bem situados agora em relação ao poderio militar, poderíamos garantir a nossa reivindicação perfeitamente justa quanto à pesca de focas; não alcançando esse objetivo pela apreensão de navios estrangeiros em mar aberto, mas pelo fato evidente de que, estando as nossas cidades protegidas de ataques marítimos, além da nossa posição e população superior, o Pacífico canadense estaria exposto, bem como a fronteira do Domínio, para fazer o que quisermos. Diplomatas não florescem verdades tão desagradáveis uns para os outros; eles procuram um *modus vivendi* e usam-no.

Portanto, embora as vantagens da nossa própria posição no hemisfério ocidental e as desvantagens de um Estado europeu

sejam elementos justos e inegáveis nos cálculos do estadista, é tolice considerá-las, por si só, suficientes para a nossa segurança por serem fatores defensivos e parciais. Muito mais precisa ser lançado na balança para incliná-la a favor de nossa força. Embora distantes, as nossas terras costeiras podem ser alcançadas; estando indefesas, elas conseguiriam deter uma força enviada contra elas por pouco tempo. Com uma probabilidade de três meses de paz na Europa, nenhuma potência marítima hesitaria em apoiar suas demandas utilizando navios, mesmo ao custo de um ano de atividades.

No entanto, se a nossa fronteira marítima fosse tão forte como é fraca hoje, a autodefesa passiva, seja no comércio ou na guerra, seria apenas uma má política, desde que este mundo continue a ser de luta e instabilidade. Ao nosso redor agora há conflitos; “a luta da vida”, “a raça da vida”, são expressões tão familiares que não compreendemos o seu significado até pararmos para pensar nelas. Em todo lugar há nação disposta contra nação; não podemos, desse modo, ser diferentes dos outros. Não seria o nosso sistema de proteção nada mais que uma guerra organizada? Ao criá-lo, é verdade, temos apenas de usar determinados procedimentos que todos os Estados agora admitem ser um exercício legal do poder nacional, mesmo que prejudicial a eles. Dizem que é lícito fazer o que quisermos conosco. Seria nosso povo, no entanto, tão passivo que preferiria não prevalecer em disputa sobre direitos? Ou tão pouco sensível que se submeta discretamente à invasão de outros, em locais onde há muito considera que a sua própria influência deva prevalecer?

O nosso autoimposto isolamento em matéria de mercados e o declínio de nosso interesse pela frota mercante nos últimos trinta anos coincidiram de forma singular com um afastamento efetivo desse continente da vida do resto do mundo. O escritor tem diante de si um mapa dos oceanos Atlântico Norte e Sul que mostra a direção das principais rotas comerciais e a proporção de

tonelagem que passa sobre cada um; e é curioso observar, de forma comparativa, quais são as regiões desertas: o Golfo do México, o Mar do Caribe e os países e ilhas adjacentes. Uma faixa larga se estende da costa norte do Atlântico até o Canal da Mancha; e outra tão ampla que se estende das Ilhas Britânicas para o Leste, através do Mediterrâneo e do Mar Vermelho, transbordando as fronteiras deste último, a fim de expressar o volume do comércio. Em torno dos Cabos da Boa Esperança e Horn, passam faixas de cerca de um quarto dessa largura, que se juntam próximo ao Equador, a meio caminho entre a África e a América do Sul. Das Índias Ocidentais sai uma linha, indicando o comércio atual da Grã-Bretanha com uma região que, durante as guerras napoleônicas, abarcara um quarto de todo o comércio do Império. O significado é inconfundível. Hoje, a Europa tem pouco interesse mercantil no Mar do Caribe.

Quando o Istmo for perfurado, esse isolamento passará, e com ele a indiferença das nações estrangeiras. De onde quer que eles venham e para onde quer que eles vão, todos os navios que usam o canal passarão pelo Caribe. Qualquer que seja o efeito produzido sobre a prosperidade do continente e das ilhas adjacentes pelas inúmeras necessidades associadas à atividade marítima, os grandes interesses comerciais e políticos irão concentrar-se em torno desse foco de comércio. Para a sua proteção e desenvolvimento, cada nação buscará pontos de apoio e meios de influência em um ambiente onde os Estados Unidos sempre foram muito suscetíveis à intromissão das potências europeias. O valor exato da Doutrina Monroe<sup>100</sup> é compreendido de forma muito vaga pela maioria dos americanos, mas o efeito da conhecida frase tem sido o desenvolvimento de uma sensibilidade nacional, que é a causa mais frequente de guerras em comparação com os interesses materiais. E nenhuma influência

---

100 N. T.: A frase que resume a doutrina, anunciada pelo presidente James Monroe, em mensagem ao Congresso em 2 de dezembro de 1823, é: “América para os americanos”. Seu pensamento consistia em três pontos: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção nos assuntos internos dos países americanos; e a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus, como guerras entre esses países e suas colônias.

apaziguadora dominará as disputas causadas por tais sentimentos, em razão da autoridade moral do direito internacional com seus princípios reconhecidos, pois as questões controversas serão sobre política e interesses, e não sobre questões de direito. A França e a Grã-Bretanha já estão fortalecendo seus portos em nível que poderia ser considerado desnecessário se considerássemos somente a situação atual. Eles, no entanto, olham para o futuro próximo. Existem muitas posições de grande importância entre as ilhas e o continente, ocupadas agora por Estados fracos ou instáveis. Os Estados Unidos estão dispostos a vê-las vendidas a um forte rival? E qual direito invocarão contra a cessão? Eles podem alegar apenas um, o de sua política razoável baseada em seu poder.

Em qualquer caso, os americanos devem começar agora a olhar para fora. A crescente produção do país exige isso. A força cada vez maior da opinião pública exige isso. A posição dos Estados Unidos, entre os dois Velhos Mundos e os dois grandes oceanos, faz a mesma afirmação, que em breve será reforçada pela criação do novo elo reunirá o Atlântico e o Pacífico. A tendência será mantida e aumentada pelo crescimento das colônias europeias no Pacífico, pelo avanço da civilização do Japão e pelo rápido povoamento dos nossos estados do Pacífico com homens que têm todo o espírito agressivo da linha avançada do progresso nacional. Em nenhum lugar uma política externa vigorosa encontra mais favores do que entre os povos a oeste das Montanhas Rochosas.

Foi dito que, em nosso estado atual de despreparo, um canal no istmo será um desastre militar para os Estados Unidos e especialmente para a costa do Pacífico. Quando o canal estiver pronto, a costa Atlântica não estará mais nem menos exposta do que está agora; ela apenas compartilhará, com o país em geral, o grande risco de complicações externas com os meios inadequados para resolvê-las. O risco da costa do Pacífico será tanto maior quanto mais curto for o caminho entre ela e a Europa através de uma passagem



controlada pela potência marítima mais forte. O perigo não estará apenas na maior facilidade para se despachar um esquadrão hostil da Europa, como também na facilidade em manter uma frota poderosa naquela costa por uma potência europeia, de forma a permitir seu retorno de forma célere em caso de necessidade. Se o nosso governo enfrentar com sabedoria as maiores fraquezas, garantiremos a nossa superioridade naval lá. Os dois principais centros, São Francisco e o Estreito de Puget, não podem ser efetivamente protegidos por torpedos devido à largura e à grande profundidade das entradas; e, conseqüentemente, como as frotas sempre conseguem passar pelas baterias por um canal desobstruído, os dois locais não conseguem obter uma perfeita segurança apenas por meio de fortificações. Por mais valiosas que essas obras sejam para os portos, estes devem ser guarnecidos por navios guarda-costas<sup>101</sup>, cuja função de repelir um inimigo será coordenada com a das baterias. A esfera de ação desses navios não deve estender-se muito além do porto ao qual são alocados, e de cuja defesa eles formam uma parte essencial; porém, no âmbito de suas atribuições, sempre serão poderoso reforço para a navegação marítima, quando as condições estratégicas de uma guerra concentrarem as hostilidades em torno de seu porto. Ao sacrificar o seu poder de percorrer longas distâncias, o guarda-costa ganha importância proporcional às armaduras e artilharia; ou seja, força defensiva e ofensiva. Nesse sentido, agrega um elemento de valor único à frota com a qual atua. Nenhum país estrangeiro, exceto a Grã-Bretanha, tem portos tão próximos da nossa costa do Pacífico a ponto de colocá-los no raio de ação de seus guarda-costas; e é muito duvidoso que até mesmo a Grã-Bretanha coloque tais navios na Ilha de Vancouver, cujo principal valor será perdido quando a ferrovia *Canadian Pacific* for rompida – sempre um golpe ao poderio desse país. É em nossa costa atlântica que a dona de Halifax, Bermudas e Jamaica defenderá Vancouver e a ferrovia

---

101 N. T.: Termo em inglês *coast-defence ship*, embarcação dotada de alta velocidade e grande mobilidade, destinada a patrulhar águas costeiras.

*Canadian Pacific*. No estado atual de nossa defesa costeira, certamente ela conseguiria fazê-lo. O que é o Canadá inteiro em comparação com as nossas grandes cidades expostas? Mesmo onde a costa está fortificada, a Grã-Bretanha poderá nos atacar, considerando que nossa marinha continue no nível atual. Que danos podemos causar ao Canadá proporcionais ao prejuízo que sofreríamos pela interrupção de nosso comércio costeiro e pelo bloqueio de Boston, Nova Iorque, Delaware e Chesapeake? Tal bloqueio à Grã-Bretanha com certeza poderia tornar-se tecnicamente eficiente, segundo as definições um tanto vagas do direito internacional. Os neutros o aceitariam dessa forma.

As necessidades militares dos estados do Pacífico, bem como sua suprema importância para todo o país, são ainda uma questão do futuro, mas de um futuro tão próximo que as providências devem começar imediatamente. Para avaliar essa importância, considere-se a influência no Pacífico que teria uma nação abrangendo apenas os estados de Washington, Oregon e Califórnia, com os homens que atualmente os povoam agora e os que ainda estão por vir, e com controle sobre centros marítimos como os de São Francisco, do Estreito de Puget e do Rio Columbia. Pode-se contabilizar menos porque estão ligados por laços de sangue e estreita união política com as grandes comunidades do leste? Essa influência, no entanto, para funcionar sem tropeços e atritos, requer uma prontidão militar subjacente, como no provérbio “mão de ferro em luva de veludo”. Para que isso aconteça, são necessárias três coisas: Primeiro, a proteção dos principais portos por meio de fortificações e navios guarda-costas, o que resulta em força defensiva, fornecimento de segurança à comunidade interna e das bases necessárias para todas as operações militares. Em segundo lugar, a força naval, o braço do poder ofensivo, a única que permite a um país estender a sua influência externamente. Em terceiro lugar, deve haver uma determinação inviolável de nossa política nacional que nenhum Estado estrangeiro adquira desse

---

momento em diante um posto de abastecimento a carvão num raio de 3 mil milhas<sup>102</sup> de São Francisco – uma distância que inclui as ilhas do Havá e de Galápagos e a costa da América Central. Pois o combustível é a vida da guerra naval moderna; é o alimento do navio; sem ele, os monstros modernos das profundezas morrem por inanição. Em torno dele, portanto, agrupam-se algumas das considerações mais importantes da estratégia naval. No Caribe e no Atlântico, ficamos expostos a muitos depósitos estrangeiros de carvão, oferecendo-nos resistência, assim como Cartago ordenou a Roma. Portanto, não devemos nos sujeitar a correr mais um risco e, para isso, devemos evitar um novo desvio às nossas forças antecipando-nos na defesa do Pacífico Norte.

Para concluir, embora a Grã-Bretanha seja inegavelmente o mais formidável de nossos possíveis inimigos, tanto por sua grande marinha como pelas fortes posições que ocupa próximo às nossas costas, deve-se acrescentar que um entendimento cordial com aquele país é um dos primeiros de nossos interesses externos. Ambas as nações buscam, de forma segura e conveniente, suas próprias vantagens; no entanto, ambas também são controladas por um senso de lei e justiça, extraído das mesmas fontes e profundamente enraizado em seus instintos. Qualquer que seja a aberração temporária que possa ocorrer, certamente haverá um retorno aos padrões mútuos de direito. A aliança formal entre as duas está fora de questão, mas um reconhecimento cordial da semelhança de caráter e ideias dará origem à simpatia, que por sua vez facilitará uma cooperação benéfica para ambos; pois, se o sentimentalismo é fraco, o sentimento é forte.

---

102 N.E.: 3 mil milhas equivalem a 4.828,032 quilômetros.



## O futuro em face ao poder naval americano<sup>103</sup>

Alfred Thayer Mahan

A reformulação quase total da Marinha dos Estados Unidos nos últimos doze anos em linhas mais modernas não é, por si só, um fato que enseje comentários ou que suscite dúvidas sobre a sua futura trajetória ou esfera de ação. Se este país precisa ou algum dia precisará de uma Marinha, 1883 foi, sem dúvida, o ano em que os honoráveis e desgastados cascos oriundos da Guerra Civil deveriam ser desativados por obsolescência e submetidos ao merecido e inevitável desfazimento, para permitir que os seus lugares fossem ocupados por outras embarcações capazes de cumprir as funções a que eles próprios já não eram adequados.

Era improvável, portanto, que essa recriação da Marinha tivesse de forma implícita – e na verdade existiu – qualquer causa mais recôndita do que a necessidade urgente de possuir ferramentas adequadas às atividades inerentes aos navios de guerra. Isso teria de ser feito, caso não quiséssemos que a frota nacional fosse uma paródia

---

103 MAHAN, Alfred Thayer. The future in relation to American naval power. In: \_\_\_\_\_. *The interest of America in sea power: present and future*. Cambridge: University Press, 1897. Edição eletrônica do Projeto Gutenberg. Texto originalmente publicado na edição de outubro da revista *Harper's New Monthly Magazine*.

impotente da força naval, uma efígie de palha de alto custo. No entanto, paralelamente ao processo de reconstrução, muita atenção tem sido dada ao desenvolvimento do novo serviço, maior até que a curiosidade insaciável desta era de alarmistas e questionadores. Essa atenção, em alguns setores, é indisfarçadamente relutante e hostil; em outros, não apenas amistosa, mas esperançosa. Em ambos os casos, evidencia uma impressão latente de que há algo em comum entre o surgimento da novidade e a era em que estamos entrando agora. Contudo, se tal coincidência houver, não é o indicativo de um propósito deliberado, mas do início de uma mudança de condições econômicas e políticas em todo o mundo com a qual o poder marítimo, no sentido amplo da expressão, estará intimamente ligado; na verdade, não como uma causa e muito menos como um resultado, e sim como a característica principal das atividades que deixarão de ser essencialmente internas para tratar dos interesses mais amplos sobre as relações dos Estados com o mundo em geral. E é exatamente neste ponto que as linhas opostas de opinião se dividem. Aqueles que afirmam que os nossos interesses políticos estão limitados a assuntos dentro de nossas próprias fronteiras não estão dispostos a admitir que as circunstâncias podem nos obrigar, no futuro, à ação política sem eles, e olham com antipatia e suspeita o crescimento de um corpo cuja própria existência indica que as nações têm deveres internacionais, bem como direitos internacionais, e que surgirão complicações internacionais das quais não podemos mais escapar, se nos compararmos aos Estados que nos precederam na história ou aos nossos contemporâneos. Outros, por outro lado, que consideram as condições e sinais desses tempos e as atividades extraterritoriais em que Estados estrangeiros enveredaram-se de forma tão ampla e incansável, sentem que, por mais que seja contra o desejo da nação, esta pode se envolver em controvérsias não muito diferentes daquelas que, em meados do século, causaram graves atritos, mas que a geração precedente teria pensado serem muito remotas para se preocupar, e certamente afirmaria ser além de seu poder de influência.

Credos religiosos agarrados a verdades eternas são suscetíveis a permanecerem com as mesmas convicções. Porém, ainda hoje, testemunhamos os embaraços de alguns grupos religiosos, resultados da adesão tradicional a fórmulas meramente humanas, que refletem concepções da verdade como compreendidas pelos homens que as moldaram no passado distante. No entanto, os credos políticos que lidam principalmente com as condições transitórias e mutáveis de um mundo em constante evolução não podem reivindicar uma sujeição rígida, exceto onde expressam os ditames imutáveis de justiça, e não a política de um dia. E, por mais que o caminho da justiça ideal nem sempre seja simples e praticável, às vezes, por conveniência política, a escolha do mal menor deve ser prioritária. As nações, assim como os homens, ocasionalmente chocam-se irreconciliavelmente em questões de direito, surgindo disputas nas quais não é possível firmar acordos e nas quais deve-se apelar para a força, o fator final subjacente à segurança da sociedade civil de forma até mais intensa do que nas relações entre os Estados. As bem equilibradas faculdades de George Washington viram isso em sua época com absoluta clareza. Jefferson tanto não queria quanto não podia. O fato de não haver uma marinha representava uma predisposição cardeal de seu pensamento político, nascido de um medo exagerado da força militar organizada como fator político. Embora possuído por uma paixão pela anexação que dominava grande parte de sua ação política, ele estabeleceu como limite da expansão geográfica do país uma política que implicaria a manutenção de uma marinha. No entanto, o destino, irônico tanto aqui como em outras partes do seu governo, o obrigou a reconhecer que, a menos que uma política de reclusão total fosse adotada, não seria necessário conquistar territórios além-mar para se envolver em graves complicações internacionais, as quais poderiam ter sido facilmente evitadas se houvesse uma navegação armada imponente para contribuir com o debate da nação e obrigar o adversário a reconhecer a falha política ou injustiça em sua conduta, como os Estados Unidos então alegavam.

A diferença contextual entre os Estados Unidos de hoje e do início deste século ilustra bem como é necessário evitar a aceitação implícita de precedentes cristalizados em máximas e buscar o princípio acelerador que justifique, no todo ou em parte, a política adequada para sua geração. No entanto, essa política talvez resulte em um curso de ação muito diferente no período seguinte. Quando o século se abriu, os Estados Unidos não eram apenas uma potência continental como são agora, e sim uma entre várias outras, com quase a mesma influência sobre a América do Norte, e por conta disso tinham conflitos de interesses com todas, além das outras potências com as quais havia contato geográfico direto – uma condição que reconhecidamente lhes acarretava uma tendência peculiar a ter frequentes atritos políticos. Porque, embora os interesses de duas nações possam entrar em conflito em partes do mundo distantes de qualquer uma delas, há maior frequência e maior virulência quando existem questões de disputa perto de casa, e especialmente ao longo de uma fronteira artificial, onde os habitantes de cada uma estão em contato direto com as causas da discórdia. Portanto, o objetivo natural e adequado do governo daquela época era abolir as fontes de dificuldade ao colocar todo o território em questão sob nosso próprio controle, caso isso pudesse ser feito sem violência. Consequentemente, adotamos um curso de ação exatamente como um Estado continental europeu teria seguido em circunstâncias semelhantes. Para obter a posse do território no qual nossos interesses estavam envolvidos, fizemos barganhas, manobras e ameaças; e, embora os métodos de Jefferson fossem bastante pacíficos, poucos se sentiriam aptos a afirmar que havia excesso de escrupulosidade, ou mesmo de adesão às suas próprias convicções políticas. Do ponto de vista moral, a compra de Luisiana nas condições reais – sendo a venda por um governo que não tinha o direito de vender, desafiando a proibição imposta pela potência que cedera o território sob a condição expressa de que não deveria ser vendido, mas que era fraco demais para impor sua justa reclamação contra Napoleão e a nós mesmos – reduz-se



praticamente a uma escolha entre o exagero e a violência, como o meio menos repulsivo de atingir um fim desejável e adequado em si mesmo; nem a tentativa por meio de uma anexação forçada ao tomar o oeste da Flórida na negociação dá um tom de superioridade à transação. Por uma questão política, entretanto, não há dúvida de que o nosso governo foi muito sábio; e tanto a transferência como a incorporação do território foram facilitadas pela miséria da população que habitava a região. Com todo o nosso amor pela liberdade, é pouco provável que tenha surgido muita hesitação sobre as inclinações políticas do povo que pudesse mudar a sua lealdade. Nas questões de grande importância para as nações ou para o mundo, os desejos, os interesses ou os direitos técnicos das minorias devem ser renunciados, e não há necessariamente mais injustiça nisso do que em submeter-se à maioria nas urnas.

Embora os estadistas da era de Jefferson tenham sofrido enorme pressão em decorrência da necessidade de expansão continental, as questões relativas a interesses mais distantes foram devidamente adiadas. Na época em que assuntos de maior urgência estavam pendentes, discutir questões mais remotas, seja no tempo ou espaço, teria dispersado atenção e poder, o que deve ser evitado tanto na condução do Estado quanto nas operações de guerra. Ainda assim, embora o governo da época tenha evitado de bom grado tais complicações, descobriu-se, assim como os estadistas de todos os tempos, que, se interesses externos existem, qualquer que seja o seu caráter, não podem ser ignorados, nem as medidas que a prudência dita para sua proteção devem ser negligenciadas. Sem ambições políticas fora do continente, o empreendimento comercial do povo trouxe nossos interesses para o antagonismo violento com interesses claros, inconfundíveis e vitais de Estados beligerantes estrangeiros; pois interpretaríamos muito mal as lições de 1812<sup>104</sup> e dos eventos que levaram a essa situação se ignorássemos o fato

---

104 N. E. Referência à guerra iniciada em 1812 entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Esta bloqueou os portos americanos e, em 1814, invadiu e queimou Washington.

de que as questões em disputa envolviam assuntos mais urgentes e vitais para a Grã-Bretanha, em sua então luta desesperada<sup>105</sup>, do que para nós mesmos, e que a grande maioria de seus estadistas e do seu povo também as consideravam desse modo. A tentativa do nosso governo de adiar a resolução do problema, de superar a violência por meio de uma coerção pacificadora em vez de cumpri-la com a criação de uma força naval tão forte a ponto de ser um elemento chave no contexto internacional, levou-nos a uma guerra que poderia ter sido evitada.

As condições que agora constituem a situação política dos Estados Unidos, em relação ao mundo em geral, são fundamentalmente diferentes das do início do século. Não é só por sermos maiores e mais fortes e, por assim dizer, termos alcançado a maioria e conseguirmos sair para o mundo. Só isso seria uma diferença de grau, não de classe. Quanto ao contato direto com o poder das principais nações do mundo, a grande diferença entre o passado e o presente é que nós estávamos realmente em um estado de isolamento político que não existe mais. Isso resulta da nossa posição geográfica – reforçada pela lentidão e incerteza dos meios existentes de intercomunicação – e ainda mais da grave preocupação dos estadistas estrangeiros com assuntos de caráter inédito e ameaçador quanto ao continente europeu. Para nós, então, uma política de isolamento era viável, mesmo que apenas parcialmente. Ela foi conveniente, pois, além de estarmos fracos, permitimos que o tempo acentuasse a individualidade da nação. Salvo as questões relacionadas com a navegação do Mississipi, conflitos com outros povos só estavam propensos a surgir, e realmente surgiram, quando nos lançamos além de nossas próprias fronteiras em busca de comércio. As razões apresentadas agora por alguns contrários à nossa ação política fora das nossas próprias fronteiras poderiam ter sido usadas com igual propriedade contra as

---

105 N. E: Os britânicos lutavam contra Napoleão no período.

nossas empreitadas comerciais naquela época. Vamos ficar em casa, ou teremos problemas. De fato, Jefferson era avesso, em princípio, ao comércio e à guerra, mas felizmente foi lógico em seu sistema de embargo<sup>106</sup>. Essa medida não só puniu o estrangeiro e diminuiu o risco de complicações internacionais, mas também manteve os nossos próprios navios longe do perigo; e, se o sistema destruiu o comércio e fez com que a grama crescesse nas ruas de Nova Iorque, o incidente, mesmo inconveniente, teve suas compensações ao reprimir atividades externas arriscadas.

Independentemente da base política, é óbvio que poucos hoje olhariam com tranquilidade qualquer política que contemple o isolamento pacífico desta nação de suas principais linhas de comércio. Em 1807, porém, um grande partido aceitou a alternativa em vez de lutar, ou mesmo de criar uma força que pudesse causar uma guerra, apesar de muito provavelmente poder evitá-la. No entanto, será que seria mais prudente agora ignorar o fato de que não estamos – por mais que lamentemos – em uma posição de insignificância ou de isolamento político ou geográfico semelhante à era Jefferson, e que essas condições distintas poderiam resultar um dilema semelhante ao que ele e seus apoiadores enfrentaram? Não apenas crescemos – e isso é apenas um detalhe – mas a face do mundo mudou, econômica e politicamente. O mar, como sempre o grande meio de comunicação entre as nações, é percorrido com uma rapidez e uma certeza que minimizam as distâncias. Eventos que, em condições anteriores, seriam distantes e pouco preocupantes, agora acontecem à nossa porta e nos afetam de perto. A proximidade, como notamos, é uma fonte significativa de atrito político, sendo uma particularidade da atualidade. O mundo ficou menor. Posições antes distantes tornaram-se para nós de vital importância em decorrência de sua proximidade. Mas, embora as

---

106 N. T.: Em 1807, o presidente Thomas Jefferson introduziu um embargo comercial em decorrência das ações europeias no contexto das Guerras Napoleônicas. A medida foi abandonada dois anos depois.

distâncias tenham encurtado, permanecem para nós as distâncias da água e, por mais curtas que sejam, por influência política elas devem ser percorridas em último recurso por uma Marinha, instrumento indispensável pelo qual, em caso de emergência, a nação possa projetar seu poder para além de seu litoral.

Portanto, qualquer justificativa que possa ter existido nas condições transitórias de sua própria época para a máxima de Jefferson a respeito de uma marinha, baseava-se em um estado de coisas que não prevalece mais, e, mesmo àquela época, logo passou. A Guerra de 1812 demonstrou a utilidade de uma marinha – na verdade, não pelas vitórias admiráveis específicas que ilustraram seu curso, mas pelo estado de prostração em que o nosso litoral e as comunicações externas ficaram, em decorrência da carência de uma marinha minimamente proporcional às necessidades do país. A marinha, sem dúvida, colheu frutos naquela brilhante luta marítima, mas a honra foi só sua; coube apenas descrédito aos estadistas que, com tais homens para servi-los, deixaram o país em estado de humilhação por ter seu litoral atormentado e o comércio arruinado. Não há exemplo melhor que a afirmação de Jomini: “a glória inútil em travar batalhas apenas para vencê-las”. Exceto pelo prestígio que finalmente despertou o país para a alta eficiência da força insignificante a que denominamos de nossa marinha, e pela utilidade que mostrou no nosso mar, nunca o sangue foi derramado mais inutilmente do que nos combates entre fragatas e chalupas naquela época. Eles não apresentaram uma relação entre a luta pelo posto avançado e pelo reconhecimento aos serviços destacados, que não são apenas inevitáveis, mas inestimáveis na manutenção do estado moral de uma organização militar em campanha. Eram simplesmente esforços dispersos, sem relação uns com os outros ou com qualquer órgão principal, capazes de afetar seriamente as questões de guerra, ou até mesmo qualquer plano de operações digno do nome.

Não muito tempo depois da Guerra de 1812, no espaço de dois governos, veio outro incidente memorável na história de nossa política externa e de influência vital sobre a marinha: a enunciação da doutrina Monroe. Às vezes, esse pronunciamento tem sido curiosamente distorcido a partir de seu escopo e propósito originais. Em seu nome foram apresentadas teorias tão em desacordo com as relações dos Estados, como até então eram entendidas, que, se forem levadas a sério, é desejável que seus partidários, no interesse da definição exata, desenvolvam algum outro nome para elas. Não é necessário atribuir uma finalidade à doutrina Monroe, mais do que a qualquer outro dogma político, a fim de depreciar a aplicação da frase às proposições que a substituem ou transcendam. Devemos ter cuidado para não sermos enganados por títulos, principalmente se esse erro induzir uma crença popular de que um Estado estrangeiro esteja violando deliberadamente um princípio à defesa com o qual o país estiver vinculado. Estamos comprometidos com a doutrina Monroe, não por qualquer pretensão formal de obrigações que não possa ser evitada, mas por certos precedentes e por uma atitude genérica, em geral mantida de forma consistente, e da qual não podemos retroceder silenciosamente sem o risco de sofrermos uma humilhação nacional. Se formos seriamente desafiados, como no caso do México pelo terceiro Napoleão, dificilmente recusaríamos a emular os sentimentos tão nobremente expressos pelo governo britânico, quando, em resposta aos imperadores da Rússia e da França, recusou-se a abandonar os patriotas espanhóis que lutavam contra o governo imposto por Napoleão: “Para a Espanha Sua Majestade não está vinculada a qualquer instrumento formal; mas Sua Majestade, em face do mundo, contratou com essa nação compromissos não menos sagrados, e não menos obrigatórios à vontade de Sua Majestade, do que os tratados mais solenes”. Talvez tenhamos de aceitar também certos corolários que naturalmente podem surgir como consequência da doutrina Monroe, mas não estamos comprometidos com algumas propostas ultimamente formuladas com o seu nome. Essas proposições possivelmente incorporam uma política sólida, mais aplicável às condições atuais

do que a própria doutrina Monroe, e, portanto, destinadas a sucedê-la; mas elas não são a mesma coisa. Há, no entanto, algo em comum entre a doutrina e elas. Reduzida à sua declaração mais simples e desprovida de todas as deduções, naturais ou forçadas, a doutrina Monroe, se não fosse uma mera abstração política, formulou uma ideia à qual, no último recurso, o efeito só poderia ser dado por meio da instrumentalidade de uma marinha; porque a sua essência, o núcleo da verdade, era que o país tinha naquela época interesses terrestres distantes, interesses políticos elevados no destino de um território estrangeiro, e como característica particular pelo fato de que só poderiam ser garantidos pelo mar.

Como a maioria dos estágios do progresso de uma nação, a doutrina Monroe, embora provocada por um incidente político particular, não foi um passo isolado sem relação com o passado, e sim um desenvolvimento. A doutrina teve seus antecedentes em sentimentos que surgiram antes da nossa Guerra da Independência, e que, em 1778, embora estivéssemos com uma forte necessidade da aliança francesa, manifestou-se sob a condição de que a França não deveria tentar recuperar o Canadá. Mesmo assim, e também em 1783, o mesmo zelo não se estendeu às Flóridas, que, em último momento, foram cedidas à Espanha pela Grã-Bretanha; e nós aceitamos tacitamente a conquista das Índias Ocidentais Britânicas pelos nossos aliados. Desse período até 1815, não foi feito nenhum protesto contra a transferência de territórios nas Índias Ocidentais e no Mar do Caribe de um beligerante para outro – uma indiferença que dificilmente ocorreria no momento atual, embora a posição envolvida fosse intrinsecamente insignificante; para a questão em jogo, seria de uma importância de princípios e de consequências tão abrangentes quanto o tributo costeiro inglês<sup>107</sup>.

---

107 N. T.: O termo original em inglês é *Hampden's tribute of ship-money*. Refere-se a um imposto cobrado na Inglaterra durante a Idade Média sobre áreas costeiras cuja introdução e elevação não necessitava de aprovação pelo parlamento. John Hampden foi um aristocrata que se recusou a pagar, tendo sido processado e derrotado. Apesar da repercussão limitada, o caso foi importante no contexto dos embates entre o rei e o parlamento no período que antecedeu a Guerra Civil Inglesa.

Está além da alçada profissional de um oficial naval saber até onde a própria doutrina Monroe nos levaria, ou até onde ela poderia ser desenvolvida, agora ou daqui por diante, por meio do reconhecimento e da declaração de mais interesses nacionais, de maneira a formular uma visão mais ampla do alcance necessário da nossa influência política. É suficiente, portanto, citar sua enunciação como um fato e notar que era a expressão de grande interesse nacional, não se limitando a uma simpatia pelos revolucionários sul-americanos; pois, se fosse a última, sem dúvida teria se mostrado tão inoperante e evanescente quanto as declarações que normalmente surgem de tais emoções. De geração em geração, temos sido muito afetados pelos sofrimentos dos gregos, búlgaros ou armênios nas mãos da Turquia; mas, como não somos diretamente prejudicados, os nossos sentimentos não se transformaram em ações e, por isso mesmo, foram efêmeros. Assim como outras nações, não estamos isentos da profunda verdade enunciada por Washington – gravada em sua própria consciência pelas amargas futilidades da Aliança Francesa em 1778 e nos anos seguintes, e pelas extravagantes demandas fundamentadas nela pelo Diretório durante o mandato presidencial – que é absurdo esperar que os governos ajam por motivos desinteressados. Não é como um discurso de preocupação passageira, benevolente ou egoísta, e sim por ter declarado um princípio duradouro de autointeresse necessário que a doutrina Monroe manteve a sua vitalidade, e foi feita de forma tão cômoda para cumprir o dever como a expressão de sensibilidade nacional intuitiva a vários tipos de ocorrências em regiões além do mar. Em seu batismo, o princípio foi direcionado contra uma intervenção nos assuntos americanos que não dependia da real preocupação europeia no território envolvido, mas de um arranjo puramente político entre determinadas grandes potências, resultado de ideias moribundas da época. Em sua primeira aplicação, portanto, foi uma confissão de que o perigo das complicações europeias existia, em condições muito menos provocativas de um real interesse europeu do que as complicações que hoje se apresentam e continuam

crescendo. Suas aplicações subsequentes foram muitas e variadas, e os incidentes que deram origem a elas foram cada vez mais importantes, culminando até agora no crescimento dos Estados Unidos como grande potência do Pacífico e em sua provável dependência, em um futuro próximo, de um canal istmico para as relações mais livres e abundantes entre os seus dois litorais oceânicos. A partir da elasticidade e flexibilidade com que o dogma se acomodou em condições variadas, em detrimento de uma redação estrita da declaração original, deve ser vista a característica essencial de um princípio vivo – o reconhecimento, a saber, de que não apenas os interesses dos cidadãos individuais, mas os interesses dos Estados Unidos como nação estão vinculados a regiões de além-mar que não fazem parte do nosso próprio domínio político e que, por essa razão, podemos ser forçados a agir em algumas circunstâncias imagináveis.

É importante reconhecer isso, pois ajudará a eliminar o erro de uma frequente e enganosa tese – de que os Estados Unidos precisam de uma marinha apenas para a defesa, ou explicitamente para a defesa do nosso próprio litoral. De certo modo, todos nós queremos uma marinha apenas para a defesa. Espera-se que os Estados Unidos nunca busquem a guerra, exceto para defesa de seus direitos, obrigações ou interesses. Nesse sentido, a nossa política pode ser sempre apenas defensiva, embora às vezes possa nos obrigar a tomar medidas justificadas pela conveniência – a escolha do mal menor – e não por um direito incontestável. Porém, se tivermos interesses além-mar e se a marinha tiver de protegê-los, obviamente a marinha terá mais atribuições, mesmo em guerra, do que defender a costa; além disso, ela deverá admitir o axioma militar de que a guerra, por mais defensiva que possa ser em caráter moral, deverá ser travada agressivamente para ser bem-sucedida.

Para a segurança nacional, o equivalente de um princípio nacional fortemente defendido e distintamente declarado não é



apenas a vontade e sim o poder de aplicá-la. A expressão objetiva do propósito nacional, acompanhada de meios evidentes e adequados para mantê-lo em vigor, é a salvaguarda mais segura contra a guerra, desde que seja sempre mantida com uma consideração justa e cortês dos direitos e suscetibilidades de outros Estados. Por outro lado, nenhuma condição é mais perigosa do que a de um sentimento popular adormecido, passível de ser despertado por um momento de cólera, como aquele que varreu o Norte quando a bandeira foi queimada em Sumter<sup>108</sup>, no qual não reside, no entanto, nenhum poder organizado para a ação. É na adequada preparação para essa contingência extrema que as nações, especialmente as livres, são mais deficientes. Contudo, na falta de previdência e persistência de ações, devido à frequência inevitável de mudanças nos governos que as representam, as democracias, em compensação, parecem ser dotadas de um instinto, talvez o resultado do intercâmbio livre e rápido de pensamento que as caracteriza, que intuitiva e inconscientemente assimila verdades políticas e se prepara em parte de forma antecipada para a ação política. É bem provável que a massa de cidadãos dos Estados Unidos não tenha um pleno entendimento de que a nação possui interesses políticos vitais além-mar; é ainda mais provável que ignorem a relação entre eles e a reconstrução da marinha. Por ora, os interesses existem, e a marinha está crescendo; e há, nesta última, a melhor garantia de que não haverá violação da paz na tarefa de manutenção de seus interesses políticos.

Na minha opinião, então, o recente desenvolvimento da marinha não resulta de uma determinação político-formal, muito menos de uma ameaça. Em geral, as nações não progredem com a previdência e o planejamento que caracterizam pouquíssimos indivíduos da raça humana. Elas não treinam no campo de tiro antes de forçar uma contenda; se o fizessem, existiriam menos guerras,

---

108 N. T.: Referência à batalha do Forte Sumter, de abril de 1861, episódio que levou à Guerra Civil Americana.

como é provado pela atual paz armada na Europa. O sentimento popular subjacente aos movimentos nacionais mais duradouros, de forma gradual e imperceptível, é despertado e abalado por incidentes frequentemente insignificantes, cuja recorrência molda gradualmente a opinião pública e evoca a ação nacional, ao ponto em que somente a convicção pública determinada por inúmeras questões, em estado de liberdade, mereça o título de política nacional. Talvez seja inútil investigar a origem desses eventos particulares, cuja interação estabelece uma forte corrente política em uma direção específica. Alguns verão na cadeia de causa e efeito apenas um capítulo de acidentes, apresentando um estudo filosófico interessante, e nada mais; outros, igualmente convencidos de que as nações não moldam efetivamente sua missão no mundo, encontrarão nela um governante Divino que não permite que o indivíduo ou a nação escapem de sua devida parcela dos fardos do mundo. No entanto, seja como for explicado, é uma experiência comum da história que, no amadurecimento gradual dos eventos, muitas vezes o chamado à ação venha repentina e inesperadamente para manter a contenção da nação. É possível admitir que haja uma disposição maior por parte dos países civilizados para lidar com esses casos pela via diplomática ordinária e pelas concessões mútuas; mas é igualmente um ensinamento indiscutível do passado recente que tais disposições nem sempre são suficientes para alcançar uma solução pacífica. A emoção popular, uma vez bem suscitada, varre as barreiras da calma deliberação e é surda à voz da razão. Também é certo que a consideração do poder relativo é importante na resolução diplomática das dificuldades internacionais, assim como na vida profissional dos indivíduos. O “poder”, assim como o “querer”, representa uma parte importante nas decisões da vida.

Como todo homem e toda mulher, nenhum Estado vive sozinho, em uma reclusão política semelhante ao isolamento físico que por tanto tempo foi o da China e do Japão. Todos, quer queiram ou não, são membros de uma comunidade, maior

ou menor; e cada vez mais os da família europeia, a cuja raça pertencemos, estão interagindo mundo afora, com consequentes atritos em graus variados. É um fato cuja apreciação inteligente é cada vez mais óbvia na imprensa da Europa que a maior rapidez de comunicação proporcionada pelo vapor tem proporcionado, na influência do poder marítimo em todo o planeta, uma extensão que está multiplicando os pontos de contato e enfatizando a importância das marinhas, algo demonstrado pela crescente ênfase sobre esse braço de força militar por governos estrangeiros; ao passo que a preparação mútua dos exércitos no continente europeu e as condições territoriais razoavelmente estabelecidas tornam os Estados mais cautelosos a cada ano ao iniciar uma disputa e, portanto, acarretam uma quietude política ali, exceto nos assuntos internos de cada país. O campo de ação externa dos grandes Estados europeus é agora o mundo, e não há dúvida de que suas lutas, mesmo que desacompanhadas de um verdadeiro choque de armas, se aproximam cada vez mais de nós. Coincidentemente com a nossa expansão ao Oceano Pacífico, que, por muito tempo, justificou esse título, aquele mar tem se tornado cada vez mais o ambiente de desenvolvimento político, de atividades e disputas comerciais, no qual todas as grandes potências, incluindo nós, têm participação. Por essas causas, a América Central e o Caribe, agora intrinsecamente sem importância, apresentarão grande notoriedade, por constituírem a porta de entrada entre o Atlântico e o Pacífico quando o canal istmico for feito, além de serem guardiães dos acessos a ele. O surgimento do Japão como um Estado forte e ambicioso, com base em sólidos fundamentos políticos e militares, tem surpreendido o mundo por mal ter alcançado uma condição de equilíbrio na posição internacional. É uma ilustração admirável da proximidade um tanto repentina e das relações imprevistas que os Estados modernos enfrentam que o Arquipélago do Havái, tão interessante do ponto de vista internacional para os países da civilização europeia, seja ocupado em grande parte por japoneses e chineses.

Temos parte em todas essas questões, querendo ou não, pois os nossos interesses basilares estão envolvidos, em alguns casos diretamente, em outros por implicações muito prováveis. Nas condições existentes, é pouco sustentável a opinião de que podemos nos afastar indefinidamente dos problemas desagradáveis; a guerra entre dois Estados estrangeiros, nas incertezas da situação internacional mundial, pode surgir a qualquer momento, aumentando significativamente as ocasiões de possível colisão com os países beligerantes e as perplexidades consequentes para nossos estadistas que procuram evitar embaraços e manter a neutralidade.

Embora a paz não seja apenas o desejo declarado, mas em grande parte o desejo real dos governos europeus, eles não professam nenhuma aversão a empreendimentos políticos distantes e aquisições coloniais como nós, que por tradição aprendemos a evitá-los. Ao contrário, seu comprometimento com expansões tão divergentes das atividades e influências nacionais é um dos fatos mais prolíficos de nosso tempo, ainda mais que seu curso é marcado, no caso de cada Estado, pela persistência dos mesmos traços nacionais que caracterizaram a grande era da colonização, que se seguiu ao término das guerras religiosas na Europa e levou às disputas mundiais do século XVIII. Em uma nação, a ação é essencialmente política – a de um governo impulsionado, por uma longa tradição e por sua predileção pela administração, a ampliar a esfera de suas operações de modo a adquirir um campo maior para organizar e dominar, independentemente de vantagens econômicas. Em outra nação, o impulso vem da energia inquieta e ubíqua dos próprios cidadãos, individualmente ou em grupos, movidos principalmente pelo desejo de ganho, mas levando sempre consigo, e subordinados apenas ao objetivo comercial, a tendência irresistível da raça para governar bem como para fazer comércio, e forçando o governo nacional a reconhecer e assumir as consequências de seu empreendimento. Novamente, há o movimento cujo motivo é principalmente privado e mercantil, no qual o indivíduo busca

---

apenas riqueza, com pouca ou nenhuma ambição política, e onde o governo intervém sobretudo para manter o controle de seus súditos em regiões onde, não fosse tal intervenção, eles se afastariam dela. No entanto, por mais diversos que sejam os modos de operação, todos têm uma característica comum, na medida em que trazem o cunho do gênio nacional – uma prova de que os vários impulsos não são artificiais, e sim naturais, e que, portanto, continuarão até que uma regulamentação seja feita.

É impossível prever qual será o processo e qual será a conclusão, mas é fato conhecido que o atrito tem sido elevado, com assuntos perigosamente fluindo das comunicações dos gabinetes aos temperamentos dos povos. Se, por um lado, alguns veem isso como uma lição para nos mantermos afastados de aventuras semelhantes, por outro, tal situação adverte que não existem apenas causas de ofensa que podem resultar em um momento imprevisto de ruptura prolongada a muitas partes do mundo. Existe, também, uma influência exterior com poder de desafiar a nossa pretensão de nos excluirmos, algo inevitável a menos que nos prepararemos com força suficiente para impedi-la ou para exercer a nossa própria influência. Cada vez mais o homem civilizado precisa e busca uma terra para ocupar, um espaço para se expandir e para viver. Como todas as forças naturais, o impulso toma a direção de menor resistência e, quando em seu curso se depara com alguma região rica em possibilidades, mas infrutífera pela incapacidade ou negligência daqueles que ela habitam, a raça ou o sistema incompetente vai cair, porque a raça inferior recua e desaparece ante o impacto persistente da superior. Um exemplo recente e conhecido disso é o caso do Egito. A continuidade do sistema existente – se pode ser chamado assim – tornou-se impossível, não por causa dos egípcios nativos, que o suportaram por anos, mas porque havia interesses envolvidos de vários Estados europeus, dos quais dois se preocupavam principalmente com o interesse material presente e a rivalidade tradicional. Destes, o que foi mais afetado recusou-se

a participar da interferência proposta, tendo como consequência o fato de que esta não foi abandonada, e sim realizada unicamente pelo outro, o qual permanece no controle político e administrativo do país. Seja a iniciativa original ou a presença contínua da Grã-Bretanha no Egito totalmente livre de erros técnicos, aberta à crítica do moralista mais puro, é tão insignificante quanto a moralidade de um terremoto; a ação geral foi justificada por amplas considerações de conveniência moral, sendo em benefício do mundo como um todo e do povo do Egito em particular – no entanto, eles poderiam ter votado na matéria.

Mas o que é principalmente instrutivo nessa ocorrência é a inevitabilidade com a qual compartilha a grande maioria dos casos em comum em que os povos civilizados e altamente organizados violaram os direitos técnicos de posse dos ocupantes anteriores da terra – dos quais nossas próprias relações com o índio americano são outro exemplo. Os direitos inalienáveis do indivíduo lhe conferem um respeito que, infelizmente, nem sempre o recebem; mas não há nenhum direito inalienável em qualquer comunidade que controle o uso de uma região quando o faz em detrimento do mundo como um todo, de seus vizinhos em particular, ou às vezes mesmo de seus próprios habitantes. Observe-se, por exemplo, a atual resistência furiosa dos árabes em Jidá à reparação de um estado de coisas que ameaça propagar uma doença mortal por toda parte, extravasando a localidade de sua origem; ou considerem-se as condições horríveis sob as quais os armênios súditos da Turquia viveram e estão vivendo. Quando se chega a tais condições, elas só podem ser prolongadas pela indiferença geral ou desconfiança mútua dos outros povos em questão – como no caso da Turquia – ou porque há força suficiente para perpetuar a desordem. Nesse caso, o direito só é inalienável até que seu uso indevido traga ruína, ou até que uma força maior apareça para desapossá-la. É porque grande parte do mundo ainda permanece na posse do selvagem, ou de Estados cujo desenvolvimento imperfeito, seja político ou

---

econômico, quase não lhes permite aproveitar seus territórios, ao mesmo tempo em que as energias redundantes dos Estados civilizados, tanto o governo quanto os povos, deparam-se com a falta de oportunidades e a escassez de meios de subsistência, que temos uma condição de inquietação agressiva a qual todos têm de enfrentar.

Que os Estados Unidos não compartilham agora dessa tendência é inteiramente evidente. Nem seu governo nem seu povo são afetados por isso em grande proporção. Mas a força das circunstâncias impôs sobre o país a necessidade, reconhecida com unanimidade por sua população, ao assegurar aos estados mais fracos da América, embora os antecedentes raciais e políticos sejam diferentes dos seus, a liberdade em desenvolver a sua política com autonomia e de acordo com as suas próprias capacidades, sem interferência nesse contexto dos governos estrangeiros. O dever é autopresumido e não se baseia sobre a filantropia política, mas simplesmente sobre os nossos próprios interesses imediatos por serem afetados por tal interferência estrangeira. Esse dever tem uma natureza mais de direito do que de dever. No entanto, de ambos os pontos de vista, a facilidade com que reivindicações foram aqui escidadas até então pelas grandes potências deveu-se, em parte, à falta de mérito premente nas questões que surgiram, e em parte à grande força latente da nossa nação, argumento mais do que adequado para apoiar-nos em disputas envolvendo assuntos sem grande importância imediata, como as Ilhas da Baía de Honduras ou da Costa do Mosquito. É verdade que a Grã-Bretanha rendeu-se, embora com relutância e lentidão; e é verdade também que, no que concerne à força organizada, a Grã-Bretanha poderia ter destruído a nossa marinha ou ter-nos ferido gravemente; mas a importância substancial da questão, embora real, era remota no futuro, e, por essa razão, ela fez uma barganha política mais vantajosa para ela do que para nós. Mas, embora a nossa reivindicação até agora tenha recebido uma aquiescência tácita, resta saber se ela continuará, caso

os Estados cuja liberdade política de ação nós ameaçamos não façam avanços em direção à estabilidade política se compararmos com o passado, e se a nossa própria força naval organizada permanece, comparativamente, tão fraca quanto era antes, dado que ela continua nessa condição. É bem seguro dizer que uma empreitada como a da Grã-Bretanha no Egito, se tentada neste hemisfério por um Estado não americano, não seria tolerada por nós se fôssemos capazes de impedi-la; mas é possível que a força moral da nossa contenção possa ser enfraquecida, na visão de um oponente, por circunstâncias concomitantes, nas quais o nosso poder físico seja questionado.

É atestado por toda a nossa história e pela disposição de nosso povo que devemos procurar obter a solução pacífica para cada dificuldade à medida que ela surge; mas ao fazer isso, quaisquer que sejam os passos dados em qualquer caso particular, enfrentaremos novas relações políticas e poderemos ter sérias disputas com outros Estados. Para manter a política mais justa, a influência mais razoável, a força militar, é um dos elementos políticos dominantes mais perenes e um dos mais essenciais – no sentido amplo da palavra “militar”, que inclui a Marinha. Deve-se, para isso, ter uma marinha não apenas potencial, como é a nossa, mas organizada e desenvolvida, que a nossa ainda não é. Citamos sabiamente a advertência de Washington contra alianças complicadas, mas facilmente esquecemos seu ensinamento sobre a preparação para a guerra. O progresso do mundo, em suas manifestações em constante mudança, é um grande drama político que sem dúvidas possui uma unidade em seu desenvolvimento geral, porém, da mesma forma que um ato segue outro, uma única situação pode atrair, ao mesmo tempo, a atenção dos atores. Desse drama, a guerra é simplesmente um incidente político violento e tumultuoso. Portanto, uma marinha cuja esfera de ação primária seja a guerra é, em última análise e do ponto de vista menos enganoso, um fator político da maior importância nos assuntos internacionais,



e muitas vezes mais dissuasor do que uma distração. É sob esse prisma, de acordo com as condições da época e da nação, que a marinha exige e merece a sua valorização pelo Estado, para que seja desenvolvida na proporção das possibilidades razoáveis do futuro político.



## Uma perspectiva do século XX<sup>109</sup>

Alfred Thayer Mahan

O fim, o término de uma vida, de um relacionamento, de uma época, mesmo que seja uma criação humana puramente artificial, em todos os casos apela fortemente à imaginação, e especialmente à de uma geração autoconsciente como a nossa, uma geração que cunhou para si a expressão *fin de siècle* para expressar sua crença, embora superficial e equivocada, de que conhece seus próprios expoentes e suas próprias tendências; que, em meio ao estrondo de seu próprio progresso soando em seus ouvidos, não sabe apenas de onde vem, mas para onde vai. O século XIX está prestes a morrer, apenas para ressurgir no século XX. De onde veio? Até onde foi? Qual será o seu futuro?

Uma resposta plena a esses questionamentos presumiria uma história universal em versão resumida do século que expira, como um artigo ou série de artigos de revista, algo que não pode ser contemplado no momento. O escopo proposto a este autor, em si quase irrealizável dentro dos limites disponíveis, foca não nas

---

109 MAHAN, Alfred Thayer. A Twentieth-Century outlook. *Harper's New Monthly Magazine*, September, p. 521-533, 1897. O texto original inicia com a indicação de que foi originalmente redigido em maio de 1897.

condições internas dos Estados, mas naquelas tendências econômicas e sociais que ocupam grande parte da atenção contemporânea, parecendo a muitos os únicos assuntos merecedores de atenção, e isso do ponto de vista puramente material. Por mais importantes que sejam essas matérias, pode-se afirmar, pelo menos, que não são tudo; e que, por maior que tenha sido o progresso material do século, as mudanças nas relações internacionais não apenas nos Estados da família europeia, mas entre os povos do mundo em geral, não foram menos impressionantes. É nessa direção que este escritor deseja tratar seu assunto, que, se aplicado a qualquer país em particular, pode ser considerado como o domínio de suas relações externas; mas que, na visão mais ampla que se pretende atingir, considera antes o futuro geral do mundo por movimentos já iniciados e em andamento, bem como por tendências agora vagamente discerníveis, que, se não contrariadas, estão próximas de engendrar mais mudanças importantes nos equilíbrios políticos, afetando profundamente o bem-estar da humanidade.

Uma maneira conveniente de iniciar este assunto, embora sem dúvida muito superficial, é afirmar que os enormes movimentos colonizadores do século XVIII foram interrompidos pela Revolução Americana, que privou a Grã-Bretanha de suas colônias mais ricas, e pela Revolução Francesa e as guerras devastadoras da República e de Napoleão, que forçaram a atenção da Europa a se desviar dos atrativos externos e a se concentrar em seus próprios assuntos internos. A compra da Louisiana pelos Estados Unidos, no início do século atual, reforça essa conclusão, pois praticamente eliminou o continente da América do Norte do catálogo de territórios disponíveis para colonização estrangeira. Em uma década, isso foi sucedido pela revolta das colônias espanholas, seguidas posteriormente por pronunciamentos do presidente Monroe e do senhor Canning que asseguraram suas independências ao prevenir a interferência europeia. A firmeza com que a posição do ex-estadista foi mantida desde então pelo grande povo dos Estados Unidos e

---

os desenvolvimentos posteriores que sua doutrina sofreu afastaram os países hispano-americanos de qualquer chance de colonização europeia, no sentido político da palavra.

Assim o século XIX começou. Sem dúvida, as energias dos homens ainda buscavam se expandir para além do mar. Elas não eram, em geral, porém, direcionadas para a fundação de novas colônias, mas para utilizar o terreno já ocupado. O grande esforço do século XIX, de quase seu início até quase seu fim, tem sido o reconhecimento e o estudo das forças da natureza e a aplicação delas para o avanço econômico e mecânico. As inovações assim colocadas nas mãos dos homens, tão surpreendentes quanto inovadoras, tão familiares em grande parte para nós agora, foram direcionadas, em primeiro lugar, ao desenvolvimento dos recursos de cada país. Em toda parte, havia um novo campo, pois, até então, não fora possível ao homem utilizar plenamente os dons da natureza. As energias, em toda parte, se voltaram para dentro, pois, em todas as regiões, havia mais do que o suficiente para fazer. Naturalmente, portanto, tal período foi predominantemente pacífico. Certamente houve grandes guerras; mas, não obstante, a paz externa foi a característica geral daquele período de desenvolvimento, durante o qual os homens se ocuparam de revolucionar seus próprios países por meio dos novos poderes à sua disposição.

Porém, assim como todas as coisas humanas, esse período foi superado. O aumento da produção – a idolatria do economista – levou à busca por novos mercados, como se poderia prever. O aumento do consumo doméstico, por meio do aumento da riqueza e do aumento da população, não acompanhou o aumento da produção e da facilidade de distribuição proporcionada pela tecnologia do motor a vapor. Em meados do século, a China e o Japão foram forçados a sair da reclusão na qual viviam por largo período e foram obrigados, pelo menos para fins comerciais, a estabelecer relações com os europeus, comerciando com eles. As

tentativas sérias, em escala mais ampla, de adquirir novos territórios no exterior, em grande parte cessaram. O comércio buscava apenas novos pontos de apoio, certo de que, conseguindo um pé em novos mercados, logo conseguiria acesso pleno. Além disso, o crescimento dos Estados Unidos em população e recursos, além do desenvolvimento das colônias britânicas na Austrália, contribuíram para atender à demanda, da qual a abertura da China e do Japão era apenas um sinal. Essa abertura, portanto, resultou primordialmente do desenvolvimento industrial geral que se seguiu ao aperfeiçoamento dos processos mecânicos e à multiplicação das comunicações.

Assim, o século passou seu meridiano e começou a declinar para o seu final. Houve guerras e rumores de guerras nos países da civilização europeia. Dinastias surgiram e declinaram, nações mudaram suas posições na escala de importância política, da mesma forma que estudantes sobem e descem no ranking de notas nas escolas mais tradicionais; mas, além disso, a característica principal foi aceita e tornou-se progressivamente a dominante dos estadistas que alcançaram seu apogeu na época ou logo após o período em que o próprio século culminou. A manutenção de um *status quo*, por razões puramente utilitárias de caráter econômico, aos poucos tornou-se um ideal – a *quieta non movere* de *sir* Robert Walpole<sup>110</sup>. O ideal é respeitável, certamente. Em vista do concerto das potências, no interesse de sua própria tranquilidade, para coagir a Grécia e os cretenses, talvez possamos nos abster de chamá-lo de nobre. A questão permanece: por quanto tempo o *status quo* pode perdurar no sentido de ser realizável – uma possibilidade racional e não um sonho vazio? Muitos agora dizem – e entre eles alguns dos mais amargos entre os defensores da paz universal, que são os mais rancorosos dos debatedores modernos – que quando o czar Nicolau atuou de forma silenciosa, meio século atrás, para

---

110 N. T.: O termo em latim significa não importunar o que está tranquilo. Foi o lema de *sir* Robert Walpole (1676-1745), o primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1721 a 1742.

reconstruir o mapa político do sudeste da Europa no interesse de uma tranquilidade bem fundada, foi ele quem mostrou o idealismo do estadismo racional, o único verdadeiramente prático, enquanto os defensores do *status quo* evidenciaram os instintos rudes de políticos preguiçosos. Que o monarca não garantiu a paz, mesmo a da desolação, naquelas regiões infelizes, temos evidências anuais<sup>111</sup>. Até que ponto, no momento, é um objetivo praticável, entre as nações da família europeia, continuar indefinidamente a presente situação de paz e abundância – em si mesmas coisas boas, mas defendidas com base no fato de que o homem vive apenas de pão –, em vista das mudanças nas condições do mundo que o século XIX, em seus derradeiros momentos, nos deixa como seu legado? Por acaso a perspectiva futura apresenta-se de tal forma que nossa civilização atual, com seus benefícios, tem mais probabilidade de sobreviver pelo desarmamento universal, cujo clamor em sua defesa aumenta ameaçadoramente (o termo é usado deliberadamente) no período mais recente? Ninguém compartilha mais sinceramente do que este escritor a aspiração pelo dia em que as nações transformarão suas espadas em relhas de arado, e suas lanças em tesouras de podar; mas a civilização europeia, incluindo a América, está em tal estado que cabe perguntar se podemos nos dar ao luxo de relaxar em uma paz artificial, descansando não sobre o funcionamento das consciências nacionais, mas sobre um Tribunal Permanente<sup>112</sup>, uma autoridade externa, embora autoimposta, uma realização na política moderna que se espelharia no ideal do papado medieval?

Quais são os sinais dos tempos e a perspectiva futura? Não é dado à visão humana, perscrutando o futuro, ver mais do que por meio de um vidro, de forma obscura; os homens caminham

---

111 N. T.: O czar Nicolau I (1825-1855) foi o responsável pela Guerra da Crimeia (1853-1856), um episódio de grandes repercussões nos Bálcãs e desastroso para a Rússia.

112 N. T.: Convém notar que, dois anos após a publicação deste artigo, foi criada a Corte Permanente da Haia de 1899.

como árvores, não se pode dizer com certeza para onde<sup>113</sup>. No entanto, os sinais podem ser notados mesmo que não interpretados de forma completa ou precisa; e, entre eles, certamente diria que deve ser observado o impulso geral para o exterior de todas as nações civilizadas de primeira ordem de grandeza – exceto a nossa. Presos e envolvidos nas tradições de nosso próprio século XVIII, quando éramos tão verdadeiramente externos ao mundo europeu como agora somos parte dele, nós, sob o apelo ilusório da paz e da abundância – plenitude de pão – abraçamos um ideal de isolamento e recusamo-nos a reconhecer a solidariedade de interesses que o mundo da civilização europeia não só deve esperar, mas sair ao encontro do futuro que, próximo ou remoto, parece nos aguardar. O impulso para o exterior já está na maior parte da nação, como mostrado quando ocasiões particulares despertam sua atenção; mas ainda é retardatário, e pode ser perigosamente paralisado por muito tempo por aqueles cujas visões da política nacional são governadas por máximas definidas na infância da República.

Esse impulso para o exterior das nações europeias, retomado em larga escala após quase um século de intervalo, não é mera aparição repentina, esporádica e não relacionada ao passado. Os sinais de sua vinda, embora não notados, eram visíveis logo após o século chegar ao seu estágio intermediário, como também era seu grande correspondente, igualmente desvalorizado então, embora óbvio o suficiente agora: a agitação das nações da civilização oriental. É uma curiosa reminiscência minha que, quando estive em Yokohama, Japão, em 1868, pediram-me para traduzir uma carta espanhola de Honolulu sobre um navio com *coolies*<sup>114</sup> japoneses para serem transportados para o Havaí. Eu conhecia a pessoa contratada

---

113 N. T.: Referência bíblica ao episódio da cura do cego de Betsaida em Marcos 8:24: “O cego levantou os olhos e respondeu: Vejo os homens como árvores que andam”.

114 N. T.: O termo *coolies*, hoje ofensivo, era uma referência a trabalhadores desqualificados da Ásia, muitas vezes transportados para trabalhar longe de seu local de nascimento. O termo provavelmente veio do urdu (*kuli*), significando escravo.



---

para ir como médico no navio, e, a menos que minha memória me engane muito, ele partiu enquanto eu ainda estava no porto. Da mesma forma, quando meu serviço foi encerrado, fui de Yokohama para Hong Kong, antes de voltar para casa, nos Estados Unidos, por Suez. Entre meus companheiros de viagem, estava um ex-oficial naval confederado, cujo negócio era negociar a imigração de chineses para, penso eu, os estados do sul – em desespero momentâneo, talvez, de trabalho negro –, mas certamente para os Estados Unidos. Todos sabemos o que veio, em nosso próprio país, de empreendimentos que, então, pouca atenção atraíam.

É estranho observar os movimentos inconscientes e irresistíveis das nações e, ao mesmo tempo, ler pela imprensa a caracterização daqueles que, por inclinações pessoais ou por acidente, são lançados na posição de líderes, quando no máximo apenas conduzem as forças de menor dano, às quais não se pode resistir permanentemente mais do que a gravidade. Tal teria sido o papel de Nicolau, guiando para um fim oportuno o irresistível curso de eventos nos Bálcãs, que seus oponentes tentaram resistir, mas conseguiram apenas prolongar e agravar. Ele é homenageado agora por aqueles que veem loucura nas aspirações imperiais do senhor Joseph Chamberlain, e pirataria nas de Cecil Rhodes; no entanto, afinal, naquele tempo, que direito Nicolau tinha, pelo código de constitucionalistas rigorosos, de colocar a Turquia à morte porque ela estava doente? A Turquia não estava ocupada? Não tinha ela, pela estrita lei, direito a suas possessões, à própria existência e poder para administrar o que ela considerava justiça para aqueles que eram legalmente seus súditos? Sim. Mas os homens esquecem com facilidade que a lei é a serva da equidade e que, enquanto o mundo estiver em seu estágio atual de desenvolvimento, a equidade não obtida pela lei deve ser alcançada a força, sobre a qual, em última análise, a lei repousa, não para sua sanção, mas para sua eficácia.

Recentemente, conhecemos o termo “Estados-tampão”; a função desempenhada pelo Sião<sup>115</sup> entre a Grã-Bretanha e a França. Embora não seja estritamente análogo, o termo transmite uma ideia das relações até agora estabelecidas entre as civilizações oriental e ocidental. Elas existiram separadas, cada uma ocupando um mundo próprio, mas estão se aproximando não apenas em termos geográficos, fonte reconhecida de perigo, mas, o que é mais importante, em ideias comuns de vantagem material, sem uma simpatia correspondente nas ideias espirituais. Não é apenas que os dois estão em diferentes estágios de desenvolvimento a partir de uma fonte comum, como a Rússia e a Grã-Bretanha. Eles estão evoluindo em linhas totalmente diferentes, surgindo de concepções radicalmente distintas. Para trazê-los em correspondência ao nosso mundo, é necessário, de uma forma ou de outra, não crescimento, mas conversão. Por mais longe que tenha avançado, e por mais que esteja aquém de seu modelo, a civilização da Europa moderna cresceu sob a sombra da Cruz, e o que há de melhor nela ainda respira o espírito dos Crucificados. É para ser temido o fato de os pensadores orientais considerarem que estão se apropriando do progresso material da Europa sem enfrentarem as restrições impostas pelas tradições cristãs – como países agnósticos. Mas, pelo menos por enquanto, o agnosticismo que vivenciou o cristianismo por muito tempo é completamente distinto daquele que nunca teve contato com essa religião.

Descobrir quais serão as ideias espirituais dominantes das nações até então conhecidas como cristãs dificilmente é uma questão para o século XX. Quaisquer que sejam as variações de fé, em direção ou em grau, no final desse século, não é provável que um período tão curto revele a mudança completa dos padrões e das práticas que necessariamente devem suceder, em última instância, uma transformação radical de crenças. Que a relevância do cristianismo

---

115 N. T.: Termo utilizado para se referir à Tailândia até junho de 1939.

---

permanecerá ao longo do próximo século é tão certo quanto a afirmação de que levou séculos para que a fé nominal elevasse os padrões e práticas cristãs até o ponto alcançado agora. O declínio, assim como a ascensão, deve ser gradual; será igualmente gradual, em termos de maior difusão das crenças cristãs, a aproximação das nações orientais a esses princípios que poderosamente modificam, embora não possam controlar totalmente, mesmo agora, os impulsos meramente naturais dos povos do Ocidente. E se, como muitos agora dizem, nós nos afastaremos da fé, e nos distanciaremos dela ainda mais nos próximos anos, e se não temos maior sanção a propor para alcançar a autocontenção e a retidão do que o interesse egoísta e o absurdo da guerra, a violência será elevada enquanto o equilíbrio de interesses estiver desse lado, e não mais. Aqueles que quiserem algo o tomarão se puderem, não apenas por motivos de alta política e conforme a oportunidade legal oferece, mas pelas razões simples de que não têm, desejam e são capazes. O mundo europeu já conheceu esse estágio e escapou dele apenas parcialmente pela santificação gradual da opinião pública e seu peso crescente na esfera política. O mundo oriental não passou por esse processo, mas está reconhecendo rapidamente as vantagens materiais e as tradições políticas que se uniram para conferir poder ao Ocidente, e, com a apreciação, tem surgido o desejo por essas forças.

Coincidindo com a longa pausa que a Revolução Francesa impôs ao processo de expansão colonial tão característico do século XVIII, ocorreu outra manifestação singular das energias nacionais: a criação dos grandes exércitos permanentes dos dias modernos, eles próprios o resultado da *levée en masse* e do recrutamento geral que a Revolução nos legou junto com sua Declaração dos Direitos do Homem. Nascidos no início do século e aperfeiçoados ao longo desses quase cem anos, hoje tais forças estão em plena maturidade, com um desenvolvimento em números, em força de reserva, em organização e em material para a guerra que o economista lamenta

profundamente, cuja existência ele denuncia e cuja abolição ele exige. À medida que a liberdade cresceu e se fortaleceu, essas forças armadas também cresceram e se fortaleceram. Seria esse produto singular de um século, cujos ganhos para a liberdade política são inegáveis, uma mera perversão grosseira das atividades humanas, como é confiantemente afirmado por muitos? Ou é um sinal dos tempos vindouros, a ser estudado em conexão com outros, alguns dos quais já examinamos?

Qual foi o efeito desses grandes exércitos? Muitos, sem dúvida. Do lado econômico, há a diminuição da produção, a demanda sobre o tempo e a vida dos soldados, desvantagens tão cotidianamente repetidas em nossos ouvidos que não há necessidade de as elencar aqui. Mas não existiria nada para o lado do crédito da conta, talvez até mesmo um saldo a favor deles? É realmente insignificante, em uma época em que a autoridade está enfraquecendo e as restrições se afrouxando, o fato de a juventude de uma nação passar por uma escola na qual a ordem, a obediência e a reverência são aprendidas, onde o corpo é sistematicamente desenvolvido, onde ideais de autoentrega, de coragem e de masculinidade são inculcados de forma obrigatória como condições fundamentais para o sucesso militar? É desprezível que massas de jovens fora dos campos e das ruas sejam reunidas, misturadas com outras de características intelectuais superiores, ensinadas a trabalhar e agir juntas, levando de volta para a vida civil aquele respeito pela autoridade constituída urgentemente necessário nesses dias em que a ilegalidade é transformada em religião? É sugestivo observar a expressão e os movimentos de uma série de recrutas rústicos submetidos a seus primeiros treinos e contrastá-los com o resultado final visto nos rostos e na postura dos soldados que enchem as ruas. O treinamento militar não é a pior preparação para uma vida ativa, assim como os anos passados na faculdade não são tempo perdido, como insiste outra escola de utilitaristas.

Não é pouco que as guerras são menos frequentes e a paz melhor assegurada por intermédio do respeito mútuo das nações pela força umas das outras? E que, quando surge uma convulsão, ela passa rapidamente, deixando o curso normal dos eventos recomeçar mais cedo e, portanto, mais facilmente? Atualmente, a guerra não só ocorre mais raramente, mas tem antes o caráter de um excesso ocasional, do qual a recuperação é fácil. Há um século ou mais, era uma doença crônica. E, além disso, o espírito militar, a preparação – não apenas a disposição, o que é outra coisa – para lutar por uma boa causa, um bem distinto, está mais amplamente difusa do que quando o soldado foi apenas um mercenário. Agora, são as nações que estão em armas, e não apenas os servos do rei.

É nesses sinais particulares dos tempos que me detenho ao prever o futuro: a interrupção do impulso para a colonização política que coincidiu com a década imediatamente anterior à Revolução Francesa; a absorção das nações europeias, pelo quarto de século seguinte, com as guerras universais, envolvendo questões principalmente políticas e europeias; o início da era do carvão e do ferro, do desenvolvimento mecânico e industrial que sucedeu a paz, e durante a qual a característica mais proeminente não foi uma colonização agressiva, mas o desenvolvimento de colônias já existentes e de novos centros comerciais, notadamente na China e no Japão; enfim, retomamos, no final do século, o avanço do movimento de colonização das metrópoles, fortemente incitado, sem dúvida, pelos cidadãos das antigas colônias em diferentes partes do mundo. A inquietação da Austrália e da Colônia do Cabo sem dúvida influenciou muito os avanços britânicos nessas regiões. Contemporâneo a todos esses movimentos, do primeiro ao último, foi o desenvolvimento de grandes exércitos permanentes, ou melhor, de nações armadas, na Europa; e, por último, a agitação do Oriente, sua entrada no campo dos interesses ocidentais, não apenas como algo passivo a ser atingido, mas com uma vitalidade

própria, ainda sem forma, mas significativa – na medida em que antes havia torpor, se não morte, agora há movimento e vida indiscutíveis. Nunca mais, provavelmente, poder-se-á dizer,

*It heard the legions thunder past,  
Then plunged in thought again.*<sup>116</sup>

Sobre essa questão, o surpreendente desenvolvimento do Japão é a evidência mais óbvia; mas na Índia, embora não haja probabilidade de ressurgimento dos velhos motins, há sinais suficientes do despertar da inteligência política, da inquietação sob a sujeição estrangeira (embora benéfica), de desejo de maior atuação para suas próprias individualidades; um movimento que, por intelectual e apreciador das vantagens da civilização material e política ocidental, é menos ameaçador imediatamente do que a revolta anterior, mas pressagia grandes mudanças futuras.

Da China sabemos menos; mas muitos observadores testemunham a imensa força latente do caráter de seu povo. Até agora, mostrou-se principalmente na força com que aderiu à tradição estereotipada. Mas as tradições estereotipadas já foram derrubadas mais de uma vez, mesmo nesse povo pouco progressista, cujo conservadorismo, decorrente em grande parte da ignorância de melhores condições existentes em outras terras, está intimamente ligado também aos poderes incomuns de permanência da raça, à persistência de propósito, à resistência e à vitalidade características de seus elementos. Eles não são insensíveis à busca do aprimoramento material individual. O colapso da organização chinesa em todos os seus ramos durante a última guerra com o Japão, embora maior do que o esperado, não foi imprevisto. Não alterou o fato de que a matéria-prima é, em termos de resistência, das melhores;

---

116 N. T.: Versos do poema *Obermann Once More* (1867), de Matthew Arnold. O original é um pouco distinto: “*She let the legions thunder past, And plunged in thought again.*” Mahan provavelmente usou a versão dos versos do artigo *The Indian Crisis*, publicado no número de julho de 1883 do *The London Quarterly Review*.

---

que é abundante, racialmente homogênea e está se multiplicando rapidamente. Nem, como o recente renascimento do exército turco demonstra, pode ser considerado improvável que os chineses ainda possam alcançar desenvolvimento militar adequado. Os japoneses mostraram grande capacidade, mas encontraram pouca resistência; e é muito mais fácil mover e controlar um reino insular de 40 milhões do que um vasto território continental contendo quase dez vezes esse número de habitantes. A lentidão comparativa da evolução pode ser predicada, mas aquilo que, por tanto tempo, manteve a China unida, em meio a muitas diversidades, pode ser contado no futuro para assegurar uma unidade substancial de impulso que, combinada com sua massa, dará enorme importância a qualquer movimento comum ao todo.

Seria assumir uma posição insustentável afirmar que algumas características selecionadas, como as anteriores, resumem toda a tendência de um século de vida humana fervilhante e se destacam entre os sinais que devem ser considerados ao se perscrutar o futuro. Pode-se dizer com segurança, entretanto, que esses fatores, pelo fato de o futuro para o qual eles apontam ser mais remoto, são menos considerados do que outros menos importantes; e, ainda, que aqueles aspectos que caracterizam nossos dias são também os mais ressentidos, criticados e condenados por aquela escola de pensamento político que assume para si o título de econômica, que atingiu sua maturidade e ainda vive em meio às ideias daquela etapa do progresso industrial coincidente com a metade do século, e que vê todas as coisas do ponto de vista da produção e do desenvolvimento interno. Poderosa em todo o mundo, em nenhum lugar a influência dessa escola é tão ampla e tão prejudicial como nos Estados Unidos, porque, não tendo vizinhos próximos para competir conosco em questões de poder, as necessidades militares não nos foram iminentes, de modo que, como todos os perigos distantes, receberam pouca consideração; e também porque, com nossos grandes recursos apenas parcialmente

desenvolvidos, o instinto para atividades externas permaneceu adormecido. No mesmo período e pelas mesmas causas que levaram o mundo europeu a voltar seus olhos do litoral para dentro, em vez de para fora, o povo dos Estados Unidos foi igualmente desviado das atividades externas em que, no início do século, se baseava sua riqueza. Essa tendência, enfatizada do lado político pela Guerra Civil, foi reforçada e tem se prolongado por conhecidas condições naturais. Um território muito maior, muito menos explorado e talvez com recursos proporcionais ainda mais amplos do que o continente da Europa continha número muito menor de habitantes. Portanto, apesar de receber uma imensa imigração, ficamos muito atrasados no esforço de avançar nosso desenvolvimento interno e, por isso, ainda não sentimos o impulso para o exterior que agora caracteriza de forma significativa os povos europeus. O fato de estarmos distantes do movimento geral de nossa raça exige consideração por si só.

Pelas razões mencionadas, tem sido uma política fácil, mas míope, onde quer que tenha sido encontrada entre estadistas ou jornalistas, fixar a atenção puramente em questões internas e econômicas e rejeitar, se não ressentir, proposições voltadas para a organização e a manutenção da força militar, ou contemplando a extensão de nossa influência nacional para além de nossas próprias fronteiras, sob o argumento de que temos o suficiente em casa, esquecendo de que nenhuma nação, como nenhum homem, pode viver ou morrer para si mesmo. É uma política atrasada se comparada com a de nossos predecessores de duas gerações atrás, homens que não sentiram a influência mortificante de ideias meramente econômicas porque alcançaram a maturidade antes de a escola de Manchester ter atingido sua preponderância<sup>117</sup>; uma proeminência que ainda conservam porque os jovens daquela época,

---

117 N. T.: Referência ao movimento iniciado por Richard Cobden e John Bright de defesa do livre comércio, que argumentava sobre seus efeitos positivos para a prosperidade doméstica e a paz internacional.



que cresceram com eles, ainda não saíram de cena. É comum e até salutar que cada geração seja governada por homens cujas ideias são essencialmente as da geração anterior. As rupturas na continuidade da ação nacional, assim, são moderadas ou evitadas; mas, por outro lado, a tendência de tal circunstância é cegar homens do espírito da geração existente, porque suas réguas têm a medida do seu passado, e agem de acordo com ela. No mesmo dia em que escrevo este artigo, é publicado em um jornal americano uma comparação entre a ação de *lord* Salisbury no negócio cretense e a carta espirituosa do senhor Gladstone sobre o fracasso do Concerto<sup>118</sup>. Na verdade, porém, ambos os estadistas britânicos, embora pertencentes a partidos tradicionalmente opostos, estão imbuídos das ideias de meados do século e, governados por elas, consideram a perturbação do silêncio o maior de todos os males. É difícil acreditar que, se o senhor Gladstone estivesse agora no seu auge e no poder, qualquer objeto teria em seus olhos uma importância comparável à de manter a paz. Ele ficaria sensibilizado pelos gregos, sem dúvida, como *lord* Salisbury está; mas manteria o Concerto desde que acreditasse que isso evitaria a guerra. Quando os homens simpáticos às ideias agora surgidas entre os ingleses entrarem no palco, veremos uma mudança – não antes.

O mesmo espírito tem predominado em nosso próprio país desde que a Guerra Civil – uma “revolução” muito mais real em suas consequências do que a luta das treze colônias contra a Grã-Bretanha, que, em nosso discurso nacional, recebeu tal título – forçou nosso

---

118 N. T.: Robert Gascoyne-Cecil (1830-1903), 3º marquês de Salisbury, foi primeiro-ministro inglês pela maior parte do período que vai de 1885 a 1902, atuando também como ministro dos Negócios Estrangeiros. Temeroso por mudanças e extremamente conservador, buscou manter seu país longe de alianças e problemas externos. William Ewart Gladstone (1809-1898) foi primeiro-ministro por quatro vezes entre 1868 e 1894, sucedendo e antecedendo Salisbury. Mahan faz alusão a um episódio da Questão Oriental, quando os gregos declaram guerra aos otomanos em 1897 por conta da ilha de Creta. Gladstone enviou uma carta ao duque de Westminster, depois publicada em panfleto, condenando a inação do Concerto Europeu pelo massacre de cristãos armênios, pelo fortalecimento do Império Otomano e pela fragilidade do governo grego.

povo, tanto do Norte quanto do Sul, a retirar seus olhos de problemas externos e concentrar corações e mentes com fervor apaixonado em uma disputa interna em que uma das partes era animada pela esperança inspiradora de independência, enquanto a outra exaltava o nobre ideal de união. Essa guerra, no entanto, foi dirigida, no lado civil, por homens que pertenciam a uma geração que fenecia. A influência da juventude deles retornou com a paz e foi observada na expulsão – por ameaça de força – do terceiro Napoleão do México, na aquisição do Alasca e nas negociações para a compra das ilhas dinamarquesas e da Baía de Samana. A sabedoria dessas últimas tentativas – e este escritor, embora simpatize com o espírito que as sugeriu, as questiona de um ponto de vista militar, ou melhor, naval – são particularmente interessantes para indicar a sobrevivência, em homens idosos, das tradições aceitas em sua juventude, mas estranhas à geração que rapidamente ascende ao poder, que as rejeita e as frustra.

Esse último aspecto, por sua vez, está desaparecendo, e seus sucessores estão ocupando cada vez mais lugares de relevo. Existe alguma indicação das ideias que trazem com eles, em suas próprias expressões, ou no espírito do mundo em geral? Ou, talvez, ainda mais importante, há alguma indicação nas condições do próprio mundo exterior a que devam prestar atenção, e a influência a qual devem aceitar, na modificação de suas políticas, antes que estas fiquem enrijecidas em linhas fixas que orientarão por muitos anos o bem-estar futuro de seu povo?

A todas essas perguntas, este escritor, como representante da geração que está partindo, responderia sim; mas possivelmente por um viés decorrente de suas próprias predileções, é para a última que sua atenção se dirige. Parece-me que, no fluxo dos assuntos humanos, sob os quais as origens de seus impulsos misteriosos são procuradas, alguns os encontram em uma providência pessoal; outros, em leis ainda não totalmente compreendidas. Estamos no limiar de uma era em que será definido se a civilização oriental ou a ocidental deve dominar

---

toda a Terra e controlar seu futuro. Atualmente, a grande tarefa diante do mundo do cristianismo civilizado, sua grande missão, a qual deve cumprir ou perecer, é receber em seu próprio seio e elevar para seus próprios ideais essas civilizações antigas e diferentes que a cercam e a sobrepõem – as civilizações das quais estão de forma proeminente a China, a Índia e o Japão. Essa é, para citar o mais impressionante de muitos os casos, certamente a missão para a qual a Grã-Bretanha, de espada sempre na mão, tem batalhado na Índia; mas não é a única. A história do século atual tem sido a de uma pressão crescente e constante de nossa civilização sobre as mais antigas. Até agora, quando lançamos nossos olhos em qualquer direção, há, em todos os lugares, uma agitação desorganizada, um despertar real do sono profundo, mas consciente, que interrompe bruscamente sonhos de séculos, havendo sobre eles pelo menos duas vantagens – poder e prosperidade material – que a humanidade não espiritual, o mundo como um todo, mais anseia.

Seria em vão profetizar o resultado final – os dados para um palpite ainda não estão disponíveis. Mas é igualmente possível notar as condições atuais e sugerir considerações para o presente de forma a moldar as ações favorecendo a preponderância dessa forma de civilização mais promissora para o futuro, não apenas de nossa raça, mas do mundo em geral. Não estamos vivendo em um mundo perfeito e não podemos enfrentar condições imperfeitas por métodos idealmente perfeitos. O tempo e a perseverança devem ser assegurados por nós mesmos usando esse rude e imperfeito, mas não ignóbil, árbitro: a força – uma força potencial e organizada – a qual até agora ganhou, e ainda garante, os maiores triunfos do bem na história errática da humanidade. Nossas vantagens materiais, uma vez notadas, serão reconhecidas rapidamente e apropriadas com avidez, enquanto as ideias espirituais que dominam nossos pensamentos e são consideráveis em sua influência sobre a ação, mesmo sobre aqueles entre nós que não aceitam o cristianismo histórico ou os

credos comuns da cristandade, serão rejeitados por muito tempo. A lei eterna, primeiro aquela que é natural, depois aquela que é espiritual, prevalecerá no indivíduo e na longa história de nossa própria civilização. Entre as duas há um intervalo, no qual a força deve estar pronta para corrigir qualquer perturbação ameaçadora ao equilíbrio entre aqueles que estão em planos divergentes de pensamento, não inseridos nos padrões comuns.

E isso ainda é mais verdade se, como geralmente é afirmado, a fé estiver diminuindo entre nós e se o progresso de nossa civilização vai em direção à perda dessas convicções espirituais sobre as quais foi fundada, e que nos primeiros dias foram poderosas para a derrubada de redutos do mal. O que, nesse caso, desempenhará o importante papel que a igreja da Idade Média, com todos os seus defeitos e com todas as deficiências de seus ministros, teve em meio à ruína do Império Romano e à invasão dos bárbaros? Se nossa própria civilização está se tornando apenas material, algo limitado na esperança e no amor a este mundo, não sei o que teremos a oferecer para salvar a nós mesmos ou aos outros; mas precisamos ganhar tempo enfrentando uma invasão externa e usando nossa fé para converter ao nosso ideal de civilização aqueles que nos pressionarão. Em qualquer caso, só conseguiremos mais tempo usando a força material de forma organizada.

Essa visão não é defendida com qualquer espírito de inimizade com as outras civilizações antigas, cujo gênio reconhecidamente tem sido e é estranho a nós. Aquele que acredita que Deus fez de um mesmo sangue todas as nações que habitam a face da Terra não pode deixar de verificar e reprimir, se ele sentir, qualquer movimento de aversão à humanidade fora de sua própria raça. Mas não é necessário odiar Cartago para admitir que foi bom para a humanidade que Roma tenha triunfado. Nós, hoje, e os homens em todas as eras, podemos ser gratos que, algumas décadas após as Guerras Púnicas, o gênio de César expandiu os limites dos

domínios de Roma de forma tão ampla, firme e sólida para sua civilização que, quando chegou o malfado dia em que o poder romano, o qual remodelou o mundo, foi submetido ao choque da conquista e decaiu, o tempo da queda final foi prolongado por séculos em decorrência dessas defesas externas. Aqueles indivíduos que começaram o ataque como bárbaros acederam na herança imperial não como alienígenas e estrangeiros, mas como impregnados no melhor das ideias romanas, convertendo-se à lei romana e à fé cristã.

“Quando o curso da história”, diz Mommsen, se afasta da miserável monotonia do egoísmo político presente nas batalhas na Câmara do Senado e nas ruas de Roma, podemos – no limiar de um evento cujos efeitos ainda hoje influenciam os destinos do mundo – olhar em volta de nós por um momento para observar a conquista do espaço do que é agora a França pelos romanos, e seu primeiro contato com os habitantes da Alemanha e da Grã-Bretanha, considerando esse processo em conexão com a história geral do mundo [...]. O fato de que o grande povo celta foi arruinado pelas guerras transalpinas de César não foi o resultado mais importante desse grande empreendimento – o resultado positivo foi muito mais significativo do que o negativo. Dificilmente se pode duvidar que, se o governo do Senado tivesse prolongado sua existência efetiva por algumas gerações, a migração dos povos, como é chamada, teria ocorrido 400 anos antes do que ocorreu e teria ocorrido em um momento em que a civilização italiana não havia se naturalizado nem na Gália nem no Danúbio ou na África e na Espanha. Na medida em que César teve um olhar certo para perceber nas tribos alemãs os rivais do mundo romano-grego, na medida em que, com a mão firme, estabeleceu o novo sistema de defesa agressiva até mesmo em seus detalhes e ensinou

os homens a proteger as fronteiras do império por rios ou muralhas artificiais, para colonizar as tribos bárbaras mais próximas ao longo da fronteira com o objetivo de afastar as mais remotas, e para recrutar o exército romano por alistamento no país inimigo, ele ganhou para a cultura helênica-italiana o intervalo necessário para civilizar o Ocidente, assim como já havia civilizado o Oriente [...]. Séculos se passaram antes que os homens entendessem que Alexandre não tinha apenas erguido um reino efêmero no Oriente, mas tinha levado o helenismo para a Ásia; séculos se passaram novamente antes que os homens entendessem que César não apenas conquistara uma nova província para os romanos, mas tinha estabelecido as bases para a romanização das regiões do Ocidente. Foi apenas uma posteridade tardia que percebeu o significado dessas expedições à Inglaterra e à Alemanha, tão imprudentes de um ponto de vista militar, e tão estéril de resultados imediatos [...]. Há uma ponte ligando a glória passada de Hellas e Roma com o tecido mais orgulhoso da história moderna; que a Europa Ocidental é romana, e a Europa germânica, clássica; que os nomes de Themístocles e Cipião têm para nós um som muito diferente dos de Asoka e Salmanassar; que Homero e Sófocles não são apenas como os Vedas e Kalidasa, atraentes para o botânico literário, mas florescem para nós em nosso próprio jardim, – tudo isso é obra de César.

A história revela às vezes seu olhar previdente na ação de um grande indivíduo como César. Mais frequentemente, seus movimentos mais profundos resultam dos impulsos cuja origem e motivos não podem ser retraçados, embora uma sucessão das etapas possa ser discernida, e seus resultados, indicados. Alguns nomes, por exemplo, emergem entre os obscuros movimentos dos povos externos que se precipitaram sobre o império romano, mas,

---

com exceções raras, são simplesmente expoentes, empurrados para a frente e para cima pela torrente; são no máximo guias, não os controladores daqueles a quem representam, mas não governam. É a mesma situação agora. Os povos da civilização europeia, após um período de repouso comparativo, estão novamente avançando ao longo da linha para ocupar não apenas os lugares desertos da Terra, mas os terrenos discutíveis, os territórios-tampões que até agora os separaram dessas nações antigas, com quem agora ficarão cara a cara e fronteira a fronteira. Mas quem dirá que esse vasto movimento geral representa o pensamento, mesmo o pensamento inconsciente, de qualquer homem, como César, ou de poucos homens? A qualquer causa que possamos atribuir, seja à simples concepção de uma monarquia divina pessoal que molda nossos fins, ou a causas finais mais complicadas, a responsabilidade não repousa sobre os ombros de nenhum homem de forma individual. A necessidade é colocada sobre os povos, e eles se movem como os lemingues da Escandinávia; mas para o homem, diferentemente dos animais, é permitido perguntar: “Para onde?” e “Qual será o fim?” Esse movimento tende à paz universal, ao desarmamento geral e aos tratados de arbitragem permanente? Seria ele o prenúncio da compreensão mútua, da rápida aceitação de tradições ou até de apreciação a heranças opostas e de hábitos de vida e pensamento distintos? Essa rápida aceitação é encontrada agora onde os orientais e os ocidentais se chocam? Esse contato indica o rápido desaparecimento de grandes exércitos e marinhas e demonstra a sabedoria de dispensar essas formas de força organizada?

Quais serão, então, as condições reais quando essas civilizações, de origem diversa e radicalmente distintas (em decorrência da evolução das características raciais radicalmente diferentes) se confrontarem sem a interposição de qualquer cinturão neutro que permita aos contrastes mais isolados ficarem menos aparentes, e dentro dos quais as distinções se entrecruzam?

Ver-se-á, por um lado, uma vasta preponderância de números, e estes, embora incoerentes agora em uma massa, são compostos de unidades que, em sua capacidade individual, têm em grande medida os grandes elementos de força pelos quais o homem prevalece sobre o homem e o mais apto sobrevive. Aparentemente deficientes em aptidão para a organização política e social, essas civilizações falharam em desenvolver o poder agregado e a dimensão intelectual de que, como comunidades, seriam capazes. Eles também podem aprender essa lição, pois já receberam de nós muito que não conseguiram criar; a falta decorre principalmente da inferioridade do seu desenvolvimento material, em comparação com o nosso. Mas os homens não desejam a prosperidade que eles próprios não podem ou não conseguem criar – uma característica que explica a eficácia do comunismo como força social agressiva. Comunidades que querem e não podem ter, exceto pela força, tomarão posse à força, a menos que sejam constrangidas pela força; nem será sem precedentes na história do mundo que uma multidão varra as barreiras que a previsão inteligente, como a de César, possa ter erguido contra eles. Isso ocorrerá com mais probabilidade se as barreiras tiverem deixado de ser protegidas – abandonadas ou negligenciadas por homens cujo orgulhoso espírito combativo de seus ancestrais deu lugar ao clamor pelo abandono da preparação militar e pela decadência dos hábitos guerreiros.

No entanto, mesmo em tais condições, alcançadas, aliás, durante o declínio do Império Romano, as posições adequadamente escolhidas e as fronteiras adequadamente avançadas farão muito para retardar e, ganhando tempo, modificar o desastre para beneficiar o mundo. Daí a imensa importância de discernir rapidamente qual é o valor real das posições e onde a ocupação deve começar. Aqui, pelo menos em parte, está o significado do atual grande movimento para o exterior das nações europeias. Consciente ou inconscientemente, estão promovendo os postos avançados de nossa civilização e acumulando as linhas de defesa que lhes permitirão sobreviver, ou



---

pelo menos garantirão que não cairão até que tenham fomentado um futuro mais brilhante que seu passado, da mesma forma como a civilização romana inspirou e exaltou seus conquistadores teutônicos, e continua a abençoá-los até hoje.

Essa é a tendência do movimento no que, em linguagem comum, chamamos de Velho Mundo. Na medida em que o século XIX se encerra, a maré já mudou e está avançando de forma agressiva. Não é cedo demais, pois é vasto o trabalho a ser feito. Contrastado ao mundo exterior em extensão e população, a civilização das várias famílias europeias, a que nossos interesses e ansiedades, nossas esperanças e medos são na maior parte direcionados, foi como um oásis em um deserto. A Europa é o assento e a cena da cultura mais proeminente, onde estão as atividades intelectuais mais elevadas. Mas não foi nesses aspectos que a região excedeu o resto do mundo. O avanço veio do desenvolvimento político e da prosperidade material legados pelas energias viris de seus filhos, tanto no comércio como na guerra. Os avanços mecânicos e científicos de aproximadamente meio século progresso criaram os meios pelos quais a prosperidade se multiplicou várias vezes, assim como elevou as desigualdades no bem estar material existente entre aqueles de dentro das fronteiras europeias e aqueles de fora, que não tiveram a oportunidade ou a sagacidade de usar as mesmas vantagens. E, junto com essa proeminência na riqueza, emerge o clamor para o desarmamento, como se a raça, não só da Europa, mas do mundo, já estivesse consolidada, e o objetivo da paz universal, não somente próximo, mas alcançado. Será que vivemos em circunstâncias tais, mesmo dentro de nossas fronteiras, para dizer que estamos prontos para dispensar a manifestação particular e organizada de força física que denominados de policial?

Apesar da fricção e dos ressentimentos internos no continente europeu, talvez mesmo em decorrência deles, a solidariedade da família europeia é demonstrada nesse grandioso

movimento comum da dominação britânica na Índia e no Egito, e onde o hábito do uso de armas não somente contribui, mas é essencial. Esses dois países são atualmente as duas mais evidentes ilustrações, embora não as únicas, dos inumeráveis e duradouros benefícios que repousam sobre o poder da espada nas mãos de uma visão esclarecida e da justiça. É possível, é claro, questionar essa conclusão, obscurecendo-se a questão real, mergulhando-se em detalhes de erros e equívocos cometidos. Qualquer episódio no difícil progresso da humanidade pode ser, portanto, perplexo; mas, olhando-se para o resultado amplo, é indiscutível que os vastos ganhos para a humanidade nas regiões citadas não só se originaram, mas ainda repousam sobre o esforço e a manutenção contínua da força física organizada.

A mesma solidariedade geral com relação ao mundo externo, que se manifesta inconscientemente na retomada geral dos movimentos colonizadores, apresenta expressão consciente particular na ideia de federação imperial, que, em meio aos muitos golpes e reveses comuns a todos os movimentos bem-sucedidos, avançou de forma notável no povo britânico e em seus colonos. É um lugar comum da experiência humana em todas as eras e países que imensas dificuldades práticas sejam superadas para realizar os fins apontados por tais sentimentos de solidariedade. As dificuldades dão origem ao imediato ceticismo de que seria impossível, assim como qualquer projeto de expansão dos Estados Unidos, por anexação ou de outra forma, enfrentar o obstáculo que o indivíduo relutante ou apreensivo é sempre certo de encontrar. No entanto, para usar palavras de quem nunca facilmente admitiu as impossibilidades: “Quanto maiores as dificuldades enfrentadas para se alcançar um objetivo, mais importantes devem ser os esforços para removê-las”. À medida que a tenacidade se fortalece, ela mina obstáculos, e estes desmoronam.

A mesma tendência é visível na inegável disposição do povo britânico e dos seus estadistas para cultivar a boa vontade

dos Estados Unidos e aproximar os dois países. Para descrever a disposição subjacente a tal tendência, o senhor Balfour usou a expressão “patriotismo racial”, uma frase que encontra sua primeira aproximação, sem dúvida, na família de língua inglesa, mas que pode muito bem estender seu significado futuramente a todos aqueles cujas civilizações atuais se originam nas mesmas fontes remotas<sup>119</sup>. A expressão de Balfour está tão impregnada de soluções para os problemas do futuro, como concebido por mim, que estou confiante em sua aceitação. Pode-se admitir que essa disposição por parte da Grã-Bretanha, em relação às suas colônias e aos Estados Unidos, demonstra política e sentimento firmes. Mas por que essa política, se busca uma vantagem por meios abertos e honestos, deveria ser imputada como um crime? Nas democracias, contudo, a política não pode disputar o cetro com o sentimento. A resposta tépida nos Estados Unidos a essa pergunta decorre da concepção estreita que vicejou em meados do século, cujo análogo na Grã-Bretanha é o partido *Little England*<sup>120</sup>, e que, em nosso próprio país, direcionaria todos os olhos para dentro, não concebendo nenhuma obrigação que não sejam aquelas direcionadas a nós mesmos. Como poderão os dois países caminhar juntos? Como haverá verdadeira simpatia entre uma nação cujas atividades políticas estão em todo o mundo e uma que se canibaliza em conflitos políticos meramente internos? Quando começarmos a olhar para o exterior e a nos ocuparmos com nossos deveres para com o mundo em nossa geração – e não antes –, estenderemos nossas mãos para a Grã-Bretanha, percebendo que a melhor esperança da humanidade nos dias duvidosos vindouros está na unidade de sentimento entre as raças de língua inglesa.

---

119 N. T.: Arthur James Balfour (1848-1930) foi primeiro-ministro do Reino Unido de 1902 a 1905, mas, na época em que Mahan escreveu este texto, atuava no gabinete de Salisbury. Ele usou vários termos ao longo de sua carreira para descrever a relação entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, entre eles “aliança racial”, “federalismo racial” e “patriotismo racial”. O político ficaria famoso por sua atuação no Oriente Médio, particularmente na defesa da criação do Estado de Israel.

120 N. T.: O termo original deveria ser *Little Englander* e refere-se à facção do Partido Liberal que se opunha à extensão do Império Britânico no século XIX.

Na determinação dos deveres das nações, a proximidade é o indicador mais conspícuo. Considerando-se os Estados da América como membros da família europeia, como o são por tradições, instituições e línguas, é no Pacífico, onde a ação do Império britânico para o oeste encontra novamente o Oriente, que suas relações com o futuro do mundo se tornam mais aparentes. O Atlântico, margeado em qualquer costa pela família europeia nos tipos mais fortes e avançados de seu desenvolvimento político, não mais separa, mas une, por todas as infraestruturas de instalações e abundância de comunicações aquáticas, os filhos outrora divididos da mesma mãe, os herdeiros da Grécia e de Roma, e dos conquistadores teutônicos desta última. Um trem expresso ou regular pode transportar alguns passageiros ou um pequeno frete a granel por terra do Atlântico para o Pacífico mais rapidamente do que os vapores modernos podem atravessar o antigo oceano. Mas, para as grandes quantidades, é a terra que divide, e não o mar. Na costa do Pacífico, separados de seus irmãos pelo deserto e pela cordilheira, são encontrados nos postos avançados, ocupados pelos pioneiros da civilização europeia, os responsáveis da família europeia por unir essa região ao corpo principal, e proteger as abordagens de ambos os lados das investidas.

É nesse fato político, e não no cálculo de vantagens meramente comerciais, que deve ser encontrado o grande significado do futuro canal no istmo da América Central<sup>121</sup>, bem como a importância do mar do Caribe, pois este último é inseparavelmente vinculado a toda a complexidade internacional do problema do istmo. Onde quer que esteja situado, seja no Panamá ou na Nicarágua, o significado fundamental do canal será avançar, de forma geral, as fronteiras da civilização europeia por milhares de quilômetros, e dos Estados Unidos, em particular; será unir todo o sistema de Estados americanos que usufrui dessa civilização

---

121 N. T.: Denominado posteriormente de Canal do Panamá. Foi inaugurado em 1914.

como de nenhuma outra maneira poderiam estar vinculados. No arquipélago do Caribe – o local de predomínio do poder naval, se alguma região pode ser denominada assim –, está o lar natural e o centro dessas influências pelas quais uma rodovia marítima como um canal deve ser controlada, da mesma forma que o controle do Canal de Suez repousa no Mediterrâneo. O Havaí, também, é um posto avançado do canal, tão certo quanto Aden ou Malta é de Suez; ou como Malta era da Índia nos dias antes do canal, quando Nelson proclamou que esse local era importante para a Grã-Bretanha. No aglomerado de fortalezas insulares do Caribe, está um dos maiores centros nervosos de todo o corpo da civilização europeia; e é de se lamentar que parcela tão importante delas esteja agora nas mãos de quem nunca viabilizou o desenvolvimento exigido pelo interesse geral, e que tudo indica nunca poderá ofertar tal avanço<sup>122</sup>.

Pois o que nos espera, no futuro, em comum com os Estados da Europa, não é uma mera vantagem ou desvantagem – questão de mais ou de menos. Questões vitais transcendentais estão envolvidas. A geração atual é a depositária das que a sucedem, podendo ser desleal a essa responsabilidade tanto pela inação como pela ação, pela omissão ou pela comissão. O fracasso em se aproveitar uma oportunidade, quando surge a ocasião adequada, pode ocasionar na posteridade problemas e dificuldades que, se superados, o serão ao custo de sangue e lágrimas que a atuação oportuna poderia ter poupado. Medidas preventivas, se tomadas, não são, no sentido verdadeiro, ofensivas, mas defensivas. Condições decadentes, como observamos na Turquia – e não apenas lá – não podem ser indefinidamente prolongadas por conselhos oportunistas ou procrastinação tímida. Chega um momento, como nas doenças físicas, em que medidas heroicas devem ser tomadas para salvar a vida de um paciente ou o bem-estar de uma comunidade; e, se esse momento é deixado passar, como muitos agora pensam que

---

122 N. T.: O autor aqui faz uma referência à Espanha.

foi o caso na época da guerra da Criméia, a situação tende a piorar – uma opinião endossada claramente nos dias de hoje no caso da hesitação do Concerto e da angústia da Grécia, para não falar dos ultrajes armênios. A Europa, avançando em regiões distantes, ainda permite existir ao seu próprio lado, de forma exposta, uma ferida que ainda pode drenar seu sangue vital; ainda permite, em regiões de grande importância futura, um sistema cuja desesperança de melhoria política e social o tempo torna continuamente mais certo – um péssimo agouro para o futuro, se uma maré forte a encontrar inalterada, um posto avançado da barbárie pronto para a ocupação estrangeira.

É essencial para o nosso próprio bem, e ainda mais importante como parte do nosso dever para com a comunidade de povos aos quais pertencemos racialmente, olharmos de forma objetiva, desapaixonada, mas resoluta, o fato de civilizações em diferentes planos de prosperidade material e progresso, com diferentes ideais espirituais e capacidades políticas, aproximarem-se rapidamente de nós. É uma condição não sem precedentes na história do mundo. Quando esse tipo de situação se abateu sobre um grande império unido, debilitado por longos anos de hábitos antiguerra entre seus principais cidadãos, ocorreu a ruína, mas um tipo de ruína que se estendeu por séculos graças à provisão feita de antemão por um grande general e estadista. As invasões sarracênicas e turcas, ao contrário, após gerações de avanço, foram primeiro contidas e, em seguida, revertidas, pois caíram sobre povos desunidos por discórdias e lutas internas, como as nações da Europa hoje, mas que ainda eram nações de guerreiros, preparadas pelo treinamento e pelo hábito para lutar por seus direitos e, se necessário, morrer por eles. Com a providência de Deus, conjuntamente com o imenso aumento da prosperidade, do luxo físico e mental promovido por este século, cresceu também aquele contrapeso estigmatizado como “militarismo”, que converteu a Europa em um grande campo de soldados preparados para a guerra.

---

O grito inoportuno pelo desarmamento, sem se importar com as possibilidades ameaçadoras do futuro, enfrenta diante de si um fato importante, que encontra sua justificativa suficiente nas condições presentes, mas que é, acima de tudo, uma preparação inconsciente para algo notado por poucos atualmente.

No espaço terrestre, esses grandes exércitos e o impulso cego dos povos europeus são a garantia de que gerações devem passar antes que as barreiras atrás das quais repousa a cidadela da civilização cristã possam ser superadas. Do ponto de vista marítimo, não há Estado com responsabilidades mais pesadas do que os Estados Unidos. No Caribe, o ressentimento sensível de nosso povo sobre qualquer suposta nova invasão por outro Estado da família europeia foi manifestado de forma muito clara e recente para ser questionado. Tal atitude por si mesma exige de nós prontidão para apoiá-la pela força organizada, exatamente como o ciúme mútuo dos Estados dentro do continente europeu impõe-lhes a manutenção de seus grandes exércitos – destinados, acreditamos, no futuro, a cumprir uma missão mais nobre. Onde excluímos assim os outros, aceitamos para nós a responsabilidade por aquilo que é devido à família geral da nossa civilização; e o Mar do Caribe, com seu istmo, é o nexo onde se encontram os elos que ligam o Leste ao Oeste, o Atlântico ao Pacífico.

O istmo, com tudo o que depende dele – seu canal e seus acessos em ambos os lados –, ligará o lado oriental do continente americano ao ocidental como nenhuma rede de comunicações terrestres jamais fará. Nele, os Estados Unidos manifestaram um interesse especial. No presente, poderá manter sua pretensão, mas no futuro, para cumprir seu dever, dependerá da criação daquela potência naval da qual a predominância no Caribe deve sempre depender. Em suma, assim como as rivalidades internas da Europa e a instituição puramente democrática do *levée en masse* – a introdução geral do treinamento militar – prepararam o caminho para grandes

exércitos nacionais, cuja missão parece ainda obscura. Então, o gradual alargamento da convicção vagamente caracterizada como doutrina Monroe na democracia americana encontra seu resultado lógico e inevitável em uma grande potência naval, o correlativo, em conexão com a da Grã-Bretanha, daqueles exércitos que continuam a florescer sob as instituições mais populares, apesar dos lamentos dos economistas e das críticas daqueles que desejam a paz sem pagar o preço único que sempre a garantiu – a prontidão para a guerra.

Foi assim, enquanto durou a prontidão para a guerra, que o teutão foi retido, até que se tornou civilizado, humanizado segundo o padrão daquela época; até que a raiz dessa dimensão estivesse nele, pronta dar frutos no tempo devido. Ele foi detido pela força armada organizada – pelos exércitos. Dir-se-á que isso foi em uma era bárbara pretérita? A barbárie, porém, não está em ter mais ou menos prosperidade material, ou mesmo no desenvolvimento político. Ela está no interior do homem, no ideal espiritual; e o aspecto material, que vem primeiro mas não o salva da imoralidade, deve ser controlado por outras forças materiais, até que o elemento espiritual possa encontrar espaço e tempo para germinar. Não precisamos temer, mas aquilo que apela aos sentidos em nossa civilização será apropriado, ainda que seja necessário nos destruir, se desarmados, para obtê-lo. Nossa própria civilização, sem seu elemento espiritual, é bárbara; e a barbárie caracterizará a civilização daqueles que assimilam seu progresso material sem embeber o seu espírito.

Devemos desejar a paz como meta para a humanidade, mas não devemos imaginar que seja alcançada como um menino arranca um fruto ainda não maduro de uma árvore. A paz não será atingida ignorando-se as condições que nos confrontam, ou exagerando os encantos da quietude, da prosperidade, da facilidade, contrastando-os exclusivamente com os alarmes e os horrores da



---

guerra. Argumentos meramente utilitários nunca convenceram nem converteram a humanidade e nunca o conseguirão, pois a humanidade sabe que existe algo melhor. Não se conseguirá jamais seu respeito pela paz, apresentada como a divindade tutelar da bolsa de valores.

Nada é mais sinistro para o futuro de nossa raça do que essa tendência, vociferante no presente, que se recusa a reconhecer na profissão das armas, na guerra, aquilo que inspirou o *Happy warrior* de Wordsworth, que acalmou as horas de morte de Henry Lawrence, que enquadrou os ideais de sua carreira na concepção do poeta e tão nobremente ilustrou seu sacrifício<sup>123</sup>; aquilo que fez do soldado, para todas as idades, um tipo de heroísmo e de abnegação. Quando a religião de Cristo, d'Aquele conduzido como um cordeiro ao matadouro, busca erguer diante de seus seguidores a imagem do autocontrole e da resistência ao mal, é o soldado que ela apresenta. Ele mesmo, se por ofício é Rei da Paz, é, antes de tudo, na essência de Seu Ser, Rei da Justiça, sem a qual a verdadeira paz não pode existir.

O conflito é a condição de toda vida, material e espiritual; e é a experiência do soldado que a vida espiritual utiliza para suas metáforas mais vívidas e suas inspirações mais elevadas. O século XX não receberá ideal mais nobre do pensamento do século XIX do que este.

---

123 N. T.: O título completo do poema é *Character of the happy warrior*, e este foi redigido em 1806, após a morte de *lord* Nelson na batalha de Trafalgar. Henry Montgomery Lawrence (1806-1857) foi um militar britânico com atuação na Índia que morreu no Cerco de Lucknow em 1857.



## O problema da Ásia<sup>124</sup>

Alfred Thayer Mahan

Para se obter eficiência de ação, seja na vida pessoal ou corporativa, temos de reconhecer as necessidades coincidentes de examinar os efeitos a longo prazo e de nos restringirmos aos de curto prazo. As duas ideias, embora em contradição lógica, são, na prática, e de fato, complementares, assim como as forças centrípetas e centrífugas do universo; carecemos de equilíbrio de julgamento e de decisão a menos que ambas estejam presentes. Essa é, na verdade, uma das muitas ilustrações de que a filosofia da vida é melhor expressa em paradoxo. É por meio da clara aceitação de verdades contrárias, ao se adotar ambas sem esforço e misturá-las, que podemos direcionar melhor o nosso esforço, como indivíduos ou como nações, para questões bem-sucedidas. Essa observação ilustra um exemplo prático da máxima política, ao admitir que uma oposição forte é essencial para um governo representativo bem-sucedido. Dessa forma, demonstra-se mais uma vez que somente por meio de um domínio minucioso dos detalhes é que uma

---

124 MAHAN, Alfred Thayer. The problem of Asia. In:\_\_\_\_\_. *The problem of Asia and its effect upon international policies*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890, p. 1-46. O texto original inicia-se com a indicação de que foi publicado originalmente em março de 1900 na revista *Harper's New Monthly Magazine*.

fundamentação consolidada pode servir de base para a construção de uma opinião; porém, a menos que os detalhes sejam deixados de lado, e a reflexão concentre-se nas características principais de um problema de execução, é difícil, para não dizer impossível, perceber claramente as relações mútuas das partes e de suas dimensões ao todo usando um sentido de proporção dependente da correção da apreciação, com conseqüente discrição da ação.

Além de todos os movimentos e de toda experiência corporativa ou mesmo nacional, o progresso do mundo ilustra as necessidades e as incertezas com as quais se deve lutar e a pressão sob a qual se deve transformar em política e impor a sua execução. Obviamente, este é um resultado inevitável do aumento da escala do mundo, e o movimento global exerce influência sobre a maior de todas as escalas. Há demasiadamente mais detalhes e surpresas, do complicado e do inesperado. Cada nação ou raça lida com seus próprios problemas – os de sua vida interna ou externa; mas o destino de cada nação exerce uma influência específica sobre o resultado geral. Não só essas influências são muito diversas em si mesmas, mas causam mudanças incessantes nas relações entre si e para o todo. A importância relativa e a natureza dessa importância estão sujeitas a flutuações contínuas. As inimizades sucedem as amizades; a força declina para a fraqueza; o acaso, segundo a definição dos homens, em certo momento e em meio ao espanto universal, inverte as condições. Ainda assim, embora sujeitas, em qualquer momento, a perder as esperanças, a ver acordos frustrados e até mesmo as bases mais sólidas desprezadas, as nações e os seus governantes devem levar em conta as tendências existentes, argumentar do presente para o futuro, estimar o peso relativo dos fatores contemporâneos e, a partir deles, prever o desenlace provável, embora pareça estar além do horizonte de sua própria geração; pois em sua era as nações e os seus governantes são os guardiões da posteridade e não podem se esquivar de sua responsabilidade. Em suma, devem examinar os efeitos no longo prazo e agir sobre eles na devida proporção

---

sempre que for oportuno; ainda com incertezas tão grandes, tanto dos cálculos quanto dos acontecimentos, e com dificuldades de previsão e de especulação tão óbvias, as nações são obrigadas a tratar a situação de cada momento à luz das necessidades imediatas, a tomar medidas de curto prazo, a olhar principalmente para seus pés e para o próximo passo, esforçando-se apenas para que este seja na direção geral indicada por sua sagacidade prática como direcionado para o objetivo distante do bem da nação.

Seria um estudo interessante, mas bem distante do objeto deste artigo, traçar a gênese e a evolução, no povo americano, do impulso para a expansão que recentemente deu um passo tão decisivo. Fazer isso adequadamente envolveria a consideração de grande volume de detalhes, a fim de extrair deles as principais características que tipificam e demonstram a sequência vital nas várias etapas do progresso. O tratamento do assunto, no entanto, seria muito imperfeito se não reconhecesse claramente e afirmasse que foi apenas uma fase de um sentimento que assolou por inteiro o mundo europeu civilizado nas últimas décadas. A esse respeito podem ser encontradas evidências marcantes, como o avanço da Rússia na Ásia; a divisão da África, as ambições coloniais da França e da Alemanha; o crescimento naval desta última; o desenvolvimento do Japão; e a ideação britânica da Federação Imperial, que agora está assumindo rapidamente a forma concreta em ação prática combinada na África do Sul. Todo grande Estado tem desempenhado seu papel nesse movimento comum, uma importância que não pode ser ignorada. Nós podemos não saber de onde vem ou para onde vai, mas Deus sabe de tudo. Nós observamos e ouvimos, e o nosso esforço próprio já mudou radicalmente as nossas relações com Estados e raças estrangeiras. Qualquer que seja seu futuro, os homens devem levantar seus corações e forçar seus olhos, ao mesmo tempo em que o presente não deve ser negligenciado, e sim realizado com o poder que se encontra nas mãos dos homens naquele momento.

Um estudo de uma fase particular desse possível futuro, da forma como ele se apresenta ao homem, é o objeto deste artigo. No entanto, antes de prosseguir com tal consideração, pode ser interessante esboçar de forma mais breve possível como as medidas de longo e de curto prazo têm sido elucidadas separadamente no curso recente dos eventos. Foi compreendida há muito tempo a importância intrínseca de Cuba, das Índias Ocidentais em geral e do Istmo do Panamá para os interesses políticos, comerciais e militares dos Estados Unidos. Para ilustrar isso por meio de um relato minucioso, a partir das palavras e ações de homens públicos, seria necessário um artigo – mais propriamente, talvez, um volume – à parte; mas é fácil notar, nos inúmeros detalhes incidentais de negociações diplomáticas e recomendações governamentais, alguns marcos, como o Tratado de Clayton-Bulwer, a tentativa do governo de Grant de anexar Santo Domingo, as negociações fracassadas para a compra das Ilhas dinamarquesas, e o nosso tratado com a Colômbia garantindo o trânsito da ferrovia do Istmo. A solicitude, que seguiu seu curso desde a origem até os primeiros anos do século, se transformou em convicção à medida que a expansão do país enfatizava a consciência de um provável destino. Enfraquecida temporariamente pela eclosão da Guerra Civil, que antecipou por gerações, essa vontade renasceu imediatamente após o fim do conflito – a insistência da retirada francesa do México caracteriza as primícias da vida acelerada. Por ora, a medida de longo prazo tinha cedido às demandas imperiosas de curto prazo; mas, com o fim da emergência, a nação levantou os olhos novamente e olhou para longe.

Enquanto isso, os incidentes sucederam-se. Novos fatores entraram na equação, enquanto a influência e a importância dos antigos fatores eram vistas com mais clareza, pois o tempo os tirou da névoa da especulação distante e os trouxe para mais perto do momento decisivo da ação. A escola de pensamento que buscava a expansão tornou-se mais incisiva e franca, suas ideias aumentaram em escopo e em definição de expressão. A visão de longo prazo,

---

ao elevar seu olhar gradualmente acima das Antilhas e do Istmo, à medida que estes iam ficando mais para o primeiro plano, via além deles o Pacífico, o Havaí e o início de questões importantes na China e no Japão. O discernimento novamente ficou confuso; a menos que se possa alegar, como prova de um alcance mais amplo, que o país e os expoentes da expansão, em comum com o mundo em geral, haviam finalmente despertado para a consciência da influência determinante do poder marítimo sobre a história do mundo. O poder marítimo, entretanto, é apenas o servo da expansão, seu criador e preservador; não é uma expansão em si, nem os defensores desta última previram a oportunidade para avançar além do Pacífico. Sua visão não ultrapassava o Havaí, que também, no tocante aos Estados Unidos, consideravam do ponto de vista da defesa, em vez de um trampolim para exercer uma influência mais ampla no mundo. No que se refere à observação deste escritor – e seu interesse pelo assunto datava de vários anos – os próprios expansionistas, até a guerra com a Espanha, eram dominados pelas ideias puramente defensivas herdadas dos primeiros dias de nossa existência nacional. As Antilhas, Cuba, o Istmo e o Havaí eram até então simplesmente postos avançados – locais estratégicos – onde era cada vez mais evidente que as influências poderiam ser perigosas para os Estados Unidos, e de fato eram. Essas influências devem ser evitadas por ação imediata ou pelo menos por uma política definida.

A guerra com a Espanha veio com base nesse estado de espírito; e o resultado demonstrou a prontidão quase instantânea com que uma semente de pensamento germina quando cai no solo mental já preparado para recebê-la. Reflexão e discussão, voz e caneta, plataforma e imprensa haviam destruído a terra não cultivada, deixando-a inculca pelas gerações que sucederam aos pais da república. O hábito deixou as mentes dos homens familiarizadas com a ideia de espalhar o poder nacional além dos limites deste continente e com as razões que a tornaram conveniente, ou até imperativa. Embora desconcertada temporariamente por uma

proposição totalmente inesperada e nova como o domínio asiático, a medida de longo prazo cumpriu seu trabalho de preparação; por sua vez, a medida de curto prazo cumpriu a ação necessária na ocasião, imposta principal e inevitavelmente pelas circunstâncias do momento, não encontrou nenhuma dificuldade séria de aceitação no que diz respeito à anexação das Filipinas – o maior alcance no espaço de nossa extensão nacional.

Por enquanto, temos o suficiente para nos ocupar com as atividades de adequação a essas novas condições e de organização de nossos deveres em relação a elas. Mas, embora a ação imediata seja verdadeira, não é necessariamente e nem igualmente verdadeiro o pensamento sobre o futuro. Depois de um breve descanso na contemplação do presente, o esforço deve ser retomado, não apenas para observar as condições existentes, mas para apreciar as tendências nelas envolvidas – a história em estado embrionário – algo que, daqui para frente, será de interesse nosso ou de nossos descendentes. Os eventos dos últimos anos mudaram substancialmente as relações políticas dos Estados e, portanto, impuseram um estudo que dará uma direção para o futuro distante que, embora incerto em seus cálculos, e sujeito a súbitos desconcertos é, no entanto, essencial, se pretende-se dar uma orientação sagaz e contínua ao curso de uma nação. Tal estudo exigirá uma resolução inteligente e sustentada; pois, com a possível exclusão da doutrina Monroe, por força do hábito, o povo dos Estados Unidos tornou-se indiferente ao tema da política externa. Eles têm sido assim não apenas por consequência das nossas circunstâncias particulares de isolamento, mas por intenção deliberada, herdada da época em que tal abstinência era mais bem justificada do que agora e relacionada a um aviso conhecido, embora incompreendido, de Washington contra alianças comprometedoras. Sob as novas condições do mundo e das influências que não podemos escapar, é imperativo despertar para a necessidade de um esforço consciente, a fim de reconhecer e compreender amplos problemas externos, não apenas



---

como assuntos de informação geral ou de interesse especulativo, mas como questões da mais alta importância que influenciam a nós mesmos hoje ou, no futuro, os nossos filhos.

É por meio dessas medidas de longo prazo que se desenvolve a capacidade decisória em conjunturas imprevistas da política internacional, que correspondem à presença de espírito na vida comum; porque a mera presença de espírito indica uma preparação mental, por meio de reflexão prévia sobre possíveis contingências. A carência dessa capacidade – de conseguir compreender de forma sustentável as condições reais e prováveis do futuro – é demonstrada pela nossa recente experiência. O que seria mais repentino ou menos esperado, ou, de forma mais objetiva, o que seria mais ilustrativo de uma medida de curto prazo que resulte em ações decisivas, tomada sem qualquer aviso, do que uma guerra iniciada com a Espanha que resulte na obrigação de Cuba nos oferecer a posição de um Poder Asiático, com as consequentes responsabilidades e oportunidades? Evidentemente, uma mente preparada com ponderação sobre os acontecimentos e tendências contemporâneos não está em posição inferior para tomar uma decisão imediata em tal caso. De forma alguma é um incidente desconexo que os Estados Unidos foram subitamente eliciados de sua atitude tradicional de distanciamento da luta dos estados europeus, e tiveram um novo elemento imposto em sua política. A guerra com a Espanha tem sido apenas um dos vários eventos, quase simultâneos, que forçaram a humanidade a prestar atenção no leste da Ásia e a perceber que as condições lá mudaram tanto que incitou um reajustamento de ideias, bem como de políticas e afiliações nacionais. Nada é mais calculado para impressionar a mente com a seriedade dos problemas iminentes do que o fato conhecido de que o Japão, que, há menos de quatro anos, notificou o nosso governo de sua aversão à nossa anexação do Havaí, agora assiste a nossa posse das Filipinas com remorso.

As transformações nas condições no Oriente resultaram, sem dúvida – assim como a expansão americana – de certos antecedentes preparatórios, menos óbvios no momento de sua ocorrência, e que, portanto, escaparam de avisos particulares; mas os incidentes que sinalizaram a mudança ocorreram em poucos anos. Assim, possuem o atributo da subitaneidade, o que naturalmente implica por um tempo a falta de compreensão exata, além da consequência inevitável de apresentar uma opinião imprecisa. Apesar disso, lá estão eles; os assuntos de importância internacional para essas nacionalidades mais antigas, e dos quais nos mantivemos diligentemente distantes até o momento. Junto está a nossa própria aceitação das Filipinas, um ato que não poderíamos evitar, e que carrega consigo oportunidades. Estas, no entanto, nunca podem ser afastadas da responsabilidade; pois, seja utilizada ou negligenciada, uma decisão tomada, positiva ou negativa, não pode ser dissociada da imputação do princípio moral do certo ou errado, do erro intelectual ou do bom senso.

É oportuno considerar aqui por um momento a acusação feita muitas vezes de que, com a aceitação das Filipinas, e, ainda mais, com qualquer uso adicional das oportunidades que o território possa oferecer, nós abandonamos a doutrina Monroe. O argumento, se for permitido usar esse termo, deriva sua força tanto do poder quanto do apelo ao preconceito; uma palavra que, embora tenha uma associação ultrajante, não implica necessariamente mais do que a opinião já formada e que, ao apoiar-se em fundamentos sólidos, tem direito ao pleno respeito, a menos que, e até que se recuse a enfrentar novas condições. A doutrina Monroe, no entanto, nos compromete apenas com uma política nacional, que pode ser resumida de forma geral como um propósito declarado de resistir à extensão do sistema europeu aos continentes americanos. Como um justo contrapeso a essa pretensão, que de modo algum se baseia no direito internacional, e sim sobre os nossos próprios interesses e como os entendemos, nós adotamos a abstenção da

interferência como regra de ação – mesmo por sugestão, e muito mais por obrigação – nas questões genuinamente europeias.

Nenhuma dessas posições complementares possui qualquer estatuto jurídico vinculante baseado em textos legais ou em precedentes. Temos a liberdade de abandonar qualquer uma delas imediatamente, sem incorrer em nenhuma imputação legal por ato ilícito. Considerada, no entanto, uma questão meramente política, e aceita como tal, por qual processo de raciocínio deve ser estabelecido que uma regra ou outra nos impede, com base na coerência, de insistir o que pensamos ser nossos direitos na Ásia? Em seu início, suponho, a doutrina Monroe foi um reconhecimento do axioma conhecido pelos estadistas de que a proximidade geográfica é uma fonte de problemas entre as nações, e que nós, favorecidos pelo isolamento natural, desejávamos evitar; e, para essa proposição, a determinação de prevenir questões internas à Europa era um corolário inevitável. Aproveitamos, em suma, uma oportunidade que nos foi dada por condições favoráveis para assegurar a nossa quietude nacional. Mas há outras dimensões, além das geográficas, nas quais os interesses das nações se aproximam e se misturam, e nelas nunca fomos dissuadidos pela doutrina Monroe de agir conforme exigiam nossos deveres ou interesses. Que eu saiba, a doutrina nunca desejou seriamente alcançar os nossos objetivos com a aquisição do território europeu, pois não seria propício e muito menos justificável, mesmo se possível, alterar as condições cuja estabilidade é a evolução segura de séculos de raça e história nacional; mas não tivemos escrúpulos de justiça ou de conveniência quanto à extensão do território neste hemisfério, onde não existia evolução equivalente. Assim sendo, somos confrontados, na Ásia, neste momento, por questões em que provavelmente nossos interesses estarão amplamente envolvidos. Não há mais incongruência em tomar as medidas exigidas conforme o caso do que em qualquer contencioso internacional que tivemos até agora com uma potência europeia; no entanto, se tal ação envolver o

uso do território, de forma direta ou imprevista, por posse ou por controle – esfera de influência – será apenas porque as condições decadentes resultarão futuramente em uma falta de poder, seja para perpetuar um sistema atual ou para resistir às usurpações decorrentes dos Estados mais viris ante ao impulso do progresso do mundo. Certamente não há desejo, mas sim relutância, por parte dos Estados Unidos em ocupar-se com essa questão além de suas responsabilidades, que já são grandes o suficiente; tanto as suas tradições quanto a sua política atual são necessariamente adversas a tal ação. Ainda assim, deve ser considerada como uma possível contingência, porém deplorável, pois, na falta de vida, uma carcaça só pode ser utilizada para dissecação ou como alimento; a conclusão para a águia é que isso é uma lei natural, da qual é inútil reclamar. O movimento progressivo do mundo tem de ser aceito como um fato, para que a direção seja favoravelmente conduzida, não por mera oposição, e muito menos por um incômodo desnecessário de coisas irreparáveis do passado.

A doutrina Monroe foi e continua sendo uma teoria útil e boa, fundamentada em circunstâncias incontestáveis. Mas, tendo passado por várias gerações, adquiriu uma força adicional de tradição, de simples conservadorismo, que tem um lado ruim e um lado bom. Pois a tradição tende a investir a política aceita com o atributo de permanência, e excepcionalmente só pode ser encontrada nas circunstâncias deste mundo em transformação. Os princípios nos quais uma ideia fundamenta-se podem estar em conformidade com a verdade essencial e, portanto, permanente; no entanto, a aplicação varia continuamente, e as máximas, as regras e as doutrinas, não sendo o sopro vivo dos princípios, mas apenas a sua personificação – a aplicação temporária deles às condições não necessariamente permanentes –, não podem exigir nenhuma dispensa do fluxo das coisas mundanas. Não devemos nem fazer dessa venerada doutrina um fetiche, nem nos convencer de que uma modificação não seja admissível sob nenhuma circunstância.

---

Um exemplo disso é a possibilidade de que, qualquer que seja a nossa contínua adesão à doutrina, teremos de reajustar um pouco as nossas opiniões sobre o seu corolário – que diz respeito à separação das complicações europeias. Na verdade, não é provável, dentro do nosso horizonte atual, encontrarmos motivos para intervir em uma disputa na própria Europa; mas é, no entanto, mais provável que fiquemos indiferentes e com a sensação de segurança que caracterizou o nosso passado, a uma mudança substancial, e ainda menos radical, no equilíbrio de poder. O progresso do mundo nos levou a um período em que está bem dentro do leque de possibilidades que a decadência de um Estado europeu possa imediatamente e de maneira direta colocar em risco os nossos próprios interesses; pode nos envolver em ação, seja para evitar a própria catástrofe ou para remediar suas consequências. A partir disso, segue-se a óbvia necessidade de apreciarmos as relações entre nós e o poder de vários países, de sua força disponível e posição; e também sua atitude em relação a nós, resultante do temperamento do povo e do controle inteligente deste último pelo governo – duas coisas muito diferentes, mesmo nas comunidades democráticas. Aqui, novamente, compartilhamos o destino comum de todas as nações; pois elas não só se relacionam de forma mais intensa do que antigamente, mas – e especialmente na Ásia – as condições externas a elas estão atraindo a consideração de todos para um centro comum, onde ainda não se determina nada, onde as possibilidades do futuro são muitas, diversas e importantes.

Em questão tão abrangente como o futuro da Ásia, para onde agora convergem fluxos de influência de vários países, que representam os interesses não apenas das nacionalidades, mas dos grupos maiores que conhecemos como raças, seria de bom grado estudar primeiro os principais aspectos geográficos, em seus diversos atributos – como localização, área, características físicas, distâncias – e depois a presente distribuição política, com as possibilidades que resultam de ambos. Deve-se acrescentar

a essas considerações sobre o referido continente uma avaliação das circunstâncias, ainda que distantes, envolvidas na situação territorial de outras nações asiáticas ou europeias; levando-se em consideração seu poder relativo e seus tipos – político, econômico, militar, naval; a facilidade de acesso ao continente asiático –, a extensão, a natureza e as instalações das comunicações de um lugar para o outro; as posições asiáticas, se houver, já dominadas por elas – nas bases secundárias, de onde podem exercer sua influência, política ou militar. Visto que o problema da Ásia é mundial, aparecendo no mundo numa época em que, por meio da rapidez das comunicações, está completamente saliente e, como nunca antes, suas unidades estão ligadas como uma corrente elétrica. Mas a saliência não é a mesma coisa que compreensão, assim como os sintomas não são idênticos ao diagnóstico. É necessário realizar um estudo; mas, com um exame preliminar, pode-se observar que o elemento geográfico oriundo das questões políticas tem muito em comum com a estratégia militar. Haverá em ambos um centro de interesse – um objetivo; as posições das partes interessadas, que são a base das forças e operações, mesmo quando pacíficas; e há a capacidade de projetar seu poder sobre o centro de interesse, que responde às comunicações que desempenham papel importante na arte militar, porque o poder que não pode ser deslocado livremente deixa de ser operativo. De fato, é essa qualidade, a facilidade de deslocamento, que tornou o poder marítimo tão multifacetado em manifestação e eficiência.

Quando olhamos para a Ásia, com toda a sua extensão e amplitude, podemos notar, primeiro, que ela se encontra totalmente ao norte do Equador e, em grande parte, entre o trópico norte e o círculo ártico – isto é, na chamada zona temperada. As inferências quanto ao clima que podem ser tiradas disso são enganosas, devido às modificações ocasionadas pelas condições físicas. As grandes planícies do norte e do sul – da Sibéria e da Índia – estão sujeitas, respectivamente, a extremos de frio e calor,

---

em decorrência principalmente da vasta extensão de terras no próprio continente, o que impede o poder moderador do mar de exercer grande influência. Nas monções, pode-se notar com mais facilidade o efeito dessa imensa região sobre a temperatura. Os ventos periódicos alternam com as estações – como a brisa da terra e do mar mudam com a noite e o dia –, mas, durante o seu ciclo, têm estabilidade. Esse fenômeno, que prevalece em todo o Oceano Índico, na Baía de Bengala e no Mar da China, é atribuível ao aquecimento e resfriamento alternados do continente conforme o sol se move para o norte ou sul do Equador, provocando uma situação periódica da atmosfera – do nordeste durante o inverno e do sudoeste durante o verão.

Em relação aos seus principais contornos internos, a maior extensão do continente de leste a oeste é de cerca de 5 mil milhas terrestres, seguindo o trigésimo grau de latitude norte; mas, ao longo do quadragésimo, essa distância é aumentada em algumas centenas de milhas, através da projeção de duas penínsulas – Ásia Menor a oeste e Coreia a leste. Entre esses dois paralelos encontram-se, grosso modo, as características naturais mais decisivas, e também aquelas divisões políticas cujo caráter instável torna o problema da Ásia nos dias atuais ao mesmo tempo desconcertante e iminente. Dentro dessa faixa estão o Istmo de Suez, a Palestina e a Síria, a Mesopotâmia, a maior parte da Pérsia e do Afeganistão – com as grandes cordilheiras que marcam esses dois países e a Armênia –, o Pamir, as enormes elevações do Tibete e uma grande parte do vale do Yang-tse-kiang, com as mil milhas mais baixas e mais importantes do curso desse rio.

Nessa faixa também estão as cidades de Aleppo, Mosul e Bagdá, de Teerã e Ispahan de Merv e Herat, Cabul e Kandahar e, no extremo leste da China, Pequim, Xangai, Nanquim e Han-kow. Nenhuma delas está no território de um Estado cuja estabilidade possa permanecer com segurança por meio de sua própria força,

ou mesmo pela certeza da não interferência de vizinhos ambiciosos. A Cordilheira do Himalaia é exterior à zona indicada, mas apenas um pouco ao sul. Embora o Japão esteja localizado fora do continente, é interessante notar que a maior parte de seu território e o centro de seu poder também estão dentro do cinturão, e se estendem quase através dele, de norte a sul.

Em termos gerais e não exclusivos, a região dentro dessa linha é discutível e é local de choques. Ao norte e ao sul do continente, também de forma generalizada, as condições políticas são relativamente determinadas, mas de maneira alguma são absolutamente fixas. Ao longo das fronteiras norte e sul, onde os impulsos exteriores se colidem, existem incertezas e preocupações, ataques e defesas, ainda não militares, e sim políticas. Ainda assim, seja qual for a sua forma, esses impulsos são, na realidade, conflitantes, senão litigiosos. A divisão da Ásia é leste e ocidental; o movimento é norte e sul. É o caráter desse movimento e do seu provável futuro, como indicado pelas forças relativas e pelas linhas que na física são chamadas daquelas de menor resistência, que somos convidados a estudar; pois é garantido que, diante da importância da questão e da circunstância de equilíbrio em outros locais, o movimento continuará até que um acordo seja alcançado, ou pela satisfação de todos ou pela supremacia definitiva de alguns dos contestadores. Por experiência, mas também por lógica, o equilíbrio pode basear-se tanto no sobrepeso decisivo, como em um equilíbrio de forças – outra verdade paradoxal.

Pode-se observar, por uma análise rápida de um mapa, que a linha divisória da área de condição política incerta coincide com essa faixa norte-sul. A origem e o destino do movimento norte-sul é assunto examinado recentemente na disciplina de história e é, hoje, familiar a todos os leitores de notícias. A familiaridade dos termos Turquestão, Khiva, Merv, Herat, Kandahar, Kabul confirma o fato; assim como Manchúria e Port Arthur. Consequentemente, tanto na metade ocidental quanto no extremo leste, observa-se a mesma



---

tendência, demonstrada de forma ainda mais ampla pelo recurso à história, porém um pouco mais remota. De fato, ela não condiz com a exatidão do projeto de traçar uma linha de separação do norte e do sul; de contemplar a Ásia oriental à parte da ocidental; de dissociar praticamente as condições e os incidentes de uma região em relação à outra. Ambas são partes vivas de um problema maior, para o qual também contribuem com elementos complicadores. As relações de uma com a outra e com o todo devem, portanto, ser consideradas.

Ao aceitar provisoriamente a divisão da faixa oriental e ocidental como um primeiro passo no processo de análise, podemos considerar de forma vantajosa a natureza e a distribuição das forças cujos impulsos para o norte e para o sul constituem os fatores primários no processo de mudança já iniciado e que ainda está em progresso. Ao analisar o mapa, um enorme fato imediatamente chama a atenção – a massa vasta e ininterrupta do Império Russo, que se estende territorialmente e de forma ininterrupta desde o meridiano do oeste da Ásia Menor até o leste além do Japão. Nessa enorme distância, não há empecilhos políticos para impedir a ação concentrada do poder disponível. Dentro do domínio da Rússia, apenas as próprias distâncias e os obstáculos – inquestionavelmente grandes e múltiplos – impostos por condições naturais estabelecem restrições à plenitude de movimento. A esse elemento de poder – posição central – deve-se acrescentar o contorno cuneiforme de sua projeção territorial na Ásia Central, que é fortemente apoiada em um flanco pelas montanhas do Cáucaso e do interior do Mar Cáspio – totalmente sob seu controle – e por outro pelas faixas que se estendem do nordeste do Afeganistão ao longo da fronteira ocidental da China. Não há, ainda, nenhum grave risco a temer desta última.

A sua expansão até os dias atuais foi realizada em grande parte em uma geração, de modo que a ponta da cunha está agora inserida entre o Afeganistão e a Pérsia. Isso deve ser visto em

conexão com a facilidade relativa e tentadora de se progredir para mais distante através da Pérsia até o Golfo Pérsico, como movimento análogo, no outro lado do continente, a onde longos passos foram dados pela Manchúria até Port Arthur e o Golfo de Pe-chi-li. Assim, tanto no extremo leste quanto no extremo oeste, encontramos a mesma característica de força implacável, com manifestações remitentes ao invés de intermitentes. Em obediência ao direito natural e ao instinto racial, a Rússia está desenvolvendo-se geograficamente para o sul da Ásia por ambos os flancos, seu centro coberto pelas montanhas do Afeganistão e pelos desertos ao leste do Turquestão e da Mongólia. Não é possível, mesmo que se quisesse, interferir na ação interna e no apoio mútuo das diversas seções dessa ampla linha, cuja extensão nas condições físicas e políticas não é um elemento de fraqueza. O centro russo não pode ser destruído; é, portanto, sobre e a partir dos flancos dessa grande linha que a contenção, se necessária, deve ocorrer. Essa deve ser a ação daqueles que, sem animosidade com a Rússia e sem invejar sua prosperidade, no entanto, pensam que a predominância indevida é uma condição irracional em qualquer corpo político – tanto na comunidade das nações como dentro delas. Na federação do mundo, se isso acontecer, a política salutar precisará de uma oposição dos partidos, formulada certamente de acordo com linhas nacionais ou raciais.

Como norte e sul são logicamente opostos, pode-se supor que a oposição a esse movimento da Rússia a partir do norte encontraria sua máxima expressão ao sul do amplo cinturão de separação, entre os paralelos trigésimo e quadragésimo. Em certa medida, isso ocorre, mas de forma bem particular, não apenas em grau, mas em tipo. À medida que a história progride, com plano e propósito cada vez mais evidentes, a grande península central do sul da Ásia, que também se projeta em forma de cunha no extremo norte da questionada zona central, tem estado sob o controle de um povo cujo núcleo do poder está muito afastado do local, de

---

forma que a concentração característica de território da posição geográfica da Rússia apresenta uma extrema dispersão racial e militar. A Índia, portanto, não é para a Grã-Bretanha a principal base de operações, políticas e militares – pois a ação militar é apenas uma forma especializada de política. Ela é simplesmente uma das muitas bases contingentes – secundárias – em diferentes partes do mundo, cuja ação é suscetível de unificação apenas por meio de uma potência marítima suprema. De todas essas bases, a Índia é a que melhor se adequa, por proximidade e conformação, tanto para exercer influência na Ásia Central quanto para realizar operações em qualquer das extremidades da longa linha fronteira sobre a qual se estende a frente russa. Protegidos na parte terrestre e no centro pelas montanhas do Afeganistão e do Himalaia, seus flancos, localizados na retaguarda, são inacessíveis enquanto a marinha continuar a ser dominante. Eles também constituem as fronteiras a partir das quais, no futuro assim como no passado, as expedições podem começar de forma reanimada e definitiva para o Egito de um lado, e para a China do outro; e é desnecessário acrescentar que podem ir para qualquer destino menos distante ou para qualquer direção.

Intrinsecamente, a Índia não possui apenas o valor de base para a Grã-Bretanha. A posição central que ela detém relativamente à China e ao Egito também é obtida em relação à Austrália e ao Cabo da Boa Esperança, de forma que é importante seu apoio a qualquer colônia na região, podendo esse auxílio ser compreendido dentro da política geral de uma Federação Imperial. Mesmo em suas relações imediatas com os problemas asiáticos, no entanto, a Índia não fica sem apoio. A aquisição da Birmânia, por terra e no centro, dá uma extensão contínua da fronteira a leste que muda a faixa do Himalaia, ao abrir o acesso político ou pacífico para exercer influência ou para fazer comércio em direção ao vale superior do Yang-tse-kiang e às províncias ocidentais da China

propriamente dita. Por mar, os Estabelecimentos dos Estreitos<sup>125</sup> e Hong Kong de um lado, Aden e Egito do outro, assim como as posições terrestres, facilitam as iniciativas marítimas para o leste ou para o oeste, conduzidas em direção ampla para os flancos da zona de separação, ou para operações nas frentes de oposição que marcam a implantação das potências norte e sul, que hoje estão mais fortemente estabelecidas em território asiático.

De forma resumida, os desenvolvimentos territoriais britânicos e russos na Ásia constituem as bases locais das quais não depende apenas o movimento pacífico ou bélico, caso ocorra, mas o impulso à ação defensiva ou ofensiva sentida por qualquer nação. Se eles não estivessem onde estão, muito do que hoje atrai sua atenção passaria despercebido; mas, estando lá, surgem oportunidades e perigos externos das posições que nenhum Estado deveria e nem poderia negligenciar. Torna-se, portanto, necessário considerar e resumir quais são esses perigos e oportunidades, porque eles constituem os interesses externos, que, no campo político, correspondem aos objetivos estratégicos na Arte da Guerra.

A primeira lei dos Estados e a dos homens é a autopreservação – termo que não pode ser limitado à mera posse de um ciclo fixo de existência. O crescimento é uma propriedade da vida saudável, o que não significa, é verdade, necessariamente o aumento do tamanho das nações, mais do que para os indivíduos, com os quais o desenvolvimento corporal, e ainda mais mental, progride muito depois que a estatura atingiu seu limite; mas envolve o direito de assegurar por meios justos e contribuir para o progresso nacional, e correlativamente para combater ações prejudiciais tomadas por uma autoridade externa, se esta última ultrapassar sua própria esfera legal. Quando uma diferença entre dois Estados puder ser levada ao teste de direito, tal fato ocasionará forte presunção a favor da submissão; mas, quando se tratar

---

125 N. T.: Território hoje correspondente à Malásia.

---

apenas de prerrogativa não qualificada por lei ou por prescrição, a questão é, portanto, de conveniência, considerada à luz da legítima autopreservação. Isso inclui o direito de crescimento, comum a ambos, que não é legal, mas natural, e conseqüentemente menos suscetível de uma definição precisa. É um grande ganho, não só para as partes envolvidas, mas para a humanidade em geral, quando neste contexto cada um considera imparcialmente as reivindicações de um oponente, bem como o seu, e busca encontrar um equilíbrio justo por concessão mútua ou arbitragem imparcial; mas ainda é verdade que em tal transação os governos – e até mesmo as nações – não são os mandantes, e sim os agentes, sendo responsáveis por aquilo que não é seu, porém são responsáveis pela confiança depositada neles por sua geração e por aquelas que a seguirão. Portanto, a renúncia e o recurso à arbitragem são condicionados pelo elemento de tutela, e não podem ser admitidos nesse espírito de simples autossacrifício tão admirável no indivíduo que lida com o que é totalmente seu.

Por essa razão, não basta direcionar a atenção para a segurança na posse territorial das duas partes que atualmente são os principais expoentes dos impulsos de contenção na Ásia. Deve-se considerar também a necessidade e o direito de crescer, já que estes podem ser afetados tanto por suas próprias tendências opostas quanto por condições agora existentes na própria Ásia e localizadas em sua maior parte no cinturão de separação da referida região. Nem pode a questão ser limitada aos dois disputantes mais proeminentes. O direito de crescer, do mundo em geral, e de outros Estados em particular, está relacionado, nesses problemas asiáticos, com o desenvolvimento e a utilização dessa vasta região, há tanto tempo isolada de uma participação na ordem geral.

O crescimento depende de dois fatores correlativos; do vigor da organização interna – que dá poder de assimilação – e da liberdade de intercâmbio com fontes externas de apoio. Na família

dos Estados civilizados, o primeiro fator refere-se exclusivamente à preocupação da própria nação; a intervenção externa na ordem interna de uma comunidade é geralmente considerada permissível apenas quando o seu estágio de desenvolvimento político corresponde ao da infância ou da decadência. De fato, é natural e adequado o assunto ser classificado como doméstico quando, de forma excepcional e acidental, houver apenas interferência de fora. É muito diferente com a liberdade de intercâmbio; por isso, a depender das condições externas ao país, infere-se necessariamente a aquiescência externa, tanto dos povos com quem o intercâmbio foi feito quanto daqueles cujos interesses estão envolvidos nos canais de comunicação.

Portanto, os métodos da tutela britânica ou russa estão fora de uma discussão como esta, exceto na medida em que indiquem o efeito provável da extensão desses métodos ao território desejado, mas ainda não obtido. Essa é, de fato, uma das considerações mais importantes e não pode deixar de ser analisada na determinação das políticas. A tendência ubíqua para a expansão territorial, característica tão marcante nos Estados europeus do período, resulta em uma redução correspondente do solo livre igualmente para todos; e, conforme isso se estreita, não pode deixar de haver uma preocupação crescente em cada movimento que carregue uma ameaça de controle exclusivo, seja por aquisição ou por influência predominante, especialmente se esta última depender não de uma luta comercial justa em mercados abertos, mas do elemento divergente da força militar ou política.

Quaisquer que sejam, portanto, as possibilidades comerciais envolvidas na aplicação de métodos modernos para o desenvolvimento dos países e dos povos que se encontram entre as zonas do poder britânico e russo na Ásia, haverá um interesse comum a todas as nações que buscam o comércio – por meio do intercâmbio – para promover o seu próprio crescimento

---

nacional e saudável: cada uma desejará ter as mesmas chances no território, livres da influência inimiga de uma potência estrangeira, baseando-se não na competição justa, e sim na força exercida por ato aberto ou por pressão secreta. Nada é mais temido, nem será mais ressentido – mais causador de disputa – do que tal interposição. Em última análise, a questão ainda é essencialmente militar. Será necessário tempo, muito tempo, para o processo de desenvolvimento; mas já está em curso o movimento pelo qual a vantagem para o exercício de controle será alcançada pela aquisição de novas posições e pela consolidação do poder tanto em seus respectivos territórios como nos ocupados.

O que acabamos de dizer se aplica a todo o cinturão que fica, aproximadamente, entre o trigésimo e o quadragésimo paralelos, e não apenas à China, embora esta última, por meio de sua enorme área e população e de sua aparente impotência, tenha recebido naturalmente mais atenção. Por enquanto, a questão também é bastante independente dos resultados agregados do desenvolvimento, e não é impossível ficar muito aquém das esperanças otimistas de comércio sugeridas pelas meras palavras “400 milhões de pessoas”. Esses resultados, estando tão no futuro a ponto de desafiar a previsão exata, afetam a questão tanto quanto uma quantidade variável afeta um problema matemático – isto é, de forma nenhuma, no que diz respeito ao processo de investigação, o resultado é mostrado apenas quando valores diferentes são atribuídos a ele na expressão final. Seja essa quantidade variável – o resultado do desenvolvimento – grande ou pequena, suas possibilidades são grandes e, como tal, devem ser levadas em conta ao se discutir o problema político de eliminar a chance de qualquer usufruto exclusivo ou indevidamente preponderante.

Por isso, ao se considerar a zona central da Ásia como uma fonte onde as nações do mundo podem revigorar sua própria vida e a dos asiáticos, seja por troca ou benefício mútuo, parece

bastante justo e razoável descartar todas as tentativas de estimar detalhadamente o quão abundante essa fonte pode vir a ser. Mesmo que a utilização se limite ao trabalho e ao capital empregados no desenvolvimento das comunicações internas, o efeito mútuo será grande o suficiente para merecer consideração. O que mais o futuro nos trará é indiferente para a análise a ser realizada sobre o presente. O problema, na solução final de que incorpore todos os fatores – poder militar e naval, posições militares e navais, comunicações externas e internas, operações e benefícios comerciais –, é menos um de proporção do que de escala; e a escala dependerá do valor da quantidade desconhecida e variável, a riqueza potencial dos países em questão, quando terão se tornado membros inteiramente desenvolvidos do corpo internacional.

A contribuição direta e indireta que essas regiões podem finalmente fazer para a prosperidade geral do mundo é o que agora está atraindo a atenção das nações. O objetivo delas em controlar ou compartilhar essas áreas corresponde ao objetivo estratégico das operações militares. Ao aceitar provisoriamente a conclusão quanto ao seu atual valor indeterminado, temos de considerar a questão das abordagens externas, que por sua vez respondem aos fluxos que tanto contribuem na política de guerra. Os fluxos de transporte totalmente internos enquadram-se na categoria de desenvolvimento comercial, exceto onde podem formar seções de uma grande linha internacional.

Será evidente de imediato que as comunicações – abordagens externas – são de dois tipos principais – por mar e por terra. Nessas categorias de divisão, evocam as diferenças essenciais entre as duas potências europeias que se estabeleceram de forma bem-sucedida em solo asiático. Esses fatos simultâneos sugerem, o que se tornará cada vez mais evidente, que temos um novo exemplo da luta multiforme entre o poder terrestre e o poder marítimo. Por conseguinte, não é improvável que o reconhecimento e a constante lembrança dessa



disputa perene possam servir melhor do que qualquer outro indício para nos guiar através deste complexo questionamento, e para chegar a um acordo entre os dois antagonistas que possa ser mantido de forma mais segura e apropriada. Tal acordo seria aquele em que os respectivos blocos de poder, quaisquer que fossem seus componentes em ambos os lados, deveriam se aproximar da equidade, em quantidade e distribuição, ao mesmo tempo em que as causas de atrito deveriam ser minimizadas. Se essas duas condições – a de menor atrito e a de equidade de poder – forem asseguradas, resultará delas uma menor tendência à violação da paz.

As linhas de comunicação por mar, quaisquer que sejam seu ponto de partida e curso, estendem-se até onde os navios conseguem flutuar e navegar. Elas existem até hoje independentemente do poder do homem, que não determina sua existência, mas o uso delas. Elas excedem, em abundância e de forma irreparável, as maiores possibilidades de viagens terrestres. Isso se deve, em parte, aos principais obstáculos decorrentes das mudanças impostas pelo solo em suas condições mais favoráveis, e em parte às despesas indevidas incorridas, pelos mesmos motivos, na tentativa de ampliar a extensão ou multiplicar as rotas para disputar com a expansão das vias aquáticas. Assim como em uma rodovia, uma ferrovia concorre em vão com um rio – a velocidade maior não consegue compensar o deslocamento menor. Por ser mais fácil e abundante, a via aquática é muito mais barata para distâncias iguais; e, por ser mais barata, é melhor aproveitada em geral. Essas distinções não são acidentais ou temporárias; elas são da natureza das coisas e permanentes. Exceto onde não há nenhuma ligação por via aquática, ou quando a distância é maior pela água em comparação àquela pela terra, contrabalança as vantagens intrínsecas da primeira, podendo gerar concorrência em razão do baixo custo e da generalidade do uso. É necessário insistir nesses fatos; devido à velocidade muito maior da ferrovia, tem-se uma impressão muito diferente à mente comum, propensa a se esquecer das limitações de capacidade. O tráfego, ou

a troca de mercadorias, depende do resultado agregado não apenas da velocidade, mas da quantidade que pode ser entregue de forma constante em longos períodos de tempo.

Essas vantagens inerentes às comunicações hídricas provavelmente garantirão a sua hegemonia na exploração do desenvolvimento das regiões em questão. No entanto, como já foi observado antes, a existência de comunicações marítimas é uma coisa; o uso delas é outra. O uso depende do poder, e esse poder manifesta-se de duas formas, isto é, pela simples força naval sobre o oceano e por uma combinação – ou talvez pelo conflito – das forças naval e militar, onde o oceano toca ou penetra a terra. Lá, onde essas forças se encontram, o choque em decorrência do poder militar, que ampara o poder político, é claramente acentuado, forçando-se assim a determinação do equilíbrio. Tal determinação local, no entanto, não afeta apenas a região em que ocorre. A natureza, a extensão e a resolução do controle territorial, estabelecidas pelo poder marítimo, constituem um centro de influência política equivalente a uma base de operações militares, a partir da qual os efeitos são irradiados para alcançar áreas mais afastadas do mar e exercer uma força proporcional em dispersão e em grau, de forma semelhante à força emitida próxima à base de onde eles emanam.

Assim, o poder terrestre é modificado pela proximidade do mar; e, conforme o oceano toca a terra, essa circunstância condiciona o poder marítimo, que não representa mais um fator único, tornando-se então uma resultante que depende da natureza da resistência diferenciada oriunda de forças opostas. Isso se verifica, em diferentes fases e graus, nas entradas de portos e rios navegáveis; na ascensão deste último; na influência estratégica das ilhas e dos litorais; em estreitos como o de Gibraltar, ou canais como o de Suez. Em todos esses casos, a interferência do poder terrestre sobre o mar é evidente. Esse fato pode ser visto também, de forma mais extrema, no local onde um percurso marítimo

---

internacional é interrompido pelo trânsito terrestre, como no Istmo do Panamá – o tráfego entre duas correntes internas – ou de uma interrupção facilmente causada a partir da proximidade da terra. Essa responsabilidade é naturalmente maior com as rotas de água artificiais, das quais o Canal de Suez é o exemplo atual mais conspícuo; também poderia ser dado outro exemplo, como no caso de uma ferrovia do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico, que sem dúvida será uma característica do desenvolvimento futuro da Ásia.

Considerando-se as respectivas prerrogativas da terra e do mar, quanto aos canais de comunicação e sua influência mútua quando entram em contato, não resta dúvida de que, com a China, de maneira semelhante a outros países que fazem fronteira com o mar, ela será o meio mais vantajoso de promoção do comércio – o intercâmbio – por meio do qual as nações potentes e ativas sustentam e desenvolvem suas forças pelo contato com fontes externas que, em troca, não se esgotam, mas se renovam. Essa tendência geral receberá impulso e força especiais do rio Yang-tse-kiang, que, sendo navegável por navios a vapor a mil milhas de sua foz, estende hoje o acesso do mar ao coração desse grande vale da China. E, da mesma forma que acontece com o país que possui o litoral, o mesmo acontece com aqueles cujo acesso se dá através dele e pelo mar. Portanto, a maior facilidade e a maior abundância do fluxo de tráfego resultam em aumento proporcional da prosperidade – a aquisição de riquezas – que é a expressão concreta do benefício mútuo. Quanto maior o benefício, maior o interesse – interesse na manutenção e promoção de condições mais favoráveis; isto é, aqueles que estão obtendo o maior bem pela troca – por meio do comércio – estarão mais desejosos em continuar e desenvolvê-la, e, como o comércio prospera com paz e sofre com a guerra, infere-se que a paz é o interesse superior daqueles países que se aproximam por meio do mar. Na verdade, é pouco original reiterar que o interesse comercial de um Estado seja a paz. Esses países precisarão, de fato, fortalecer sua política de paz para ter sucesso ao recorrer à guerra, se necessário; mas, localmente,

a preparação militar que eles possam vir a ter será essencialmente defensiva, não agressiva. Isso também se deve a outra causa; pois, embora tenham o maior interesse e o controle mais forte – que, de fato, é quase pleno – sobre as comunicações marítimas, seu poder de controle territorial não pode superar diretamente o de um Estado cujas fronteiras são adjacentes à região em disputa. É essa capacidade limitada das marinhas de estender a força coercitiva para o interior que as confiou à mais alta inteligência política, como um instrumento militar poderoso para a defesa, mas não apresentando nenhuma ameaça às liberdades de um povo.

A distribuição do domínio russo e a concentração de sua massa, conforme aludido previamente, combinadas com a sua localização irremediavelmente afastada de um mar aberto, tornam inevitável a sua dependência de rotas terrestres para a maior parte de suas relações com a tão debatida região da Ásia. As condições naturais são extremamente adversas, sendo difícil estabelecer uma ação política que possa modificá-las de forma eficaz. Isso significa dizer que, onde quer que a Rússia hoje alcance o mar, ou possa em breve alcançá-lo, os pontos são tão distantes do coração de seu território que o acesso a eles deve, afinal, ser feito principalmente por terra. Portanto, o benefício do comércio marítimo estender-se-á de sua região costeira apenas a uma distância relativamente curta à extensão do império; as localidades imediatamente beneficiadas são, de forma comparativa, pequenas e inadequadas às formas de desenvolvimento que o comércio marítimo promove. Elas possuem a desvantagem adicional de estarem localizadas sobre mares fechados, portanto são sujeitas ao bloqueio definitivo por um poder hostil – terrestre ou marítimo, a depender do caso. Basta olhar para os Dardanelos e os acessos ao Báltico para confirmar a força dessa observação.

A partir dessas considerações, conclui-se que, se as vantagens comparativas e as consequências do tráfego terrestre e

---

hídrico forem como as descritas acima, a Rússia está em uma posição desfavorável em relação ao acúmulo de riqueza; que é apenas outra maneira de dizer que ela é deficiente em recursos para proporcionar o bem-estar de seu povo, do qual a riqueza é ao mesmo tempo o instrumento e o expoente. Sendo assim, é natural e oportuno que ela esteja insatisfeita, e a insatisfação pode se transformar rapidamente em agressão – a palavra mais temida entre aqueles de nós que não gostam de qualquer movimento de expansão nas nações. Sua tendência deve ser necessariamente de avanço, e é já suficientemente pronunciada para ser sugestiva de seus objetivos finais. Seria uma especulação curiosa considerar até que ponto os projetos sistemáticos de expansão muitas vezes atribuídos à Rússia, como os rumores da vontade de Pedro, o Grande, simplesmente refletem a consciência universal de suas necessidades evidentes e conseqüente inquietação. Esse é possivelmente um dos elementos mais singulares do horóscopo da Ásia, e pode ser declarado assim: apenas partes do território russo e as regiões pequenas e não influentes, se comparadas ao todo, desfrutam dos benefícios do comércio marítimo. O interesse da Rússia é, portanto, não apenas chegar ao mar em mais pontos e de forma mais independente, como também adquirir, por posse ou pelo controle, o usufruto de outras regiões marítimas extensas, cujo retorno resulte em prosperidade geral para todo o império. Deve-se acrescentar a essa declaração a consideração das peculiaridades da administração interna russa e da política geral, que, após a anexação, tendem à exclusão substancial de outros Estados que há muito desfrutaram antes da ocupação russa.

É um erro, um erro deplorável, ao reconhecer situações de interesses conflitantes, como a mencionada, ver nelas apenas motivos para oposição e hostilidade. Os Estados mais afortunados em decorrência da extensão de sua região costeira e das condições físicas que facilitam a circulação do comércio devem pelo menos candura, se não simpatia, às restrições enfrentadas pela Rússia com

sua estreita frente marítima, com seu vasto e difícil interior e com um clima extremamente rigoroso.

No entanto, enquanto tal atitude puder ser observada e mantida, permanece a responsabilidade com o seu próprio povo; concomitante a isso, deve-se dominar as obrigações morais para as populações e para os governos ainda mais interessados – os da zona contestada – nas mudanças que parecem iminentes. Não estamos na presença de um simples problema, facilmente decidido pela simples referência aos direitos adquiridos – naturais, prescritivos ou legais – ou aos princípios consagrados de uma sociedade altamente desenvolvida. Enfrentamos a dissolução iminente de um ou mais organismos, ou com uma readequação de suas partes cujos resultados, se vierem a acontecer, serão sólidos e duráveis na mesma proporção que a existência e a força dos fatores naturais são reconhecidas com exatidão, ou então alcançar um equilíbrio por meio de uma livre autoafirmação, permitindo que cada um encontre seu lugar apropriado por meio de seleção natural. No entanto, tal esforço, como está implícito na expressão “seleção natural”, envolve conflito e sofrimento evitáveis, pelo menos em parte, por meio do processo racional de se avaliar as forças em ação e aproximar-se do ajuste natural pelos métodos artificiais de conselho e acordo, que parecem um pouco mais adequados aos dias atuais.

## Efeitos das condições asiáticas sobre a política internacional<sup>126</sup>

Alfred Thayer Mahan

Durante o verão passado<sup>127</sup>, um insulto e um perigo de calamidade comuns forçaram as nações da Europa civilizada a reconhecerem a solidariedade no seu interesse em relação à Ásia, na medida em que esse continente permanece preso ao seu imemorial conservadorismo, antagônico aos padrões de conduta que nós atingimos por intermédio de um processo de longa duração, que ainda está em continuidade.

Enquanto a urgência das presentes condições na China<sup>128</sup>, na qual todas as grandes nações europeias, os EUA e o Japão têm igual preocupação, é evidente e baliza a ação das potências para um fim comum, senão para uma ação concertada, é suficientemente claro que só superficialmente pode parecer haver qualquer ruptura, exceto temporariamente, das políticas até agora perseguidas por

---

126 Escola de Assuntos Internacionais Jindal, O. P. Jindal Global University, Índia.

127 N. T.: O autor se refere ao verão de 1900 e a acontecimentos históricos ocorridos no contexto da chamada “Guerra dos Boxers”.

128 Essas palavras foram escritas inicialmente na primeira quinzena de março, mas elas permanecem pertinentes ao escopo geral do artigo.

cada Estado. Nas condições substanciais e determinantes, não houve mudança. O ultraje de Pequim e a tragédia dos missionários cristãos na China são meramente uma surpreendente ilustração das possibilidades que, como se sabia, espreitavam sob a superfície; mais certamente porque, como regra, o oriental, seja nação ou indivíduo, não muda. O que ocorreu esse ano no Oriente, exceto pelo temor de que se exerça um poder de repressão, é tão provável de acontecer novamente agora quanto há mil anos, porque o Oriente não evolui.

Apesar dos eventos recentes na China e, portanto, o consequente efeito momentâneo sobre as ações nacionais, não há mudança nas considerações que controlam as políticas nacionais; porque estas residem essencialmente em condições permanentes, predominantemente externas à China e proporcionais à dimensão do globo de Leste a Oeste.

Por um momento, um erro e um perigo comuns impuseram à honra das nações uma obrigação de ação leal e concertada para punir – não vingar – o crime e exigir a garantia de que o fato não se repetiria futuramente; e, para tal garantia futura, nada se equipara a uma punição condizente pelo passado – uma percepção clara, por experiência, dos dissabores provenientes de eventuais ofensas repetidas. Enquanto tal ação está em curso, cabe às nações – assim como caberia a cavalheiros honrados e a cidadãos conscientes – colocarem em segundo plano suas diferenças políticas e cessarem as competições de interesses até que o objetivo comum almejado seja alcançado pelo cumprimento da justa reparação. Mas, quando isso tiver sido feito, não será mais necessário que fechem os olhos aos fatos e condições que não deixaram de existir e que somente foram temporariamente eclipsados por circunstâncias de interesse mais imediato. Pode ser útil, todavia, não dispensar o passado recente de consideração sem primeiro observar que ele forçosamente ensinou que a rivalidade mútua – o conflito de interesse –, ainda



---

que uma parte da verdade, é apenas uma parte; assim, com relação à Ásia e suas presentes condições, a Europa aprendeu que tem uma convergência de interesses assim como divergências. Essa convergência de interesses pode ser definida como a necessidade de se trazer os povos asiáticos à esfera dos Estados cristãos; não por grilhões ou bandagens impostos de fora, mas pela regeneração de dentro. Esse princípio, em apreciação intelectual e observação prática, é perfeitamente compatível com a salvaguarda diligente de interesses nacionais individuais por precauções de qualquer tipo. Tal princípio olha e trabalha em direção a um distante futuro, em que vislumbra uma meta, uma diretiva de um curso geral que, por enquanto, tem sido continuamente acomodada às exigências de cada dia que passa.

Não é exagerado afirmar que o governo dos Estados Unidos da América, representando a soberania nacional que, pelo nosso sistema, reside numa grande comunidade de cidadãos individuais, não apenas reconheceu, mas o fez em termos expressos, duas ideias complementares e superficialmente contraditórias: a obrigação de assegurar seus próprios direitos e de proteger seus interesses contra os recém-chegados, bem como, coincidentemente a tais ideias, o respeito não somente ao governo da China, mas à individualidade nacional. É perfeitamente consistente com tal visão de dever auxiliar tanto o governo quanto o povo a renovarem a vida nacional; não pela interferência frenética de nossa parte, mas por generosa simpatia, suplementada somente, de acordo com a necessidade, pela ajuda ativa. E essa declaração do nosso governo é muito mais significativa, porque, ainda que inquestionavelmente fruto de ocorrências recentes, expressa, como seu motivo principal, o propósito da não ingerência, garantido pelo histórico assentimento geral do nosso povo; a que ela adiciona, como forma de qualificação, definições de novos deveres como consequência de novas condições que recentemente surgiram. Nisso encontram-se combinados, guardando estreita relação e na proporção devida,

tanto o idealismo da estadística racional, que olha para frente e para além, quanto a capacidade prática que se adapta prontamente às exigências do momento; modificando sua ação por elas, como um marinheiro põe o leme para baixo e segue o encaço quando um novo cardume aparece à frente, retomando seu percurso original no momento em que vê que a água, na direção do percurso que ele pretendia seguir, voltou a ficar límpida.

Mas, enquanto tudo isso é verdade e é do mais encorajador presságio para um futuro que ele testemunhe a nossa liderança no passado, cabe a nós, das massas, que em última análise confirmamos ou rejeitamos e, portanto, controlamos a ação daqueles investidos de autoridade, direcionarmos de forma particular nosso olhar para a coincidência e a sequência de eventos em anos importantes recentes, para que possamos, estudando os sinais dos tempos, compreender melhor as oportunidades que tais sinais apresentam e as obrigações que, por consequência, são impostas. Isso nós devemos não somente a nós mesmos, mas à posteridade, com a qual nós temos uma relação de guardiães. Nossos líderes, quando a ação chama, não podem exceder muito as vontades reconhecidas do povo; e, se têm de estar sintonizados com o momento, devem ser sensíveis e não meramente compreender, mas enxergar tudo numa perspectiva integrada e estimar as tendências pelos sinais dos tempos. Há um processo: a observação de fatos e a dedução racional a partir deles, – os dados e as conclusões extraídas, que fixam as linhas gerais amplas da ação nacional. Estando estas determinadas e o apoio da nação assim estabelecido, os detalhes e a gestão cotidiana podem ficar a cargo do governo, que deve ser forte perante o mundo ao ter o respaldo de seus seguidores. O povo, que todos nós da massa somos, é frequentemente acusado de inconstância; no entanto, isso é assim não por causa de uma inerente inconsistência, mas porque, onde a ignorância existe, as condições facilmente assumem diferentes aparências, e os humores oscilam com as impressões efêmeras produzidas. O remédio para isso é compreensão sólida, obtida por esforço mental.

Quais são os fatos sumariamente delineados? No progresso geral de eventos, ocorreu que, no último ano do século, o comércio internacional – que implica, como principal incidente, a utilização do mar, o principal meio de comércio – tem se tornado o prêmio pelo qual os grandes Estados do mundo estão em competição. Alguns possivelmente nunca esperam ser líderes, mas todos ou esperam uma fatia maior do que atualmente têm ou ao menos preservar sua presente proporção. Isso inclui não somente a faculdade de produzir – uma questão principalmente interna –, mas também a capacidade de livremente comerciar com a maior parcela da população do globo que se puder alcançar. Em tal competição, a maioria dos Estados são, por uma questão política, relutantes em confiar totalmente no que nós poderíamos chamar, sem muita acurácia, de “forças naturais”. A competição, como disputada até o presente momento, ou as condições particulares das nações mais adiantadas – os Estados Unidos por exemplo, tão dotados com a matéria-prima da riqueza e energia para usá-la –, resultaram em uma vantagem que coloca os demais em posição inferior, se o assunto é deixado a causas puramente comerciais; essa superioridade pode ser relacionada à quantidade e à qualidade de produção, por exemplo, ou à maior habilidade de gerenciamento, seja em inteligência ou economia. Essa via intervencionista é mais sólida, mas requer mais tempo que os desejos impacientes concedem; por isso triunfou o desejo de adiantar a prosperidade expandindo o controle territorial, reservando para si próprio as preferências comerciais nas regiões dominadas. Esse resultado pode ser obtido tanto pela anexação direta quanto pela influência política preponderante. Ambos significam, em última análise, recurso à força bruta, exercida de fato ou potencial; e isso gera força de oposição, aversa a permitir que seu povo seja privado de tais meios. Destarte a competição vira conflito, instrumento que não é emulação comercial, mas poder militar – na terra ou no mar.

Na Europa e na América, a ocupação territorial é, de forma geral, até onde interessa, politicamente fixa e garantida.

Qualquer mudança de fronteira ainda possível, se efetivada, não produziria nenhum resultado nas condições comerciais universais. A Australásia também está ocupada, e a dependência política das ilhas dos oceanos tem sido determinada por arranjos entre Estados civilizados, mais ou menos artificiais, mas internacionalmente definitivos. O grande continente da África, com exceções e sem consequências relativamente à sua área, está na mesma condição. Suas relações comerciais, portanto, serão prescritas por Estados cujos direitos estabelecidos de fazê-lo não serão contestados. Ademais, a respeito do comércio, a exiguidade e a interiorização de seus habitantes, como é até agora, fazem da África um campo de menor importância.

Resta, então, a Ásia. De norte a sul desse grande continente, encontramos também controle político razoavelmente estabelecido nas mãos de potências europeias; as principais sendo a Grã-Bretanha e a Rússia. Entre ambas, entretanto, há um amplo cinturão, mais ou menos definido pelos paralelos 30° e 40° de latitude norte, nos quais as possibilidades comerciais são muito grandes em decorrência dos recursos naturais e das dimensões demográficas, e a estabilidade institucional, apesar de longa prescrição, é incerta na incapacidade política ou na desordem racial. Sobre esses territórios, como é notório, as ambições ou apreensões dos Estados estrangeiros são fixas, já que as suas possibilidades de desenvolvimento e a incerteza do seu futuro estão necessariamente ligadas ao bem-estar de outros povos, tanto aqueles com os quais eles são fronteiros quanto aqueles com os quais fazem comércio.

Rússia e Grã-Bretanha, os principais atores, representam também os principais elementos em antagonismo. Eles não são, contudo, os únicos Estados interessados; apesar de ser oportuno que os americanos observem que, em maio passado<sup>129</sup>, logo antes dos recentes problemas atingirem seu clímax, o ministro russo em

---

129 N. T.: Maio de 1900.

Pequim disse ao representante britânico no local: “que só havia dois países com interesses sérios na China – Inglaterra e Rússia”<sup>130</sup>.

Esses dois Estados são, no entanto, na sua política e na natureza do seu poder, as principais forças naturais de oposição, sendo essencialmente uma marítima e a outra terrestre. As outras grandes nações da Europa, juntas com os Estados Unidos e o Japão, sendo exteriores ao continente, projetam-se necessariamente por meio do poder naval, no que diz respeito ao poderio militar no Extremo-Oriente. Isso as situa, portanto, junto à Grã-Bretanha nos seus propósitos gerais, ainda que de maneira nenhuma os coloque consequentemente em ação conjunta e tampouco em aliança formal. Estando localmente deficientes em matéria de poder terrestre, o desejo de todos esses Estados deve ser concretizar seus objetivos comerciais, não forçando a China, mas desenvolvendo nela a percepção de vantagem mútua, da qual o comércio e os ganhos dele advindos, ainda que os resultados não sejam os mais valiosos nem o mais benignos, são a expressão mais convincente. Na sequência, podemos esperar que sigam ideias morais e espirituais, que superam o bem-estar material no pensamento daqueles que acreditam que nem só de pão vive o homem e que só nisso pode ser encontrada a ditosa reparação da Ásia.

Até então, como deve haver disputa pela proeminência na Ásia, especificamente na China, os Estados interessados – com exceção da Rússia e da França –, por causa da sua aliança com a primeira, são necessariamente levados a se projetarem principalmente por meio do poder naval, no sentido mais lato da palavra. O grande campo para o exercício bem-sucedido dessa força é o curso e vale do rio Yangtzé, por razões facilmente evidentes. O curso de água penetra profundamente o interior do continente e, através de uma parte que controla o seu curso, o rio é diretamente acessível a

---

130 Meu itálico. A citação é do “The Times” de 30 de julho, mas extraída do periódico parlamentar “China, No. 3, 1900”.

grandes embarcações vindas do mar. O vale, na sua compreensão mais ampla, depende do rio para a sua ligação mais rápida com o mundo exterior e isso intervém nas relações entre o norte e o sul da China, seja na distribuição de mercadorias ou nas operações bélicas. A influência que se estabeleça nesse local possui conseqüentemente as vantagens da “posição interior” e, pelo rio, de comunicação aberta e constante com a sua base, o mar. Sua elevada importância comercial e um clima comparativamente ameno reforçam as vantagens das outras condições, e o todo constitui essa secção central, a leste e a oeste do Império e de longe a mais considerável de todas as possibilidades políticas. Por essas razões, o restante do mundo pode o mais pronta e convenientemente agir sobre a China nessa porção, e a própria China pode conseqüentemente distribuir os benefícios que ela receber mais ampla e equilibradamente pela sua área. A semente aqui plantada produzirá cem, em contraste com as trinta que produziria em outro lugar.

A expansão do comércio e o benefício resultante dele são, entretanto, apenas parte dos objetos de que necessita a Europa para pressionar a China atualmente. A abordagem e o contato próximo da civilização do Oriente e do Ocidente, bem como os efeitos mútuos resultantes, são assuntos que não podem mais ser ignorados ou adiados por nenhum argumento derivado da doutrina da não interferência, ou pelos direitos convencionais de um dito Estado independente de regular seus assuntos internos. Esses deixaram de ser próprios dele. O contato e a interação começaram; o processo não pode ser revertido nem paralisado. Tudo o que se pode fazer é tentar dirigi-lo, por condições tão determinantes que os elementos mais superiores de cada civilização possam agir tão livremente quanto os mais fortes e mais baixos motivos de lucros pecuniários, ainda que perfeitamente próprios. Na medida em que as nações têm insistido que deveríamos ser autorizados a vender e comprar, sem fingir que o súdito chinês deva ser compelido a comerciar conosco, deixando sua ação pessoal para os motivos de

---

ganho que operam com a humanidade; da mesma forma, deve-se insistir que as nossas ideias sejam toleradas e que exista liberdade para a troca de pensamento no território chinês com seus habitantes nativos, ainda que igualmente sem nenhuma coação sobre eles para escutar, e ainda menos aderir. Não há argumento convincente contra uma demanda que também não o seja contra a outra. Ao contrário, se a vantagem de uma China aberta ao comércio é grande para nós, o perigo para nós e para ela é maior no caso de uma China enriquecida e fortalecida pelas vantagens materiais que nós temos a oferecer, mas tendo seu uso por eles desprovido de controle por qualquer compreensão clara, muito menos ainda de qualquer aceitação completa, das forças mentais e morais que geraram e, em larga medida, governam nossa ação política e social. Nosso fracasso completo ao atinar que, na prática, nossos próprios princípios, em tais assuntos, não só não invalidam o mérito deles como não negam o fato de que nós obtemos benefícios até mesmo da conformação imperfeita a tais princípios. Nós indubitavelmente logramos menos coisas boas do que deveríamos e poderíamos, mas é pelo descuido com os nossos padrões; mas, à história, pode confiavelmente ser feito o apelo de que aqueles fiéis às ideias são o germen que tem funcionado efetivamente até agora.

Parece, então, que os principais objetos a serem mantidos em vista por nós no tratamento da questão chinesa são (1.) prevenção de controle político preponderante por um Estado externo ou grupo de Estados; e (2.) insistência sobre a porta aberta, em um sentido mais amplo do que o termo é comumente empregado; isto é, deve o ser não somente para o comércio, mas também para a entrada do pensamento europeu e de seus professores nos seus vários ramos, quando eles procuram admissão voluntariamente, e não como agentes de um governo estrangeiro. Não somente é a influência do pensador superior em valor verdadeiro ao mero comércio, mas há também o perigo real, à família europeia de nações, do desenvolvimento da China de uma força organizada da

qual foram excluídos os elementos corretivos e edificantes dos ideais superiores que, na Europa, influíram no controle sobre a mera força bruta. Racionalmente, partindo desse ponto de vista, há muito de absurdo nas manifestações de intolerância que se ergueram contra o esforço missionário, na medida em que é algo incompatível com o desenvolvimento e o progresso pacíficos. O cristianismo e o ensinamento cristão são fatores tão reais no equipamento mental e moral da civilização europeia quanto qualquer processo filosófico ou científico que contribuíram para construir o resultado geral. As opiniões divergem sobre a natureza e o grau de influência do cristianismo, em estimativas qualitativas e quantitativas, mas o fato de influenciar não pode ser negado. De um ponto de vista puramente político, o pensamento e o ensinamento cristãos têm o mesmo direito – não menos, se não mais – de serem admitidos na China quanto qualquer outra forma de atividade europeia, comercial ou intelectual. Igualmente, o fato de classes chinesas se ofenderem não constitui um argumento válido para a exclusão do cristianismo. A construção de uma ferrovia não é um ato essencialmente cristão, mas ofende um grande número de chineses, que são compelidos a aquiescer caso seu governo consinta, enquanto que o consentimento do governo chinês à entrada do esforço missionário não forçará nenhum chinês a escutar um pregador cristão. Todo passo à frente na marcha que abriu a China ao comércio foi conquistado pela pressão; a mais importante foi o resultado de guerra. O comércio tem ganhado seu caminho pela violência, concretizada ou temida; o pensamento secular e cristão pede somente liberdade de expressão.

Considerando a importância crítica do presente momento na história do mundo, admitindo que movimentos intelectuais e políticos, de longa gestação, estão atingindo um divisor de águas determinante de grandes temas do futuro, é essencial aos Estados Unidos que seus cidadãos individuais considerem seriamente, e consigo mesmos estabeleçam, a parte que cabe ao país atuar e a preparação necessária para esse papel. Há a preparação de propósito



e há a preparação de poder. Preparação de propósito é um processo mental e moral, resultando na convicção de certo e errado, seguida pela adoção consciente de um curso de ação – a formação de uma política –, geral no seu esboço, mas definido no seu objeto. Preparação de poder é um ato material e consiste em dois elementos correlacionados, a saber: (1.) provisão de força, na dimensão necessária; e (2.) redução de obrigação, de responsabilidade, concreta ou potencial, presente ou promissória, em direção e em quantidade, além do que é demandado pelas necessidades claras das condições políticas. Em suma, economia de esforço, porque isso conserva capacidades, é o correlato do processo de desenvolvimento, o qual cria ou aumenta essas mesmas capacidades.

Nossa política e nosso poder, portanto, são as duas linhas mestras na quais a consideração e a reflexão devem concentrar sua energia. Em relação à própria China, os recentes eventos surpreendentes extraíram do nosso governo uma declaração de propósitos e de princípios, sobre a qual se pode dizer com propriedade que representa a política percebida na nossa ação passada e que a corrobora para o presente e para o futuro. Nosso povo não tem de desenvolver uma política agora, mas decidir se aquela do passado justifica-se diante da sua consciência e se traduz os seus propósitos no presente. Essa política já existente, eu entendo, pode ser razoavelmente definida como a determinação em ter privilégios comerciais iguais e, além disso, como o respeito máximo à integridade do território chinês, bem como à individualidade do caráter dessa nação, em definir seu próprio governo e suas instituições políticas. Nós não nos imiscuímos nos seus assuntos nacionais até que eles se tornem internacionalmente intoleráveis.

Mas, na própria enunciação dessa política, somos confrontados com o fato de que ela é diversa daquela de outros Estados, como revelado pelos seus atos em ocasiões especiais e plausivelmente inferido do curso geral e da óbvia tendência deles.

Tal divergência não é sempre necessariamente causa de alarme, mas pede atenção; e isso deve ser levado em conta na preparação que precisamos fazer e na generosidade a ser mantida nos assuntos de relações exteriores de menor importância. Preocupações externas desnecessárias podem nos envergonhar muito, em caso de nossa política se desenvolver em oposição aos nossos interesses ou aos da civilização em geral.

Sumariamente, não podemos estar certos das vantagens comerciais conhecidas como “porta aberta”, a não ser que estejamos preparados para fazer a nossa parte em mantê-la aberta. Não podemos contar com o respeito ao território da China, a não ser que estejamos prontos a projetar nossa influência moral, mas, se necessário, nossa força bruta no conflito, para resistir a uma expropriação, da qual o resultado pode ser excluir o nosso comércio e neutralizar nossa influência. Nossa influência, acreditamos – e temos o direito de acreditar – é para o bem; é a influência de uma nação que respeita o direito dos povos de moldar seus próprios destinos, levando até mesmo ao exagero a sua crença na capacidade deles de fazê-lo. Porém, é inútil esperar influência nacional na China, a não ser que uma parcela significativa desse país reconheça não só a integridade do nosso propósito em relação a eles, mas também nossa evidente habilidade e intenção de apoiá-los contra demandas que ultrapassem limites razoáveis, tendo em vista não somente nossos próprios interesses imediatos, mas o interesse geral do mundo, do qual nós não podemos nos dissociar nesse assunto sem o mais extremo dano nacional. Tais limites podem ser de difícil definição precisa, antes de a ocasião surgir; mas que um princípio geral, satisfatório como guia em nossa ação geral e para o entendimento geral dos outros, pode ser afirmado é evidenciado pelo claro teor da recente declaração do nosso governo comunicada a capitais estrangeiras.

A missão a nós oferecida é grande, a urgência é imediata, e a preparação feita para nós, mais do que por nós, na aquisição

não desejada das Filipinas, é tão óbvia que encoraja até o menos pretensioso a nela ver a mão da Providência. Nossa autoridade máxima, ao mesmo tempo em que repreende o julgamento imprudente, também o faz com ao menos igual severidade para o fracasso em ler os sinais dos tempos. Isso, portanto, devemos buscar fazer. Nossa decisão é importante à vista das possibilidades envolvidas na aceitação ou na recusa, e da ampla gama de interesses e deveres a serem considerados e coordenados, contabilizando o custo de cada opção. Decisão significa a preparação de uma intenção; o custo contempla a preparação de um poder e tudo envolvido no seu exercício, tão longe quanto podemos antever. E, para participar da corrida diante de nós, na máxima exibição de força em pontos decisivos, é necessário deixar de lado todo peso desnecessário, bem longe da gente, até mesmo com algum sacrifício, possessões estimadas, preconceitos de longa data, que, se retidos, iriam futilmente disseminar a nossa força. O que chamam de “Olho Único” e Napoleão disse “exclusividade de propósito” é a condição necessária de ação efetiva.

Assumindo nossa resolução de manter nossos direitos comerciais e exercer influência na China, encorajando e apoiando ação local, ainda que não por qualquer assunção de autoridade ou aquisição de território, o vale do Yangtzé é claramente indicado como a cena central do nosso interesse geral; entretanto, podemos estar momentaneamente desviados, como nas ocorrências recentes em Pequim, em ação diferente de caráter e direção da nossa política permanente e usual. A porta aberta, tanto para o comércio quanto para a interação intelectual, deve ser nosso objetivo em todo lugar na China, mas pode ser levada a cabo mais facilmente e no vale encontra a mais certa fundação para impressão sobre outras partes, porque aí o poder naval pode mais solidamente estabelecer-se. O próprio fato de que barcos a vapor podem alcançar a distância de Hankou<sup>131</sup>, 600 milhas desde o mar, e dali pegar cargas, sem

---

131 N. T.: Antiga cidade chinesa que foi fundida com Wuchang e Hanyang, dando origem à atual cidade Wuhan.

mudar de volume, até qualquer dos grandes portos do mundo, mostra que, sem maior insistência, esse vale é um campo decisivo onde o comércio, o energizante da civilização material, pode agir com grande vantagem e também pode certamente receber o braço militar do poder naval, que, na dimensão de segurança da política mundial, é o principal amparo dos povos teutônicos. Isso será necessariamente, por algum tempo, o principal bastião do povo chinês na resistência à dominação estrangeira, distinta da legítima influência estrangeira.

Nossa atenção no Extremo-Oriente, assim localizada e concentrada, pela mesma razão que o esforço de cobrir uma dada área opera mais vantajosamente de um centro do que pela dispersão em pontos de uma circunferência, nos deixará entre as diversas potências, rivais em interesse, competidoras, com o perigo, incidente à competição, de degeneração ao antagonismo. O fato não nos chama a limitar nossa independência de ação pela aliança formal com alguém ou pela declarada oposição a alguma potência; mas isso demanda que nós livremos nossa mente da caricatura de independência, a qual recebe frequente expressão em palavras, provavelmente porque reflete a condição da nossa consciência popular. Cada homem e cada Estado são independentes até quando haja força para ir sozinho, não mais. Quando esse limite é atingido, se passos mais avançados precisam ser dados, a cooperação tem de ser aceita. Nesse caso, a única fundação certa para a harmonia de ação e continuidade de relações é encontrada em interesses e hábitos comuns de pensamento. Onde esses últimos são os tradicionais, com suas raízes profundamente no passado, é mais provável ter uma comunidade de ideias e identidade de ação em assuntos de certo e errado. De todas as nações que devemos encontrar no Oriente, a Grã-Bretanha é aquela com a qual temos de longe mais em comum na natureza, não na identidade, de nossos interesses na região e nos nossos padrões de direito e justiça. É indicado, portanto, cooperar; mas é um erro assumir que a cooperação, cujo ato é voluntário, necessita ou implica abnegação daquela responsabilidade moral,

---

envolvida em liberdade de escolha em cada momento, na retenção e observância de que é na solitude que a real independência de ação é preservada, e que um tratado – de uma aliança ou de uma arbitragem, se não condicionados – pode culpavelmente minar, porque promete um futuro incerto. Nessa área, reside a falácia de oratória muito popular em mais de um assunto.

Para garantir a porta aberta no sentido mais pleno, necessita-se do exercício do poder não apenas na China, mas sobre rotas marítimas de comunicação, especialmente sobre as mais curtas. Essa inevitável extensão de esforço mostra, de uma vez, a necessidade de cooperação entre Estados, ou divisão do trabalho, mutuamente, se tacitamente, reconhecida. No antagonismo político entre poder terrestre e poder marítimo agora existente, nenhuma das nações dependentes do último é competente para desenvolver e sustentar todo esse gigante esforço. Estreitado até os pontos decisivos, como todo controle deve ser na política assim como é na guerra, a tarefa ultrapassa a força de qualquer Estado.

Em última análise, as grandes rotas de comunicação com o Extremo-Oriente são duas: uma pela Europa e outra pela América. A primeira é por Suez, a última, pelo Pacífico; mas a presente distribuição da nossa riqueza nacional e a sua comunicação com a nossa costa marítima requerem, e indubitavelmente garantirão a abertura para a nossa vertente atlântica pelo caminho do istmo da América Central. Nesse caso, a rota americana de comunicações com a China pode ser corretamente dita como sendo pela Nicarágua ou pelo Panamá, assim como se diz que a rota europeia é por Suez; e, assim como o Mediterrâneo, Egito, Ásia Menor, o Mar Vermelho e Áden são pontos decisivos de controle de uma rota, o Mar do Caribe e as áreas continentais próximas do futuro canal, somadas ao Havaí e às Filipinas, fixam, por sua vez, os pontos decisivos da outra rota, cuja importância para nós faz disso nosso interesse especial.

Mas esse interesse especial não é tudo. Ele é também o nosso encargo do ponto de vista das relações internacionais, assim como da ótica do nosso dever com o presente e o futuro do nosso país. Eu não quero aqui afirmar uma obrigação de benevolência com outras nações fortes o bastante para tomarem conta de si próprias. Eu quero dizer, ao contrário, que, por causa dos grandes interesses em comum – com a Grã-Bretanha especialmente, ainda que não somente com ela –, no comércio com o Pacífico no futuro e na natureza do desenvolvimento da China, devemos receber e dar apoio aos britânicos e deveríamos nos envergonhar de dar menos do que recebemos, em proporção aos nossos meios e oportunidades.

Pelas condições, temos de ter uma força naval efetiva no Pacífico. Temos de similarmente ter uma força efetiva no Atlântico; não predominantemente para a defesa, ou imediatamente, das nossas costas, como é comumente pensado – pois na guerra, mesmo que na defesa de direitos, a marinha não é primordialmente um instrumento de defesa, mas sim de ofensiva –, mas porque a predominância virtual do nosso poder naval no Caribe é essencial para preservar o uso do canal do istmo para o nosso comércio e dar aos navios acesso ligeiro ao Pacífico.

Somos, em resumo, confrontados com a necessidade de providenciarmos uma força que seja decisiva – ou ao menos contribua bastante para a capacidade de decisão – tanto no Pacífico quanto no Caribe. É óbvio que, para ser decisiva, essa força não precisa ser necessariamente sempre enorme, mas depende das já existentes condições relativas de escala de oposição. As condições agora, entretanto, não são tais que uma força naval desprezível de nossa parte possa nos assegurar a consideração que julgamos ser devida a nós nas altas esferas políticas do mundo, nem nos eximir das obrigações que nos cabem como membros da família de Estados cujos interesses, frequentemente em conflito, precisam ser ajustados em uma base de retidão e mantidos pela demonstração

de poder. Nossos cálculos devem também levar em conta o fato de que, quando o canal estiver em operação, nossas esquadras no Atlântico e no Pacífico poderão comunicar-se para apoio mútuo, algo possível exclusivamente por uma rota artificial que pode ser facilmente interrompível. Isso nos priva, em grande medida, da vantagem militar de uma “linha interior” que um estreito natural daria; a vantagem pela qual uma força centralmente situada opera efetivamente em duas direções, reforçando a situação em uma ou outra direção, como necessário. Portanto, uma marinha considerável em Malta pode atuar contra Gibraltar ou Suez; já que a água é um caminho aberto, a questão, portanto, é de força somente, enquanto em Suez o poder de agir em direção tanto à Índia quanto ao Mediterrâneo não depende somente da força militar, mas de o canal estar aberto. Suez, no entanto, estando em toda a sua extensão em nível natural, é menos facilmente suscetível a prolongada interrupção que um canal dependente de eclusas, como seria o caso de qualquer canal na América Central.

Como, portanto, para exercer nossa influência comercial e moral no Oriente, é de importância urgente trazer nossa vertente atlântica de comunicação por um canal no istmo, que servirá aos nossos interesses materiais, ademais, em outros modos, então é de igual importância que asseguremos o uso do canal, uma vez lá, pela solidez da nossa posição naval no Caribe. Mas, como isso é uma questão militar, que seja interposta a cautela de que segurança substancial não significa segurança absoluta – uma tese que, em relevância, não encontra rivais nas páginas de história militar. Não existe certeza absoluta na guerra; o risco não pode ser eliminado completamente de nenhuma situação militar, seja na defesa passiva, seja na ação ofensiva. Eu suponho que há muito disso em todas as áreas; mas, na guerra, uma razoável preponderância de sorte a favor de alguém é tudo que pode ser garantido. Napoleão asseverou isso com quase as mesmas palavras em uma de suas vigorosas frases.

Nós podemos, então, abrir mão do esforço pela segurança provável porque nós não podemos tê-la em termos absolutos? Os homens fazem isso em alguma circunstância? Certamente não os homens bem-sucedidos. Permitemos-nos, então, considerar quais condições, caso percebidas, dariam o melhor prospecto de preservação do nosso uso do canal do istmo. A primeira, sem a qual as outras seriam de nenhuma serventia, é a nossa própria força, demonstrada por uma esquadra disponível para ação imediata no local, de poder grande o bastante, não para ultrapassar nenhuma força naval que pode de uma maneira concebível ser trazida até nós, já que isso estaria além dos nossos meios, mas para tornar politicamente inconveniente para uma maior marinha contestar nossa predominância no Caribe. Isso nos garante, por uma única provisão militar, uma primazia de consideração, que resultará na prevalência da nossa política e, em consequência direta da nossa política então mantida, na segurança do canal. Isso, deve ser repetido, é um elemento essencial da nossa influência no Pacífico e na China. A provisão da marinha, contudo, é o primeiro passo, sem o qual os outros não podem seguir.

Pronunciar-se definitivamente sobre a quantidade de tal força é proferir uma opinião pessoal dogmática ou entrar numa prolongada discussão técnica inadequada para o presente artigo e para a ocasião. Indicar seu caráter geral e seus pontos de aplicação é outro assunto; pois a qualidade, distintamente da quantidade, reside sobre condições gerais, que, sendo poucas e óbvias, podem ser prontamente resumidas e compreendidas, independentemente de os argumentos serem aceitos ou rejeitados.

O Atlântico, ao norte do Equador, é o oceano daquela velha comunidade da civilização europeia sobre o qual, sob nosso ponto de vista, o bem-estar da humanidade reside. Interiores a tal comunidade, as fronteiras entre os grandes Estados são predominantemente tão fixas e reconhecidas que, não importa quais choques surjam em



função de interesses externos, não há probabilidade de grandes mudanças de posse territorial e consequente controle político local. O Pacífico é diferente; é um recém-chegado entre os interesses mundiais mais abrangentes. Como o Atlântico há quatro séculos, com o horizonte em expansão que se seguiu à descoberta da América e do Cabo da Boa Esperança, sucedeu à posição central então ocupada pelo Mediterrâneo, agora é o Pacífico que ganha proeminência, aproximadamente no último meio século. Ele foi não necessariamente descoberto, mas revelado, assim como a América antes de Colombo, que ainda estava desconhecida. E, à descoberta, seguiu-se a apreensão do que aconteceria quando fossem quebradas as barreiras entre duas civilizações em patamares tão distintos – politicamente, economicamente, socialmente, e em padrões morais e intelectuais – como o Ocidente e Oriente.

Examinando-se o assunto, é difícil exagerar a importância, como fator, daquele tipo particular de liberdade pessoal, de aptidão de autogoverno e de aderência tenaz à lei – pela qual, incontornavelmente, a liberdade e o autogoverno constituem-se com progresso ordenado – que foi corporificada na raça chamada, em sentido amplo, de anglo-saxã. Esse tipo provou sua vitalidade e seu valor pela existência contínua e pelo desenvolvimento consistente desde o seu lar, nas costas continentais do mar do Norte, na sua morada na Grã-Bretanha, até suas subseqüentes áreas ultramarinas, que se tornaram os Estados Unidos e as colônias do Império Britânico com autogoverno.

Na expressão máxima da sua força política, igualmente grande em sua nobreza e vitalidade, os Estados Unidos devem à humanidade sua devida contribuição; nisso reside uma de nossas maiores esperanças – em nossa própria opinião nacional a exata grandiosa esperança – da humanidade. E se, para tal contribuição, é essencial abandonar velhas possessões, o reconhecimento de fatos até agora não compreendidos, resultando em uma cooperação que não deverá sacrificar a independência de consciência por

compromissos, seja de aliança seja de arbitragem, esse preço deverá ser pago com entusiasmo; assim como deveria ser o de qualquer outro esforço que pudéssemos razoavelmente fazer.

O Pacífico e o Oriente são claramente a esfera da nossa atuação externa nesse caso, dimensão na qual é necessária a predominância no Caribe de uma marinha de tal tamanho que, a Grã-Bretanha eliminada como provável oponente – por causa de mudanças radicais nas condições mundiais e da coincidência de nossos interesses com ela nas grandes questões do futuro próximo – e com o seu apoio indicado na extensão dos nossos interesses comuns, não precisamos ter nenhuma razão substancial para recear interferência. A consideração aqui avançada apoia-se tão fortemente na vantagem nacional, em matéria não só de segurança, mas de custo em preparação necessária – se a Grã-Bretanha for considerada provável inimiga ao invés de provável aliada – que se torna questão de dever patriótico para todo cidadão considerar se faz bem em fortalecer antigas animosidades; refletir se o período em que historicamente esses preconceitos surgiram não é de todo passado, assim como a viagem de Colombo; ou se, por acaso, eles não foram simplesmente transplantados da Europa para a nossa terra por um processo – nesse caso nomeado erroneamente – de naturalização. Isso não é naturalização verdadeira se mescla sentimentos políticos extraídos do exterior e alheios aos nossos interesses e deveres.

Em nossos cálculos, assim como nas nossas necessárias preparações sob tais circunstâncias, não seria presumir fardo injusto para a Grã-Bretanha contar em parte com a sua suprema marinha em possível cooperação. Isso seria verdade somente se tivéssemos má vontade em relação à nossa devida participação no esforço naval tendente à vantagem comum. A comunhão de interesses em objetivos implica interesse mútuo na força de um e do outro. Para a Grã-Bretanha, a marinha que mantém é indispensável à segurança nacional – às Ilhas Britânicas como tais e à integridade do amplamente disperso Império Britânico. Sejam quais forem as relações que pode entreter temporariamente com outros Estados,

---

deve manter sempre essa força; enquanto, por outro lado, ela não tem tanta necessidade de desenvolvimento interno, já que ainda se apoia fortemente nos nossos recursos nacionais. Nós, ao contrário, ainda que imperativamente necessitados de melhoramentos internos, não temos motivo para temer um golpe mortal vindo do estrangulamento das nossas comunicações exteriores com o resto do mundo. Nesse respeito autocontido, podemos, para mera segurança interna, depender de nós mesmos e não temos possessões distantes vitais à nossa existência, apesar de elas serem úteis ao nosso desenvolvimento externo e influência. Mas, no grande futuro do mundo em direção ao qual nossas condições políticas nos parecem chamar a cooperar, para o bem dos dois Estados e do mundo em geral, cada um tem interesse em ver o outro crescer em força. É necessário, portanto, não haver preocupação da parte da Grã-Bretanha, nem nenhuma mortificação da nossa parte, se as proporções de marinha militar que nós possamos contribuir ao fim comum acabem sendo modestas, se comparadas às dela, e que nós nos dediquemos a um desenvolvimento do vigor interno nacional que será revertido em força comum. Os dois esforços não seriam contraditórios, mas complementares.

Nossa esquadra deve, no entanto, ser adequada, tendo em vista que o apoio da Grã-Bretanha seria limitado pela suas extensas responsabilidades. Nossa esquadra deve ser adequada considerando aqueles que podem nos opor, seja no Oriente ou no Caribe. Ela deve ser adequada também considerando-se que, na conta apenas dos nossos interesses nacionais, como representados pelas nossas duas costas oceânicas, devemos estar aptos a exercer o poder naval tanto no Pacífico quanto no Atlântico; lembrando-nos sempre de que o futuro canal, ainda que facilite o apoio entre as nossas esquadras de cada lado, é, não obstante, aberto à interrupção por força ou por perfídia.

A insistência, contudo, deveria residir em um elemento do poder naval, que é, quando se menciona a questão, tão usualmente omitido que é razoável inferir ser inadequadamente considerado.

Ouvimos falar muito sobre navios construídos e dos resultados mecânicos alcançados neles, como evidenciados por velocidade, poder de fogo, blindagem, etc., mas raramente ouvimos da grande deficiência de homens treinados em operar essas máquinas em suas variadas formas – uma arma é tão máquina quanto o poder propulsor de uma embarcação. Para fazer frente a esse defeito, não só real, mas enorme, não há recurso, exceto a manutenção de uma força permanente – uma marinha permanente – de homens alistados, assim como de oficiais comissionados. Há cem anos, quando os motores eram velas e as armas simples tubos, o marinheiro mercante já era um engenheiro, e a arma manejada era facilmente adquirida; com efeito, navios mercantes também não infreqüentemente carregavam um canhão. Há, então, amplo campo de recrutamento de homens eficientes sempre à mão, ainda que a experiência tenha mostrado como o comércio do país poderia sofrer com tais saídas em peso de seus marinheiros.

Esse recurso não mais existe. Uma certa proporção de força de trabalho de casa-de-máquinas é possível de ser retirada do serviço mercante, mas, para o manejo de armas, do qual o desfecho da guerra depende, o moço de convés da marinha mercante é inútil para a ação inteligente; ele não pode fazer nada mais, nos momentos mais críticos de hostilidade aberta, que puxar e arrastar. É uma fundamentada generalização dizer que não mais de um terço da tripulação de um navio em guerra pode ser, com segurança, composta desse material. Portanto, para se calcular a força permanente de uma marinha, na guerra ou na paz, a regra seria estimar a força fixa, no estado de preparação bélica, para cada navio em lista, construído ou em construção. Dois terços do total obtido pela adição desses diversos resultados representariam o tamanho permanente do corpo de homens, do pessoal estabelecido, da esquadra em paz. Quando a guerra emergir, o outro terço pode ser procurado.

## Halford John Mackinder (1861-1947)



- *The Scope and Methods of Geography* (Proceedings of the Royal Geographic Society, vol 9, 1887)
- *The Geographic Pivot of History* (Geographical Journal, vol 23, 1904)
- *Democratic Ideal and Reality*, capítulo 6 – “*The Freedom of Nations*”. London: Constable Publishers, 1919
- *The Round World and the Winning of the Peace* (Foreign Affairs, vol 21, July 1943)



## Sobre o escopo e os métodos da Geografia<sup>132</sup>

Halford John Mackinder

O que é a geografia? Isso parece uma questão estranha de se apresentar a uma sociedade geográfica. Apesar disso, há pelo menos duas razões pelas quais deve ser respondida, e respondida agora. Em primeiro lugar, os geógrafos recentemente têm sido ativos em pressionar a favor de colocar a sua ciência numa posição mais prestigiada no currículo de nossas escolas e universidades. O mundo, e especialmente o mundo docente, responde de volta com a pergunta “O que é a geografia?”. Há uma ironia no tom. A batalha educacional agora travada depende da resposta a esta pergunta: pode a geografia ser considerada uma disciplina em vez de um mero corpo de informações? Isso é apenas um adendo na questão maior do escopo e dos métodos da nossa ciência.

A outra razão para chamar a sua atenção para esse assunto vem de dentro. Por meio século, diversas sociedades, principalmente a nossa<sup>133</sup>, têm sido ativas em promover a exploração do mundo.

---

132 MACKINDER, Halford John. The scope and methods of Geography. *Proceedings of the Royal Geographic Society*, v. 9, n. 3, p. 141-174, 1887. No original há a seguinte transcrição: “Um pronunciamento proferido na reunião noturna, em 31 de janeiro de 1887”.

133 N. T.: Mackinder fala do Império Britânico, do qual era súdito, assim como a provável maioria dos presentes na conferência.

O resultado natural disso é que estamos, agora, perto do fim do rol de grandes descobertas. As regiões polares são as únicas áreas vazias restantes nos nossos mapas. Um Stanley<sup>134</sup> não poderá novamente revelar um Congo ao mundo civilizado. Por um tempo, bons trabalhos serão feitos na Nova Guiné, na África, na Ásia Central e ao longo dos limites das regiões congeladas. Por um tempo, um Greely<sup>135</sup> receberá o velho toque de boas-vindas e provará que não são heróis que são desejados. Mas, ao passo que as histórias de aventura crescem cada vez menos, à medida que seus lugares são progressivamente tomados pelos detalhes de *ordnance surveys*<sup>136</sup>, até os colegas das sociedades geográficas perguntarão desapontados: “O que é a geografia?”.

É desnecessário dizer que este artigo não seria escrito se eu acreditasse que a Real Sociedade Geográfica deve em breve fechar suas portas – uma corporação da dimensão de Alexandre<sup>137</sup> em prantos porque não tem mais mundos para conquistar. Nosso trabalho futuro é prefigurado por artigos tais quais o do Sr. Wells sobre o Brasil<sup>138</sup>, o do Sr. Buchanan sobre os oceanos<sup>139</sup> e do Sr. Bryce sobre a relação entre a história e a geografia. Não obstante, haverá grandes vantagens em enveredarmos o novo caminho com os olhos em alguma extensão, em qualquer medida, abertos. Ademais,

---

134 N. T.: Referência ao jornalista galês Henry Morton Stanley, que teve um papel importante na história da colonização europeia do Congo.

135 N. T.: Referência ao militar norte-americano Adolphus Washington Greely, um dos pioneiros da exploração do Ártico.

136 N. T.: Referência a mapas do *Ordnance Survey*, uma agência estatal britânica de cartografia.

137 N. T.: Referência a Alexandre, o Grande.

138 James W. Wells publicou o artigo A sketch of the physical geography of Brazil no *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, New Monthly Series, v. 8, n. 6, p. 353-371, 1886.

139 J. Y. Buchanan publicou o artigo On the Distribution of Salt in the Ocean as Indicated by the Specific Gravity of Its Waters no *Proceedings of the Royal Geographical Society of London*, v. 21, n. 4, p. 255-258, 1876-1877.



uma discussão da questão no presente momento provavelmente terá a vantagem incidental de nos dar novas armas na nossa batalha educacional. A primeira pergunta à qual devemos voltar a nossa atenção é esta: a geografia é um único assunto ou diversos? Mais precisamente: constituem a geografia física e a geografia política<sup>140</sup> dois estágios de uma única investigação ou são assuntos separados a serem estudados por métodos diferentes, sendo uma um apêndice da geologia e a outra um apêndice da história? Grande proeminência foi recentemente dada a essa questão pelo presidente da Seção Geográfica da Associação Britânica<sup>141</sup>. Em seu pronunciamento em Birmingham, ele tomou uma posição definitiva, dizendo: “É difícil reconciliar a amalgamação daquilo que é considerado geografia ‘científica’ com a história. Uma é tão inteiramente distinta da outra quanto a geologia é da astronomia.”

É com grande relutância e acanhamento que me aventuro a me opor a uma autoridade tão merecidamente estimada como é a de *sir* Frederic Goldsmid. Eu só assim procedo por causa da firme convicção de que a posição tomada em Birmingham é fatal aos melhores prospectos da geografia. Além disso, chamo a atenção para a declaração de *sir* Frederic Goldsmid de que ele está pronto a abandonar a conclusão à qual chegou diante de argumentos mais fortes. Numa discussão tão difícil, a minha posição de discordância seria presunçosa, pois estaria assumindo que os *meus* argumentos são mais fortes. Sigo, porém, adiante com eles somente porque não foram apresentados ou refutados na abordagem da questão. Talvez *sir* Frederic Goldsmid tenha apenas expressado, sobre o assunto, as visões vagas correntes nas mentes da maioria dos homens. Isso é o mais provável, porque, na sua própria declaração, ele emprega

140 N. T.: O que Mackinder chama nesse trecho de “geografia política” (*political geography*, no original) é chamado majoritariamente, nos nossos dias, de “geografia humana”.

141 N. T.: Referência à *British Science Association*, associação britânica fundada em 1831 que tem como objetivo apoiar a promoção e o desenvolvimento das ciências.

argumentos que corroboram a visão oposta àquela que ele mesmo formula<sup>142</sup>.

Na mesma página da qual a nossa citação foi extraída, será encontrado um parágrafo com a mais alta aprovação da conferência “A geografia em sua relação com a história”, do Sr. Bryce. A proposição central da conferência é a de que o homem é, em larga medida, “criatura do seu ambiente”. A função da geografia política é traçar a interação entre o homem e o seu ambiente. *Sir* Frederic Goldsmid demanda que a geografia deverá conferir aos nossos futuros estadistas uma “compreensão total” das “condições geográficas”. Até esse ponto não há ressalva a ser feita a suas visões. Porém, ele parece imaginar que a “compreensão total” da qual fala possa ser obtida daquilo que resta depois de a geografia “física e científica” ser eliminada.

Antes de prosseguir, seria bom averiguar se não poderíamos refinar, com vantagem, nossa definição. A fisiologia responderia à definição de ciência que traça a interação entre o homem e o seu ambiente. É função da fisiologia, da física e da química traçar a ação de forças independentemente da localidade. É especialmente característico da geografia que ela traça a influência da localidade, isto é, do ambiente de variação local. A fisiografia<sup>143</sup> ocupa-se até o ponto em que não se faz isso, e o elemento topográfico essencial foi omitido. Eu proponho, então, definir geografia como a ciência cuja função principal é traçar a interação do homem em sociedade e boa parte do ambiente que o cerca, conforme varia localmente.

---

142 *Sir* Frederic Goldsmid escreveu uma resposta bastante cortês a esse parágrafo. Dessa resposta eu concluo que eu não atribuí às suas palavras o significado que ele pretendia. Por isso eu me desculpo. Eu mantenho, no entanto, esse parágrafo, já que eu acredito que o sentido que eu atribuí a suas palavras não era impossível. Elas podem ser facilmente citadas contra os geógrafos, e com o máximo peso, pois elas vêm de um conhecido amigo da geografia.

143 N. T.: Sinônimo de geografia física.

Antes de a interação poder ser considerada, os seus elementos precisam ser analisados. Um desses elementos<sup>144</sup> é o ambiente cambiante<sup>145</sup>, e a análise dele, eu sustento, é a função da geografia física. Então nós somos levados a uma posição de direto antagonismo às noções correntes. Sustentamos que a geografia política só pode existir se for construída a partir da geografia física e for subsequente a ela. No momento presente, estamos sofrendo os efeitos de uma geografia política irracional. Um desses efeitos é considerar que a função principal da geografia não é traçar relações causais e que, portanto, a disciplina deve permanecer como um corpo de dados isolados comprometidos com a memória. Tal geografia não poderá nunca ser uma disciplina de fato. Não poderá nunca, portanto, ser honrada pelos professores e necessariamente falhará em atrair as mentes de amplitude necessária para liderar os homens.

Mas esse argumento pode ser retrucado: para os propósitos da geografia política, não se poderia ficar satisfeito com uma análise mais superficial e mais facilmente assimilável do que aquela fornecida pela geografia física? Em resposta, nós tomamos nossa posição mais baixa. Tais análises têm sido tentadas e têm deixado a desejar. É, na prática, mais fácil aprender a análise profunda da ciência, levantando e satisfazendo conforme cada ponto de acordo com os instintos que nos levam à questão “por quê?” que adquirir uma quantidade suficiente de informação por meio de listas de nomes dos livros escolares ou das descrições da dita “geografia descritiva”. A topografia, que é a geografia com as “razões pelas quais” eliminadas, é quase unanimemente rejeitada tanto por mestres quanto por pupilos.

---

144 O outro elemento obviamente é o homem. A análise disso será mais breve que aquela do ambiente. Isso pode ser melhor considerado nas linhas “Física e Política” de Bagehot. As comunidades de homens deveriam ser vistas como unidades em luta pela existência, mais ou menos favorecidas por seus diversos ambientes. Ver a página 11 para a definição de “comunidade” e “ambiente”.

145 N. T.: “*Varying environment*” na versão inglesa original.

Há outras razões de ainda maior importância para nossa posição além apenas da conveniência prática na docência. Eu mencionarei três. A primeira é esta: se você aprende o que os antigos geógrafos chamavam de “aspectos físicos” nas suas relações causais, o avanço torna-se cada vez mais e mais fácil. Novos fatos se adequam de forma ordenada ao esquema geral. Eles lançam uma nova luz sobre todo o conhecimento previamente obtido, e esse conhecimento, por sua vez, ilumina tais fatos a partir de muitos pontos. Quando, no entanto, o método de descrição foi adotado, e ainda mais daquela enumeração, cada fato adicional acrescenta uma ainda mais incremental quantidade ao fardo a ser carregado pela memória. É como jogar outra pedra numa pilha de cascalho. É tal qual aprender as fórmulas decorando em vez de dominar os princípios.

Nossa segunda razão é, em resumo, esta: a mente que compreendeu vividamente os fatores ambientais nas suas verdadeiras relações provavelmente será fértil na sugestão de novas relações entre o ambiente e o homem. Ainda que não haja projeto de avançar a ciência, as mesmas condições levarão a uma rápida, vívida e, portanto, duradoura apreciação das relações detectadas por outros.

Será bom pausar aqui e resumir nossa posição em uma série de proposições.

1. Concorda-se que a função da geografia política é detectar e demonstrar as relações que subsistem entre o homem em sociedade e boa parte do seu ambiente, conforme este varia localmente;
2. Como uma preliminar a isso, os dois fatores precisam ser analisados;
3. É a função da geografia física analisar um desses fatores: o ambiente cambiante; e

4. Nada mais pode cumprir essa função adequadamente.

Porque nenhuma outra análise pode exibir os fatos nas suas relações causais e na sua verdadeira perspectiva.

Portanto, nenhuma outra análise irá: Primeiramente, servir ao docente como uma disciplina; em segundo lugar, atrair as mentes mais elevadas entre os pupilos; em terceiro lugar, economizar o poder limitado da memória; em quarto lugar, ser igualmente digna de confiança; e, em quinto lugar, ser igualmente sugestiva.

Aqui devemos esperar a observação de que, concedendo a deseabilidade daquilo que pedimos, estamos buscando nada menos que o impossível. Nossa resposta é que isso não será tentado. A geografia física tem sido geralmente empreendida por aqueles já sobrecarregados de geologia; a geografia política, por aqueles já cheios de História. Ainda há de se encontrar ver a pessoa que, assumindo a posição central, a posição geográfica, considerará partes da ciência e partes da História como igualmente pertinentes à sua pesquisa. O conhecimento é, afinal de contas, um só, mas a especialização extremada dos dias atuais parece esconder esse fato de uma certa classe de mentes. Quanto mais nos especializamos, mais temos espaço e necessidade para estudarmos as relações entre objetos de campos específicos. Uma das maiores lacunas está entre as ciências naturais e o estudo da humanidade. É o dever do geógrafo construir uma ponte sobre o abismo que, na opinião de muitos, está perturbando o equilíbrio da nossa cultura. Podando-se cada galho da geografia, mutilar-se-lhe-á em seu aspecto mais nobre.

Dito isso, não somos cegos à necessidade de especialização dentro da própria geografia. Para se produzir trabalho original na

ciência, precisar-se-á especializar. Mas, para esse propósito, tanto a geografia física quanto a geografia política são demasiadas amplas como o objeto todo. Além disso, seu estudo específico não cai inteiramente dentro de um ou outro ramo; ele pode ficar no limiar. A geografia é como uma árvore que, desde o início, se divide em dois ramos, cujos galhos não podem ser nada menos que inextricavelmente entrelaçados. Seleccionam-se alguns galhos adjacentes, mas eles podem florescer de ramos diferentes. Como assunto da educação, no entanto, e como base para toda especialização fecunda no assunto, insistimos no ensino e na apreensão da geografia como um todo.

Essa questão nos leva naturalmente a uma investigação sobre as relações entre a geografia e as ciências vizinhas. Não podemos fazer melhor que adotar a classificação grosseira do Sr. Bryce sobre o meio ambiente. Primeiramente, temos as influências devidas à configuração da superfície terrestre; em segundo lugar, aquilo que pertence à meteorologia e ao clima; e, em terceiro lugar, os produtos que um país oferece ao trabalho humano.

Em primeiro lugar, então, estudamos a configuração da superfície terrestre. Temos aqui um pomo da discórdia entre geógrafos e geólogos. Os últimos sustentam que as causas que determinaram a forma da litosfera são objeto da sua ciência, e não há espaço nem necessidade nem de um geógrafo físico. O geógrafo, por consequência, prejudicou sua ciência se recusando a incluir entre seus dados os que não fossem dos mais brutos da geologia. A rivalidade deve ser bem conhecida por todos aqui presentes. Ela fez apenas mal à geografia. Duas ciências podem ter em parte dados idênticos e, mesmo assim, não deveria haver briga se forem vistos a partir de pontos de vista diferentes, por serem agrupados de forma particular. Muito menos deveria o geólogo exibir tal fraqueza. Em cada passo, no seu próprio departamento, ele depende dos seus irmãos cientistas. A paleontologia é a chave para a idade relativa

dos estratos, mas seria irracional apartá-la da biologia. Alguns dos mais difíceis problemas da física e da química estão no domínio da mineralogia, especialmente, por exemplo, as causas e os métodos do metamorfismo. A melhor tentativa de se encontrar uma medida comum entre o tempo geológico e o histórico reside na interpretação astronômica do Dr. Croll de recorrentes períodos glaciais. Mas chega disso. A verdadeira distinção entre geologia e geografia parece a mim residir nisto: o geólogo olha o presente para interpretar o passado; o geógrafo olha o passado para interpretar o presente. Essa linha já foi traçada para nós por um dos maiores geólogos.

Em seu “*Text-book of Geology*”, o Dr. Archibald Geikie dá a seguinte determinação lúcida de sua ciência<sup>146</sup>: Uma investigação da história geológica de uma região envolve duas linhas distintas de investigação. Podemos primeiro considerar a natureza e a disposição das rochas abaixo da superfície, para determinar a partir delas as sucessivas mudanças na geografia física e na vida vegetal e animal das quais elas são cronistas. Mas, além da história das rochas, podemos tentar traçar isso da própria superfície, a origem e as vicissitudes das montanhas e planícies, vales e ravinas, picos, desfiladeiros e bacias lacustres, formados a partir das rochas. As duas investigações traçadas anteriormente se fundem uma na outra, mas se tornam mais e mais distintas à medida que perseguidas em direção a tempos posteriores. É óbvio, por exemplo, que uma massa de calcário marítimo que se levanta em grupos de montes, sulcados por desfiladeiros de rio e atravessados por vales, apresenta duas imagens profundamente contrastantes para a mente. Olhadas a partir de sua origem, a rocha traz até nós o relevo marinho sobre o qual relíquias de gerações de uma

---

146 GEIKIE, Archibald. *Text-book of Geology*. Londres: Macmillan, 1882, p. 910.

exuberante fauna marinha caucarizada se acumularam. É possível traçar cada leito, marcar com precisão seus componentes orgânicos e estabelecer a sucessão geológica da qual esses relevos marinhos sobrepostos são os registros. Mas podemos ser muito inábeis em explicar como tal calcário de formação marinha veio a permanecer na forma atual, aqui se empilhando em montes e acolá se afundando em vales. As rochas e o seu conteúdo formam uma disciplina de estudo; a história do seu panorama presente, outra.

A mesma ideia é endossada pelo professor Moseley na sua conferência sobre “Os aspectos científicos da educação geográfica”. Citamos, entre muitas outras, no mesmo sentido, a seguinte passagem<sup>147</sup>:

Em relação à geografia como parte da geologia a ser separada dela: – a razão pela qual se justifica a separação ser efetivada é que há, então, formada e trazida junto para tratamento especial, uma disciplina que é mais necessária e adequada a propósitos de educação geral que a geologia no seu todo, que atrairá muito mais estudantes, que alavancará a promoção do estudo de outros ramos da ciência como estudos especiais, e certamente da própria geologia. [...]

O principal argumento que é sempre invocado contra o estabelecimento de cadeiras de geografia física nas universidades é que o assunto já é coberto pelos professores de geologia; mas o professor Geikie não assume essa visão e aponta, em sua carta já citada, que “a geologia está a cada dia aumentando seu escopo, que já é vasto demais para as capacidades físicas do mais infatigável professor.

---

147 MOSELEY, H. N. On the scientific aspects of geographical education. *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, v. 8, n. 3, 1886.



Nessa passagem, o professor Moseley advoga a criação de uma cadeira de geografia física. Deve-se concluir que ele se opõe à unidade da geografia. Isso fica claro em outras partes da sua palestra.

Possivelmente, ainda que no presente momento não seja possível assegurar a representação da geografia como um todo, por causa da aparente vagueza de seus limites e dos ataques de todos os lados às quais ela é vulnerável, pode haver uma chance de sucesso se a tentativa for feita no sentido de pressionar a favor dos pleitos da geografia física.

Não deveria a geografia física fazer parte de toda a educação liberal, já que é uma disciplina especialmente adaptada para os propósitos de aprendizado geral e como única base verdadeira sobre a qual pode ser fundada o conhecimento daquilo que é chamada geografia política?

Talvez em nenhum lugar o dano feito à geografia pela teoria que nega a sua unidade seja tão bem observado como no caso da geografia física. O assunto foi abandonado aos geólogos e tem, em consequência, um viés geológico. Fenômenos como vulcões, fontes termais e geleiras têm sido agrupados em capítulos, independentemente das regiões em que ocorreram. Do ponto de vista do geólogo isso, é suficiente – ele está procurando a sua Pedra de Roseta; o entendimento do hieróglifo individual é de grande importância, mas o significado da passagem inteira, o relato do evento registrado, é, para o propósito de interpretar outros registros, desimportante. Mas tal ciência não é a geografia física, e Dr. Archibald Geikie nos diz claramente, em seu “*Elementary lessons in Physical Geography*”<sup>148</sup>, que ele está usando as palavras como equivalente de fisiografia. A verdadeira geografia física tem por

---

148 GEIKIE, Archibald. *Elementary lessons in Physical Geography*. Londres: [s.n.], 1884, p. 3.

objetivo nos dar uma descrição causal da distribuição dos aspectos da superfície terrestre. Os dados devem ser reagrupados numa base topográfica. Se eu puder colocar a questão de maneira um tanto abrupta – sobre um dado aspecto, a fisiografia pergunta “Por que isso existe?”; a topografia, “Onde isso existe?”; a geografia física, “Por que isso está onde está?”; a geografia política, “Como isso afeta o homem em sociedade e como ele reage a isso?”; e a geologia, “Qual enigma do passado isso ajuda a resolver?”. A fisiografia é campo comum ao geólogo e ao geógrafo. Os primeiros quatro assuntos constituem o domínio do geógrafo. As questões vêm em sequência. Pode-se empacar diante de qualquer uma delas, mas o meu ponto é que não se pode responder satisfatoriamente a uma posterior a menos que se tenha respondido as que a precedem. A geologia genuína é, em sentido estrito, desnecessária à sequência do argumento.

Daremos dois exemplos da inadequação, para propósitos geográficos, das presentes geografias físicas (geológicas), mesmo quando consideradas fisiografias.

O primeiro é a indevida proeminência dada a assuntos como vulcões e geleiras. A isso, minha atenção já foi diversas vezes chamada pelo seu secretário assistente, Sr. Bates. É perfeitamente natural em livros escritos por geólogos. Vulcões e geleiras são fenômenos que deixam os mais marcados e característicos traços. Portanto, de um ponto de vista geológico, eles são os mais importantes e valem um estudo especial. Mas o resultado parece um livro de biologia escrito por um paleontologista. Nele devemos esperar encontrar a casca do caracol, por exemplo, descrita no maior detalhe, mas com a relativa negligência das partes macias de dentro.

Meu outro exemplo é prático, que deve ter apelo à experiência de todo viajante reflexivo. Digamos que você foi em viagem ao Reno; você deve estar estranhamente carente de curiosidade se você não se perguntar questões como as seguintes:

por que, depois de passar por tantas milhas de terras planas que o Reno serpenteia quase no nível da área que o rodeia, repentinamente chegamos a uma parte em que ele passa por um desfiladeiro?; por que, quando atingimos Bingen, aquele desfiladeiro ainda mais rapidamente cessa de existir, sendo substituído por um vale lacustre circundado por cadeias paralelas de montanhas? Nenhum trabalho de geografia física comum com o qual já tive contato adequadamente responde questões como essas. Se você, por acaso, tiver um conhecimento especial do assunto, talvez saiba que, se olhar no *Jornal da Sociedade Geológica*<sup>149</sup>, encontrará um encantador artigo sobre assunto de autoria do Sr. Andrew Ramsay. Mas isso implica tempo e oportunidade para pesquisar entre autoridades originais, e ainda assim sua recompensa seria modesta. Apenas algumas regiões isoladas foram tão tratadas.

Vou encerrar essa parte do assunto com uma com uma tentativa construtiva. Seleccionarei uma região familiar a todos, de modo que a atenção possa ser concentrada mais no método que na matéria. Vamos pegar o sudeste da Inglaterra. O método usual de se tratar a geografia de tal região seria descrever, de um ponto de vista físico, primeiro a costa e depois a superfície. Os cabos e enseadas de uma e os montes e os vales da outra seriam enumerados em ordem. Vocês, então, teriam uma lista das divisões políticas e uma outra lista das cidades principais situadas próximas dos rios em cujas margens elas ficam. Em alguns casos, alguns fatos interessantes, mas isolados, seriam adicionados, verdadeiros cabides mentais de pendurar nomes. A parte política de tal trabalho, na melhor das hipóteses, não vai além do patamar de um bom sistema de mnemônica. Na parte física, todos os livros-textos concordam em cometer o que é, no meu ponto de vista, um erro fundamental. Eles separam as descrições da costa e da superfície. Isso é fatal à demonstração, na devida perspectiva, da cadeia de causas e efeitos.

---

149 1874.

Os acidentes da superfície e da costa são igualmente os resultados de uma interação de duas forças, a resistência variante da camada de rochas e os poderes erosivos variantes da atmosfera e do mar. Os poderes erosivos, sejam superficiais ou marginais, atuam em um único e igual grupo de rochas. Por que deveria existir um Flamborough Head? Por que deveria existir um Yorkshire Wold? Eles são nada mais que duas margens da mesma borda de uma única e mesma massa de giz inclinada para cima.

Vamos tentar construir uma geografia do sudeste inglês que exiba uma contínua série de relações causais. Imagine, estendida sobre a terra, como uma toalha branca sobre uma mesa, uma grande camada de giz. Deixe a camada de giz ser vincada por algumas dobras simples, como uma toalha de mesa estendida sem cuidado. Uma linha de sulco<sup>150</sup> leva o rio Kennet a Reading, e então segue o Tâmisia em direção ao mar<sup>151</sup>. Uma linha de cume passa em direção a leste através de Salisbury Plain e então abaixo no centro de Weald. Uma segunda linha de sulco segue o vale do Frome e seus prolongamentos submarinos, Solent e Spithead. Por fim, ainda uma segunda linha de cume segue através da ilha de Purbeck e seu agora separado membro, a ilha de Wight. Imagine esses cumes e sulcos intocados por forças corrosivas. As curvas da camada seriam paralelas às curvas da superfície. Os cumes seriam achatados no topo e largos. Os sulcos seriam achatados na base e largos. O sulco Kennet-Tâmisia seria caracterizado por uma crescente largura à medida que avança a leste. As encostas que se juntam da base do sulco ao topo do cume variariam em inclinação. Não se finge que a terra já tenha figurado de tal forma. As forças de elevação e de erosão sempre atuaram simultaneamente. Assim como as Casas do Parlamento, o processo de ruína começou antes de o edifício estar

---

150 Sulco e cume são aqui empregados no sentido de sinclinal e anticlinal. Eles devem ser cuidadosamente diferenciados de vale e monte. Os dois são casualmente relacionados como eu aponto neste artigo, mas eles estão longe de ser idênticos.

151 N. T.: Kennet é um rio tributário do Tâmisia. Reading é uma cidade do condado de Berkshire.

completo. A eliminação da erosão é meramente um expediente para mostrar o arranjo simples das rochas, cuja simplicidade é mascarada pela aparente confusão da ruína. Adicione-se mais um fato, de que acima e abaixo do calcário duro repousa uma camada de argila macia, e nós teremos desenhado, em termos geológicos, tudo que se requer.

O trabalho do moldador está completo; a talhadeira precisa agora ser aplicada. Os poderes do ar e do mar rasgam nossa toalha em farrapos. Porém, como se o pano fosse endurecido com goma conforme é vincado na mesa, os sulcos e cumes que descrevemos não ruíram. Suas beiras e extremidades projetam-se rigidamente como cadeias de montanhas e cabos. As bases dos sulcos, enterradas sob a argila superimcumbente, produzem linhas de vales ao longo das bacias de Londres e de Hampshire. Na argila mole, o mar erodiu, produzindo a grande enseada da foz do Tâmis e os mais estreitos, mas mais intrincados canais-marítimos que se estendem de Poole Harbour, através de Solent, até Spithead e que se ramificam em Southampton Water e Portsmouth, Langstone e Chichester Harbours. A borda elevada da camada de calcário produz a longa cadeia de montanhas, sob os variados nomes de Berkshire Downs, Chiltern e Gogmagog Hills, e East Anglian Heights, circundando a bacia de Kennet-Tâmis a noroeste. O North Down e o South Down se elevam um de frente ao outro, pilares de um arco do qual a pedra angular foi removida. O mesmo arco forma Salisbury Plain e seu prolongamento em direção a leste nos planaltos de calcário de Hampshire; mas aqui a pedra angular, ainda que danificada, não foi completamente desgastada. Beachy Head, North Foreland e South Foreland não são mais que projeções em direção ao mar da cadeia de Down. O fato de que North Downs não termina em um único promontório, como Beachy Head, mas em uma longa linha de penhasco, sendo as duas extremidades marcadas pelos North e South Forelands, pode servir para chamar a atenção para a relação que frequentemente existe entre as encostas da superfície e o

declive da camada. Mencionamos, acima, o fato de que, se o nosso simples sistema sulco-cume realmente funcionasse, as encostas ligando os topos dos cumes e as bases dos sulcos iriam variar em inclinação. Ao recuperar a posição de uma cadeia de montanhas na ruína “restaurada”, não recuperamos meramente a sua direção, mas também a inclinação relativa de suas duas faces. Uma será obtida pela camada que se profunde, a outra pela escarpa onde a camada foi cortada. O aprofundamento na escarpa dependerá muito de se, quando nós a escalarmos, vemos à nossa frente uma descida estreita ou um planalto ondulante. Contrastam a esse respeito os dois planaltos de calcário que formam as projeções largas de East Anglia e de Kent com cumes estreitos, os Chilterns e o Hog’s Back. A escarpa noroeste de Chilterns é contínua à face ocidental escarpada de East Anglia. O dorso de costa a sudeste de Chilterns é contínuo ao dorso de costa que forma os largos planaltos de Norfolk. O aprofundamento é inclinado no caso de Chilterns, suave no caso de Norfolk. Similarmente, os planaltos de Kent são um prolongamento de Hog’s Back. As faces escarpadas a sul diferem pouco, enquanto o dorso de costa ao norte de Hog’s Back é inclinado, apesar de sua continuação em Kent só ser suavemente inclinada. Essa expansão terminal de cadeias de montanhas foi de grande importância para a história inglesa, como veremos a seguir. As expansões podem ser consideradas dependentes do alargamento na direção leste da bacia de Kennet-Tâmisa. Será notado que as costas do estuário do Tâmisa são de todo paralelas às cadeias de montanha que marcam as bordas da bacia: a costa norte é paralela à curva traçada pelas montanhas de Hunstanton Point a Chilterns, a costa sul é paralela à mais reta cadeia de North Downs.

Os rios do distrito encontram-se naturalmente em três classes. Primeiro, temos aqueles que fluem para baixo do dorso de encosta de East Anglia. Como consequência, são numerosos e dificilmente paralelos. Eles não se combinam para formar um único fluxo, mostrando no mapa uma forma de árvore. Em

segundo lugar, temos aqueles que fluem para os grandes sulcos, o Kennet e o Tâmisia abaixo de Reading de um lado, o Frome com seu prolongamento submarino pelo Solent e pelo Spithead do outro. Os muitos tributários do Tâmisia são óbvios, mas o formato de árvore do Frome não é óbvio a menos que a sua continuação submarina seja levada em consideração. Então o Frome, o Stour, o Avon, o Test, o Itchen e o Medina combinariam-se para formar um grande fluxo, tendo sua foz a leste da ilha de Wight. Tal rio pode ter realmente existido. Por fim, há os fluxos que passam por ravinas direto pelas cadeias de calcário, o Tâmisia acima de Reading e os vários pequenos rios de Weald. Essa circunstância é incompreensível a menos que suponhamos que os arcos de camada eram anteriormente completos. Então esses fluxos fluiriam a partir do divisor de águas para baixo, seguindo as leis da hidrostática ordinária. O único aspecto proeminente da nossa área que requereria uma explicação à parte da flexura das rochas é o banco de cascalho que forma Dungeness<sup>152</sup>.

Sendo isso a anatomia geral da terra, qual tem sido sua influência sobre o homem? No meio da floresta e do pântano, três planaltos se levantaram nos primeiros dias, grandes espaços abertos nos quais o homem poderia estabelecer-se com a mínima resistência da natureza. Na linguagem dos celtas, eles eram conhecidos como “*gvents*”, um nome corrompido pelos conquistadores latinos para “*ventae*”. Eles eram os planaltos de calcário com os quais éramos familiares, o topo do arco de Salisbury Plain e Hampshire, e as expansões terminais de cadeias de calcário em East Anglia e Kent. Em East Anglia era Venta Icenorum; em Kent e Canterbury<sup>153</sup>, ainda

152 Eu omiti nesse esquema a colina Leith e a área florestal de Sussex. Elas também dependem da flexura das rochas; mas explicar sua causa tomaria muito espaço neste artigo, que pretende apenas indicar métodos e não exaurir o tópico.

153 GREEN, J. R. *The Making of England*. Londres: Macmillan, 1882, p. 9. Mas Isaac Taylor deriva Kent de Cenn, uma forma gaélica do galês pen = uma cabeça, uma projeção – TAYLOR, Isaac. *Words and Places, or etymological illustrations of history, ethnology and geography*. Londres: Macmillan and Co., 1885, p. 148.

temos relíquias de outro “*gwent*”. A primeira sílaba de Winchester<sup>154</sup> completa o trio. Posteriormente, mas ainda no princípio, abrigaram as três raças que compuseram a parte germânica. Os anglos se estabeleceram em Norfolk e Suffolk, os jutos em Kent, os saxões em Hampshire. Ainda posteriormente, na Inglaterra, Winchester, Canterbury e Norwich estavam entre as principais cidades medievais. Até esse dia, o isolamento de ao menos duas dessas cidades deixou seus traços em características marcantes das populações. Fens<sup>155</sup> podou Norfolk, as florestas de Weald obstaram Kent. Seus povos tomaram posições distintas na nossa história. O “homem de Norfolk” e o “homem de Kent” foram de uma notável disposição para a rebeldia.

Só havia quatro grandes cidades no leste e no sul; nós mencionamos três. A quarta é Londres. Condições geográficas determinaram a grandeza da metrópole. O mapa fará isto tão claro de uma vez: Fens e Weald compeliriam as linhas de comunicação de Norfolk e Kent, de um lado, e o resto da Inglaterra de outro a passarem na direção geral de Londres. Kent fica mais próxima do Continente e, portanto, Watling Street<sup>156</sup> não era meramente a estrada para Kent, mas também a estrada para Flandres. Onde as colinas mais estreitam os brejos do Tâmsa, há o cruzamento natural de Watling Street, primeiro uma balsa, depois uma ponte. Esse ponto fica entre Tower Hill e as colinas de Dulwich e Sydenham. Bermondsey, a ilha de Bermond, era um ponto seco, se levantando como uma pedra de apoio em meio aos pântanos das cercanias. A existência de solo firme nos bancos imediatos da água profunda, necessária como ponto de partida para uma ponte ou balsa, também é necessária para um lugar de pouso. Aqui, então, temos um cruzamento de

---

154 *Venta Belgarum*.

155 N. T.: A tradução de *fens* é pântanos.

156 N. T.: Estrada histórica britânica, surgida na Antiguidade, que já existia antes da ocupação romana.



caminhos naturais em um ponto que é um natural local de depósito para ambos, portanto um ponto no qual uma cidade certamente seria erigida. Tal cidade será mais importante se um caminho é por terra e o outro por água. Para isso é, portanto, um local de transbordo. Isso será ainda mais importante se for um necessário ponto de encontro entre o tráfego fluvial e marítimo. Ainda mais cheia de significado é a posição da foz do Tâmesa em relação à do Scheldt. Ela determina a pujança interconectada de Londres e Antuérpia. Determina também muito da política da Inglaterra em relação ao Continente. Então muitas causas conspiram para manter a grandeza de Londres. Eis um fato digno de nota. Esse é o segredo do seu crescimento persistente desde os primórdios. A importância de um dado aspecto geográfico varia conforme o grau de civilização do homem. Uma cidade que depende de uma única vantagem física pode cair a qualquer momento. Uma única descoberta mecânica pode efetivar a mudança<sup>157</sup>.

Falamos o bastante sobre cidades. Finalmente discutiremos as divisões políticas. Há dois tipos de divisão política: a natural e a arbitrária. O contraste apresentado pela antiga divisão da França em províncias e a divisão revolucionária em departamentos servirá para indicar a distinção. Uma é o resultado de um processo inconsciente, como a absorção de Estados menores por Estados maiores. A outra é o produto da legislação consciente. Na Inglaterra, temos os dois tipos lado a lado. Nas *midlands*, temos divisões arbitrárias, condados nomeados a partir de suas cidades principais, e que se supõe que tenham sido originados da divisão de Mércia<sup>158</sup>. No leste e no sul, por outro lado, os condados são de crescimento natural e carregam nomes indicando sua origem distinta. No caso das

157 Sobre a “grandeza” de Londres, eu não indiquei o significado total de Tower Hill. O “*dun*” ou “*hill fort*” sem dúvida decidiu a precisa localização de Londres; mas outras causas, como as dadas acima, determinaram sua grandeza.

158 Considere GREEN, J. R. *The Conquest of England*. Londres: Macmillan, 1883, p. 141. Mas compare com TAYLOR, Isaac. *Words and Places, or etymological illustrations of history, ethnology and geography*. Londres: Macmillan and Co., 1885, p. 179.

divisões arbitrárias, as fronteiras também tendem a ser arbitrárias. As fronteiras das divisões naturais serão geralmente naturais e podem ser um dos dois tipos. Os imigrantes se espalham a partir de um centro, até eles encontrarem obstáculos físicos ou até eles encontrarem a oposição de outra colonização centrífuga. Na região, estamos lidando com alguns, nós entendemos, excelentes exemplos desse último padrão. Os habitantes de Surrey, Kent e Sussex estabelecer-se-iam nos montes e planaltos calcários, e então seguiriam lentamente na floresta até suas guardas avançadas se encontrarem no centro. As linhas de fronteira de tais países são exatamente o que deveríamos esperar sob tais circunstâncias. Com isso, podemos comparar a fronteira que divide Berkshire e Hampshire de Surrey e Sussex. Ela cruza uma região de *commons*<sup>159</sup>, situando-se principalmente nas areias de Bagshot. Voltemos à região de Fens. Cinco condados margeiam esses pântanos.

O tempo não nos permite ir além neste assunto. Os resultados gerais são esses. De uma consideração da disposição do calcário e a sua dureza, quando comparado com as camadas abaixo e acima dele, podem ser demonstradas as causas de dois grandes promontórios, de duas grandes enseadas e de dois grandes espaços abertos em terras mais elevadas, que determinaram as posições, o número e a importância das principais cidades e divisões do sudeste da Inglaterra. Os mesmos processos de raciocínio poderiam ser continuados até qualquer nível de detalhe requerido. A geografia de qualquer região poderia ser tratada de maneira similar. Além disso, tendo dominado as poucas ideias geológicas simples envolvidas, uma gráfica e precisa concepção de uma terra pode ser transmitida em poucas sentenças. O esforço requerido para adquirir a primeira aplicação do método pode ser aquele dos métodos antigos. Sua beleza reside no fato de que toda nova conquista dá uma facilidade maior de aquisição.

---

159 N. T.: *Common land* é, nas Ilhas Britânicas, a terra cujo direito de uso não é privado, mas, por questões tradicionais, pertencente a certa coletividade.

Vamos sintetizar os nossos resultados acerca da relação da geologia com a geografia na forma de proposições: 1) É essencial saber a forma da litosfera; 2) Isso só pode ser acurada e vividamente lembrado se houver o domínio das causas determinantes; 3) Uma dessas causas é a relativa dureza e o arranjo das rochas; 4) Mas nenhum dado geológico ou raciocínio pode ser admitido a menos que seja pertinente ao argumento geográfico. Deve ajudar sempre a responder a questão “Por que um dado aspecto está onde está?”.

As duas aulas restantes sobre fatores ambientais do Sr. Bryce justificam menos observação. A distinção entre meteorologia e geografia deve ser prática. Muito de meteorologia, e é muito mesmo, conforme lida com a previsão do tempo não pode ser requerida pelo geógrafo. Condições climáticas médias ou recorrentes sozinhas vêm dentro da sua área de conhecimento. Até mesmo aqui ele deve estar frequentemente contente em adotar os resultados da meteorologia como dados, assim como a própria meteorologia aceita os resultados da física. É um erro, especialmente dos alemães, que eles incluem muito na geografia. A geografia toma orientações de várias disciplinas, mas não inclui totalmente tais disciplinas. Até mesmo o grande Peschel inclui em seu *Physische Erdkunde*<sup>160</sup> uma discussão sobre o barômetro e uma demonstração da fórmula necessária nas correções barométricas. Tais digressões são a causa da frequentemente repetida acusação de que os geógrafos são meros diletantes em todas as ciências. A nossa divergência é no sentido de que a geografia tem esfera separada de trabalho. Seus dados podem coincidir com os de outras ciências, mas sua função é apontar as relações entre tais dados. A geografia deve ser um argumento contínuo, e o teste se um dado ponto deve ser incluído ou não deve ser este: é pertinente a que linha principal de argumento? Quão longe as digressões com a visão de dados probatórios podem ir deve ser uma questão prática. Como regra,

---

160 PESCHEL, Oscar Ferdinand. *Physische Erdkunde*, 2. Ed, v. II. [s.l]: [s.n.], 1879, p. 118-127.

devem ser excluídos se for da função de qualquer outra ciência prová-los.

A última categoria do Sr. Bryce inclui as produções de uma região. A distribuição de minerais é obviamente incidental à estrutura geológica, e precisamos nos referir a isso só para dar outro toque no prego que estivemos previamente martelando. Em relação à distribuição de animais e plantas, devemos aplicar o teste ao qual nos referimos no parágrafo anterior: até que ponto é pertinente à linha principal de argumentação geográfica? Até o ponto em que a fauna e a flora em questão constituem fator apreciável no meio ambiente humano, a sua distribuição é bastante pertinente. Até o ponto também em que a distribuição dá evidência de mudanças geográficas, tais como a separação de ilhas dos continentes ou um recuo da linha de neve. Porém, o estudo da distribuição de animais e plantas em detalhe e como um apoio ao entendimento da evolução desses seres não é, em nenhum sentido, uma parte da geografia. É parte da zoologia ou da botânica, para cujos estudos adequados um exame preliminar da geografia é necessário.

A verdade é que os limites de todas as ciências precisam ser naturalmente compromissos. O conhecimento, como nós dissemos antes, é um só. Sua divisão em disciplinas é uma concessão à fraqueza humana. Como um exemplo disso, lidaremos com a relação entre Geografia e História. Nos seus estágios elementares, devem obviamente ir lado a lado. Nos seus estágios mais avançados, tomam caminhos diferentes. O historiador encontra ocupação plena no estudo crítico e comparativo dos documentos originais. Ele não tem o tempo nem geralmente a disposição mental de por si só escrutinar a ciência com um olhar que seleciona os fatos e as ideias. É a função do geógrafo fazer isso para o historiador. Por outro lado, o geógrafo deve recorrer à História para verificar as relações que sugere. O corpo de leis que governa tais relações, que pode ao longo do tempo evoluir, renderia a escrita de muita história

“pré-histórica”. *The Making of England*, de John Richard Green, é em grande medida uma dedução das condições geográficas de qual deve ter sido o curso da história.

Devo ainda expor o que concebo como a linha de argumento geográfico. Farei isso em dois estágios. O primeiro será geral, tal como pode ser compilado das ementas de um *course of lectures*<sup>161</sup> de universidade ou de um índice no início de um livro-texto. O segundo será uma aplicação especial disso à solução de um problema definitivo: as razões pelas quais Deli e Calcutá deveriam ter sido, respectivamente, a velha e a nova capital da Índia.

Pressupomos um conhecimento de geografia. Teríamos então começado da ideia de um globo sem terra e construir uma concepção da Terra análoga à da mecânica. Em primeiro lugar, as Leis de Newton são demonstradas na sua simplicidade ideal na hipótese de rigidez absoluta. Não é até estas serem fixadas na mente que as tendências de ação contrária da elasticidade e do atrito são introduzidas. Então nós atacariamos o estudo da Geografia. Imagine o nosso globo numa condição em que não haja terra, composta que é de três esferóides concêntricos – atmosfera, hidrosfera e litosfera. As duas maiores forças globais em ação seriam o calor solar e a rotação da Terra em seu próprio eixo. Obviamente, o sistema de ventos alísios teria o seu movimento desimpedido. A seguir introduz-se o terceiro conjunto de forças globais – a inclinação do eixo da Terra no plano da sua órbita e a revolução da Terra ao redor do Sol. O resultado seria uma anual marcha de trópico a trópico da zona calma separando os alísios. A quarta e última das causas que chamamos de globais seria uma variação circular na elipticidade da órbita e na obliquidade do seu eixo. Isso produziria variações similares na marcha anual e na intensidade do sistema de ventos alísios.

Até agora, seguimos isentos de variações longitudinais. Dadas a latitude, a altitude, a estação, o ano no período secular,

---

161 Tipo de disciplina frequente em instituições de nível superior no mundo anglo-saxão.

as condições climáticas são dedutíveis de muitos poucos dados. Agora nós abandonamos nossa hipótese primária. Conceba o mundo como ele é, tão quente, tão frio, tão em encolhimento, tão em enrugamento. Ele foi esquentado, ele está encolhendo, e a crosta externa, mais refrigerada, está, em consequência, enrugando-se. A litosfera não é mais concêntrica em relação à atmosfera e à hidrosfera. O leito do oceano é lançado em sulcos e montes. Os sulcos projetam-se na hidrosfera e, através da hidrosfera, na atmosfera. Eles agem como obstáculos no caminho das correntes marítimas mundiais. Eles podem ser comparados às pedras no leito de uma corrente rápida em que os fluxos colidem e se afastam. Ou saltam sobre essas elevações ou se partem nelas. Essa ação puramente mecânica é bem observada na partição da Corrente Sul-Equatorial no cabo San Roque. O cabo San Roque tem influência distinta no clima da Inglaterra. A ação de salto é visível no caso de ventos que se elevam sobre a cadeia de montanhas e, como consequência, cobrem suas encostas com umidade. Mas, em adição às causas mecânicas, há causas termais de variação, devidas principalmente aos diferentes calores específicos da terra e da água – por consequência, as monções. A posição dos grandes vincos tem um significado especial. Fossem os continentes estendidos a leste e oeste em vez de nas três grandes bandas através do equador, o clima seria aproximadamente indexado pela latitude.

Então nós podemos prontamente progredir na análise da superfície mundial. Conceba o mundo sem terra e verá os poderes motores da circulação de ar e de vento. Substitua a sua concepção por uma de um mundo com rugosidades e compreenderá, pela obstrução mecânica e irregularidade termal, como suas correntes simples são diferenciadas em correntes de quase infinita complexidade.

Mas devemos avançar um estágio a mais. A forma da litosfera não é fixa. O encolhimento ainda está em progresso. Velhas rugosidades são levantadas e novas surgem. Conforme elas

---

emergem, sua destruição começa. As correntes ainda operam na remoção dos obstáculos que obstruem seu curso. Elas tendem a conseguir a simplicidade ideal de circulação. Logo, os aspectos da superfície terrestre estão constantemente mudando. Sua forma precisa é determinada pelo seu passado histórico assim como pelas condições presentes. Mudanças recentes são o assunto de um dos mais fascinantes capítulos da geografia. As planícies são constituídas pela acumulação de detritos. Continentes dão à luz ilhas. A evidência é tirada de uma centena de fontes – de linhas de migração de pássaros, da distribuição de animais ou das profundezas dos mares próximos.

Cada capítulo sucessivo postula o que se passou antes. A sequência de argumento é concatenada. Da posição dos obstáculos e da direção dos ventos pode ser deduzida a distribuição de chuva. Da forma e da distribuição das enseadas-rugosidades e da distribuição de chuvas segue a explicação do sistema de drenagem. A distribuição de solos depende principalmente da estrutura geológica, e, na consideração do solo e clima, segue a divisão do mundo em regiões naturais baseadas na vegetação. Não estou aqui me referindo à distribuição botânica das espécies, mas àquela dos amplos tipos que podem ser chamados de cobertura vegetal do mundo – os desertos polar e tropical, a floresta temperada e tropical e as regiões que podem ser agrupadas juntas como pradarias.

Passando agora ao segundo estágio da investigação, seria bom fazer uso de dois termos técnicos. “Um ambiente” é uma região natural. Quanto menor a área incluída, maior tende a ser o número de condições uniformes ou quase uniformes ao longo dessa área. Então temos ambientes de diferentes ordens, cuja extensão e intensidade, para emprestar uma frase da lógica, variam inversamente. Assim é com as comunidades. “Uma comunidade” é um grupo de homens tendo certas características em comum. Quanto menor a comunidade, maior tende a ser o número de

características comuns. Comunidades são de diferentes ordens – raças, nações, províncias, cidades – as duas últimas expressões usadas no sentido de grupos coletivos de homens. Pelo uso desses dois termos, pode-se ter maior precisão nas discussões conforme os efeitos de expor as duas comunidades a um único ambiente e expor uma única comunidade a dois ambientes. Por exemplo: como as condições geográficas diferenciaram a raça inglesa nos três ambientes: Grã-Bretanha, América e Austrália?

Em todo lugar, questões políticas dependerão dos resultados da investigação física. Certas condições de clima e de solo são necessárias para a agregação de populações densas. Uma certa densidade de população parece necessária ao desenvolvimento da civilização. À luz de tais princípios, seriam discutidos tais problemas como o contraste entre as antigas civilizações de terras altas do Novo Mundo, Peru e México, e as antigas civilizações de terras baixas do Velho Mundo, Egito e Babilônia. Novamente, camadas relativamente imperturbáveis geralmente encontram-se abaixo de amplas planícies, e essas planícies parecem especialmente favoráveis ao desenvolvimento de raças homogêneas, como os russos e os chineses. Novamente ainda, a distribuição de animais, vegetais e produtos minerais fez muito na determinação das características da civilização. Considere-se a esse respeito as séries apresentadas pelo Velho Mundo, o Novo Mundo e a Austrália na questão da riqueza comparativa em cereais e bestas de carga.

Um dos mais interessantes capítulos lidaria com a reação do homem à natureza. O homem altera o ambiente e, em consequência, a ação do ambiente na posteridade é alterada. A importância relativa dos aspectos físicos varia de era a era de acordo com o estado de conhecimento e de civilização material. A melhora da iluminação artificial tornou possível a existência de uma grande comunidade em São Petersburgo. A descoberta da rota do Cabo para a Índia e do Novo Mundo levou à ruína de Veneza.



A invenção da máquina a vapor e do telégrafo elétrico tornou possível o grande tamanho dos Estados modernos. Podemos multiplicar tais instâncias grandemente e agrupá-las em categorias, mas nosso objeto hoje é meramente indicar as possibilidades da disciplina. Uma coisa, porém, deve sempre estar em mente. O curso da história, em dado momento, seja na política, na sociedade ou em qualquer outra esfera de atividade humana, é o produto não somente do ambiente, mas também da inércia adquirida no passado. O fato de o homem ser principalmente uma criatura de hábito precisa ser reconhecido. Os ingleses, por exemplo, viverão com muitas anomalias até se tornarem excessivamente incômodas. A influência dessa tendência deve sempre ser mantida em mente na geografia. Milford Haven, no presente estado de coisas, oferece maiores vantagens físicas que Liverpool para o comércio americano; ainda assim é improvável que Liverpool dê lugar a Milford Haven, em qualquer medida, no futuro imediato. É um caso de *vis inertiae*<sup>162</sup>.

Propomos passar agora à ilustração especial que prometemos. Começaremos com a fonte. Do calor solar e da rotação da Terra na vasta massa da Ásia, deduzimos a variação monçônica do sistema. Na área de monção são coletados 700 de 800 milhões. De um lado a outro do Himalaia, a monção sudoeste se estende. A umidade do Oceano Índico, em consequência, enche sua face sul. Então a importância completa da direção da cadeia de montanhas é trazida à baila. As chuvas lavam para baixo das montanhas os detritos que formam a planície fértil na sua base. Então, ao longo do sopé sul do Himalaia, temos um cinturão de áreas que possuem condições de clima e de solo necessárias a sustentar uma grande população. Com efeito, encontramos dois quintos da população da península concentrada nas províncias de Bengali, Noroeste e Punjab, apesar dessas três províncias não terem nada mais que um sexto da área. Além disso, a umidade abundante da monção

---

162 N. T.: Expressão latina que poderia ser traduzida como “força da inércia”.

casada com a altura do Himalaia (a altura é uma consequência da modernidade do dobramento) produziu um abundante sistema glacial vindo de cima da linha de neve. Um resultado disso é que os rios de planície são perenes e constantemente navegáveis. Daí nós temos duas condições favoráveis ao desenvolvimento da civilização: densidade populacional e facilidade de comunicação.

Uma comunidade civilizada afluyente é uma região tentadora a conquistar. Novos conquistadores são de dois tipos – lobos da terra e lobos do mar. Como estes respectivamente ganhariam acesso à sua presa no vale do Ganges? Considere-se primeiro a fronteira terrestre da Índia. No nordeste, é, na prática, intransitável para uma tropa<sup>163</sup>. No noroeste, há a cadeia de montanhas Sulaiman, furada por vários passos. Dos planaltos iranianos dos quais essa cadeia é o muro fronteiro, moveram-se sucessivas ondas de conquistadores. Porém, na linha de montanha, existe um obstáculo muito mais efetivo, o Thar (também conhecido como Grande Deserto Indiano), com a sua continuação, o Rann de Kutch<sup>164</sup>. Essa barreira se estende, paralela às Montanhas Sulaiman, do mar até quase o Himalaia. Entre o deserto e o sopé do Himalaia, o cinturão fértil é muito estreito. É necessário passar por esse portão para acessar o vale do Ganges. Alexandre avançou sobre essa entrada. Quando desviou para a direita e seguiu o Indo, a Índia estava salva. Perto da extremidade oriental do passo fica Deli. Fica na cabeça da navegação de Jumna-Ganges, o lugar de baldeação da terra para o transporte aquático. É, portanto, um natural centro de comércio. É também a base natural de operações do conquistador asiático, sua esquerda flanqueada pelas montanhas, a direita pelo deserto, sua linha de comunicações segura na retaguarda. A importância da região não escapou aos britânicos. Aqui em Simla, a capital de verão da Índia, também os quartelamentos de exército são em maioria

---

163 Só uma exceção é registrada na história. Um exército chinês uma vez conseguiu chegar ao Nepal.

164 N. T.: Área de sapal no deserto de Thar, que é considerada um dos maiores desertos de sal do mundo.

densamente disseminados. Aqui são campos de muitas batalhas. Muitas por Deli. Agora vamos para Calcutá. Do mar, a Índia é inacessível. A costa oriental é batida por fortes ondas. Nós tivemos de construir um porto em Madras com grande dispêndio. A costa ocidental tem muitos portos bons, mas, em sua retaguarda, levanta-se a encosta escarpada de Western Ghats. Encharcada pela monção, são densamente cobertas com florestas, que, no dia de hoje, são a morada de algumas das raças mais selvagens. Por trás de Bombaim, as ferrovias superaram as montanhas, que eram até então barreira bastante eficaz à comunicação. Os portugueses estabeleceram-se em Goa e não puderam avançar. A possessão inglesa em Bombaim foi a nossa primeira na Índia<sup>165</sup>, ainda assim a Presidência de Bombaim<sup>166</sup> foi a última a crescer. O grande portão aquático natural é na foz dos Ganges. Aqui, no rio Hoogly, os britânicos estabeleceram-se em Calcutá. É o lugar de junção de navegação fluvial e marítima, e, portanto, um centro comercial. É também a base natural de operações para conquistadores vindos do mar. A partir dele estenderam sua influência amplamente. As antigas Presidências de Bombaim e Madras foram cada qual sucedida por uma única província, mas a Presidência de Bengal gerou Bengal, o Noroeste, o Punjab e as províncias centrais; nós quase poderíamos adicionar Assam e Burma. Então, para acrescentar, nas duas extremidades do cinturão fértil, estão os dois portões da Índia – o passo Khaibar e o rio Hoogly. Ao longo do cinturão, a grande estrada é o Jumna-Ganges. Nas duas extremidades da navegação, fica uma capital estratégica e comercial, Deli de um lado e Calcutá<sup>167</sup> no outro.

Então completamos nossa pesquisa sobre os métodos e o escopo da geografia. Creio que, nessas linhas tais quais esquematizei,

165 Nossa primeira possessão. Nós tivemos feitorias em Surat e em Fort Saint George um pouco antes.

166 N. T.: *Bombay Presidency* no original em inglês. Era uma divisão administrativa da Índia britânica.

167 Calcutá = Kali Kata – a cidade da deusa Kali. Isso sugere a questão: por que deveria essa vila em particular crescer à condição de metrópole e não qualquer outra vila? Eu proporia o termo “seleção geográfica” para fazer a analogia ao processo de “seleção natural”.

possa ser desenvolvida uma geografia que satisfaça de uma vez as exigências práticas do estadista e do mercador, as exigências teóricas do historiador e do cientista, e as exigências intelectuais do professor. Sua inerente abrangência e sua condição multifacetada deveriam ser reivindicadas como seu principal mérito. Ao mesmo tempo, temos de reconhecer que estas são as precisas qualidades que lhe renderão suspeitas da parte de uma geração de especialistas. Seria um protesto permanente contra a desintegração da cultura que nos ameaça.

No tempo dos nossos pais, os antigos clássicos eram o elemento comum na cultura de todos os homens, um fundamento no qual os especialistas podiam encontrar-se. O mundo está mudando, e parece que os clássicos estão se tornando também uma especialidade. Lamentando ou regozijando a mudança de rumo que as coisas tomaram, é igualmente nosso dever achar um substituto. A mim parece que a geografia combina algumas das qualidades requisitadas. Ao homem prático, ambicione ele distinção no Estado ou no acúmulo de riqueza, a geografia é um depósito de inestimáveis informações; ao estudante, é uma base estimulante na qual se estabelece ao longo de uma centena de linhas especiais; ao professor, seria um implemento ao seu papel de despertar os poderes do intelecto, exceto, por óbvio, àquela classe antiquada de mestres-escola<sup>168</sup> que mede o valor de uma disciplina pela repugnância que gera em seus pupilos. Tudo isso dizemos assumindo a unidade da disciplina. A alternativa é dividir o que há de científico do que há de prático. O resultado de adotar isso seria uma ruína para ambos. O prático seria rejeitado pelo professor e, posteriormente na vida da pessoa, seria considerado indigesto. O científico seria negligenciado pela maioria dos homens, porque falta o elemento de aplicação na vida diária. O homem do mundo e o estudante, o cientista e o historiador, perderão sua plataforma comum. O mundo seria mais pobre.

---

168 N. T.: Antiga designação dada ao professor da educação primária.

## O pivô geográfico da história<sup>169</sup>

Halford John Mackinder

Quando historiadores em um futuro remoto examinarem o conjunto de séculos pelos quais estamos passando, e os verem encurtados, como vemos hoje as dinastias egípcias, pode ser que descrevam os últimos 400 anos como a era de Colombo, e dirão que terminou logo após o ano de 1900. Ultimamente, tem sido um lugar-comum falar da atividade de exploração geográfica como quase encerrada, e é reconhecido que a geografia deve ser desviada para o propósito de pesquisa intensiva e síntese filosófica. Em 400 anos, o desenho do mapa do mundo foi concluído com precisão aproximada, e, mesmo nas regiões polares, as viagens de Nansen e Scott reduziram muito a última possibilidade de descobertas dramáticas. Mas o início do século XX é apropriado como marco do fim de uma grande época histórica não apenas por conta dessa conquista, por maior que seja. O missionário, o conquistador, o fazendeiro, o mineiro e, ultimamente, o engenheiro seguiram tão de perto os passos do viajante que o mundo, em suas fronteiras mais remotas, mal foi revelado antes de precisarmos registrar sua apropriação política virtualmente completa. Na Europa, na América

---

169 MACKINDER, Halford John. The geographic pivot of history. *Geographical Journal*, v. 170, n. 4, p. 298-321, 1904.

do Norte, na América do Sul, na África e na Australásia, dificilmente sobrou uma região passível de ser reivindicada, a não ser como resultado de guerra entre potências civilizadas ou meio civilizadas. Mesmo na Ásia, estamos provavelmente testemunhando as últimas cartadas das ações primeiramente executadas pelos cavaleiros de Yermak<sup>170</sup>, o Cossaco, e pelos marinheiros de Vasco da Gama. Em termos gerais, podemos contrastar a época das navegações com a que a precedeu, descrevendo-a como a expansão da Europa contra resistências quase insignificantes, enquanto a cristandade medieval estava encerrada em região estreita e ameaçada pela barbárie externa. A partir de agora, na era após as navegações, teremos novamente de lidar com um sistema político fechado, mas de alcance mundial. Cada explosão de forças sociais, em vez de ser dissipada em um circuito desconhecido e de caos bárbaro, será fortemente ecoada do outro lado do globo, e os elementos fracos do organismo político e econômico do mundo serão em consequência esmagados. Há uma grande diferença de efeito na queda de um explosivo de artilharia em uma área de terraplanagem e sua queda em meio aos espaços fechados e em estruturas rígidas de um grande edifício ou de navio. Provavelmente, alguma consciência desse fato está finalmente desviando grande parte da atenção dos estadistas em todas as partes do mundo da expansão territorial para a luta pela eficiência relativa.

Parece-me, portanto, que na presente década estamos pela primeira vez em posição de tentar, com algum grau de amplitude, apresentar generalizações geográficas e históricas mais amplas. Pela primeira vez, podemos identificar características e eventos no palco de todo o mundo, e é possível buscar uma fórmula para expressar certos aspectos da causalidade geográfica na história universal. Se tivermos sorte, essa fórmula terá valor prático, pois coloca em perspectiva algumas das forças rivais na política internacional atual. A frase familiar sobre a marcha do império para o oeste é uma

---

170 N. T.: Yermak Timofeyevich foi o responsável por iniciar a conquista da Sibéria pela Rússia.

tentativa empírica e fragmentária desse esforço. Proponho esta noite<sup>171</sup> descrever as características físicas do mundo que acredito terem sido as mais influentes da ação humana e apresentar algumas das principais fases da história como organicamente conectadas a elas, mesmo em épocas em que eram desconhecidas da geografia. Meu objetivo não será discutir a influência deste ou daquele tipo de recurso, ou ainda fazer um estudo em geografia regional, mas sim exibir a história humana como parte da vida do organismo mundial. Reconheço que só posso chegar a um aspecto da verdade e não desejo mergulhar no excessivo materialismo. O homem e não a natureza inicia, mas a natureza em grande medida controla. Minha preocupação é com o controle físico geral e não as causas da história universal. É óbvio que apenas uma primeira aproximação da verdade pode ser esperada. Encararei com humildade meus críticos.

O falecido professor Freeman<sup>172</sup> sustentou que a única história relevante é a das raças mediterrâneas e europeias. Em certo sentido, é claro, isso é verdade, pois foram essas raças que deram origem às ideias que tornaram os herdeiros da Grécia e de Roma dominantes em todo o mundo. Em outro sentido muito importante, entretanto, tal argumento tem efeito restritivo sobre o pensamento. As ideias que vão formar uma nação, em oposição a uma mera multidão de animais humanos, foram geralmente aceitas sob a pressão de uma tribulação comum e sob a necessidade comum de resistência a forças externas. O conjunto de ideias associado à Inglaterra foi lançado na Heptarquia pelos conquistadores normandos; a ideia da França foi forçada a competir com francos, visigodos e romanos pelos hunos em Chalons e na Guerra dos Cem Anos com a Inglaterra; a ideia de cristandade

---

171 N. T.: O autor leu este texto em uma conferência na *Royal Geographical Society*, em 25 de janeiro de 1904, sendo o texto publicado em abril do mesmo ano pelo *The Geographical Journal*.

172 N. T.: Edward Augustus Freeman (1823-1892) foi professor de história moderna na Universidade de Oxford.

nasceu das perseguições romanas e amadureceu nas Cruzadas; a ideia dos Estados Unidos foi aceita, e o patriotismo colonial local naufragou apenas na longa Guerra da Independência; a ideia do Império Alemão foi relutantemente adotada na Alemanha do Sul somente depois de uma luta contra a França em colaboração com a Alemanha do Norte. O que posso descrever como a concepção literária da história, ao concentrar a atenção nas ideias e na civilização que é seu resultado, tende a perder de vista os movimentos mais elementares, cuja pressão é comumente a causa estimulante dos esforços nos quais as grandes ideias vicejam. Uma personalidade repulsiva desempenha função social valiosa ao unir seus inimigos, e foi sob a pressão da barbárie externa que a Europa conquistou sua civilização. Peço-lhes, portanto, por um momento, que olhem para a Europa e a história europeia como subordinadas à Ásia e à história asiática, pois a civilização europeia é, em sentido muito real, o resultado da luta secular contra a invasão asiática.



Mapa 5 – Leste Europeu antes do século XIX.  
(com base no Atlas Físico de Berghaus).



O contraste mais notável, no mapa político da Europa moderna, é aquele apresentado pela vasta área da Rússia que ocupa metade do continente e o grupo de territórios menores controlado pelas potências ocidentais. Do ponto de vista físico, há, é claro, contraste semelhante entre as planícies ininterruptas do leste e o rico complexo de montanhas e vales, ilhas e penínsulas, que juntos formam o resto dessa parte do mundo. À primeira vista, haveria nesses fatos familiares uma correlação entre o ambiente natural e a organização política tão óbvia que dificilmente mereceria descrição, especialmente quando notamos que, em toda a planície russa, um inverno frio se opõe a um verão quente, e as condições da existência humana assim conseguiriam ser uniformes. No entanto, uma série de mapas históricos, como o disponível no Atlas de Oxford, revelará o fato de que não só é uma coincidência territorial da Rússia europeia com a planície oriental da Europa uma questão dos últimos cem anos ou mais, mas que, em todo período anterior, havia persistente reafirmação de uma tendência bem diferente. Dois grupos de Estados geralmente dividiam o país em sistemas políticos do norte e do sul. O fato é que o mapa orográfico não expressa o contraste físico particular que, até muito recentemente, controlava o movimento humano e sua colonização na Rússia. Quando a neve do inverno desaparece no norte da vasta planície, seguem-se as chuvas, cujo auge é em maio e junho na região próxima do mar Negro e em julho e agosto perto dos mares Báltico e Branco. No sul, o final do verão é um período de seca. Como consequência desse regime climático, o norte e o noroeste eram florestas interrompidas apenas por pântanos, ao passo que o sul e o sudeste eram amplas estepes gramíneas, com árvores apenas ao longo dos rios. A linha que separa as duas regiões corre diagonalmente para o nordeste, desde a extremidade norte dos Cárpatos até um ponto na cordilheira dos Urais mais próximo ao sul do que ao norte. Moscou fica um pouco ao norte dessa linha, ou, em outras palavras, ao lado da floresta. Fora da Rússia, a fronteira da grande floresta estendia-se para o oeste quase exatamente pelo centro do istmo europeu, que tem oitocentas milhas entre os mares Báltico e Negro. Além disso, na Europa

peninsular, os bosques espalharam-se pelas planícies do norte da Alemanha, enquanto as terras das estepes no sul transformaram o grande bastião dos Cárpatos na Transilvânia e estenderam-se pelo Danúbio, pelo o que hoje são os campos de milho da Romênia, para os Portões de Ferro<sup>173</sup>. Uma área isolada de estepes, conhecida localmente como Pusstas, agora amplamente cultivada, ocupou a planície da Hungria, cercada pela orla arborizada dos Cárpatos e montanhas alpinas. Em todo o oeste da Rússia, exceto no extremo norte, o desmatamento das florestas, a drenagem dos pântanos e a lavoura das estepes recentemente reduziram a característica da paisagem e, em grande medida, obliteraram uma distinção antes muito agressiva da humanidade.



Divisão política do Leste Europeu na época da Terceira Cruzada  
(com base no Atlas Histórico de Oxford)

Mapa 6 – Divisão política do Leste Europeu na época da Terceira Cruzada.

173 N. T.: cânion localizado hoje na fronteira da Sérvia com a Romênia no rio Danúbio.

A Rússia e a Polônia foram estabelecidas inteiramente nas clareiras da floresta. Pela estepe, por outro lado, uma notável sucessão de povos nômades da Ásia Central – hunos, ávares, búlgaros, magiares, khazares, patzinaks, cumanos, mongóis, kalmuks – veio de locais desconhecidos da Ásia pela passagem entre os montes Urais e o mar Cáspio dos séculos quinto ao décimo sexto. Sob o comando de Átila, os hunos estabeleceram-se no meio dos Pusstas, nas estepes no extremo do Danúbio, e dali desferiram golpes para o norte, oeste e sul – contra os povos assentados da Europa. Uma grande parte da história moderna pode ser escrita como um comentário sobre as mudanças direta ou indiretamente decorrentes desses ataques. Muito provavelmente por essa razão, os anglos e os saxões atravessaram os mares para fundar a Inglaterra na Grã-Bretanha. Os francos, os godos e os provincianos de Boman foram obrigados, pela primeira vez, a ficar ombro a ombro no campo de batalha de Chalons, fazendo causa comum contra os asiáticos, inconscientemente criando a França moderna. Veneza foi fundada a partir da destruição de Aquileia e Pádua; e até o papado emprestou prestígio decisivo à mediação bem-sucedida do papa Leão com Átila em Milão. Esses foram os resultados produzidos por uma nuvem de cavaleiros implacáveis e sem ideais varrendo a planície desimpedida – um choque, por assim dizer, do grande martelo asiático golpeando livremente o espaço vazio. Os hunos foram seguidos pelos ávaros. Foi como resultado das campanhas de Carlos Magno e para uma marcha contra estes que a Áustria foi fundada e Viena fortificada. O Magyar veio em seguida e, por incessantes incursões de sua base nas estepes na Hungria, aumentou a importância do posto avançado austríaco, atraindo assim o foco político da Alemanha para o leste – para a margem do reino. O búlgaro estabeleceu uma casta governante ao sul do Danúbio e deixou seu nome no mapa, embora sua língua tenha cedido à de seus súditos eslavos.

Talvez a ocupação mais longa e eficaz da estepe russa propriamente dita foi a dos khazares, contemporâneos do grande

movimento sarraceno; os geógrafos árabes conheciam o Cáspio como o mar Khazar. No final, entretanto, novas hordas chegaram da Mongólia, e por dois séculos a Rússia na floresta do norte foi considerada tributária dos Khans mongóis de Kipchak, ou “a estepe”. O desenvolvimento russo foi, portanto, atrasado e desvirtuado em um momento no qual o resto da Europa avançava rapidamente.



Mapa 7 – Divisão política do Leste Europeu na época da ascensão de Carlos V.

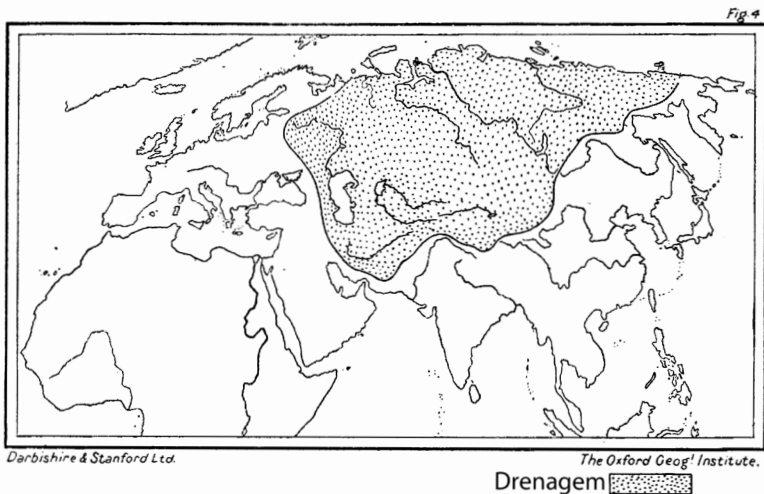
Deve-se notar que os rios que vão da área de florestas aos mares Negro e Cáspio cruzam todo trecho de estepe dos nômades, e que, de vez em quando, havia movimentos transitórios ao longo de seus cursos em ângulos retos para o deslocamento dos cavaleiros. Assim, os missionários do cristianismo grego ascenderam o Dnieper até Kiev, assim como os nórdicos varangians desceram o mesmo rio em seu caminho para Constantinopla. Ainda antes, os godos teutônicos aparecem por um momento no Dniester, tendo cruzado a Europa a partir da costa do Báltico na mesma direção sudeste.

Mas esses episódios passageiros não invalidam uma generalização mais ampla. Por mil anos, uma série de povos montados a cavalo emergiu da Ásia por intermédio da ampla fenda entre os montes Urais e o mar Cáspio. Eles cavalgaram pelos espaços abertos do sul da Rússia e criaram seu lar na Hungria, bem no coração da península europeia, moldando pela necessidade de se opor a eles a história de cada um dos grandes povos ao redor – os russos, os alemães, os franceses, os italianos e os gregos bizantinos. O fato de estimularem uma reação saudável e poderosa, em vez de esmagar a oposição sob um despotismo generalizado, deveu-se ao fato de a mobilidade de seu poder ter sido condicionada pelas estepes e limitada pelas florestas e montanhas circundantes.

Os vikings em seus barcos foram um poder rival com mobilidade semelhante. Descendo da Escandinávia tanto na costa norte quanto na costa sul da Europa, eles penetraram no interior pelos rios. Mas o escopo de sua ação era limitado, pois, em termos gerais, seu poder era eficaz apenas nas proximidades da água. Assim, os povos colonizados da Europa ficaram presos entre duas pressões – a dos nômades asiáticos do leste e, nos outros três lados, a dos piratas do mar. Por sua própria natureza, nenhuma das pressões era esmagadora e, portanto, ambas foram estimulantes. É digno de nota que a influência formativa dos escandinavos perdia apenas em significância para a dos nômades, pois sob seu ataque tanto à Inglaterra quanto à França fizeram grandes esforços em direção à unidade, enquanto a união da Itália foi rompida por eles. Anteriormente, Roma havia mobilizado o poder de seus povos por meio de suas estradas, mas as estradas romanas estavam em decadência e não foram substituídas até o século XVIII.

É provável que nem mesmo a invasão hunna tenha sido a primeira da série asiática. Os citas dos relatos de Homero e Heródoto, bebendo o leite das éguas, obviamente praticavam as mesmas atividades e eram provavelmente da mesma raça que os

habitantes posteriores da estepe. O elemento celta nos nomes de rios como o Don, Donetz, Dweiper, Dneister e Danúbio provavelmente indica a passagem de povos de hábitos semelhantes, embora não de raça idêntica, mas não é improvável que os celtas tenham vindo apenas das florestas do norte, como os godos e varangianos de uma época posterior. A grande divisão de população, no entanto, que os antropólogos caracterizam como bráquiocefálico, dirigida para o oeste oriunda da Ásia através da Europa Central para a França, é aparentemente uma ação intrusiva entre as populações dólicocefálicas do norte, oeste e sul, e pode muito provavelmente ser derivada da Ásia.



Mapa 8 – Drenagem continental e ártica.

O significado pleno da influência asiática sobre a Europa não é, entretanto, discernível até as invasões mongóis do século XV; mas, antes de analisarmos os fatos essenciais a respeito deles, é desejável mudar nosso ponto de vista geográfico da Europa, para que possamos considerar o Velho Mundo em sua totalidade. É óbvio que, uma vez que a chuva provém do mar, o coração da

maior massa de terra provavelmente será relativamente seco. Não estamos, portanto, surpresos em descobrir que dois terços de toda a população mundial estão concentrados em áreas relativamente pequenas ao longo das margens do grande continente – na Europa, ao lado do oceano Atlântico; nas Índias e na China, na beira dos oceanos Índico e Pacífico. Um vasto cinturão de terras quase desabitadas em decorrência da falta de chuva se estende como o Saara por todo o norte da África até a Arábia. A África Central e a Meridional foram separadas da Europa e da Ásia durante a maior parte da história tanto quanto as Américas e a Austrália. Na verdade, a fronteira sul da Europa era e é o Saara, e não o Mediterrâneo, pois é o deserto que separa o homem negro do branco. A massa de terra contínua da Eurásia entre o oceano e o deserto mede 21 milhões de milhas quadradas, ou metade de toda a terra do globo, se excluirmos os desertos do Saara e da Arábia. Há muitos desertos isolados espalhados pela Ásia, da Síria e Pérsia ao nordeste até a Manchúria, mas nenhum comparável ao Saara. Por outro lado, a Eurásia é caracterizada por uma distribuição muito notável de rios. Ao longo de uma imensa porção do centro e do norte, os rios têm sido praticamente inúteis para fins de comunicação humana com o mundo exterior. O Volga, o Oxus e o Jaxartes desaguam em lagos salgados; o Obi, o Yenesei e o Lena, no oceano congelado do norte. Esses são seis dos maiores rios do mundo. Existem rios menores, mas ainda consideráveis na mesma área, como o Tarim e o Helmund, que também não chegam ao oceano. Assim, o centro da Eurásia, embora salpicado de manchas de deserto, é, em geral, uma estepe que fornece uma pastagem ampla, embora muitas vezes escassa, e há oásis alimentados por rios não penetrados por vias navegáveis do oceano. Em outras palavras, temos, nessa imensa área, todas as condições para a manutenção de uma esparsa, mas no conjunto considerável, população de nômades montados a cavalo e camelo. Seu domínio é limitado ao norte por um amplo cinturão de floresta subártica e pântano, onde o clima é muito rigoroso, exceto nas extremidades leste e oeste, para o desenvolvimento de

assentamentos agrícolas. No leste, as florestas se estendem para o sul até a costa do Pacífico na área do rio Amur e na Manchúria. Da mesma forma, no oeste, na Europa pré-histórica, a floresta era a vegetação predominante. Assim, enquadradas no nordeste, norte e noroeste, as estepes se espalham continuamente por 4 mil milhas dos Pusstas da Hungria ao Pequeno Gobi da Manchúria e, exceto em sua extremidade mais ocidental, não são atravessadas por rios que drenam para um oceano acessível, pois podemos ignorar os esforços muito recentes de comércio para a foz do Obi e Yenisei. Na Europa, na Sibéria Ocidental e no Turquestão Ocidental, as estepes são baixas, em alguns lugares inclusive abaixo do nível do mar. Mais a leste, na Mongólia, estendem-se por planaltos; mas a passagem de um nível para o outro, pelas cordilheiras nuas e não escarpadas da árida região central, apresenta pouca dificuldade.

As hordas que se lançaram sobre a Europa em meados do século XIV reuniram sua primeira força a 3 mil milhas de distância, nas altas estepes da Mongólia. A destruição causada por alguns anos na Polônia, Silésia, Morávia, Hungria, Croácia e Sérvia foi, no entanto, a mais remota e transitória consequência da grande agitação dos nômades do Oriente associada ao nome de Gengis Khan. Enquanto a Horda Dourada<sup>174</sup> ocupava a estepe de Kipchak, do Mar de Aral, pelo intervalo entre a cordilheira dos Urais e o Cáspio, até o sopé dos Cárpatos, outra horda, descendo para sudoeste entre o mar Cáspio e o Hindu Kush na Pérsia, em direção à Mesopotâmia e mesmo à Síria, fundou o domínio do Ilkhan. Uma terceira horda posteriormente atingiu o norte da China, conquistando Catai. A Índia e Mangi (sul da China) foram por algum tempo protegidas pela barreira incomparável do Tibete, a cuja eficácia não haja, talvez, nada semelhante no mundo, a menos que seja o deserto do Saara e o gelo polar. Mais tarde, contudo, nos dias de Marco Polo, no caso de Mangi, e nos de Tamerlão, no caso da Índia, o obstáculo

---

174 N. T.: Unidade política estabelecida no século XIII no território hoje correspondente à área que vai da Sibéria até o leste europeu e do Danúbio até os mares Negro e Cáspio.



foi contornado. Neste exemplo típico e bem registrado, todas as margens assentadas do Velho Mundo, mais cedo ou mais tarde, sentiram a força expansiva da energia móvel originada na estepe. Rússia, Pérsia, Índia e China tornaram-se tributários ou receberam dinastias mongóis. Até o poder incipiente dos turcos na Ásia Menor foi reduzido por meio século.

Como no caso da Europa, também em outras terras marginais da Eurásia há registros de invasões anteriores. A China teve mais de uma vez que se submeter à conquista do norte; a Índia várias vezes foi conquistada pelo noroeste. No caso da Pérsia, entretanto, pelo menos uma das primeiras tem significado especial na história da civilização ocidental. Três ou quatro séculos antes dos mongóis, os turcos seljúcidas, emergindo da Ásia Central, invadiram por esse caminho uma imensa área da terra, que podemos descrever como sendo dos cinco mares – Cáspio, Negro, Mediterrâneo, Vermelho e Persa. Eles se estabeleceram em Kerman, em Hamadan e na Ásia Menor e derrubaram o domínio sarraceno de Bagdá e Damasco. Foi ostensivamente para punir o tratamento dado aos peregrinos cristãos em Jerusalém que o cristianismo empreendeu a grande série de campanhas conhecidas coletivamente como Cruzadas. Embora tenham falhado em seus objetivos imediatos, eles agitaram e uniram tanto a Europa que podemos considerá-las como o início da história moderna – outro exemplo notável de avanço europeu estimulado pela necessidade de reagir contra a pressão do coração da Ásia.

A concepção da Eurásia a que nos atemos é a de uma terra contínua, cercada de gelo no norte e de água no resto com 21 milhões de milhas quadradas, ou mais de três vezes a área da América do Norte e mais do que o dobro da área da Europa. Ela não tem vias navegáveis disponíveis para o oceano, mas, por outro lado, exceto na floresta subártica, são geralmente favoráveis à mobilidade de cavaleiros e camelos. A leste, sul e oeste desse centro estão

regiões marginais, distribuídas em um vasto crescente, acessíveis aos marinheiros. De acordo com a conformação física, essas regiões são em número de quatro, e não é pouco notável que, de uma maneira geral, coincidam, respectivamente, com as esferas das quatro grandes religiões – budismo, brahminismo, maometanismo e cristianismo. As duas primeiras são as terras das monções, uma voltada para o Pacífico e a outra voltada para o Índico. A quarta é a Europa, regada pelas chuvas atlânticas do oeste. Essas três, medindo menos de 7 milhões de milhas quadradas, têm mais de um bilhão pessoas, ou dois terços da população mundial. A terceira, coincidindo com a terra dos Cinco Mares, ou, como é mais frequentemente descrita, o Oriente Próximo, é em grande parte privada de umidade pela proximidade da África e, exceto nos oásis, é pouco povoada. Em certo grau, compartilha das características tanto da faixa marginal quanto da área central da Eurásia. É de forma geral desprovida de floresta, remendada por desertos e, portanto, adequada para as operações dos nômades. Dominantemente, entretanto, é marginal, pois os golfos marinhos e os rios oceânicos o deixam aberto ao poder marítimo e permitem o exercício desse poder a partir dele. Como consequência, periodicamente ao longo da história, tivemos aqui impérios pertencentes essencialmente às áreas marginais, baseadas nas populações agrícolas dos grandes oásis da Babilônia e do Egito, e em livre comunicação naval com os mundos civilizados do Mediterrâneo e das Índias. Mas, como esperado, esses impérios foram sujeitos a uma série incomparável de revoluções, algumas decorrentes de ataques citas, turcos e mongóis da Ásia Central; outras do esforço dos povos mediterrâneos para conquistar os caminhos terrestres do oceano ocidental para o oriental. Aqui está o ponto mais fraco no cinturão das civilizações primitivas, pois o istmo de Suez dividia o poder marítimo em oriental e ocidental, e os desertos áridos da Pérsia avançando da Ásia Central para o golfo persa deram oportunidade constante para o poder nômade atacar, separando a Índia e a China, de um lado, do mundo mediterrâneo, de outro. Sempre que os oásis da Babilônia, da Síria e do Egito eram

fracamente controlados, os povos das estepes podiam tratar os planaltos abertos do Irã e da Ásia Menor como postos avançados de onde atacar através do Punjab para a Índia, através da Síria para o Egito e através da ponte do Bósforo e Dardanelos na Hungria. Viena estava no portal interior da Europa, resistindo aos ataques nômades, tanto aqueles que vinham pela via direta da estepe russa quanto aqueles que vinham pelo sul dos mares Negro e Cáspio.

Aqui ilustramos a diferença essencial entre os controles sarracenos e turcos do Oriente Próximo. Os sarracenos eram um ramo da raça semítica, essencialmente povos do Eufrates e do Nilo e dos oásis menores da Ásia Menor. Eles criaram um grande império valendo-se das duas mobilidades permitidas por suas terras – a do cavalo e do camelo de um lado e a do navio do outro. Em épocas diferentes, suas frotas controlaram tanto o Mediterrâneo, até a Espanha, quanto o oceano Índico, até as ilhas malaias. De sua posição estrategicamente central entre os oceanos, tentaram a conquista de todas as terras marginais do Velho Mundo, imitando Alexandre e antecipando Napoleão. Eles conseguiram até ameaçar as estepes. Totalmente distintos da Arábia e da Europa, Índia e China eram os pagãos turanianos do âmago da Ásia, os turcos que destruíram a civilização sarracena.

A mobilidade no oceano é rival natural da mobilidade do cavalo e do camelo no coração do continente. Foi na navegação dos rios oceânicos que se baseou a civilização potâmica, a da China no Yangtse, a da Índia no Ganges, a da Babilônia no Eufrates e a do Egito no Nilo. Foi essencialmente na navegação do Mediterrâneo que se baseou o que foi descrito como a fase talássica da civilização, a dos gregos e romanos. Os sarracenos e os vikings dominavam a navegação nas costas oceânicas.

O importantíssimo resultado da descoberta da rota do Cabo para as Índias foi conectar as navegações costeiras ocidental e oriental da Eurásia, ainda que por uma via tortuosa, e assim, em

certa medida, neutralizar a vantagem estratégica da posição central dos nômades da estepe pressionando-os na retaguarda. A revolução iniciada pelos grandes marinheiros da geração de exploradores dotou a cristandade da mais ampla mobilidade de poder possível. O oceano único e contínuo que envolve as terras divididas e insulares é, naturalmente, a condição geográfica da unidade final no comando do mar e de toda a teoria da estratégia e política naval moderna, conforme exposto por escritores como o capitão Mahan e o senhor Spencer Wilkinson. O amplo efeito político foi reverter as relações da Europa e da Ásia, pois enquanto na Idade Média a Europa estava enjaulada entre um deserto intransponível ao sul, um oceano desconhecido a oeste e zonas geladas ou de florestas ao norte e nordeste (e no leste e no sudeste era constantemente ameaçada pela mobilidade superior dos cavaleiros e camelos), ela agora emergia no mundo, multiplicando mais de trinta vezes a superfície do mar e de terras costeiras a que tinha acesso e envolvendo sua influência em torno do poder terrestre eurasiático que até então ameaçava sua própria existência. Novas Europas foram criadas nas terras desocupadas descobertas no meio das águas, e o que a Grã-Bretanha e a Escandinávia eram para a Europa no passado, agora a América e a Austrália e, em certa medida, até a África Transsaariana, se tornaram para a Eurásia. Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Japão são agora um anel de bases externas e insulares para o poder marítimo e o comércio, inacessíveis ao poder terrestre da Eurásia.

Mas o poder terrestre ainda permanece, e eventos recentes aumentaram novamente sua importância. Enquanto os povos marítimos da Europa Ocidental cobriram os oceanos com suas frotas, colonizaram os demais continentes e, em vários graus, tornaram tributárias as margens oceânicas da Ásia, a Rússia organizou os cossacos e, emergindo de suas florestas do norte, policiou as estepes ao enviar seus próprios nômades para enfrentar os nômades tártaros. O século Tudor, que viu a expansão da Europa Ocidental pelo mar, também viu o poderio russo se expandir de

Moscou até a Sibéria. O avanço dos cavaleiros pela Ásia foi evento com conseqüências políticas equivalentes à navegação pelo Cabo da Boa Esperança, embora os dois movimentos tenham permanecido separados por muito tempo.

É provavelmente uma das coincidências mais significativas da história que o mar e a expansão terrestre da Europa devem, de certa forma, continuar a antiga oposição entre Roma e Grécia. Poucos fracassos retumbantes tiveram conseqüências mais abrangentes do que o de Roma em latinizar a Grécia. O teutão foi civilizado e cristianizado pelos romanos; os eslavos, principalmente pelos gregos. É o romano-teutão que mais tarde se voltou para o oceano; foi o grego-eslavo que cavalgou sobre as estepes, conquistando a Ásia Central. Assim, o moderno poder terrestre difere do marítimo não menos na fonte de seus ideais do que nas condições materiais de sua mobilidade.

Na esteira do cossaco, a Rússia emergiu com segurança de sua antiga reclusão nas florestas do norte. Talvez a mudança de maior importância que ocorreu na Europa no século passado tenha sido a migração para o sul dos camponeses russos, de modo que, enquanto os assentamentos agrícolas estavam antes limitados à fronteira florestal, o centro da população de toda a Rússia europeia agora está ao sul dessa área, no meio dos campos de trigo que substituíram as estepes mais ocidentais. Odessa, nessa região, cresceu e ganhou importância com uma rapidez semelhante a uma cidade americana.

Uma geração atrás, o vapor e o canal de Suez deram a impressão de elevar a mobilidade da energia marítima relativamente à energia terrestre. As ferrovias atuavam principalmente como alimentadores do comércio marítimo. Mas as ferrovias transcontinentais estão agora mudando as condições de energia terrestre, e em nenhum lugar podem ter tal efeito como na terra fechada da Eurásia, em vastas áreas das quais nem madeira nem pedra acessível estavam disponíveis para a construção de estradas.

As ferrovias têm grandes impactos na estepe porque substituem diretamente a mobilidade de cavalos e camelos.

Na questão do comércio, não se deve esquecer que o tráfego marítimo, por mais barato que seja, geralmente envolve o manuseio de mercadorias quatro vezes – na fábrica de origem, no cais de exportação, no cais de importação e no armazém interior para distribuição de varejo. O caminhão ferroviário continental pode ser levado diretamente da fábrica exportadora para o armazém importador. Assim, o comércio marginal alimentado com oceanos tende, tudo o mais sendo constante, a formar uma zona de penetração em torno dos continentes cujo limite interno é definido aproximadamente pela linha ao longo da qual o custo de quatro movimentações, o frete oceânico, e o frete ferroviário da costa vizinha, equivale ao custo de duas movimentações e o frete ferroviário continental. Dizem que o carvão inglês e o alemão competem nesses termos no meio da Lombardia.

As ferrovias russas têm espaço amplo de 6 mil milhas de Wirballen, a oeste, até Vladivostok, no leste. O exército russo na Manchúria é uma evidência tão significativa do poder terrestre móvel quanto o exército britânico na África do Sul o era do poder marítimo. É verdade que a ferrovia transsiberiana ainda é uma linha única e precária de comunicação, mas não demorará para que toda a Ásia esteja coberta de ferrovias. Os espaços dentro do Império Russo e da Mongólia são tão vastos, e suas potencialidades em população, trigo, algodão, combustível e metais tão incalculavelmente grandes, que é inevitável o desenvolvimento de um vasto mundo econômico, mais ou menos distante, inacessível ao comércio oceânico.

Quando estudamos essa rápida evolução das correntes mais amplas da história, não fica evidente uma certa persistência da questão geográfica? Não seria aquela vasta área da Eurásia inacessível aos navios a região pivô da política mundial, caracterizada na antiguidade como aberta aos nômades a cavalo, e atualmente prestes a ser coberta com uma rede de ferrovias? Existem aqui as condições

de uma mobilidade do poder militar e econômico de caráter de longo alcance e ao mesmo tempo limitado. A Rússia substitui o Império Mongol. Sua pressão sobre Finlândia, Escandinávia, Polônia, Turquia, Pérsia, Índia e China substitui os ataques centrífugos dos homens da estepe. No mundo como um todo, ela ocupa a posição estratégica central equivalente à da Alemanha na Europa. Ela pode atacar por todos os lados e ser atingida por todos os lados, exceto pelo norte. O desenvolvimento completo de sua mobilidade ferroviária moderna é apenas uma questão de tempo. Nem é provável que qualquer revolução social altere suas relações essenciais com os significativos limites geográficos de sua existência. Reconhecendo sabiamente a extensão de seu poder, seus governantes se separaram do Alasca, pois é quase uma lei política tanto a Rússia não possuir nada no exterior quanto a Grã-Bretanha ser suprema no oceano.



Área pivô : plenamente continental; Crescente interno: parcialmente continental e parcialmente oceânico;  
Crescente externo: completamente oceânico

Mapa 9 – Os assentos naturais de poder.

Fora da área do pivô, em um grande crescente interno, estão Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China, e, em um crescente externo, Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Japão. Na condição atual de equilíbrio de poder, o Estado pivô, a Rússia, não é equivalente aos estados periféricos, e há espaço para um equilíbrio na França. Os Estados Unidos tornaram-se recentemente uma potência oriental, afetando o equilíbrio europeu não diretamente, mas por meio da Rússia, e o país construirá o canal do Panamá para disponibilizar seus recursos do Mississippi e do Atlântico no Pacífico. Desse ponto de vista, a verdadeira divisão entre leste e oeste está no oceano Atlântico.

A perturbação do equilíbrio de poder em favor do Estado pivô, resultando em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso de vastos recursos continentais para a construção de navios. Um império mundial estaria então à vista. Isso poderia acontecer se a Alemanha se aliasse com a Rússia. A ameaça de tal evento lançaria a França em uma aliança com as potências marítimas, e França, Itália, Egito, Índia e Coreia tornar-se-iam cabeças de ponte pelas quais as marinhas estrangeiras apoiariam exércitos para obrigar os aliados do pivô a desdobrar forças terrestres e evitar que concentrem toda a sua força sobre as frotas. Em menor escala, foi o que Wellington realizou de sua base marítima em Torres Vedras na Guerra Peninsular. Não será essa, afinal, a função estratégica da Índia no sistema imperial britânico? Não é essa a ideia subjacente à concepção de Amery<sup>175</sup> de que a frente militar britânica se estende da Cidade do Cabo ao Japão, passando pela Índia?

O desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul pode ter influência decisiva no sistema. A região fortaleceria

---

175 N. T.: Leopold Amery (1873-1955) foi jornalista e político britânico. Interessava-se pela política colonial.



---

os Estados Unidos ou, por outro lado, se a Alemanha desafiar a doutrina Monroe com sucesso, pode deslocar Berlim do que talvez eu possa descrever como uma política de pivô. As combinações particulares de poder em equilíbrio não são materiais; meu argumento é que, de um ponto de vista geográfico, elas provavelmente girarão em torno do estado de pivô, que sempre estará em boa posição, mas com mobilidade limitada em comparação com os poderes marginais e insulares circundantes.

Eu falei como geógrafo. O equilíbrio real do poder político em qualquer momento é, naturalmente, o produto, por um lado, das condições geográficas, tanto econômicas quanto estratégicas, e, por outro lado, do número relativo, da virilidade, do equipamento e da organização dos povos em confronto. Na proporção em que essas quantidades sejam estimadas com precisão, é provável lidar com as diferenças sem o recurso às armas. E a dimensão geográfica no cálculo é mais mensurável e quase constante do que a humana. Portanto, devemos esperar que nossa fórmula se aplique tanto à história como à política atual. Os movimentos sociais de todos os tempos atuaram com base essencialmente nas mesmas características físicas, pois duvido que a progressiva dessecação da Ásia e da África, mesmo que comprovada, tenha nos tempos históricos alterado vitalmente o ambiente humano. A marcha do império para o oeste me parece ter sido uma curta rotação do poder marginal ao redor da borda sudoeste e oeste da área central. As questões do Oriente Próximo, do Oriente Médio e do Extremo Oriente dizem respeito ao equilíbrio instável dos poderes internos e externos nas partes do crescente marginal onde o poder local é, atualmente, mais ou menos desprezível.

Em conclusão, pode-se assinalar que a substituição do controle da área do interior pela Rússia não tenderia a reduzir a importância geográfica da posição do pivô. Se os chineses, por

exemplo, fossem organizados pelos japoneses para derrubar o Império Russo e conquistarem seu território, eles poderiam constituir um perigo à liberdade do mundo porque acrescentariam uma frente oceânica aos recursos do grande continente, uma vantagem até agora negada à Rússia na região pivô.

## A liberdade das nações<sup>176</sup>

Halford John Mackinder

Os Aliados venceram a guerra. Mas como ganhamos? Esse processo está cheio de lições. Fomos salvos, em primeiro lugar, pela prontidão da frota britânica e pela decisão que a enviou ao mar; assim, as comunicações britânicas com a França foram protegidas. Essa prontidão e decisão resultaram do hábito britânico de olhar para o único aspecto essencial no meio de muitos que deixamos descuidados; é a via do amador habilidoso. Fomos salvos, em segundo lugar, pela maravilhosa vitória do gênio francês no Marne<sup>177</sup>, preparada por muitos anos de profunda reflexão na *Grand École Militaire* francesa<sup>178</sup>; em outros aspectos, o exército francês não estava tão pronto quanto poderia, exceto na coragem. Fomos salvos, em terceiro lugar, pelo sacrifício – não menor – do antiquado

---

176 MACKINDER, Halford John. The freedom of nations. In: \_\_\_\_\_. *Democratic ideal and reality: a study in the politics of reconstruction*. Londres: Constable and Company Ltd., 1919, p. 191-235.

177 N. T.: Durante a Primeira Guerra Mundial ocorreram duas batalhas próximas do Rio Marne. A primeira, em setembro de 1914, a segunda maior batalha do *front* ocidental, teve grande significância por ter salvo a França do avanço alemão, que ameaçava Paris.

178 N. T.: Há várias grandes escolas militares na França. Aqui o autor provavelmente faz referência à de *Saint-Cyr*, fundada em 1802 para formar oficiais do exército.

exército profissional britânico em Ypres<sup>179</sup>, um nome que ficará na história ao lado das Termópilas<sup>180</sup>. Fomos salvos, em suma, por um gênio e um heroísmo excepcionais que resultaram da relativa recusa na previsão e na preparação: um testemunho eloquente da força e da fraqueza da democracia.

Então, por dois anos, a luta se estabilizou e se tornou uma guerra de trincheiras em terra e de submarinos no mar, uma guerra de atrito na qual o tempo favorecia a Grã-Bretanha, mas era contrário à Rússia. Em 1917, a Rússia soçobrou e depois entrou em colapso. A Alemanha conquistou no Oriente, mas adiou a sujeição total dos eslavos para primeiro atacar seus inimigos ocidentais. A Europa Ocidental teve de pedir ajuda à América, pois ela sozinha não teria sido capaz de reverter a decisão no Leste. Mais uma vez, foi necessário tempo, porque a América, a terceira das maiores democracias a ir para a guerra, estava ainda menos preparada do que as outras duas. E conseguiu-se tempo com o heroísmo dos marinheiros britânicos, o sacrifício da navegação mercante inglesa e a resistência dos soldados franceses e britânicos contra uma ofensiva na França que quase os esmagou. Em suma, mais uma vez nos lançamos com disposição e uma visão correta do essencial contra a organização alemã e acabamos vencendo. No último momento, a Grã-Bretanha aceitou o princípio do comando estratégico único, dando espaço mais uma vez à *École Militaire*.

Mas todo esse histórico de combates ocidentais e oceânicos, tão esplêndidos e, ao mesmo tempo, tão humilhantes, tem pouca relação direta com o reordenamento internacional. Não

---

179 N. T.: Ocorreram cinco embates militares na cidade belga de Ypres, mobilizando centenas de milhares de soldados. Os britânicos perderam número substantivo de soldados no combate ocorrido em novembro de 1914 na localidade.

180 N. T.: Famoso desfiladeiro na Grécia onde ocorreu batalha entre forças persas e gregas em 480 a.C. Os persas tinham centenas de milhares de soldados, mas as diminutas forças gregas, lideradas por Leônidas, rei de Esparta, conseguiram bloquear o avanço do exército liderado por Xerxes.

ocorreram disputas entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental; já havia passado o momento adequado de a França atacar a Alemanha para recuperar a Alsácia e a Lorena. A guerra, não esqueçamos, começou como um esforço alemão para subjugar os eslavos que se revoltavam contra Berlim. Todos nós sabemos que o assassinato do arquiduque austríaco (alemão) na Bósnia eslava foi o pretexto e que o ultimato austríaco (alemão) à Sérvia eslava foi o método para forçar a guerra. Mas não se pode esquecer que esses eventos resultaram de um antagonismo fundamental entre os alemães, que desejavam ser donos da Europa Oriental, e os eslavos, que se recusaram a se submeter a eles. Se a Alemanha tivesse optado por ficar na defensiva em sua diminuta fronteira com a França, e se ela tivesse jogado sua principal força contra a Rússia, não é improvável que o mundo estaria nominalmente em paz hoje, mas ofuscado por uma Europa Oriental alemã no comando de todo o *Heartland*<sup>181</sup>. Os povos insulares britânicos e americanos não teriam percebido o perigo estratégico até quando fosse tarde demais.

A menos que semeie problemas para o futuro, não se pode aceitar agora qualquer resultado da guerra que não resolva definitivamente a questão entre alemães e eslavos na Europa Oriental. Deve-se ter um equilíbrio entre eles, e garantir a verdadeira independência de cada um. Não se pode dar ao luxo de abandonar tal situação na Europa Oriental e no *Heartland*, oferecendo espaço para ambições futuras, pois escapamos por muito pouco do perigo recente.

Um vitorioso general romano, quando adentrou uma cidade, em meio a todo o esplendor de um triunfo que o deixou impressionado, tinha atrás de si, na carruagem, um escravo que

---

181 N. T.: O conceito de *Heartland* é central na obra de Mackinder, tendo sido usado em seu artigo *The geographical pivot of history* (1904). O termo poderia ser denominado como o espaço euroasiático que vai do rio Volga até o Yangtzé e do Himalaia ao Ártico. Essa região estaria no centro das preocupações geopolíticas do autor, que avaliava sua importância como central para evitar que uma potência global se tornasse hegemônica e não passível de ser contida por outros países.

sussurrou em seu ouvido que ele era mortal. Quando nossos estadistas conversam com o inimigo derrotado, algum querubim deveria sussurrar para eles de vez em quando:

*Quem controla a Europa Oriental comanda o Heartland:*

*Quem controla o Heartland comanda a Ilha-Mundial<sup>182</sup>:*

*Quem controla a Ilha-Mundial comanda o mundo.*

O Visconde Grey<sup>183</sup> certa vez atribuiu todo o trágico curso dos acontecimentos recentes à violação do direito público da Europa, quando a Áustria rasgou o Tratado de Berlim ao anexar a Bósnia e Herzegovina em 1908. Sem dúvida, esse foi um marco na história, mas a ocupação original dessas duas províncias eslavas da Turquia pela Áustria em 1878, sob o mesmo Tratado de Berlim, talvez estivesse mais perto da fonte. Para a mente eslava, isso significou que o alemão prussiano apoiou o alemão austríaco em seu avanço sobre o país no qual os eslavos haviam lutado contra os turcos, na Guerra de 1876. Deve-se lembrar que isso levou ao Congresso de Berlim, iniciou uma revolta dos eslavos da Bósnia e Herzegovina contra a Turquia, que se tornou em conflito mais amplo em decorrência da simpatia dos vizinhos eslavos da Sérvia e Montenegro, que os impeliu também a lutar contra os turcos. Depois de 1878, seguiram-se alguns anos de hesitação russa enquanto a Alemanha começava a aumentar seu poderio. Então, em 1895, veio a Aliança entre o Czar russo e a República Francesa<sup>184</sup>. A França precisava de um aliado

---

182 N. T.: O conceito de Ilha-Mundo (*world-island* no original) foi introduzido por Mackinder em 1904 no seu artigo *The geographical pivot of history*. Ele significa a combinação dos continentes europeu, asiático e africano.

183 N. T.: Edward Grey, um político do partido liberal, foi secretário de Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha de 1905 a 1916. Foi o maior apoiador britânico da Liga das Nações.

184 N. T.: Referência à aliança franco-russa selada pelo tratado bilateral secreto de 1894. Isso teve grandes repercussões no equilíbrio de poder na Europa, principalmente na reação alemã. O diplomata americano George Frost Kennan publicou um livro só dedicado a esse histórico evento: *The fateful alliance: France, Russia, and the coming of the First World War* (1984).

por causa da ferida da Alsácia ainda aberta em seu lado<sup>185</sup>; a Rússia precisava de um aliado por causa do intimidador poder alemão ao seu lado. A Rússia e a França não eram vizinhas imediatas, de modo que a incompatibilidade entre democracia e autocracia não era, nas circunstâncias, impedimento suficiente para proibir a associação. Mas era, no entanto, uma necessidade para a Rússia.

Em 1905, quando o país estava em posição de fragilidade após a Guerra do Japão e após ter enfrentado sua primeira revolução, a Alemanha impôs sobre ela uma tarifa punitiva. Em 1907, a Rússia chegou a ponto de aceitar um entendimento até mesmo com a Grã-Bretanha, sua rival de duas gerações e aliada de seu último inimigo, o Japão. Mais uma vez, temos evidências do estresse que ela sofreu, especialmente se nos lembrarmos das influências alemãs em sua corte e burocracia.

Quando, portanto, em 1908, a Áustria tomou aquela nova ação em relação à Bósnia e Herzegovina, à qual o Visconde Grey atribuía tanta importância, ela desferiu um golpe onde já havia hematomas. A pequena Sérvia protestou, e a irmã mais velha Rússia a apoiou, pois isso significava o fechamento definitivo da porta para as aspirações históricas da nacionalidade sérvia, orgulhosamente sustentadas desde a grande derrota de Kosovo no século XIV. Mas o Kaiser de Berlim vestiu sua “armadura reluzente” em Viena e lançou seu “punho cerrado” na face do czar em Petrogrado. Em 1912, após alguns anos de desconfortável convivência, veio a Primeira Guerra Balcânica, quando os eslavos balcânicos unidos derrubaram o exército turco treinado pela Alemanha. Em 1913, os eslavos búlgaros, em vez de submeterem a disputa pela divisão do território tomado da Turquia à arbitragem do Czar, conforme previsto no Tratado da Aliança dos Balcãs, foram persuadidos por intrigas alemãs a atacar os eslavos sérvios. Seguiu-se a Segunda

---

185 A França perdeu a região da Alsácia na Guerra Franco-Prussiana (1870-71). Esse conflito foi a última etapa no processo de formação do Estado da Alemanha.

Guerra dos Bálcãs, na qual os búlgaros foram derrotados em decorrência da intervenção dos romenos, e o Tratado de Bucareste criou um severo obstáculo à ambição alemã e deu nova esperança aos súditos eslavos da Áustria.

O notável relatório enviado de Berlim a Paris, três meses após o Tratado de Bucareste, por M. Jules Cambon, o embaixador da França, deixa claro que a Alemanha decidiu então obter por sua própria espada, sempre que uma oportunidade ocorresse, a posição que ela falhou em ganhar por intermédio de terceiros<sup>186</sup>. As evidências acumuladas mostram que, uma semana após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, a Alemanha decidiu aproveitar esse pretexto para forçar a questão. A Áustria tentou impor termos de punição tão severos à Sérvia por sua suposta cumplicidade no assassinato que nenhuma nação livre poderia aceitar, e, quando a Sérvia chegou ao limite máximo da concessão, e até mesmo a Áustria hesitou, a Alemanha se apressou em acelerar sua disputa com a Rússia, a força eslava mais importante. Se a Rússia tivesse acatado as demandas alemãs, como em 1908, ela enfrentaria, em 1916, a questão da renovação do Tratado Tarifário com a Alemanha em 1916, sem outra opção a não ser a rendição à escravidão econômica. Tudo isso é uma história conhecida, mas é necessário mantê-la claramente em mente se quisermos avaliar o fato de que a chave para a reorganização internacional está no Leste, embora a luta decisiva tenha sido no Oeste.

Como a Alemanha cometeu o duplo erro de invadir a França e de fazê-lo pela Bélgica? Ela conhecia a fraqueza da Rússia; não havia ilusão do “rolo compressor” para ela. Sua escolha da ofensiva mais difícil deve ter se baseado na suposição de que a democracia britânica provavelmente, e a democracia americana

---

186 O Tratado de Bucareste foi assinado em Agosto de 1913. Cambon acreditava que a expansão do poder alemão na Europa Central era natural e que a França deveria se acomodar a essa nova situação. Sobre o relatório, ver KEIGER, John. Jules Cambon and Franco-German Détente, 1907-1914. *Historical Journal*, v. 26, n. 3, p. 641-659, 1983.



certamente, estavam, de seu ponto de vista, adormecidas. Ela queria que o super-homem alemão<sup>187</sup> governasse o mundo e pensou ter visto um atalho para o seu fim, no lugar do caminho mais longo através do *Heartland*, cujo comando recairia inevitavelmente sobre ela, se pudesse privar os britânicos de sua “cabeça de ponte” na França. Mas havia outra razão ainda mais forte para o que ela fez; ela estava nas garras do destino econômico. Havia uma batalha contra os eslavos por mercados, por matérias-primas e por campos mais amplos para a agricultura; um milhão de pessoas eram acrescentadas anualmente à sua nação. Mas, para desenvolver o seu poderio, deixando-a tão forte para a conquista, mas com uma fome tão insaciável, ela construiu Hamburgo e tudo o que Hamburgo representou no caminho da aventura no exterior e da indústria doméstica. Hamburgo teve seu próprio impulso e não foi para o leste. Assim, a estratégia alemã foi influenciada pela necessidade política<sup>188</sup>.

O resultado foi que Berlim cometeu um erro fundamental: lutou em duas frentes sem totalmente decidir sobre em qual desejava ganhar. Você pode atacar os dois flancos do seu inimigo, o direito e o esquerdo, mas, a menos que sua força seja suficiente para

---

187 N.E.: Referência do autor ao conceito de *Übermensch*, tornado famoso pelo filósofo Friedrich Nietzsche em seu livro *Assim falou Zaratrusta* (1883). A forma utilizada aqui apresenta a conotação negativa que o termo ganhou no mundo anglo-saxão na primeira metade do século XX.

188 N. T.: Neste parágrafo, Mackinder apresenta pela primeira vez no capítulo o termo *Going Concern*, conceito relevante de sua obra intelectual, mas de difícil tradução para o português, até pelas múltiplas formas em que é usado no texto original. Ele derivaria da administração e da contabilidade, no sentido de uma companhia que tem os recursos necessários para operar de forma indefinida, até um choque contrário. Foi usado pela primeira vez na obra no início do primeiro capítulo, quando o autor afirmou que uma civilização avançada tem uma divisão de trabalho mais complexa, o que lhe confere grande ímpeto evolutivo. Isso permitiria a analistas argutos identificar e prever o choque de sociedades que estão seguindo trajetórias de desenvolvimento semelhante. Nesse exemplo, o complexo de interesses decorrentes da divisão do trabalho seria o “*Going Concern*”, uma estrutura criada pela sociedade pelos hábitos de milhões de indivíduos. Optou-se pelos termos “poderosa e contínua preocupação” e “contínua preocupação” no sentido contextual. No final do capítulo, quando o texto indica um sentido, de força econômica, preferiu-se os termos “acúmulo de força financeira e industrial” e “acúmulo de força econômica”.

aniquilá-lo, deve decidir de antemão qual golpe deve ser de despiste e qual o verdadeiro ataque. Berlim não havia decidido entre seus objetivos políticos – Hamburgo e domínio no exterior ou Bagdá e o *Heartland* – e, portanto, seu objetivo estratégico também era incerto.

O erro alemão deu-nos a vitória, sendo essencial agora que nos concentremos no reordenamento estável da Europa Oriental e do *Heartland*. Se aceitarmos algo menos do que uma solução completa da Questão Oriental em seu maior sentido, teremos apenas uma trégua, e nossos descendentes se encontrarão sob a necessidade de reunir seu poder novamente para o cerco do *Heartland*. A essência do reordenamento deve ser territorial, pois, na Europa Oriental, e em uma medida ainda maior no restante do *Heartland*, temos de lidar com regiões cujo desenvolvimento econômico só começou. A menos que se olhe para a frente, o crescimento dos desejos povos vai eventualmente desequilibrar esse novo arranjo.

Sem dúvida, pode-se argumentar que a mentalidade alemã será alterada pela derrota. Mas seríamos muito otimistas se confiássemos a paz futura do mundo a uma mudança na mentalidade de qualquer nação. Analisando o velho Froissard ou Shakespeare, encontraremos ingleses, escoceses, galeses e franceses com todas as suas respectivas características essenciais já fixas. O prussiano é um tipo humano definitivo, com seus pontos bons e ruins, e seremos sábios se agirmos na suposição de que seus descendentes serão fiéis a essas características. Por maior que seja a derrota que infligimos ao nosso principal inimigo, só deveríamos regatear nossa própria conquista se não reconhecêssemos na raça dos alemães do norte uma das três ou quatro mais viris da humanidade.

Mesmo com a revolução na Alemanha, não devemos ter certeza em relação ao seu efeito final. As revoluções alemãs de 1848 foram quase cômicas em sua futilidade. Desde Bismarck, houve apenas um chanceler alemão com visão política, e ele – Von Bülow – declarou, em seu livro sobre a Alemanha Imperial, que

“o alemão sempre realizou suas maiores obras sob forte, firme e segura orientação”. O fim da desordem atual pode ser apenas o nascer de uma nova organização implacável, e os organizadores implacáveis não param quando alcançam os objetivos que definiram no primeiro momento.

Será respondido, é claro, que, embora a mentalidade prussiana permaneça inalterada, e embora uma democracia prussiana realmente estável seja lenta em seu desenvolvimento, ainda assim, a Alemanha, em qualquer caso, estará tão empobrecida que não poderá fazer mal pela maior parte do século vindouro. Não haveria, entretanto, nessa ideia, uma leitura equivocada da real natureza da riqueza e da pobreza nas condições modernas? Não é o poder produtivo que agora conta em vez de riqueza morta? Não deveríamos – e agora, em algum grau, até mesmo os americanos – despendar nosso capital, e não devemos todos nós, incluindo os alemães, começar novamente na corrida produtiva praticamente do zero? O mundo ficou surpreso com a rapidez com que a França se recuperou de seu desastre de 1870, mas o poder da produção industrial não se compara com o atual. O cálculo sóbrio em relação à Grã-Bretanha leva à conclusão de que seu maior poder produtivo, derivado da reorganização e de novos métodos demandados pela Guerra, deve exceder em muito os juros e o fundo de amortização até mesmo de suas vastas dívidas de guerra. Sem dúvida, tem-se as Resoluções de Paris e pode-se negar a uma refratária Alemanha as matérias-primas que podem ser utilizadas na competição contra outros. Recorrendo--se a esse método, entretanto, adiar-se-á a Liga das Nações e permanecer-se-á tendo somente uma Liga dos Aliados. Além disso, deve-se questionar se uma guerra econômica poderia ser vencida. Pode-se, sem dúvida, prejudicar a Alemanha, mas uma deficiência pode levar a um esforço maior. Napoleão limitou o exército prussiano depois de Jena a 42 mil homens, e não foi o esforço prussiano para contornar essa proibição a origem de todo o sistema moderno de exércitos nacionais de curto serviço? A guerra

econômica, com a Alemanha explorando os eslavos, e atualmente o *Heartland*, no longo prazo serviria apenas para enfatizar a distinção entre o continente e as ilhas britânicas, e entre o poder terrestre e o naval, e ninguém que contemple a unidade continental, nas condições ferroviárias modernas, pode ver despreocupadamente a preparação para a Guerra Mundial, que seria inevitável, ou o resultado final dessa guerra.

Nós, as nações ocidentais, incorremos em sacrifícios tão significativos nesse conflito que não podemos nos dar ao luxo de confiar em nada que possa acontecer em Berlim; devemos estar seguros em qualquer caso. Em outras palavras, devemos resolver essa questão entre alemães e eslavos e devemos cuidar para que a Europa Oriental, como a Europa Ocidental, seja dividida em nações independentes. Se fizermos isso, não apenas reduziremos o povo alemão à sua posição adequada no mundo, uma posição grande o suficiente para qualquer povo, mas também teremos criado as condições adequadas para uma Liga das Nações.

Pode-se argumentar que, caso se imponha uma paz decisiva, deixaremos sentimentos tão amargos que nenhuma Liga das Nações viável poderá se sustentar. Têm-se em mente, é claro, os resultados da anexação da Alsácia em 1871. Mas as lições da História não devem ser aprendidas usando-se um só exemplo. A grande Guerra Civil Americana foi travada até o fim, e hoje os sulistas são tão leais à União quanto os nortistas; as questões da escravidão dos negros e do direito de certos Estados de se separarem da Federação foram finalmente decididas e deixaram de ser causa de disputa. A Guerra dos Boeres foi travada até o fim, e hoje o general Smuts é membro de honra do Gabinete Britânico. A Guerra de 1866, entre a Prússia e a Áustria, foi travada até o fim, e em doze anos a Áustria formou a Aliança Dupla com a Prússia. Se não forem assegurados agora os resultados completos de sua vitória e encerrada essa questão entre os alemães e os eslavos, haverá um mal-estar baseado

não na memória apagada de uma derrota, mas na irritação diária de milhões de pessoas orgulhosas.

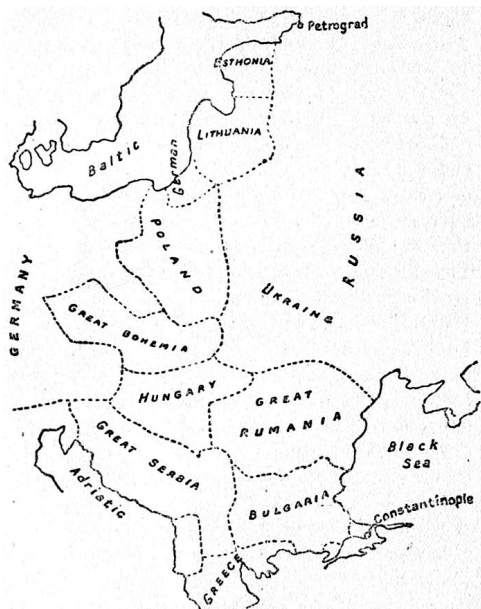
A estabilidade no rearranjo territorial da Europa Oriental depende de que seja dividida em três e não em dois sistemas de Estados. É uma necessidade vital que exista uma camada de Estados independentes entre a Alemanha e a Rússia<sup>189</sup>. Os russos permanecerão, por uma ou duas gerações, irremediavelmente incapazes de resistir à penetração alemã em qualquer base que não seja a de uma autocracia militar, a menos que sejam protegidos de um ataque direto. O campesinato russo não sabe ler; obtiveram a única recompensa que buscavam quando se aliaram aos revolucionários das cidades, e agora, como pequenos proprietários, mal sabem administrar seu próprio campo. A classe média sofreu tanto que estava pronta para aceitar ordens até mesmo dos odiados alemães. Quanto aos operários das cidades, são uma pequena minoria da população russa, mas, por causa de sua educação e do comando que exercem sobre os centros de comunicação, os governantes atuais do país sabem bem como “influenciá-los”. Na opinião daqueles que conhecem melhor a Rússia, algum tipo de governo autocrático é quase inevitável se ela depender de sua própria força para enfrentar os alemães.

Os eslavos e nações afins que habitam a fronteira entre os alemães e os russos são, entretanto, de uma natureza muito diferente. Considere-se os tchecos: eles não se levantaram contra o bolchevismo e afirmaram sua capacidade de se tornarem uma nação sob condições surpreendentes na Rússia? Não mostraram a mais extraordinária capacidade política de reconstruir e manter a Boêmia eslava, embora cercada por três lados pela Alemanha e

---

189 Os detalhes da discussão atual do reordenamento territorial tornar-se-ão, naturalmente, em grande medida obsoletos com o anúncio das decisões da Conferência de Paz de Paris. Meu objetivo não é, porém, debater certas soluções para os problemas que imediatamente confrontamos, mas oferecer uma ideia geral. Meu propósito ainda será útil se tivermos em mente que escrevi essas últimas palavras diante da perspectiva existente no natal de 1918.

pelo quarto pela Hungria? Eles também não fizeram da Boêmia uma colmeia da indústria de vanguarda e um centro de aprendizado moderno? De qualquer forma, não lhes faltará desejo de ordem e de independência.



Mapa 10 – A camada intermediária de Estados entre a Alemanha e a Rússia.<sup>190</sup>

Entre o Báltico e o Mediterrâneo, há sete povos não alemães, cada um na escala de um Estado europeu de segunda categoria – os poloneses, os boêmios (tchecos e eslovacos), os húngaros (magiares), os eslavos do sul (sérvios, croatas e eslovenos), os romenos, os búlgaros e os gregos. Desses povos, dois estão entre nossos atuais inimigos – os magiares e os búlgaros. Mas os magiares e os búlgaros são cercados pelos outros cinco povos, e nenhum deles será poderoso o suficiente para uma ação danosa sem o apoio prussiano.

<sup>190</sup> Muitas questões de limite ainda precisam ser determinadas.

Vamos analisar esses sete povos. Em primeiro lugar, temos os polacos, cerca de 20 milhões deles, com o rio Vístula como via navegável arterial e as cidades históricas de Cracóvia e Varsóvia. Os poloneses são um povo geralmente mais civilizado do que os russos, mesmo naquela parte da Polônia ligada à Rússia; na província prussiana de Posen, eles desfrutaram das vantagens da cultura alemã (*Kultur*<sup>191</sup>) sem sofrer a degradação que ela trouxe aos seus mestres. Sem dúvida, há fortes correntes partidárias entre os poloneses, mas, agora que a aristocracia polonesa da Galiza não é mais subornada para apoiar o trono dos Habsburgo, tendo permissão para oprimir a Rutênia do leste da Galiza, pelo menos um motivo de preocupação desapareceu.

A nova Polônia deve ter acesso ao Mar Báltico não apenas por ser essencial para sua independência econômica, mas também por ser desejável ter navios poloneses no Báltico, estrategicamente um mar fechado do *Heartland*, e, além disso, deve haver uma zona tampão entre a Alemanha e a Rússia. Infelizmente, a província da Prússia Oriental, principalmente alemã pela fala e *Junker*<sup>192</sup> pelo sentimento, seria separada da Alemanha por qualquer faixa territorial da Polônia que siga para o mar. Não seria, então, oportuno contemplar uma troca de povos entre a Prússia, a leste do Vístula, e a polonesa Posen<sup>193</sup>? Durante essa guerra, empreendemos transformações muito mais vastas, tanto em termos de mero transporte quanto de organização. No passado, para lidar com tais dificuldades, os diplomatas recorriam a todos os tipos de “servidões”, como diriam os advogados agrários. Mas os direitos

---

191 N. T.: Na aceção mais simples, seria a tradução de “cultura” para o alemão. No período, contudo, muitos alemães atribuíam sua cultura como superior a das demais nações.

192 N. T.: Termo refere-se ao nobre aristocrata prussiano. Do alemão *Junker*.

193 Desde que escrevi este parágrafo, M. Venizelos, em entrevista a um correspondente do *Times*, datada de Paris, 14 de janeiro de 1919, usou estas palavras: “Isso ainda deixaria algumas centenas de milhares de gregos sob domínio turco no centro da Ásia Menor. Para isso, há apenas uma cura, que é encorajar uma transferência total e mútua da população.”

de passagem sobre a propriedade de outras pessoas geralmente se tornam inconvenientes e criam disputas. Não valeria a pena a humanidade suportar o custo de um remédio radical neste caso, que, além de justo, é até generoso em todos os aspectos? Cada proprietário, neste caso, deve ter a opção de trocar seus bens e manter sua nacionalidade ou de conservar seus bens e mudar de nacionalidade. Mas, se escolher a última alternativa, não deve haver reserva de direitos especiais em relação a escolas e outros privilégios sociais. Os Estados Unidos, em suas escolas, impõem severamente a língua inglesa a todos os seus imigrantes. Como os conquistadores de antigamente atuaram de forma implacável, países como a França e a Inglaterra são hoje homogêneos e livres daquela mistura de raças que fez do Oriente Próximo uma praga para a humanidade. Por que não devemos usar nossos modernos poderes de transporte e organização para alcançar o mesmo resultado feliz – de forma justa e generosa? As razões para fazer isso, neste caso específico, são de longo alcance; um Posen polonês ocuparia de forma muito ameaçadora a fronteira oriental da Alemanha, e uma Prússia Oriental alemã seria um trampolim para a penetração alemã na Rússia<sup>194</sup>.

Os próximos na nossa análise dos povos da “fronteira” são os tchecos e os eslovacos, até recentemente separados pela linha que dividia a Áustria da Hungria, da mesma forma que os poloneses foram cortados pelas fronteiras entre a Rússia, a Prússia e a Áustria. Os tchecos e os eslovacos somados chegam a talvez 9 milhões; eles formarão um dos pequenos povos mais viris da Europa e terão um país notável, com carvão, metais, madeira, energia hidráulica, milho e vinho, centrado na principal linha ferroviária que vai do Báltico e de Varsóvia para Viena e o Adriático.

Em seguida, chegamos aos eslavos do sul – *jugo* significa sul – em seus três grupamentos de eslovenos, croatas e sérvios.

---

194 Para responder ao óbvio argumentum *ad hominem*, deixe-me afirmar que não vejo necessidade estratégica comparável no caso da Irlanda.



Eles somam cerca de 12 milhões. Também foram divididos pela linha entre a Áustria e a Hungria; além disso, são das Igrejas latina e grega, que rivalizam entre si. Para qualquer um que conhece os Bálcãs, é um testemunho eloquente do efeito da tirania austro-húngara que os eslovenos e croatas católicos realizaram o pacto de Corfu com os sérvios ortodoxos gregos<sup>195</sup>. Os eslavos do sul terão acesso aos portos da Dalmácia no Adriático, e uma das principais ferrovias do mundo percorrerá o Vale Save até Belgrado, e então seguirá pelo “corredor” de Morava e Maritza para Constantinopla.

A Romênia é o próximo Estado desse Oriente Médio da Europa. O centro natural desse país é o grande bastião dos cárpatos da Transilvânia, com vales frutíferos, montanhas de metal, poços de petróleo e florestas esplêndidas. O campesinato da Transilvânia é romeno, mas os governantes têm sido uma minoria “privilegiada” de magiares e “saxões”. Aqui, novamente, não deveria ser um feito totalmente impossível de estadista organizar uma troca equitativa de casas, ou uma aceitação total da nacionalidade romena, embora deva ser admitido que a hostilidade entre saxões e romenos não é tão aguda quanto entre prussianos e poloneses.

O resto da Romênia, o reino atual, é o talude, ao leste e ao sul da Transilvânia, irrigado pelos rios da região. Esse fértil declive é uma das principais fontes de petróleo, trigo e milho na Europa; os 12 milhões de romenos serão um povo rico. Em Galatz, Braila e Constanza, eles têm portos no Mar Negro, e será de interesse primordial de todos os povos livres que haja navios romenos naquele mar, pois é naturalmente uma água fechada do *Heartland*. Nunca chegará o tempo em que a Liga das Nações será capaz de considerar o Báltico e o Mar Negro sem preocupação, pois o *Heartland* oferece a base de um militarismo todo-poderoso. A civilização consiste no controle da natureza e de nós mesmos.

---

195 A ilha de Corfu era, em 1917, a capital do governo sérvio no exílio. O pacto foi celebrado em 20 de julho e permitiu a criação de um Estado unificado com sérvios, croatas, eslovenos e montenegos após a Guerra.

A Liga das Nações, como o órgão supremo da humanidade, deve vigiar de perto o *Heartland* e seus possíveis organizadores, pela mesma razão que o controle da polícia em Londres e Paris é considerado uma preocupação nacional e não apenas municipal.

Os gregos foram os primeiros de nossos sete povos dessa área intermediária a alcançar sua emancipação do controle alemão nesta guerra pela simples razão de que estão fora do *Heartland* e, portanto, acessíveis ao poder naval. Mas, nestes dias de submarinos e aviões, a posse da Grécia por uma grande potência do *Heartland* provavelmente levaria consigo o controle da Ilha-Mundial; a história do império macedônico seria reconstituída.

Agora, vamos examinar os magiares e os búlgaros. A verdade é que ambos foram explorados, embora não sujeitos, aos prussianos. Todos que conhecem Budapeste estão cientes do sentimento de estranhamento dos magiares em relação aos alemães; a recente aliança foi estritamente de conveniência e não de coração. A casta magiar governante de cerca de um milhão de pessoas oprimiu os outros 9 milhões de sua própria raça, não menos do que as demais raças dominadas. A aliança com a Prússia – pois na realidade foi uma aliança com a Prússia e não com a Áustria – foi estritamente em troca do apoio da oligarquia magiar. Sem dúvida, os magiares geraram profundos sentimentos de hostilidade entre os eslavos e os romenos, mas, se não houver mais lucro com a agricultura eslava para a Alemanha, uma Hungria democrática mais cedo ou mais tarde adaptar-se-á ao novo ambiente. Os búlgaros lutaram, vamos lembrar, como aliados dos sérvios contra os turcos, e a diferença entre sérvios e búlgaros, embora amarga por enquanto, é uma diferença de família, uma distinção relacionada ao crescimento dos últimos tempos e baseada em grande parte em organizações eclesiásticas rivais de fundação recente. Não se deve permitir que os búlgaros explorem sua traição na Segunda Guerra dos Bálcãs, mas, se um acordo equitativo for ditado pelos Aliados, ambas as nações, os búlgaros e os sérvios, profundamente cansadas

---

da guerra, provavelmente o aceitarão com alegria. Durante vinte anos, apenas uma vontade, a do czar alemão Ferdinand, existia na Bulgária.

O ponto mais importante de significado estratégico em relação a esses Estados do Oriente Médio europeu é que os mais civilizados deles, Polônia e Boêmia, estão no norte, na posição mais exposta à agressão prussiana. As nações polonesas e boêmias não conseguem assegurar suas defesas, a menos que sejam o ápice de uma ampla cunha de países independentes, estendendo-se dos Mares Adriático e Negro ao Báltico; mas sete Estados independentes, com um total de mais de 60 milhões de pessoas, atravessados por ferrovias ligando-os com segurança uns aos outros e tendo acesso através dos mares Adriático, Negro e Báltico ao oceano, irão juntos efetivamente equilibrar os alemães da Prússia e Áustria, e nada menos será suficiente para esse fim. Não obstante, a Liga das Nações deve ter o direito, de acordo com o Direito Internacional, de enviar frotas de guerra aos mares Negro e Báltico.

Não parece haver impossibilidade de se realizar esse grande feito de ideal democrático pela Liga das Nações, cuja miragem assombrou o Ocidente no deserto da guerra. Quais são as condições essenciais a serem cumpridas quando se deseja ter uma Liga das Nações real e poderosa? O Visconde Grey, em seu recente panfleto, estabeleceu duas. A primeira era que “a ideia deve ser adotada com seriedade e convicção pelos chefes de Estado”. A segunda era que

os governos e povos dos Estados dispostos a fundá-la devem compreender claramente que isso imporá alguma limitação à ação nacional de cada um e poderá ocasionar alguma obrigação inconveniente. As nações mais fortes devem abrir mão do direito de fazer com que seus interesses prevaleçam contra as mais fracas pela força.

São teses excelentes e muito necessárias, mas elas nos levam longe o suficiente? Antes de assumir qualquer obrigação geral, não é bom considerar o que provavelmente significam em termos concretos? A Liga terá de levar em conta certas realidades. Antes da guerra, havia uma Liga das Nações incipiente; seus membros eram os Estados signatários do sistema de Direito Internacional. Não tivemos de travar a guerra só porque dois dos maiores Estados violaram o Direito Internacional, primeiro em relação a um e depois com relação a outro dos menores Estados? E esses dois Estados maiores quase não conseguiram derrotar uma poderosa Liga das Nações que intervieram em nome da Lei? Diante de tal fato, é realista afirmar que as nações mais fortes devem “renunciar” ao direito de fazer seus interesses prevalecerem pela força contra as mais fracas? Em resumo, nossos ideais não são suficientes, a menos que consideremos a realidade efetiva?

Não está claro que, para a Liga perdurar, deve-se evitar que exista nação forte o suficiente para ter qualquer chance contra a vontade geral da humanidade? Ou, para colocar a questão de outra maneira, não deve existir nenhum Estado predominante ou mesmo grupo de Estados predominantes na Liga. Há algum caso de uma federação bem-sucedida com um sócio predominante? Nos Estados Unidos, tem-se os estados grandes de Nova Iorque, da Pensilvânia e de Illinois, mas nenhum deles é mais do que uma pequena fração da União como um todo. No Canadá você tem Quebec e Ontário, que equilibram um ao outro, de modo que as províncias menores do domínio nunca sejam dominadas por qualquer um. Na Comunidade da Austrália, você tem os estados aproximadamente iguais de Nova Gales do Sul e Victoria. Na Suíça, nem mesmo o grande cantão de Berna é predominante. A Federação Alemã não foi criada por causa do domínio da Prússia? Não é o predomínio da Inglaterra a principal dificuldade no caminho da *Devolution* nas

---

Ilhas Britânicas<sup>196</sup>, mesmo que os irlandeses concordassem entre si? Essa guerra não se originou do fato de ter-se permitido que uma Alemanha quase dominante surgisse na Europa? As grandes guerras do passado na Europa não vieram do fato de um Estado no sistema europeu, sob Napoleão, Luís XIV, ou Filipe II, ter-se tornado poderoso demais? Não seria necessário, para que a Liga das Nações tenha alguma chance de sucesso, enfrentar essa evidência cumulativa e não encobri-la?

Não haveria também outra realidade com a qual se deve contar, a de poderosas e contínuas preocupações? Se as nações de sua Liga desejam criar um ambiente de tranquilidade, há duas maneiras diferentes, parece-me, pelas quais terão de enfrentar a realidade com relação ao presente e ao futuro. O que significa essa realidade no presente será melhor transmitido por uma consideração concreta dos Estados disponíveis como unidades a serem unidas em uma Liga.

O Império Britânico é uma preocupação constante. Não se persuadirá a maioria dos britânicos a arriscar a coerência do Império, que tão triunfantemente resistiu ao teste dessa guerra, por qualquer esquema de uma Liga Universal com base no papel. Segue-se, portanto, que as unidades do Império Britânico só podem crescer por processo gradual como unidades da Liga. No entanto, as relações de seis delas já são, de fato, relações de igualdade e, sob a Liga Britânica, de independência. Só no ano passado foi dita a última palavra sobre esse assunto. Os primeiros-ministros dos domínios devem, doravante, comunicar-se diretamente com o primeiro-ministro do Reino Unido, e não mais por meio do secretário colonial subordinado; o Parlamento de Westminster não deve mais ser chamado de Parlamento Imperial, mas apenas Parlamento do

---

196 N. T.: O termo *devolution* tem o sentido geral de delegação de poderes do governo central de um Estado para algum nível subnacional. No contexto da história do Reino Unido nesse período, referia-se sobretudo ao problema da Irlanda, que travaria uma guerra pela sua Independência de 1919 a 1922.

Reino Unido. Resta apenas o rei não mais ser chamado de rei do Reino Unido e dos domínios de além dos mares, mas que a igualdade de todos os domínios seja reconhecida por algum título como rei de todos os britânicos. Não teríamos agora a certeza de que o Reino Unido, o Canadá e a Austrália terão cada um sua própria frota e exército, a serem colocados sob um único comando estratégico apenas no momento de início da guerra? Também no que se refere à população, não é uma questão de apenas alguns anos para que Canadá e Austrália se igualem à metrópole? Teremos então os três Domínios menores – Nova Zelândia, África do Sul e Terra Nova – tendo mais importância em decorrência do equilíbrio entre os três Domínios principais.

França e Itália são preocupações constantes. Eles vão entrar em uma Liga na qual o Império Britânico é uma unidade? Felizmente, criamos o comando estratégico único nas fases posteriores da guerra, de modo que o termo Versalhes agora tem significado histórico adicional. Não mais apenas por meio de seus embaixadores, mas nas pessoas de seus primeiros-ministros, o Reino Unido, a França e a Itália adquiriram o hábito de se aconselharem conjuntamente. Esses três países da Europa Ocidental, por não terem nenhuma desigualdade de tamanho significativa, são aptos a serem membros de uma Liga. Não é provável que ocorram situações em que os primeiros-ministros do Canadá e da Austrália possam ser convocados para uma conferência com os primeiros-ministros do Reino Unido, da França e da Itália? Serão ocasiões de ainda mais valor se você reconhecer as preocupações de hoje e não tentar empreender progressos formais. Lembre-se de que foi necessária a perigosa ofensiva alemã de 1918 para garantir a unidade do comando estratégico dos Aliados<sup>197</sup>.

Então, o que dizer dos Estados Unidos? Não adianta fingir que os estados americanos separados podem ser unidades em uma

---

197 Desde que isso foi escrito, a Conferência de Paris tratou o Império Britânico como um híbrido – uma unidade para alguns propósitos.

---

Liga; essa república lutou a maior guerra da história, antes dessa guerra, para uni-los. No entanto, os Estados Unidos formam algo muito parecido com um poder predominante em comparação com os países Aliados da Europa Ocidental. Os Estados Unidos devem ter posição equivalente ao seu poderio; e isso significa que, para um arranjo adequado, os seis britânicos devem ser mantidos juntos como um contrapeso. Felizmente, 3 mil milhas de fronteira indefesa na América do Norte constituem um bom presságio, embora, para ser bem franco, seria melhor se os países que essa fronteira separou fossem menos desiguais.

Mas a necessidade de uma igualdade razoável de poder entre um número considerável de membros da Liga, de modo que, em crises futuras – e elas ocorrerão –, ela não possa ser exposta ao perigo de predominância em qualquer quadrante, é menos urgente a respeito dos membros insulares do que dos continentais. Existem as limitações óbvias do poder naval; também existem limites naturais que definem a difusão de qualquer base de poder insular, ou mesmo peninsular. O teste da Liga será no *Heartland* do continente. A natureza ali oferece todos os pré-requisitos para o domínio final sobre o mundo; deve existir clarividência e sólidas garantias de que isso não deva ser realizado. Apesar de suas revoluções, os povos alemão e russo são potências ascendentes, cada um com poderoso impulso histórico.

Portanto, no momento no qual as nações estão presas em um único sistema mundial, vamos deixar os idealistas, que corretamente veem na Liga das Nações a única alternativa para o inferno na Terra, concentrem sua atenção na subdivisão adequada da Europa Oriental. Com uma camada intermediária de Estados realmente independentes entre a Alemanha e a Rússia, eles atingirão seu objetivo, e sem esse esforço não conseguirão. Qualquer mera linha de trincheira entre as potências alemãs e a Rússia, como foi

contemplada por Naumann<sup>198</sup> em sua *Europa Central*, teria deixado alemães e eslavos ainda em dupla rivalidade, e nenhuma estabilidade duradoura poderia ser alcançada. Mas a “camada intermediária”, apoiada pelas nações externas da Liga, alcançará o objetivo de divisão da Europa Oriental em mais de dois sistemas de Estado. Além disso, os Estados dessa camada intermediária, de igualdade aproximada de poder, serão eles próprios um grupo muito propenso ao recrutamento da Liga.

Assim, uma vez removida a tentação ao Império Mundial, o que acontecerá entre os povos alemão e russo? Já há indícios de que a Prússia, ao contrário da Inglaterra ou da França, é uma estrutura puramente artificial, o que a levará ser dividida em vários Estados federados. Em uma região, os prussianos pertencem pela história à Europa Oriental, e, em outra, à Europa Ocidental. Não é provável que os russos se fragmentem em vários Estados em algum tipo de federação livre? A Alemanha e a Rússia tornaram-se grandes impérios em oposição uma à outra; mas os povos da camada intermediária – poloneses, boêmios, húngaros, romenos, sérvios, búlgaros e gregos – são pouco propensos a se federarem para qualquer finalidade exceto para a defesa. No entanto, são todos tão diferentes dos alemães e dos russos que se pode confiar que resistirão a qualquer nova organização de um dos grandes vizinhos em direção ao Império da Europa Oriental.

Existem certas posições estratégicas no *Heartland* e na Arábia que devem ser tratadas como de importância mundial, pois sua posse pode facilitar ou impedir a dominação mundial. Isso não significa, entretanto, que seja sábio entregá-las imediatamente a uma administração internacional inexperiente; aqui, também, é necessário ter uma preocupação contínua com a realidade.

---

198 N. T.: Referência a Friedrich Naumann (1860-1919), autor do livro *Mitteleuropa* (1915), que trata da geopolítica da América Central.



O sistema de *condominium*<sup>199</sup> não tem, via de regra, sido um sucesso, visto que os agentes das potências quase inevitavelmente tomam partido das nacionalidades ou partidos locais. O método mais eficaz de controle internacional parece ser o de comissionar algum Estado como administrador – um diferente, é claro, no caso de posições distintas. Esse foi o método experimentado quando a Áustria-Hungria foi encarregada da administração da Bósnia e Herzegovina no Congresso de Berlim, e foi bem-sucedida no que se refere ao progresso material das províncias protegidas. Não há razão para que o novo princípio e as poderosas e contínuas preocupações não devam ser reconciliadas nos casos do Panamá, de Gibraltar, de Malta, de Suez, de Aden e de Cingapura, considerando-se os Estados Unidos e o Império Britânico como fiduciários mundiais para a paz dos oceanos e dos estreitos que ligam suas bacias. Isso, no entanto, equivaleria apenas a uma regularização dos fatos existentes. O teste do princípio, como na maioria dos outros princípios mundiais, está relacionado com o *Heartland* e a Arábia. Os ilhéus do mundo não podem ser indiferentes ao destino de Copenhague ou de Constantinopla, ou ainda do Canal de Kiel, pois uma grande potência no *Heartland* e na Europa Oriental poderia se preparar, no Báltico e no Mar Negro, para a guerra no oceano. Durante a guerra atual, foi necessário usar toda a força naval dos Aliados para controlar o Mar do Norte e o Mediterrâneo Oriental. Uma campanha submarina adequada, baseada no Mar Negro desde o início da Guerra, provavelmente teria dado segurança a um exército operando por terra contra o Canal de Suez. Segue-se, portanto, que a Palestina, a Síria e a Mesopotâmia, o Bósforo, os Dardanelos e as saídas do Báltico devem ser internacionalizados de alguma maneira. No caso da Palestina, da Síria e da Mesopotâmia, ficou claro que a Grã-Bretanha e a França angariariam a confiança internacional. Por que não resolveríamos o problema de Constantinopla fazendo

---

199 N. T.: No direito internacional o termo *condominium* significa quando dois ou mais Estados exercem conjuntamente a soberania sobre um território.

dessa cidade histórica a Washington da Liga das Nações? Quando a rede de ferrovias cobrir a Ilha-Mundial, Constantinopla será um dos lugares mais acessíveis do globo por ferrovia, vapor e avião. De Constantinopla, as nações líderes do Ocidente podem irradiar luz precisamente por aquelas regiões, oprimidas durante muitos séculos passados, nas quais a luz é mais desejada do ponto de vista da humanidade em geral; de Constantinopla, podemos unir o Ocidente e o Oriente e penetrar permanentemente no *Heartland* com a liberdade oceânica.

A sede nacional judaica na Palestina será um dos resultados mais importantes da guerra. Esse é um assunto sobre o qual podemos agora falar a verdade. O judeu, por muitos séculos encerrado no gueto e excluído das posições mais honrosas na sociedade, desenvolveu-se de maneira desequilibrada e tornou-se odioso para o cristão médio por causa de suas excelentes qualidades, não menos do que suas deficiências. A penetração alemã foi conduzida nos grandes centros comerciais do mundo em grande parte pela ação judaica, assim como a dominação alemã no sudeste da Europa foi alcançada por meio do magiar e do turco, também com assistência judaica. Os judeus estão entre os chefes dos bolcheviques da Rússia. O judeu sem teto e inteligente prestou-se a esse trabalho internacionalista, e a cristandade não pode se surpreender com esse fato. Mas não se terá espaço para essas atividades na Liga de nações amigas e independentes. Portanto, um lar nacional, no centro físico e histórico do mundo, deve fazer com que o próprio judeu “se posicione”. Padrões de julgamento, trazidos aos judeus pelos judeus, devem resultar, mesmo entre aquelas grandes comunidades judaicas, em preocupações permanentes fora da Palestina. Isso, no entanto, implicará na franca aceitação da posição de uma nacionalidade que alguns judeus procuram esquecer. Existem aqueles que tentam distinguir entre a religião judaica e a raça hebraica, mas certamente a visão popular de sua ampla identidade não está muito errada.

Nas vastas e populosas regiões da Ásia e da África, que ficam além do cinturão dos grandes desertos e planaltos, existem poderes ascendentes, como o Raj Britânico na Índia, o qual seria uma tolice fragilizar na pressa para realizar um mundo ideal para a Liga das Nações. Mas é essencial que nem Kiauchau nem a África Oriental retornem ao controle do país que os ocupou com um olho estrategicamente aguçado ao fato de que exércitos marchando por terra encontrariam em cada um deles uma cidadela já preparada; o que os levou, além disso, a intencionalmente usar chineses e negros como mão de obra subsidiária para ajudar na conquista da Ilha-Mundial. Que papel pode ser desempenhado por aquela metade da raça humana que vive nas “Índias”, nenhum homem pode prever, mas é dever dos povos insulares proteger indianos e chineses da conquista do *Heartland*.

A África Sudoeste Alemã e as Colônias Alemãs da Australásia não devem ser devolvidas para a Alemanha; o princípio de independência dentro da Liga implica que, sujeito a uma Tutela Internacional<sup>200</sup> no caso de algumas posições criticamente importantes, cada nação deve ser senhora em sua própria casa, sendo princípio válido em relação à África do Sul e à Austrália. Qualquer outro princípio semearia futuras disputas e impediria o desarmamento, tanto a respeito do começo da Liga como das preocupações no presente. Resta-nos falar das preocupações futuras. O Visconde Grey descreveu o estado de espírito exigido quando abordarmos esse grande acontecimento internacional: não há algo mais preciso a ser dito também sobre esse assunto?

Eu expressei minha convicção de que tanto o livre comércio do tipo *laissez-faire* quanto a proteção predatória do tipo alemão são princípios do Império, e que ambos contribuem para a guerra. Felizmente, os colonos americanos recusaram-se a aceitar o livre comércio de Manchester; eles usaram a independência

---

200 N. T.: *International Trust* é o termo original.

fiscal concedida a eles pela metrópole para perseguir aquele ideal econômico prenunciado pelo grande estadista americano, Alexander Hamilton – o ideal da nação verdadeiramente independente, equilibrada em todo o seu desenvolvimento. Isso não implica nem um pouco que não se deva favorecer o comércio internacional, mas que deva haver um comércio tão controlado que o efeito dele tenda sempre ao equilíbrio e não esteja favorecendo, sem expectativa de recuperação, o unilateralismo econômico.

Não me parece possível haver uma Liga das Nações estável se qualquer nação tiver permissão para praticar “penetração” comercial, pois o objetivo dessa ação é privar outras nações de terem uma participação justa nas formas mais qualificadas de emprego, e é inevitável que haverá problemas generalizados caso isso ocorra. Nem haveria, para falar com toda a franqueza, grande diferença no resultado se algumas nações sentissem que foram reduzidas à posição de talhadeiras em decorrência da especialização industrial de outro país sob o regime de cobdenismo irrestrito<sup>201</sup>; onde quer que uma indústria seja tão desenvolvida em um país que possa controlar o mercado mundial para seus produtos específicos, o equilíbrio econômico de outros países tende a ser perturbado. Nenhum país importante, depois dessa guerra, se permitirá ser privado de qualquer “chave” ou de qualquer indústria “essencial”<sup>202</sup>. Quando se tiver exaurido essas duas categorias,

---

201 N. T.: Referência aos princípios econômicos defendidos por Richard Cobden (1804-1865), um dos pais da defesa da campanha pelo livre comércio na primeira metade do século XIX. Havia, em seus escritos, a ideia de que o livre comércio era não só melhor para o bem-estar da população como promovia a paz, quando aplicado no âmbito internacional.

202 A distinção entre esses dois termos nem sempre é observada. Indústrias-chave são aquelas que, embora sejam relativamente pequenas, são necessárias para outras indústrias muito maiores. Assim, por exemplo, tinturas de anilina no valor de 2 milhões de libras por ano eram utilizadas na Grã-Bretanha antes da guerra em manufaturas de papel e têxteis com valor anual de 200 milhões. A proporção era mais ou menos como a de uma chave para a porta que ela destranca. Existem indústrias essenciais que não têm esse caráter de chave pequena. Esse é o caso, por exemplo, neste século XX, da indústria do aço. É bom preservar a distinção, porque diferentes medidas defensivas podem talvez ser necessárias nos dois casos.

---

se descobrirá que poderia muito bem ter-se adotado o atraente ideal positivo de independência econômica geral, em vez de ser levado de um expediente a outro por mera defesa. Se você tentar manter um cobdenismo negativo com exceções, ocorrerá muito em breve, nas condições que estão se abrindo diante de nós no mundo, a criação de um grande e desajeitado corpo de indústrias meramente *ad hoc*. Um sistema geral de tarifas baixas permitiria que você lidasse com rapidez e leveza com cada dificuldade à medida que ela se desenvolvesse, porque teria o maquinário apropriado à sua disposição. Mas não estou entrando aqui nos detalhes dessas questões industriais; estou lidando com a questão do ideal e do objetivo. O cobdenista acredita que o comércio internacional é bom em si mesmo e que a especialização de cada país, desde que surja às cegas sob a orientação de causas naturais, não deve ser frustrada. O berlinense, por outro lado, também estimulou a especialização econômica entre as nações, mas opera cientificamente, acumulando em seu próprio país as indústrias que dão mais empregos e os mais qualificados. O resultado é o mesmo em cada caso; o acúmulo de força financeira e industrial domina a nação e priva-a, assim como a outras nações, da verdadeira independência. As diferenças resultantes se acumulam até o ponto de disputa e choques.

Existem três atitudes mentais em relação ao acúmulo de força econômica que pressagiam tragédias. Existe o *laissez-faire*, que é o equivalente à rendição e ao fatalismo. Ele produz uma condição comparável à de uma doença causada por autonegligência; o corpo humano é um organismo em funcionamento que, desequilibrado nas suas funções, é organicamente afetado, de modo que, no final, nenhum conselho médico ou mesmo o bisturi do cirurgião podem ajudar, pois parar a doença significa paralisar a própria vida. Sem dúvida, parecia, sob a condição resplandecente da Grã-Bretanha, em meados do século passado, que a filosofia política mais sábia era viver para o dia e confiar na providência. Felizmente, a doença não havia progredido para um estágio fatal quando viemos à mesa

do cirurgião em agosto de 1914. Mas a existência de um milhão de homens em idade militar classificados como inaptos para o serviço militar quase nos faz agradecer a Deus por a guerra ter chegado nesse momento.

A segunda atitude mental em relação ao acúmulo de forças econômicas é a do pânico. Essa tem sido a atitude da Prússia, embora escondida pela lisonjeira filosofia do super-homem, não menos agradável, embora mais crível do que a reconfortante religião do *laissez-faire*. Afirmando de forma crua, podemos indicar que a *kultur* prussiana signifique uma obsessão com a ideia de competição e seleção natural, como expressa no darwinismo, e, estando amedrontados, decidiram que, se, no último caso, os homens começarem a comer homens para sobreviver, eles, de qualquer maneira, seriam os canibais! Assim, cultivaram de forma tenaz a força e a eficiência do pugilista profissional. Mas o monstro da força econômica no qual desenvolveram seu país ficou cada vez mais faminto, e finalmente tiveram de o deixar se alimentar. Metade das atitudes cruéis e egoístas deste mundo são feitas por motivos de pânico.

A terceira atitude é a do anarquista e a do bolchevique – eles certamente distinguiriam-se entre si, mas eles têm pouca diferença prática se você rompe a preocupação com a força econômica ou a desmonta. Essas atitudes significam suicídio social. É vital que a disciplina seja mantida nas democracias ocidentais durante o período de reconstrução, aconteça o que acontecer com o bolchevismo na Europa Central e Oriental. Os ocidentais são os vitoriosos, e só eles são capazes de evitar que o mundo inteiro tenha de passar pelo ciclo tantas vezes repetido no caso de nações individuais – idealismo, desordem, fome, tirania. Contanto que não nos apressemos em desmontar a máquina social em funcionamento, mas sim realizar nossos ideais por atos sucessivos de disciplina social, devemos manter a produção estável, uma

---

realidade fundamental na qual agora, mais do que nunca, a nossa civilização está baseada. A desordem de um mundo inteiro, não nos esqueçamos, implica a ausência de qualquer base nacional remanescente como sustentáculo para a restauração da ordem e, portanto, o prolongamento indefinido da anarquia e da tirania. Passaram-se vários séculos para atingirmos novamente o estágio de civilização alcançado quando o mundo romano da antiguidade entrou em colapso.

Mas, se ficarmos à mercê das contínuas preocupações nos leva a uma nação adoentada, se não devemos entrar em pânico porque isso resulta em crime, e tampouco nos revoltarmos porque isso termina em suicídio, o que nos resta a fazer? Certamente o controle, que em uma democracia significa autocontrole. Se essa guerra provou alguma coisa, foi que essas forças gigantescas da produção moderna são muito importantes. Antes, muitos presumiam que uma guerra mundial ocasionaria um colapso financeiro tão generalizado que não seria possível – nem poderia – ocorrer. No entanto, foi com muita facilidade, quando de fato a guerra eclodiu, que os sistemas de crédito britânico e alemão foram desconectados um do outro pelo simples artifício de uso do crédito nacional para arcar com aquele retirado do solo inimigo.

Se você admite que o controle da força financeira e industrial é seu objetivo, então o Estado ideal para a Liga da Nações deve ser uma nação de desenvolvimento econômico equilibrado. As matérias-primas estão desigualmente distribuídas pelo mundo, mas as atividades dos homens, além do cultivo dos alimentos básicos próprios de cada região, constituem hoje apenas parte relativamente pequena do total da indústria. Os minerais devem ser obtidos nas minas, e os produtos tropicais só podem ser cultivados dentro dos trópicos, mas tanto os minerais quanto os produtos tropicais são agora fáceis de transportar, e as indústrias superiores podem, por sua vez, estar localizadas onde a humanidade escolher e desejar.

Somos o que nossas ocupações nos fazem; todo homem maduro é imbuído com as características de sua vocação. O mesmo acontece com as nações; e nenhuma que se preze, de agora em diante, permitir-se-á ser privada de sua parte nas indústrias superiores. Mas essas indústrias estão tão interligadas que não podem ser desenvolvidas, exceto em equilíbrio uma com a outra. Segue-se, portanto, que cada nação se empenhará pelo desenvolvimento de cada uma das grandes linhas de atividade industrial, e devem as nações ter liberdade para seguir nesse caminho.

Estou firmemente convencido de que esse é o ideal que contribuirá para a paz. Na sociedade, é notoriamente difícil para pessoas de fortuna muito desigual serem amigos no verdadeiro sentido; essa bela relação não é compatível com a patronagem e a dependência. A civilização, sem dúvida, consiste na troca de serviços, mas deve ser uma troca igualitária. Nossa economia financeira tem avaliado como serviços iguais algo de valor muito desigual do ponto de vista da qualidade do emprego industrial que oferecem. Para a felicidade das nações, devemos nos esforçar para garantir alguma igualdade de oportunidades para o desenvolvimento nacional.



## O mundo global e a paz vitoriosa<sup>203</sup>

Halford John Mackinder

### I

Foi pedido que eu me aprofundasse em alguns dos temas com os quais lidei nos meus escritos passados, em particular considerar se o meu conceito estratégico de *Heartland* perdeu alguma da sua importância sob as condições da guerra moderna. Para estabelecer o conceito no seu contexto, devo começar com um breve relato de como ele originalmente veio a tomar forma.

Minha primeira memória de assuntos públicos remonta a um dia, em setembro de 1870, quando, como um pequeno menino que havia acabado de começar a frequentar a escola local, levei para casa a notícia, que li em um telegrama afixado na porta do Correio, de que Napoleão III e todo seu exército se renderam aos prussianos em Sedan. Isso foi recebido como um choque pelos ingleses, que ainda se moviam mentalmente na vigília de Trafalgar e a retirada de Moscou, mas o efeito completo disso não foi percebido até alguns anos depois. A supremacia britânica no oceano ainda não havia sido desafiada, e o único perigo para seu império marítimo que a

---

203 MACKINDER, Halford John. The round world and the winning of the peace. *Foreign Affairs*, v. 21, n. 4, p. 595-605, 1943.

Grã-Bretanha vislumbrou naquele momento era a posição asiática da Rússia. Durante esse período, os jornais londrinos foram ligeiros em detectar evidências de intriga russa em cada rumor vindo de Constantinopla e em cada distúrbio tribal ao longo da fronteira noroeste da Índia. O poder marítimo britânico e o poder terrestre russo mantiveram-se no centro da cena internacional.

Trinta anos depois, na virada do século, Von Tirpitz começou a construir uma marinha alemã de alto mar. Eu estava ocupado nesse tempo estabelecendo o ensino de geografia política e histórica nas Universidades de Oxford e de Londres e observando eventos correntes com um olhar de generalização de professor. O movimento alemão significava, notei, que a nação com o maior poder terrestre organizado e que ocupava a estratégica posição central na Europa estava prestes a obter um poder marítimo forte o suficiente para neutralizar o poder marítimo britânico. Os Estados Unidos também estavam ascendendo paulatinamente à posição de grande potência. Por enquanto, contudo, sua ascensão só podia ser medida em tabelas estatísticas; ainda que, na minha infância, alguém já tivesse se impressionado com a riqueza de recursos da América, pois me lembro, em nossa sala de aula, de uma foto da batalha entre o *Merrimac* e o *Monitor*, o primeiro navio blindado e o primeiro navio com torre de canhões. Então a Alemanha e os Estados Unidos alcançaram a Grã-Bretanha e a Rússia.

Os eventos particulares dos quais surgiu a ideia de *Heartland* foram a guerra dos britânicos na África do Sul e a guerra dos russos na Manchúria. A guerra sul-africana acabou em 1902, e, na primavera de 1904, a Guerra Russo-Japonesa era claramente iminente. Um artigo que apresentei na Real Sociedade Geográfica mais cedo naquele ano de 1904, intitulado o O Pivô Geográfico da História, era, portanto, atual, mas tinha um histórico de muitos anos de observação e pensamento.

O contraste apresentado pela guerra dos britânicos contra os bôeres, combatida a 6 mil milhas de distância através do oceano,

e a guerra travada pela Rússia em uma distância comparável através da expansão de terra asiática naturalmente sugeriu um contraste paralelo entre Vasco da Gama contornando o cabo da Boa Esperança em sua expedição às Índias no final do século XV e a cavalgada de Yermark, o Cossaco, à frente de seus cavaleiros, através dos montes Urais até a Sibéria no começo do século XVI. Tal comparação, por sua vez, leva a uma revisão da longa sucessão de invasões feitas por tribos nômades da Ásia Central, durante a antiguidade clássica e da Idade Média, contra as populações estabelecidas da crescente de subcontinentes: Europa peninsular, o Oriente Médio, as Índias e a China propriamente dita<sup>204</sup>. Minha conclusão foi que:

[...] na presente década, estamos pela primeira vez em posição de tentar, com algum grau de amplitude, apresentar generalizações geográficas e históricas mais amplas. Pela primeira vez, podemos identificar características e eventos no palco de todo o mundo, e é possível buscar uma fórmula para expressar certos aspectos da causalidade geográfica na história universal. Se tivermos sorte, essa fórmula terá valor prático, pois coloca em perspectiva algumas das forças rivais na política internacional atual.

O termo *Heartland* foi empregado pela primeira vez no artigo de 1904, mas incidentalmente e como um termo descritivo e não como um termo técnico. As expressões “área pivô” e “Estado pivô” foram usadas como alternativa, deste modo:

A perturbação do equilíbrio de poder em favor do Estado pivô, resultando em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso de vastos recursos continentais para a construção de navios. Um

---

204 N. T.: Referência ao conceito de “China apropriada”, “China Anterior” ou “Dezoito Províncias”, que, em inglês, é *China proper*, *Inner China* ou *Eighteen Provinces*. Trata-se de um conceito que identifica um núcleo duro central do território chinês, berço da civilização chinesa, em distinção das regiões fronteiriças mais remotas.

império mundial estaria então à vista. Isso poderia acontecer se a Alemanha se aliasse com a Rússia. [...]

Em conclusão, pode-se assinalar que a substituição do controle da área do interior pela Rússia não tenderia a reduzir a importância geográfica da posição do pivô. Se os chineses, por exemplo, fossem organizados pelos japoneses para derrubar o Império Russo e conquistarem seu território, eles poderiam constituir um perigo à liberdade do mundo porque acrescentariam uma frente oceânica aos recursos do grande continente, uma vantagem até agora negada à Rússia na região pivô.

No final da Primeira Guerra Mundial, meu livro *Ideais democráticos e realidade* foi publicado em Londres e em Nova Iorque<sup>205</sup>. Obviamente, o rótulo de “pivô”, apropriado para uma tese acadêmica no início do século, não era mais adequado à situação internacional tal qual emergiu daquela primeira crise da nossa revolução mundial: por isso o uso dos termos “ideais”, “realidades” e “*Heartland*”. Mas o fato de que, mesmo quando o critério adicional foi trazido à consideração, a tese de 1904 ainda satisfaz como base para uma estimativa da posição de 15 anos, dando a confiança de que a fórmula procurada foi encontrada.

## II

Voltemo-nos, agora, ao objeto principal do presente artigo – o esboço de uma estimativa provisória do valor do conceito de *Heartland* em uma pesquisa do mundo vindouro. Deve ser entendido que estou tratando de estratégia, que, é claro, é efetiva em tempos de paz não menos que em tempos de guerra. Não pretendo tomar parte em amplos debates já em curso que olham para as gerações vindouras; centro meus pensamentos nos anos durante os

---

205 Uma nova edição, com texto inalterado, foi publicada em 1942 pela *Henry Holt and Company, New York*.

quais o inimigo está para ser contido, enquanto, na linguagem de Casablanca, sua filosofia de guerra está sendo morta.

O *Heartland* é a parte norte e interior da Eurásia. Ele se estende da costa do Ártico descendo para os desertos centrais e tem, como seus limites a oeste, o amplo istmo entre os mares Báltico e Negro. O conceito não admite definição precisa no mapa por ser baseado em três aspectos separados da geografia física, que, enquanto um reforça o outro, não são exatamente coincidentes. Primeiro de tudo, temos nessa região, de longe, a mais ampla planície da face da Terra. Em segundo lugar, flui nessa planície uma porção de grandes rios navegáveis; alguns deles vão para o norte rumo ao mar Ártico e são inacessíveis do oceano, porque são obstruídos pelo gelo, enquanto outros fluem em direção a águas interiores, como o Cáspio, que não tem saída para o mar. Em terceiro lugar, há aqui uma zona de campos, que, até o último século e meio, apresentou condições ideais para o desenvolvimento de grande mobilidade por nômades montados em camelos e cavalos. Dos três aspectos mencionados, as bacias fluviais são o mais fácil de expor cartograficamente; a divisão de água que delimita o grupo todo dos rios continentais e do Ártico em uma única unidade isola nitidamente no mapa uma vasta área coerente, que é o *Heartland* de acordo com esse critério particular. A mera exclusão da mobilidade marinha e do poder naval, contudo, é um importante diferencial negativo; foi o cinturão de planície e de campos que ofereceu as condições positivas propícias a outro tipo de mobilidade, aquele próprio dos campos. Assim como para a pradaria, atravessa toda a extensão da planície, mas não cobre toda sua inteira superfície. Não obstante essas aparentes discrepâncias, o *Heartland* provê uma suficiente base física para pensar estrategicamente. Ir além e simplificar a geografia artificialmente seria enganoso.

Para o nosso propósito, é suficientemente acurado dizer que o território da União Soviética é equivalente ao *Heartland*,

exceto em uma direção. Para demarcar essa grande exceção, permita-nos desenhar uma linha direta, de mais ou menos 5.500 milhas de comprimento, em direção ao oeste, do estreito de Bering até a Romênia. A 3 mil milhas do estreito de Bering, essa linha cruzará o rio Ienissei<sup>206</sup>, fluindo em direção ao norte das fronteiras da Mongólia ao oceano Ártico. Em direção ao leste desse grande rio, reside uma geralmente rugosa área de montanhas, platôs e vales, cobertos quase de ponta a ponta com florestas coníferas; isso eu chamarei *Lenaland*, por causa de seu componente central, o grande rio Lena. Isso não está incluído no *Heartland* da Rússia. A *Lenaland* da Rússia tem uma área de 3,75 milhões de milhas quadradas, mas uma população de apenas 6 milhões de habitantes, dos quais quase 5 milhões estão estabelecidos ao longo da ferrovia transcontinental de Irkutsk a Vladivostok. No restante desse território, há, na média, mais de três milhas quadradas por cada habitante. Os recursos naturais – madeira, poder hidráulico e minérios – estão até agora praticamente intocados.

A oeste do rio Ienissei, localiza-se o que eu descrevi como o *Heartland* russo, uma planície que se estende por 2.500 milhas de norte a sul e por 2.500 milhas de leste a oeste. Contém 4,25 milhões de milhas quadradas e uma população de mais de 170 milhões, que está crescendo a uma quantidade de 3 milhões por ano.

A maneira mais simples e provavelmente mais efetiva de apresentar os valores estratégicos do *Heartland* da Rússia é compará-los com os da França. No caso da França, contudo, o contexto histórico é a Primeira Guerra Mundial, enquanto, no caso da Rússia, é a Segunda Guerra Mundial.

A França, como a Rússia, é um país compacto, tão comprido quanto largo, mas não tão bem arredondado como o *Heartland* e,

---

206 N. T.: Rio russo que separa a planície Siberiana Ocidental do platô Central Siberiano. Esse importante curso d'água drena grande parte das terras da Sibéria central, desaguando no oceano Ártico.

portanto, com uma área bastante menor em proporção à largura de fronteira a ser defendida. É cercada por mar e montanha, exceto a nordeste. Em 1914-18, não havia países hostis atrás dos Alpes e dos Pirineus, e as esquadras da França e seus aliados dominavam os mares. A França e os exércitos aliados, aquartelados através da fronteira nordeste aberta, estavam, portanto, bem defendidos em cada flanco e estavam seguros na retaguarda. O portão de terras baixas no nordeste, através do qual muitos exércitos avançaram para dentro e para fora, tem 300 milhas de largura entre o Vosges e o mar do Norte. Em 1914, a linha de batalha, voltando-se para o Vosges, recuou para o Marne e, ao final da guerra, em 1918, avançou ao mesmo ponto central. Pelos quatro anos de intervalo, o *front* elástico curvou-se e entortou-se, mas não quebrou mesmo em face do grande ataque alemão na primavera de 1918. Então, como se provou, houve espaço suficiente no país, suficiente tanto para a defesa em profundidade quanto para o recuo estratégico. Infelizmente para a França, contudo, sua principal área industrial estava nesse setor nordeste, onde o confronto incessante foi travado.

A Rússia repete, na essência, o padrão da França, mas em uma escala maior e com sua fronteira aberta voltada em direção a oeste, em vez de nordeste. Na presente guerra, o exército russo está alinhado através dessa fronteira aberta. Na sua retaguarda, está a vasta planície do *Heartland*, disponível para a defesa em profundidade e para o recuo estratégico. Longe, na retaguarda, essa planície retrocede na direção oriental dos bastiões naturais pela “inacessível” costa ártica, pela vastidão selvagem da *Lenaland* atrás do Ienissei e das bordas das montanhas do Altai ao Hindu Kush, com o deserto de Gobi e os desertos tibetanos e iranianos atrás. Essas três barreiras têm amplitude e substância e em muito ultrapassam em valor defensivo as costas e montanhas que cercam a França.

É verdade que a costa ártica não é mais inacessível no sentido absoluto que manteve até poucos anos atrás. Comboios de navios mercantes, assistidos por poderosos quebra-gelos e com

aviões à frente fazendo reconhecimento de estreitos caminhos de água através da camada de gelo, têm feito comércio nos rios Obi e Ienissei e até mesmo no rio Lena; mas uma invasão hostil através da vasta área do gelo do círculo polar e sobre os musgos de tundra e as florestas de taiga da Sibéria setentrional parece quase impossível em face da defesa antiaérea terrestre soviética.

Para completar a comparação entre França e Rússia, consideremos as escalas relativas de alguns fatos paralelos. O *Heartland* russo tem quatro vezes a população, quatro vezes a largura da fronteira aberta e vinte vezes a área da França. Aquela fronteira não é desproporcional à população russa, e, para igualar a amplitude do efetivo soviético, a Alemanha teve de se virar com seu número de combatentes mais limitado, diluindo-o em tropas menos eficientes obtidas dos seus países dominados. Em um importante aspecto, contudo, a Rússia começou sua segunda guerra contra a Alemanha em posição nada melhor que a da França ocupada em 1914; assim como a França, suas indústrias e agricultura mais desenvolvidas residiam exatamente no caminho do invasor. O segundo Plano Quinquenal teria remediado tal situação caso o ataque alemão tivesse demorado mais alguns anos. Talvez essa seja uma das razões para Hitler ter rompido, em 1941, seu tratado com Stalin.

As vastas potencialidades do *Heartland*, contudo, sem contar as reservas naturais em *Lenaland*, são estrategicamente bem posicionadas. Indústrias estão crescendo rapidamente em localidades como a porção meridional dos Urais, no exato pivô da área e na bacia carbonífera do rio Kuznetsk, no abrigo das grandes barreiras naturais a leste do alto Ienissei. Em 1938, a Rússia produziu mais dos seguintes gêneros alimentícios que qualquer outro país do mundo: trigo, cevada, aveia, centeio e beterraba-sacarina<sup>207</sup>. Mais manganês foi produzido na Rússia que em qualquer outro

---

207 N. T.: Beterraba usada para fazer açúcar.



país. Está empatada com os Estados Unidos em primeiro lugar na produção de ferro e fica em segundo lugar na produção de petróleo. Em relação ao carvão, Mikhaylov estima que os recursos das bacias carboníferas de Kuznetsk e Krasnoyarsk são, cada uma, capazes de suprir as necessidades do mundo todo por 300 anos<sup>208</sup>. A política do governo soviético foi equilibrar importações e exportações durante o primeiro Plano Quinquenal. Exceto em relação a muito poucas *commodities*, o país é capaz de produzir tudo do que necessita.

Tudo considerado, é inevitável a conclusão de que, se a União Soviética emergir desta guerra como conquistadora da Alemanha, ela estará posicionada como o maior poder terrestre do planeta. Além disso, será a potência na posição defensiva estrategicamente mais forte. O *Heartland* é a maior fortaleza natural da terra. Pela primeira vez na história, está nas mãos de uma guarnição suficiente tanto em números quanto em qualidade.

### III

Não posso fingir exaurir o assunto do *Heartland*, a cidadela de poder terrestre na grande massa continental do mundo, em um artigo curto como esse. Mas algumas palavras devem ser dedicadas a outro conceito que contrabalança a noção de *Heartland*.

Lá de Casablanca veio recentemente o chamado à destruição da filosofia alemã dominante. Isso pode ser feito irrigando-se a mentalidade alemã com a água limpa de uma filosofia rival. Eu estimo em, digamos, dois anos o tempo de uma ordem de “cessar-fogo”, os Aliados ocuparem Berlim, julgarem os criminosos, ajustar as fronteiras no seu lugar e completar outro tratamento cirúrgico para que a geração mais velha na Alemanha, que morrerá impenitente e amarga, não possa novamente contar errado a história para a geração mais nova. Mas seria mais que inútil

---

208 MIKHAYLOV, N. *Soviet Geography*. Londres: Methuen, 1937.

mandar professores estrangeiros trabalharem na Alemanha para inculcar a teoria da liberdade. A liberdade não pode ser ensinada; só pode ser dada àqueles que são capazes de usá-la. Entretanto, o canal poluído poderia ser drenado à clareza muito eficazmente se fosse controlado por fortes represas em cada lado – o poder terrestre a leste, no *Heartland*, e o poder naval no oeste, na bacia da América do Norte. Confronte-se a mentalidade alemã com uma certeza perene de que qualquer guerra travada pelo país será um conflito em duas frentes inabaláveis, e os próprios alemães solucionarão o problema.

Para isso ocorrer será necessário, em primeiro lugar, que haja efetiva e duradoura cooperação entre a América, a Grã-Bretanha e a França, a primeira para a profundidade da defesa, a segunda como fortaleza diante de um fosso – uma Malta em uma escala mais grandiosa – e a terceira como a cabeça de ponte defensável. A última não é menos essencial que as outras duas, porque o poder naval deve ser, em última instância, anfíbio se quer se contrapor ao poder terrestre. Em segundo lugar, é necessário que aqueles três e o quarto conquistador, a Rússia, comprometam-se a cooperar imediatamente se houver ameaça de qualquer violação da paz, de modo que o mal na Alemanha não possa nunca mais reerguer-se e que morra de inanição.

Algumas pessoas hoje parecem sonhar com um poder aéreo global que “liquidará” tanto as marinhas como os exércitos. Estou impressionado, porém, pelas amplas implicações de uma declaração recente de um aviador prático: “O poder aéreo depende absolutamente da eficiência da sua organização terrestre.” Isso é um tema grande demais para se discutir nos limites deste artigo. Só pode ser dito que até agora nenhuma prova adequada foi apresentada de que o combate aéreo não seguirá a longa história de todos os tipos de equipamento militar, apresentando alternativas de superioridade tática ofensiva e defensiva e efetivando, enquanto isso, poucas mudanças permanentes nas condições estratégicas.

Eu não finjo prever o futuro da humanidade. O que me interessa são as condições nas quais estabeleceremos a conquista da paz quando a vitória na guerra tiver sido atingida. Em relação ao padrão do mundo pós-Guerra, algo estudado por muitas pessoas pela primeira vez, é importante que uma linha seja cuidadosamente tracejada entre as plantas idealistas e os mapas realistas e eruditos que apresentam conceitos – político, econômico, estratégico e assim por diante – baseados no reconhecimento de fatos evidentes.

Com isso em mente, a atenção poderia ser direcionada para um grande aspecto da geografia global: um arco, como se fosse isso, situado ao redor das regiões polares setentrionais. Começa com o deserto do Saara, segue em direção a leste pelos desertos árabe, iraniano, tibetano e mongol e então se estende pela vastidões selvagens de *Lenaland*, do Alasca e do escudo canadiano, ao cinturão semi-árido do oeste dos Estados Unidos. Esse arco de desertos e vastidões selvagens é aspecto de primeira importância da geografia global. Nele residem dois aspectos relacionados de quase igual importância: o *Heartland* e a bacia do *Midland Ocean*<sup>209</sup> (Atlântico Norte) com seus quatro subsidiários (os mares Mediterrâneo, Báltico, Ártico e do Caribe). Fora do arco, está o Grande Oceano (Pacífico, Índico e o Atlântico Sul) e as terras que ele banha (as terras monçônicas asiáticas, Austrália, América do Sul e a África Subsaariana).

Arquimedes disse que poderia levantar o mundo se encontrasse um ponto de apoio para colocar sua alavanca. O mundo todo não pode ser reerguido à prosperidade de uma vez. A região entre o Missouri e o Ienissei, com suas grandes aerovias para a aviação comercial entre Chicago-Nova Iorque e Londres-Moscou e tudo que se desenvolver delas, deve ser o primeiro cuidado, já que deve ser o “ponto de apoio”. Sabiamente a conquista do Japão deve esperar um pouco. No devido tempo, a China receberá capital

---

209 N. T.: O conceito de *Midland Ocean* se contrapõe ao de *Heartland*. Ele é explicado mais abaixo.

numa escala generosa como dívida de honra, para ajudá-la na sua romântica aventura de construir, para um quarto da humanidade, uma nova civilização, nem muito oriental nem muito ocidental. Assim, o reordenamento do mundo será relativamente simples, com a China, os Estados Unidos e o Reino Unido liderando o caminho, os dois últimos respectivamente seguidos pelo seu rastro de uma comunidade de nações livres – já que, apesar de histórias diferentes, o resultado será similar. Mas a primeira empreitada assumida na reconstrução econômica certamente terá de ser na área dentro do Arco desértico, para que toda uma civilização não se derreta em caos. É uma pena que a aliança negociada depois de Versalhes, entre Estados Unidos, Reino Unido e França, não tenha sido implementada! Quantos problemas e quanta tristeza tal ato poderia ter poupado!

#### IV

E agora, para completar minha visão sobre o mundo global, permita-me adicionar, brevemente, três conceitos aos dois já tratados. Para os propósitos do que vi descrito em escritos americanos como “A Grande Estratégia”, é necessário construir amplas generalizações na geografia, não menos que na história e na economia.

Descrevi meu conceito de *Heartland*, que não hesito em dizer ser mais válido e útil hoje do que há vinte ou 40 anos. Disse como era estabelecido no seu arco de amplas defesas naturais – o Oceano Polar coberto de gelo, a *Lenaland* acidentada e com florestas e o montanhoso e árido platô centro-asiático. O arco é incompleto, entretanto, porque há uma ampla porta de entrada, de mil milhas de largura, admitindo desde a Europa peninsular até a planície interior através do amplo istmo entre os mares Báltico e Negro. Pela primeira vez, em toda a história, há nessa vasta fortaleza natural uma guarnição capaz de bloquear a entrada do invasor alemão. Considerando-se esse fato e as defesas aos flancos e retaguarda que

---

descrevi, a absoluta largueza do portão aberto é uma vantagem, já que provê a oportunidade de se derrotar o inimigo, compelindo-o a fazer um amplo emprego de seus efetivos. E, acima e abaixo do *Heartland*, há solo rico para a agricultura e minérios e combustíveis para extração; uma igual quantidade – ou quase igual – de tudo isso situa-se acima e abaixo dos Estados Unidos e do Domínio do Canadá<sup>210</sup>.

Sugeri que uma corrente de contra-filosofia saneadora, canalizada entre irrompíveis contenções de poder, pode expurgar da mentalidade alemã sua magia negra. Certamente ninguém será louco o bastante para impor professores estrangeiros para exorcizar os maus espíritos da alma da nação alemã conquistada. Nem, depois dos primeiros inevitáveis anos punitivos, tenho confiança suficiente de que as democracias conquistadoras manterão guarnições com o espírito e o número necessários estacionadas nas terras derrotadas; já que não é comum pedir a democratas para persistir em uma atitude contrária ao próprio espírito e essência da democracia. A onda saneadora poderia melhor ser liberada a fluir de alguma fonte *alemã* regenerada e regeneradora, entre as contenções de poder que eu nomeei, uma no *Heartland* e outra nos territórios dos três poderes anfíbios: Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. As duas forças amigáveis encarando uma a outra através do fluxo do canal seriam de igual poder e deveriam estar sempre igualmente de prontidão para uma ação necessária. Então, a Alemanha viveria continuamente sob a ameaça de guerra imediata caso fosse culpada por qualquer violação dos tratados proibindo tanto a preparação física para a guerra como enganar a juventude, que é outra maneira de preparação para a guerra. As guarnições democráticas em seus países de origem seriam, pela força do exemplo, os professores.

Nessa proposta, segue meu segundo conceito geográfico, o do *Midland Ocean* – o Atlântico Norte – e seus mares e bacias fluviais

---

210 N. T.: Antigo nome oficial do Canadá.

dependentes. Sem trabalhar os detalhes desse conceito, permita-me retratá-lo novamente em três elementos – uma cabeça de ponte na França, um aeródromo protegido por fosso na Grã-Bretanha e uma reserva de homens treinados, agricultura e indústrias na porção oriental dos Estados Unidos e Canadá. Conforme o potencial de guerra avança, os Estados Unidos e o Canadá são países atlânticos e, desde o instante que a guerra terrestre esteja à vista, tanto a cabeça de ponte quanto o aeródromo protegido com fosso são essenciais ao poder anfíbio.

Sobre os três conceitos restantes, devo fazer pouco mais que os esquematizar, e só para termos um quadro de completude e equilíbrio do globo. Percorrendo a unidade gêmea há pouco descrita – o *Heartland* e a bacia do *Midland Ocean* – aí aparece no globo o manto de vazios, constituindo paisagem praticamente contínua cobrindo por volta de 12 milhões de milhas quadradas – isto é, quase um quarto de toda a terra do globo. Lá, sobre essa vasta área, vive hoje uma população total de menos de 30 milhões, ou, digamos, um sétimo de toda a população do mundo. Aviões voarão, é claro, ao longo de muitas rotas sobre esse arco de vastidão selvagem; e através dele serão construídas rodovias. Mas, por ainda muito tempo, essas áreas representarão a quebra da continuidade social entre as maiores comunidades de seres humanos no globo<sup>211</sup>.

O quarto dos meus conceitos abarca, nos dois lados do Atlântico Sul, as florestas úmidas da América do Sul e da África. Se estas forem dominadas pela agricultura e habitadas com a densidade do café tropical, poderiam sustentar um bilhão de pessoas, sempre considerando que a medicina tenha conferido aos trópicos tanta produtividade de energia humana quanto a das zonas temperadas.

Em quinto e último lugar, um bilhão de pessoas de antiga civilização oriental habitam as terras monçônicas da Índia e da

---

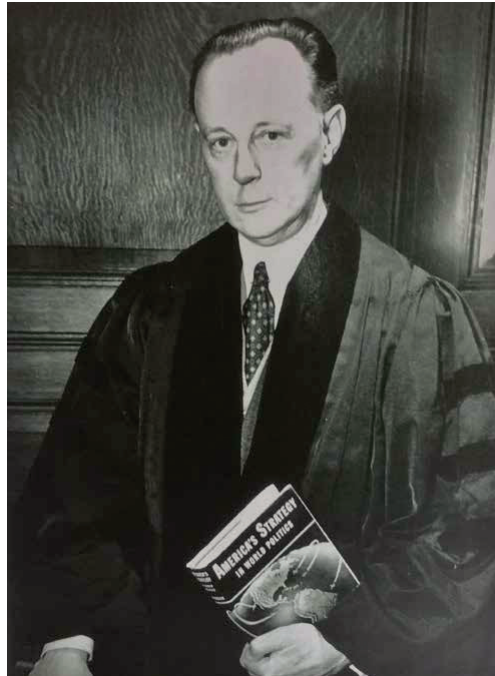
211 Algum dia, incidentalmente, quando o carvão e o óleo forem exauridos, o Saara pode tornar-se a ratoeira para capturar energia direta do Sol.

China. Elas devem ascender à prosperidade nos mesmos anos em que a Alemanha e o Japão estão sendo domesticados à civilização., Equilibrarão aquele outro milhão de pessoas que vivem entre o Missouri e o Ienissei. Um globo equilibrado de seres humanos. E feliz, já que, uma vez equilibrado, está, portanto, livre.





## Nicholas John Spykman (1893-1943)



- *Geography and Foreign Policy* (partes I e II) American Political Science Review, 1938.
- *America's Strategy in World Politics*. New York: Harcourt, Brace & Co, 1942
  - Cap II – *The US in the Western Hemisphere*
  - Cap III – *From Monroe Doctrine to Hemisphere Defense*
  - Cap VI – *The US in the World*
- *The Geography of the Peace*. New York: Harcourt, Brace & Co, 1944
  - Cap I – *Geography in War and Peace*
  - Cap II – *Mapping the World*
  - Cap III – *The Position of the Western Hemisphere*



## Geografia e política externa, I<sup>212</sup>

Nicholas J. Spykman

“A política de todas as potências está na sua geografia”<sup>213</sup>, afirmou o homem cuja famosa fala “As circunstâncias? Eu que faço as circunstâncias.” indica seu desprezo por qualquer força que não seja a vontade humana como árbitro do destino humano. Mas, desde que o Mar Vermelho se partiu para Moisés e o Sol gentilmente parou para Josué, a vontade humana tem sido incapaz de retomar o controle sobre a topografia e o clima exibido por aqueles homens cheios de força, e é provavelmente seguro afirmar que foi mais pela geografia russa que por homens que aquele curso baixinho foi finalmente derrotado. Se ainda estiver vivo, há em Waterloo ainda hoje um guia leal que afirma com inabalável convicção que não foi nem a genialidade nem a habilidade, mas sim uma vala pantanosa que deu a vitória a Wellington.

Infelizmente para o cientista político com predileção pela simplificação, mas felizmente para o estadista que se esforça para

---

212 SPYKMAN, Nicholas. Geography and Foreign policy, I. *American Political Science Review*, v. 32, n. 1, p. 28-50, 1938.

213 Napoleão I ao Rei da Prússia, 10 nov. 1804. *Correspondance de Napoléon I<sup>er</sup>*, v. X, n. 8170, p. 60, 1862.

superar as deficiências geográficas de seu país, a política externa nem no todo nem em parte reside inteiramente na geografia. Os fatores que condicionam a política dos Estados são muitos; são permanentes e temporários, óbvios e ocultos; incluem, à parte do fator geográfico, a densidade populacional, a estrutura econômica do país, a composição étnica da população, a forma de governo, e os complexos e preferências dos ministros do Exterior; e é sua ação simultânea e interação que cria o complexo fenômeno conhecido como “política externa”.

É a tarefa do cientista social tentar encontrar, na enorme massa de correlações históricas, relações entre fatores condicionantes e tipos de política externa. Isso significa que o estudo da história diplomática deve ser suplementado por uma procura pelos padrões de comportamento dos Estados sob diferentes estímulos e em vários ambientes internacionais. O método científico requer meios de abstração, e o senso comum adverte que as correlações encontradas por meios de abstração podem por si só ser apenas parciais, relacionadas a explicações de situações históricas concretas.

Dos vários fatores que condicionam a política externa dos Estados, não se questiona que Napoleão indicou o mais significativo. A guerra foi um instrumento de política nacional em seu tempo e ainda é hoje, e, em um mundo onde grupos lutam por poder usando a guerra, a política torna-se alta estratégia.

Em tal mundo, a área geográfica do Estado é a base territorial a partir da qual ele opera em tempo de guerra e a posição estratégica que ele ocupa durante o armistício temporário chamado de paz. É o mais fundamentalmente condicionante fator na formulação da política nacional, porque é o mais permanente. Ministros vêm e ministros vão, até ditadores morrem, mas as cordilheiras permanecem imperturbáveis. George Washington, defendendo treze estados com um exército grosseiro, foi sucedido por Franklin Roosevelt, com os recursos de um continente a seu comando, mas

o Atlântico continua de forma tranquilizadora a separar a Europa dos Estados Unidos; os portos do São Lourenço<sup>214</sup> ainda são bloqueados pelo gelo do inverno. Alexandre I, Czar de Todos os Russos, deixou para Joseph Stalin, um simples membro do Partido Comunista, não só seu poder, mas sua luta sem fim pelo acesso ao mar; e Clemenceau compartilhou a ansiedade de Júlio César e de Luís XIV em relação à fronteira germânica exposta. Pelo fato das características geográficas dos Estados serem relativamente fixas e imutáveis, as demandas geográficas desses Estados permanecerão as mesmas por séculos e, porque o mundo ainda não atingiu o feliz estado no qual as vontades dos homens não entram em conflito, tais demandas causarão atritos.

Na conta da geografia pode, então, ser colocada a culpa por muitos dos conflitos de longa data que ocorrem persistentemente através da história, enquanto governos e dinastias ascendem e declinam.

*Es gibt Konstellationen, wo die Völker und Staaten gegeneinander stehen, weil die Entfaltungsmöglichkeiten räumlich und wirtschaftlich beschränkt sind und des einen Vorteil des anderen Nachteil sein muss. Es ist dies immer der Fall, wo geographische und raumpolitische Situationen die Entfaltungstendenz verschiedener Staaten in eine Richtung drängen, und ein einziges Ziel, ein Land, die Beherrschung einer See oder eines strategisch und wirtschaftlich wichtigen Punktes verschiedenen Staaten notwendig erscheint . . . solche Verhältnisse raumpolitischer Art sind der Grund, warum einige Fragen aus der politischen Geschichte niemals ausscheiden und unter den verschiedensten Verhältnissen immer wieder auftauchen.*<sup>215</sup>

214 N. T.: Um dos mais importantes rios da América do Norte e que serve como divisor natural de parte da fronteira entre Estados Unidos e Canadá. Além disso, esse curso d'água também é importante por ligar a região dos Grandes Lagos ao Atlântico.

215 RUDORFFER, J. J. (Kurt Riezler) *apud* TOPF, Erich. *England und Russland an den Türkischen Meerengen. Zeitschrift für Geopolitik*, v. II, p. 665, 1928. N. T.: Pode ser traduzido como "Existem

Deve-se enfatizar, porém, que a geografia tem sido descrita mais como condicionante que força determinante. A palavra foi escolhida com cuidado. Não significa que a geografia tem um papel determinístico, causal na política externa. O determinismo geográfico que explica pela geografia todas as coisas, desde a quarta sinfonia à quarta dimensão, pinta uma figura distorcida, assim como uma explicação da política que não faz referência à geografia<sup>216</sup>.

---

situações nas quais povos e Estados se enfrentam porque as oportunidades de desenvolvimento são espacial e economicamente limitadas, sendo a vantagem de uma a desvantagem da outra. Este é sempre o caso quando as situações políticas geográficas e espaciais impelem a tendência de desenvolvimento de diferentes estados em uma direção, e um único objetivo, um país, o domínio de um mar ou um ponto estratégico e economicamente importante parece necessário para diferentes Estados [...] Tais circunstâncias de natureza política espacial são a razão pela qual algumas questões nunca são eliminadas da história política e reaparecem continuamente nas mais variadas circunstâncias.”

216 A presente escola alemã de “Geopolitik” tem abandonado em certo grau o estrito determinismo geográfico de Ratzel, mas só para ser seduzida por uma metafísica que vê a geografia como uma última causa. Como a palavra indica, os aderentes não estão somente engajados num estudo do condicionamento geográfico dos fenômenos políticos; eles também estão engajados em fazer *lobby*, o que dificilmente é um empreendimento científico. Provavelmente a melhor declaração sobre sua posição foi dada em 1928 pelos quatro editores da *Zeitschrift für Geopolitik*: “Die Geopolitik ist die Lehre von der Erdgebundenheit der politischen Vorgänge. Sie fußt auf der breiten Grundlage der Geographie, insbesondere der Politischen Geographie als der Lehre von den politischen Raumorganismen und ihrer Struktur (...) Die Geopolitik will Rustzeug zum politischen Handeln liefern und Wegweiser im politischen Leben sein. Damit wird sie zur Kunstlehre, die die praktische Politik bis zur notwendigen Stelle des Absprungs vom festen Boden zu leiten fähig ist. Nur so wird dieser Sprung vom Wissen zum Können und nicht vom Nichtwissen aus erfolgen, woher er sicher weiter und gefährlicher ist. Die Geopolitik will und muss zum geographischen Gewissen des Staates werden.” [Citado em HENNING, Richard. *Geopolitik: Die Lehre Vom Staat Als Lebewesen*. Berlim: Leipzig, 1931, p. 9.] [N. T.: Trecho poderia ser traduzido como “A Geopolítica é a doutrina da limitação dos processos políticos. Baseia-se nas amplas estruturas da geografia, em particular da geografia política como doutrina dos organismos espaciais políticos e suas estruturas [...] A Geopolítica quer fornecer ferramentas para a ação política e ser um guia na vida política. Torna-se, assim, uma doutrina capaz de guiar a prática política até o ponto em que o salto de terreno é necessário. Só assim podemos dar esse salto, considerando a distância e o perigo. A geopolítica quer e deve se tornar a consciência geográfica do Estado”].

A esse determinismo, a escola francesa, fundada por Vidal de la Blache e continuada por Brunhes e Vallaux e agora por Febvre, opõe seu “possibilismo”, levando em conta a possível modificação da geografia pelo homem e os muitos outros fatores que se unem à geografia na determinação do destino humano: “O verdadeiro e único problema geográfico é o da utilização das possibilidades.” [FEBVRE, Lucien Paul Victor. *A Geographical Introduction to History*. Londres: K. Paul Trench, Trubner & Co.; Nova Iorque: A.A. Knopf, 1925), p. 349.]

A geografia de um país é mais o material para a sua política do que a causa, e admitir que o traje deve ser em última análise cortado para se ajustar ao pano não é dizer que o pano determina o estilo da roupa, nem sua adequação. Mas a geografia de um Estado não pode ser ignorada pelos homens que formulam sua política. No passado, natureza da base territorial influenciou-lhes nessa formulação, e assim será também no futuro.

A natureza dessa base exerce influência variada na política externa. O tamanho afeta a força de um Estado na luta pelo poder. Recursos naturais influenciam a densidade populacional e a estrutura econômica, em si mesmos fatores na formulação de políticas. A localização em relação ao equador e aos oceanos e massas terrestres determina a proximidade a centros de poder, áreas de conflito e rotas de comunicação estabelecidas, e a distância em relação a vizinhos imediatos define a posição no que diz respeito a potencial inimigos, desse modo determinando os problemas básicos de segurança territorial.

A importância do tamanho e da localização como fatores na política externa não pode ser avaliada, contudo, sem a consideração dos efeitos modificadores da topografia e do clima. A topografia afeta a força pela sua influência na unidade e na coerência interna. O clima, afetando o transporte e estabelecendo os limites às possibilidades da produção agrícola, condiciona a estrutura econômica do Estado e, portanto, indireta mas inequivocamente, a política externa.

---

“[...] o mais perfeito tipo morfológico não envolve nenhum efeito certo.” [BERR, Henri. “Foreword” a FEBVRE, *op. cit.*, p. xii.]

É em algum lugar entre essa última declaração e o determinismo de Ratzel que nós devemos traçar o nosso rumo. A geografia não determina, mas ela condiciona; ela não apenas oferece possibilidades de uso, ela demanda que elas sejam usadas; a única liberdade do homem reside na sua capacidade de usar bem ou mal ou modificar para melhor ou pior tais possibilidades.

## I – O fator tamanho

O tamanho comparativo de Estados, contanto que haja uma efetiva integração política e econômica da área, é indicador aproximado da força comparativa e, como tal, elemento da política externa. Apesar de, na sua forma abstrata como área de superfície total, não gerar objetivos específicos nem dar conteúdo à política externa, ainda é uma indicação do poder de resistir à pressão de outros Estados e pode afetar a escolha entre a guerra e a diplomacia como instrumentos de política nacional.

Ao longo da história e especialmente durante os seus primórdios, a maioria esmagadora dos Estados poderosos foram Estados grandes. Egito, Babilônia, Assíria e Roma foram cada um, em sua época, o maior Estado organizado existente e, por esse ativo, o mais poderoso. É verdade que, em certos períodos, Estados pequenos como Atenas, Veneza e Holanda, operando como poderes marítimos, puderam, por um tempo, por meio do controle de rotas marítimas, estender seu domínio sobre grandes áreas do mundo, mas, em conflitos terrestres, geralmente sucumbiram a unidades com bases mais amplas, que significava maior território. Durante os períodos modernos, as grandes potências foram novamente as maiores em tamanho. A Alemanha olha com ansiedade e desgosto a Polônia aumentada em sua fronteira oriental e a enorme Rússia mais além; e o Japão vive em medo mortal de um futuro no qual China e Rússia, encarando-o do outro lado do Mar do Japão, tenham desenvolvido os potenciais de poder inerentes ao seu tamanho gigantesco.

A última ilustração deixa claro que o tamanho não é força, mas potencial de força. É força na medida em que é equivalente à terra arável e, portanto, a poder demográfico<sup>217</sup>, e, raciocinando a partir dessa premissa, a maioria das potências terrestres seguiu, no

---

217 N. T.: “*man power*” no original.



passado, uma política de expansão territorial. Desde a Revolução Industrial, no entanto, a força tem se tornado mais e mais identificada com a força industrial. Recursos de matérias-primas e organização industrial tornaram-se, portanto, os pré-requisitos do poder seja terrestre seja marítimo. Mas tamanho ainda é eficaz no sentido de que, quanto maior a área, maiores as chances de que ela contenha faixas climáticas e topografia variadas e, portanto, variados recursos e possibilidades econômicas.

Tamanho é de importância primária como elemento de defesa, particularmente se os centros vitais de um país são distantes das fronteiras. Para alcançar Moscou, Napoleão forçou um exausto exército a atravessar um espaço quase tão vasto quanto seu próprio império, só para encontrar-se confrontado por um espaço mais silencioso e desesperançadamente longe de sua base de suprimentos na retaguarda. Mais de cem anos depois, as campanhas anticomunistas dos “russos brancos” e seus aliados infrutiferamente gastaram sua força nos territórios da fronteira russa, enquanto os comunistas, tranquilos, organizaram os centros vitais do país. Um adversário humano exhibe a fraqueza e as forças comuns à raça humana, e, contra ele, o homem pode empregar sua habilidade e determinação. O espaço simplesmente derrota seus adversários pela sua própria existência. Ele cumpre sua função defensiva, contudo, só quando os centros vitais de um país estão localizados longe da fronteira. Em uma guerra entre Estados Unidos e Canadá, as vastas capacidades do Canadá proviriam bem menos proteção que as menores extensões do território dos Estados Unidos, pois os centros industriais e populacionais do primeiro são concentrados na sua fronteira sudeste, dentro da área de fácil alcance de um invasor, enquanto aquelas dos Estados Unidos situam-se bem atrás da fronteira.

Tamanho e distância como elementos de defesa adquiriram ainda maior importância desde que o homem voou

através do ar em vez de andar no chão. O atual raio de alcance de um esquadrão bombardeiro é de aproximadamente 800 milhas. A Rússia é, portanto, o único país europeu cujos centros industriais e mineradores vitais não se situam no alcance de um esquadrão inimigo. Paris fica a menos de 250 milhas de Londres, e o Ruhr fica a menos de 300 milhas de Paris. No caso de um conflito russo-japonês, se o Japão bombardear Vladivostok, a produção industrial e agrícola permaneceria inalterada, e a organização da defesa geral do país estaria intacta. Se um esquadrão bombardeiro russo conseguisse destruir Osaka e Kobe, o centro da produção, transporte e comunicação do Japão seria destruído, e a resultante desorganização poderia ser muito bem um fator maior na derrota do Japão que uma vitória naval menor.

O tamanho de um Estado em dado momento não pode ser levado em consideração em termos de um único fator condicionante. Ele depende do desenvolvimento técnico, social, moral e ideológico, das forças dinâmicas dentro de um Estado, da constelação política do passado e da personalidade dos indivíduos. Mas isso inegavelmente foi condicionado por fatos topográficos. O efeito da topografia no tamanho é reconhecidamente menor desde que o homem aprendeu a fazer túneis através das montanhas e pontes através de grandes abismos, mas, até a conquista tecnológica ser consideravelmente mais completa, a topografia não pode ser desprezada.

A Grécia foi dividida pela natureza em pequenas unidades econômicas e, portanto, desenvolveu pequenas unidades políticas. Os vales eram autocentrados, e as partes mais férteis do país eram abertas ao mar, mas privadas do contato por terra com o restante da península. A Grécia então intercambiou mais ideias e mercadorias por mar que por terra, e os assentamentos gregos tornaram-se uma série de cidades, muitas das quais inimigas umas das outras<sup>218</sup>.

---

218 NEWBIGIN, Marion. *The Mediterranean Lands* – an introductory study in human and historical geography. Nova Iorque: Christophers, 1924, p. 149.

---

Uma situação similar permanece na península balcânica hoje, onde cada vale ou planície é isolado por um muro de montanhas, e os variados grupos preservam suas próprias características sociais, políticas e religiosas. Não há, na península, um centro natural em torno do qual um grande Estado poderia se formar, e as rivalidades entre os pequenos Estados são inevitáveis. A mesma influência de distribuição de terras baixas e altas pode ser traçada na desintegração do Império Romano, na Europa ocidental, em comparativamente pequenas unidades, que são pequenas pois terrenos de menor e de maior altitude são distribuídos em áreas pequenas.

Os fatores da topografia que criam barreiras à expansão continuarão, caso essas barreiras sejam superadas, a operar como obstáculos à defesa efetiva e à integração bem-sucedida do novo território ao velho domínio. O efeito da natureza da fronteira territorial nos problemas de defesa e política externa em geral será discutido depois. Mas, neste ponto, precisa ser mencionado o problema do efetivo controle, distinguindo-o do perigo de agressão, porque só com controle central efetivo o tamanho grande se torna elemento de força ao invés de elemento de fraqueza. Tal controle depende primariamente de dois fatores: da existência de um sistema efetivo de comunicação desde o centro até a periferia e da ausência de forças centrífugas de separatismo, ou de que haja um contraponto bem-sucedido a elas. No estabelecimento de um sistema de comunicação, que é, por sua vez, um dos meios mais eficientes de se contrapor a tendências separatistas, o formato e a topografia de um Estado têm influência direta.

Obviamente o formato territorial ideal para um Estado é aquele de um círculo perfeito. Dada tal configuração, a maior área possível é cercada pela menor fronteira possível, facilitando a defesa, e todas as partes das áreas são equidistantes, e tão próximas quanto possível, de um governo localizado no centro do círculo. Estados que são longos e estreitos em tamanho – e isso é particularmente verdade para poderes terrestres – tendem

inevitavelmente a se desintegrar, seja pela perda de território na periferia, onde a influência centralizadora do governo é menos sentida, ou pela secessão, a ressurgir como Estados separados. Exemplos da última tendência podem ser encontrados no Império Otomano, que perdeu controle efetivo de todo o norte da África e da maior parte dos Bálcãs antes dessas áreas serem tomadas por outros poderes, e nos Impérios Árabe, Mongol e Macedônico que o precederam.

Um fator ainda mais significativo que o tamanho no estabelecimento de um controle centralizado sobre uma dada área geográfica é a topografia. A facilidade de comunicação interna de um país dependerá da altura e configuração das cadeias de montanhas, da altura e largura dos vales, da direção dos rios e do efeito modificador do clima em todos esses aspectos. Onde montanhas como os Andes ou a cadeia escandinava ou a suíça barram o caminho ou cortam o país em seções desarticuladas como na península balcânica, a comunicação será lenta de se estabelecer e permanecerá onerosa e infrequente; onde pântanos e desertos dividem duas partes de um país, a construção rodoviária será difícil; e onde sistemas fluviais correm paralelos ao invés de convergir, eles não oferecem nenhum meio conveniente de comunicação a um governo localizado centralmente e tendem mais a separar do que a unir.

Um governo terá apenas frágil controle sobre seções do país com as quais se tem comunicação de forma infrequente. A distribuição de montanhas, a principal causa da presente distribuição étnica, exerceu na Suíça um efeito descentralizador definitivo, intensificado pelo sistema fluvial. O que é significativo sobre esse sistema fluvial como uma influência desagregadora não é a sua direção, porém, mas o fato de que todos os rios fluem da periferia em direção ao exterior, deixando de criar uma rede de comunicação dentro do país e tendendo a conectar as seções

periféricas mais estreitamente com países estrangeiros que com a parte central da terra pátria. Por várias razões políticas, isso, no caso da Suíça, não resultou numa real desunião política. Foi, entretanto, a causa da descentralização cultural, linguística e econômica, uma característica marcante da República<sup>219</sup>. O mesmo fenômeno dos rios paralelos, com o mesmo efeito desagregador, pode ser notado na Alemanha, onde o Reno, o Weser, o Elba, o Oder e o Vístula<sup>220</sup> fluem todos a noroeste ao longo de linhas paralelas, dividindo o país em cinco vales e não convergindo em nenhum ponto a partir do qual um governo central pudesse estender sua influência unificadora ao longo dos vales fluviais até as bordas do Estado. As menores bacias fluviais chinesas formaram diminutas unidades políticas características de toda a história do país, e os três grandes vales persistentemente mantiveram um separatismo regional que foi obstáculo à unificação política. Na Sibéria, o clima acrescenta sua influência descentralizadora à da topografia, e os rios não só fluem ao longo de cursos paralelos, mas fluem ao Ártico e são fechados por gelo. Não foi por acidente que a Sibéria não se tornou efetivamente parte do Império Russo até o desenvolvimento da ferrovia.

Rios podem ser, e frequentemente foram, contudo, a principal influência unificadora, especialmente nas primeiras organizações políticas. Os primeiros Estados foram, sem exceção, Estados de rios, centrados em torno do Tigre e Eufrates e o Nilo, e o império colonial francês na América do Norte foi estabelecido ao longo dos vales do São Lourenço e do Mississipi. Só do noroeste de Moscou, o Dniepre flui sul em direção ao Mar Negro, o Volga flui leste e sul em direção ao Mar Cáspio, e o Volkhof flui norte através do Lago Ladoga para alcançar o Golfo da Finlândia como o

---

219 N. T.: Referência à Confederação Suíça.

220 N. T.: Recorda-se ao leitor que, quando o presente artigo foi publicado, em 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha de então era bem maior territorialmente que a atual. Nos dias de hoje, o rio Vístula (*Weichsel* em alemão) está totalmente localizado em território polonês.

Neva. Porque as cataratas do Dniepre à jusante de Kiev formaram uma barreira à comunicação, Kiev deu lugar a Moscou como a sede do governo, que, a partir de sua posição no rio Moscou, um tributário do Oca, que, por sua vez, flui para o Volga, pode estender sua influência centralizadora a todos os cantos da Rússia europeia. Uma rede similar de rios convergente em Paris faz daquela cidade o centro inevitável da França e centra o país inevitavelmente em Paris.

Desde o início, governos fortaleceram o controle sobre o território suplementando os meios naturais de comunicação e tentando ultrapassar as barreiras da topografia. Os incas unificaram seu império com estradas, os persas construíram uma grande via de Sardes a Susa, que interessantemente seguiu praticamente a mesma rota do projeto da Berlim-Bagdá, 2 mil anos depois; os chineses, os franceses e os russos suplementaram seus grandes rios por meio de uma colmeia de canais; e Roma manteve contato com seu distante império por estradas tão bem construídas que algumas delas existem ainda hoje. Carlos Magno construiu estradas, e cada passo adiante do Reino da França em direção à centralização coincide com um passo em direção ao aperfeiçoamento da comunicação dentro do país. No período de reorganização depois da Guerra dos Cem Anos, Luís XI estabeleceu o primeiro serviço postal; e, no início do desenvolvimento nacional que se seguiu às guerras religiosas, Sully planejou seu primeiro grande sistema viário.

Foi a ferrovia, contudo, que possibilitou a efetiva integração de áreas mais amplas. Antes do seu advento, poucos Estados localizados em áreas de conflito foram capazes de manter controle sobre territórios a mais de 300 milhas de distância do centro de governo. Por essa razão, grandes Estados viabilizaram-se com esse instrumento e construíram linhas por razões estratégicas e políticas muito antes que a importância econômica dessas áreas periféricas justificasse tais construções. As ferrovias da França, Alemanha e Rússia irradiam de Paris, Berlim e Moscou.

Na mesma forma, os grandes poderes continentais confirmaram sua unidade pelo desenvolvimento dos seus sistemas ferroviários. Linhas transcontinentais se esticaram através dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália; e a Transiberiana e a via ferroviária Turquestão-Sibéria<sup>221</sup> trouxeram a Rússia Asiática para o alcance do governo central. Madri, que fez uma débil tentativa na mesma direção, está percebendo hoje, para o seu pesar, os perigos de uma rede ferroviária inadequada.

De fato, tão importante tornaram-se as ferrovias como o meio mais efetivo de estabelecer o controle sobre o território através do qual elas correm que a sua posse virou quase um símbolo de soberania.

In einem modernen Staat ist jedoch nicht das Straßennetz, sondern das Eisenbahnnetz das Verkehrsrtickgrat des Raumorganismus. Auf ihm beruht die Raumbeherrschung eines Staates. Wer das Bahnnetz beherrscht, beherrscht auch den Staat. König WILHELM wollte darum Sachsen die politische Selbständigkeit lassen, aber die Bahnen in die Verwaltung nehmen, was gleichbedeutend mit dem Verlust der Selbständigkeit gewesen ware. Danzig gilt wohl als freier selbständiger Staat; von einer tatsächlichen Selbständigkeit kann aber keine Rede sein, denn Polen verwaltet seine Bahnen. Der Griff nach den Bahnen ist darum bei jeder politischen Eroberung das erste; und umgekehrt begibt sich ein Staat, der seine Bahnen aus der Hand gibt, eines Teiles seiner politischen Selbständigkeit. Alle Verleihungen von Bahnkonzessionen (China an Russland fuir die

---

221 Ferrovia que liga a Ásia Central à Sibéria. Foi construída nos tempos da União Soviética e era uma via interna de ligação interna desse antigo país.

nördliche Mandschurei, Türkei) sind Akte politischer Schwache und beginnende Selbsteingliederung.<sup>222</sup>

Seguindo de perto o desenvolvimento das ferrovias e das vias aquáticas interiores, vieram as vias aéreas que agora cobrem todo continente e que, apesar de ainda imperfeitas para o transporte de mercadorias, são os mais perfeitos meios de se manter o contato constante entre um governo central e as partes distantes de um país. Nessa ligação, a eficácia do rádio como meio de centralização cultural e ideológica não pode ser esquecida.

De maneira oposta, o declínio de grandes impérios frequentemente foi acompanhado por uma negligência do sistema de comunicação. Os Estados europeus e asiáticos da Idade Média usaram os meios existentes sem se preocupar em melhorá-los ou desenvolvê-los e permaneceram, portanto, pequenos em tamanho. Onde grandes Estados existiram, como o Califado e o Império Mongol, eles eram unidades políticas apenas nominalmente, sem controle efetivo sobre as seções periféricas do seu território. A nova república turca, com seus ambiciosos planos de desenvolvimento de um elaborado sistema de comunicações, evidentemente aproveitou-se do exemplo de seu predecessor.

Ainda que o problema estratégico e político de integrar e manter territórios ultramarinos seja inteiramente diferente daquele apresentado por seções de território contíguo, é indubitavelmente

---

222 MAULL, Otto. *Politische Geographie*. Berlin: Safari-Verlag, 1925, p. 498-499. [N. T.: Pode ser traduzido como: “Em um Estado moderno, entretanto, não é a rede rodoviária, mas a rede ferroviária que é a espinha dorsal de transporte do organismo espacial. A dominação espacial de um Estado é baseada nela. Quem controla a rede ferroviária também controla o Estado. O rei Wilhelm, portanto, queria dar independência política à Saxônia, mas controlar as ferrovias, o que significaria a perda da independência. Danzig é considerado um Estado livre e independente; mas não pode haver dúvida sobre a independência real, porque a Polônia administra suas ferrovias. Controlar as ferrovias é, portanto, a primeira etapa em toda conquista política; e, inversamente, um Estado que abre mão delas cede parte de sua independência política. Todas as concessões ferroviárias (China à Rússia para o norte da Manchúria, Turquia) são atos de fraqueza política e autointegração incipiente”.]



verdadeiro que também aqui a distância em relação a formas existentes de comunicação desempenhou um papel na perda, para as metrópoles britânica e espanhola, de suas colônias americanas.

Na revolta contra a Inglaterra, as colônias americanas seguiram uma reconhecida lei da geografia política. Eles constituíam a fronteira remota da Europa; e uma tendência em direção à defecção se manifesta em todas as possessões periféricas [...] a mera distância aumenta grandemente a dificuldade de controle governamental [...].<sup>223</sup>

Topografia, clima e distância então determinam a facilidade da comunicação dentro de um país e, desse modo, diminuem ou aumentam muito a probabilidade de separatismo. Seções cortadas por montanhas ou desertos, ou cuja localização em um vale fluvial predispõe-nas em direção à identificação maior com um país estrangeiro que com outras seções da pátria mãe, tendem a desenvolver interesses locais e uma política e gradualmente se livrar do controle central. Um regionalismo não levará necessariamente ao rompimento concreto das conexões políticas, a menos que isso ocorra na periferia e em combinação com diferenças étnicas. O regionalismo que, durante o século XIX e o começo do XX, causou a desintegração do Império Turco e do Austríaco e resultou no estabelecimento de Estados independentes por toda a Europa central e oriental descobriu sua fonte mais na existência de unidades étnicas do que na de áreas topograficamente isoladas, ainda que a geografia tenha desempenhado seu papel na prevenção de divisões étnicas. Quando o regionalismo toma a forma virulenta de nacionalismo, assim como fez nessas instâncias, pode desmembrar até mesmo um Estado como a Áustria-Hungria, que tinha a bacia do Danúbio como um elemento de unidade geográfica natural.

---

223 SEMPLE, Ellen Churchill. *American History and Its Geographic Conditions*. Nova Iorque: Houghton Mifflin Company, 1903, p. 47.

Um regionalismo, ainda que careça de separatismo, cria dificuldades na formulação de uma política nacional unificada, já que interesses distintos inevitavelmente entrarão em conflito, sendo a política nacional então um compromisso entre esses choques. Uma característica paradoxal do regionalismo é que sua dimensão econômica pode ser um dos mais fortes elementos na unidade de um país por causa do intercâmbio de bens que promove e, ao mesmo tempo, ainda ser elemento de desunião na política externa por causa da dificuldade de incorporar na política de comércio exterior as demandas conflitantes das várias regiões por proteção, mercados, matérias-primas e capital.

Então parece que o regionalismo é fenômeno complexo, resultado de muitos fatores, dos quais a topografia e o clima não são os menos importantes. O regionalismo que se encontra hoje nos Estados Unidos, no Brasil e na Austrália é principalmente aquele da especialização econômica determinada pela topografia e pelo clima; na Alemanha, é tanto topograficamente quanto ideologicamente questionado; na França, é geográfico, econômico, tradicional e ideológico. No momento atual, o progresso tecnológico, como manifestado na ferrovia, no navio a vapor e no desenvolvimento do aeroplano, tornou possível superar quase todos os elementos topográficos no regionalismo e, portanto, integrar efetivamente uma área de praticamente qualquer tamanho. É provavelmente seguro dizer, então, que o regionalismo econômico exerce a influência mais aparente na política externa.

Parece, portanto, que o grande tamanho, especialmente se combinado com clima favorável e solo produtivo, é elemento decisivo de força, mas ela pode se tornar efetiva só depois do controle centralizado ter sido estabelecido sobre a área total pela criação de um eficiente sistema de comunicação. Se topografia e clima emprestam sua ajuda ao desenvolvimento das comunicações, será rápida a evolução de um grande Estado para um poderoso. Se a

topografia e o clima criam barreiras naturais, o Estado deve esperar até os elementos necessários de capital e habilidade tecnológica estarem disponíveis para que elas sejam superadas por meios artificiais. Fica, então, claro o porquê de a Turquia de antes de 1914 e o Brasil e a China de hoje, apesar de estarem entre os maiores Estados do mundo, serem ainda potências de segunda classe. Uma grande parte do território turco era deserto e, como já notamos, o país não tinha sistema adequado de comunicação nem administração efetiva. A mesma falta de sistemas de comunicação, associada, no caso da China, com a completa ausência de técnica industrial, até agora impediu Brasil e China de integrarem efetivamente seus vastos territórios. Não se pode escapar da conclusão de que tamanho significa força potencial e que, com a difusão da tecnologia ocidental, grande tamanho, mais tempo e uma vontade de poder significarão quase inevitavelmente força concreta. A menos que os sonhos de uma Confederação Europeia se materializem, pode muito bem ser que, daqui a 50 anos, o quadrunvirato de potências mundiais seja composto por China, Índia, Estados Unidos e URSS.

## **II. O fator da localização**

Apesar da importância do tamanho, esse fator não determina exclusivamente a classificação de um Estado na hierarquia dos poderes mundiais e pode ser menos significativa que a localização na determinação da sua importância nos negócios internacionais e na definição de seus problemas de política externa. A localização de um Estado pode ser descrita a partir do ponto de vista da localização no mundo, ou seja, com referência a massas terrestres e oceanos do mundo como um todo, ou do ponto de vista da localização regional, ou seja, com referência ao território de outros Estados e suas cercanias imediatas. A primeira descrição será em termos de latitude, longitude, altitude e distância do mar; a segunda, em termos de relações a áreas de entorno, distâncias, linhas de comunicação e a natureza do território de fronteira.

Uma completa descrição da localização geográfica de um Estado incluirá não somente esses pontos de vista, mas também abrangerá uma análise de seus significados. Os fatos da localização não mudam, mas seus significados se alteram segundo as transformações nos meios de comunicação, nas rotas de comunicação, na técnica de guerra e nos centros de poder mundial. Por sua vez, o significado total de uma dada localidade pode ser obtido considerando-se somente a área específica em relação a dois sistemas de referência: um geográfico a partir do qual derivamos os fatos de localização e um histórico pelo qual avaliamos aqueles fatos.

A localização geográfica de um Estado expressa em termos de fatos e importância de sua localização mundial e regional é o mais fundamental fator na sua política externa. Ela pode modificar a importância do tamanho e explicar a importância histórica de vários Estados pequenos. Ela condiciona e influencia todos os outros fatores pela razão de que a localização mundial define as zonas climáticas e, assim, a estrutura econômica; e a localização regional define inimigos potenciais e, desse modo, o problema da segurança territorial e de potenciais aliados, e talvez até os limites do papel de um Estado como participante de um sistema de segurança coletiva. Se os britânicos quisessem desistir do Império, uma mudança das Ilhas para 2 mil milhas ao Oeste poderia habilitá-los a aproveitar o luxo do “isolacionismo”. Com a presente localização, Império ou não, estão inevitavelmente envolvidos com a política da Europa continental.

Desde que os franceses cavaram um fosso em Suez, e os franceses e americanos irromperam com uma vala perto do Panamá, as grandes massas de terra do mundo consistiram de duas ilhas, a Eurásia e a América do Norte, que, por causa de problemas de navegação no mar do Pólo Norte, funcionam como penínsulas, e três ilhas verdadeiras, América do Sul, África e Austrália. A localização de um Estado se torna, portanto, uma questão de sua

localização com referência a tais massas de terra. O fato de que as maiores massas de terra residem no hemisfério setentrional e que a maior parte das massas terrestres que se localizam no hemisfério meridional está nos trópicos tem implicações óbvias. Política e industrialmente, o hemisfério norte sempre será mais importante que o sul, e as relações entre as várias partes do hemisfério norte sempre terão mais influência na história do mundo que as relações entre partes do hemisfério sul e entre os dois hemisférios. A localização de um Estado a norte ou a sul do Equador desempenha um grande papel na determinação da significância política desse Estado, a natureza de suas relações internacionais e os problemas da sua política externa.

A localização em relação ao equador determinará em grande parte o clima, e a atividade política do mundo é, em sua maior parte, centrada nas zonas temperadas, apesar de, em locais onde correntes oceânicas e outros fatores modificadores alterarem as condições, a importância da localização ser modificada àquela extensão. Na costa europeia, que é aquecida pela Corrente do Golfo, Estados podem existir ao norte até o círculo polar, mas a foz do Amur e os portos de Kamchatka e o Labrador estão fechados por gelo seis meses do ano. Em geral, contudo, a história é feita entre os 25° e 60° de latitude norte.

Mas a importância da localização mundial não se torna clara até ser expressa não só com referência a massas de terra, mas também em relação a oceanos. Os cinco maiores corpos de água são o mar do Pólo Sul, o mar do Pólo Norte, o oceano Índico, o Pacífico e o Atlântico. O mar do Pólo Sul não tem terra para banhar, e a localização no Pólo Norte permanecerá ainda por muito tempo um tremendo obstáculo, não obstante os esforços heroicos do governo soviético em abrir a costa norte da Sibéria.

Dos três oceanos restantes, o Atlântico é o mais importante porque, em decorrência da distribuição de cadeias de montanhas e do fluxo fluvial resultante, ele tem a mais favorável

razão de superfície oceânica por superfície terrestre. Com 35 milhões de milhas quadradas de área, ele banha 19 milhões de milhas quadradas de terra e, exceto na África, a navegabilidade da maioria dos seus rios permite acesso a regiões continentais internas. Nas costas do Atlântico e seus mares interiores, vivem 900 milhões de pessoas, ou 44% da população total do globo, e o Atlântico banha majoritariamente as áreas com alto padrão de vida.

Ao mundo atlântico vêm pelo menos dois terços das exportações do mundo, provavelmente mais. O tráfego através do Atlântico é 75% de todo o tráfego marítimo. A produção das mais importantes matérias-primas e bens finais é igualmente concentrada nas costas do Atlântico, no mundo atlântico.<sup>224</sup>

A área atlântica abrange todas as maiores potências e principais bases navais de todas as grandes potências navais, exceto o Japão.

Para o Pacífico, a razão da superfície para a base drenada é menos favorável. O oceano tem 68 milhões de milhas quadradas de área. “Aproximadamente 723 milhões de pessoas, ou aproximadamente 35,4% da população total do mundo, vivem nas costas do Pacífico”<sup>225</sup>. A maioria dessas pessoas vive na Ásia em relativamente baixo padrão de vida. Demorará ainda muito tempo para que o Pacífico possa ser comparado ao Atlântico em termos de importância de comércio; contudo, não só em termos de valor em ouro<sup>226</sup>, mas também o volume de comércio exterior dos países do

---

224 BIENSTOCK, Gregory. *The Struggle for the Pacific*. Londres: Allen & Unwin, 1937, p. 93.

225 *Ibid.*

226 N. T.: Recordamos que, na época em que o artigo foi escrito, o ouro ainda era uma importante unidade de conta nas trocas econômicas internacionais, uma função na atualidade desempenhada principalmente pelo dólar americano. O que Spykman quis dizer nesse trecho foi que o fluxo de comércio dos países do Pacífico estava aumentando não só em seus valores monetários, mas também em quantidade.

Pacífico está agora definitivamente aumentando, e a posição relativa do Atlântico e do Pacífico está mudando em favor do segundo.

Geograficamente, o mundo do oceano Índico reside entre os outros dois, com os estreitos de Málaca e o canal de Suez como pontos de ligação. Aproximadamente 400 milhões de pessoas, isto é, 19,8% do total da população total, moram aqui, a maioria com padrão de vida muito baixo. Exceto pela Austrália, é um mundo colonial que não produz política e é ainda hoje praticamente um mar britânico.

O Atlântico norte é hoje, portanto, o mais desejado corpo de água em que um Estado pode estar localizado. O Atlântico sul fica em seguida no *ranking* de importância, seguido pelo Pacífico norte e o oceano Índico. É nossa consideração do clima e distribuição de massas terrestres levou à conclusão de que a atividade política do mundo está, e continuará a estar, centrada entre os paralelos 25° e 60° de latitude norte. Na medida em que a localização é um elemento de força e importância, aqueles Estados localizados na zona temperada do hemisfério norte com acesso direto ou indireto ao Atlântico norte serão os mais ativos política e industrialmente. Serão, portanto, as potências globais. Desde que o homem cruzou o Atlântico, o Japão é a única grande potência distante das costas desse oceano a desenvolver-se.

Os Estados Unidos são o Estado mais favorecido do mundo do ponto de vista da localização. Ele é banhado por dois oceanos e tem, portanto, acesso direto às duas mais importantes áreas de comércio do mundo. Antes da construção do canal do Panamá, esse fato só teve importância limitada, porque a altura e a direção das Montanhas Rochosas e das *Sierra Mountains*<sup>227</sup> fazem

---

227 N. T.: Referência às *Sierras* dos Estados Unidos, cadeias de montanhas localizadas na região Oeste do país, a saber: Sierra Nevada (Califórnia e Nevada), Sierra Blanca (Novo México), Sierra Estrella (sudoeste do Arizona), montanhas Sierra Madre (sudoeste da Califórnia) e Sierra Ancha (região central do Arizona).

os Estados Unidos majoritariamente uma área drenada pelo Atlântico. Com a abertura no istmo, contudo, ao território a oeste das Rochosas, que sempre permanecerão o coração e o fulcro do continente, foi criada uma rota fácil ao Pacífico, e toda a estrutura econômica do país obteve acesso a dois oceanos.

A localização é, portanto, definida primeiramente em termos de grandes massas de terra e amplitude de oceanos. Mas deve-se lembrar que esse contexto global de referência é diferente para cada Estado porque cada um tem foco diferente, a saber: a capital desse Estado. Cada chancelaria, qualquer que seja o atlas que usa, opera mentalmente com um mapa diferente do mundo. Isso significa que uma dada área no mundo terá, para dois Estados distantes entre si, uma importância estratégica e política inteiramente diversa, fato responsável pela falência do nosso sistema global de segurança coletiva. Também é responsável pelas dificuldades quase insuperáveis que surgem em tentativas de se alcançar cooperação política efetiva entre Estados com contextos de referência muito diferentes, fato comumente esquecido no pesado aroma de charutos e de boa vontade que enche o ar depois dos jantares da *Pilgrims Society*<sup>228</sup>.

Os fatos da localização não mudam. De seu reino peninsular, Tarquínio, o Soberbo, avaliava o mesmo mar que Mussolini o faz de seu reino peninsular; McKinley assinou a emenda Platt e Roosevelt a revogou, mas a localização geográfica de Cuba em relação aos Estados Unidos permanece inalterada. A importância de tais fatos, entretanto, não muda. O contexto de referência previamente descrito para avaliar a localização no mundo tem aspecto tanto geográfico (e, portanto, fixo) como histórico (e, portanto, cambiante). Deve ser lembrado também que a importância

---

228 N. T.: Referência à *Pilgrims Society*, associação fundada em 1902 por britânicos e norte-americanos com vistas a promover as boas relações entre os dois países. Trata-se de um exemplo de *dining club* (inglês britânico), ou um *eating club* (inglês americano), um clube de pessoas cujos membros se reúnem frequentemente para jantar e discutir.



de uma dada localização é tanto um fator na política externa de um Estado específico como um resultado do passado histórico desse mesmo Estado. A posição no Atlântico norte é um fator na política externa dos Estados Unidos, e é o desenvolvimento desse mesmo país que conta para a presente importância do Atlântico. O segundo é um problema para os historiadores; o primeiro um dado factual para o estadista.

São lentas, mas irreversíveis as mudanças na importância da localização que derivam de ajustes nos centros de difusão de cultura e de poder militar. Desde o início da história, a civilização ocidental desenvolveu-se em torno de grandes corpos de água. A civilização helênica foi circunferencial ao mar Egeu, a civilização romana cercou o Mediterrâneo, e a civilização ocidental do presente circunda o Atlântico. A localização é importante, portanto, em relação ao corpo de água que em um dado período histórico contém uma área que é fonte de difusão cultural.

A direção geral em que a civilização se move ao longo dos séculos tem sido a da latitude subtropical em direção ao norte para a zona temperada, e de leste para oeste.

Toda a civilização antiga estava compreendida entre os graus 20 e 30 de latitude norte; existia, no Oriente, a civilização chinesa sobre as margens do rio Azul; ao centro, a civilização da Índia nas bordas do Ganges; no Ocidente, enfim, a civilização da Mesopotâmia e do Egito, ao longo do Nilo. Depois, em uma época menos distante, a civilização se moveu uma dezena de graus em direção ao norte e se desenvolveu entre os graus 35 e 45 de latitude norte; existiu, no Oriente, a civilização da China sobre as margens do rio Amarelo, e, no Ocidente, a da Grécia e de Roma. Quanto à civilização moderna, ela não se desenvolveu remontando mais ainda em direção ao norte, entre os 45 e 55 graus de latitude,

é aquela do noroeste da Europa, aquela dos Estados Unidos da América, etc.<sup>229</sup>

É claro que tais mudanças nos centros de poder mundial podem muito bem selar a sina de um país com uma considerável medida de fatalidade. No primeiro século antes de Cristo, o centro do poder era no Mediterrâneo, e aquela parte da Europa conhecida como Países Baixos ficava no mar do Norte, sem importância e distante das esferas de atividade. Depois de 1500, o centro do poder mudou para a Europa ocidental, e os Países Baixos, possuindo a foz de um dos rios mais importantes da Europa e situados entre aqueles Estados destinados a se tornarem potências mundiais, adquiriram posição de elevada importância política e comercial sem relação com seus méritos, assim como seu antigo isolamento. Contrariamente, 2 mil anos antes de Cristo, Síria e Palestina localizam-se no coração do mundo civilizado entre grandes impérios, Babilônia e Egito, enquanto, 2 mil anos mais tarde, estão distantes, a leste, do centro do poder. Conforme o tempo passou, adquiriram, e provavelmente sempre reterão em variados graus, grande importância como terras de passagem; para as rotas mais curtas entre Europa e Ásia, seja por caravana, automóvel, ou ar, deve-se passar através da Ásia Menor. Mas até o ciclo do movimento civilizacional se completar e a vida política ser mais uma vez concentrada nas costas orientais do Mediterrâneo, Síria e Palestina devem se conciliar com o papel de ser mais entroncamento do que destino final.

Durante a Idade Média, depois que o poder de Roma declinou, a Europa ainda olhava para o leste e para o sudeste, com

---

229 N. T.: KOBAYASHI, Têruaki. *La Société Japonaise: étude sociologique*. Paris: F. Alcan, 1914, p. 84.

Em relação a isso, a seguinte tabela é interessante:

Babilônia lat. 32,5 N, long. 44,5 E.

Atenas lat. 38 N, long. 23,5 E.

Roma lat. 41,5 N, long. 12,5 E.

Paris lat. 48,5 N, long 2 E.

London lat. 51,5 N, long 0,5 W.

seus mais prósperos portos e suas mais cosmopolitas cidades no Mediterrâneo. Com a descoberta da América, entretanto, o centro de gravidade se deslocou para o noroeste, e, desde o início do século XVI até o início do XX, os centros de riqueza, cultura e vida política estavam na Europa ocidental. A Grã-Bretanha, valendo-se da sua localização insular e empregando constantemente sua política de equilíbrio de poder, foi capaz de dominar o mundo pelo seu poder naval. Com a ascensão dos Estados Unidos ao *status* de potência mundial depois da Guerra Hispano-Americana, o poder da Grã-Bretanha no Atlântico ocidental e na América do Sul declinou. Similarmente, com a ascensão japonesa ao poder depois da Grande Guerra, e especialmente depois de a Conferência de Washington estabelecer a posição japonesa nos mares, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos perderam sua posição predominante no Pacífico ocidental.

O centro do poder mundial deixou a Europa ocidental, ou melhor: não há mais um centro de poder mundial. Uma era na história do mundo chegou ao fim. A descentralização do poder e a criação de grandes esferas dominadas por centros diferentes são as características de um novo período – as Américas pelos Estados Unidos, o Extremo-Oriente pelo Japão, o *Heartland* da Eurásia por Moscou, o Atlântico oriental e o oceano Índico pela Europa. Por tais grandes mudanças, a importância da localização de toda área é afetada e, desse modo, os problemas de política externa. O problema de Roma não é mais Cartago, mas Londres; as repúblicas da América Central trocam suas preocupações em relação às intenções de Londres pelas preocupações em relação aos planos de Washington, e os chineses são confrontados não pelas demandas de longínquos poderes europeus, mas por um vizinho agressivo.

Enquanto mudanças em centros de civilização e poder somente ocorrem lentamente, mudanças em rotas de comunicação

podem mudar a importância da localização em período relativamente curto de tempo. Com a descoberta da rota marítima para a Índia, a velha rota através do Oriente Médio, Mediterrâneo e Europa Central foi substituída. Isso, junto com a descoberta da América, fez o Atlântico a zona de atividade mais importante do mundo e o Mediterrâneo um mar entre terras menos importante. Veneza cedeu seu lugar como rainha do comércio mundial à Espanha e a Portugal. No mesmo momento, o Báltico, anteriormente o centro do comércio do Norte da Europa, foi cortado das principais rotas de comércio. Nuremberg e Augsburg, que tinham prosperado, mergulharam na insignificância com Lübeck e as outras cidades da liga hanseática<sup>230</sup>, e Hamburgo e Bremen, e mais ainda os Países Baixos e a Inglaterra, foram da periferia do mundo comercial para o seu centro. À medida que os navios começaram a navegar ao redor da ponta sul da África, a Cidade do Cabo ganhou proeminência, só para perder sua importância comercial em 1869, quando a abertura do canal de Suez desviou o comércio mais uma vez para o Mediterrâneo, e o Oriente Próximo recuperou sua importância anterior, elevada hoje porque a região é agora o funil para a rota aérea entre a Europa e Ásia. Uma grande porção do tráfego que outrora fluía passando pelos portos do Brasil e da Argentina agora flui através do canal do Panamá, com benefício para a América Central e para a costa oeste dos Estados Unidos, e em correspondente detrimento do comércio da costa leste da América do Sul.

A construção de ferrovias assim como de canais pode trazer uma mudança na importância da localização. A inauguração da ferrovia transiberiana em 1901 deu um golpe de misericórdia na cidade de Kyakhta, o antigo centro do comércio de chá chinês, já que o caminho foi impiedoso o suficiente para não incluir a cidade em

---

230 Vogel discorda da conclusão geralmente aceita de que o declínio das cidades hanseáticas foi devido à descoberta da América e da rota marítima para a Índia e atribui isso mais à desintegração política da Alemanha e à inabilidade do poder imperial alemão em proteger os interesses políticos hanseáticos. [VOGEL, Walther. *Die Entstehung des modernen Weltstaatensystems*. Berlin: Zentralverl. der NSDAP, 1929, p. 62-63.]

seu itinerário, enquanto Chita, Irkutsk e outras cidades estagnadas encontraram-se ao lado da rota de Petrogrado a Vladivostok. E a construção da ferrovia Turquestão-Sibéria de Novosibirsk à linha Moscou-Tashkent colocou um distrito que esteve praticamente isolado por séculos em comunicação direta com a costa do Pacífico, de um lado, e, por outro, com Moscou e Petrogrado. Yarkand, o ponto de onde o comércio de Sinkiang anteriormente fluiu para a Índia Britânica, cedeu seu lugar como centro comercial a Kashgar e Kulджа porque essas duas últimas cidades tinham acesso à ferrovia. Nikolaievsk, na foz do Amur, tornou-se uma única estação terminal da ferrovia de Taishet à costa, e Komsomolsk, que até recentemente não existia, é agora a principal estação terminal da ferrovia e a junção de seus três ramos a Nikolaievski, Khabarovsk e um novo porto ainda sem nome a ser criado a leste de Komsomolsk, dando às províncias marítimas uma importância comercial e estratégica sequer sonhada há 50 anos.

Parece quase axiomático que um país ou parte dele deva beneficiar-se de uma mudança nas rotas de comunicação ou de comércio que o coloque na linha de tráfego ou próxima a ela. Apesar de isso ser verdade de um ponto de vista econômico, não é necessariamente verdade em termos políticos. Se o país pelo qual a rota passa é fraco, e a rota é de grande importância, ele pode muito bem tornar-se um pomo da discórdia entre as grandes potências mundiais e pagar sua localização vantajosa com sua independência. O Egito não era forte o suficiente ou estável suficiente para que se lhe confiasse a defesa do canal do Suez e foi forçado a submeter-se à ocupação britânica. O canal istmico no Novo Mundo era rota de comunicação vital demais entre as costas leste e oeste dos Estados Unidos para ficar nas mãos da Colômbia, e o Estado do Panamá apropriadamente declarou sua independência. O istmo de Kra é o lugar lógico para um canal do Pacífico ao oceano Índico. Os japoneses, com o seu dom da imitação, podem algum dia querer copiar seus congêneres anglo-saxões e construir seu próprio,

perturbando a relação de poder existente no oceano Índico e destruindo o valor de Singapura. Por essa razão, Sião<sup>231</sup> pode continuar a esperar, tanto em Londres quanto em Tóquio, um vivo interesse no seu desenvolvimento.

Algumas das mudanças em rotas já indicadas e seu efeito na relevância da localização geográfica são o resultado do desenvolvimento tecnológico nos meios de comunicação. Não foi até o desenvolvimento da navegação a vapor que os homens puderam seguir, na superfície do mar, a menor distância entre dois pontos. Com o desenvolvimento do aeroplano, surgiu a possibilidade de seguir-se, na superfície terrestre, a menor distância possível entre dois pontos numa extensão que nunca tinha sido tão grande, apesar do fato de, sobre as extensões mais amplas do oceano, o aeroplano, até seu raio efetivo ser aumentado, precisar seguir rotas onde possa encontrar ilhas que sirvam de base.

Quando essas novas rotas vierem a existir, novas partes da superfície terrestre obviamente ganharão, e outras partes declinarão em termos de importância. O desenvolvimento futuro do transporte aéreo transformará muitas porções de território atualmente sem valor ou não reivindicadas em áreas altamente desejáveis. Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia têm disputado por muito tempo a posse da ilha de Wrangel, descoberta em 1881, localizada no oceano Ártico, na rota aérea direta entre Nova Iorque e Tóquio. A Grã-Bretanha reclamou a ilha em 1916, os Estados Unidos lá hastearam seu pavilhão em 1924, e, três dias depois, a Rússia fez o mesmo. A Rússia proclamou a anexação da ilha em 1916, 1924, e 1926. Em 1927, estabeleceu uma colônia, mas os Estados Unidos se recusaram a reconhecer a anexação. As viagens para acampamentos dos escoteiros havaianos a Baker, Jarvis e Howland, que fortaleceram os títulos jurídicos a essas ilhas de coral pela adição, à descoberta, de ocupação, entraram no registro de

---

231 N. T.: Antigo nome pelo qual a Tailândia era conhecida.

---

boas ações. As Bermudas, os Açores, o arquipélago de Cabo Verde, Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha, Fernando de Noronha e a ilha de Saint-Paul localizam-se todas em possíveis rotas aéreas do futuro, e Midway, Wake, e Guam marcam a rota dos Estados Unidos para as Filipinas. Porções de terra continentais até agora excluídas do comércio mundial, tais quais as porções setentrionais da Sibéria, Irlanda e Groenlândia, que se localizam na rota aérea direta de Nova Iorque para a Europa, encontrar-se-ão no centro da corrente de comércio mundial em vez de estarem muito além da sua periferia.

Mas a mesma localização geográfica adquirirá um novo significado político e estratégico com novos meios de comunicação, mesmo que não envolva mudança na rota, já que a distância não é definida em milhas, mas em horas, e, portanto, em termos concretos de possibilidades de movimento. Conforme progredimos desde o cavalo e da carroça, passando pela ferrovia, pelo automóvel e pelo caminhão, até o avião e o dirigível e, no mar, desde a embarcação a vela, passando pela embarcação a vapor e de motor, até o hidroplano e o dirigível, as distâncias têm consistentemente diminuído. Na segunda metade do século XVIII, o oceano Atlântico era seis semanas mais largo, e os Estados Unidos estavam praticamente isolados da Europa. O mesmo oceano tem agora a largura de três dias, com finais de semana em Paris se tornando uma possibilidade não tão remota para o incansável nova-iorquino.

Quando os gregos, depois de sua vitória sobre os persas, estipularam que nenhum exército persa poderia chegar mais perto da costa que a distância que um cavalo poderia correr em 24 horas, eles providenciaram um elevado grau de segurança a si mesmos. A mesma estipulação hoje daria pouca segurança contra um ataque aéreo lançado bem detrás da linha que marcava o raio de cruzeiro do corcel persa mais rápido. O canal da Mancha, reforçado pela Marinha britânica, permaneceu como uma barreira atrás da qual os

britânicos se sentiram seguros mesmo após o desenvolvimento dos mais velozes navios. Em termos de transporte aéreo, Londres não é mais segura agora do que se estivesse no Continente.

É a aplicação de tal desenvolvimento tecnológico às armas bélicas que causa as mais rápidas variações na importância estratégica e, portanto, na importância política de uma área específica. Antes da guerra aérea, as bases e as estações navais desempenhavam sua função se as esquadras pudessem ficar protegidas atrás das suas fortificações terrestres. Ilhas costeiras ou estreitos pontos peninsulares perto de poderes fracos encaixavam-se idealmente em tais propósitos e foram muito procurados depois pelos britânicos e outros poderes navais. Durante o período do pós-guerra<sup>232</sup>, o ataque a bomba obteve uma vantagem tática sobre a defesa aérea, e esta era essencialmente dependente de um contra-ataque por aviões de combate. Isso pressupunha profundidade de território de maneira a assegurar aviso adequado. Mas muitas das bases navais remotas foram obtidas em diferentes condições táticas, quando a facilidade de defesa sugeria tamanho diminuto. Em tais circunstâncias modernas, dificilmente são um lugar seguro para se manter uma esquadra ancorada caso haja nas cercanias uma potencial frota aérea inimiga superior à força local. A posição alterada de Malta em tais circunstâncias não deixou de ter influência na recente diplomacia ítalo-britânica. Mas não é só Malta, mas também Áden, desde a conquista da Etiópia, que passou por essa mudança, e o futuro pode criar os mesmos problemas para Gibraltar e Hong Kong. O mais recente desenvolvimento em armas antiaéreas pode tornar possível a adequada defesa de uma base territorial mais estreita, viabilizando a esses pontos recuperar a antiga relevância.

As páginas anteriores forneceram uma análise dos caminhos pelos quais a geografia condiciona a política externa.

---

232 N. T.: Recordamos aqui que o presente artigo foi publicado em 1938, logo, o “período pós-guerra” a que o autor faz referência é o período após a I Guerra Mundial, que hodiernamente é denominado “Período entreguerras” ou apenas “Entreguerras”.



A influência do tamanho foi indicada, conforme modificada pelo clima, pela topografia e pelo desenvolvimento tecnológico. A importância da localização foi demonstrada conforme modificada por mudanças nos centros de poder, mudanças nas rotas de comunicação e novas invenções tecnológicas no transporte e na guerra. A ênfase foi dada na localização no mundo e, portanto, o fator mais imediato na política externa. A localização regional ainda será examinada<sup>233</sup>. Já está claro, contudo, que, qualquer que seja a indiferença do estudante de direito internacional sobre o tema, o estudante de política internacional precisa lidar com a geografia como realidade básica.

---

233 N. T.: Esse aspecto será examinado no texto reproduzido a seguir *Geografia e política externa, II*.



## Geografia e política externa, II<sup>234</sup>

Nicholas J. Spykman

Na primeira parte deste artigo, analisamos o efeito do tamanho e da localização dos Estados no mundo nas relações internacionais e nos problemas da política externa. Todavia, a localização regional é mais imediata em seu efeito condicionante.

Como a localização no mundo, a localização regional é uma questão de fatos somados à importância desses fatos em um dado período histórico. Assim como se achou necessário considerar a localização no mundo em relação a dois sistemas de referência, o geográfico e o histórico, o significado completo da localização regional torna-se aparente só depois de se considerar tanto a geografia quanto a importância histórica e política do entorno de um Estado.

A localização regional determina se os vizinhos serão muitos ou poucos, fortes ou fracos, e a topografia da região condiciona a direção e a natureza do contato com esses vizinhos. O homem que outrora formulou a política externa da Manchúria

---

234 SPYKMAN, Nicholas. Geography and Foreign policy, II. *American Political Science Review*, v. 32, n. 2, p. 213-236, 1938.

teve de o fazer com um olho no Japão e outro na Rússia; todo gesto internacional da Bélgica é condicionado pelo fato de o país situar-se entre França e Alemanha e de que, através do Canal, está a Grã-Bretanha; e os Estados da América Central não podem nunca se esquecerem por um momento de que o território ao norte deles é ocupado por uma única grande potência e não por várias que possam ser jogadas uma contra a outra, como seus homólogos europeus, os Estados balcânicos, foram capazes de fazer de tempos em tempos com seus vizinhos do norte. Dois dos tradicionais e perenes pilares da política externa americana têm sido, primeiro, o isolamento diante de todos os negócios europeus e, mais frequentemente citado de forma equivocada, o princípio conhecido como Doutrina Monroe. Cada uma dessas políticas é sustentável somente em vista do fato de que os vizinhos europeus dos Estados Unidos estão a 3 mil milhas de distância. Se os Estados Unidos ficassem tão perto do continente europeu quanto a Grã-Bretanha está, jamais teria sido possível conceber e manter uma política de isolamento; e, se a maior parte da América do Sul fosse tão próxima da Europa quanto a África, os Estados Unidos não poderiam ter evitado que as potências europeias colonizassem a América do Sul como colonizaram a África.

Uma consideração apenas do ambiente geográfico sugere três tipos principais de localização regional – países sem costa marítima, cujas fronteiras são todas terrestres; países insulares, cujas fronteiras são todas marítimas; e um terceiro grupo, muito maior que os dois anteriores, de Estados com fronteiras tanto terrestres quanto marítimas. A importância de tal localização, entretanto, variará de acordo com a constelação política do momento e se o Estado está situado entre Estados de igual, maior ou menor poder.

Sempre houve comparativamente poucos Estados sem costa marítima. Hoje, há três na Europa, dois na Ásia, e dois na América do Sul, e outros, como Etiópia e Sérvia, que só recentemente

desapareceram do mapa. A característica marcante da política externa de todos esses Estados é que seu problema de segurança é definido exclusivamente em termos de defesa terrestre, e, portanto, em relação a vizinhos diretos. Estados com acesso ao mar estão sob pressão de qualquer potência naval poderosa, até mesmo uma distante. É verdade que a distância aumenta a dificuldade de invasão efetiva, mas isso não dificulta muito as possibilidades de bombardeio. Saber se essa vantagem dos Estados sem costa permanecerá nas novas circunstâncias da guerra aérea dependerá de os Estados vizinhos serem ou não aptos a desempenhar seu dever de neutralidade e prevenir o trânsito de bombardeiros inimigos. A lição da Guerra Civil Espanhola não inspirará grande confiança em relação ao futuro.

Na maioria dos Estados sem costa, a natureza contribui para a defesa. A Hungria e a Tchecoslováquia, na sua forma presente, são de origem recente demais para servir como evidência; parece seguro presumir que suas fronteiras não estão totalmente fixadas, mas quase todo Estado sem costa que passou muito tempo sendo assim foi separado do resto do mundo por barreiras naturais como as montanhas da Suíça e da Etiópia, as montanhas e florestas da Bolívia e do Paraguai, ou o platô do Tibete. Esses Estados se beneficiaram de isolamento maior até que o dos Estados insulares; por causa de suas difíceis topografia, comunicação e rotas de transporte que os atravessam, desenvolveram-se como entidades separadas e se preservaram assim.

Por causa das óbvias desvantagens de uma localização sem costa, parece possível concluir que tal posição não é normal a menos que a natureza tenha criado fronteiras virtualmente intransponíveis. Caso contrário, se o Estado fosse suficientemente forte, ele eventualmente forçaria seu caminho ao mar, como a Sérvia fez e como a Bolívia e o Paraguai ainda estão tentando fazer; ou, se for fraco, será absorvido ou dividido em partes por seus vizinhos,

como foram a Arcádia, a Armênia, a Transilvânia e a Etiópia. A Tchecoslováquia e a Hungria podem muito bem verificar essa hipótese nas próximas décadas.

Assim como os Estados sem costa, há poucos Estados insulares – só duas grandes potências, Grã-Bretanha e Japão, os Domínios da Austrália e da Nova Zelândia<sup>235</sup>, a recém-criada República das Filipinas, e os jovens Estados americanos de Cuba, Porto Rico, Santo Domingo<sup>236</sup> e Haiti; esses dois últimos não são exatamente insulares porque um divide com o outro uma única ilha. A história acrescenta à lista um único importante Estado, Creta, e as duas nações pequenas do Havaí e de Samoa.

Até o desenvolvimento do aeroplano, o problema da defesa dos Estados insulares era exclusivamente uma questão de manutenção de uma marinha. Eles estavam estrategicamente seguros enquanto a navegação permaneceu em estágio subdesenvolvido, e, posteriormente, até quando mantiverem a supremacia naval. Em comparação com seus vizinhos continentais, a Grã-Bretanha e o Japão raramente foram invadidos. Estados insulares situados perto do continente têm, não obstante, um problema de defesa totalmente diferente daquele dos Estados cuja barreira oceânica é larga. A invasão da costa oposta é uma ameaça constante, e esses Estados devem, portanto, manter uma força naval adequada para repelir qualquer ataque, ou eles próprios devem estabelecer controle sobre a costa oposta.

Há certas similaridades surpreendentes na localização regional da Grã-Bretanha e do Japão nas extremidades opostas da Eurásia continental e, portanto, certas similaridades surpreendentes nos seus problemas estratégicos básicos. Ambos são grupos de ilhas a curta distância do continente e em posição de, por meios

---

235 N. T.: Referência aos nomes oficiais antigos da Austrália e da Nova Zelândia.

236 N. T.: “Santo Domingo” é a atual República Dominicana.

de supremacia naval, controlar o acesso ao oceano da costa oposta. Porém, estão sob constante ameaça daquelas mesmas costas opostas caso elas se tornem a sede de poderosas unidades militares. A Grã-Bretanha há muito encontrou segurança na ocupação concreta de um considerável território continental; posteriormente, ela satisfez-se com cabeças de ponte; e, finalmente, resolveu seu problema pela criação e manutenção dos pequenos Estados tampões, Holanda e Bélgica, e a política de preservar um equilíbrio entre os grandes poderes continentais.

A preocupação japonesa com o continente veio muito depois, parcialmente porque sua topografia afastou o país do continente durante o período de técnicas de navegação primitiva, e parcialmente porque, por muito tempo, não houve unidade política na costa para apresentar uma ameaça significativa. Quando, durante a última década do século XIX, a Rússia começou a avançar em direção ao sul à cata de portos livres do congelamento e ameaçou obter o controle sobre a Manchúria e a Coreia, e quando, durante o mesmo período, a China começou sua primeira tentativa de ocidentalização e, portanto, do processo que fez o Japão forte, houve uma situação de presságio de que teria similaridades morfológicas com a posição da Grã-Bretanha nos séculos XIV e XVI.

A mente militar japonesa, que faz seu pensamento internacional primeiramente em termos estratégicos, parece determinada a tentar solucionar seu problema criando artificialmente o tipo britânico de localização do século XIX. O Norte da China serve como Bélgica, Manchukuo como Holanda, e o último, para cumprir sua função efetivamente, deveria, ao final, ser expandido pelas Províncias Marítimas da URSS.

A questão interessante que emerge em conexão com essa tentativa, inspirada pelo padrão básico da política externa britânica, é se o problema foi visto corretamente em termos de tempo histórico relativo. As unidades europeias que servem como Estados-tampões

foram criadas antes do crescimento do nacionalismo moderno; os do Extremo-Oriente estão sendo criados depois que a consciência da unidade nacional com a China está totalmente operante. Eles desenvolverão uma consciência de diferença nacional e uma nacionalidade próprias? Caso contrário, precisam permanecer sob controle militar ininterrupto a grande custo econômico. Isso talvez seja necessário de qualquer forma para que o Japão possa alcançar outros objetivos que não os puramente estratégicos; porém, qualquer que seja a modificação que esses outros fatores possam introduzir, não deveria surpreender se o Extremo-Oriente tivesse se envolvido em luta comparável à Guerra dos Cem Anos.

Portanto, a menos que os Estados insulares estejam amplamente separados da terra principal – e não há atualmente Estados assim localizados – sua insularidade não mais lhe provê a quase perfeita defesa que outrora oferecia. Eles compartilham com os Estados sem costa a vantagem de ter de manter apenas um tipo de defesa, e os Estados insulares compartilham a proteção parcial oferecida pelas barreiras naturais, sem compartilhar o isolamento e sem resultar nas desvantagens econômicas e sociais causadas pelas barreiras terrestres. Se esses Estados forem fracos, tendem a ser conquistados, ou pelo menos controlados, por algum grande poder, assim como foi subjugada a maioria das ilhas do mundo. Se, porém, forem suficientemente fortes para estabelecer e manter sua independência por um tempo, então sua localização tende a oferecer vantagens comerciais e uma força naval que eventualmente as coloca na posição de potências de primeira ordem.

A grande maioria dos Estados do mundo tem tanto fronteiras marítimas quanto terrestres. A menos que a fronteira consista em uma barreira natural completamente intransponível, ou a costa esteja sempre congelada e, portanto, inacessível à abordagem inimiga, esses Estados devem manter tanto forças terrestres quanto navais. Dependerá de variados fatores como o comprimento de



suas fronteiras, sua localização no mundo e na sua região, e sua topografia e clima, se o principal problema de defesa de um Estado será militar ou naval, e se seus contatos serão principalmente do ultramar ou pelas suas fronteiras terrestres.

A existência de bons portos naturalmente favorecerá o desenvolvimento da atividade naval e de transporte marítimo, ao passo que uma costa que não favorece tais facilidades encorajará mais contatos por terra que pelo mar. A melhor linha costeira para o desenvolvimento comercial é uma irregular, com reentrâncias contendo várias ilhas próximas da costa; se é plana ou montanhosa é de pouca importância, contanto que tenha bons portos. As cidades fenícias, ameaçadas pelos ataques babilônios, hititas e assírios oriundos do interior do continente, encontraram relativa segurança ao longo do litoral do Líbano, próximo o bastante da estrada ao pé da montanha para participar no comércio e remoto o bastante para estar seguro. A costa fenícia tem bons portos, e os libaneses forneciam cedros para a frota fenícia, mas pouco para encorajar uma vida agrícola. A Fenícia tornou-se, portanto, a potência naval líder do período, em agudo contraste com seus vizinhos, os judeus, cuja ampla faixa de terra fértil e costa desprovida de portos precocemente fez deles um povo agrícola e do continente. O Egeu<sup>237</sup>, com seus incontáveis portos, enseadas e ilhas, é idealmente adequado para promover o empreendimento marítimo, e produziu uma sucessão de poderes navais precoces; e a costas montanhosas irregulares da Noruega, da Dalmácia<sup>238</sup>, do sul da China e da península do Reno são responsáveis pela destreza marítima de seus habitantes. A costa norte do canal da Mancha, que, com seus muitos portos magníficos, virtualmente força seu próprio povo a procurar seu destino no mar e o resto do mundo a usar seus portos, contrasta profundamente com a costa sul, onde,

---

237 N. T.: Mar que banha a costa oriental da atual Grécia e a costa ocidental da atual Turquia.

238 N. T.: Uma região que abrangia uma área que hoje faz parte dos territórios dos atuais Montenegro, Bósnia e Herzegovina e Croácia.

com a exceção de Le Havre, a França teve de gastar muito tempo e dinheiro em um esforço, apenas moderadamente bem sucedido, de criar portos onde a natureza falhou em criá-los. Na mesma maneira, a costa leste do Adriático tem bons portos em abundância, enquanto a costa leste italiana é quase desprovida de portos.

A marinaria e o interesse no mar, contudo, não se desenvolvem meramente pelo fato de um país ter bons portos e uma boa linha costeira; deve haver também uma desejável e não muito distante costa oposta, ou, melhor ainda, ilhas desejáveis próximas da costa. Terras sem tal costa oposta permaneceram consistentemente atrasadas em marinaria, independentemente da existência de linhas costeiras favoráveis. África, Austrália, América do Sul e até a América do Norte, com a exceção do golfo do México, são bons exemplos disso. Por outro lado, Noruega, Holanda, Grécia, sul da China e os Mares do Sul<sup>239</sup>, com ilhas e costas opostas atraindo seus habitantes em direção ao mar, produziram os maiores marinheiros da história.

Parece, então, que, tão importante quanto a topografia e o clima possam ser no desenvolvimento da marinaria, o determinante final do interesse no mar é provavelmente a localização regional. A Grécia era uma terra de trânsito entre dois mares. A Fenícia, e depois Gênova e Veneza, foram entrepostos para a recepção e a retransferência de bens do e para o Oriente. Veneza, situada em lagoas abrigadas, e drenando as planícies férteis logo atrás dela e os vales do Brenta, do Pó e do Ádige, incluindo o Tirol, foi o ponto de transferência de bens indo a sul, através dos Apeninos a Roma, e abaixo, através do Adriático ao Mediterrâneo oriental. Veneza teve ainda a sorte de escapar das incursões árabes que assolaram Genova, ainda que tenha sido constantemente incomodada por piratas na costa da Dalmácia. Que a cidade posteriormente teve

---

239 N. T.: “*The South Seas*” no texto original, em inglês. Expressão empregada em vários contextos possíveis, que comumente faz referência ao Pacífico sul ou à Oceania.

de ceder seu lugar a Marselha como o porto mais importante do Mediterrâneo foi inevitável conforme a civilização se moveu em direção a noroeste, já que a rota de Marselha percorre o vale do Ródano na desembocadura do Canal e do mar do Norte, e portanto no coração da moderna Europa industrial.

Não só a configuração de sua fronteira naval, mas também de sua fronteira terrestre determinará a relativa importância das atividades terrestres e marítimas de um Estado. Se, como aquelas da Noruega, do Chile e da Espanha, por exemplo, sua fronteira terrestre é uma cadeia de montanhas praticamente intransitável, o Estado naturalmente estabelecerá seus contatos por mar. Se, como França e Alemanha, pode-se mover tão facilmente através de sua superfície terrestre como pelas suas fronteiras marítimas, tal Estado terá a vantagem comercial de rotas de comércio e comunicação, mas também a adição de um problema de defesa. Se, como a da Rússia, sua costa não oferece acesso fácil ao oceano aberto, o Estado tenderá a tomar seu lugar entre as potências terrestres do mundo apesar de muitas milhas de linha costeira.

A história inicial da organização política exhibe número grande de Estados com costas restritas de tipos geográficos diferentes, Estados localizados em pequenos vales costeiros como Atenas, Estados de delta de rio, como o Egito, e Estados de fronteira costeira, como a Fenícia<sup>240</sup>.

Esses exemplos de Estados costeiros estritos – eles de maneira nenhuma esgotam a lista – foram quase todos extraídos

---

240 Tipo vale costeiro: Argos, Colchis, Valência, Nápoles, etc. Tipo delta de rio: Pegu, Conchinchina, Sião, Tonquin, Florença, etc. Tipo fronteira costeira: Cilícia, Etrúria, Lácio, Mauritània e Numídia; posteriormente, os territórios dos suevos e dos cantábricos na península ibérica e os vândalos no Norte da África; na época das Cruzadas, a Armênia Menor, o Principado de Antioquia, o Condado de Trípoli, o Reino de Jerusalém e Trebizonda no Oriente Próximo, e a Normandia, a Bretanha e a Frísia na Europa; ainda posteriormente, Dalmácia, Granada, Aragão, Portugal e Gênova no Mediterrâneo. Cf. MAULL, Otto. *Politische Geographie*. Berlim: Safari-Verlag, 1925, p. 213-214, e MÄRZ, Josef. *Die Ozeane*. Breslau: Hirt Verlag, 1931, p. 15-16.

da história antiga e medieval, ou, pelo menos, do início da história moderna. Eles representam um tipo arcaico, pois tais Estados ou se expandem ao interior do continente e ganham profundidade, ou são engolidos por Estados continentais em busca de acesso ao mar. Onde tipos similares existem atualmente, são numa escala maior e têm sido preservados ou pela topografia ou por sua função de Estados tampões. Peru e Chile são guardados por suas fronteiras montanhosas, e Holanda e Bélgica existem sob a proteção da Grã-Bretanha. O Equador é uma entidade independente, porque não há, no interior continental próximo atrás desse país, um Estado buscando acesso ao mar, e o Uruguai ganha seu direito à existência funcionando como um tampão entre Brasil e Argentina. O pequeno Estado americano da Libéria como uma espécie de protetorado das grandes potências; e Portugal, por muito tempo, subordinou sua política externa à da sua aliada, a Grã-Bretanha. O destino de Estados costeiros recém-criados como a Albânia e os três Estados bálticos de Letônia, Lituânia e Estônia está ainda para ser determinado, mas, ao geógrafo, eles aparecem como distintos anacronismos na evolução dos tipos geográficos de Estados, e é difícil para qualquer estudante de história estudar um mapa da Europa sem uma forte convicção de que a Rússia algum dia forçará seu caminho ao Báltico e engolir-los-á uma segunda vez.

Os Estados mencionados compartilham com uns poucos Estados maiores, como Argentina, Brasil, Venezuela, Romênia e Pérsia, a condição de acesso a apenas um mar. Tal situação simplifica o problema da defesa naval na medida em que permite uma concentração de efetivos navais negada a países com mais de um *front* oceânico. Mas, no caso na Romênia e da Bulgária, é uma desvantagem distinta, já que seu único mar não lhes provê saída direta ao oceano, e ambas estão à mercê da potência ou das potências que controlarem os Estreitos<sup>241</sup>.

---

241 N. T.: Referência aos estreitos turcos de Bósforo e Dardanelos.

Estados como França e Espanha, que têm mais de uma costa marítima, e especialmente como os Estados Unidos, Canadá e Rússia, cujas costas são separadas por grandes distâncias, têm teoricamente o mais difícil problema de defesa, já que devem manter não só forças terrestres, mas duas ou mais marinhas. Esse duplo acesso ao mar, em adição à posse de uma fronteira terrestre, pode também criar importantes mudanças na direção principal da expansão. Durante os séculos XVII e XVIII, e até mesmo no início do século XIX, quando a França tinha extensas colônias no continente norte-americano, o país tentou estabelecer-se como potência marítima atlântica, mas, com a perda das suas importantes colônias americanas, transferiu sua atividade naval principalmente para o Mediterrâneo, onde é absolutamente essencial que a França retenha o controle das rotas entre o continente e as suas colônias norte-africanas. Entretanto, sua abordagem da África Ocidental tem sido mais continental que marítima; e, enquanto sua fronteira a leste permanecer seu ponto mais vulnerável, a França será prioritariamente uma potência terrestre, raciocinando em termos de ataque e defesa terrestres.

A Alemanha tem estado em posição estratégica difícil. O país está aberto ao ataque por terra nas suas fronteiras leste e oeste, e a Grã-Bretanha pode barrar seu acesso ao oceano, fechando o Canal e o mar do Norte. Durante os primeiros quinze anos da sua unificação, ocorrida em 1871, a Alemanha não tentou desenvolver poderio naval e concentrou todas as suas energias em suas forças terrestres. Durante os trinta anos seguintes, hesitou entre uma orientação continental e uma orientação marítima, tentando estabelecer-se como poder naval sem sacrificar sua posição dominante no continente. Incapaz, durante a Grande Guerra, de enfrentar simultaneamente ataques vindos da terra, do mar e do céu, a Alemanha perdeu sua supremacia em todas as frentes e foi completamente privada de seu exército, sua marinha e sua força aérea. Ela está atualmente recriando todos os seus três ramos de

defesa, mas limitou sua marinha, por tratado, a 35% da tonelagem da marinha britânica, o que indica que, para o presente, a orientação terrestre advogada em *Mein Kampf*<sup>242</sup> é a palavra de ordem da sua política externa. É interessante perceber que, durante os últimos sete séculos, a linha costeira da Alemanha constantemente encolheu, conforme a tabela seguinte revela de maneira impressionante:

Ano	Comprimento da linha costeira (Km)
1240	5100
1370	3700
1850	2400
1900	1355 (sem colônias)
1925	1120 <sup>243</sup>

À primeira vista, a Itália parece destinada a ser uma potência naval, como, de fato, seria, se tivesse acesso aos mares abertos e, portanto, a fontes estrangeiras de suprimentos de que o país muito precisa. Sua fronteira terrestre não é tão bem protegida pela natureza, como poderia inicialmente parecer, e a Itália não é livre para pensar inteiramente em termos de defesa naval. Durante o período da Tríplice Aliança, o país resolveu o problema aliando-se com seu mais perigoso vizinho terrestre e depois, em 1920, procurou uma solução na preservação de um Estado fraco no outro lado da sua mais vulnerável fronteira terrestre, desta vez a Alemanha.

A Rússia, com muitas milhas de linha costeira, persistentemente permaneceu na lista de poderes terrestres. Apesar de seus constantes e repetidos esforços militares e diplomáticos para alcançar o mar, os portos russos livres de congelamento – ou até parcialmente livres de congelamento – são muito poucos. Dessa

---

242 Cf. HITLER, Adolf. *Mein Kampf*, v. 1. Munique: Eher Verlag, 1933, p. 152-153; e v. II, p. 689.

243 Richard Hennig, *Geopolitik* (Leipzig, 1931, p. 97).

situação paradoxal de possuir várias milhas de costa, mas nenhuma água, o país aúfere a vantagem negativa de estar aberto ao ataque por mar somente em alguns poucos pontos, nenhum dos quais é perigosamente próximo dos seus centros industriais vitais. Por outro lado, a Rússia é muito vulnerável por terra. Então, ainda que o país tenha perdido a Guerra Russo-Japonesa principalmente no mar, a Rússia planeja, e provavelmente continuará a planejar, sua defesa principalmente em termos de ataques terrestres.

Uma curiosa anomalia é a China. O país tem uma enorme linha costeira e foi, no passado, um poder naval de considerável importância, capaz de manter uma guerra naval e mandar grandes forças expedicionárias às distantes ilhas de Sumatra e Java. Hoje não é mais um poder marítimo, ainda que, no sul da China, continue a existir considerável quantidade de atividade marítima. A razão principal para essa orientação terrestre reside, é claro, no fato de que o perigo de invasão, até bem recentemente, era quase exclusivamente oriundo da terra. Os fatores que contribuem para isso são a localização no mundo, o desenvolvimento relativamente tardio do comércio marítimo pelo Pacífico e o atraso tecnológico. A primeira marinha moderna chinesa foi destruída na guerra Sino-Japonesa, e os governos desde a Revolução têm estado inteiramente ocupados atuando contra a tendência à integração interna. O resultado é que a China, hoje, com uma das maiores potências navais do mundo a 500 milhas de suas costas, está inteiramente sem uma marinha.

No Novo Mundo, os Estados Unidos, com mais de 4 mil milhas de fronteiras terrestres, é, não obstante, definitivamente um poder naval. Sua área compreende uma grande proporção, e, em termos populacionais, uma proporção ainda maior, do continente inteiro e, dos dois bilhões de estrangeiros no mundo, somente 18 milhões são acessíveis por ferrovia a partir dos Estados Unidos. A comunicação, mesmo com a América do Sul, que é, em verdade,

contínua com a América do Norte, é mantida principalmente por mar. As fronteiras terrestres são seguras, e a situação dos Estados Unidos com referência a contatos estrangeiros aproxima-se daquela de uma ilha e faz da marinha, mais que o exército, a fundação de sua defesa.

Apesar do elemento de possível fraqueza inerente ao duplo acesso ao mar, os Estados sempre se esforçaram pelo acesso aos dois por causa da vantagem militar parcialmente compensatória. Quando o Império de Carlos Magno foi dividido sob o Tratado de Verdun, os alemães, os francos e a Lotaríngia tiveram cada um uma saída para três mares; na Idade Média, a Bulgária tinha acesso aos mares Negro e Jônico; e a Sérvia sob Estêvão, o Grande alcançou tanto o mar Adriático quanto o Egeu. Durante muito tempo, o Império Habsburgo esticou-se desde as costas ao norte até as costas ao sul da Europa; e agora, na presente época, as grandes potências do mundo, quase sem exceção, tiveram acesso a mais de um oceano.

Há outros tipos de acesso duplo ao mar, e cada um transmite certas características à política e ao desenvolvimento de um Estado. Uma posição peninsular conduz ao desenvolvimento do poder marítimo, particularmente se a fronteira terrestre é protegida por uma barreira natural como os Himalaias, os Pirineus ou os Alpes. Quando uma fronteira terrestre está desprotegida, como é o caso da Dinamarca, os Estados peninsulares têm, nos tempos de paz, a vantagem de estarem aptos a utilizar suas relações tanto terrestres quanto marítimas e jogar uma contra a outra. Nos tempos de guerra, estão numa posição fraca, porque estão abertos a ataques tanto por terra como pelo mar.

Os Estados cuja ação política é mais dominada pelo fato de terem acesso a mais de um mar são os Estados ístmicos como o México, os Estados centro-americanos, com a exceção de El Salvador, a Colômbia antes de 1903<sup>244</sup> e, desde um único ponto

---

244 N. T.: 1903 é o ano em que o território que forma o atual Panamá separa-se da Colômbia.



de vista, o Egito. Tais Estados são, em virtude da sua localização geográfica e formação, essencialmente Estados usados como lugares de passagem. Se continuam como entidades independentes, não é pela sua força, mas porque, por óbvias razões comerciais e estratégicas, nenhuma das grandes potências pode admitir que caíam completamente na posse de outra. Eles são, não obstante, quase inevitavelmente dominados por um único Estado poderoso a que a proximidade ou a prioridade de interesse ou chegada deu uma vantagem sobre os outros Estados. Que esse Estado seja uma potência marítima é uma conclusão já esperada, uma vez que o istmo, paradoxal como pode parecer, é mais importante como passagem entre oceanos do que entre continentes.

É a combinação dos fatores enumerados – localização no mundo, localização regional, topografia e clima, que influenciará o desenvolvimento de um Estado em direção ao poder marítimo ou ao poder terrestre. Notamos que os tipos puros, as ilhas e os Estados sem costa, são poucos em números e que, para a maioria dos Estados, é uma questão de mais ou menos. Eles serão predominantemente potências marítimas se raciocinarem precipuamente em termos de rotas marítimas e conceberem planos de ataque e de defesa principalmente em termos de uma marinha. O interesse de um Estado no mar pode ser expresso matematicamente dividindo-se sua área pela extensão da sua fronteira marítima. Isso representará talvez a melhor métrica para definir o interesse estratégico de um Estado no mar. Uma indicação de mais importância puramente comercial do mar na vida de um país pode ser precisada dividindo-se o total de habitantes de todos os portos de qualquer tamanho considerável pelo total da população, determinando, então, *grossa modo* o total da população que presumivelmente ganha a vida direta ou indiretamente do mar. Estados serão predominantemente potências terrestres se sua política externa for determinada principalmente em termos de relações através de fronteiras terrestres e da segurança essencialmente de defesa terrestre. Os impérios antigos, com a

exceção de Roma, eram todos baseados no poder terrestre, e sua força residia na mobilidade em terra, que significa posse de planícies e controle de rotas terrestres. Os impérios da história moderna são todos impérios marítimos, e sua força residiu na mobilidade no mar e no controle de rotas marítimas.

Diferentes concepções de espaço e de conquista do espaço indicam uma das notáveis diferenças entre potências terrestres e marítimas. Um poder marítimo conquista grande espaço saltando ligeiramente de ponto a ponto, ajustando-se a relacionamentos políticos existentes onde quer que seja possível e frequentemente sem estabelecer seu controle legal até que a dominação factual tenha sido, por muito tempo, reconhecida tacitamente. Uma potência terrestre expansionista move-se vagarosa e metodicamente adiante, forçada pela natureza de seu terreno a estabelecer seu controle passo a passo e, assim, preservando a mobilidade de suas forças<sup>245</sup>. Então, um poder terrestre raciocina em termos de superfícies contínuas cercando um ponto central de controle, enquanto um poder marítimo raciocina em termos de pontos e de linhas conectantes dominando um imenso território.

Consideráveis quantidades tanto de espaço como do assim chamado “pensamento” foram devotadas ao problema dos conflitos entre potências marítimas e potências terrestres. Hennig, o geógrafo alemão, afirmou que tais conflitos são bastante infrequentes, mas que, quando ocorrem, a vitória é, quase sem exceção, do poder marítimo. Em apoio a sua tese, ele compila as grandes vitórias navais de Salamina, Lepanto, Trafalgar, Navarino e Tsushima, admitindo que o poder terrestre de Roma conquistou, na primeira Guerra Púnica, os cartagineses, que eram tão afeitos ao mar<sup>246</sup>.

---

245 Cf. MÄRZ, Josef. *Landmächte und Seemächte*. Berlin: Zentralverlag, 1928, p. 8-9.

246 HENNING, *op. cit.*, p. 204.

Em direta contradição a Henning, Mackinder assevera que a derradeira superioridade é do poder terrestre:

Houve frotas de canoas de guerra no Nilo, e o Nilo foi fechado por um único poder terrestre que controlava suas bases férteis através de toda a extensão do Egito. Uma base insular cretense foi conquistada a partir de uma grande base peninsular. O poder terrestre macedônico fechou o Mediterrâneo oriental às belonaves tanto dos gregos quanto dos fenícios, privando-os imparcialmente de suas bases. Aníbal atacou por terra na base peninsular do poder naval romano, e essa base foi salva por uma vitória em terra. César obteve o domínio do Mediterrâneo pela vitória em água, e Roma então reteve o controle pela defesa de fronteiras terrestres. Na Idade Média, a cristandade latina defendeu-se no mar de sua base peninsular, mas, em tempos modernos, por causa de Estados competidores que cresceram nessa península, e havia várias bases de poder naval sobre ela, todas vulneráveis ao ataque terrestre, o domínio dos mares passou a uma potência que tinha uma base menos dispersa, nada menos que uma ilha – felizmente uma ilha fértil e com carvão.<sup>247</sup>

Ninguém questionará a acurácia dos fatos históricos apresentados pelo senhor Hennig e pelo senhor Mackinder. O senhor Hennig sofre de um pesar intelectual de que o maior dos poderes terrestres, a Rússia, nunca tenha enfrentado o maior poder marítimo, a Grã-Bretanha, numa grande guerra, para que fosse fornecido a ele um perfeito experimento de laboratório. Nós suspeitamos fortemente que, caso uma tragédia dessas ocorresse, a Grã-Bretanha descobrir-se-ia incapaz de tomar controle efetivo do vasto território da Rússia, assim como a Rússia descobrir-se-ia

---

247 MACKINDER, Halford John. *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. Nova Iorque: Holt, 1919, p. 74-75.

incapaz de ganhar uma grande batalha naval contra a marinha britânica. Em outras palavras, tanto o senhor Hennig quanto o senhor Mackinder parecem estar diligentemente coletando evidências em apoio à teoria de que, quando os poderes marítimos encontram os poderes terrestres no mar, os poderes marítimos são vitoriosos, e, quando os poderes marítimos encontram os poderes terrestres em terra, os poderes terrestres são vitoriosos. Essa conclusão, apesar de não ser particularmente esclarecedora, não é de todo inesperada. Ela leva ao truísmo posterior de que o vencedor será aquele que for o mais forte no momento do conflito e no terreno onde o conflito se desenrola.

As páginas anteriores ofereceram uma análise da localização regional principalmente com referência à orientação terrestre ou marítima. Outro importante aspecto relevante da localização regional deriva da força relativa. Se alguém observa a localização regional com relação à força relativa, há obviamente três tipos – o Estado forte entre dois vizinhos fracos, a relação entre igualdade aproximada e o Estado fraco entre dois Estados fortes. Estados com mais de dois vizinhos têm uma localização que só pode ser indicada descrevendo-se a combinação específica de tipos básicos. Se tal Estado tiver amplo acesso ao mar, lá surge a complicação adicional da vulnerabilidade a Estados que não são vizinhos imediatos. Expressa na forma mais simples em termos de relacionamento de poder terrestre, a posição do Estado poderoso entre dois Estados fracos é a mais vantajosa. Esse tipo de situação pode ser observado muitas vezes na história antiga, e é melhor ilustrado pelos grandes poderes terrestres, Babilônia, Assíria, Pérsia, Roma, os impérios de Alexandre, Carlos Magno e Carlos V, os Impérios Árabe, Mongol e Turco, e a China e a Rússia do século XVIII. Na maioria desses casos, o relacionamento não foi estável, e esse tipo específico de localização pode ser observado, portanto, só em períodos de limitada duração. A menos que os pequenos Estados vizinhos sejam Estados tampões, eles são engolidos pela

expansão do Estado central, e os impérios desintegraram-se mais cedo ou mais tarde. Alguns foram divididos por sucessão, assim como os impérios de Alexandre e Carlos Magno, mas a maioria deles fragmenta-se por causa de uma relação desfavorável entre tamanho, topografia e sistemas de comunicação. Como foi mencionado na discussão sobre tamanho, só a integração efetiva do território permite a resistência bem-sucedida a tendências centrífugas na periferia e pressões nas fronteiras longínquas. Que essa simples forma de localização básica de um Estado forte entre dois Estados fracos não tenha reaparecido na Europa moderna é obviamente explicado pelo fato de que, sob o título de “equilíbrio de poder”, foi o prioritário objetivo, na ação política de todos os Estados, prevenir sua ocorrência.

Hoje, a única ilustração perfeita desse tipo básico é a posição dos Estados Unidos e do México. Nesse caso, a relação deve provavelmente continuar, porque a localização no mundo, a topografia e o clima são todos favoráveis. O formato do continente norte-americano previne que o México cresça significativamente pela expansão em direção ao sul, e topografia e clima, para sempre farão ser impossível construir em sua própria área uma economia pujante. O Canadá, apesar de maior que os Estados Unidos, é, pela localização e pelo clima, capaz de desenvolver apenas uma parte muito pequena do seu território como uma base para a vida econômica e política. O resultado é que os Estados Unidos foram capazes de conduzir sua política externa pelos últimos 75 anos sem dar qualquer importância ao problema da segurança territorial, de forma que seu povo é incapaz de entender a preocupação dos europeus com a segurança e a política de poder.

Uma localização entre Estados de poder igual ao seu próprio é uma difícil posição para um Estado, já que está sob constante perigo de um ataque coligado caso seus vizinhos formem uma aliança. A resposta óbvia é evidentemente formar alianças com

os vizinhos de seus vizinhos e então criar o tabuleiro de damas de alinhamentos políticos que encontramos hoje na Europa e na Ásia, com a França aliada à Rússia e a Alemanha ao Japão, e assim ao redor do globo. O mesmo padrão pode ser traçado pela história. Até onde não haja perigo de uma aliança real entre os vizinhos, um Estado nunca estará livre para concentrar sua atenção em qualquer direção única enquanto ele tiver potências fortes dos dois lados. Antes da destruição da marinha austríaca, a Itália jamais pôde oferecer ameaça à segurança francesa no Mediterrâneo como ela pode hoje que a Iugoslávia substituiu a Áustria como vizinho da Itália a leste.

Um Estado relativamente fraco localizado entre dois Estados fortes está na posição geográfica de um Estado tampão. Se ele vai se tornar um no sentido político do termo dependerá de vários fatores. Em qualquer caso, tal Estado será forçado a adotar uma política externa bastante especial. Sua própria segurança depende da segurança que seus vizinhos derivam da sua existência continuada. Isso significa que esse Estado é forçado a perseguir uma precária política de neutralidade. Qualquer variação que deixe a impressão de que o laço com um vizinho está ficando mais forte pode tentar o outro vizinho a substituir a segurança obtida pela existência de um Estado tampão por uma segurança obtida pela ocupação concreta do território tampão.

Se a localização e a topografia fazem do Estado tampão um Estado barreira como o Afeganistão e o Tibete e, até certo ponto, a Pérsia, suas chances de sobrevivência são altas por causa das características geográficas inerentes; se a localização faz dele um Estado de passagem, mas a topografia um estado barreira, como a Suíça e a Áustria, seu problema se torna mais difícil; e, se tanto a localização quanto a topografia fazem dele um Estado de passagem, como Holanda, Bélgica e Polônia, então não recebeu nenhum dom da natureza e deve depender exclusivamente da política. Em outras

palavras, em tal caso, deve fazer sua independência indispensável à segurança dos seus vizinhos. Enquanto o Estado tampão puder reter sua importância e seus vizinhos permanecerem mais ou menos iguais em força, o Estado tampão poderá sobreviver. Nós, então, encontramos, no mapa europeu, Holanda, Bélgica, Suíça e a nova Polônia e, na Ásia, Pérsia, Afeganistão, Tibete e Sião.

Contudo, assim que tal Estado deixa de ser uma necessidade política para as potências que o cercam, ou tão logo uma dessas potências fique tão esmagadoramente poderosa que possa desconsiderar a atitude das outras, o Estado tampão será absorvido. O presidente Kruger observou em 1895:

Unsere kleine Republik kriecht nur noch unter den Großmächten herum, aber wir fühlen wohl, dass, wenn der eine uns einen Tritt versetzen will, der andere dies zu verhindern sucht.<sup>248</sup>

Quando o poder britânico na África do Sul cresceu adequadamente, a república bôer se tornou parte de um “Domínio” britânico<sup>249</sup>. A Armênia, que outrora permanecia entre os Impérios Romano e Persa e depois entre o Império Bizantino e o Islã, desapareceu; a Polônia foi dividida três vezes; a Coreia é parte do Império do Japão; Manchukuo e Mongólia dificilmente podem ser chamadas de independentes, e a Áustria foi absorvida. Na dinâmica das relações internacionais, na qual a luta pelo poder entre os grandes é a realidade básica, o destino derradeiro do Estado tampão é, na melhor das hipóteses, precário.

Estados tampão são uma ilustração da importância estratégica de uma área específica para um Estado particular. Outra

---

248 Citado em MAULL, *op. cit.*, p. 150. [N. T.: Poderia ser traduzido como, “Nossa pequena república só rasteja entre as grandes potências, mas nos sentimos bem, pois, se uma quer nos chutar, a outra tenta impedir”].

249 N. T.: “Domínio” (*dominion* no original em inglês) era uma parte costumeira do nome dado pelos britânicos às suas colônias.

ilustração, já mencionada incidentalmente, é a área além do vizinho de igual força – a óbvia localização para um potencial aliado. Mencionamos, em conexão com a localização no mundo, que certas áreas serão de importância diferente para Estados operando com diferentes níveis de referência, e o mesmo obviamente é verdade em uma escala menor no contexto da referência regional.

Esse fato complica o problema da criação de sistemas de segurança coletiva e sugere a probabilidade de que tais sistemas não serão efetivos a menos que encontrem uma robusta base regional. Um sistema de segurança coletiva baseado não numa força policial internacional, mas na ação comum de todos os Estados membros do grupo, obviamente significa que a disposição de um Estado em agir como avalista é diretamente proporcional à importância da região a ser protegida. Os pré-requisitos de um sistema efetivo são, portanto, os seguintes: uma região extensa o bastante para comportar ao menos três potências de aproximadamente igual força, de modo que duas possam prover uma superioridade esmagadora sobre a terceira, e, nessa mesma região, pequenos Estados cuja independência é de importância estratégica aproximadamente igual a ao menos duas das três potências.

O fato de existirem poucas regiões no mundo que cumprem esses requisitos pode ser observado a partir de um estudo do mapa; e de que modo o sistema legal pode efetivamente operar caso não esteja em harmonia com a geografia básica e as realidades políticas pode ser ensinado a partir da história dos últimos quinze anos. O primeiro pré-requisito pode ser encontrado só na Europa, mas pode futuramente aparecer na Ásia. O segundo é ainda mais difícil de se alcançar. A Bélgica e o Mediterrâneo ocidental são aproximadamente de igual importância para a França e para o Reino Unido, mas a Europa central desperta pouco interesse em Londres e é uma área de potenciais aliados para a França. Uma Etiópia italiana pode significar uma ameaça à linha vital britânica, o mar Vermelho,



e um flanco exposto no Sudão; para França, significa só um vizinho indesejado próximo a uma colônia relativamente insignificante. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos, quando capazes, têm sido dispostos a serem protetores de regiões de específica importância estratégica, como as *Lowlands* e o Egito, no caso da Grã-Bretanha, e a América Central, no caso dos Estados Unidos. Quando a região não é de relevância estratégica imediata, como no caso da China, os dois países têm meramente redigido tocantes notas diplomáticas sobre a beleza da integridade territorial.

Até agora, a integridade regional foi descrita precipuamente em termos de simples relações de espaço; mas é óbvio, a partir da discussão sobre Estados tampões, que o significado pleno dessas relações pode ser visto somente em termos de topografia, já que os aspectos topográficos e climáticos determinarão as principais linhas de contato entre Estados.

A topografia determinará a direção das montanhas e dos rios e, assim, quais serão os fluxos fronteiriços para fora; o clima determinará quais rios e portos são livres de congelamento e quais permanecerão fechados durante o ano todo ou somente em períodos específicos. Clima e topografia juntos determinarão a natureza do território fronteiriço entre Estados e, portanto, se os contatos acontecerão em zona de exposição ou numa de proteção. A importância da localização regional de um Estado é obviamente afetada pela existência de uma cadeia de montanhas intransponível ou uma planície aberta ou vales fluviais como sua fronteira.

Assim como montanhas e rios determinam os pontos de contato no seio de um país, eles determinam os pontos de contato entre países. Montanhas direcionarão o fluxo dos rios, e a natureza do sistema fluvial, especialmente onde a foz do rio situa-se dentro das fronteiras de um Estado, determinarão as seções no acesso fácil ao mar. Mesmo onde a foz do rio se localize fora do Estado, o sistema fluvial indicará as esferas de interesse de várias partes do

país. O vale do Reno, assim como o do Elba e o do Weser, mira noroeste para o mar; os vales do Oder e do Vístula encontram seu mais frequente e fácil contato com o mundo exterior através dos portos do Báltico; e as mercadorias e as atividades do vale do Danúbio são orientadas na direção sudeste, rumo à Europa Central.

Em casos raros como a Noruega, cuja área inteira mira a oeste e a sul; a Suécia, que mira ao sul e ao leste; e o Chile, cujas montanhas parecem estar na iminência de empurrar o país para o Pacífico, um país é unido pela orientação similar de todas as seções. Mas, na maioria dos exemplos, as montanhas cruzam fronteiras nacionais, fazendo com que várias áreas do país busquem contatos e direções diferentes. Nos Estados Unidos, a direção e a distância das Montanhas Rochosas e dos montes Allegheny até a costa e o fluxo de rios em direção ao sul na parte central do país determinam a porcentagem de território que olha para o Pacífico, o Atlântico e o Golfo, respectivamente. No Brasil, a influência do clima corre contrária àquela da topografia, porque a maior bacia hidrográfica do país, que flui norte ao Atlântico, é inútil, e a única área efetivamente viável climaticamente situa-se no sul, orientando o país em direção sudeste, não obstante o maior sistema fluvial flua para o norte. A Colômbia, nas suas presentes fronteiras, é prevenida, pela cadeia de montanhas que corre entre suas costas caribenha e pacífica, de ser um Estado de passagem que, com seu acesso a dois oceanos, poderia, caso contrário, vir a ser.

No continente europeu, os Alpes e os Pirineus não encorajam o contato nas fronteiras franco-espanholas, franco-suíças ou franco-italianas, mas, em agudo contraste a essas fronteiras relativamente fechadas, as fronteiras franco-alemãs e franco-belgas encontram-se desimpedidas, e os homens, bens e ideias fluem através delas em correntes incessantes. Falando topograficamente, a Itália olha tanto para o leste quanto para o oeste, já que os Apeninos percorrem a extensão da península,

e os rios fluem deles para cada costa, mas a região mais fértil da Itália defronta o oeste, onde vulcões criaram planícies altamente férteis cortadas por rios fluindo para o mar Tirreno. Topografia e geografia cooperaram na formação da Grã-Bretanha, onde o sistema fluvial flui aos portos do leste, que são os mais próximos do continente e em constante contato com os portos continentais. Na Rússia, por outro lado, a topografia e o clima fizeram o seu pior. Uma grande parte do país drena em direção norte, ao Ártico, por cursos fluviais cujas desembocaduras estão entupidas de gelo nos doze meses do ano. No sudoeste da Rússia, os Alpes Ilírios forçam o comércio balcânico e a comunicação maior com o mar Egeu e o Negro que com o Mediterrâneo. O Japão, o contraparte geográfico da Grã-Bretanha, é menos afortunado em sua topografia, como foi mencionado anteriormente. A cadeia de montanhas que percorre a distância da ilha de Honshu foi quase uma barreira intransponível; todos os portos importantes são na costa leste; e os contatos do Japão com o continente têm, por essa razão, ocorrido tardiamente na história do país.

Exemplos de topografia e de clima como determinantes da direção de comunicação e dos pontos de mais frequente contato entre países podem ser multiplicados indefinidamente. Se a topografia fecha todas as portas de um Estado em face do resto do mundo, ou se as abre de forma ampla em todas as direções, a importância da localização regional desse Estado somente pode ser avaliada à luz das direções em que ele é forçado a procurar seus contatos políticos, materiais e culturais. Se a porta e a janela de alguém só podem ser na frente da casa, é pequeno consolo perceber que o prolífico tráfego da rua principal do mundo é exatamente atrás da casa; e se a natureza decretou que na casa só se sai e só se entra pela porta, que é atrás, é igualmente trágico descobrir que aquela porta conduz somente a uma alameda silenciosa e cheia de mato.

Topografia e clima, contudo, não só determinam a orientação de um Estado em direção ao mundo exterior. Também determinam, pela determinação da natureza da fronteira territorial, se os contatos daquele Estado deverão acontecer por uma zona de exposição ou uma zona de proteção. Desse ponto de vista, é possível fazer certas observações em relação aos diferentes efeitos dos diferentes tipos de territórios fronteiriços e fronteiras na política externa dos Estados.

Tem sido costumeiro, na literatura do campo, distinguir os seguintes tipos de território fronteiriço, ou de “fronteiras naturais”: rio, costa marítima, floresta, deserto e cadeia de montanhas<sup>250</sup>. Em geral, pode-se dizer que o desenvolvimento técnico avançado nos sistemas de comunicação e métodos de guerra reduziu enormemente o valor de proteção natural de tais fronteiras. O único tipo geográfico que ainda parece conservar certo valor protetivo é um tipo particular de cadeia de montanhas altas. Todos os Estados, portanto, incrementaram quaisquer proteções naturais oferecidas pela topografia e pelo clima com a organização militar artificial em termos de fronteiras estratégicas e fortificações fixas. Levando-se em consideração essa possibilidade de se modificarem os aspectos protetivos naturais da delimitação geográfica, entretanto, pode-se ainda alegar que os diferentes tipos de território fronteiriço enumerados têm certas características, cujo efeito pode ser percebido na política externa.

---

250 Brunhes e Vallaux desprezam a questão das fronteiras naturais com a seguinte declaração: os rios e as montanhas não são fronteiras naturais. As verdadeiras fronteiras desse gênero são, além das costas, os desertos de altitude, os desertos propriamente ditos, as florestas primitivas e os pântanos. Os desertos de altitude só existem no Kouen-Lun no Himalaia; os desertos propriamente ditos e as florestas primitivas estão fora das cadeias dos grandes Estados; os pântanos só têm pequenas extensões e diminuem cada vez mais. Além do oceano, praticamente não existe, nas regiões ativas, nenhuma fronteira natural entre os Estados. Por todo lugar, as pressões de contiguidade se exercem livremente; nem os rios, nem as montanhas param-nas.” BRUNHES, Jean; VALLAUX, Camille. *La Géographie de l' Histoire, Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer*. Paris: Alcan, 1921, p. 361.

Em períodos mais antigos da história, e em terras relativamente novas e não desenvolvidas, os rios frequentemente serviram como fronteiras. O *Rio Grande* e o São Lourenço ainda marcam duas das fronteiras dos Estados Unidos. À primeira vista, um rio parece ser uma fronteira ideal e natural, facilmente reconhecida e que não requer marcação, mas, à medida que o tempo passa e os Estados se desenvolvem em cada lado do rio, suas desvantagens se tornam mais visíveis que as vantagens. Além das dificuldades técnicas de determinar onde um rio está e onde não está, esteve e não esteve, depois de processos de erosão e avulsão terem seguido por décadas, se algum desenvolvimento econômico ou social acontecer, o vale fluvial tenderá inevitavelmente a tornar-se ele próprio uma unidade, e o rio cessará sua função como fronteira. Apesar das assertivas do general Foch, o Reno não é uma fronteira ideal, já que seu vale é definitivamente uma unidade econômica, industrial e cultural e continuará a ser assim independentemente de onde a verdadeira fronteira legal possa ser marcada. O vale do Vístula é igualmente uma unidade, esteja o vale inteiramente contido no interior das fronteiras polonesas ou esteja a Polônia retalhada entre seus três vizinhos.

O efeito de tal fronteira na política externa é óbvio. Conforme o vale se torna uma unidade, haverá inevitável tendência de que cada Estado ribeirinho deseje incluir o vale todo em seu território. A função do rio como uma barreira desaparecerá completamente, e, em vez de uma fronteira claramente definida, existirá entre os Estados uma zona de território que não pertence inteiramente a nenhum deles e que é desejada por ambos. Se um Estado é esmagadoramente mais forte que o outro, com o tempo esse provavelmente adquirirá o vale fluvial por meios justos ou injustos. Se os Estados são de aproximadamente igual força, a posse do vale permanecerá um objetivo não atendido e uma fonte de fricção inevitavelmente refletida nas políticas de um Estado em direção ao outro.

A costa marítima como fronteira pode exercer influência de desagregação ou agregação, dependendo do tamanho do mar, do grau de desenvolvimento técnico da navegação e do desenvolvimento do poder naval em geral e no Estado em particular. Não é uma fronteira natural que mantenha as pessoas para fora, a menos, como no caso da fronteira norte da Rússia, que as condições climáticas inviabilizam o acesso aos seus portos para todo o tráfego em qualquer direção. Ao contrário, é semelhante a uma rodovia e se torna uma barreira defensiva apenas se o país puder controlá-la com uma frota efetiva, uma situação na qual a marinha, mais que o mar, atua como uma barreira. Como foi mencionado em relação à discussão sobre a localização regional do Japão e da Grã-Bretanha, essa função protetiva decresceu desde o desenvolvimento da guerra no ar. Não obstante, o Atlântico e o Pacífico permanecem os elementos principais na defesa dos Estados Unidos, e assim será enquanto os Estados Unidos mantiverem uma marinha apta a proteger suas costas e o raio de cruzador dos esquadrões bombardeiros for inferior a 4 mil milhas.

Uma costa é uma linha natural para a fronteira. Entretanto, e, como tal, todos os Estados a procuraram e continuam a procurá-la. A posse de uma faixa de linha costeira oferece a incomparável vantagem da liberdade de movimento e a possibilidade de iniciação do movimento além da fronteira, e é frequentemente a chave do sucesso na guerra ofensiva ou defensiva, seja na terra ou no mar, já que torna possível um grau de mobilidade e de concentração de efetivos que o mais elaborado esquema de mobilização pelos meios da ferrovia ou do sistema rodoviário mais estrategicamente planejado jamais poderia igualar.

A fronteira florestal provavelmente perdeu seu valor protetivo mais completamente que qualquer outra barreira natural, mas, em períodos mais antigos, antes que o desenvolvimento técnico permitisse ao homem penetrar vastas áreas de árvores ou

mesmo aniquilá-las, essas áreas serviram como barreiras genuínas contra a comunicação ou a invasão. A fronteira noroeste do Império Romano era uma densa zona florestal da Alemanha, e, na Idade Média, as florestas ao redor de Moscou protegeram a nascente nação russa das hordas asiáticas que pululavam nas planícies orientais. Mesmo hoje, a conquista de certas regiões de floresta tropical na América do Sul não está completa. É questionável, porém, se ainda existe qualquer zona fronteira de floresta grande o bastante ou suficientemente difícil de penetrar que influencie significativamente a política externa em geral ou a defesa nacional em particular, ainda que o canal do Panamá seja ainda considerado imune a ataque terrestre por causa da densa floresta tropical nos dois lados.

Pântanos, por outro lado, conservam um valor de defesa definitivo, mesmo contra os mais avançados instrumentos militares do século XX, como o exército inglês aprendeu em Flandres. Os babilônios foram insensatos o bastante para reduzir, por seus próprios esforços, as áreas pantanosas que os protegiam, e ataque após ataque de invasores irrompeu através das suas fronteiras; mas o pântano de Terai, entre Bengali e Nepal, e os pântanos de Pripet mais de uma vez forneceram uma barreira contra a invasão russa da Europa central. De fato, tão efetivos os pântanos se mostraram como instrumentos de defesa que houve nações que até mesmo os criaram artificialmente.

Pântanos são provavelmente até mais difíceis de atravessar do que uma cadeia de montanhas moderadas [...] O pântano artificial criado pelos aliados na Bélgica ocidental impossibilitou o movimento e o ataque naquela parte do *front*. O intenso bombardeio em *Ypres salient* e o atoleiro resultante dificultaram o ataque para cada lado e tornaram o uso de tanques quase impossível nessa área. De fato, os pântanos apareceriam como um maior obstáculo ao uso de tanques que desertos, montanhas e até rios. Eles podem, contudo, perder

totalmente seu poder protetivo em invernos frios, e quando congelam tornam-se, de acordo com o seu nível de superfície, uma região de fácil movimento.<sup>251</sup>

O valor de uma fronteira de deserto reside não somente na dificuldade de seu terreno, mas também na sua falta de água, que compele uma força invasora a seguir uma rota específica ao longo de poços conhecidos, e isso previne um ataque em um ponto não esperado. Desenvolvimentos recentes na engenharia tendem a definitivamente diminuir o poder protetivo dos desertos, possibilitando a construção de ferrovias e autoestradas. Mas certas áreas de deserto conservam ainda hoje um valor de defesa bastante considerável. O deserto de Tar, a leste do rio Indo, estendendo-se em torno de 400 milhas em direção nordeste desde o Rann de Kutch, força um invasor vindo do noroeste da Índia a restringir sua rota à faixa estreita entre o deserto e o Himalaia, conforme os campos de batalha ao redor de Delhi testemunham. Na mesma linha, os desertos a leste e a oeste do Egito e das cataratas do Nilo têm limitado as possibilidades de invasão daquela terra a abordagens vindas do mar ou da península do Sinai, e o Saara, mais que o Mediterrâneo, é ainda o limite ao sul da cultura europeia e da civilização.

A mais efetiva barreira natural, porém, é uma combinação de áreas de deserto com áreas de montanhas – nomeadamente, platôs elevados<sup>252</sup>. O valor de uma cadeia de montanha como proteção contra invasões depende de variados fatores – o número e a altitude das passagens e se estão bloqueados por neve ou não, a direção das passagens, se a inclinação dos passos é mais fácil em um lado que no outro, se a cadeia de montanhas corre contrária à direção de avanço, assim bloqueando-a, ou corre paralela, oferecendo uma

---

251 COLE, D. H. *Imperial Military Geography* – General characteristics of the Empire in relation to defence. Londres: Sifton Praed & Co., 1926, p. 23-24.

252 N. T.: *High plateaus*, no original em inglês. Trata-se de planaltos extremamente elevados.



escolha de rotas ao invasor, e a possibilidade de ferrovias estratégicas à base das montanhas ou sobre as passagens. Os Alpes se inclinam mais gentilmente no lado francês que no lado italiano, e o formato semicircular da cadeia faz com que as rotas converjam próximo a Turim ou Milão de maneira que forças invasoras vindas da França, movendo-se por diferentes rotas, possam se unir facilmente na Itália, enquanto exércitos italianos avançando para a França precisam precisam divergir, dificultando em muito a comunicação. De fato, os Alpes, que parecem à primeira vista oferecer completa proteção à península, mais de uma vez provaram ser “o esplêndido traidor” da defesa italiana, como Napoleão uma vez os chamou. É possível seguir os rios da Europa central que nascem nos Alpes através de passagens que levam aos afluentes do rio Pó; é possível alcançar a Itália do vale do Danúbio e seus tributários; e, no oeste, as montanhas terminam perto da costa, deixando uma faixa aberta ao nível do mar, que leva diretamente ao coração da Itália.

O valor de uma cadeia de montanhas como barreira depende também não tanto da sua altitude absoluta como da topografia da região da montanha em geral. Os Alpes são mais altos que os Pirineus, mas têm amplos vales e muitas passagens, enquanto os Pirineus esticam-se como um muro intacto desde o Mediterrâneo até o Atlântico; e os Alpes Dináricos, apesar de baixos, bloqueiam o acesso da Hungria ao Adriático pelo seu tipo especial de topografia calcária. Os Andes interpõem uma barreira quase completa entre o Chile e a Argentina em decorrência do pequeno número de passagens; e os Zagros efetivamente barram o Irã do Iraque. A cadeia do Hindu Kush, ainda que à primeira vista pareça fornecer proteção adequada ao noroeste da Índia, tem passagens baixas e nunca foi efetiva barreira comercial ou militar. A cadeia do Himalaia, contudo, oferece a combinação ideal – uma cadeia de montanha com um platô desértico na retaguarda, bloqueando o caminho direto da China para a Índia mais efetivamente que qualquer fortificação passível de ser inventada pelo homem.

O fato de que montanhas, mesmo quando não são barreiras perfeitas para a defesa, contribuem não obstante à estabilidade das fronteiras<sup>253</sup> pode ser visto na história daqueles países cujas fronteiras são meramente linhas em planícies abertas. As fronteiras de Polônia, Hungria e os atuais Estados bálticos mostraram lamentável tendência à mudança, assim como a fronteira aberta entre França e Alemanha. Em outras palavras, a existência de uma cadeia de montanhas como fronteira quase sempre oferece certo grau de segurança, seja uma barreira completa ou não. Os exemplos anteriores deixaram claro que a localização regional, tanto em termos de mar como de orientação terrestre e em termos de força relativa face aos vizinhos, é definitivamente afetada pela topografia e pelo clima. Esses fatores condicionantes devem ser mantidos em mente constantemente em qualquer tentativa de se classificar um Estado particular como tendo certo tipo de localização regional e de se encontrar, na política desse Estado, os elementos característicos do tipo de localização.

Então nós descobrimos que, apesar da política inteira de um Estado não derivar da sua geografia, sua ação política não pode escapar dela. Tamanho, formato, localização, topografia e clima postulam condições das quais não há escapatória, ainda que o *Foreign Office* seja habilidoso e que o *General Staff* esteja plenamente abastecido de recursos. A Bélgica, com seu presente tamanho, não pode colocar seus centros industriais além do alcance

---

253 Brunhes e Vallaux consistentemente se recusam a admitir os Alpes e os Pirineus como fatores que contribuem para a estabilidade da fronteira sul francesa: “É digno de nota que, ao longo do desenvolvimento das fronteiras francesas, aquelas que mais mostraram tendências a se imobilizarem são as fronteiras montanhosas dos Alpes e dos Pirineus. Não são essas cadeias de montanhas que constroem a fronteira a ser fixa. Nos Pirineus, a fixação data de dois séculos; nos Alpes, data de 50 anos; mas, em ambos os casos, a montanha foi só um elemento passivo. O equilíbrio instável de forças produzido pela densidade variável do povoamento e pela variações de valor dos territórios dá, aqui, como para muitos outros fatos da geografia política, a explicação do movimento e do repouso. Eis aqui um primeiro dado que nos servirá para trazer de volta, ao seu justo valor, a noção de fronteiras naturais?”. BRUNHES, Jean; VALLAUX, Camille. *La Géographie de l' Histoire, Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer*. Paris: Alcan, 1921, p. 345.

dos bombardeiros inimigos; a presente configuração atual da Tchecoslováquia convida à perda da porção ocidental do território; Síria e Iraque continuarão a ser o cruzamento entre oriente e ocidente; o Tibete sempre será um Estado barreira; e os portos árticos da Rússia não derreterão. A política externa está obrigada a considerar esses fatos. Pode lidar com eles de forma habilidosa ou inepta; pode modificá-los, mas não pode ignorá-los. Pois a geografia não discute. Ela simplesmente é.



## Os Estados Unidos no Hemisfério Ocidental<sup>254</sup>

Nicholas J. Spykman

*La politique de toutes les puissances  
est dans leur géographie.*

Napoleão

Em um mundo de anarquia internacional, a política externa deve objetivar, acima de tudo, o aprimoramento ou, ao menos, a manutenção da posição de poder relativa do Estado. O poder é, em última instância, a capacidade de conduzir uma guerra bem-sucedida, e na geografia estão as pistas para solucionar os problemas de estratégia política e militar. O território do Estado é a base a partir da qual ele opera em tempos de guerra e a posição estratégica que ocupa durante o armistício temporário chamado paz. A geografia é o fator mais fundamental na política externa dos Estados, pois é o mais permanente. Ministros vêm e ministros vão, mesmo ditadores morrem, mas as cadeias de montanhas permanecem sendo impassíveis. George Washington, defendendo

---

254 SPYKMAN, Nicholas. The US in the Western Hemisphere. In: \_\_\_\_\_. *America's Strategy in World Politics*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1942, p. 41-64.

treze estados com um exército esfarrapado, foi sucedido por Franklin D. Roosevelt com recursos de um continente sob seu comando, mas o Atlântico continua a separar a Europa dos Estados Unidos; os portos do rio São Lourenço ainda são bloqueados pelo gelo do inverno. Alexandre I, czar de todas as Rússias, legou a Joseph Stalin, simples membro do Partido Comunista, não apenas seu poder, mas sua eterna disputa por acesso ao mar, e Maginot e Clemenceau herdaram de César e de Luís XIV a inquietação em relação à aberta fronteira alemã.

O tamanho do domínio nacional afeta a força relativa do Estado em sua luta por poder. Recursos naturais influenciam densidade populacional e estrutura econômica, o que define a vulnerabilidade a um bloqueio. A localização em relação à Linha do Equador, aos oceanos e às massas terrestres determina a proximidade a centros de poder, áreas de conflito e rotas de comunicação; e a localização em referência a vizinhos imediatos define a posição com relação a inimigos potenciais e os problemas básicos da segurança territorial. A topografia afeta a força em razão de sua influência sobre a unidade e coerência interna. O clima estabelece limites à produção agrícola e às condições de transporte e comércio internacional. Todas as descrições da posição de poder de um Estado devem, portanto, começar com a análise de sua geografia.

### **As massas terrestres do mundo**

Desde a perfuração do Velho e do Novo mundos pelos canais de Suez e do Panamá, as grandes massas terrestres da superfície da Terra consistem de cinco ilhas continentais. As três que se localizam no Hemisfério Sul, Austrália, América do Sul e África, são verdadeiras ilhas que permitem a circumnavegação. As duas que se localizam no Hemisfério Norte, América do Norte e Eurásia, embora sejam verdadeiras ilhas no sentido geográfico, funcionam, em termos de navegação, como penínsulas em razão da

---

calota polar no oceano Ártico. Desses dois continentes setentrionais, a Eurásia é de longe o maior. Sua área é mais do que duas vezes e meia a da América do Norte e contém dez vezes mais população. Em razão de o poder político do mundo se concentrar, em maior parte, nas zonas temperadas, a localização em relação ao Equador não apenas determinará o clima, mas também a proximidade dos centros de poder. Correntes oceânicas, altitudes e outras influências modificadoras podem alterar condições climáticas normais, mas, em geral, a história é feita nas latitudes temperadas, e, em razão de uma parcela muito pequena das massas terrestres do Hemisfério Sul localizar-se nessa zona, a história é feita nas latitudes temperadas do Hemisfério Norte.

O fato de as maiores massas terrestres se localizarem ao norte e de as maiores áreas terrestres do Hemisfério Sul estarem nos trópicos tem certas implicações óbvias. De um ponto de vista econômico, político e militar, a metade setentrional do mundo será sempre mais importante que a metade meridional, e as relações entre os vários continentes da metade setentrional terão mais influência na história do mundo do que as relações ao sul da Linha do Equador no mesmo continente. A localização de um Estado ao norte ou ao sul ou do Equador irá, portanto, desempenhar papel relevante na determinação do significado política daquele Estado, na natureza das suas relações internacionais e nos problemas de sua política externa.

O Hemisfério Ocidental é um domínio insular cercado pelos oceanos Atlântico, Pacífico e Ártico. Ele fica entre os *fronts* oceânicos europeu e asiático do continente eurasiático e cobre uma imensa área de cerca de 15 milhões de milhas quadradas. Essa grande massa terrestre consiste nos dois continentes da América do Norte e do Sul, separados por um Mediterrâneo Americano. O continente da América do Norte tem a forma de um triângulo invertido. Seu litoral espalha-se rumo ao Alasca e à Groenlândia, o que resulta

na maioria dos postos avançados mais setentrionais estarem mais próximos à Ásia e à Europa. O continente sul-americano também tem a forma de um triângulo invertido, mas disposto mais ao leste da massa terrestre setentrional, com o saliente nordeste do Brasil próximo à África. Entre essas duas massas continentais, está o Mediterrâneo Americano, que provê uma zona de passagem entre a América do Norte e a América do Sul e entre o Atlântico e o Pacífico.

Os Estados Unidos ocupam uma posição única no mundo. Seu território encontra-se na metade norte do globo, em uma área de grandes massas terrestres, e possui dimensões continentais com tudo que isso implica em termos de poderio econômico. Defrontando-se com dois oceanos, os Estados Unidos têm acesso direto às mais importantes artérias do comércio mundial. Seu domínio situa-se entre dois aglomerados de população densa, na Europa Ocidental e na Ásia do Leste, e, portanto, entre as mais importantes zonas econômicas, políticas e militares.

### **O continente norte-americano**

O domínio continental dos Estados Unidos é uma área de cerca de 3 milhões de milhas quadradas entre o Canadá e o México, rico em recursos naturais, com uma economia nacional de grande produtividade e uma população de 135 milhões de pessoas. A localização e a direção das Montanhas Rochosas tornam o país primariamente uma área de drenagem atlântica, e a variedade topográfica e climática confere a cada seção do país uma característica econômica distinta. O Nordeste contém os centros populacionais e de atividade industrial e comercial. O Meio-Oeste é essencialmente agrícola, enquanto o Oeste é responsável, em grande medida, pela pecuária e pela produção de metais não ferrosos do país.

A seção do hemisfério mais próxima da Ásia é o território do Alasca. Essa península, cercada pelo Ártico, pelo Mar de Bering



e pelo Pacífico, tem uma área de mais de 500 mil milhas quadradas, maior do que a superfície dos países escandinavos e da Finlândia. Há, provavelmente, cem mil milhas quadradas de pastagens, e a terra é rica em recursos hídricos e em variedade de minerais. É uma área de grandes possibilidades, mas sua população de 60 mil pessoas está sujeita a crescer somente de modo vagaroso. Clima, topografia e distância das áreas de população densa e atividade comercial irão inevitavelmente retardar seu desenvolvimento até a exaustão dos recursos mais próximos aos centros industriais dos Estados Unidos.

A parte do Hemisfério Ocidental mais próxima à Europa é a imensa ilha coberta de gelo da Groenlândia, que se aproxima da Islândia e de Spitsbergen. Exceto por uma pequena área de cerca de cem mil milhas quadradas, um manto de gelo recobre toda a ilha. A corrente do Atlântico Norte confere à costa sudoeste um clima ameno e chuvas pesadas que permitem o crescimento de uma vegetação luxuriante durante os meses de verão. A ilha produz duas importantes matérias-primas em grande abundância: criolita, que corresponde a 80% das exportações, é extraída em Ivigtut, e grafite, que é encontrado nas costas oeste e sudoeste. A ilha, exceto por limitações climáticas, seria portal natural para aproximações aéreas a esse continente.

Entre esses dois postos avançados e os Estados Unidos, há o Domínio do Canadá. Ele cobre uma área maior do que os 48 estados<sup>255</sup>, mas com uma população de apenas 12 milhões, fato explicado, em grande medida, pelo clima e topografia que restringem o uso econômico de grande parte da área e a tornam um deserto ártico. As grandes regiões geográficas do país são praticamente prolongamentos daquelas dos Estados Unidos, dando origem à especialização econômica similar. A seção oriental estende-se do Atlântico até pouco além do Lago Superior, próximo à metade do

---

255 N. T.: Na época em que o texto foi escrito, o Alasca e o Haváí não eram estados.

continente. A região central, terra das pradarias, corre por cerca de 800 milhas, até as encostas das Montanhas Rochosas. A zona ocidental, em sua maior parte ocupada pela Colúmbia Britânica, começa no alto das íngremes cadeias de montanhas das Rochosas e das Selkirks, que correm paralelas ao litoral, e vai rumo ao oeste, em direção ao Pacífico. O Oeste representa o extrativismo florestal, o pastoreio e a mineração; as províncias da grande pradaria, a agricultura e, particularmente, o cultivo do trigo; e o Leste, a mineração, a indústria e o comércio. Uma indústria metalúrgica e siderúrgica teve início com siderúrgicas em Ontário, operando com minério e carvão importados dos Estados Unidos, e na Nova Escócia, operando com minério de Terra Nova. Das principais fontes de energia, apenas a hidroeletricidade é abundante na região industrial.

A economia canadense demonstra grande similaridade com aquela dos Estados Unidos. Ela se caracteriza por alta produtividade *per capita* e alto padrão de vida. Embora grande parte da área esteja destinada a permanecer para sempre com população esparsa devido ao clima e outras razões geográficas, o desenvolvimento de recursos naturais somente começou, e o Canadá tem um futuro de expansão diante de si.

De longe, a maior parte da vida do Canadá aglomera-se em um estreito cinturão de cem a 200 milhas de largura ao longo da fronteira americano-canadense, e, disso, mais de 90% de tudo que é vital e ativo está concentrado na metade oriental do país, nas províncias de Ontário e Quebec, ao longo do rio São Lourenço. Aqui encontram-se a maior parte da população do Canadá, suas principais indústrias, bancos e centros comerciais, além de suas maiores cidades e principais portos marítimos.

Ocultada sob a proteção da protuberância de Labrador, cruzando o Golfo de São Lourenço, está Terra Nova, sem vegetação, rochosa, exposta às rajadas de vento gélido do inverno

e semiescondida na névoa do verão. É uma terra de dificuldades e pobreza, na qual extração madeireira, mineração e pesca provêm subsistência mínima a uma população de 300 mil. Sem importância do ponto de vista econômico, financeiramente falida, a província só tem importância em razão de sua localização estratégica no portão de entrada do Canadá.

A fronteira entre Estados Unidos e Canadá foi estabelecida antes da aquisição do Alasca, e, entre as fronteiras americana e alascense, há o corredor da Colúmbia Britânica, que provê acesso ao Pacífico para o oeste do Canadá através dos vales dos rios Skeena e Fraser. Esse território canadense entre os estreitos de Juan de Fuca e Entrada Dixon bloqueia o acesso direto dos Estados Unidos ao seu território setentrional. A situação parece, à primeira vista, similar àquela do Corredor Polonês, mas sem a questão étnica. Uma análise mais cautelosa, entretanto, mostra uma diferença básica. O Corredor Polonês é uma planície, contendo velhas e bem-estabelecidas estradas e ferrovias, que mantêm comunicações entre a Prússia Oriental e a Prússia Ocidental. A Colúmbia Britânica é altamente montanhosa e não provê rota fácil para comunicações norte-sul. Conquista ou compra não podem mudar esses fatos topográficos. O estado de Washington e o Alasca sempre se comunicaram por mar e irão, sem dúvida, continuar a fazê-lo, ao menos em tempos de paz.

Enquanto o Canadá é, de muitas formas, uma extensão ao norte do tipo de sociedade encontrada nos Estados Unidos, as terras abaixo do rio Grande representam um mundo diferente, o mundo da América Latina. Talvez seja um infortúnio que as partes que falam inglês e as que falam línguas latinas sejam ambas chamadas de América, invocando assim, inconscientemente, uma expectativa de similaridade que não existe. Somente se percebermos que os países do sul são diferentes dos Estados Unidos em características geográficas essenciais, em composição racial e

étnica, na vida econômica e nos costumes sociais, em ideologia e na tradição cultural, poderemos avaliar a significância dessa área para nossa vida nacional e estimar corretamente a probabilidade de uma cooperação efetiva em uma política comum de defesa hemisférica.

### **O Mediterrâneo Americano**

O mundo latino-americano defronta-se com os Estados Unidos pela fronteira terrestre mexicana e pelo Mediterrâneo Americano, no qual o país é ele próprio o mais importante país costeiro. A área de drenagem dos demais países costeiros e das ilhas ao longo do anel oriental inclui um território de quase 2 milhões de milhas quadradas com aproximadamente 50 milhões de pessoas. Ele consiste de uma grande parte do México, da América Central, da Colômbia, da Venezuela e da cadeia insular que se estende em um grande arco do leste da Venezuela até a ponta ocidental de Cuba, que fica a 150 milhas da península do Iucatã e a 75 milhas de Key West. A leste da Flórida e das Grandes Antilhas, fica uma segunda cadeia de ilhas, as Bahamas, as quais, tal como uma linha de sentinelas pouco espaçadas, montam guarda diante da entrada do golfo do México. Como sua contraparte europeia, o Mediterrâneo Americano divide-se em um Mediterrâneo ocidental, o golfo do México, e um Mediterrâneo oriental, o mar do Caribe. A distância de Nova Orleans a Trinidad é, grosso modo, comparável àquela entre Batumi e Gibraltar, e as regiões costeiras tributárias dos dois mares são aproximadamente iguais.

As cadeias de montanhas do México e da América Central oferecem uma inclinação mais branda e planícies costeiras mais amplas no Leste do que no Oeste e, portanto, facilitam uma orientação ao leste dos fluxos comerciais. O Iucatã e as planícies da Guatemala, Honduras e Nicarágua defrontam o golfo do México e o Caribe, e apenas no Panamá a maior parte da região de terras baixas defronta o Pacífico. El Salvador é o único Estado exclusivamente voltado para o Pacífico na região e, para ele, uma conexão com

as ferrovias da Guatemala provê uma saída para o Atlântico. Na Colômbia, a cordilheira dos Andes pressiona próximo ao Pacífico e aproxima-se do Caribe em ângulos retos em três esporões paralelos, permitindo um escoamento para o mar oriental através dos vales do Atrato e do Magdalena e de seus tributários. A topografia torna a Venezuela, exceto pela depressão do lago Maracaibo, uma terra de drenagem atlântica em vez de caribenha, mas o clima e a distribuição de recursos naturais a tornaram, economicamente, um Estado caribenho. O vale do Orinoco é, até o momento, de pouca importância, e as terras altas das Guianas são praticamente inexploradas. A vida econômica concentra-se na costa norte, onde a cadeia de montanhas oferece alívio do calor tropical e ferrovias curtas conectam-se com bons portos.

O México, ainda que seja uma área extensa se comparado às grandes potências europeias, é um país pequeno se comparado aos Estados Unidos, e, como no caso do Canadá, sua posição relativa de poder não deve, provavelmente, mudar muito. Formato, localização, topografia, aridez e condições de solo impedem o desenvolvimento de grande poderio econômico e militar. Onde o país é vasto, da fronteira com os Estados Unidos até o Trópico de Câncer, ele é, exceto a costa do golfo, uma continuação da desértica e semidesértica região do sul da Califórnia e do Arizona e predestinado, exceto pelo desenvolvimento da mineração, a ser uma economia de pastoreio. Existem diversas outras regiões com grandes variações em altitude, temperatura e pluviometria e, portanto, possibilidades econômicas diversas, mas a topografia colocou barreiras contra uma integração econômica e política efetiva, as quais as ferrovias apenas parcialmente têm superado. Mesmo depois de os recursos naturais estarem muito mais desenvolvidos do que no presente, o centro da força econômica e militar continuará no alto platô central ao sul. Essa região, que contém a capital e 40% da população, obtém acesso ao mundo exterior através de Tampico, de Vera Cruz e do golfo do México sob controle americano.

O México e os outros Estados continentais têm uma grande porcentagem de população indígena e são, em geral, subpovoados, enquanto o anel insular, com uma grande porcentagem de população negra, é uma área de alta densidade populacional, particularmente nas Pequenas Antilhas. À primeira vista, os descendentes dos escravos da *plantation* parecem viver em um paraíso tropical. A linha pontilhada de verdes ilhas vulcânicas se espria em uma infinita variedade de formas e contornos pelo mar azul. Praias cheias de palmeiras bordeiam encostas suaves ricas em lavouras, e íngremes cones simétricos se estendem até as nuvens brancas. Charmosas estradas rurais, cheias da cor de flores de muitos tons, vagueiam de vila a vila, ao longo de *plantations* de açúcar, árvores de banana e de frutas críticas. Mas a pobreza está próxima do pântano florido, e a doença flagela as encostas montanhosas. A febre amarela está sob controle, mas a ancilostomose e a malária ajudam o sol tropical a drenar a energia de uma população sem vitaminas.

Os países desse mundo mediterrâneo são similares em origem geológica, características geográficas, fauna nativa e agricultura. Eles localizam-se nos trópicos setentrionais, na direção dos ventos alísios do nordeste, demonstrando, em várias latitudes, zonas climáticas paralelas. A área é importante não só como exportador de produtos tropicais, mas também em razão da grande riqueza mineral.

Sua importância econômica reside no fato de que a região provê os Estados Unidos com uma zona tropical de matérias-primas praticamente em seu quintal, que, exceto por uma inadequada e mal-distribuída oferta de mão de obra, pode produzir muitos dos artigos atualmente importados dos trópicos asiático e africano. Seus principais produtos agrícolas, com exceção do açúcar, não competem com os produtos agrícolas do Meio-Oeste, e seus minérios provêm matérias-primas essenciais para nosso leste industrial.

O significado estratégico do Mediterrâneo Americano deriva não apenas do de ele se situar entre as Américas do Norte e do Sul, mas também do fato de estar entre o Atlântico e o Pacífico, significado aprimorado, mas não criado, pela construção do canal do Panamá, conforme testemunhado pelas relações entre o Panamá e as Filipinas à época da colonização espanhola. Esse corredor, completado em 1914, confere aos Estados Unidos o pleno benefício de sua localização geográfica bioceânica. O canal, ainda que fora de suas fronteiras, é, não obstante, importante conexão em nossa navegação marítima e diminuiu a distância de navegação entre portos no Atlântico e no Pacífico em quase 8 mil milhas. Ainda mais importante é o fato de encurtar a rota dos Estados do Pacífico à Europa e dos Estados do Atlântico à Ásia, onde seus respectivos produtos são demandados.

### **O continente sul-americano**

Os dois Estados ao longo da costa setentrional da América do Sul, a Colômbia e a Venezuela, foram incluídos como parte da área do Mediterrâneo Americano. De um ponto de vista estritamente geográfico, eles são, obviamente, parte do continente meridional, mas, de um ponto de vista geopolítico, pertencem ao mundo intermediário entre os continentes do norte e do sul. Fatores geográficos são responsáveis pelo fato de esses dois países manterem contato mais íntimo com a costa oposta do mar central, com a América do Norte, do que com o resto da América do Sul. Uma situação similar é observável em relação a outros mares mediterrâneos. O norte da África tem sido mais intimamente relacionado à Europa do que ao cinturão equatorial além do Saara, e a Austrália setentrional é mais próxima de Singapura do que de Melbourne, que fica do outro lado do vasto deserto australiano.

A barreira entre a América do Norte e a América do Sul não é o Mar do Caribe, mas a natureza do território ao longo da Linha do Equador. A cadeia de montanhas que se curva rumo ao

leste a partir dos Andes separa a bacia Amazônica dos vales do Magdalena e do Orinoco e das fronteiras meridionais das Guianas. Além disso, encontra-se a enorme e impenetrável floresta equatorial do vale Amazônico. O rio e seus afluentes oferecem excelente sistema de comunicações de oeste a leste, mas não de transportes e movimentação do norte para o sul. As Américas do Norte e do Sul não apenas são dois continentes separados, ao invés de um único, como se costuma sugerir erroneamente, mas o próprio continente sul-americano não funciona como uma única massa continental em termos de comunicação terrestre.

A América do Sul além da Linha do Equador só pode ser alcançada pelo mar. Isso não se aplica somente aos Estados Unidos, mas também às Repúblicas da Colômbia e da Venezuela, que carecem de adequada comunicação terrestre com seus vizinhos ao sul. A área principal do continente setentrional continuará a funcionar, no âmbito da política externa americana, não em termos de um vizinho continental, mas em termos de território além-mar. É verdade que a abordagem original dos espanhóis foi terrestre, por uma estrada que começava em Cartagena e seguia o altiplano andino, e que se planeja uma Rodovia Pan-Americana que siga a mesma rota geral, mas, em condições modernas, essa abordagem terrestre não pode competir em absoluto com rotas marítimas, tanto em relevância comercial quanto estratégica.

As outras características geográficas que determinam as relações entre as Américas do Norte e do Sul são a posição da grande cadeia de montanhas e a projeção para o leste da metade meridional do continente. O meridiano de Nova Iorque é também o meridiano de Valparaíso e corta o continente meridional muito a oeste de seu centro. A massa terrestre austral não somente tem um eixo principal, os Andes, que corre do norte ao sul, mas também um eixo secundário formado pelas serras brasileiras. A direção desse maciço é sudoeste-nordeste, o que torna o continente largo



ao Norte, isso é, nos trópicos, e estreito ao sul, na zona temperada. Ademais, sua massa projeta-se muito no Atlântico, rumo à África Ocidental, com o resultado de que todos os pontos abaixo de Pernambuco estão levemente mais próximos de Lisboa do que de Nova Iorque.

As Montanhas Rochosas, as serras e os Andes fazem de todo o hemisfério uma área primariamente de drenagem Atlântica, com os principais centros de poderio econômico, militar e político na costa leste. Isso significa que as relações mais importantes entre a América do Norte e a América do Sul estão dentro dos limites do mesmo oceano, o Atlântico. A construção do canal do Panamá não as afetou. Ela adicionou importância ao litoral do Mediterrâneo Americano, incluindo Colômbia e Venezuela, e trouxe a costa ocidental da América do Sul para mais perto dos Estados Unidos do que de qualquer outra potência, mas não diminuiu a rota de Nova Iorque a Buenos Aires, nem a distância de nenhum dos dois lugares à Europa.

### **1. A costa ocidental da América do Sul**

Desde a construção do canal do Panamá, os centros econômicos dos Estados Unidos foram trazidos para um contato mais próximo da costa ocidental da América do Sul, que, por um longo período, foi uma das mais isoladas regiões do mundo. Não havia, até o século XIX, com o desenvolvimento das reservas de guano e de nitrato, contato regular com a Europa via Estreito de Magalhães. O canal trouxe uma vantagem competitiva para os Estados Unidos, que é expresso em cifras de comércio, mas permanece o fato de que as possibilidades econômicas e políticas da região são severamente restringidas por fatores geográficos.

A costa ocidental é a terra dos Andes, a região montanhosa mais alta do mundo com exceção do Tibete. Ela varia em largura de cem a 400 milhas e é feita de cadeias paralelas que chegam a 7.600

metros e com poucas passagens com menos de 4.500 metros, exceto ao sul. Elevando-se abruptamente a partir do litoral, a massiva montanha cheia de reentrâncias chega ao seu cume, na maioria dos locais a, no máximo, cem milhas do mar. Os vales costeiros são extremamente estreitos, exceto em uma pequena área no Equador, norte do Peru e Chile, onde o vale Central é tanto o coração do país como o centro de sua agricultura. Os poucos rios que existem não servem a propósitos de navegação e, com poucas exceções no extremo sul, são inadequados mesmo para o desenvolvimento de energia hidroelétrica.

A natureza do território montanhoso é responsável pela baixa porcentagem de terras agricultáveis em proporção à superfície total e cria tantos obstáculos à construção de meios de comunicação efetivos que altas taxas de frete devem permanecer como influência retardadora sobre todo o desenvolvimento econômico, seja na agricultura, na mineração ou na indústria. A dificuldade é acentuada pelo fato de, em quase toda a extensão litorânea, inexistirem bons portos. É verdade que a aviação tem sido de grande assistência para a região, mas há limites à sua utilidade. A exploração foi facilitada, novas regiões tornaram-se acessíveis, as comunicações aceleraram-se entre cidades, e as capitais ficaram a poucos dias de viagem dos Estados Unidos, mas a aviação não tem sido capaz, até o momento, de resolver o problema básico dos transportes, que é o de carga a granel a baixo custo.

Nesse enorme cinturão montanhoso de cerca de 5 mil milhas de extensão, há pouca terra adequada para a colonização. A agricultura restringe-se aos vales costeiros e às depressões e altiplanos entre as montanhas, e o clima reduz até mesmo essa área relativamente pequena. Os ventos oeste predominantes trazem pesadas chuvas ao sul do Chile, e o Equador situa-se no cinturão de chuvas tropicais; muitas partes do Peru, do Chile e da Bolívia são áridas ou mesmo desertos. Os vales costeiros do norte do Chile e

sul do Peru são, portanto, totalmente dependentes de irrigação para o cultivo de suas culturas de açúcar e algodão, e o desenvolvimento da irrigação é possível apenas dentro de limites restritos. Mesmo no clima temperado do vale central chileno, entre a cadeia costeira e a alta cordilheira, a pluviometria normal deve ser suplementada pela irrigação, uma vez que as chuvas caem sobretudo durante o inverno.

Exceto pelo centro e pelo sul do Chile, todo o oeste da América do Sul fica na região dos trópicos. Apenas no alto das montanhas, o clima é adequado para a colonização permanente por homens brancos, e apenas como empregadores de mão de obra nativa. Nos altiplanos do Equador, do Peru e da Bolívia, apenas os indígenas são suficientemente adaptados à atmosfera rarefeita para a execução do trabalho manual. A única região com os elementos necessários para uma economia agrária baseada no trabalho de brancos é o Chile, e nenhuma outra seção promete maior desenvolvimento agrícola. Extensas partes do Chile têm um clima temperado, mediterrâneo, e há uma área de terras adequadas para plantações e pastagens de cerca de 5 milhões de hectares, dos quais aproximadamente 800 mil são utilizados hoje. Com o maior desenvolvimento da irrigação, o país deve ser capaz de sustentar uma população ao menos tão grande quanto a italiana.

Exceto no sul do Chile, a costa oeste é pobre em florestas e pastagens e nunca rivalizará com a Argentina na pecuária. Ovelhas produzindo quantidade razoável de lã são pastoreadas nas terras altas do Peru e do Chile, e há desenvolvimento considerável da ovinocultura no sul do Chile. Nos altos vales do Peru e da Bolívia, criam-se lhamas, o animal de carga das elevadas altitudes, e as aparentadas alpaca e vicunha, esta conhecida por seu pelo sedoso, aquela, por sua lã longa e pesada. O Chile tem fazendas de gado, mas nada que se compare à imensa área de pastagens que é a base das exportações argentinas de carne.

Se a maior parte do solo da costa ocidental é improdutivo, o subsolo compensa, em parte, por sua extraordinária riqueza. Apenas o Equador não é importante como produtor mineral. Para as outras Repúblicas, minérios representam as exportações mais importantes e a maior fonte de divisas estrangeiras. Cobre, com ouro e prata como subprodutos, vanádio, estanho, tungstênio, chumbo, bórax, bismuto e nitratos fluem daqui para os centros industriais do mundo. As grandes desvantagens que afetam a operação da indústria de mineração são os altos custos de transporte e a falta de combustíveis. O Peru produz petróleo no Norte, perto da fronteira com o Equador, e também carvão, de baixa qualidade de coque. Peru e Chile criaram uma indústria de bens de consumo com ajuda do governo e proteção tarifária, mas tudo conspira para que seja adiada, até um futuro indefinido, o tipo de industrialização necessário para se ter grande poderio militar.

Distância e isolamento, topografia e clima, tudo isso contribuiu para desencorajar a imigração europeia, com o resultado de um crescimento populacional muito menor do que o da costa leste. O Equador tem uma população de 2,5 milhões, e a Bolívia, com 500 mil milhas quadradas de território, tem apenas cerca de 3 milhões. O país perdeu o acesso à costa na Guerra do Pacífico (1879-1884), e, embora a maioria de seus produtos ainda fluam através dos Andes para o oceano ocidental, a Bolívia está, cada vez mais, orientando-se na direção do Atlântico. O Peru e o Chile têm, respectivamente, 6 e 4 milhões de pessoas, a maioria das quais continuam empregadas na agricultura, não obstante a importância nacional da mineração e o crescimento da pequena indústria.

## **2. A costa oriental da América do Sul**

A construção do canal não poderia, é claro, alterar a localização da área de drenagem do Atlântico, que é a maior parte do continente sul-americano. Abaixo da Venezuela, ao longo da costa leste, estão as Guianas, vestígios da época colonial, possessões

das potências europeias, Grã-Bretanha, Países Baixos e França. As colônias da Guiana foram uma decepção para seus proprietários. As planícies costeiras não são adequadas para colônias brancas, e o trabalho manual depende de asiáticos importados ou de uma população negra devastada por doenças tropicais. As colônias exportam principalmente açúcar, cacau e café e contêm valiosos recursos da floresta tropical no interior, mas estes não serão explorados até que o custo de transporte para a costa possa ser consideravelmente abaixado. Das colônias neerlandesa e britânica provêm um pouco de ouro, uma pequena quantidade de diamantes e a importante bauxita, o minério a partir do qual se produz o alumínio, que vai principalmente para os Estados Unidos.

Além dessas colônias europeias, fica o Estado do Brasil, com 44 milhões de pessoas e a maior área entre os países do Hemisfério Ocidental, na maior parte uma região selvagem e inexplorada. Ela consiste na bacia Amazônica ao norte, na área de drenagem do Paraná no interior do Sul e nas terras altas do leste. A área de drenagem da Amazônia é a maior zona de floresta tropical do mundo. Ela tem um índice pluviométrico de 1.700 a 2.500 milímetros e uma vegetação densa e luxuriante, que permanentemente ameaça engolir as plantações. Como todas as florestas tropicais, a região tem valor econômico limitado. A limpeza da área é muito cara, os solos estão sujeitos a lixiviação excessiva e em pouco tempo ficam deficientes em nutrientes e a área carece de um suprimento adequado de mão de obra para empreender uma *plantation* em larga escala.

O futuro do Brasil não está na bacia Amazônica nem nos estados do interior de Goiás e Mato Grosso, mas no planalto oriental, próximo ao Trópico de Capricórnio, muito além do saliente nordestino de Pernambuco e a 5.500 milhas de Nova Iorque. O verdadeiro coração do país é a seção central, com o estado cafeicultor de São Paulo e o estado minerador de Minas Gerais.

Elevações de até 1.200 metros reduzem o calor e permitem uma economia baseada na mão de obra branca, e os vales e morros são suficientemente brandos para permitir o cultivo sem ruínosa erosão do solo. Esses dois estados, juntamente com os pequenos estados costeiros do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, representam 12% da área do Brasil, mas contêm 40% da população e o centro de sua vida econômica, e incluem as duas grandes cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O tamanho e a distribuição enormes ao longo de amplas latitudes conferem ao Brasil diferentes economias regionais e uma grande variedade de produtos. O norte é tropical e exporta açúcar, cacau e produtos florestais; o sul fica na zona temperada e cria ovelhas, gado, porcos e trigo; enquanto a seção central das terras altas produz algodão e café. Os recursos potenciais são apenas parcialmente desenvolvidos, e ainda há espaço para um crescimento considerável, mesmo levando-se em consideração as limitações geográficas do interior. Menos de 5% da área total está atualmente sob cultivo, e a melhoria do transporte deve abrir grandes áreas para a expansão para o oeste.

Os recursos agrícolas do Brasil por si só são maiores do que aqueles de toda a costa oeste, mas é bastante provável que as terras altas do leste sejam menos generosamente dotadas de minerais do que os Andes. No entanto, nunca houve um levantamento geológico sistemático do país, e tanto o Brasil quanto o mundo exterior ainda podem ficar gratamente surpresos com a descoberta de novos recursos. No estado de Minas Gerais, encontra-se a maior massa de minério de ferro de alta qualidade do mundo, estimada em doze bilhões de toneladas. O carvão brasileiro é escasso e de baixa qualidade de coque, mas um novo processo foi projetado para sua utilização na fabricação de ferro-gusa, e, com o auxílio técnico da indústria siderúrgica dos Estados Unidos e a ajuda financeira do governo americano, o país começou a construção de uma indústria

---

de aço e ferro projetada para uma produção de meio milhão de toneladas de ferro-gusa por ano. Isso complementar­á a fabricação de bens de consumo, que florescem sob proteção tarifária e constituem outra etapa do programa de industrialização projetado para reduzir a dependência de sua economia extrativa dos mercados externos.

O Brasil praticamente não conta com boas estradas fora do entorno imediato das grandes cidades, e, com exceção de linhas curtas no nordeste, as ferrovias estão todas concentradas nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Há uma linha que cruza o país e que conecta São Paulo com Corumbá, no rio Paraguai, e com a seção sudeste da Bolívia; e uma curta linha ao redor das corredeiras do Rio Madeira, que fornece uma saída para a bacia Amazônica para a seção nordeste da Bolívia. A outra linha internacional é a estrada de São Paulo através dos estados do Sul, conectando-se com a rede ferroviária uruguaia e Montevideú.

Por meio dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, movem-se as safras de algodão e café, que representam mais de 50% das exportações do país. O Rio, uma cidade branca contra colinas azuis, que encontra o oceano através das praias de meia-lua prateadas, é o coração político e econômico de um império e o centro de sua vida cultural. Por meio de um governo federal, sua autoridade se estende aos pântanos e morros do Mato Grosso e afluentes do Alto Amazonas, perto da fronteira com a Colômbia, mas a autoridade é um símbolo, não um fato. Demorará muito, mesmo com o auxílio de técnicas modernas de transporte e comunicação, antes de os 3 milhões de milhas quadradas de território do “Colosso do Sul” tornarem-se totalmente integrados em uma unidade econômica e política efetiva.

A oeste e a sudoeste do planalto Brasileiro, encontra-se a grande área de drenagem do sistema do rio da Prata. É menor que a bacia amazônica, mas maior do que o vale do Mississippi e

contém uma população de 20 milhões. Na foz do rio, na posição de Nova Orleans, fica Buenos Aires. Essa bacia de drenagem se estende desde os trópicos ao norte até a zona temperada na foz do rio e inclui a parte oriental da Bolívia, uma grande parte do Paraguai e a seção de Mato Grosso do Brasil.

O Paraguai é o estado mais setentrional situado inteiramente na bacia do Prata. Ele tem uma população de um milhão, em sua maioria índios guaranis, baixo nível econômico e cultural e tradição de ditadura. A oeste do rio Paraguai, fica o *Gran Chaco*, que se estende até a Argentina e a Bolívia. O Paraguai é um produtor de quebracho, o valioso produto de curtimento, e suas savanas abertas são bem adequadas para a pecuária bovina. Entretanto, grandes partes do país são inúteis para o homem. Elas não são adequadamente drenadas e transformam-se em pântanos durante as inundações de verão, ao passo que a ausência de nascentes e a escassez de água as tornam inabitáveis no inverno. Só depois de vultuosos dispêndios de capital para drenagem e abastecimento de água, poderia essa área converter-se em uma região agrícola, desenvolvimento que dificilmente virá enquanto houver uma abundância de terras melhores disponíveis em outras partes da bacia de drenagem. A menor unidade política da região do Prata é o Estado do Uruguai, com uma população de 2 milhões e 72 mil milhas quadradas de área. Sua economia é predominantemente pastoril, e o país exporta gado e ovelhas. A agricultura desenvolve-se muito lentamente. Há uma rede ferroviária adequada servindo Montevideu, a capital e principal porto, e o padrão de vida da população é um dos mais altos da América do Sul.

O restante da bacia de drenagem do Prata é ocupado pelo segundo maior Estado do continente meridional, a Argentina. Ela é favorecida pela topografia e pelo clima e é, potencialmente, uma das maiores regiões produtoras de alimentos do mundo. Sua população atual de 13 milhões é apenas uma pequena fração da quantidade que



seu território poderia sustentar, a taxa de crescimento populacional é alta, e, se a imigração vier a ser retomada, ela deverá tornar-se novamente um dos países de crescimento mais rápido do mundo.

A região tropical do norte da Argentina tem produtos semelhantes aos do Paraguai. Ao sul, encontra-se uma região de 165 mil milhas quadradas adequada para o cultivo de algodão, em área tão grande quanto a Geórgia, o Alabama e a Carolina do Norte. O solo é rico, a terra é barata, a mão de obra custa pouco, e a produtividade é duas vezes maior que a das terras de algodão dos Estados Unidos. Mais ao sul, fica a região do gado e do trigo dos Pampas, e além, a terra das ovelhas da Patagônia. Os pampas são uma área ideal para pastagem com gramíneas nativas de grande valor nutritivo e excelente terreno para alfafa. Grande parte das terras de pastagens também é adequada para as safras e traria retorno maior por hectare se estivesse sendo cultivada. Atualmente, os produtos mais importantes são o trigo, a alfafa e o linho. A área total em cultivo provavelmente não é mais de 14 milhões de hectares, ou cerca de 25% das terras agricultáveis, e as possibilidades de aumento da produção não residem apenas em terras não utilizadas, mas também em um aumento do rendimento que está, atualmente, muito abaixo daquele dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

A Argentina, com os mais ricos recursos agrícolas do continente, é a mais desfavorecida em termos de recursos minerais. Seu território não contém ferro nem carvão, mas há reservas consideráveis de petróleo no noroeste e na Patagônia e razoáveis fontes de energia hídrica, embora não nas regiões onde seriam mais úteis. Quantidades pouco significativas de ouro, prata, cobre, chumbo, tungstênio e zinco são mineradas, e não há empreendimentos mineradores em larga escala à vista. Há a probabilidade de que as encostas orientais dos Andes contenham ainda depósitos não explorados, mas o problema do transporte deverá retardar empreendimentos aqui como o faz a oeste.

Como todas as Repúblicas sul-americanas, a Argentina está tentando alcançar certa diversificação em sua estrutura econômica e criar, com proteção tarifária elevada, ao menos uma indústria leve para complementar sua economia extrativista agrária. O país está, no entanto, mal equipado para a industrialização, e sua principal função na economia mundial deverá permanecer a de um exportador de produtos agrícolas, presumivelmente para a Europa e em competição direta com muitos dos produtos dos Estados Unidos.

O baixo nível de industrialização não impede que os argentinos acalentem ambições imperiais. A população da Argentina é predominantemente branca, mais branca do que a dos Estados Unidos, e baseada principalmente na imigração espanhola e italiana. Ela vive em clima temperado e, como a população do Chile, exibe energia, impulso e iniciativa. A origem imigrante de muitas pessoas não impede um patriotismo fervoroso, e o fato de a população ser menos de um terço do tamanho daquela do Brasil não induz qualquer falsa modéstia para com o vizinho do norte. Na cidade dos “bons ares”, vive uma raça de homens fortes. Em sua cidade cosmopolita, onde a exuberância latina dos edifícios públicos encontra a austeridade funcional de armazéns e fábricas, eles têm sonhos graciosos de um império econômico. Em certos círculos, toda a drenagem da bacia do Prata, incluindo as zonas tributárias no Uruguai, Brasil, Paraguai e Bolívia, é uma área para a qual o “destino manifesto” chama. Os argentinos têm certeza de que seu Estado será a mais importante unidade política do continente austral e um igual, em todos os sentidos, aos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental.

### **A posição de poder dos Estados Unidos**

A história tratou-nos com gentileza, a geografia abençoou-nos em grande medida, as oportunidades foram bem utilizadas, e o resultado é que nosso país é, atualmente, a unidade política mais

---

importante do Novo Mundo. Fatores geográficos e estratégicos, matérias-primas, densidade populacional, estrutura econômica e avanço tecnológico, todos contribuíram para conferir aos Estados Unidos a posição hegemônica em relação a grande parte do Hemisfério Ocidental.

### **1. Na América do Norte**

Os Estados Unidos são abençoados pela feliz circunstância de ser uma grande potência em meio a dois países fracos. O país não precisa temer nenhum ataque direto em seus limites terrestres, e seu problema de segurança não é de defesa fronteiriça. O equipamento militar do Canadá é modesto, e seu poder naval, reduzido. Nos aspectos técnicos militares e de posição estratégica, não há comparação entre os dois países. A vantagem dos Estados Unidos é esmagadora. Geologia, topografia e clima dão a este todo o continente para seu aproveitamento, enquanto os mesmos fatores restringem fortemente o que o Canadá pode usar de seu próprio domínio. Os Estados Unidos se destacam em demografia e recursos, têm mais aeronaves militares, maiores exército e marinha e podem prejudicar gravemente as comunicações internas e externas de seus vizinhos. Em localização estratégica, como em todos os outros fatores bélicos, os Estados Unidos dominam o Canadá.

O problema de defesa da fronteira sul assemelha-se, em alguns aspectos, àquele da fronteira norte. As mesmas disparidades que dão aos Estados Unidos predominância sobre o Canadá também os favorecem contra o México. A população mexicana total é apenas cerca de um oitavo da americana, e os recursos naturais e a capacidade industrial são ainda mais escassos. Não há marinha, possuem um exército de aproximadamente 50 mil homens e uma pequena força aérea, mas nenhum deles está bem equipado, e o país não teve nenhuma experiência com guerra moderna.

É, portanto, perfeitamente óbvio que os vizinhos terrestres dos Estados Unidos não podem ameaçar suas fronteiras.

A localização regional confere ao nosso país uma posição de segurança territorial ímpar. O Canadá e o México não podem nos ameaçar no momento e são impedidos pela geografia e pela falta de recursos de tornarem-se fortes potências militares. Eles afetam o problema de defesa dos Estados Unidos não como fonte primária de perigo, mas como possíveis bases de avanço para inimigos do além-mar.

## **2. No Mediterrâneo Americano**

O Mediterrâneo Americano é, hoje, uma zona em que os Estados Unidos detêm uma posição de supremacia naval e aérea inquestionáveis. Esse corpo d'água é, agora, para todos os efeitos, um mar fechado do qual os Estados Unidos detêm as chaves, uma situação estratégica semelhante somente à da Grã-Bretanha no oceano Índico e do Japão nos mares marginais ao largo da costa nordeste da Ásia. Nenhuma ameaça séria contra a posição dos Estados Unidos pode surgir na própria região. As ilhas são de tamanho limitado, e a topografia da América Central, como aquela da península Balcânica, no Mediterrâneo europeu, favorece pequenas unidades políticas. Mesmo os países de grande porte, como México, Colômbia e Venezuela, são impedidos pela topografia, pelo clima e pela ausência de matérias-primas estratégicas de tornarem-se grandes potências navais. A supremacia dos Estados Unidos nessa área pode, portanto, ser desafiada apenas por forças de fora, seja na América do Sul, na Europa ou na Ásia.

O comércio internacional da região está à mercê dos Estados Unidos, e os Estados costeiros podem ser bloqueados e ter cortado seu acesso ao mercado mundial com grande facilidade. Para o México, a Colômbia e a Venezuela, isso significa uma posição de dependência absoluta dos Estados Unidos, da liberdade apenas nominal, e, portanto, uma situação da qual os orgulhosos cidadãos dessas repúblicas devem se ressentir tão profundamente quanto os italianos se ressentiram de sua posição em um Mediterrâneo

fechado. Apenas uma diplomacia muito habilidosa e muita luva de pelica serão capazes de tornar a realidade da relação de poder tolerável para nossos bons vizinhos.

### 3. Na América do Sul

Não é provável que a costa ocidental da América do Sul se torne algum dia a sede de grande poder naval, embora a marinha chilena fosse forte o suficiente, à época da Guerra do Pacífico, para desencorajar que os Estados Unidos garantissem, por meio da força, suas demandas por uma revisão dos termos de paz. As unidades políticas são pequenas em população, atrasadas industrialmente e carecem das fábricas para construção de armamento moderno. Desde a construção do canal do Panamá, o poder naval relativo na região é expresso menos em termos das pequenas marinhas locais do que em termos da distância em relação às bases das maiores potências navais. Isso significa uma posição de relativa vantagem para os Estados Unidos. Operando a partir da Zona do Canal, o país pode exercer pressão naval descendo bastante a costa, até além da fronteira sul do Peru, e apenas o centro econômico e político do Chile desfruta da proteção que a distância e uma pequena força aérea provêm contra um bloqueio efetivo.

Na área de drenagem atlântica da América do Sul, além da zona tampão do Mediterrâneo Americano e acessíveis apenas por mar, encontram-se os dois Estados mais poderosos do continente meridional. A análise geográfica, no entanto, dissipa a ilusão de um potencial econômico para a guerra. O Brasil é maior que os Estados Unidos, mas grande parte de seu território consiste em uma zona de floresta tropical, e a zona muito mais estreita na qual se concentra sua vida econômica carece dos recursos energéticos e da produtividade econômica necessários para sustentar poder militar. A Argentina, com maiores possibilidades como Estado agrário, dada sua localização na zona temperada, é muito menor que os Estados Unidos e carece de matérias-primas básicas para a

indústria pesada de base, sem a qual o poder bélico é irreal. Mesmo combinados, esses dois Estados não podem oferecer ameaça séria, e a aliança é altamente improvável à luz do conflito inerente que decorre de sua localização geográfica.

A força relativa dá aos Estados Unidos enorme vantagem, mas a distância relativa dá aos Estados do sul considerável proteção. É verdade que nossa marinha, operando a partir de bases no Mediterrâneo Americano, pode bloquear a saída da bacia Amazônica e os portos do norte do Brasil, mas o verdadeiro centro político e econômico desse país está além do saliente do nordeste brasileiro e fora do raio de simples operações navais. Buenos Aires e a região do Prata são ainda mais distantes de Washington, aproximadamente 7 mil milhas, ou o dobro da distância à Europa. Se os Estados Unidos estivessem dispostos a ir à guerra e utilizar todo o seu poder, o país poderia, certamente, derrotar o Brasil e a Argentina com relativa facilidade se os adversários sul-americanos não encontrassem aliados entre as potências navais da Europa. Mas o fato permanece de que a zona temperada do continente ao sul fica muito longe do centro de nosso poder para serem facilmente intimidados por medidas que não a guerra. O resultado é que as nações do extremo sul desfrutam de uma sensação de relativa independência dos Estados Unidos, de que as unidades políticas menores do Mediterrâneo Americano nunca poderão desfrutar. Os Estados do ABC<sup>256</sup> representam uma região do hemisfério onde nossa hegemonia, se desafiada, somente pode ser reafirmada ao custo da guerra.

### **O equilíbrio de poder no Hemisfério Ocidental**

Os Estados Unidos são, hoje, a maior potência do Novo Mundo. Como seu poder tem sido usado? Comparado à prática geral na Europa e na Ásia, tem sido exercido com bastante moderação e

---

256 N. T.: Argentina, Brasil e Chile.

prudência. O Tio Sam respeita fronteiras há quase meio século. Ele tem sido um credor bastante leniente nas últimas duas décadas e permitiu a seus amigos do sul boa dose de liberdade no tratamento de suas propriedades. Em sua Política de Boa Vizinhança, promulgou norma de abnegação raramente registrada nos anais da diplomacia. A doutrina da não intervenção é uma declaração que a supremacia de poder que a hegemonia proporciona não deve ser utilizada como instrumento de política nacional. É um convite para que os Estados da América Latina parem de se preocupar com nossa força e comecem a regozijar-se com nossas boas intenções.

Se há satisfação considerável, nos Estados Unidos, em relação à prudência com a qual usamos nosso poder, não existe tal entusiasmo na América Latina sobre as virtudes de nossa política externa. Durante os 25 anos de 1905 a 1930, Washington aceitou uma interpretação da Doutrina Monroe que nos permitiu tomar liberdades extraordinárias em nossas relações com os Estados deste hemisfério. Essa interpretação ficou conhecida como “Corolário de Roosevelt”. A Doutrina Monroe, reiterada em várias ocasiões desde a sua primeira formulação, em 1823, expressou nossa determinação em proteger a integridade territorial e a independência política dos Estados do Novo Mundo. Para Theodore Roosevelt, isso significava que, às potências europeias, era negado o direito de intervenção e do uso da força para a proteção de seus direitos sob a égide do direito internacional. Parecia para ele perfeitamente óbvio que, nessas circunstâncias, temos de nos tornar responsáveis pelos abusos que podem ensejar intervenções europeias. Esses problemas surgiram particularmente na área mediterrânea americana, na qual os Estados estavam ansiosos por capital estrangeiro, mas não para se conformarem com as superstições capitalistas sobre juros e amortização. Os Estados Unidos deveriam, portanto, cumprir o dever de policial e forçar os Estados a cumprir suas obrigações internacionais. Sob essa doutrina, desembarcamos fuzileiros navais, supervisionamos eleições, controlamos receitas alfandegárias,

administramos bancos centrais e estabelecemos semiprotetorados em vários dos Estados do Caribe.

Essa política hoje foi repudiada. O presidente Wilson foi o primeiro a prometer mudança, mas ele próprio fora forçado a intervir no México e no Haiti, apesar de suas boas intenções. Mudanças reais começaram a ocorrer na administração Hoover. Elas foram facilitadas pelo fato de a depressão ocasionar moratórias mesmo por parte das nações capitalistas mais respeitadas. Em 1930, o Departamento de Estado, em Washington, publicou o *Memorando Clark*, pelo qual afirmou que o Corolário Roosevelt não era parte da Doutrina Monroe. A nova política iniciada pela administração Hoover foi continuada e aprofundada por Franklin D. Roosevelt, que denominou nossa nova perspectiva “Política de Boa Vizinhança”. Nós já retiramos nossos fuzileiros navais, renunciámos a direitos exercidos em Cuba sob a Emenda Platt, a privilégios especiais no Panamá e no Haiti e nos declaramos aderentes ferrenhos da doutrina de não intervenção.

Nossos vizinhos latino-americanos nos ouviram proclamar o novo credo, mas também aprenderam sobre nosso novo interesse em bases navais e aéreas que levariam fuzileiros navais e soldados dos Estados Unidos para seus territórios como visitantes permanentes. Sua memória de nossa Diplomacia do Dólar ainda não foi apagada por nossa política atual de moderação. Nosso nobre intento é considerado com grande cautela. A maior parte de nossa expansão ocorreu às custas da parte latina da América: Louisiana, Flórida, Texas, Califórnia, Porto Rico e Panamá. Nosso denominado imperialismo indolor somente pareceu indolor para nós. As Repúblicas centro-americanas, que hospedaram nossos fuzileiros navais, diretores de alfândega e supervisores bancários, consideraram as lições de contabilidade moderna apoiadas por baionetas realmente dolorosas. Pareceu, à época, que o nosso respeito pelas fronteiras e pela integridade territorial era meramente



o resultado de nossa preferência por alfândegas e bancos centrais. Agora, somos pecadores arrependidos e prometemos ser bons. Nossos amigos latino-americanos ouviram nossas manifestações de boas intenções e estão observando com grande interesse para ver se a reforma perdurará.

Para nossos vizinhos abaixo do rio Grande, continuamos sendo o “Colosso do Norte”, o que, em um mundo de política de poder, pode significar apenas uma coisa: perigo. Boa vontade é bom, mas equilíbrio de poder equivale a maior segurança. Isso significa que aqueles países fora da zona de nossa predominância imediata, os maiores Estados da América do Sul, devem tentar contrabalançar nossa força por meio de ações conjuntas e por meio do uso de contrapesos externos ao hemisfério. Eles se regozijam na competição por seus favores entre o Tio Sam e os Estados europeus e tentam jogar um contra o outro. A Europa parece longínqua, muito mais do que Washington. Não é, para eles, nem um perigo nem uma abominação, mas um contrapeso com o qual equilibrar o “Colosso do Norte”.



## Da Doutrina Monroe à defesa hemisférica<sup>257</sup>

Nicholas J. Spykman

*By a steady adherence to the Union, we may hope, ere long, to become the arbiter of Europe in America, and to be able to incline the balance of European competitions in this part of the world as our interest may dictate.*

Alexander Hamilton

As páginas anteriores<sup>258</sup> fornecem breve esboço da geografia das Américas – e dos fatores que afetam suas relações de poder. Os Estados Unidos são politicamente supremos neste hemisfério. Representam, em termos de população, recursos naturais e desenvolvimento industrial e o mais importante potencial bélico do continente e estão em posição para tornar suas forças navais e aéreas eficazes em grande parte do mundo ocidental. Isso

---

257 SPYKMAN, Nicholas. The US in the Western Hemisphere. In: \_\_\_\_\_. *America's Strategy in World Politics*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1942, p. 41-64.

258 N. T.: Referência ao capítulo Os Estados Unidos no Hemisfério Ocidental da obra *America's Strategy in World Politics*, reproduzido acima.

significa capacidade de exercer pressão militar e, portanto, pressão política. Pode ser aplicada com facilidade na América do Norte e no Mediterrâneo Americano, e com dificuldade no outro extremo da América do Sul, mas as relações de poder entre os Estados Unidos e os Estados do ABC<sup>259</sup> são tais que nossa força militar seria decisiva se alguma vez fosse usada com seriedade.

Como essa posição foi alcançada? Por que treze colônias na costa atlântica se tornaram um grande Estado independente de dimensões continentais? Como um pequeno grupo de ineficazes canhoneiras costeiras se transformam em uma das grandes frotas guerra do mundo? Foi somente a grande habilidade dos eminentes estadistas que nos guiou e nos permitiu seguir o caminho do destino manifesto, aparentemente sem encontrar obstáculo ou resistência? Ninguém desafiou nossa força crescente? Nenhum outro Estado estava interessado em preservar o equilíbrio de poder contra nós? De fato, eles estavam! Tivemos a chance de crescer relativamente sem interferências, mas não em isolamento em relação ao resto do mundo. Os Estados europeus estavam muito preocupados com nossa crescente força, mas estavam, por necessidade, mais preocupados com o equilíbrio de poder na Europa e com sua própria segurança territorial do que com as relações de poder nas Américas.

A história do Hemisfério Ocidental não nega, mas confirma, o funcionamento da diplomacia do poder. As Américas eram, originalmente, domínios coloniais britânicos, espanhóis, franceses, e, como tal, seus habitantes tiveram de sofrer as vicissitudes da política de poder da Europa. Eles obtiveram e preservaram a independência tanto na América do Norte quanto na do Sul porque nunca houve uma Europa unida para contradizê-los e porque nenhum Estado europeu jamais obteve liberdade de ação suficiente para lançar todo o seu peso militar em uma luta neste

---

259 N. E.: Argentina, Brasil e Chile.

hemisfério. Foi uma Europa equilibrada que forneceu às Américas as oportunidades para um desenvolvimento político próprio, e, com a Europa neutralizada, fatores geográficos inerentes e potencial econômico inevitavelmente trouxeram a supremacia no Novo Mundo para os Estados Unidos.

### **Independência do Novo Mundo**

A Guerra de Independência Norte-Americana foi travada até uma conclusão bem-sucedida, ao menos em parte, devido ao auxílio muito útil recebido da França, apoio direto e tangível, e da Espanha, por meio da dispersão forçada no poder naval britânico. Quando, 50 anos depois, os governos francês e espanhol contemplaram a possibilidade de uma reconquista das independentes colônias espanholas na América do Sul, os britânicos tiveram a oportunidade de retribuir o favor e interpor seu poder naval entre esse sonho e sua realização. A oposição franco-britânica na Europa foi, portanto, a parteira no nascimento da independência política tanto na América do Norte quanto na América do Sul.

As Guerras Revolucionárias e a busca de Napoleão por um império mantiveram a França e a Grã-Bretanha completamente ocupadas, e, antes de 1815, não havia nem mesmo a possibilidade de ação concertada. Nenhum dos grandes Estados europeus era capaz de devotar todas as suas energias ao Hemisfério Ocidental, e a contenda entre eles fornecia, indiretamente, uma proteção para os Estados Unidos. A jovem República teve tempo para recuperar-se do esforço de guerra, iniciar uma economia nacional e experimentar sua nova forma de governo antes que houvesse outro desafio por parte da Europa. O conflito entre a Grã-Bretanha e a França criou a oportunidade de compra do Território da Louisiana e impediu que os britânicos prosseguissem incondicionalmente com a Guerra de 1812 até que a Europa estivesse novamente em paz.

A preocupação britânica com o continente europeu provou ser uma bênção para os Estados Unidos, que estavam

despreparados para um conflito militar e longe de estarem unidos, mesmo diante do perigo. As tentativas feitas desde 1807 para forçar a Grã-Bretanha e a França a respeitarem nossos direitos de neutralidade no mar por medidas de ameaça ao uso da força tinham falhado. O embargo às exportações apenas provou ser um bumerangue que ameaçou dividir a nação. O efeito tinha sido muito prejudicial para a vida econômica dos estados do Médio Atlântico e da Nova Inglaterra, e, nesta, levantaram-se vozes exigindo a separação da União. Os primeiros esforços de guerra dos britânicos foram de pequena escala por causa de sua preocupação com Napoleão, mas, após a derrota do imperador, em 1814, tornou-se possível dedicar grandes forças navais e um exército considerável à guerra no Hemisfério Ocidental. O efeito sobre a Grã-Bretanha da libertação em relação a uma ameaça continental europeia foi instantâneo. Sua frota bloqueou a maior parte da costa atlântica, os exércitos britânicos operaram no Oregon, ocuparam a costa do Maine, e uma força expedicionária de 5 mil soldados desembarcou na baía de Chesapeake, derrotou uma milícia mal treinada muito superior numericamente e queimou a capital dos Estados Unidos. Foi uma sorte que a Paz de Gante encerrou a luta antes que os britânicos tivessem a chance de fazer uso de toda sua força militar, o que eles poderiam ter feito se os novos problemas na Europa não tivessem tornado necessário manter seu poder concentrado no Atlântico oriental.

O Tratado de Gante não afetou a independência dos Estados Unidos, e, até 1815, uma grande parte da América do Norte estava embarcada, de forma segura, em uma trajetória política própria, sem nunca realmente considerar o quanto sua independência se deveu à Revolução Francesa e a Napoleão. O ditador corso foi fator igualmente importante na nova liberdade que chegaria à América do Sul. Ao colocar seu irmão, José Bonaparte, no trono espanhol em 1808, após a forçada abdicação da dinastia Bourbon, ele inspirou revoltas nas colônias espanholas no Hemisfério Ocidental. A restauração de Fernando VII, em

1814, trouxe uma breve reafirmação da autoridade espanhola, mas as colônias, tendo provado dos primeiros frutos da liberdade, recusaram-se a aceitar novamente o velho absolutismo. Elas lutaram por sua independência sob a liderança de Simon Bolívar e José de San Martín e lograram a expulsão final do domínio espanhol do Novo Mundo continental por meio da derrota do exército de Fernando nas montanhas do Peru em 1824.

Havia uma grande simpatia nos Estados Unidos por nossos vizinhos meridionais e seu desejo de independência em relação à Europa. Os lemas sob os quais eles lutavam apelavam à ideologia política do povo americano, e sua devoção ao republicanismo parecia torná-los espíritos semelhantes. Não é, portanto, surpreendente que o sucesso de seus esforços fosse de grande importância para os Estados Unidos. Uma América livre ao sul não apenas seria uma demonstração da solidez de nossas ideias políticas, mas também proveria significativa oportunidade comercial livre das restrições monopolistas da Espanha e melhoraria nossa posição de poder relativa no hemisfério. Quando à informação de que as potências europeias, sob a liderança da França, poderiam se unir para restaurar as colônias espanholas ao trono Bourbon, o presidente Monroe expressou a determinada oposição dos Estados Unidos a tal programa.

### **A Doutrina Monroe**

A Doutrina Monroe foi proclamada em uma mensagem presidencial ao Congresso em 2 de dezembro de 1823. Ela expressou a perspectiva dos Estados Unidos acerca das relações adequadas das potências europeias com o Hemisfério Ocidental e delineou a política que o país tentaria empreender. Afirmava que as Américas não deveriam, doravante, ser consideradas passíveis de futura colonização; que nós consideraríamos qualquer tentativa de estender os sistemas políticos da Europa continental para qualquer parte deste hemisfério igualmente perigosa para a nossa paz e

segurança, e qualquer tentativa de controlar o destino dos Estados americanos como manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos. Na linguagem moderna, significava que os Estados Unidos anunciavam ao mundo que estavam interessados na integridade territorial e na independência política dos Estados do Novo Mundo, e que a intervenção europeia não seria bem recebida.

A posição dos Estados Unidos à época da famosa mensagem do presidente Monroe mostra certas semelhanças interessantes com a cena política contemporânea. Houve ameaças de conquista vindas da Ásia, através do Pacífico, e da Europa, através do Atlântico. No século XVIII, os espanhóis foram perturbados por uma expansão russa para o leste em direção à costa americana, da Sibéria por meio de Kamchatka, das Ilhas Aleutas e do Alasca, um acontecimento que lhes deu um incentivo adicional para colonizar a Califórnia. Um novo ímpeto russo pela costa americana começou no início do século XIX. Sitka tornou-se a capital da América Russa em 1802, e a Companhia Russo-Americana, sob a enérgica liderança de homens de visão, explorou as possibilidades de expansão adicional rumo ao sul. Um entreposto comercial foi estabelecido na boca do rio Columbia, e, em 1812, os russos construíram o Forte Ross, ao norte da baía de Bodega, não muito longe de São Francisco. Daquele posto, expedições em busca de lontras marinhas foram até a altura do canal de Santa Bárbara no sul. Era justo supor que, se o controle da Espanha na Califórnia se enfraquecesse, a Rússia estaria ansiosa para ocupar seu lugar.

Na Europa, a tentativa de criar os primórdios de um governo internacional falhou. Após as guerras desastrosas da Revolução Francesa e do período napoleônico, o Congresso de Viena, em 1815, iniciara um novo sistema de condução de assuntos internacionais por meio de conferências sistemáticas, mas, por volta de 1820, esse sistema havia começado a desintegrar-se.

Uma contribuição importante para a ruptura foi a diferença em perspectivas políticas e sociais entre os britânicos, por um lado,



e a Santa Aliança, por outro. Sob a liderança de Metternich, Rússia, Prússia, Áustria e França concordaram em usar seu poder militar para a repressão aos movimentos democráticos e republicanos. Esse princípio de intervenção foi repudiado por Castlereagh no Congresso de Troppau, em 1820, mas os três imperadores estavam determinados a subjugar as revoltas e os levantes que ocorriam na Europa à época. Foi um período de lutas revolucionárias, guerra social e ideológica, e o equilíbrio de poder na Europa consistia no poder naval da Grã-Bretanha, que defendia o sistema representativo de governo e a liberdade individual, por um lado, e, por outro lado, o poder terrestre combinado do continente representando a monarquia absolutista e a repressão.

Em 1822, o Congresso de Verona autorizou a França a intervir na Espanha e destruir o regime espanhol existente, que surgira como resultado de uma revolução republicana. A França declarou guerra às Cortes Espanholas, restaurou a monarquia e começou a brincar com a ideia de ação coletiva europeia para reprimir as revoluções na América e devolver possessões valiosas à Coroa da Espanha. As potências foram convidadas para uma reunião em Paris para discutir esse programa. Se o Concerto tivesse aprovado a proposta e concordado em relação à ação conjunta, o alinhamento político no mundo teria sido semelhante àquele resultante de uma vitória do Eixo sobre a Rússia e a China na presente guerra mundial. De um lado da balança, haveria uma aliança de potências estendendo-se do mar do Norte ao oceano Pacífico através de todo o Velho Mundo; do outro lado, a Grã-Bretanha e o Hemisfério Ocidental. O avanço francês viria pelo Atlântico, e o russo pelo Pacífico. Com exceção do Império Britânico, os Estados Unidos teriam sido cercados por uma aliança euroasiática que visava a destruir a democracia e tornar o mundo seguro para os princípios do absolutismo.

À luz dessa situação, Canning, o secretário britânico de Negócios Estrangeiros, aproximou-se de Rush, nosso embaixador

no Reino Unido, com um plano de ação conjunta. Se a parte espanhola do Novo Mundo fosse se tornar, novamente, possessão do trono Bourbon, as possibilidades comerciais britânicas na área iriam, inevitavelmente, ser limitadas e restritas. Ademais, o equilíbrio de poder no mundo iria mudar ainda mais completamente em favor das potências terrestres europeias. Elas controlariam não apenas a massa terrestre principal da Eurásia, mas o continente da América do Sul também. Era, portanto, uma política sábia “chamar o Novo Mundo à existência para reestabelecer o equilíbrio do Velho”.

Os interesses dos Estados Unidos eram, em geral, semelhantes aos da Grã-Bretanha. A reconquista da América Espanhola teria sido em detrimento tanto do ponto de vista econômico quanto do político. Também teríamos sido privados de oportunidades de negociação, e nossa posição de poder ficaria enfraquecida. Foi obviamente uma vantagem ter, em nossa fronteira sul, um Estado americano independente em vez de uma França forte e, no resto do continente meridional, uma multiplicidade de Repúblicas independentes em vez de um único domínio espanhol. Mas o fato de que os interesses britânicos e americanos eram semelhantes em relação ao plano francês de conquista não os fez idênticos no Hemisfério Ocidental. Seríamos, inevitavelmente, competidores pelo comércio e pela boa vontade do continente austral. Esse fato, junto com as visões isolacionistas de John Quincy Adams e sua profunda desconfiança em relação à Grã-Bretanha, impediu a aceitação da sugestão de Canning para ação conjunta.

O presidente Monroe, assim como os ex-presidentes Madison e Jefferson por ele consultados, eram favoráveis à ação conjunta, e havia considerável apoio a tal medida no gabinete. Mas nosso secretário de Estado continuou a pleitear por uma ação independente. Ele apontou que a Grã-Bretanha, como um Estado europeu, era inevitavelmente forçada a manter relações políticas com as outras grandes potências naquele continente, as

quais diferiam profundamente daquelas dos Estados Unidos, e que não havia, portanto, nenhuma base sólida para uma ação conjunta. Adams finalmente conquistou os seus colegas, e o presidente fez uma declaração unilateral, na forma de um discurso presidencial, para o décimo oitavo Congresso. Anuncia-se como uma política independente dos Estados Unidos sua aceitação do papel de protetor do Hemisfério Ocidental.

A Doutrina Monroe foi pronunciamento corajoso, mas a política anunciada não poderia ter sido conduzida se a Santa Aliança tivesse aceitado o nosso desafio. A tendência de superestimar nossa força militar é característica recorrente em nossa psicologia nacional, mas raramente nos deixamos levar de forma mais ufanista do que na famosa proclamação presidencial. Em 1823, os Estados Unidos sozinhos não poderiam ter defendido as Repúblicas latino-americanas contra uma combinação de potências europeias com a capacidade bélica da maior parte do continente euroasiático à sua disposição. Apenas onze anos antes, não tínhamos sido capazes de salvar nossa capital da destruição nas mãos dos britânicos, mas a lembrança desse doloroso fato não nos inspirou nenhuma modéstia quando anunciamos nossa determinação de estender a proteção de nossas armas para todo o hemisfério.

Na época em que a Doutrina Monroe foi declarada, poderíamos provavelmente alcançar a supremacia naval no golfo do México, mas é duvidoso se poderíamos ter alcançado superioridade sobre as armas da aliança europeia no continente sul-americano. Nosso poder naval era inferior ao da França e da Rússia, e as bases navais francesas nas Índias Ocidentais colocaram a coalizão continental em uma posição muito mais vantajosa para a ação na América do Sul do que os Estados Unidos.

No primeiro quartel do século XIX, as marinhas do mundo ainda se moviam à vela. A rota colonial da Espanha à costa ocidental da América do Sul passava pelo Caribe até Cartagena

ou até o istmo do Panamá. A partir daí, tornava-se uma viagem terrestre ou uma travessia ístmica e uma nova viagem marítima. Essa rota, no entanto, foi pouco utilizada, em razão dos predominantes ventos alísios do sudeste que não proviam nada exceto constantes ventos de proa para uma jornada ao sul. Em relação a essa costa, os Estados Unidos não tinham posição de vantagem. Nossa própria expansão ocidental ainda não havia alcançado o Pacífico, e o canal ístmico ainda estava por ser construído. Se a Santa Aliança tivesse escolhido a velha rota colonial para reconquista e começasse com Nova Granada, poderíamos ter evitado essa ação estabelecendo uma supremacia naval no Caribe, mas essa condição teria sido difícil alcançar sem a cooperação britânica. Se a aproximação à costa oeste tivesse sido feita por meio do cabo Horn, teríamos sido impotentes até que a aquisição da Califórnia nos desse acesso ao Pacífico.

A defesa da costa leste da América do Sul teria sido igualmente difícil. Em termos de geografia simples, Pernambuco estava, aproximadamente, à mesma distância de Norfolk do que de Cádiz, mas, em termos de tempo de navegação a vela, a Europa estava muito mais perto. Naqueles dias, a maneira mais rápida de se chegar ao Prata a partir dos portos atlânticos da América do Norte era navegar até as imediações da ilha Madeira ou das ilhas Canárias, por meio dos ventos oeste prevalecentes, e viajar para o sudoeste por meio dos ventos alísios. Uma frota americana navegando para o Prata teria, portanto, de passar por uma área de supremacia naval europeia. A defesa bem-sucedida do Brasil e da Argentina, conseqüentemente, só poderia ser alcançada por meio de uma vitória naval em águas europeias. A geografia pregou uma peça divertida nos distintos estadistas que solenemente incorporaram em um mesmo pronunciamento nossa determinação de defender o Hemisfério Ocidental e nossa intenção de permanecer fora da Europa.

Felizmente não fomos obrigados a realizar a defesa da América Latina, algo que tão nobremente prometemos executar. A

---

firme oposição da Grã-Bretanha ao plano francês desencorajou o bloco continental e impediu seus membros de tentar a reconquista das colônias espanholas. Havia poucas ilusões no continente meridional acerca das implicações estratégicas do problema de defesa hemisférica. Nossos amigos sul-americanos foram muito gratos por nossas intenções, mas estavam totalmente cientes de que o que segurou as marinhas da coalizão no Atlântico oriental não foram as palavras corajosas de um presidente americano, mas os navios da frota britânica.

A Doutrina Monroe não foi medida de nossa força real; foi expressão da posição de poder à qual aspirávamos. Mas levaria quase um século e o desenvolvimento da navegação a vapor antes de podermos fazer uma aproximação ao papel do protetor do Hemisfério Ocidental. Antes de chegarmos a esse estágio, a Doutrina seria desafiada por todas as grandes potências da Europa Ocidental, e o fracasso delas em cumprir sua ameaça decorria ao tanto de sua preocupação com o equilíbrio de poder no Velho Mundo quanto de nossa própria força crescente.

### **O desafio francês**

A compra da Louisiana adicionou enorme território às colônias originais, e a compra da Flórida criou um único e ininterrupto litoral atlântico e uma posição estratégica aprimorada no golfo do México. Com a adição desses dois territórios, os Estados Unidos obtiveram tanta força que se tornou praticamente impossível criar um equilíbrio contra o país na América do Norte. Tanto a Grã-Bretanha quanto a França cogitaram a ideia e, de fato, perseguiram uma política intervencionista moderada no Texas, na esperança de persuadir aquele estado de que a independência era preferível à anexação, mas argumentaram sem sucesso. A Grã-Bretanha também mostrou interesse mais do que platônico na Califórnia, pois, se pudesse tê-la adicionado ao Oregon e ao Canadá, o equilíbrio poderia ter sido levemente restaurado. Uma

cooperação real entre a França e a Grã-Bretanha teria sido muito prejudicial à nossa posição, mas a ação conjunta estava fora de questão. A efêmera Quádrupla Aliança de 1815 já havia chegado ao fim. As dificuldades em relação ao Egito e ao Marrocos e as disputas em torno dos casamentos da rainha Isabel II da Espanha e de sua irmã, a infanta Luísa Fernanda quase levaram as partes ao conflito. Os britânicos resolveram a disputa de fronteira do Oregon, e os Estados Unidos conduziram sua guerra contra o México sem intervenção enquanto a Europa estava ocupada com revoluções e a questão do Oriente Próximo.

A Guerra Mexicano-Americana conferiu aos Estados Unidos a posse de seu domínio continental e acesso a dois oceanos, mas a mera posse não era suficiente para a realização de todas as possibilidades de poder proporcionadas por seu tamanho e localização. Era necessária maior tecnologia do que a existente em 1848 para integrar o enorme território que se tornara seu domínio nacional. O *Pony Express* e as carroças cobertas eram inadequados para o propósito, e foram necessários o telégrafo e as ferrovias para completar a tarefa, mas sua introdução bem-sucedida exigiu um mínimo de unidade política. Os Estados Unidos surgiram da guerra contra o México apenas para se encontrarem envolvidos na questão da escravidão, a qual culminou na desastrosa Guerra Civil. Somente após 1865, o país adquiriu liberdade de ação em política externa e poder suficiente para se afirmar nas questões internacionais com a consciência de que tinha os meios para fazer cumprir suas demandas.

O novo poder nacional expressou-se tanto no norte quanto no sul: no norte, na compra do Alasca; no sul, ao pressionar a França para que retirasse suas tropas do México. Uma ação conjunta para reparação de injustiças, por parte da Grã-Bretanha, Espanha e França, foi transformada por esta em uma intervenção que fez do México uma Monarquia e colocou Maximiliano no

---

trono como imperador. Napoleão III sonhava em criar um grande Estado na América Central e na parte norte da América do Sul sob a proteção da França, e a aventura mexicana, realizada enquanto os Estados Unidos estavam incapazes de agir por causa da Guerra Civil, foi o ponto de partida para essa empreitada de longo alcance. Os distúrbios políticos no México nos anos anteriores à Guerra Civil criaram um desejo de intervenção ao sul da fronteira e supervisão desse país turbulento pelos Estados Unidos. A intervenção francesa estragou esse plano e se fez indesejada por várias outras razões. O México era um pequeno Estado fronteiriço, e, como tal, um Estado-tampão. Estragar essa relação de poder e destruir o tampão por meio da criação de uma unidade política forte ao nosso sul, com o controle do Caribe, era obviamente indesejável. Ademais, toda a aventura era um desafio direto à Doutrina Monroe.

Enquanto os Estados Unidos estavam envolvidos em sua Guerra Civil, não houve nenhuma possibilidade de ação decisiva. Houve protestos moderados de Washington, um lembrete de que os Estados Unidos desaprovaram a aquisição de território por uma potência estrangeira e as tentativas de prejudicar o direito do povo mexicano na livre constituição da forma de seu governo, mas, uma vez que a unidade foi restaurada e a força militar se tornou disponível para a política externa, foi transmitido para os franceses, em termos inequívocos, que a retirada de suas forças era aguardada com confiança. Os franceses consideraram sensato aceitar a sugestão. O crescimento da força prussiana após a guerra com a Áustria afetara o equilíbrio europeu. Haveria tempos difíceis pela frente. Dentro de alguns anos, a França envolveu-se na Guerra Franco-Prussiana, na qual ela foi desastrosamente derrotada, e seus conflitos imperiais com a Grã-Bretanha na Ásia e na África continuaram. Houve uma breve renovação de interesse na América Central dez anos depois, após uma empresa francesa iniciar a construção do canal do Panamá, mas a França nunca mais teve condições de retomar um papel expansionista no Hemisfério Ocidental.

## O desafio britânico

A supremacia militar dos Estados Unidos no continente setentrional foi assegurada pelo resultado da Guerra Civil. A supremacia naval no Mediterrâneo Americano levou mais 40 anos para ser alcançada e envolveu uma luta prolongada com a Grã-Bretanha, sobretudo pelo controle do canal istmico. Após a aquisição da Califórnia, os Estados Unidos não podiam contemplar com serenidade uma rota marítima entre suas duas costas nas mãos de uma potência naval estrangeira. A Grã-Bretanha, por outro lado, não via razão para entregar o domínio sobre uma importante rota marítima. Quatro possíveis áreas foram consideradas: as zonas de passagem de Tehuantepec, Honduras, Nicarágua e Panamá. Os Estados Unidos estavam mais interessados na rota através do Panamá e asseguraram-se um direito de passagem e igualdade de tratamento em um tratado com Nova Granada assinado em 12 de dezembro de 1846, no qual prometeu proteger a neutralidade do istmo e o direito de soberania que Nova Granada tinha sobre o território. A negociação de direitos semelhantes através da Nicarágua falhou porque os Estados Unidos não estavam dispostos a proteger a zona de passagem contra invasões britânicas. A Grã-Bretanha considerava a Nicarágua a rota lógica e tentava obter controle sobre o território, estendendo as fronteiras das Honduras Britânicas e ocupando San Juan, na foz do rio, que fazia parte da rota de passagem. Essa ação foi realizada, em teoria, porque a região pertencia ao rei dos índios misquitos, protegido do Reino Unido. Os Estados Unidos estavam, é claro, seriamente preocupados com esse desafio à Doutrina Monroe e com a ameaça de controle externo do futuro canal, mas o país não era forte o suficiente para derrotar o poder marítimo britânico.

O Tratado Clayton-Bulwer, assinado em 19 de abril de 1850, representou um compromisso que simbolizava a relação de poder da época. Antecipando a futura construção de um canal,



o tratado previa que nenhuma potência deveria obter para si o controle exclusivo sobre a rota de passagem, nem se esforçaria para dominar qualquer território na América Central. Outras potências foram convidadas a aderir ao tratado, mas nenhuma aceitou o convite.

No período que se seguiu à ratificação, os signatários tentaram conferir ao tratado a interpretação mais adequada aos seus próprios interesses. A Grã-Bretanha ainda não estava pronta para abrir mão de sua política tradicional de aquisição indolor de território. Ela continuou usando as melhores práticas de seu repertório imperialista (empréstimos, garantias, disputas fronteiriças e protetorados), em seu esforço para ganhar presença nas zonas por onde o canal poderia passar. Depois da Guerra Civil, a situação inverteu-se, e foram os Estados Unidos que começaram a tomar liberdades com o tratado. A primeira demonstração de renovado interesse foi a ratificação final de um tratado com a Nicarágua, cujas negociações tinham começado vinte anos antes. Em disposições semelhantes às dos tratados concluídos com Nova Granada, em 1846, e com Honduras, em 1864, os Estados Unidos receberam direitos de passagem e, em troca, prometeram proteção à rota e garantiram sua neutralidade. Até 1870, o país já tinha garantido direitos de passagem através de todas as zonas mais prováveis, era legalmente autorizado a tomar medidas para proteger a neutralidade de qualquer canal futuro e logrou manter o território de passagem sob a soberania de Estados americanos.

À medida que os Estados Unidos se fortaleciam, seus estadistas tornavam-se mais e mais determinados a manter o canal sob o exclusivo controle do país. Em 1878, uma companhia francesa, inspirada pelo sucesso de Ferdinand de Lesseps em cortar o istmo de Suez, obteve uma concessão do governo da Colômbia para a construção de um canal através do istmo do Panamá. O Mediterrâneo europeu tornou-se uma passagem do Atlântico para

o Índico; o americano tornar-se-ia uma passagem do Atlântico para o Pacífico. Mas não era a nação do presidente Monroe, mas a nação de Napoleão III que o iria construir e, portanto, inevitavelmente controlar o canal interoceânico. A reação nos Estados Unidos foi instantânea. A imprensa publicou, o Congresso foi bombardeado com protestos, e o presidente Hayes, em sua mensagem de 8 de março de 1880, exigiu um canal sob controle americano em um argumento baseado em análise geopolítica sólida.

O presidente declarou que um canal interoceânico através do istmo americano mudaria essencialmente as relações geográficas entre a costa do Atlântico e do Pacífico dos Estados Unidos e entre o país e o resto do mundo. O canal tornar-se-ia, praticamente, parte do litoral dos Estados Unidos, e nossos interesses comerciais seriam, portanto, maiores do que os de todos os outros países. Mas o canal era uma preocupação primordial para o povo dos Estados Unidos não apenas por sua importância econômica, mas também porque seu controle afetaria nossos meios de defesa, nossa unidade, paz e segurança.

O que estava no caminho de um canal americano era o Tratado Clayton-Bulwer, no qual Grã-Bretanha e Estados Unidos se comprometeram a não buscar o controle exclusivo. Uma ou duas tentativas capciosas foram feitas para se obter liberdade de ação, invocando o tratado anterior com Nova Granada, mas a Grã-Bretanha se recusou a se impressionar por nosso virtuosismo jurídico. Era bastante óbvio que nem mesmo a mais generosa interpretação do Tratado Clayton-Bulwer poderia ter conferido controle exclusivo aos Estados Unidos. O secretário de Estado Hay, conseqüentemente, demandou sua ab-rogação, afirmando, de maneira bem franca, que os Estados Unidos consideravam que mudanças fáticas tornaram o tratado desvantajoso. Entre as condições que haviam mudado, mas não mencionadas na troca de notas, estava a atitude americana em relação à prontidão naval.

---

Ao final da Guerra Civil, os Estados Unidos tinham uma frota de magnitude considerável, mas o interesse por ela tinha diminuído, e nós éramos lentos em acompanhar os desenvolvimentos navais europeus. Um novo entusiasmo, entretanto, aparecera na década de 1880, e o programa naval de 1890 definitivamente superou todas as ideias de marinhas como instrumentos de defesa costeira. Ele advogou, corajosamente, em favor de uma marinha oceânica, com uma poderosa e protegida linha de navios de guerra pesadamente armados.

Após 50 anos, o Tratado Clayton-Bulwer, que simbolizava um equilíbrio de poder, foi substituído pelo Tratado Hay-Pauncefote, proclamado em 22 de fevereiro de 1902. O novo acordo simbolizava não um equilíbrio de poder, mas a supremacia dos Estados Unidos em águas americanas. No âmbito desse tratado, os Estados Unidos garantiram o direito de construir e de assumir o controle exclusivo do canal istmico. Ele não continha nenhuma proibição de construção de fortificações, e, embora o canal devesse permanecer aberto tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz, os Estados Unidos, obviamente, estariam em posição de negar passagens a seus inimigos.

Com o obstáculo europeu removido pelo novo tratado, as dificuldades americanas foram superadas com relativa facilidade. A Companhia Francesa do Canal havia empreendido uma tarefa grande demais para suas capacidades e falido no processo. Em 1899, ela estava pronta para ser vendida aos Estados Unidos por 40 milhões de dólares. A Colômbia recusou-se a outorgar aos Estados Unidos um tratado de concessão de uma zona de canal, mas esse problema foi felizmente resolvido pelo nascimento “espontâneo” de um novo Estado. A jovem República do Panamá estava ansiosa para nos conceder a área de passagem desejada e foi reconhecida com velocidade quase indecente pelo governo de Washington. O canal foi concluído em 1914 e formalmente inaugurado pelo

presidente dos Estados Unidos em 1915. À época, a Primeira Guerra Mundial estava em pleno andamento. Na Europa, o desafio alemão ao poder naval britânico foi aceito, e, na Ásia, os japoneses haviam confessado seu sonho de hegemonia ao apresentar suas 21 exigências, que demandavam um protetorado sobre a China. Em meio a esses conflitos através dos mares circundantes, os Estados Unidos obtiveram a realização de uma de suas maiores aspirações no Hemisfério Ocidental, o controle do centro e do pivô de todas as rotas costeiras intercontinentais e rotas interiores de comunicação entre o Atlântico e o Pacífico.

O controle do canal do Panamá era extremamente importante, mas sozinho não fornecia controle estratégico do Mediterrâneo Americano ou supremacia local sobre o poder naval britânico. A localização geográfica forçou os Estados Unidos a preocuparem-se não apenas com a América Central como uma possível saída ocidental do Caribe, mas também com as Pequenas e as Grandes Antilhas e com os avanços vindos do leste rumo ao mar do meio. Colombo iniciara a história do Novo Mundo onde os ventos alísios do Atlântico alcançaram uma costa amigável no anel oriental do Mediterrâneo Americano, e essas ilhas se tornaram o ponto de partida para o domínio europeu sobre o continente americano. Desse ponto, os espanhóis passaram para o controle da costa oeste e para a criação de seu enorme império. Mas o poder naval espanhol provou ser inadequado para assegurar o controle contínuo de todas as ilhas, e as Pequenas Antilhas mudariam de mãos, em fiel reflexo do resultado dos conflitos entre potências marítimas europeias. Ao final da Guerra Revolucionária, elas foram dominadas pelos holandeses, franceses e britânicos, que controlavam, além disso, a valiosa ilha da Jamaica, com uma localização estratégica comparável à de Malta, no Mediterrâneo.

As compras da Louisiana e da Flórida tornaram os Estados Unidos o Estado litorâneo mais importante nesse mar interior, e a anexação do Texas aumentou o interesse nas relações

de poder ao longo de sua costa. Não é, portanto, surpreendente que, após a independência das colônias espanholas, o destino das ilhas tenha se tornado fonte de ansiedade para o país. Uma coisa era estarem em posse da relativamente fraca Espanha, outra era ter a saída do golfo do México controlada por fortes potências navais. Essa consideração aplicava-se particularmente a Cuba, por causa de sua proximidade com o continente e seu controle potencial do estreito da Flórida. A anexação de Cuba foi considerada diversas vezes, mas nunca se concretizou. Não apenas Cuba, mas também a próxima ilha do grupo, que contém Haiti e Santo Domingo, gerou muita preocupação ao governo de Washington. A Espanha utilizara a oportunidade gerada pela Guerra Civil para reocupar Santo Domingo, e os esforços do secretário de Estado Seward para retirá-la por meio de correspondência não foram bem-sucedidos. Ações mais contundentes teriam sido necessárias ao final do conflito se a firme resistência da população dominicana não tivesse inspirado a Espanha a se retirar em 1865, sem apelos adicionais de nossa parte.

Após a Guerra Civil, os círculos navais americanos interessaram-se pela baía de Samaná, que oferecia uma excelente oportunidade de base naval para o controle da passagem de Mona, e o presidente Grant negociou a compra de Santo Domingo com o ditador Buenaventura Báez, mas seu tratado de anexação foi derrotado no Senado. Somente após a guerra vitoriosa contra a Espanha que os Estados Unidos obtiveram uma posição segura nas Grandes Antilhas. Porto Rico foi anexado e representou um método alternativo para controlar a passagem de Mona, e Cuba cedeu a baía de Guantánamo para base naval idealmente localizada para patrulhar a passagem Windward. As duas mais importantes entradas setentrionais para o mar do Caribe agora estavam firmemente controladas pelos Estados Unidos.

Antes do Tratado Hay-Pauncefote e da aceitação pela Grã-Bretanha de nossa posição de supremacia no Mediterrâneo Americano, houve outro teste de força sobre um problema na costa norte da América do Sul. A fronteira entre a Venezuela e

a Guiana Inglesa nunca fora definida, e a descoberta de ouro, na década de 1880, levou ambas as partes a fazer reivindicações extravagantes. Os britânicos, a princípio, recusaram todas as ofertas de arbitragem, e os Estados Unidos, inevitavelmente influenciados, talvez, pela partição quase completa da África e a cogitada divisão da China, sentiram-se compelidos a posicionar-se de maneira forte para desencorajar sonhos que os Estados europeus pudessem ter em relação a um Hemisfério Ocidental protegido pela Doutrina Monroe.

Cleveland afirmou que, se os britânicos persistissem em sua recusa à arbitragem, seria dever dos Estados Unidos determinar por si mesmos onde estava o verdadeiro limite e resistir, por todos os meios possíveis, à apropriação pela Grã-Bretanha de qualquer território que os Estados Unidos tivessem determinado como pertencente à Venezuela. A nota do secretário Olney continha uma declaração bastante exuberante a respeito da posição americana: “hoje, os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente, e sua aprovação é lei em relação aos assuntos aos quais confina sua interposição”. Os britânicos aceitaram nossa alegação de supremacia no Mediterrâneo Americano, relutantemente no início, mas generosamente e sem condicionalidades ao final, e um tratado de arbitragem foi assinado e ratificado.

A Guerra Hispano-Americana simbolizou esse ponto de inflexão nas relações anglo-americanas, e seu resultado fortaleceu ainda mais nossa posição no Caribe em reação ao poder naval britânico. A posição de hegemonia dos Estados Unidos no continente americano foi aceita, e a Grã-Bretanha começou uma política de cooperação nessa base. Ela nos deu apoio moral em Manila e na Europa, quando os Estados continentais começaram a cogitar uma intervenção. Os britânicos reduziram a frota das Índias Ocidentais e suas guarnições e abstiveram-se de desenvolver e modernizar a fortificação das ilhas em bases que pudessem ser usadas como centros de operação para aplicar pressão naval contra

os Estados Unidos. O conflito pela supremacia no Mediterrâneo Americano estava encerrado. A proximidade tornou inevitável que a jovem república fosse vitoriosa, uma vez que o potencial econômico de seus vastos domínios começou a se expressar em poder naval, mas a preocupação britânica com o equilíbrio de poder foi novamente uma ajuda poderosa.

Não foi um impulso repentino e irresistível de cordialidade que conferiu ao leão britânico seus novos modos, mas a grave preocupação com problemas políticos em diferentes partes do mundo. Durante o século XIX, a Grã-Bretanha foi dissuadida, pelo menos em parte em decorrência de sua posição exposta do Canadá, de opor-se à nossa expansão para o sul pelo método de guerra. Agora, dificuldades em áreas mais vitais para o império sugeriram a necessidade de liquidação de sua posição no Caribe. A derrota da China pelo Japão havia perturbado o equilíbrio de poder no Extremo Oriente. O ataque de Jameson e o telegrama Kruger<sup>260</sup> coincidiram com a disputa da Venezuela; o Incidente Fashoda<sup>261</sup> era o símbolo de sérios conflitos coloniais com a França, e a Rebelião Boxer, a Guerra dos Boers<sup>262</sup> e as relações continuamente tensas com a Rússia aumentavam a dificuldade. Mais perto de casa, a nova Alemanha havia embarcado em um programa de construção naval com a franca confissão de querer tornar-se a segunda potência marítima e construir uma frota tão forte que, em uma guerra com a Grã-Bretanha, poderia causar dano suficiente para

---

260 N. T.: Em dezembro de 1895, autoridades coloniais britânicas atacaram o Transvaal, uma república no sul da África. O movimento acabou fracassando, levando ao fortalecimento dos Boers na região. Ao final, o governo imperial alemão enviou um telegrama (chamado comumente de Kruger) de apoio ao governo africano, algo que elevou o sentimento antigermânico na Inglaterra.

261 N. T.: O incidente Fashoda (1898) foi uma disputa territorial entre a França e a Inglaterra no leste da África, relacionado ao controle do rio Nilo. Foi a última crise entre esses dois países antes de celebrarem uma aliança contra a Alemanha.

262 N. T.: A rebelião *boxer* foi uma insurreição na China contra cristãos e os países do ocidente, tendo durado de 1899 a 1901. A Segunda Guerra dos Boers, entre o Império Britânico e dois estados independentes boers, durou de 1899 a 1902.

ameaçar a posição britânica no mundo. O resultado foi uma nova distribuição das forças navais britânicas, retirada de zonas distantes e concentração na Europa e no mar do Norte.

### **O desafio alemão**

A Guerra Hispano-Americana, que simbolizou o fim da luta com a Grã-Bretanha pela supremacia nas águas americanas, iniciou um longo período de suspeitas e receios sobre a Alemanha. Os relatórios do estranho comportamento da esquadra alemã no porto de Manila durante a campanha de Dewey<sup>263</sup> criaram uma profunda desconfiança na opinião pública. As relações entre os dois países não melhoraram, não obstante o fato de que permitimos à Alemanha assumir as possessões espanholas no Pacífico Ocidental que não pertenciam ao grupo filipino. Desenvolveu-se, em certos círculos nos Estados Unidos, um medo generalizado de que a bandeira alemã poderia, algum dia, acompanhar a emigração em grande escala para a América do Sul, e houve preocupação particular com os grandes assentamentos alemães no sul do Brasil. Igualmente preocupante parecia o interesse pela área do Caribe e as abordagens em relação ao canal do Panamá.

Havia muitas justificativas para algumas dessas suspeitas. A Alemanha havia decidido por uma política naval que desafiaria a posição do poder naval britânico e embarcou em um extenso programa de construção, mas ela precisava de bases navais para operar seus esquadrões de cruzadores. O Almirantado alemão começou, portanto, a demonstrar um interesse perfeitamente natural na aquisição de locais adequados. As antigas ilhas espanholas no Pacífico Ocidental, somadas a Tsingtao, Samoa, Nova Guiné e arquipélago Bismarck, melhoraram suas instalações no Extremo Oriente. As rotas para o canal de Suez estavam seguras em mãos britânicas e não

---

263 N. T.: Referência ao almirante George Dewey (1837-1917), que, no início da Guerra entre Espanha e Estados Unidos, afundou toda a frota espanhola no pacífico e capturou Manila.



poderiam ser desafiadas, mas, ao longo das rotas de aproximação do novo canal do Panamá, algo talvez pudesse ser conseguido por uma diplomacia empreendedora. Haiti, as Ilhas Virgens Dinamarquesas, Curaçao, que pertencia aos Países Baixos – ambas possessões de dois vizinhos pequenos da Alemanha – bem como a ilha de Margarita, na costa venezuelana, e as ilhas Galápagos a sudoeste do Panamá tinham todos os méritos aos olhos dos oficiais da Marinha. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha estava, entretanto, plenamente ciente de qual seria nossa reação a um desafio aberto à Doutrina Monroe e logrou manter o Almirantado em cheque. Exceto no caso da ação concertada contra a Venezuela sob liderança alemã, em 1902, evitou-se conflito aberto, mas o governo dos Estados Unidos utilizou a ocasião da demonstração de interesses nas ilhas para afirmar uma vez mais, em termos categóricos, sua oposição imutável em relação à transferência de território americano a uma potência não americana.

O fato de que um rompimento aberto foi evitado não significava que a oposição não foi intensa. Após a retirada da Grã-Bretanha do Novo Mundo, a Alemanha tornou-se o país a ser observado. Ela era a única potência restante que poderia desafiar a Doutrina Monroe e o único Estado forte o suficiente para colocar em risco a segurança hemisférica. A força da marinha alemã tornou-se a medida de nossa necessidade. Tornou-se o objetivo da política naval americana ter uma marinha atrás apenas da Grã-Bretanha, e isso significava, em linguagem simples, uma marinha mais forte que a alemã. A oposição entre os Estados Unidos e a Alemanha, por fim, resultou em guerra, mas, quando veio, a questão não era a Doutrina Monroe, mas nossos direitos de neutralidade contra a guerra submarina irrestrita e o equilíbrio de poder na Europa. Participamos da Primeira Guerra Mundial, e o resultado dessa guerra foi a destruição completa do poder naval alemão e a extirpação, por um quarto de século, de toda possibilidade de outra ameaça alemã. A França, a Grã-Bretanha e a Alemanha, cada uma delas nos desafiou em nosso caminho em direção à predominância naval nas

águas americanas, e cada uma delas foi forçada a retirar-se devido ao envolvimento em conflitos e lutas pelo poder no Velho Mundo.

### **A supremacia dos Estados Unidos**

A Primeira Guerra Mundial aumentou ainda mais a força naval dos Estados Unidos como resultado de um enorme programa de construção, e a Segunda Guerra Mundial permitiu a conclusão final do programa para o domínio dos mares interiores americanos, bem como para o controle das ilhas da costa atlântica. A Grã-Bretanha precisava desesperadamente de pequenas embarcações, e, em setembro de 1940, os Estados Unidos trocaram 50 destróieres antigos que haviam sido reconicionados para serviço por um arrendamento por 99 anos de áreas para bases aéreas e navais nas ilhas atlânticas pertencentes ao Reino Unido. Foram necessários muitos meses para completarem-se as negociações, mas o acordo foi finalmente assinado em Londres, em 27 de março de 1941. O uso de bases na Terra Nova e nas Bermudas é um presente direto, ao passo que o arrendamento de territórios nas Índias Ocidentais, que incluem Jamaica, Antígua, Santa Lúcia e Trinidad, bem como a base na Guiana Inglesa, é um *quid pro quo* pelos destróieres.

Essas bases navais e aéreas adicionais completaram o controle dos Estados Unidos sobre a orla oriental do Caribe e fizeram das águas azuis entre Nova Orleans e Trinidad um verdadeiro mar interior. A expansão circunferencial dos Estados Unidos, que começou com a compra da Louisiana, agora atingiu a saída sudeste em Trinidad, e a luta pelo controle do Mediterrâneo Americano, que iniciou sua fase moderna logo após a assinatura do Tratado Clayton-Bulwer, entrou em seu último período.

O presente acordo em relação às ilhas é claramente provisório e, assim sendo, muito caro. Há uma enorme quantidade de duplicação entre os estabelecimentos britânicos existentes e os novos sendo construídos para os Estados Unidos. Provavelmente,

será necessário, no longo prazo, assumir o controle das Índias Ocidentais britânicas, junto com todas as outras possessões europeias neste hemisfério. Duas autoridades e duas maneiras de fazer as coisas em uma pequena ilha inevitavelmente produzirão atrito e mal-estar. Não há exemplo histórico de condomínio bem-sucedido, e a experiência com bases navais arrendadas na China também não conduz ao otimismo. Em vez de prolongar a irritação inevitável, seria melhor que se transferissem possessões europeias para os Estados Unidos como pagamento parcial pelos benefícios recebidos sob a Lei de Empréstimo e Arrendamento<sup>264</sup>. Se o humor do Novo Mundo for, então, ainda internacionalista, as ilhas podem ser colocadas sob a tutela dos Estados americanos, conforme previsto pela convenção assinada em Havana, em 1940. Mas o controle real deve, inevitavelmente, estar com a potência que opera as forças navais e militares, que não pode ser outra senão os Estados Unidos. Seja qual for o resultado da guerra, os últimos vestígios do período colonial do hemisfério americano deverão desaparecer.

### **Evolução da Doutrina Monroe**

O presidente Monroe provavelmente não tinha consciência do fato de que estava estabelecendo a base para uma política permanente dos Estados Unidos quando proferiu sua famosa mensagem ao Congresso. Sua própria declaração era a resposta a uma situação específica. Mas a Doutrina tornou-se parte da ideologia política da nação e foi aceita pelo público geral como um dos princípios imutáveis da política externa dos Estados Unidos. Passou a esperar-se que, sempre que uma ameaça à independência dos Estados do Hemisfério Ocidental surgisse, o governo em Washington reafirmaria sua adesão à famosa doutrina, e, em geral, as pessoas não têm se desapontado.

---

264 N. T.: A lei é conhecida como *Lend-Lease*. Foi o mecanismo que permitiu ao governo americano ofertar material de guerra para diversos países durante a Segunda Guerra Mundial, sendo um marco no afastamento de uma política externa neutralista no conflito.

Entre 1823 e 1843, não houve reafirmação da política, em parte porque os Estados Unidos estavam ocupados com a questão da escravidão e da expansão continental, em parte porque a ameaça, à época, vinha da Grã-Bretanha e era muito difícil resistir. Mas, desde então, houve reiteraões e reafirmações da Doutrina por muitos dos presidentes. Em 1845, houve uma importante declaração do presidente Polk, inspirada pelos esforços das potências europeias em impedir a anexação do Texas e pelo medo de que os britânicos pudessem ter planos para a Califórnia. Depois da Guerra Civil, as reafirmações tornaram-se mais frequentes. Em quase todas as administrações, o presidente ou o seu secretário de Estado lograram encontrar uma ocasião apropriada para uma declaração de adesão à tradicional política.

Os princípios originais contidos na mensagem do presidente Monroe, proibições à aquisição de território e à introdução de sistemas externos e não intervenção, foram ampliados e clarificados ao longo dos anos. A proibição à aquisição de território agora significa oposição não apenas à conquista, mas, também, à entrega voluntária de território e à transferência de uma potência não americana para outra, uma extensão que é de importância prática imediata à luz da conquista dos Países Baixos e da França, que têm colônias nas Índias Ocidentais na América do Sul. A objeção à introdução de sistemas externos ainda é firme como sempre, mas a solução do problema é muito mais complicada.

No momento da declaração original, sistemas externos poderiam ser estabelecidos apenas por pressão militar, e prevenir esta inevitavelmente preveniria aqueles. Mas isso foi antes do desenvolvimento da propaganda em larga escala e dos métodos modernos de intervenção não militar. Os Estados Unidos terão, portanto, de desenvolver novas técnicas para prevenir a introdução de sistemas externos em condições modernas.

A desaprovação à intervenção tornou-se cada vez mais forte. Não houve objeções aos serviços de estadistas europeus na mediação e arbitragem de disputas intra-americanas, e serviços semelhantes realizados pela Liga das Nações foram aceitos sem protesto. Originalmente, não havia nem oposição ao uso da força por potências europeias para a proteção de seus direitos e a cobrança de suas dívidas, desde que tais atividades militares não acarretassem a aquisição territorial ou subversão de formas republicanas de governo. Somente após o bloqueio da Venezuela por forças europeias, em 1902, os Estados Unidos opuseram-se a tais formas de coerção, mas, em relação a um aspecto do problema da intervenção, a política dos Estados Unidos não mudou. O país opôs-se no passado e continuará a objetar no futuro qualquer ação que enfraqueça sua posição de poder no Hemisfério Ocidental.

A declaração do presidente Monroe não assumiu a forma de garantia real. Ela não criou a obrigação de preservar a integridade territorial e a independência política das Repúblicas americanas, nem qualquer um dos presidentes posteriores a interpretam assim. Woodrow Wilson foi o primeiro e único presidente a descrevê-la como uma “garantia” real, mas nem mesmo essa frase poderia tornar a Doutrina uma obrigação legal. Os Estados Unidos têm preservado consistentemente a liberdade de ação completa, liberdade para decidirem, em cada instância, se responderiam a ameaças da Europa ou da Ásia e, em caso afirmativo, que medidas tomariam. Até o pacto consultivo assinado em Buenos Aires, em 1936, e a Declaração de Lima, assinada em 1938, não continham obrigações além de consultas em caso de perigo de agressão transoceânica. A licença poética dá direito aos devotos entusiastas do pan-americanismo a chamarem isso de continentalização da Doutrina Monroe, mas isso não significa que os Estados Unidos aceitaram uma obrigação legal de proteger seus vizinhos sul-americanos comparável à contida no artigo 10 do Pacto da Liga das Nações.

Como uma declaração de política, a Doutrina aparece, principalmente, nas proclamações presidenciais, mas seria um erro presumir que ela não recebera confirmação do Congresso. Recentemente, em 10 de abril de 1941, nossos representantes reafirmaram por resolução conjunta o princípio de não transferência de qualquer região neste hemisfério de uma potência não americana para outra. Expressões de adesão do Congresso à Doutrina, na forma de reservas em tratados, têm sido numerosas. Elas aparecem nas reservas às Convenções da Haia, aos tratados de arbitragem assinados por Elihu Root<sup>265</sup>, bem como os Tratados de Arbitragem de 1928 e ao Pacto Briand-Kellogg, de agosto de 1928, no qual se declarou explicitamente que nada no acordo impediria os Estados Unidos de usar a força na defesa do hemisfério. Específica exceção à Doutrina também foi feita, de forma bastante sistemática, nas Leis de Neutralidade, nas quais se afirma que suas disposições não devem se aplicar a qualquer República americana envolvida em guerra contra um Estado não americano, desde que a República americana não esteja cooperando com um Estado não americano em guerra.

O presidente Monroe incluiu em sua doutrina todo o Hemisfério Ocidental. Alguns de seus sucessores na primeira metade do século XIX, ainda que afirmassem sua fidelidade aos seus princípios, acharam vantajoso limitar sua aplicação ao continente norte-americano ou ao Mediterrâneo Americano. Já foi sugerido que, antes da construção do canal do Panamá, a Europa não era apenas mais próxima à costa leste da América do Sul do que os Estados Unidos, mas, também, mais perto da costa oeste. Além disso, deve-se lembrar que, durante a maior parte do século XIX, a Grã-Bretanha, a França, e a Espanha tinham bases navais nas Índias Ocidentais mais próximas do continente meridional do que qualquer uma disponível para o Tio Sam. Esses Estados europeus

---

265 N. T.: Referência aos 25 tratados assinados na gestão de Elihu Root à frente do Departamento de Estado americano.

estavam, aliás, em melhor posição para exercer pressão naval sobre as Repúblicas ao sul do que o governo em Washington. Isso explica, em parte, por que não se insistia na conformação à letra da Doutrina Monroe abaixo do nordeste Brasileiro. Em 1864, os Estados Unidos protestaram quando a Espanha ocupou as ilhas Chinha em sua guerra contra o Peru, e algum tempo depois, durante a guerra da Espanha contra o Chile, o país alertou contra a subversão do sistema republicano de governo, mas não houve nenhum protesto quando a Grã-Bretanha retomou as Ilhas Malvinas em 1833, nem foi levantada nenhuma objeção às intervenções franco-britânicas na região do Prata, nas décadas de 1840 e 1850.

Com o desenvolvimento da navegação a vapor e com nossa crescente força após a Guerra Civil e particularmente após a Guerra Hispano-americana, a posição de poder relativa da Europa e dos Estados Unidos nos países abaixo do Rio Grande mudou em favor destes. A Doutrina Monroe foi novamente considerada aplicável a toda a América Latina. O presidente Theodore Roosevelt estendeu a doutrina para que se aplicasse não apenas às potências europeias, mas também às potências asiáticas, dando-lhe assim sua forma bioceânica moderna.

Não é de se estranhar que, em face da constelação política do mundo contemporâneo, em muitos aspectos tão semelhante à existente em na época de Monroe, um presidente dos Estados Unidos devesse, novamente, reafirmar nossa determinação em resistir às intervenções provenientes do além-mar. Franklin D. Roosevelt, falando perante o Conselho Diretor da União Pan-Americana, em 1939, anunciou que estávamos preparados para manter a paz americana e defendê-la com a extensão máxima de nossa força, “respondendo força com força caso qualquer tentativa seja feita para subverter nossas instituições ou para prejudicar a independência de qualquer um de nosso grupo”. O presidente já havia indicado que nosso poderio estaria disponível para defender o

Domínio do Canadá e, em abril de 1941, ele assinou uma convenção com o ministro dinamarquês estendendo nossa proteção sobre a Groenlândia. A doutrina original de Monroe tornou-se uma de total defesa hemisférica.

Desde que nosso quinto presidente anunciou nossa intenção de tornar-nos protetores deste hemisfério, o aspecto político do mundo mudou muito. Crescemos de um país relativamente pequeno, na costa atlântica da América do Norte, para nos tornarmos um Estado de enorme tamanho, com os recursos de um continente ao nosso comando. Diante de nossa crescente força, as potências da Europa retiraram-se gradualmente deste continente, e somos supremos em grande parte do Novo Mundo. Se somos realmente fortes o suficiente para defender o hemisfério contra uma coalizão nipo-germânica, uma combinação muito mais forte do que aquela que nos enfrentou nos dias de Monroe, isso será analisado na segunda parte deste livro<sup>266</sup>. Mas não há dúvida de que, em 1939, poderíamos ter defendido o mundo ocidental contra qualquer Estado europeu ou asiático.

O Novo Mundo, não obstante seu caráter insular, não tem sido uma esfera isolada, em que se permitiu às forças políticas encontrarem seu equilíbrio natural sem interferência externa. Ao contrário, a estrutura de poder tem sido dependente não apenas dos potenciais de poder inerentes à geografia do continente, mas também da quantidade de poder que os Estados na Europa foram capazes de tornar disponíveis nessa área. A preocupação das nações europeias com o equilíbrio de poder em casa deu-nos a oportunidade de crescer até nossa posição atual de poder. Os Estados da América Latina, embora também tenham acrescido sua força, são mal dotados dos elementos que geram um grande potencial bélico e têm sido incapazes de combinar sua força

---

266 N. T.: A segunda parte do livro *America's strategy in world politics, The Struggle for South America*, que se inicia no capítulo sete, não será reproduzida neste volume.



contra nós. O continente meridional não oferece ameaça à posição hegemônica do setentrional, e os Estados Unidos obtiveram, portanto, poder excedente para atividades fora do Novo Mundo. É esse fato que nos tornou uma potência mundial após a Guerra Hispano-Americana e, desde o início do século XX, começamos a afetar o equilíbrio de poder em todo os oceanos.



## Os Estados Unidos no mundo<sup>267</sup>

Nicholas J. Spykman

*Great statesmen have never lacked a feeling for Geography... When one speaks of a healthy political instinct, one usually means a correct evaluation of the geographic bases of political power.*

Friedrich Ratzel

Os capítulos anteriores<sup>268</sup> delinearão a posição geográfica dos Estados Unidos no mundo e o efeito das interações de forças no equilíbrio de poder nas diferentes zonas continentais. As grandes regiões costeiras do mundo são interdependentes não só economicamente, mas também politicamente. Oceanos não são barreiras; são rotas para o exercício do poder naval, bem como vias expressas para o comércio.

---

267 SPYKMAN, Nicholas. The United States in the World. In: \_\_\_\_\_. *America's Strategy in World Politics*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1942, p. 165-202.

268 N. T.: Este é o sexto capítulo da primeira parte, intitulada *The United States and the balance of power*. Os cinco capítulos precedentes são, em ordem: *Power politics and war*, *The United States in Western Hemisphere*, *From Monroe Doctrine to Hemisphere Defense*, *America and the Transatlantic Zone* e *America and the Transpacific Zone*.

Em razão de o efeito de uma força ser proporcionalmente inverso à distância de sua origem, regiões vastamente espaçadas podem manter certo grau de autonomia, mas não podem ter a esperança de viverem em isolamento. Qualquer guerra que afete as relações de poder entre os grandes Estados em uma zona inevitavelmente irá afetar as relações de poder de todos os outros. Em um período de guerra total, a área da disputa coincide com toda a superfície terrestre. Nenhum grande Estado pode dar-se ao luxo de conduzir políticas externas regionais como se os diferentes continentes do globo consistissem em compartimentos herméticos. Somente estadistas que racionalizem politicamente e estrategicamente em termos globais e em termos de uma guerra tridimensional podem salvar seus países de serem derrotados em flancos distantes. Com o poder aéreo superando o poder marítimo, e a mobilidade, mais uma vez, constituindo a essência da guerra, nenhuma região do globo está demasiadamente distante para não ter significado estratégico, excessivamente remota para ser negligenciada nos cálculos da política de poder.

### **Interdependência continental**

A distância oceânica traz alguma proteção, permite alguma autonomia, mas não o isolamento. O mundo ainda é um único sistema de forças, ainda que os pontos de dispersão estejam agora mais distantes. A Europa já foi o centro a partir do qual o mundo era governado, e, desde que os marinheiros aventureiros da península Ibérica circunavegaram o globo pela primeira vez, o equilíbrio de poder na Europa afetou o equilíbrio de poder em todas as outras áreas. Nos séculos XVII e XVIII, todas as guerras entre potências navais europeias tornaram-se, inevitavelmente, mundiais, pois suas colônias estavam distribuídas por todo o globo e eram o prêmio pelo qual se lutava. No século XIX, surgiu uma fonte independente de poder no Hemisfério Ocidental, e, finalmente, no século XX, um novo centro de poder no Extremo Oriente. Por

muito tempo, a zona europeia permaneceu a mais importante, com o resultado de suas lutas pelo poder afetando o equilíbrio em todas as outras regiões, mas, por fim, a importância relativa entre as zonas mudou, e as demais começaram a influenciar o equilíbrio de poder na Europa.

O século XX é, portanto, um período caracterizado pela descentralização regional do poder e pela existência de esferas relativamente autônomas dominadas a partir de diferentes centros geográficos. Mas descentralização regional significa tão somente autonomia, não independência, conforme demonstrado pelo fato de que um atentado à vida de um arquiduque de Habsburgo, em junho de 1914, pôde desencadear uma guerra mundial<sup>269</sup>. Um conflito que começou na Europa, como uma luta pelo poder nos Bálcãs, entre a Rússia e a Áustria, terminou em uma guerra na qual as nações em todos os cantos do globo participaram e que foi travada em campos de batalha do mar da China à costa de Flandres. Os tratados de paz foram inevitavelmente da mesma escala e continham disposições para revisões territoriais não apenas na Europa, mas também na África, na Ásia e na Austrália. Quando Wilson<sup>270</sup> ofereceu aos estadistas reunidos em Paris um plano para uma nova ordem mundial, ele elaborou um instrumento político proporcional à escala em que os assuntos internacionais teriam de ser conduzidos. A Liga das Nações, em seu próprio nome, simbolizou a mudança histórica que ocorrera desde 1815, quando se pensava que o concerto de potências europeias seria o comitê adequado para a administração dos assuntos globais.

Os idealistas que pensaram que o mundo poderia ser governado pela opinião pública e por sanções morais acreditavam

---

269 N. T.: Referência ao assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, episódio que foi o estopim da Primeira Guerra Mundial.

270 N. T.: Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos.

que o Pacto<sup>271</sup> seria autoexecutório. Mas os realistas obstinados, convencidos de que a força material ainda seria necessária, estavam preocupados com a sua natureza sob os auspícios da Liga e com a necessidade de freios e contrapesos. O papel do poder aéreo não fora previsto, e a interpretação anglo-saxônica da guerra, que atribuiu a derrota alemã ao seu bloqueio, naturalmente presumiu que a pressão econômica seria o grande instrumento da coerção internacional do futuro. Pressão econômica significava bloqueio, e bloqueio significava a frota britânica. Quem vigiaria o vigilante, quem deveria impedir o Império de fazer da Liga um instrumento da política britânica? Apenas uma frota forte o suficiente para equilibrar os britânicos poderia desempenhar essa função, e apenas os Estados Unidos poderiam construí-la e mantê-la. À luz do fato de que os Estados Unidos nunca aderiram à Liga, e que a Grã-Bretanha desejou ter recusado o convite, na metade das vezes, essa preocupação inicial com o exercício de sua autoridade é intrigante, mas ilustra que, quando a Liga foi considerada seriamente como instrumento da política mundial, as considerações de equilíbrio de poder estavam muito em primeiro plano.

No final das contas, os dois Estados que mais se teriam beneficiado do desenvolvimento do novo instrumento o rejeitaram, a primeira indicação de que seus principais estadistas estavam fora de sintonia com seu tempo e ignorantes do fato de que o século XIX se fora para sempre. A Grã-Bretanha era uma potência mundial com territórios em cada parte do globo, e os Estados Unidos haviam acabado de se descobrir suficientemente envolvidos nas questões europeias para participar de seu conflito sangrento e suficientemente envolvidos na questão asiática para discutir abertamente as possibilidades de outra guerra com o Japão. Mas um estranho legalismo atrapalhou seu raciocínio e os fez temer os compromissos que a adesão implicava, esquecendo

---

271 N. T.: Carta da Liga das Nações, assinada em 28 de junho de 1919.

---

completamente de que os fatos da geografia e a natureza da política de poder inevitavelmente os envolveriam em disputas longínquas, não obstante sua liberdade jurídica.

Se os Estados Unidos tivessem entrado na Liga das Nações, o Conselho<sup>272</sup> em Genebra ter-se-ia tornado o principal tabuleiro de xadrez para o jogo da política mundial, e as conferências sobre o desarmamento, sob os auspícios da Liga, a arena para as disputas mundiais de poder. Os Estados Unidos não aderiram, mas tomaram a iniciativa de convocar a primeira conferência pós-guerra para negociar a redução de armamentos, e, mais tarde, participaram das reuniões preliminares da Liga em Genebra.

Para o estudante da política de poder, as conferências de desarmamento têm um fascínio especial que as distingue de todas as outras conferências. Elas trazem à luz do dia a competição e a luta pelo poder que, de outra forma, permanecem escondidas atrás das visitas de cortesia de primeiros-ministros, da verbosidade da linguagem diplomática e da fraseologia vazia de resoluções unânimes. Somente quando estadistas tentam chegar a acordos sobre o armamento máximo que os países devem ter é que o efeito e a interação dos equilíbrios de poder regionais tornam-se mais claramente visíveis. Isso é particularmente verdadeiro para o desarmamento naval, pois o poder marítimo é, por natureza, menos restrito em suas operações do que o poder terrestre.

Em uma conferência de desarmamento, um Estado formula seus requisitos para segurança territorial tanto domesticamente quanto no exterior, e esses requisitos são inevitavelmente relativos à força militar de outros Estados. Mas a afirmação das necessidades militares não é apenas uma estimativa dos meios necessários para se garantir a segurança territorial, é também uma confissão das

---

272 N. T.: O Conselho da Liga das Nações, composto por membros permanentes e não permanentes, tinha várias funções, entre elas a de resolução de disputas internacionais.

aspirações de poder regionais e extrarregionais. Estados estão sempre dispostos a desarmar-se desde que seus inimigos potenciais se desarmem mais, uma vez que sua posição de poder relativa será melhorada. Uma conferência de desarmamento naval torna-se, portanto, uma guerra de papel, na qual cada delegação tenta preservar sua própria frota e afundar o máximo possível de outras frotas. Ela simboliza a pura luta pelo poder, com cada Estado buscando a maior margem de segurança.

### **A Conferência de Washington**

A primeira conferência sobre o desarmamento após a Primeira Guerra Mundial, que veiculou as aspirações de poder dos grandes Estados marítimos e demonstrou a interdependência de disputas de poder regionais, foi a conferência convocada em Washington, em 1921. As relações entre os antigos aliados estavam longe de ser cordiais. A tensão em relação aos movimentos japoneses na Ásia criara uma situação que ameaçava tornar-se uma rivalidade naval séria, e as relações americanas com a Grã-Bretanha também estavam longe de ser harmoniosas. A ação conjunta contra os poucos neutros remanescentes após 1917 não obliterara o sentimento amargo em relação ao tratamento britânico aos direitos de neutralidade americanos nos dias de nossa não beligerância. Certos círculos estavam determinados a garantir que os Estados Unidos não deveriam nunca mais ter de enfrentar uma situação em que poderiam ter de aceitar a interpretação de um beligerante acerca de seus direitos sob o direito internacional. Uma força naval adequada parecia ser a resposta para o problema, e o fim da guerra, que provocara remoção de uma grande potência marítima, iniciou, portanto, uma feroz competição naval entre os sobreviventes.

A Grã-Bretanha saiu da guerra com uma grande melhoria em sua posição naval. A frota alemã havia sido destruída enquanto os britânicos continuaram um enorme programa de construção durante todo o conflito. A França e a Itália ficaram para trás na



construção de frotas de batalha, e suas marinhas estavam em potencial oposição, neutralizando-se no Mediterrâneo. Desde a Batalha de Trafalgar não havia tão pouco poder naval no continente europeu para desafiar o poder britânico. Sua frota estava livre para as tarefas de construção de um Império e de envolvimento na política mundial, mas, nesse horizonte mais amplo, o país encontrou novas forças navais nas águas americanas e nos mares do Extremo Oriente.

O Japão e os Estados Unidos, ambos com praticamente nenhuma perda naval na guerra e com um grande aumento da construção, saíram do conflito muito mais fortes do que entraram. É verdade que os Estados Unidos, a pedido dos britânicos, concentraram-se fortemente em destróieres, mas, com o Armistício, veio a liberdade para se dedicarem às suas necessidades de longo prazo. O programa de construção de 1918, que deveria ser concluído em 1925, incluiu doze navios de guerra adicionais e dezesseis cruzadores de batalha a mais, e, nos três anos entre o Armistício e o Tratado de Washington<sup>273</sup>, os Estados Unidos construíram mais navios do que o resto do mundo combinado. Se a expansão contemplada tivesse sido realmente alcançada, a marinha dos Estados Unidos teria sido a mais forte do mundo.

Os britânicos fizeram várias tentativas delicadas para impedir nossas ambições navais e sugeriram que seria impossível abdicar de sua posição tradicional de supremacia naval. O Tio Sam continuou a construir, e a Grã-Bretanha tinha de ajustar-se ao fato de que uma potência emergira no mundo, a qual não poderia ser equilibrada em sua própria esfera e que não apenas se recusava a aceitar uma posição secundária, mas tinha a força financeira para superar os britânicos em construção naval se assim o desejasse. A Grã-Bretanha continuou a pleitear, e os Estados Unidos

---

273 N. T.: Tratado assinado por cinco potências em 6 de fevereiro de 1922, cujo objetivo era regular a expansão militar naval.

finalmente ofereceram o que parecia um compromisso generoso, a paridade. Um acordo sobre uma trégua informal foi feito na Conferência de Paz de Paris, no qual Wilson prometeu suspender a construção naval competitiva em troca do apoio à Liga das Nações, mas nenhuma ação formal foi tomada até a Conferência de Washington.

O plano de limitação de armamento naval contido no discurso de abertura do secretário Hughes<sup>274</sup> incluiu uma proposta de proporção de força entre as grandes marinhas do mundo, com a devida atenção ao efeito recíproco do poder regional. A razão proposta era 5:5:3:1,75:1,75 para Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão, França e Itália, respectivamente. A França e a Itália receberam igualdade de forças uma em relação à outra, e aos britânicos foi oferecida uma razão de 5:3,5 em relação às suas frotas combinadas, o que era uma margem segura, superior ao seu padrão tradicional europeu de duas potências. A razão entre o poder naval americano, europeu e o asiático foi expressa como paridade para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos e a proporção de 3:5 para a frota japonesa.

Depois de um debate prolongado e por vezes amargo, a Conferência finalmente chegou a um acordo, mas cobriu muito menos do que o esperado. Previa limitação, mas ela se aplicava a navios de guerra e porta-aviões apenas. O tamanho máximo dos cruzadores deveria ser de 10 mil toneladas, e seu armamento deveria limitar-se a armas de oito polegadas, mas foi impossível para os Estados concordarem sobre o número que cada um deveria ter, e outros navios auxiliares permaneceram igualmente sem restrições. Os franceses ficaram muito ressentidos com a proposta americana de que aceitassem a paridade com a Itália, e a delegação francesa argumentou convincentemente que a França era uma potência mundial, inevitavelmente obrigada a destacar grandes elementos

---

274 N. T.: Charles Evans Hughes, que ocupou a chefia do Departamento de Estado americano de 1921 a 1925.

de sua força naval para possessões remotas, enquanto a Itália era apenas um Estado mediterrâneo e poderia, portanto, concentrar toda a sua força na vizinhança da costa francesa. O Japão também queria uma razão maior do que a proposta, e os britânicos e franceses envolveram-se em uma disputa acirrada sobre a tentativa daqueles de abolir submarinos. Um acordo limitado, entretanto, foi finalmente alcançado. As principais potências navais do mundo aceitaram uma moratória naval e um programa de substituição por meio dos quais a razão de 5:5:3:1,67:1,67 se tornaria, em dez anos, a expressão do poder naval relativo em belonaves e porta-aviões.

O acordo estabilizou o tamanho das frotas de batalha, e a competição naval transferiu-se, portanto, para o campo dos cruzadores. Entre 1921 e 1930, as três principais potências navais, bem como a França e a Itália, tentaram melhorar sua posição relativa de poder por meio da construção de cruzadores. Essa forma de disputa terminou em 1930, quando a Conferência de Londres<sup>275</sup> resultou em um acordo sobre o número de cruzadores entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Japão. A partir desse momento, a natureza da disputa foi transferida de uma competição por mais navios para uma competição por navios melhores. Mas mesmo as restrições quantitativas não durariam. Elas chegaram ao fim em dezembro de 1936, quando os Tratados de Washington e Londres expiraram como resultado de uma notificação formal de dois anos dada pelo governo japonês em dezembro de 1934.

A proposta americana de que a Grã-Bretanha aceitasse a paridade e abdicasse de sua reivindicação tradicional de supremacia naval era um pedido difícil de conceder. Os britânicos objetaram pelos mesmos motivos que os franceses utilizaram para argumentar contra a concessão de paridade aos italianos. A Grã-Bretanha, apontaram seus porta-vozes, tinha responsabilidades em todas as

---

275 N. T.: A Conferência Naval de 1930 buscou limitar e reduzir o armamento naval de classes não abrangidas no Tratado de Washington, como submarinos.

partes do globo, os Estados Unidos apenas no Hemisfério Ocidental e no Extremo Oriente. Os britânicos, portanto, obviamente precisavam de uma frota muito maior. Em Washington, aceitaram relutantemente a paridade em princípio, mas foram necessários mais dez anos antes que a Grã-Bretanha estivesse realmente pronta para ceder. O acordo inicial previa igualdade apenas em navios de capitais<sup>276</sup> e porta-aviões, e por meio de uma adesão estrita à letra desse tratado, os britânicos tentaram impedir sua extensão a todas as categorias. Os Estados Unidos estavam, no entanto, totalmente determinados a obter o reconhecimento de suas reivindicações de paridade geral. Depois de uma conferência fracassada em Genebra, em 1927, isso foi finalmente alcançado em 1930, na Conferência em Londres.

A proporção que proposta para Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão não era apenas uma aproximação geral da força naval existente em termos de navios construídos e em construção; também foi uma estimativa razoavelmente precisa do poder marítimo potencial das partes. A era de Nelson<sup>277</sup> passara. A sede do poder não estava mais somente na Europa, e a possibilidade de se manter a supremacia mundial por meio de um equilíbrio europeu cessara de existir. Na virada do século, o Hemisfério Ocidental havia sido remido do controle naval britânico. A Argentina e o Chile haviam começado a construir marinhas que superavam em poderio os esquadrões britânicos operando a partir das ilhas Malvinas, e os Estados Unidos obtiveram supremacia naval sobre o Mediterrâneo Americano. Nos termos de sua aliança com o Japão, a Grã-Bretanha continuava a controlar as rotas marítimas ao redor do Velho Mundo, mas o poderio naval do aliado oriental havia aumentado progressivamente, e, após a Primeira Guerra Mundial, este obteve supremacia naval em suas águas domésticas. A descentralização regional do poder era um fato.

---

276 N. T.: *Capital ships*, termo usado para designar encouraçados e cruzadores de batalha.

277 N. T.: Horatio Nelson (1758-1805) foi um almirante britânico. Morreu na Batalha de Trafalgar em 1805.

## A aliança anglo-japonesa

A descentralização significava autonomia relativa, mas não independência. Os equilíbrios de poder nas diferentes zonas continuaram a influenciar uns aos outros, e as relações entre as zonas asiática e europeia tiveram uma influência imediata no significado e na importância dos coeficientes navais para os Estados Unidos. A proposta era para uma razão geral de 5:5:3, que teria permitido a cada uma das grandes potências permanecer suprema em sua esfera respectiva. Os japoneses eram protegidos pela distância, pelo coeficiente e pelas cláusulas de desmilitarização. Com os Estados Unidos inevitavelmente forçados a manter considerável quantidade de forças navais no Pacífico, a Grã-Bretanha, do outro lado do Atlântico, poderia enviar parte considerável de sua frota para fora das águas europeias sem ter de temer o poder naval americano. A mesma situação aplicava-se aos Estados Unidos. Sua posição estaria assegurada desde que o país tivesse de enfrentar a possibilidade de guerra em apenas um oceano.

Qualquer aliança entre as potências navais europeias e asiáticas significaria, no entanto, que os Estados Unidos estavam expostos a uma guerra em duas frentes oceânicas e em uma proporção de oito para cinco. Tal aliança entre o Japão e a Grã-Bretanha, datada de 1902 e renovada periodicamente para os períodos subsequentes, de fato existia. O acordo era originalmente dirigido contra a Rússia, não contra os Estados Unidos, e sempre se presumiu que não seria aplicável no caso de uma guerra nipo-americana, mas a letra do tratado não era uma garantia certa de que essa era a única interpretação. O acordo existente deveria extinguir-se no dia 13 de julho de 1921, e o governo americano tinha sugerido em Londres que, se o tratado fosse renovado, apreciaria que uma cláusula afirmando especificamente que ele não era direcionado contra os Estados Unidos fosse incluída.

Na Conferência de Washington, a delegação americana, juntamente com a canadense, argumentou fortemente contra a

renovação, e o governo britânico finalmente consentiu. A contra-proposta para sua transformação em uma aliança tripla não foi aceita, mas um compromisso substituto foi finalmente alcançado na forma de um tratado quadripartite, um compromisso muito menos vinculante. Ele incluía a França, em parte para conferir-lhe prestígio, mas sobretudo para proteger os Estados Unidos contra uma posição minoritária. Não foi um acordo de apoio mútuo, mas apenas uma promessa de respeito às possessões insulares e de consultas, no caso de perigo. A aliança anglo-japonesa não existia mais, e o perigo de um cerco euroasiático aos Estados Unidos foi removido.

### **A aliança teuto-japonesa**

O temor de encontrarmo-nos entre duas grandes potências navais no controle das zonas costeiras europeia e asiática do continente da Eurásia, que perturbara nossos estadistas na Conferência de Washington, tornar-se-ia uma realidade ameaçadora vinte anos depois. Em 27 de novembro de 1936, o Japão tornou-se parceiro do denominado Pacto Anticomintern<sup>278</sup>. O interesse comum expresso nesse acordo com a Alemanha derivou do simples fato geográfico de que ambos eram vizinhos da Rússia, cercando-a no oeste e no leste, e estavam, portanto, em posição de impedi-la, por uma simples aliança, de concentrar sua força militar total em uma fronteira. O Japão e a Rússia vinham lutando em escaramuças fronteiriças na fronteira entre a Mongólia e Manchukuo por vários anos, e sempre perdurara a ameaça de ataques aéreos de Vladivostok. Um acordo que mantivesse a Rússia ocupada em sua fronteira europeia era, portanto, de grande vantagem para o Japão, oferecendo-lhe considerável liberdade de ação contra a China.

Em razão das vantagens óbvias dessa aliança para o Japão, as notícias de um acordo teuto-russo, feito em 23 de agosto de

---

278 N. T.: Acordo entre a Alemanha e o Japão direcionado contra a União Soviética.

1939<sup>279</sup>, para a quarta partição da Polônia, causou consternação considerável na Terra do Sol Nascente. Ele ocasionou a queda do gabinete e semeou dúvidas acerca da confiabilidade do parceiro europeu. Mas não havia real necessidade para preocupação e ansiedade. O acordo sobre a Polônia somente poderia ser um expediente temporário, e o desaparecimento do Estado tampão não poderia diminuir, somente intensificar, a oposição inerente entre Berlim e Moscou. Ademais, a guerra iniciada pelo tratado trouxe outras vantagens ao Japão. Ela significou a absorção do poder naval britânico no oeste e a redução de sua força no Extremo Oriente e no Mediterrâneo Asiático. O alinhamento entre Alemanha e Japão em condições modernas da política internacional é lógico e, portanto, não deveria causar surpresa sua reafirmação, em 27 de setembro de 1940, na forma de um tratado de aliança entre Alemanha, Itália e Japão.

O tratado previa “reconhecimento recíproco e respeito pela liderança dos respectivos parceiros no estabelecimento de uma nova ordem na Europa e na Grande Ásia Oriental”. Também estipulou que eles ajudariam uns aos outros com meios políticos, econômicos e militares se um dos Estados contratantes fosse atacado por uma potência que não estivesse, à época, envolvida na guerra europeia ou no conflito sino-japonês. Embora o tratado estabelecesse que não afetaria o *status* político que existia entre cada uma das partes contratantes e a Rússia soviética, era óbvio que o acordo foi dirigido não só contra a Rússia, cuja localização geográfica a tornava uma ameaça permanente nas fronteiras terrestres da Alemanha e do Japão, mas também contra os Estados Unidos.

Entretanto, em 1940, a Alemanha ainda não estava pronta para retomar sua expansão oriental, para enfrentar seu inimigo

---

279 N. T.: Referência ao Pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em Moscou, que definiu a partição da Polônia entre a Alemanha e a União Soviética, sendo também um pacto de não agressão.

natural e tradicional e para perseguir sua missão histórica de expulsar os eslavos da Europa. Ela ainda estava seguindo a política expressa na máxima “uma guerra de cada vez”, ainda ansiosa para evitar um conflito militar em duas frentes. Isso significava concentrar-se na Grã-Bretanha e adiar a campanha russa. A Alemanha tentou congelar não só a fronteira teuto-russa na Europa, mas também a fronteira nipo-russa na Ásia. Se ela o lograsse, ambos os parceiros seriam capazes de se concentrar em ações contra o poder naval anglo-saxão. Berlim, portanto, tentou aproximar Tóquio e Moscou em um acordo comparável ao acordo Berlim-Moscou de agosto de 1939, mas, somente em 13 de abril de 1941, o Japão e a Rússia finalmente assinaram um tratado de não agressão e neutralidade. Nesse tratado, eles prometeram manter relações pacíficas e amigáveis e respeitar a integridade territorial mútua.

À época da negociação, assinatura e ratificação do tratado, a Alemanha havia decidido por uma mudança fundamental na política de guerra. Um ataque irrestrito à Grã-Bretanha foi adiado, e a expansão para o leste foi retomada. Em 22 de junho de 1941, o país invadiu a Rússia e lançou suas forças na direção de Leningrado, Moscou e Odessa. O Japão foi convidado a esquecer seu acordo de neutralidade com a Rússia, assinado no mês de abril, e lembrar-se seu tratado de aliança com a Alemanha, concluído no ano anterior. O poder do Exército de Hitler manteria ocupadas todas as forças da Rússia no oeste, e caberia ao Japão concretizar sua grande oportunidade e tomar o leste da Sibéria. Até dezembro de 1941, o Japão ainda não havia aproveitado a ocasião [...]. Stalin não se impressionou suficientemente com a promessa japonesa de não agressão para remover seu Exército da fronteira asiática, e a derrota das forças russas na Europa ainda não havia sido suficientemente conclusiva para induzir o Japão a agir em face da oposição britânica e americana.

A geografia tornou inevitável uma aliança teuto-japonesa contra a Rússia, mas, quando o acordo entre os dois parceiros foi



---

anunciado em 1940, seu objetivo principal era impressionar os Estados Unidos e ameaçá-los com uma guerra em dois oceanos se o país decidisse juntar-se à Grã-Bretanha em operações militares no Atlântico. A publicação do tratado e os comentários sobre seu significado, feitos por porta-vozes alemães e japoneses, foram claramente destinados a servir como um aviso na esperança de que nós focaríamos nossa atenção no Extremo Oriente e nos sentiríamos incapazes de uma ação efetiva no oceano oriental. Foi uma tentativa óbvia de evitar que as principais vítimas da expansão teuto-japonesa unissem forças, a fim de que pudessem ser destruídas separadamente. Se os Estados Unidos pudessem ser mantidos fora do conflito, seria fácil lidar com o país depois da derrota da Grã-Bretanha e da Rússia e da destruição de todo o poder de resistência no Velho Mundo.

Muitas pessoas nos Estados Unidos, especialmente em círculos isolacionistas, ficaram impressionadas com a manobra e começaram a falar sobre o perigo de envolver-se em um conflito em ambos os oceanos, mas a maioria da nação recusou-se a ficar impressionada. A tentativa de assustar-nos e causar a não intervenção, por mais fundamentadamente concebida a partir do ponto de vista da estratégia e da política, era falha do ponto de vista da psicologia. Se a aliança quisesse lançar terror nos corações do povo americano, não deveria ter selecionado o Japão como uma ameaça. O Império do Sol Nascente acabara de provar que estava tendo dificuldade em derrotar a China e, com ou sem razão, a força militar do Mikado não era algo que assustava o cidadão americano médio. Os Estados Unidos se recusaram a ser intimidados. O país aumentou sua ajuda para a Grã-Bretanha e para a China e começou a transportar remessas da Lei de Empréstimo e Arrendamento ao longo da rota marítima do Atlântico e da rota terrestre da Birmânia. A invasão japonesa da Indochina francesa foi respondida com represálias econômicas, e a invasão alemã da Rússia foi recebida com uma declaração conjunta do primeiro-ministro Churchill e do

presidente Roosevelt de que seus países concederiam total ajuda à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

### **O padrão da política internacional**

A aliança teuto-japonesa de 1940 e a contra-aliança, construída para se opor a ela, entre Grã-Bretanha, Rússia, China e Estados Unidos, definem os contornos básicos da política internacional contemporânea. Ela resulta das políticas dessas grandes unidades de poder e contém os seguintes padrões de conflito.

A Alemanha está engajada em um conflito com a Grã-Bretanha pela hegemonia do continente europeu e pelo controle do Mediterrâneo, o qual lhe dará domínio sobre o norte da África e acesso ocidental ao oceano Índico. Ela deseja incorporar a Rússia europeia, inclusive os montes Urais, à esfera alemã, destruir o Exército russo e remover para sempre qualquer perigo a sua posição que possa vir do *Heartland* da Ásia. Ademais, ela utiliza o Japão como uma ameaça ao poder terrestre russo e ao poder naval anglo-americano e tenta utilizar a América Latina como um contrapeso aos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental.

O Japão está em conflito com a China pela hegemonia no Extremo Oriente e com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos pelo controle do Mediterrâneo Asiático, o qual garantirá seu domínio sobre a Austrália e o acesso oriental ao oceano Índico. O país gostaria de incorporar a Rússia asiática até o lago Baikal à esfera japonesa e remover para sempre a ameaça à sua posição que pode emergir do *Heartland* da Ásia por meio de Vladivostok. A Alemanha, sua aliada no oeste, ocupa-se do poder terrestre russo na Europa e do poder naval anglo-americano no Atlântico. O Japão gostaria de usar a América Latina como um contrapeso aos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, mas não está bem posicionado para uma execução exitosa de tal política e deixa, portanto, a maior parte dessa tarefa para a Alemanha.

A Rússia é cercada pela Alemanha no oeste e pelo Japão no leste. Ela apoiou, durante anos, as forças da República Chinesa que confrontaram o poder terrestre japonês. Ela própria está enfrentando o poder terrestre alemão na Europa e cooperando com a Grã-Bretanha e com os Estados Unidos, que estão engajando-se contra o poder naval e aéreo de seus vizinhos oriental e ocidental.

Os Estados latino-americanos desejam preservar sua liberdade e independência e desejam um mundo no qual a Ásia e a Europa sejam fortes o suficiente para equilibrar os Estados Unidos sem colocar em risco sua própria segurança.

Os Estados Unidos querem preservar sua supremacia naval sobre o Pacífico Oriental e o Atlântico Ocidental, controle absoluto sobre o Mediterrâneo Americano e a hegemonia sobre a maior parte da América do Sul. O país ajuda a Grã-Bretanha no oceano oriental, a China do outro lado do oceano ocidental e a Rússia no centro da massa terrestre euroasiática, a fim de preservar algum equilíbrio de poder na Europa e Ásia. Desde dezembro de 1941, o país está envolvido como beligerante total na Segunda Guerra Mundial.

### **A geografia da Segunda Guerra Mundial**

Para se compreender todas as implicações desse alinhamento de forças, o padrão da política internacional deve ser projetado contra uma imagem da geografia da superfície terrestre. A posição regional dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental e sua relação com o conflito em curso nas zonas transatlântica e transpácífica já foram esboçados. Este capítulo deve combinar aqueles esboços em uma imagem global.

Em razão de o mundo ser uma esfera, e não uma superfície plana, as relações entre o Novo Mundo e o Velho Mundo são, na realidade, bastante diferentes daquelas que um gráfico plano sugere.

Apenas ao visualizar-se diferentes projeções cartográficas ao mesmo tempo, pode-se obter uma imagem do significado geopolítico da distribuição das massas de terra na superfície terrestre.

Em uma projeção polar, duas características significativas destacam-se claramente: a concentração das massas de terra no Hemisfério Norte e a sua dispersão em forma de estrela-do-mar, a partir do Polo Norte como um centro, em direção à África e ao cabo da Boa Esperança, à América do Sul e ao cabo Horn, e à Austrália e ao cabo Leeuwin. Esse tipo de mapa claramente indica que os continentes do norte, em termos de distâncias oceânicas, estão muito mais próximos do que os continentes do sul. Isso exagera a separação geográfica real destes, mas confere expressão simbólica ao isolamento político mútuo. As relações entre a América do Norte e os dois lados do continente euroasiático são as linhas de base da política internacional, enquanto as relações entre a América do Sul, Austrália e África não são importantes.

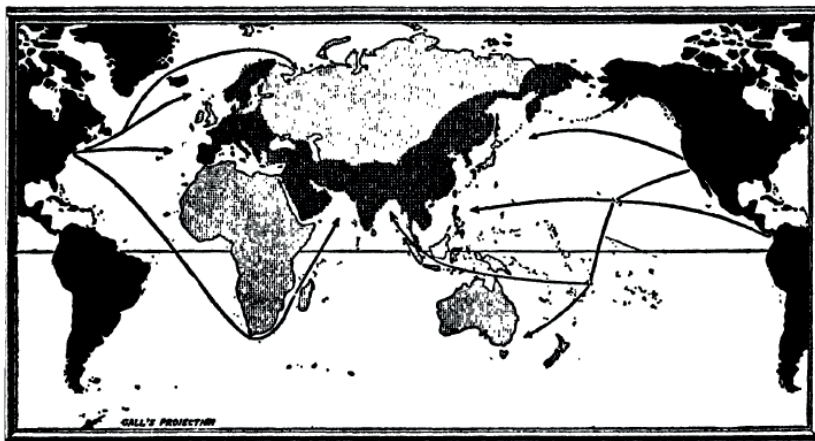
Tal projeção deixa claro também que o Hemisfério Ocidental e a massa terrestre da Eurásia realmente se defrontaram em três corpos d'água: o oceano Ártico, o Atlântico e o Pacífico. Isso mostra os três conjuntos de costas opostas, mas enfatiza particularmente a esquecida costa polar, que, embora de pouca importância econômica e política e com pouco significado para o poder naval, não deixa de ser importante em termos de poder aéreo. O litoral coberto de gelo tem pouco a oferecer e nenhum ponto de importância estratégica pelo qual valha a pena lutar, mas é concebível que a zona polar possa ser, no futuro, uma área de trânsito para a comunicação aérea. Ao longo dessa frente, as menores distâncias entre costas opostas do Novo e do Velho mundos são encontradas nos pontos onde o mar polar se junta aos oceanos Pacífico e Atlântico. O leste da Sibéria e o Alasca estão a menos de 60 milhas através do estreito de Bering, e a Noruega e a Groelândia estão separadas pelo Atlântico Norte em um ponto onde sua largura é de menos de mil milhas.

---

Em razão de condições climatológicas, esse *front* setentrional é, na verdade, o menos importante, e as principais zonas de contato entre o Velho e o Novo Mundo localizam-se, portanto, nos mais extensos cinturões oceânicos do Atlântico e do Pacífico. Esse fato, o qual a projeção polar falha em demonstrar, é claramente perceptível em projeções tais como a de Mercator ou a estereográfica de Gall. Esse tipo de mapa mostra que tanto o Velho quanto o Novo Mundo têm costas nos dois oceanos e que, de um ponto de vista geográfico, pode ser dito que eles circundam um ao outro. Tal mapa com o centro ao longo do meridiano 80° Leste, perto da ponta da Índia britânica, mostrará os continentes do Velho Mundo cercados, a leste, pela costa oeste do Novo Mundo e, no oeste, pela costa leste do Novo Mundo. Um mapa similar, com o Novo Mundo no centro ao longo do meridiano de 90° Oeste, indica que as Américas estão rodeadas pela costa oeste do Velho Mundo no leste e pela costa leste do Velho Mundo no oeste. A menos que seja postulado que as distâncias oceânicas irão evitar o exercício de pressão perigosa, a força relativa dos dois parceiros irá determinar para quem o abraço pode tornar-se um estrangulamento e uma carícia de morte.

Se o Novo Mundo puder ser unido ou organizado de tal maneira que grandes massas de força sem contrapesos estejam disponíveis para ação através do oceano, ele pode influenciar a política da Europa e da Ásia. E, se o Velho Mundo permanecer dividido e equilibrado, essa força externa pode desempenhar papel determinante em sua vida política. Se, por outro lado, o Velho Mundo puder ser unido ou organizado de tal maneira que grandes massas de poder sem contrapesos possam tornar-se disponíveis para ação através do oceano, o Novo Mundo será cercado e, a depender de suas capacidades de resistência, pode ter de submeter-se aos ditames do Velho. A possibilidade de cerco depende, portanto, dos potenciais de poder de ambos os mundos e da possibilidade de sua integração em unidades políticas únicas ou coalizões.

O campo de batalha no qual agora se trava a grande disputa pelo poder mundial é o Velho Mundo, que consiste no grande continente eurasiático no norte, com a África ao sudoeste e a Austrália a sudeste. Esses dois últimos continentes estão separados um do outro pelo oceano Índico. A massa terrestre eurasiática e a costa setentrional da África e da Austrália formam três zonas concêntricas e funcionam, na política internacional, em termos das seguintes realidades geopolíticas: o *Heartland* do continente setentrional, a *Rimland*<sup>280</sup>, os mares marginais e os continentes periféricos da África e da Austrália.



Mapa 11 – O cerco do Velho Mundo

## O cerco do Velho Mundo

A zona interna em torno da qual as outras estão agrupadas é o núcleo central do *Heartland* eurasiático. Seu litoral fica ao longo do oceano Ártico, entre as cadeias de montanhas do norte da Noruega e as montanhas Anadyr, na península de Tchukotka, na Sibéria. Seu enorme território estende-se do oceano Ártico até a cadeia de

---

280 N. T.: Pode ser traduzido como bordas continentais. Ver introdução para maiores detalhes do conceito.

---

montanhas circundante que começa na Europa, com os Cárpatos, e inclui os Balcãs e os platôs da Anatólia, do Irã e do Afeganistão no Oriente Próximo. A partir daí, a função de barreira é exercida pelas cordilheiras Pamir, Tian Shan e Altai e pelos planaltos Mongol e Siberiano, a leste do lago Baikal. Ao redor dessa massa terrestre, da Grã-Bretanha ao Japão e entre o continente setentrional e os dois ao sul, corre a grande rota marítima circunferencial do mundo. Ela começa nos mares interiores e marginais da Europa Ocidental, o Báltico e o mar do Norte; progride através do Mediterrâneo e do mar Vermelho; atravessa o oceano Índico, de Áden a Penang; passa pelo Mediterrâneo Asiático e pelos mares marginais do Extremo Oriente, o mar do Leste da China e o mar do Japão; para, finalmente, terminar no mar de Okhotsk.

Entre o centro da massa de terra eurásiana e a rota marítima circunferencial, há uma grande borda continental (*Rimland*). Ela inclui a Europa Ocidental e a Central; os países do planalto do Oriente Próximo, Turquia, Irã e Afeganistão; o Tibete, a China e Sibéria Oriental; e as três penínsulas da Arábia, da Índia e da Indochina. Nessa zona fronteira, desenvolveram-se todas as grandes civilizações do mundo, exceto Egito e Cartago, no litoral sul do Mediterrâneo, e as primeiras civilizações de Sumatra e Java, no litoral sul do Mediterrâneo Asiático.

Em decorrência da inadequação da costa do Ártico como saída para o oceano, o grande *Heartland* somente pode encontrar acesso ao mar por rotas que cruzam a barreira de montanhas circundante e a posterior borda continental (*Rimland*). As únicas saídas fáceis são pelo Báltico e pelo mar Negro e pelas rotas terrestres através da planície do Norte da Alemanha, entre o maciço escandinavo e os Cárpatos. As outras passagens são estreitas e difíceis, limitadas a simples estradas através de árduas passagens montanhosas. O Turquestão russo pode encontrar uma saída apenas através do planalto iraniano até o golfo Pérsico ou através

do Afeganistão e a passagem de Khyber para o vale do Indo. Ele tem outra saída para um oceano distante, a velha Rota da Seda através das passagens das montanhas de Tian Shan e Xinjiang, ao norte do Tibete, até a China Central e o Pacífico. A Sibéria Central alcança o mar pela depressão entre Tian Shan e as montanhas Altai sobre o planalto Mongol, daí para Pequim e o mar de Bohai, ou ao norte da cordilheira de Altai, contornado o lago Baikal, descendo o vale do Amur até o mar do Japão.

As costas setentrionais da África e da Austrália são, estrategicamente, parte dos Mediterrâneos europeu e asiático e, como tais, parte da zona marítima e da rota circunferencial. O resto dos dois continentes meridionais é separado de suas costas ao norte por vastos cinturões desérticos. Eles funcionam, do ponto de vista das comunicações, como ilhas separadas, não como partes conectadas da mesma massa continental. Por carecerem de contingentes populacionais e de recursos necessários ao desenvolvimento de potencial bélico, eles têm sido dominados por qualquer um que estabeleça uma supremacia naval em suas zonas costeiras.

O *Heartland* do continente eurasiático é domínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o maior Estado do mundo. Muito de seu território é ártico, zona desértica e de inóspitas cordilheiras, mas há ainda vastas áreas adequadas à agricultura e um subsolo rico em recursos minerais. Há espaço para uma população muito superior ao número atual de quase 200 milhões, e a aplicação plena de tecnologia ocidental aos recursos do vasto território poderia desenvolver uma economia forte o suficiente para sustentar uma das grandes máquinas de guerra do século XX.

Da Ásia Central, vieram as primeiras invasões na zona de fronteira, as irrupções de bárbaros nômades rumo à Europa, à Pérsia, à Índia e à China. Mais persistente tem sido a pressão sobre a Europa e a China, pois a geografia força o fluxo de poder para



o canal leste-oeste. Ao norte, ficam a tundra e o mar Polar; para o sul, estende-se uma zona de deserto árido e a mais alta barreira de montanhas do mundo; entre essas duas regiões, há um cinturão de pastagens que fornece uma área de mobilidade. Ao longo desse caminho largo, os antigos cavaleiros das planícies exerceram pressão sobre Viena e Pequim, e, ao longo dessa mesma linha, fluíram os impulsos de poder da Rússia moderna. Por 200 anos, desde a época de Pedro, o Grande<sup>281</sup>, a Rússia tem tentando quebrar o circundante anel de Estados fronteiriços e chegar ao oceano. A geografia e o poder naval frustraram-na persistentemente.

Longas guerras com a Suécia legaram o acesso ao Báltico; longas lutas com a Turquia, acesso ao Mar Negro; a expansão oriental causou a absorção gradual do Turquestão chinês, da Mongólia e, em certo momento, da Manchúria, com portos em Porto Arthur e Vladivostok. Mas todos esses litorais estão em mares interiores e marginais, e sua saída para os oceanos ainda é controlada por outras potências. Um dos padrões básicos na política do Velho Mundo durante o século passado foi a oposição entre o poder naval britânico, operando ao longo da rota marítima circunferencial, e o poder terrestre russo tentando abrir uma passagem no anel circundante. Até 1902, o real poder naval para garantir esse aprisionamento era provido apenas pela Grã-Bretanha; após essa data, que marca a assinatura da primeira aliança anglo-japonesa, os dois Impérios insulares, operando a partir de flancos opostos da Eurásia, dividiram o fardo. O Japão encarregou-se da guarda das saídas para o Pacífico; a Grã-Bretanha, das saídas para os oceanos Atlântico e Índico.

Na atual fase da história mundial, a tendência está na direção oposta. É a *Rimland* que está invadindo o *Heartland*. Na Europa, a Alemanha está movendo-se para o leste, e, na Ásia, o Japão está movendo-se para o oeste. O poder naval do Império do

---

281 N. T.: Pedro I (1672-1725).

Extremo Oriente o levou através dos mares marginais, o fez ocupar a costa continental desde os arredores de Vladivostok até Saigon, estabelecer governos fantoches em Hsinking, Pequim, Nanquim e Hanói, e está pronto para se mover rumo à Sibéria Oriental. Se os dois parceiros forem bem-sucedidos, a Rússia será empurrada para trás dos Urais e do lago Baikal. Ela ainda terá um grande território na Sibéria Central, mas que consistirá, principalmente, de gelo polar, tundra e deserto, e terá recursos inadequados à formação de um grande potencial de guerra. Comparado com o tamanho de seus conquistadores, ela terá se tornado um Estado tampão relativamente pequeno, como a Polônia entre a Alemanha e a Rússia em 1939. O resultado será a remoção final de todas as ameaças ao poder terrestre na Europa e no Extremo Oriente que possam vir do *Heartland* do continente. A Alemanha e o Japão estarão então livres para se dedicarem aos seus inimigos remanescentes, para irromper através do Mediterrâneo europeu e asiático até o oceano Índico e para iniciar um movimento de pinça contra o Hemisfério Ocidental.

A área de drenagem do oceano Índico inclui a costa oriental da África, o sul da Arábia, Iraque e Síria e as encostas do sul do Irã e do Afeganistão, bem como da Índia e da Birmânia<sup>282</sup>, uma estreita faixa do oeste da Tailândia e uma zona costeira nas Grandes Ilhas da Sonda e na Austrália Ocidental. A abordagem noroeste rumo ao Oceano Índico é através do Mediterrâneo, passando por Suez e pelo mar Vermelho, ou por via terrestre, através da Síria e Iraque e da Mesopotâmia, até o golfo Pérsico. A abordagem nordeste é através do Mediterrâneo Asiático, passado por Singapura e pelo estreito de Malaca, ou por terra, pelo caminho da Tailândia através do estreito istmo de Kra. O oceano Índico é aberto ao sul, rumo ao mar Polar Meridional, mas aquele que navega nessa direção deve passar sob a vigília das bases navais da Cidade do Cabo, na África do Sul, ou de Albany, no sudoeste da Austrália.

---

282 N. T.: Atualmente República da União de Myanmar.

---

Esse oceano era, em 1941, a única zona marítima do mundo completamente dominada pelo poder naval britânico, e suas costas estavam novamente sob o controle total das armas britânicas. O erro custoso de 1936 havia sido reparado, e o Império de Mussolini na Etiópia na estreita saída do Mar Vermelho fora destruído. A Somalilândia Francesa foi neutralizada, a revolta iraquiana reprimida, a Pérsia ocupada e o Afeganistão estava sob controle. A região havia se tornado a segunda mais importante zona estratégica na luta pelo domínio mundial, nem tanto em razão do potencial bélico de seus Estados litorâneos, mas porque sua orla, próxima aos Mediterrâneos europeu e asiático, contém as grandes regiões produtoras de petróleo da massa terrestre da Eurásia e as rotas terrestres para o *Heartland*.

Nessa área de drenagem relativamente pequena, vivem 500 milhões de pessoas, cerca de um quinto da população da Terra, a maioria delas com um padrão de vida muito baixo. Exceto pela Austrália Ocidental, trata-se ainda de um mundo colonial, sem política externa própria. Nem a África nem a Austrália são importantes em termos de potencial bélico, e muito do litoral não tem importância econômica. Apenas a Índia britânica contém possibilidades econômicas e industriais que, juntamente com a enorme mão de obra fornecida por uma população de 400 milhões, pode ser traduzida em um esforço de guerra imponente. Quanto disso irá realmente tornar-se disponível depende, em grande medida, da possibilidade de que os britânicos possam satisfazer a demanda dos nacionalistas indianos pelo *status* de Domínio.

Mais importante do que o potencial bélico da Índia britânica é o fato de que, no oceano Índico, iniciam-se as únicas duas estradas através da zona de fronteira rumo ao *Heartland* da Eurásia não controladas pela Alemanha e pelo Japão. A conquista da maioria do continente europeu colocou Hitler em posição de fechar qualquer acesso russo em relação ao Atlântico. Mas, no sul, a Rússia pode ser alcançada a partir do oceano Índico, por meio do

golfo Pérsico e das rotas terrestres através da Pérsia. A mais antiga é uma rodovia primitiva de Bagdá a Teerã, através de Kermanshah e Hamadan. A moderna é uma ferrovia que começa em Bandar Shapur, na embocadura do golfo Pérsico, e que cruza o planalto Persa rumo à capital, Teerã. De lá, ela viaja para o leste, através das montanhas Elburz, para o porto de Bandar Shah, no mar Cáspio. Desse porto, suprimentos teriam de ser transportados através do mar Cáspio a Baku, para o sul do Cáucaso; a Makhachkala, para o norte do Cáucaso; a Astracã, para o distrito do Volga e Moscou; a Guryev, para o distrito dos Urais; e a Krasnovodsk, para o Turquestão russo e o distrito de Kuznetsk. Existem também duas conexões terrestres com a Rússia a partir de Teerã. A primeira consiste em um ramal da ferrovia para Gazvin e uma estrada de lá para Tabriz, que se conecta com a ferrovia russa que parte de Tbilisi. A segunda é uma rodovia de capacidade modesta que segue a velha rota persa para Meched, de onde cruza o anel montanhoso setentrional do planalto Persa e desce ao Turquestão russo para se juntar à ferrovia perto de Lutfabad. Todo esse sistema de estradas persas é, no entanto, limitado pelas instalações portuárias precárias do Golfo Pérsico.

Na costa nordeste do oceano Índico, a China pode ser alcançada pela estrada da Birmânia, que começa em Rangun, como uma ferrovia, e encontra a fronteira chinesa perto de Lashio. De lá, o transporte dá-se por meio de caminhões ao longo de uma longa e tortuosa estrada montanhosa que cruza as cordilheiras de Yunnan, contendo alguns dos cânions mais profundos do mundo. A distância de Rangun a Lashio é de cerca de 500 milhas; de lá para Kunming, antiga Yunnan-fu, 726 milhas; e de lá para Chongqing, 300 milhas. Em sua presente forma, trabalhando em plena capacidade, esse sistema viário pode transportar, no máximo, 30 mil toneladas por mês, o que é realmente pouco para um exército de um milhão de homens.

Quando os Estados Unidos entraram no conflito como um beligerante pleno, a disposição das forças nos campos de batalha do Velho Mundo era a seguinte: na Europa, os russos foram forçados a voltar às suas fronteiras pelo avanço dos exércitos alemães e sofreram grandes perdas, não apenas em homens e material, mas também em potencial e indústria bélica como resultado da conquista de grande parte da Rússia Ocidental. Os alemães, por outro lado, tinham capacidade produtiva de todo o continente europeu sob seu comando. Os dois inimigos enfrentavam-se ao longo de uma frente de 2 mil milhas do Ártico ao mar Negro.

No lado asiático da massa terrestre eurasiática, o *front* era ainda maior. Ele dividia-se em duas seções principais. No nordeste, os russos e japoneses defrontavam-se com forças totalmente mobilizadas, mas preservavam uma paz precária. Essa seção se estendia de Vladivostok, ao longo do rio Amur, em torno da fronteira norte da Manchúria até Chita<sup>283</sup>. Entre Chita e os exércitos do norte da China, a frente era escassamente mantida por patrulhas russas na Mongólia Exterior e por forças japonesas na Mongólia Interior. A Guerra Sino-Japonesa havia produzido uma frente mais ou menos contínua nas províncias ocidentais, de Shanxi até a fronteira da Indochina. Em termos de potencial bélico e de indústria bélica, a situação ao longo do *front* oriental era ainda mais desfavorável do que ao longo do *front* europeu. Havia uma pequena indústria metalúrgica para apoiar as divisões russas na Sibéria Oriental e nas províncias marítimas, mas quase nenhuma indústria de qualquer tipo para abastecer os exércitos chineses. Os dois membros dos Aliados que estavam lutando a maior parte do combate precisavam desesperadamente de suprimentos que só poderiam vir da indústria bélica dos Estados Unidos.

Para que os produtos possam chegar à Rússia e à China, eles devem primeiro chegar à grande rota marítima circunferencial em torno da massa de terrestre eurasiática e, em seguida, passar pela

---

283 N. T.: Cidade russa localizada na confluência dos rios Chita e Ingoda. Foi fundada em 1653 e tornou-se rota do comércio com a China.

zona de fronteira. Até que ponto os mares marginais e o cinturão costeiro estão sob controle do Eixo alemão-japonês é, portanto, uma indicação da gravidade da situação para as duas potências terrestres circundadas. No outono de 1941, a área de trânsito europeu estava em mãos alemãs, e os mares marginais estavam apinhados com submarinos e sob constante ataque aéreo por aviões oriundos de bases terrestres. Ao preservar um governo fantoche em Vichy e a independência teórica dos estados vassallos de Portugal e da Espanha, a Alemanha havia induzido a Grã-Bretanha a respeitar seus territórios na África. O resultado foi que todo o litoral sul, de Bengazi a Casablanca, fora preservado para Hitler até o momento em que ele estava pronto para usá-lo, e o mesmo se aplicava à costa oeste da África até o Senegal e o porto de Dacar.

No Extremo Oriente, os japoneses ocuparam a costa de Saigon até Vladivostok e estavam no controle dos mares marginais ao norte do Mediterrâneo Asiático, mas eles ainda não haviam usado seu poder para fechar as rotas marítimas aos portos russos. O ímpeto do Império insular através do mar até as Índias Orientais Holandesas<sup>284</sup> e a Austrália fora menos bem-sucedido. O Japão chegara até Saigon no sul, ao longo do litoral ocidental, mas sua tentativa de chegar ao litoral meridional havia sido bloqueada até o momento. As colônias da derrotada Holanda não se tornaram disponíveis da mesma maneira que as da derrotada França. A rota marítima do oceano Pacífico para o Índico permanecia nas mãos dos Aliados, e o oceano Índico permanecia dominado pelo poder naval britânico. Tropas imperiais controlavam o território pelo qual passavam as rotas para o oceano Índico a partir dos Mediterrâneos europeu e asiático e as rotas dessa zona marítima para a Rússia e a China. Era em termos desse panorama estratégico de distribuição de forças e potenciais bélicos na massa terrestre eurasiática que os Estados Unidos deveriam iniciar sua participação na guerra, tanto em termos de operações militares quanto de auxílio por meio de empréstimos e arrendamentos.

---

284 N. T.: Quase equivalente ao território atual da Indonésia.

## As rotas transoceânicas

Os Estados Unidos, em termos de localização no continente setentrional do Novo Mundo, encontram-se fora do campo de batalha principal. Somente em termos de suas possessões no Pacífico Ocidental é que o país mantém uma pequena seção do *front* no Mediterrâneo Asiático. Ele começou sua participação no conflito, originalmente, como o arsenal para os Aliados, função à qual os recursos econômicos e a localização conferiram vantagens especiais. Seu potencial bélico era o maior de qualquer Estado no mundo, e seus centros industriais ainda estavam fora do alcance das forças militares do Eixo. Quando as indústrias bélicas recém-criadas começaram a entrar em plena produção, no final de 1941, os Estados Unidos aceitaram a responsabilidade adicional de entregar sua produção às forças de combate dos Aliados. O controle das rotas entre o Velho e o Novo Mundo assumiu uma nova importância.

### 1. O mar Polar

Do outro lado do mar Polar está a rota aérea mais curta de Los Angeles para Yakutsk, na Sibéria Oriental, e de Baltimore para Moscou. Ambos os centros da indústria da aviação fazem bombardeiros de longo alcance, e a entrega mais fácil de aviões para a Rússia, em termos de distância, seria através do *front* polar. A rota oeste fica totalmente fora do alcance da ação inimiga. Vai da Califórnia ao Alasca, através do estreito de Bering para a Sibéria, e é o único caminho para a Rússia asiática que não pode sofrer interferência do Japão. Devido ao fato de que as bases em Labrador, oeste da Groenlândia e Spitzbergen não estão disponíveis, a passagem leste deve desviar-se da rota do grande círculo e seguir uma direção mais ao sul: de Nova Iorque para a Terra Nova e daí à Islândia, para o norte da Rússia. Tanto o cruzamento ocidental quanto o oriental do *front* polar são, no entanto, de utilidade muito limitada, não só devido à falta de bases bem equipadas, mas principalmente porque o clima é desfavorável a voos na maior parte do ano.

A rota oriental assumiu novo significado como rota de navios. A ocupação alemã da Dinamarca bloqueou o Báltico; a conquista da Grécia, o Dardanelos, com o resultado de que a Rússia somente pode ser alcançada, através do Atlântico Norte, por meio do *front* Polar, pelos portos de Murmansk e Arkhangelsk via Terra Nova e Islândia. De sua posição no norte da Noruega, a Alemanha flanqueia a rota marítima desses portos para o oceano aberto. Arkhangelsk está aberto apenas parte do ano, mas Murmansk não tem gelo na maior parte do tempo por causa da corrente do Golfo. A supremacia naval britânica pode tornar possível o transporte de comboios para esses portos, mas trata-se de rota perigosa e difícil, e tropas alemãs operando na Finlândia podem ameaçar a jornada por terra para Leningrado.

## 2. O Atlântico

O oceano mais importante, do ponto de vista da ajuda aos Aliados, é o Atlântico. É mais estreito no norte, entre a Groenlândia e a Noruega, que são separados por aproximadamente mil milhas de água, e alarga-se em direção ao sul, atingindo sua maior largura entre Norfolk e Gibraltar. Ao sul do trigésimo paralelo, começa a estreitar-se novamente, e as costas da África e da América do Sul aproximam-se, à distância de 1.800 milhas entre Natal, no Brasil, e Freetown, em Serra Leoa. Além desse ponto, o oceano novamente se alarga em direção ao sul e atinge um segundo máximo entre Buenos Aires e o cabo da Boa Esperança.

Há três rotas marítimas importantes através do Atlântico: a norte, para Grã-Bretanha; a rota intermediária, para o Mediterrâneo; e a travessia do sul, para a África do Sul. Até a revogação, em novembro de 1941, da cláusula da Lei de Neutralidade de 1939, que proibiu os navios americanos de navegar em zonas de combate, as duas rotas ao norte não estavam disponíveis para a marinha mercante americana. Desde a revogação, a bandeira americana juntou-se às demais nos comboios ao longo da rota marítima do



---

norte, a partir de Nova Iorque. Nessa rota move-se a maior parte do auxílio de empréstimo-arrendamento, e é em seus trechos finais que a Batalha do Atlântico está sendo travada entre comboios protegidos e submarinos apoiados por bombardeios aéreos de longo alcance.

A grande rota circular com destino ao norte da Escócia e da Inglaterra contorna a costa do continente norte-americano e cruza o oceano entre a Terra Nova e a Irlanda. Essa rota é relativamente a mais bem protegida dos três cruzamentos, porque a Marinha americana pode proteger a primeira metade de bases em Nova Brunswick, Terra Nova e Groenlândia. Embora os Estados Unidos não tenham possessões territoriais nesses pontos, eles lograram adquirir as bases necessárias. O acordo de defesa conjunta entre Canadá e Estados Unidos, em agosto de 1940, disponibilizou os portos canadenses para a Marinha americana. Como resultado do acordo de destróieres com a Grã-Bretanha, em setembro de 1940, garantimos uma base na Terra Nova. Então, em abril de 1941, um acordo foi concluído com o ministro dinamarquês em Washington, que deu aos Estados Unidos o direito de construir bases navais e aéreas na Groenlândia em troca do estabelecimento de um protetorado sobre esse território dinamarquês.

O passo final para garantir a proteção dos primeiros estágios da rota do norte foi dado em 7 de julho de 1941, quando o presidente Roosevelt anunciou que, a convite do governo da Islândia, as forças americanas haviam ocupado a ilha e iriam cooperar com os britânicos na tarefa de guardar esse importante posto avançado. À luz dessas instalações, pudemos dar proteção aos navios mercantes que se deslocam para a Grã-Bretanha por mais de dois terços do caminho. Também foi anunciado, em 1941, que o trabalho estava progredindo na construção de bases na Irlanda do Norte, as quais seriam usadas por forças navais americanas. Após a conclusão dessas últimas bases, nós estaríamos em posição

de assumir responsabilidade completa pela mais importante das passagens transatlânticas.

A rota intermediária vai dos portos atlânticos ao Mediterrâneo europeu. A rota além de Gibraltar teria sido praticamente impossível para o transporte marítimo americano, mesmo sem as restrições da Lei de Neutralidade, porque submarinos e aeronaves alemães tornaram a passagem pelo mar interior extremamente perigosa. Essa via transatlântica era, portanto, usada principalmente por navios rumo à península Ibérica e ao Marrocos. Uma vez que todo esse território pertencia ao governo fantoche de Vichy ou aos Estados vassalos ao sul dos Pireneus e funcionava como lacuna no bloqueio britânico, esse transporte de suprimentos não sofreu interferência da zona de operações navais alemãs ao longo da costa oeste do norte da África.

À medida que a rota do Mediterrâneo se tornou impossível como uma linha de abastecimento para o Oriente Próximo, os britânicos foram, cada vez mais, forçados a depender da rota em torno da África, por meio do cabo da Boa Esperança. Isso também conferiu novo significado à comunicação entre a costa atlântica dos Estados Unidos e a Cidade do Cabo, na África do Sul. Essa linha corre paralelamente às Índias Ocidentais e à costa nordeste do Brasil, entre o continente e as ilhas de Cabo Verde, e começa a travessia do Atlântico Sul nas proximidades de Natal. A área entre o ombro da África e o saliente do Brasil, na proximidade geral das ilhas de Cabo Verde, representa a intersecção das grandes rotas marítimas através do Atlântico. Através dessa zona passam as rotas do Prata à Grã-Bretanha, da Cidade do Cabo à Grã-Bretanha e dos portos do Atlântico Norte dos Estados Unidos à África do Sul. Em termos de linhas vitais para o Império Britânico, é a segunda em importância após a zona entre a Islândia e a Escócia e tornou-se, portanto, o segundo mais importante campo de batalha marítimo na luta pelo controle do Atlântico.

O Atlântico oferece cinco possíveis travessias por vias aéreas. A setentrional chega à Inglaterra por uma série de saltos curtos. Começando em St. John's, Terra Nova, ela atinge Cartwright, Labrador, a uma distância de cerca de 450 milhas; sul da Groenlândia, 650 milhas; Islândia, 750 milhas; as ilhas Faroé, aproximadamente 500 milhas; e chega-se à Escócia em um voo de 450 milhas. Essa rota tem a vantagem de que o salto mais longo (do sul da Groenlândia à Islândia) fica a menos de mil milhas, uma distância que pode ser ainda mais reduzida se uma segunda base se tornar disponível no leste da Groenlândia. Mas essa vantagem não compensa as referidas condições climáticas, que tornam voos extremamente perigosos na maior parte das estações. A linha direta, da Terra Nova à Grã-Bretanha, ao longo do paralelo, é, portanto, mais importante. É ao longo desse curso que os *clippers* da Pan American voavam da Terra Nova para a Irlanda, que os bombardeiros americanos regularmente cruzavam o oceano até a Inglaterra, e que as missões oficiais iam e voltavam.

A próxima travessia aérea é a rota comercial operada pela *Pan American Airways* para as Bermudas, os Açores e Lisboa. É operada com o consentimento de Portugal e deixará de estar disponível se Berlim ordenar a Lisboa que feche as instalações necessárias. Durante certos períodos do ano, nos quais o vento oeste prevalece entre as Bermudas e os Açores, afetando a segurança e a capacidade de carga, a Pan American tem voado a viagem de volta de Portugal para Nova Iorque por meio da Guiné Portuguesa, na África Ocidental, e do Pará, no Brasil. Uma linha aérea também é operada de Nova Iorque à Cidade do Cabo, seguindo a rota regular para o Rio de Janeiro até Natal, através de Porto Rico, Trinidad, Georgetown e Pará. Do saliente do Brasil, os aviões cruzam o Atlântico Sul até o ombro da África, pousando em Banjul, na Gâmbia. Ao longo deste curso, a *Pan American Airways* empreende para o governo um serviço de *ferry* de bombardeiros destinados ao Comando Britânico do Oriente Próximo. Eles voam de Banjul para

o leste, através da colônia francesa livre da África Equatorial para o Sudão e, depois, através do Egito, até a zona de fronteira entre o Mediterrâneo Oriental e oceano Índico. Voa-se, na primeira seção, entre Nova Iorque e Trindade, entre aeródromos controlados por americanos. A base em Georgetown foi obtida como parte do acordo geral que prevê o uso de instalações britânicas em troca de destróieres antigos. A seção entre Georgetown e Natal depende da anuência do governo brasileiro, e o uso da base aérea na África, da cooperação do Império Britânico. A extremidade africana da travessia do Atlântico Sul é local extremamente perigosa. Bajul está dentro do alcance dos aviões de combate em operação a partir de Dacar, e a Alemanha vai insistir, mais cedo ou mais tarde, na utilização da base aérea e do porto para operações contra o serviço de *ferry*. Mover-se mais para o sul, até Freetown, ou preferencialmente até Monróvia, no semiprotetorado da Libéria, aumentaria as chances de defesa da base oriental, mas o ombro da África não possui nenhum terminal fora do alcance dos bombardeios de Dacar.

### 3. O Pacífico

O Pacífico é o maior dos três oceanos que separam o Velho e o Novo Mundo. Do estreito de Bering, no norte, ele se alarga, progressivamente, em direção ao Equador, para estreitar-se novamente no Hemisfério Sul, devido à projeção oriental do continente australiano. Os Estados Unidos mantêm o controle do Pacífico Oriental porque possuem a grande base naval de Pearl Harbor, no meio do oceano, e têm a possibilidade de realizar operações aéreas de observação e de bombardeio a partir das ilhas Aleutas, Midway, Wake, Johnson, Palmyra e Samoa. Mas nossa posição no Pacífico é modificada consideravelmente pelo fato de que, em contraste à situação no Atlântico, o poder naval dominante na costa oposta é nosso oponente, não nosso aliado. Essa condição não é neutralizada, em absoluto, pelo fato de que possuímos uma série de ilhas no Pacífico Ocidental. O Haváí ainda fica a cerca de

4 mil milhas de Yokohama e a mais de 5.500 milhas das Filipinas, e, a oeste da Linha Internacional de Data, começa a zona marítima de supremacia naval japonesa. Seu controle dos mares marginais do norte do Mediterrâneo asiático torna impossível chegar à China ou aos portos russos sem o seu consentimento, e a travessia para esse mar interior deve passar pelas ilhas comandadas pelos japoneses. Essa região é eminentemente adequada para as operações de submarinos e hidroaviões, e as ilhas, portanto, formam uma tela entre Pearl Harbor e Manila. Tal situação constitui uma séria ameaça para nossas linhas de abastecimento no Pacífico Ocidental.

Existem três rotas marítimas pelas quais se enviava material americano para as forças de combate da Rússia e da China quando os japoneses iniciaram hostilidades. A setentrional segue paralelo da costa oeste dos Estados Unidos, contorna as ilhas Aleutas e curva-se ao sul para o mar do Japão, o qual deve atravessar para chegar a Vladivostok. A segunda rota transporta navios do Mediterrâneo Americano através do canal do Panamá, até o Mediterrâneo Asiático, em Singapura, passando pelo Havaí e por Manila. Foi previsto que, em caso de guerra com o Japão, usaríamos mais a passagem meridional para Singapura e Manila. Essa rota passa por Samoa e Darwin e, ainda que muito mais longa, evita a perigosa área das ilhas sob controle japonês. É essa via do Havaí para o sul, para Samoa, que é escolhida por navios que partem dos portos no Pacífico para a Nova Zelândia e Austrália.

A comunicação aérea através do Pacífico era representada por duas rotas, uma para o Extremo Oriente e outra para a Austrália. A *Pan American Airways* foi capaz de usar o Havaí, Midway, Wake, Guam e as Filipinas, ilhas já em poder dos Estados Unidos, como estações intermediárias no caminho para o Extremo Oriente. De Manila, um ramal ia para Hong Kong e outro para Singapura. Em Hong Kong, era feita uma conexão com a companhia aérea chinesa que voava desta ilha britânica sobre o território ocupado

pelos japoneses em Chongqing. Em Singapura, a linha americana conectava-se com a *Dutch Airways* para alcançar Java e a Austrália. A Marinha americana estava usando esta rota para enviar bombardeiros ao Mediterrâneo Asiático.

Para o transporte aéreo mais conveniente de Honolulu à Nova Zelândia, as possessões reconhecidas dos Estados Unidos provaram-se inadequadas. O recife Kingman, a cerca de mil milhas a sudoeste de Honolulu, embora usado nos voos de teste, foi insatisfatório. Os Estados Unidos, portanto, começaram a reivindicar outras ilhas ao longo do caminho. Os escoteiros acamparam em Howland, Baker e Jarvis, em 1935, e, por meio de suas boas ações, ajudaram a aperfeiçoar nosso título, adicionando ocupação à descoberta. Em 1938, os Estados Unidos reivindicaram Enderbury e Kanton, nas ilhas Fênix. Essas ilhas estão, aproximadamente, na metade do caminho entre Honolulu e a Nova Zelândia, situando-se a cerca de 2 mil milhas do Havaí e cerca de mil milhas de Samoa. Ademais, Kanton contém uma lagoa de nove milhas bem adequada para abrigar aviões. Os britânicos, entretanto, recusaram-se a reconhecer nossa reivindicação, e, como solução de meio-termo, aceitamos o controle conjunto. A rota foi temporariamente interrompida após um pequeno número de voos por falta de aviões e a alta demanda por equipamentos para uso no Atlântico. Em novembro de 1941, o serviço foi retomado, fornecendo assim duas rotas possíveis para a Austrália, a rota do norte, por meio de Singapura, e a rota do sul pela Nova Zelândia, a qual, depois de partir de Honolulu, toca a ilha Kanton, as Filipinas, Noumea, na Caledônia Francesa, e Auckland, na Nova Zelândia. O início das hostilidades, em dezembro, causou a suspensão das operações na rota norte.

### **O cerco do Hemisfério Ocidental**

Ao longo dessas rotas marítimas e linhas aéreas transoceânicas que separam o Novo e o Velho Mundos, suprimentos de guerra devem fluir para nossos aliados, e é por meio desses

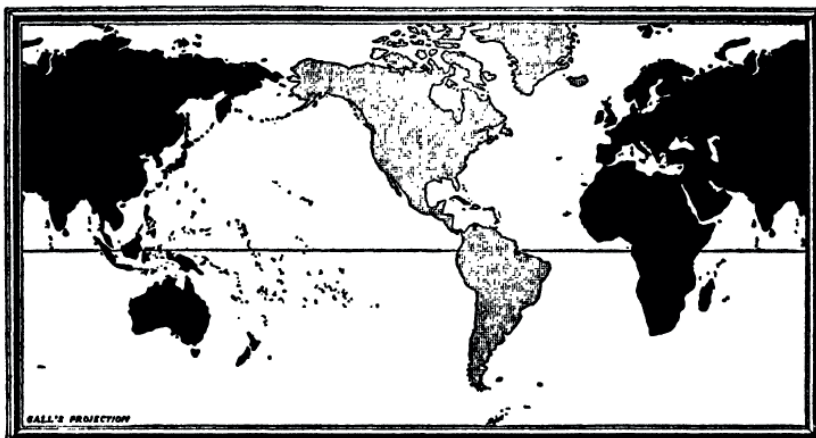
---

canais que o poder dos Estados Unidos deve-se fazer sentir no conflito. Enquanto os exércitos de Stalin lutarem na Rússia, as tropas de Chiang Kai-shek resistirem na China e o poder naval britânico comandar o oceano Índico, a massa terrestre da Eurásia permanecerá equilibrada, e será nosso o papel decisivo na luta pelo poder do Velho Mundo. Se a resistência russo-chinesa cessar antes da exaustão dos parceiros do Eixo, este pode muito bem ter sucesso na obtenção do controle dos Mediterrâneos europeu e asiático e das entradas oeste e leste do oceano Índico. Isso significaria o controle de todo o Velho Mundo pela parceria teuto-japonesa, exceto pelas ilhas Britânicas do outro lado do mar do Norte, que, mais cedo ou mais tarde, teriam de render-se. O primeiro objetivo estratégico de nossos oponentes deve, portanto, ser o de quebrar nossas linhas de suprimentos para nossos aliados, cortar nossas rotas transoceânicas.

A vitória no Velho Mundo significaria, para a Alemanha, a realização de seu sonho de uma grande esfera euro-africana controlada por Berlim. Ela alcançaria do cabo Norte à Cidade do Cabo e incluiria a Europa até os montes Urais, o Mediterrâneo e o Oriente Próximo. Ela conteria uma população de 550 milhões e representaria uma enorme aglomeração de poder. A vitória no Velho Mundo significaria, para o Japão, a transformação de seu Império insular em uma unidade de dimensões continentais. Seu mundo se estenderia desde o estreito Bering até a Tasmânia e incluiria mais da metade da população da Terra. O Novo Mundo seria então cercado por dois gigantes Impérios que controlariam enormes potenciais bélicos. O presente fluxo de força seria revertido, o equilíbrio de poder através do oceano destruído, e o relativo potencial de poder das duas grandes massas terrestres seria transformaria, então, o cerco geográfico do Hemisfério Ocidental pelo Velho Mundo em um estrangulamento político.

A ameaça de cerco dos Estados Unidos por uma união eurasiática, que surgira, pela primeira vez, à época do presidente Monroe, reaparecera à época da Primeira Guerra Mundial e permanecera dormente na aliança anglo-japonesa, surge

novamente, mas em escala não vislumbrada nas vezes anteriores. Nossa posição de poder no mundo, a qual sempre dependeu da existência de um equilíbrio na Europa e na Ásia, está agora ameaçada pela combinação de hemisférios unificados além-mar. O resultado da Segunda Guerra Mundial determinará se os Estados Unidos continuarão uma grande potência, com voz nos assuntos do Velho Mundo, ou tornar-se-ão um mero Estado tampão entre os poderosos Impérios alemão e japonês.



Mapa 12 – O cerco do Novo Mundo

### O cerco do Novo Mundo

Antes do ataque nipônico às nossas possessões insulares, a ideia de uma vitória teuto-japonesa no Velho Mundo não significava calamidade para o isolacionista americano. Ele aceitou a concepção fascista de que o mundo deveria ser organizado em alguns sistemas hegemônicos de grande escala, operando economias regionais planejadas e integradas. Nessa “nova ordem”, os isolacionistas visavam a uma posição de liderança no Hemisfério Ocidental para os Estados Unidos. O Novo Mundo parecia-lhe uma unidade geográfica lógica, e seu território uma base sólida para a integração econômica e política. Por estar cercado por oceanos, o Novo



---

Mundo parecia oferecer a oportunidade de defesa hemisférica por meio de isolamento, e, dada a largura desses oceanos, parecia que Estados integrados poderiam sobreviver ao conflito por meio da adoção de uma simples política defensiva.

Inspirando-se no argumento isolacionista nativo, a propaganda alemã nos Estados Unidos elogiou as vantagens de uma política de não intervenção recíproca, sugerindo que, em uma ordem mundial baseada no isolamento regional, a luta pelo poder cessaria. Se os Estados Unidos se abstivessem de interferir na Europa e na Ásia, então a Alemanha e o Japão estariam dispostos a se abster de ações no Hemisfério Ocidental. Sob tal acordo, haveria total igualdade de oportunidades para cada uma das três grandes potências em suas respectivas zonas regionais. Elas seriam deixadas em paz para criar, dentro de sua esfera, a estrutura de poder que os recursos da região permitissem.

Esse argumento teria sido mais convincente se as políticas reais de Berlim e Tóquio não estivessem em contradição absoluta com o programa tão eloquentemente defendido pelos propagandistas. Nem os projetos da nova ordem mundial que apareciam de tempos em tempos nas capitais do Eixo, nem as atividades dos funcionários diplomáticos alemães nas Repúblicas da América Latina sugeriram que seríamos deixados sem perturbações em nossas tentativas de integrar os Estados do Novo Mundo. Pelo contrário, a prática alemã indicava uma firme determinação de prevenir a todo custo a criação de solidariedade hemisférica.

O lugar para os Estados Unidos no Novo Mundo, conforme realmente concebido pelos governos alemão e japonês, foi revelado em maio de 1941, logo após o retorno de Berlim do Sr. Matsuoka, o ministro das Relações Exteriores do Japão. O *Japanese Times and Advertiser*, à época o porta-voz do Ministério, publicou um esboço de alguns dos princípios que deveriam ser incorporados à estrutura de paz para torná-la aceitável para a Aliança Berlim-

-Tóquio. Os termos delinearam um mundo no qual os Estados Unidos não só se retirariam completamente da Ásia, mas também aceitariam uma posição muito circunscrita no Hemisfério Ocidental. Ao país, seria solicitado que entregasse suas possessões insulares no Pacífico Ocidental, que aceitasse o desarmamento parcial da grande base naval no Havaí e concordasse em transferir parte de sua frota no Pacífico para águas continentais. No Novo Mundo, sua esfera de influência seria confinada ao continente norte-americano, e sua força não poderia ser usada para o exercício do poder hegemônico na América do Sul. Os Estados Unidos deveriam aceitar para si uma política de não intervenção naquele continente, mas conceder à Alemanha e seus aliados “plena igualdade de oportunidades” e “liberdade de ação” para proteger seus interesses.

À luz da prática alemã e do uso que ela fez, nos países do Danúbio, de sua “igualdade de oportunidades” e “liberdade de ação”, o significado desses termos deixa pouco espaço para dúvidas. A liberdade que a Alemanha demandou foi a liberdade de derrubar, pela ação revolucionária, qualquer governo estabelecido e para substituí-lo por um regime favorável a Berlim. Na “nova ordem mundial”, os Estados Unidos teriam de revogar a política de proteção implícita na Doutrina Monroe e seriam forçados a aceitar, nas Repúblicas irmãs ao sul, governos fascistas controlados de Berlim. O resultado seria um cerco completo. O anel em torno do país incluiria os grandes Impérios transoceânicos em todo o Atlântico e Pacífico, importantes seções do *front* polar conquistado da Rússia, e do continente sul-americano também. O real papel atribuído aos Estados Unidos pelos governantes de Berlim e Tóquio não é o de líder de um Hemisfério Ocidental integrado, mas o de um Estado isolado, cercado e preso no continente norte-americano.

A validade da política recomendada pelos não intervencionistas, a defesa do hemisfério por meio do isolamento

---

hemisférico, baseava-se, portanto, não apenas na suposição de que o Novo Mundo seria forte o suficiente para se defender contra o Velho, mas também na suposição de que o Novo Mundo poderia realmente ser integrado em uma unidade econômica, política e militar em face da determinação teuto-japonesa de evitá-la. Muitos dos isolacionistas aceitaram a política de defesa do hemisfério porque parecia uma forma de se evitar conflito com a Alemanha, mas eles se esqueceram o fato de que, mesmo que ela pudesse evitar uma guerra com a Alemanha em relação à Europa, não poderia evitar uma disputa com a Alemanha pela hegemonia sobre a América do Sul. A defesa hemisférica implica a integração do hemisfério. O objetivo da Alemanha era evitar essa integração a todo custo e preservar um continente meridional independente em oposição à América do Norte.

A aliança teuto-japonesa atraiu os Estados Unidos para o estado de completa beligerância, e a luta pela lealdade da América do Sul, portanto, tornou-se mais significativa. Ela deve, inevitavelmente, partilhar de todas as características da guerra moderna, que é a guerra total. Conflitos modernos usam muitas formas de agressão. Eles começam com ataques de propaganda à ideologia do oponente, tentativas de desintegrar sua estrutura social, esforços para destruir sua fé em si mesmo e seu poder de resistência. A guerra internacional, hoje, começa como uma guerra civil. Os beligerantes tentam conquistar o Estado inimigo de dentro, por meio de quintas colunas, e levar ao poder o grupo ou partido disposto a aceitar seu controle. A arma econômica é usada muito antes do verdadeiro início de hostilidades militares, não apenas como instrumento de barganha para vantagens econômicas, mas também como instrumento de penetração política e dominação. Ela explora a dependência das importações e das exportações de um país; estas, pela recusa ao acesso a mercados controlados, exceto em troca de favores políticos; aquelas, pela retenção, por meio de embargos e de proibições às exportações de matérias-primas essenciais e

estratégicas, necessárias à construção de capacidade militar. Ambas as formas de pressão, a psicológica e a econômica, são usadas como instrumentos na abordagem política que visa a isolar o oponente, quebrar alianças ou coalizões das quais se possa derivar força, e evitar a todo custo a construção de sistemas eficazes de segurança coletiva. O ataque militar é apenas a última arma na luta pelo poder e é usado apenas se outras formas de coerção falharem em trazer a rendição.

No conflito entre Estados Unidos e Alemanha pela hegemonia sobre a América do Sul, nem todas as fases da guerra total estão em pleno funcionamento. A guerra psicológica representa hoje a principal frente. A guerra econômica foi travada com grande vigor entre 1933 e 1939, mas, com a eclosão do conflito, em setembro daquele ano, e o efeito crescente do bloqueio britânico, a Alemanha perdeu temporariamente sua arma econômica. Ela, no entanto, melhorou sua posição na futura luta econômica, em razão de sua conquista da Europa continental, o mercado natural para os produtos de exportação sul-americanos. A luta política dá-se por meio da propaganda e de ameaças de futuras sanções econômicas por parte da Alemanha, e por meio da propaganda e de ofertas de benefícios econômicos presentes por parte dos Estados Unidos. A intensidade da fase militar do conflito dependerá da liberdade de ação para as operações além-mar que a aliança teuto-japonesa será capaz de obter, mas seu pleno desenvolvimento deve, necessariamente, ser adiado até a derrota de nossos aliados do Velho Mundo.

O isolamento como política dos Estados Unidos perdeu muitos de seus adeptos na primeira explosão emocional com a qual a opinião pública respondeu ao ataque japonês. Mas, a menos que os pressupostos acerca do Hemisfério Ocidental nos quais se apoia a doutrina sejam provados falsos, não pode haver garantia de que eles não continuarão a influenciar o pensamento popular sobre a

estratégia bélica. Quando o custo da luta na Europa e na Ásia se tornar evidente, haverá demanda por uma política defensiva deste lado das águas devido à ilusão de que poderíamos transformar o Novo Mundo em uma estrutura de poder adequada para resistir ao Velho Mundo. Quais são as possibilidades de realmente desenvolver uma frente comum de Estados americanos, e qual seria sua força se tal união puder ser alcançada? A resposta para essa questão determinará, em grande medida, a dependência da segurança dos Estados Unidos em um equilíbrio de poder na Europa e na Ásia.



## A geografia na guerra e na paz<sup>285</sup>

Nicholas J. Spykman

Enfrentamos hoje o espetáculo das grandes nações do mundo engajadas numa terrível luta pelo poder físico absoluto. Milhões de toneladas de aço e pólvora, bilhões de dólares e quantidades incalculáveis de energia humana estão sendo lançados uns contra os outros na tentativa de que grupos rivais de homens definam suas ideias e princípios para formar a base de uma ordem mundial. A situação sugere que nem a verdade óbvia de nossos princípios nem a base divina de nossos valores morais são suficientes para assegurar um mundo construído na imagem de nossas aspirações. A força é claramente um instrumento indispensável tanto para a sobrevivência nacional como para a criação de um mundo melhor. No entanto, no exato momento em que os valores mais fundamentais da nossa civilização estão sendo preservados da destruição completa apenas pelo exercício do poder puro, os estudos sobre a natureza do poder nas relações internacionais e as investigações sobre a força e a fraqueza da posição de poder de nosso próprio país são recebidos com desconfiança e desprezo. Há uma tendência, especialmente entre certos liberais e muitos

---

285 SPYKMAN, Nicholas. *Geography in War and Peace*. In: \_\_\_\_\_. *The Geography of Peace*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1944, p. 3-7.

que se dizem idealistas, em acreditar que o assunto do poder no mundo internacional não deve ser discutido, exceto em termos de desaprovação moral. Eles consideram que os estudos sobre a organização da paz e da segurança devem tratar apenas dos ideais de nossa civilização democrática e das concepções de uma ordem mundial melhor, na qual o poder não terá nenhuma função.

Na verdade, os ideais e as concepções políticas que não têm o amparo do poder parecem ter pouco valor de sobrevivência. Nossas democracias ocidentais certamente devem sua existência e preservação ao uso efetivo do poder, seja de sua parte ou de um aliado. Nos últimos dois séculos, o Império Britânico, a França, os países escandinavos e alguns pequenos estados da Europa desenvolveram ao máximo as bênçãos da democracia. Desde 1940, no entanto, a Noruega, a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica e a França foram forçadas a viver sob o jugo de um ditador sem escrúpulos, e muitos dos monumentos associados à luta pela liberdade na Grã-Bretanha são agora crateras de bombas e pilhas de escombros. Os pequenos Estados não tinham poder, e a Grã-Bretanha e a França negligenciaram o desenvolvimento deles. O destino de toda a nossa civilização dependeu da possibilidade de uma Rússia invadida, de o Império Britânico encurralado e de os Estados Unidos recém-chegados poderem desenvolver com rapidez suficiente os instrumentos de força necessários para derrotar seu inimigo comum. Esse adversário havia construído grandes aglomerações de poder com o objetivo de destruir por mil anos todos os valores que representam o significado e o orgulho da civilização ocidental. Somente a força combinada das Nações Unidas foi capaz de impedir a realização desse fim.

Deveria ser óbvio, então, que a segurança dos Estados na sociedade internacional tenha uma relação muito próxima com a organização de poder. A principal característica da sociedade mundial de hoje é a independência do Estado soberano, uma unidade que não reconhece nenhuma autoridade superior na condução de suas relações com os outros Estados. Embora as instituições



internacionais sejam criadas para lidar com fases específicas dos problemas que os Estados devem resolver, e embora as nações reconheçam um conjunto de regras que regem sua conduta em relação às outras, ainda é verdade que cada Estado é o responsável final pela sua própria segurança.

Como organização social, o Estado se distingue de todos os outros por sua base territorial claramente definida que se estende por uma área circunscrita. Ele exerce a autoridade suprema sobre uma determinada seção do globo, e suas atividades dependem diretamente das características físicas de sua base territorial. De fato, sua existência como Estado está tão intimamente ligada à posse indiscutível de um pedaço especial de terra que qualquer invasão naquele território por outro Estado ameaça sua própria vida. A segurança deve, portanto, ser compreendida em termos de integridade de controle sobre o território. Além disso, as suas características físicas influenciarão diretamente a forma como essa segurança é mantida, pois o poder é determinado em grande medida pela geografia e pelos recursos naturais. Ao tratar do problema da segurança e da independência, a nação tem de agir de acordo com a força que consegue mobilizar, dentro de seu próprio território ou pelo de seus aliados e protetores.

### **Caminhos alternativos para a paz**

O desenvolvimento rápido dos instrumentos de poder nos últimos cem anos, junto com a expansão dos interesses vitais dos Estados em abranger o mundo inteiro, fez muitos povos acreditarem que algum outro método que não o uso da força pudesse ser encontrado para preservar a segurança dos Estados. Para essa finalidade, alguns sugerem que devemos dispensar totalmente a política de poder nas relações internacionais e confiar na cooperação e na indulgência mútua. Infelizmente, essa solução ignora certos fatos básicos sobre a organização política do mundo. Um é que os Estados apresentam uma série de valores muito diferentes daqueles considerados fundamentais e, com toda

a benevolência no mundo não evitarão o conflito na aplicação desses valores, nem se recusarão a pressionar pela realização do que consideram finalidades justificáveis. Cada Estado sentirá que deve proteger os valores que consideram vitais, com o uso da força, se necessário. Outro fato não passível de ser negligenciado é que as nações do mundo estão em diferentes estágios de desenvolvimento e apresentam diferentes taxas de crescimento. A qualquer momento, sempre haverá os satisfeitos e os insatisfeitos com o *status quo* político e territorial. Quando essa insatisfação chegar a um determinado ponto, serão feitos esforços para mudar a situação a força. Um espírito de cooperação e tolerância não representa defesa contra um investigador resolutivo após a mudança.

Certos autores, levando em consideração apenas esses fatores, os quais impedem a viabilidade de qualquer sistema que ignore completamente o poder, reconhecem claramente a necessidade do poder no ordenamento bem-sucedido da sociedade internacional. Eles defendem que o monopólio da força na comunidade mundial seja concedido a um superestado. Cada Estado deixaria de ter armamentos e todas as questões de segurança seriam tratadas por uma força policial mundial organizada e funcionando da mesma maneira que um exército e uma marinha nacionais. Sem dúvida, tal solução forneceria uma resposta completa para o problema. No entanto, ela pressupõe a existência de um conjunto de valores comuns reconhecidos por todos os povos do mundo. Parte-se da premissa maior de que existe uma comunidade mundial comparável à comunidade nacional e com coesão suficiente para apoiar as ações de uma força policial. É óbvio que estamos muito longe de alcançar essa sociedade internacional. Portanto, qualquer plano para um Estado mundial só poderia ser viável no futuro distante e não conseguiria fornecer diretrizes viáveis para a formação de políticas a serem aplicadas no contexto do pós-guerra<sup>286</sup>.

---

286 N. T.: A referência aqui é naturalmente ao período após a Segunda Guerra Mundial.

Há uma terceira proposta alternativa para a organização da paz, caracterizada pelo reconhecimento da existência do poder e ainda por evitar as ilusões dos proponentes do Estado mundial. Recomenda-se ainda que um sistema de segurança coletiva forneça a força necessária para garantir a segurança de cada Estado contra possíveis ataques. Cada Estado manterá suas próprias forças armadas, mas aceitará o dever de lutar em defesa de qualquer outro Estado cuja segurança estiver ameaçada. Com base nessa obrigação coletiva, surgirá, no devido tempo, uma sensação de segurança, e os Estados ficarão propensos a reduzir seus armamentos ao mínimo. Mas o funcionamento de tal sistema dependerá da disposição de cada Estado em ir à guerra em decorrência de uma obrigação escrita. Mesmo que a maioria deseje sinceramente cumprir tais obrigações, permanece o fato de que qualquer compromisso geral por escrito é suscetível a interpretações variadas quando aplicado a novas situações. As nações se recusarão a acreditar que os interesses individuais deixarão de influenciar a interpretação das obrigações coletivas. Certamente, os Estados que têm força para garantir a própria segurança não desistirão desse direito para depender apenas das promessas em papel dos outros para defendê-los. Qualquer sistema viável de segurança coletiva deve contar com o apoio das grandes potências que por si só dispõem dos meios para aplicá-lo. Elas farão isso em relação à própria segurança e independência. As garantias protetoras estendidas aos Estados menores dependerão, portanto, menos da existência de uma obrigação “coletiva” abstrata do que do cálculo particular de cada grande potência sobre seus próprios interesses nacionais.

### **Geografia e Política Externa**

Se, então, a segurança de uma nação depende, em última instância, da força de que ela pode dispor para sua defesa, a estratégia política que objetiva garantir a segurança deverá manter o poder do Estado em tempos de paz. Para fazer isso de forma eficaz, essa estratégia deve considerar os fatores que determinam o poder.

Visto que o estrategista militar também deve usar o poder para fins específicos, há uma relação concreta entre a estratégia política para a segurança em tempos de paz e a estratégia militar para a vitória em tempos de guerra. Embora o objetivo específico na guerra seja a destruição completa de um determinado inimigo, tanto na paz quanto na guerra os objetivos são a independência e a segurança do Estado. Ambas as estratégias devem considerar os mesmos fatores de poder. Guerra e paz estão, portanto, intimamente ligadas, e a linha de raciocínio que soluciona problemas em um campo tem relação com questões semelhantes em outro. Em ambas as situações, devemos tratar o Estado como uma unidade territorial cujas características geográficas primárias permanecem as mesmas.

É fácil perceber de que maneira a natureza física do campo de batalha, além dos recursos disponíveis como soldados e equipamentos, são de vital importância para os cálculos da mente militar. Deve ficar igualmente claro que a natureza da base territorial de um Estado exerce uma influência múltipla em sua política externa em tempos de paz. A dimensão afeta sua força relativa, e os recursos naturais influenciam a densidade da população e a estrutura econômica, que são fatores inerentes na formulação de políticas. A posição em relação ao Equador, aos oceanos e às massas de terra determina a proximidade aos centros de poder, às áreas de conflito e às rotas de comunicação instituídas. A posição em relação aos vizinhos imediatos define a postura com referência aos inimigos potenciais, determinando desse modo os problemas básicos da segurança territorial. A importância desses fatores, entretanto, não pode ser avaliada sem se considerar os efeitos de modificação da topografia e do clima. A topografia afeta a força em decorrência de sua influência sobre a unidade e a coerência interna. O clima, que afeta o transporte e o estabelecimento de limites à possibilidade de produção agrícola, condiciona a estrutura econômica do Estado e, conseqüentemente, sua política externa de forma indireta e inequívoca.

---

Deve ser possível, então, considerar os problemas de segurança de um país no âmbito geográfico de tal maneira que as conclusões podem ser de uso direto e imediato aos governantes cujo dever é formular a política externa. Tal análise está implícita no termo geopolítica.

Existe hoje uma confusão na mente da maioria das pessoas sobre a natureza da geopolítica. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que o termo tem sido usado para se referir a pelo menos três categorias diferentes de pensamento. Ele foi adotado por alguns estudiosos, particularmente os da escola alemã, como o referencial de toda uma filosofia da história. Eles utilizam-na como uma teoria sobre a natureza do Estado e como uma doutrina que apoia a necessidade e a conveniência da expansão territorial. Em segundo lugar, o termo tem sido usado como um sinônimo de geografia política, que nesse caso representa apenas um ramo da ciência geral da geografia, ao descrever a estrutura de cada Estado e o mundo em relação às suas subdivisões políticas.

Por último, o termo pode ser aplicado ao planejamento da política de segurança de um país em relação aos seus aspectos geográficos. Dada uma situação específica, qual é a melhor política a se seguir para obter segurança? A finalidade é a paz e a independência do Estado, e não sua expansão territorial decorrente do enaltecimento do seu poder às custas do resto do mundo. A geopolítica reconhece que o problema da paz envolve, inevitavelmente, as relações territoriais dos Estados sob o ponto de vista geográfico. Dessa forma, seu método de análise pode ser comparado ao tipo de pensamento que precede a formulação e a execução de políticas em quaisquer campos de ação que envolvam a escolha do local e o reconhecimento das qualidades das relações espaciais. Pensamos sob o ponto de vista geopolítico quando atravessamos uma rua, selecionamos um ponto para uma loja ou uma fábrica, designamos uma colina ou uma árvore para

um posto de observação ou escolhemos a localização para um aeródromo. Esse pensamento geográfico é parte essencial de todo o planejamento urbano e regional e também deve preceder a preparação de uma campanha militar, seja na extensão de um reconhecimento de cavalaria através das colinas ou de uma invasão continental numa guerra global. O campo específico da geopolítica é, no entanto, o campo da política externa, e seu tipo particular de análise utiliza aspectos geográficos para auxiliar na formulação de políticas adequadas para a realização de certos fins justificáveis.

A natureza de uma análise desse tipo dependerá, obviamente, da natureza da política a ser decidida e das características do problema em questão. Se estamos decidindo onde situar uma fábrica, devemos ter uma noção da influência da distância dos mercados e das matérias-primas sobre os custos da produção, da disponibilidade de energia elétrica e da localização do mercado de trabalho. Se estamos escolhendo o local para um aeródromo ou um posto de observação de artilharia em tempo de guerra, devemos lidar com a extensão e a natureza das linhas de comunicação e suprimento, além das características do terreno envolvido. Se, por outro lado, estamos preocupados com o problema de decidir uma política de manutenção de segurança do Estado, devemos pensar sob a ótica da localização do território nacional no mundo, observando sua dimensão e seus recursos, e a disposição do território e do poder dos países.

O tipo do problema a ser considerado definirá não apenas a natureza da análise geográfica, mas também o tamanho da região a ser analisada. A base do planejamento urbano moderno é a geografia urbana; do planejamento regional é a geografia regional; do planejamento nacional é a geografia nacional. A base do planejamento mundial para a paz deve ser a geografia mundial. Em um período de guerra global, a estratégia militar deve considerar o mundo inteiro como uma unidade e deve pensar em

---

todas as frentes e nas relações entre si. Em decorrência dos grandes desenvolvimentos no campo da ação militar durante os últimos dois séculos, o comandante moderno deve ter muito mais informações sobre a condição do inimigo em relação às necessárias no século XVIII. Então, um conhecimento da força do efetivo militar e da natureza do terreno dos prováveis campos de batalha era suficiente. Agora, o estrategista deve ter informações sobre todos os elementos que afetam a força do país como um todo, pois a guerra econômica e psicológica colocou toda a nação no campo de batalha. Do mesmo modo, o estadista está trabalhando em um mundo que é uma única unidade de forças, e o seu entendimento dos fatores que influenciarão a paz desse país deve ser estendido para incluir toda a superfície da Terra e todos os elementos que afetam a força e a deficiência dos Estados. Na busca pela paz e segurança globais, a unidade de área para análise deve ser coextensiva com a superfície da Terra.

Deve-se lembrar também que as regiões “geopolíticas” especiais não são regiões geográficas definidas por uma topografia fixa e permanente, e sim áreas determinadas, por um lado, pela geografia e, por outro, pelas mudanças dinâmicas nos centros de poder. Isso significa que a luta pelo poder em si dará destaque a certas áreas, outras cairão para o esquecimento temporário, e isso levará à expansão ou redução de áreas específicas. Em outras palavras, a característica primária de qualquer análise geopolítica, diferente de uma puramente geográfica, é que ela está lidando com uma situação dinâmica e não estática. As novas condições no mundo político afetarão as conclusões ao mudarem a importância dada, a qualquer tempo, aos fatores específicos. As novas circunstâncias tecnológicas alterarão também a situação, particularmente no exercício de poder, porque os avanços na velocidade de comunicação e nas técnicas da indústria causarão necessariamente variações na posição de poder de países específicos. Os fatores geográficos não serão alterados, mas a sua importância para a política externa sim.

Desde que todos os objetivos das políticas externas estejam intimamente relacionados, deve-se recordar que nenhum deles poderá ser objeto de estudo pormenorizado se não houver qualquer referência aos outros. De forma semelhante, os fatores que condicionam a formação da política também não devem ser simplificados em generalização abrangente como a geografia. Eles são muitos; são permanentes e provisórios, óbvios e obscuros; e, além da geografia, incluem a densidade da população, a estrutura econômica do país, a composição étnica dos povos, a forma de governo, os complexos e os preconceitos favoritos dos ministros de relações exteriores, os ideais e os valores defendidos pelos povos. O geopolítico deve usar sua forma particular de conhecimento para elucidar a política a partir do seu ponto de vista, da mesma maneira que advogados, economistas ou sociólogos usam seus respectivos conhecimentos para auxiliar na formulação de diretrizes de ação.

### **Geopolítica e Segurança**

O tipo de análise que estamos discutindo é algo completamente diferente da metafísica geográfica característica da escola alemã de “*Geopolitik*”. Haushofer conseguiu dar a determinados tipos de fronteira uma inviolabilidade mística e moral. A expansão de uma fronteira, seja expressa como resposta à compulsão do conceito mágico “espaço” ou por alguma outra forma, torna-se uma ação em harmonia com propósitos divinos. Tal absurdo metafísico não tem lugar aqui. Nenhuma configuração geográfica em particular é eticamente melhor que outra para um país, assim como nenhum bem misterioso é para o Estado, considerado como um organismo vivo que deve se expandir e se desenvolver vigorosamente, que possa justificar o uso ilimitado do poder para alcançar tais objetivos. A posição geográfica e o poder físico são fatos a serem considerados no mundo internacional, e uma técnica está disponível para que se obtenha compreensão mais eficaz destes fatos. Onde quer que as generalizações sejam traçadas



---

pelo geopolítico e aplicadas à política, padrões de bem e mal devem condicionar a sua formulação. De qualquer forma, os objetivos de paz e segurança para um Estado e para o mundo como um todo devem inspirar a escolha final da política que exclua propósitos como a expansão e o enaltecimento do poder.

O fato de que determinados autores distorceram o significado do termo geopolítica não é motivo válido para rejeitar seus métodos e materiais. Na verdade, é um termo apropriado para um tipo de análise e um conjunto de dados indispensáveis ao processo de se tomar decisões inteligentes em determinados aspectos da política exterior. No passado, nós o ignoramos por nossa conta e, conseqüentemente, encontramos a nossa segurança tão gravemente ameaçada que, em 1917 e em 1941, a guerra foi o único remédio. Ao longo do século XIX, fomos capazes de manter a nossa segurança contra interferências externas em grande parte devido à proteção quase contínua do poder marítimo britânico, que nos isolou das lutas pelo poder do Velho Mundo. Desde o início do século XX, esse baluarte deixou de existir, mas não conseguimos reconhecer até hoje que sem essa proteção somos responsáveis, mais do que nunca, por nossa própria segurança. A partir de agora, está claro que devemos estar cientes em mantê-la de acordo com a nossa própria força nacional. Só assim é possível ter um mundo em que o constante recurso à guerra não seja obrigatório. Uma avaliação adequada das relações básicas de poder dos grandes Estados indicará certas maneiras pelas quais a violência poderá ser efetivamente neutralizada. E a geopolítica desempenha papel importante e fundamental nesta tarefa.



## Mapeando o mundo<sup>287</sup>

Nicholas J. Spykman

O tipo de análise que estamos utilizando para examinar o problema da segurança na política externa baseia-se na concepção da geografia como um dos principais fatores que condicionam tal política. Por essa razão, é inevitável o uso de mapas como uma das ferramentas nesse trabalho. A construção física do mundo deve ser clara, e os seus dados efetivos devem ser disponibilizados da forma mais fácil possível. Assim como o comandante militar que planeja a sua campanha deve ter mapas precisos e completos do terreno em disputa para ajudá-lo a compreender o significado de sua posição em relação ao inimigo e às suas próprias forças, o estadista que planeja a sua política *vis-à-vis* nações estrangeiras também deve possuir os mapas do mundo onde essa política será executada. Obviamente, a situação ideal tanto para o general quanto para o estadista seria ter um conhecimento profundo e em primeira mão do campo de batalha ou do país estrangeiro, obtido por meio de viagens e observações pontuais do local. Como isso geralmente é impossível, eles devem recorrer ao uso de mapas e globos, os meios que a ciência da geografia desenvolveu para registrar fatos sobre a superfície do mundo.

---

287 SPYKMAN, Nicholas. Mapping the World. In: \_\_\_\_\_. *The Geography of Peace*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1944, p. 8-18.

A ferramenta ideal para o estudo das relações geográficas é o globo. Disposto em formato tridimensional com precisão quase total, reproduz a forma da Terra, e obtemos uma imagem do mundo. Olhando para ele, podemos medir distâncias, analisar áreas e formas e visualizar as relações entre as massas de terra sem ter de corrigir as nossas versões em decorrência de possíveis distorções. O globo não pode ser aperfeiçoado nem nas salas de aula e nem nas pesquisas. No entanto, é instrumento de difícil manuseio e não é adaptado para o uso de livros e manuscritos, além da desvantagem de permitir uma visão de apenas metade do mundo por vez. A cartografia, portanto, nos fornece mapas bidimensionais da superfície da Terra nos quais podemos estudar as suas características com mais facilidade e observar o seu conteúdo detalhadamente. Ao projetar em uma superfície plana os meridianos e paralelos que supostamente dividem a esfera da Terra em graus de latitude e longitude, o cartógrafo é capaz de aproximar com vários graus de precisão os contornos dos continentes e oceanos.

### **O problema da elaboração de mapas<sup>288</sup>**

O fato de a Terra ser considerada uma esfera para todos os fins práticos significa que qualquer ponto nela tem a mesma localização em sua superfície que qualquer outro ponto. Isto é, a menos que estabeleçamos um sistema delimitado de referência dentro do qual as direções e posições possam ser traçadas, é impossível distinguir um ponto de outro. Tal sistema foi definido por linhas de latitude e longitude originadas pelos gregos, que desde cedo reconheceram a esfericidade da Terra e a localização dos pontos fixos dos polos e do Equador. Com base nesses pontos de referência facilmente determinados, eles construíram uma matriz que usamos até hoje.

---

288 O material sobre cartografia neste capítulo é baseado nas obras RAISZ, Erwin. *General Cartography*. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company, 1938, e ADAMS, Oscar S.; DEETZ, Charles H. *Elements of Map Projection*. Washington: United States Government Printing Office, 1938.

---

É óbvio que tal sistema de coordenadas pode ser desenhado em proporções exatas apenas em um sólido tridimensional. Qualquer tentativa de transferir a superfície do globo para uma superfície plana resultará no alongamento ou encurtamento das verdadeiras relações de distância, direção, forma e área. Cabe ao geógrafo matemático projetar soluções nas quais erros e distorções, que nunca poderão ser completamente evitados, tornem-se menos prejudiciais. Esse é um processo de natureza altamente técnica que resulta na produção de uma variedade das denominadas projeções. Até o desenho dos mapas mais simples depende do uso correto de fórmulas matemáticas de complexidade variável, que são projetadas para eliminar distorções de um tipo específico, como distância, direção, forma ou área, ou para equalizar os erros, distribuindo-os em várias direções. Embora seja desnecessário para qualquer um, exceto para o cartógrafo profissional, saber os métodos exatos pelos quais as várias projeções são feitas, é indispensável que qualquer pessoa que esteja estudando os fatos geográficos que condicionam o curso e a conduta das relações mundiais tenha uma compreensão geral das ferramentas utilizadas.

O uso eficaz de mapas na análise de fatores geopolíticos depende do reconhecimento do fato de que qualquer mapa plano da superfície da Terra contém erros inevitáveis de escala e proporção. Quando apenas pequenas partes do mundo estão sendo consideradas, a distorção é tão diminuta que faz pouca diferença nas conclusões que delas são tiradas. Não obstante, quando o campo em questão for toda a superfície da Terra, a impressão das condições e relações entre as grandes áreas variará consideravelmente de acordo com a projeção particular usada.

Em determinados mapas mundiais, as áreas das várias massas de terra são bastante diferentes do que realmente são no globo, impossibilitando o uso de tal mapa para a representação precisa da distribuição de itens naturais como vegetação e minerais,

ou da população. Outras projeções, embora reproduzam áreas com precisão, variam amplamente na escala de distâncias de diferentes seções do mapa. Ou seja, a relação de polegadas com milhas que predomina próxima ao centro da projeção não se aplica às regiões periféricas, tornando-se impossível comparar distâncias com precisão. Então, é evidente que o geógrafo, o cientista político ou o geopolítico que usa os mapas como uma ferramenta no processo de análise das transformações da sociedade, deve deixar claro o quadro de referência particular com o qual está trabalhando e a justificativa da escolha do tipo particular de mapa para seu trabalho.

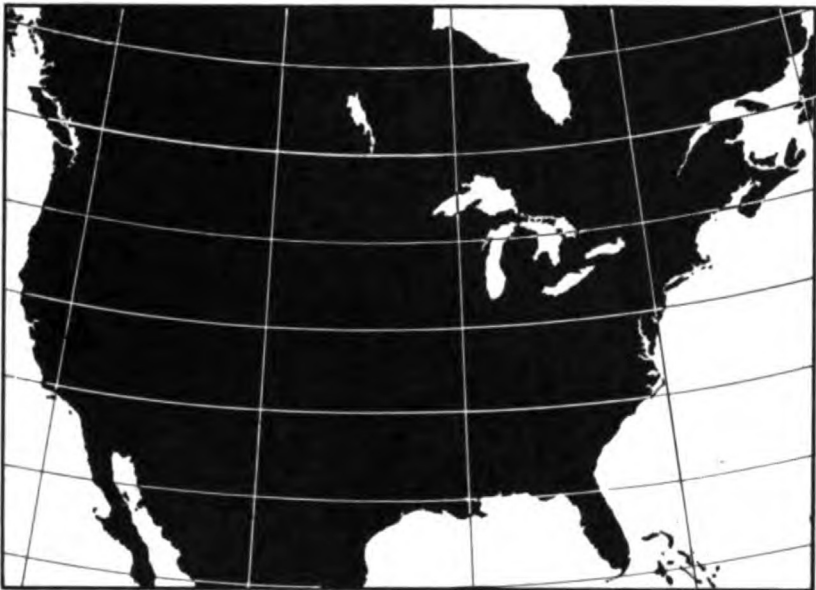
Como qualquer estudo geopolítico hoje lida com Estados em período no qual eventos em uma região do mundo afetam as relações de poder em terras distantes, esse tipo de análise deve considerar toda a superfície terrestre. Os estados modernos podem salvar sua posição de poder apenas se fizerem um estudo estratégico e político com foco na guerra e na paz em escala global. A base de qualquer análise geopolítica sólida é, portanto, um mapa mundial expressivo da localização do Estado ou Estados de interesse na Terra. As outras áreas terão seu valor político e estratégico em decorrência de sua posição com relação a esse Estado. Um levantamento das projeções de mapas mais comumente usados hoje ajudará a mostrar em que base os mapas mundiais usados neste estudo foram escolhidos.

### **Tipos de projeção de mapa**

Existem três classes gerais de grades que podem ser facilmente identificadas em relação à maneira pela qual, teoricamente, o globo é projetado na superfície de um cone, um plano ou um cilindro. Nem todas as projeções se enquadram nessa classificação e, na verdade, a maioria não foi desenvolvida com essa simplicidade. O emprego de figuras geométricas, entretanto, serve para facilitar a compreensão da construção dos vários gráficos usados em geral.

*a. Projeções cônicas*

Quando um cone é envolvido ao redor da Terra de modo que toque a superfície ao longo de um paralelo, denominado paralelo tangente, pode-se deduzir que os meridianos e os paralelos são projetados do globo para o cone, que por sua vez pode ser aberto para representar um mapa plano (Mapa 7, p. 290). Os paralelos serão representados por arcos concêntricos, e os meridianos se irradiarão de um ponto central, que é o polo. Esse mapa seria preciso em escala no paralelo tangente, mas, quanto mais ele se afastar dessa linha, mais impreciso fica. De fato, a distorção seria tão grande ao norte e ao sul do paralelo padrão que seria impossível desenhar o mundo inteiro na projeção.



Mapa 13 – Projeção cônica

As variações matemáticas na construção desse gráfico permitem o uso de dois paralelos tangentes para que nos sejam dadas

duas áreas de precisão. Também é possível variar os espaços entre os paralelos para que qualquer parte do gráfico tenha a mesma relação com a área representada, assim como todo o mapa é a representação de uma área inteira. Essa propriedade de representação de áreas iguais é característica importante de inúmeras projeções quando é necessário traçar com precisão a distribuição de produtos em diferentes países. É possível uma nova variação do grupo cônico, o que irá espaçar os paralelos concêntricos de tal forma que cada pequeno quadrilátero no gráfico terá as mesmas proporções que a seção correspondente no globo. Essa qualidade de conformalidade, que significa a exatidão da forma de áreas pequenas, também é uma característica de outras projeções, o que as torna extremamente úteis para navegadores e coordenadores. Foram desenvolvidos vários tipos de mapas especiais de áreas equivalentes e conformes, e deveriam ser examinados em qualquer apresentação geral no campo da cartografia. Neste breve resumo, podemos apenas mencionar a sua existência.

É claro, no entanto, que nenhuma das projeções cônicas é adaptada para o uso em mapas-múndi. Eles são excelentes para o mapeamento de países individualmente, mas nenhum deles consegue ajustar-se para apresentar toda a face da Terra em uma folha contínua e, portanto, podem ser de pouca utilidade em estudos geopolíticos.

#### *b. Projeções Azimutais*

A recente ênfase na geografia global e especialmente nos “mapas para o mundo aéreo” trouxe um grupo particular de projeções à atenção do público. Esse é o tipo conhecido como “azimutal” ou “zenital”, e seu desenvolvimento pode ser pensado de forma a projetar a superfície do globo sobre um plano a partir de algum ponto ocular, que é presumidamente dentro do globo ou em algum local específico fora dele. A principal razão para a sua popularidade hoje é que têm a qualidade de fazer todos os grandes



---

círculos que passam pelo centro da projeção aparecerem no gráfico como linhas retas. Todos os pontos no globo igualmente distantes do centro da projeção são representados como igualmente distantes nesses mapas.

Visto que as rotas aéreas podem muitas vezes guiar-se por grandes cursos de círculo no globo e estão em grande parte preocupadas com a menor distância entre dois pontos, fica evidente o valor dessa classe de gráficos. Suas limitações são, entretanto, grandes quando os fatores reais da política global são considerados. As distâncias das linhas aéreas não são o único fator determinante na guerra ou na paz. A localização dos Estados em relação a outros, conforme definido pelo transporte terrestre e marítimo, ainda causa grande preocupação para o bem-estar e o poder de um país. Deve-se notar também que essas projeções são limitadas ao mapeamento de menos de um hemisfério e não possuem nenhum grau de precisão. Na verdade, as três classes, gnomônica, ortográfica e estereográfica, não são capazes de mostrar uma esfera completa. Portanto, é difícil obter uma imagem clara de todas as massas de terra ao mesmo tempo. Na era da política global, isso é definitivamente um retrocesso.

Teoricamente, a rede de meridianos e paralelos nas projeções azimutais é desenvolvida projetando-se a superfície do globo sobre um plano a partir de algum ponto ocular considerado dentro do globo, em sua superfície, ou em algum ponto fora dele. A projeção denominada gnomônica (Mapa 8, p.292) presume que o ponto de vista seja o centro do globo, e todos os grandes círculos são, portanto, desenhados como linhas retas em um plano onde supostamente tocam o globo no ponto central selecionado do mapa. Aqui, qualquer linha reta traçada entre dois pontos representa um grande círculo e é, portanto, o caminho mais curto entre os pontos. O gráfico pode, portanto, ser de grande valia no estudo das rotas aéreas, mas sua utilidade para uma análise geral da geopolítica do

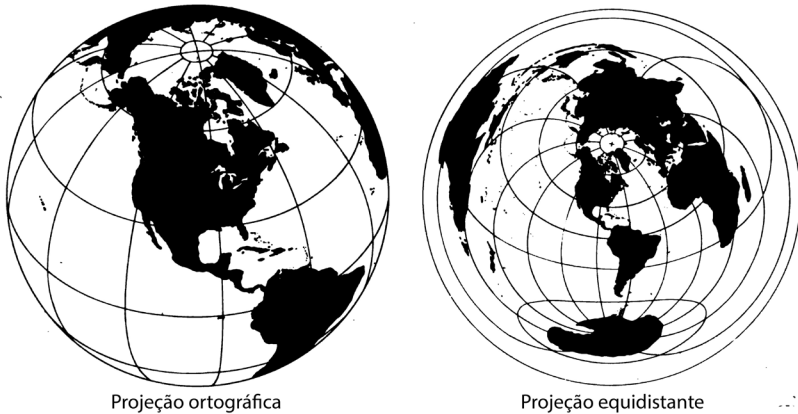
mundo é limitada devido à grande distorção próxima aos limites do mapa e porque ele só pode ser usado para traçar uma área inferior a um hemisfério em extensão.



Mapa 14 – Projeção gnomônia

A projeção mais visual de todas é a ortográfica (Mapa 9, p. 301), que é realmente uma imagem do globo tirada de um ponto situado a uma distância infinita de forma a mostrar todo o hemisfério. Os paralelos e os meridianos são elipses, exceto quando o polo estiver no centro, tornando os meridianos, nesse caso, linhas retas, ou, quando o centro for um ponto no Equador, os paralelos se transformam em linhas retas. A projeção não é equivalente e nem conforme, e a distorção nas periferias é grande. Por causa dessas enormes variações na escala, não é possível obter um resultado muito preciso a partir desse gráfico. Sua principal característica é dar às pessoas uma impressão geral da superfície da Terra em um hemisfério.

A projeção estereográfica é bem parecida com a ortográfica no aspecto geral e, como ela, é limitada a uma representação pictórica de um hemisfério. Foi desenvolvida com a ideia de que o ponto de vista está em um ponto na superfície do globo que se encontra diretamente do lado oposto, que é o centro da projeção. Os meridianos e paralelos estão, portanto, mais próximos do centro, em vez de mais distantes, como é o caso da projeção ortográfica. A projeção é conforme, mas a variação na escala entre o centro e a extremidade é particularmente grande.



Mapa 15 – Projeção ortográfica e equidistante.

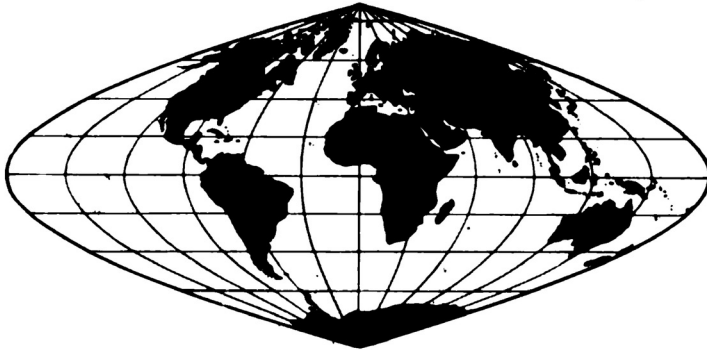
A mais útil das projeções azimutais para as comunicações de rádio e ar é a projeção equidistante azimutal (Mapa 9), porque as distâncias corretas e as direções precisas podem ser medidas a partir do centro do mapa para qualquer ponto na Terra, e também podem ser estendidas para mostrar toda a superfície do globo em um mapa. Ela pode ser traçada com qualquer ponto no mundo como o seu centro, e uma série poderia ser construída com todas as cidades principais também como centros, de modo que as distâncias em linha aérea entre todas pudessem ser exatamente medidas. A maior desvantagem é que a distorção de forma e área é muito grande à medida que se afasta da linha do hemisfério.

*c. Mapas mundiais com paralelos horizontais*

O último grupo a ser considerado é aquele em que as grades são normalmente desenhadas com linhas retas horizontais para os paralelos, e a relação leste-oeste é mostrada corretamente. Essa característica os torna adaptáveis para os mapas simples e diagramáticos, mesmo que apresentem certa distorção nas latitudes mais altas. Eles podem ser facilmente traçados em uma escala mundial e, portanto, são considerados muito úteis em problemas de análise global.

Duas desse tipo, a sinusoidal e a homalográfica de Mollweide (Mapa 10, p. 316), são projeções de áreas equivalentes, o que as torna úteis para determinados tipos de problemas de distribuição mundial. Ambas, no entanto, apresentam distorções nas áreas periféricas não apenas nas latitudes norte, mas também nas margens leste-oeste. O que as torna definitivamente inadaptáveis para análises globais são os seus meridianos curvos, não extensíveis. Isso significa que não é possível estender o mapa para leste ou oeste para que os dois hemisférios possam ser apresentados mais de uma vez. Para se obter uma imagem clara das inter-relações das grandes massas continentais na superfície da Terra, às vezes é muito desejável poder continuar o mapa em uma ou duas direções horizontais.

A única classe de projeções que permite a representação do mundo mais de uma vez no mesmo mapa é o grupo cilíndrico. Considera-se que todos esses mapas sejam derivados da projeção da superfície global em um cilindro envolvido em torno dela e, em seguida, estendido como uma superfície plana. Visto que os meridianos são igualmente espaçados no Equador e são linhas verticais, enquanto os paralelos são linhas horizontais, os continentes podem ser repetidos indefinidamente na direção leste ou oeste.



Projeção sinusoidal

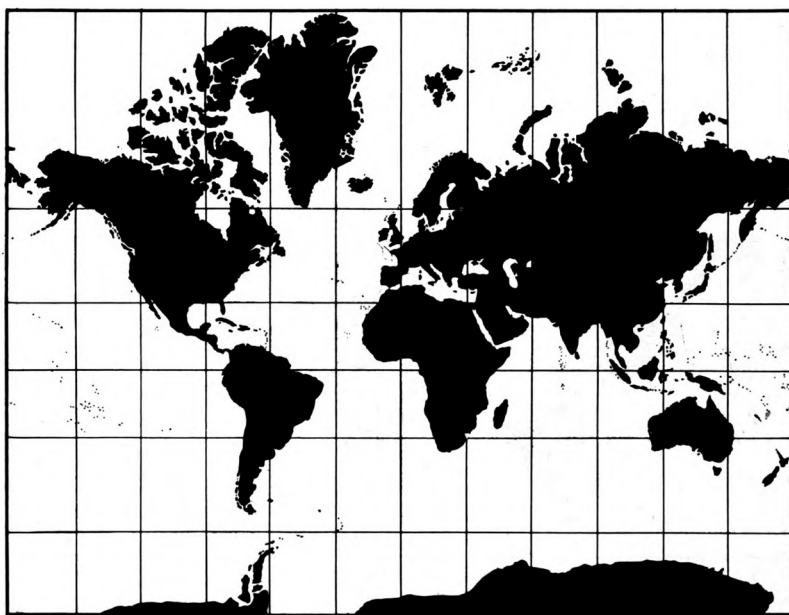


Projeção homográfica de Mollweide

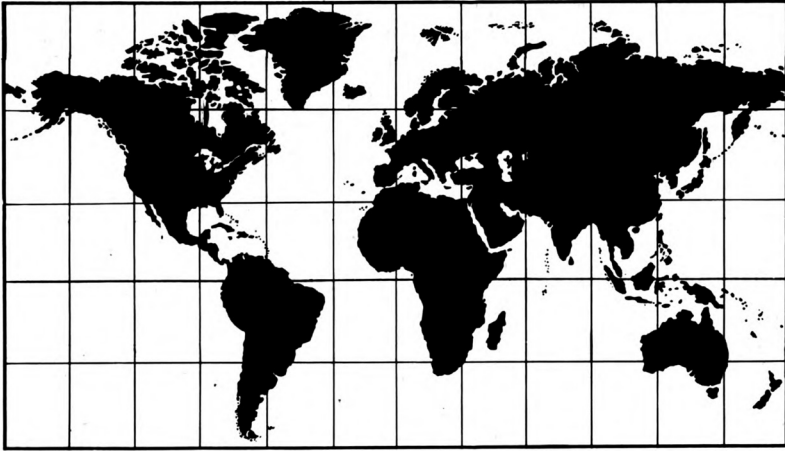
Mapa 16 – Projeção sinusoidal e projeção homográfica de Mollweide.

O exemplo mais conhecido desse tipo de projeção é a Mercator (Mapa 11, p. 500), que possui os paralelos colocados de forma que a escala, ao longo dos meridianos e paralelos, seja a mesma para qualquer área pequena, assim como no globo. Essa característica a torna uma projeção conforme e apresenta todas as direções da bússola representadas em linhas retas. Devido à variação de escala em direção aos Polos Norte e Sul, a forma das grandes áreas nas latitudes norte e sul é distorcida. Essa desvantagem foi dominada até certo ponto nas variações do gráfico de Mercator.

Na projeção estereográfica de Gall (Mapa 12, p. 218) presume-se que o cilindro toca o globo nos paralelos  $45^{\circ}$  N. e  $45^{\circ}$  S. Visto que apenas esses dois paralelos são verdadeiros em escala, as regiões equatoriais são reduzidas, e as regiões polares são ampliadas, mas a distorção polar não é tão grande como na projeção de Mercator. Uma modificação muito recente desenvolvida por O. M. Miller, da Sociedade Geográfica Americana (Mapa 12, p. 218), é idêntica à projeção de Mercator entre os paralelos  $45^{\circ}$  norte e sul, mas apresenta a distorção nas latitudes mais altas de forma bastante reduzida.



Mapa 17 – Projeção de Mercator.



Mapa 18 – Projeção estereográfica de Gall

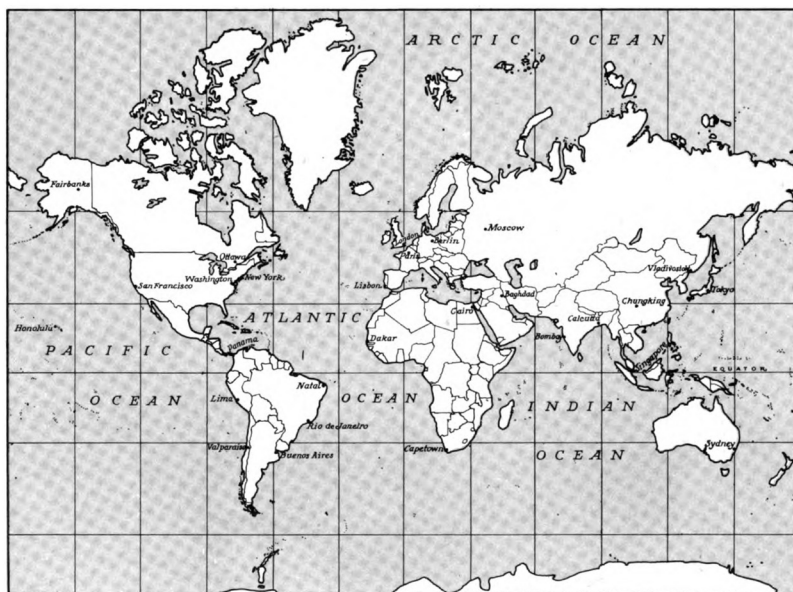


Mapa 19 – Projeção de Miller

### Escolhendo um mapa do mundo

Tradicionalmente, o gráfico que tem sido usado para indicar as relações políticas dos estados do mundo em escala global é um mapa cilíndrico, geralmente na projeção de Mercator, com o centro ao longo do eixo norte-sul a  $0^\circ$ , ou seja, a longitude de

Greenwich (Mapa 14, p. 544). Isso coloca a Europa no centro com o resto do mundo agrupado ao seu redor. Durante a era do poder marítimo, quando a Europa expandia seu controle sobre todo o mundo, tal centralização do mapa estava totalmente correta. Foi a partir da Europa que a dominação política se espalhou pelo mundo, e foi a condição de equilíbrio e desequilíbrio de forças na Europa que determinou em grande parte a posição de poder dos estados em todos os outros lugares.



Mapa 20 – Mapa tradicional de Mercator centrado na Europa.

Foi devido a um mundo tão centrado na Europa que as grandes regiões da Terra foram nomeadas, Hemisfério Ocidental, Próximo Oriente, Extremo Oriente – todas com as suas conotações lógicas referentes às direções cujo quadro de referência é um mapa do mundo com a Europa no centro. Embora outras projeções tenham sido usadas para corrigir as distorções de Mercator, ainda



---

era verdade que o meridiano central escolhido foi quase sempre nas proximidades de Greenwich.

Contanto que o centro do poder mundial estivesse na Europa e os principais Estados que lutavam pelo domínio mundial fossem europeus, enquanto o resto do mundo representava um mundo colonial ou quase colonial, esse mapa centrado na Europa era totalmente satisfatório. Com a abertura do século XX, no entanto, fontes independentes de poder surgiram para opor-se à posição europeia como a única determinante da política mundial. No Hemisfério Ocidental e no Extremo Oriente, os Estados mais potentes tornaram-se cada vez mais independentes da dominação da Europa e começaram a olhar para o mundo a partir do seu próprio ponto de vista.

Uma alteração tão radical na distribuição de poder no mundo era forte motivo para a introdução dos mapas do mundo incumbidos de contar, de forma mais precisa, a história das relações mundiais. Hoje, um mapa cilíndrico com os Estados Unidos no centro dará um retrato mais fiel à sua posição em relação à Europa e ao Extremo Oriente. Os Estados Unidos são agora um país continental, unificado por ferrovias e pelo Canal do Panamá, de modo que ambas as costas têm fácil acesso aos dois lados do continente eurasiático, através dos oceanos Atlântico e Pacífico.

A atual guerra, no entanto, introduziu um novo fator, o avião, que, na mente de alguns, mudou tão completamente as relações entre os grandes Estados e o exercício de seu poder que nenhum mapa cilíndrico pode retratar adequadamente o mundo de hoje. Diz-se que nossas frentes no Atlântico e no Pacífico não são mais as nossas principais linhas de comunicação com o Velho Mundo. Ao norte encontra-se uma terceira frente que o avião irá dominar e que, dada a importância da nossa estratégia de guerra e paz, impedirá rapidamente o crescimento de todas as outras frentes, se isso já não tiver acontecido. Visto que a frente do norte é



---

massas continentais do hemisfério norte a partir do Polo até o 20° do Equador. Essa área do globo é a mais importante econômica e politicamente e, conseqüentemente, é a mais adequada para apresentar as distorções necessárias e agrupadas no hemisfério sul, visto que ele possui o território menos importante. Essa projeção equidistante azimutal polar também indica a característica de continuidade entre as massas continentais ao redor do oceano Ártico, enquanto as projeções cilíndricas tradicionais destacam a descontinuidade oceânica e colocam o Hemisfério Ocidental em uma posição periférica que não consegue trazer à tona a sua importância e a sua ligação integral com a Eurásia. Nesse gráfico, a natureza global do mundo também é destacada e salta à vista. Para aqueles que estão promovendo a chamada “nova geografia”, os pecados da projeção de Mercator são infinitos e justificam a sua completa destruição por todos que se atrevem a fazer uma guerra global. Visto que as latitudes do norte são de grande importância no mundo de hoje, as distorções que essa projeção faz manifestar-se devem ser eliminadas.

A importância do poder aéreo certamente não pode ser negada ou mesmo questionada. É bom, no entanto, observar com bastante atenção o significado real dessa importância em relação à geografia que condiciona todos os exercícios de poder. As regiões Atlântica, Pacífica e Polar da frente marítima entre o Velho e o Novo Mundo sempre tiveram e continuarão a ter uma importância geopolítica muito diferente. Por 300 anos, o Atlântico tem sido a grande rodovia entre a Europa e as Américas, e o Pacífico tem oferecido, por quase o mesmo período de tempo, uma ampla estrada para o Extremo Oriente. Por outro lado, o oceano Ártico tem funcionado originalmente como uma barreira à comunicação entre os dois hemisférios. A busca pela travessia noroeste inspirou feitos heroicos de exploração e resistência nas regiões polares do globo, mas, até recentemente, o clima e os limites da tecnologia têm mantido essa área como um dos obstáculos mais intransponíveis

à conquista do homem de toda a superfície da terra. Assim como o continente Antártico e o Deserto do Saara, o litoral do Oceano Ártico permaneceu como a terra extensa mais inaproveitada do mundo. O avião nos deu uma nova arma na luta contra a natureza inóspita do norte, e achamos ser possível atravessar a área em voos de longa distância que ligam os continentes norte-americano e eurasiático. O futuro próximo, no entanto, dificilmente verá mudanças significativas na importância relativa das três zonas marítimas. Os cem cargueiros e os treze quebra-gelos que atravessaram as águas frias do Oceano Ártico por cem dias, na temporada de navegação de 1940, transportaram no máximo 160 mil toneladas de mercadorias. Esses navios, mais os aviões que, de vez em quando, transportam passageiros importantes e algumas toneladas de cargas preciosas em meio às regiões polares, por muito tempo não tomarão o lugar de milhares de navios e centenas de aviões que pontilham as águas e os céus do Atlântico e do Pacífico. Em 1937, um ano relativamente normal para o comércio, os portos atlânticos dos Estados Unidos importaram 10,46 milhões de toneladas e exportaram 20,45 milhões de toneladas de material, enquanto os portos do Pacífico importaram 4,07 milhões de toneladas e exportaram 11,74 milhões de toneladas. Serão muitos anos até que as linhas de comunicação aérea do Ártico sejam capazes de competir em igualdade de condições com o comércio marítimo dos oceanos Atlântico e Pacífico.

É verdade que a menor distância entre as várias cidades do hemisfério norte seguiria um grande círculo pelo Polo Norte. Também é verdade que as condições climáticas de voo na estratosfera dessa região não são muito mais severas do que na estratosfera de qualquer outra parte do mundo. No entanto, o fator clima continua sendo forte obstáculo para o desenvolvimento das rotas auxiliares terrestres e marítimas, necessárias para o estabelecimento do transporte aéreo de longas distâncias em grande escala. À medida que as rotas auxiliares forem desenvolvidas, elas manterão as rotas aéreas distantes do Polo e próximas ao mar aberto. É muito difícil

---

acreditar que o tráfego através do oceano Ártico seja maior que uma fração infinitesimal daquele que continuará a atravessar os oceanos, em tempos de guerra ou paz. Sendo assim, não há vantagem em apresentar a posição dos Estados Unidos no mundo em um mapa que destaque a parte menos importante da frente marítima e concentre a atenção na maior região desabitada do globo.

Uma forma muito útil de nos lembrar que o mundo também é redondo na direção norte é quando nos pedem para olhar os mapas polares, embora alguns autores tenham ficado tão encantados com sua nova descoberta que afirmavam que seus mapas polares planos eram de alguma forma mais redondos do que os outros. Eles podem ter sido úteis para inspirar nossos militaristas a conjecturar possibilidades estratégicas novas e ousadas. Mas permanece o fato de que a projeção polar auxilia de forma estritamente limitada na compreensão dos problemas dos Estados Unidos na guerra total. A questão importante referente à posição da América do Norte no mundo não é que os ermos gelados do norte do Canadá e da Sibéria russa sejam o litoral de um mar Mediterrâneo e que os rios Mackenzie e Lena desaguem no mesmo oceano coberto de gelo. E sim o fato de que o nosso continente se encontra entre os centros de poder europeu e asiático do Velho Mundo e está separado deles por distâncias oceânicas.

Embora não nos esqueçamos de que a Terra é redonda e de que a distância mais curta entre dois pontos em um mapa de Mercator não é uma linha reta, e sim o arco de um círculo, é mais importante lembrar que as áreas do Atlântico e do Pacífico nas latitudes médias são os centros de poder e comunicação. Qualquer análise geopolítica das relações de poder do mundo será, então, melhor apresentada em uma projeção cilíndrica no estilo de Mercator. A projeção de Miller, recentemente desenvolvida (Mapa 16, p. 547), mantendo a precisão de Mercator dentro de 45° do Equador e reduzindo a distorção nas latitudes superiores, presta-

se de forma mais conveniente a esse propósito específico. O uso dessa projeção será ainda mais justificado se for percebido que ela não interfere de forma nenhuma na representação da importância da posição das áreas do norte como o Canadá, a Groenlândia, a Islândia e o Alasca nas comunicações de guerra e paz . As rotas vitais que conectam o Velho e o Novo Mundo e que passam por essas zonas podem ser indicadas sem dificuldade.



Mapa 22 – Projeção de Miller, centrada no Hemisfério Ocidental

O gráfico básico que estamos usando nesta análise é, portanto, um mapa cilíndrico desenhado na projeção de Miller. Podemos, assim, examinar graficamente os fatos que explicam a posição geopolítica dos Estados Unidos.

## A posição do Hemisfério Ocidental<sup>289</sup>

Nicholas J. Spykman

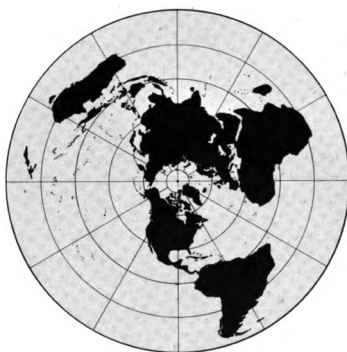
Um mapa cilíndrico centrado no Hemisfério Ocidental nos apresenta uma imagem da posição dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo, cuja melhor descrição seria “o cerco”. Essa impressão, de que o Novo Mundo está geograficamente cercado por massas continentais do Velho Mundo, pode ser sentida de forma ainda mais intensa por meio de uma série de mapas desenhados em uma projeção equidistante azimutal. Com os gráficos centrados primeiramente em St. Louis, depois no Polo Norte, e em seguida em um ponto próximo ao Panamá (Mapa 17, p. 548), as massas de terra da Eurásia e dos continentes relacionados da África e Austrália espalharam-se em forma de um leque cercando os continentes da América do Norte e do Sul através dos oceanos Ártico, Atlântico e Pacífico. O fato de cada mapa ter um centro em um ponto diferente no Hemisfério Ocidental varia a ênfase nas relações das massas de terra, porque o centro de um mapa é, inevitavelmente, a parte mais importante aos olhos de quem o vê. Seja como for, observa-se claramente o cerco geográfico.

---

289 SPYKMAN, Nicholas. The position of the Western Hemisphere. In: \_\_\_\_\_. *The Geography of Peace*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1944, p. 19-35.



Centrado em St. Louis



Centrado no Polo Norte



Centrado no Canal do Panamá

Mapa 23 – Projeções equidistantes Azimuthal (St. Louis, Polo Norte e Panamá)

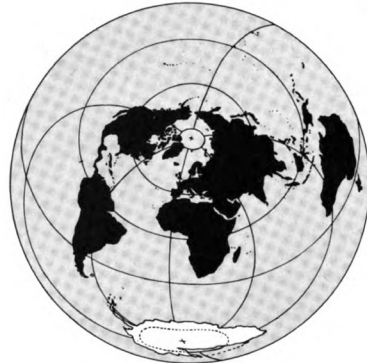
Um estudo minucioso desses diferentes mapas de projeção azimutal global mostrará, entretanto, que qualquer país pode ser considerado em cerco apenas posicionando-se o centro da projeção no centro desse país. Com Tóquio, Berlim, Londres ou Moscou sendo o ponto da referência (Mapa 18, p. 549), os mapas podem ser construídos para mostrar que os japoneses, alemães, ingleses ou russos estão cercados e ameaçados por massas terrestres. Em um globo, qualquer ponto é cercado por todos os outros pontos. Por essa razão, é óbvio que, se essa noção de cerco tiver alguma validade em um estudo de relações globais, ele deve ser composto



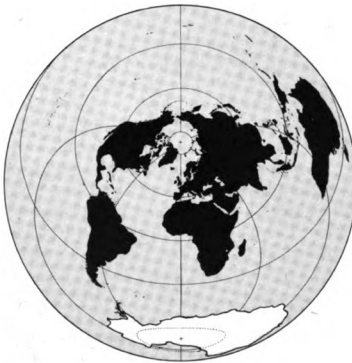
de outros aspectos além das meras massas de terra em um mapa. Outros fatores terão de ser usados para dar-lhe conteúdo suficiente a fim de esclarecer a posição estratégica e política de um Estado.



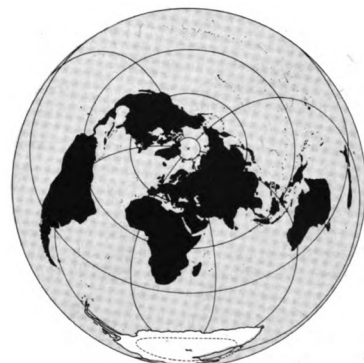
Centrado em Tóquio



Centrado em Berlim



Centrado em Londres



Centrado em Moscou

Mapa 24 – Projeções equidistantes Azimuthal (Tóquio, Berlim, Londres e Moscou).

Talvez o termo seja usado mais frequentemente no campo de batalha do que na simples vida política ou econômica. O desenvolvimento de uma campanha militar cujo objeto seja destruir o inimigo geralmente contém uma tentativa de eliminar e cercar uma parte ou o todo de um oponente. A derrota de

um exército completamente cercado por forças superiores é praticamente inevitável. A campanha polonesa em 1939 e a campanha francesa em 1940 apresentam o maior exemplo desse princípio, e a campanha aliada na Tunísia mostrou que o procedimento pode ser realizado com a mesma facilidade e compreensão por nossos próprios generais. A analogia entre a situação no campo de batalha e aquela no mundo internacional é quase igual porque, em ambos os casos, ocorre uma luta pelo poder. Presume-se, no entanto, que o general possui uma maior autonomia para conduzir o trabalho e a distribuição de suas forças porque ele exerce um controle mais direto sobre os movimentos de seus exércitos no espaço. Se o seu armamento e organização estiverem bons, ele estará apto a preparar seus homens e equipamento no campo, onde quer que eles estejam, para interceptar e cercar as forças inimigas com a máxima eficácia. As únicas restrições em relação às suas atividades serão a topografia do campo de batalha e as forças do inimigo.

O estadista, por outro lado, está conduzindo uma nação de indivíduos cujos interesses e desejos de natureza espiritual e física devem ser considerados em cada ponto. Os recursos e armamentos de seu território são limitados pela natureza e pelos acidentes da história e são, basicamente, de caráter fixo. Embora os desejos e as demandas dos povos de um país possam sofrer mudanças no decorrer de um longo período de tempo e possam, sob estresse, ser adaptados a certas condições incomuns, as características físicas da terra e seus recursos naturais são relativamente permanentes. É somente nas épocas de desenvolvimento tecnológico excepcional que essas condições materiais da existência nacional são rapidamente modificadas. O estadista, que deve determinar as políticas a serem seguidas por seu país, tem, por essa razão, de ocupar-se primeiramente de um grupo de fatores de natureza claramente definida. Se o seu país tiver como um vizinho do lado um país poderoso e for cercado pelos três lados por água, a sua política externa estará, inquestionavelmente, relacionada de forma

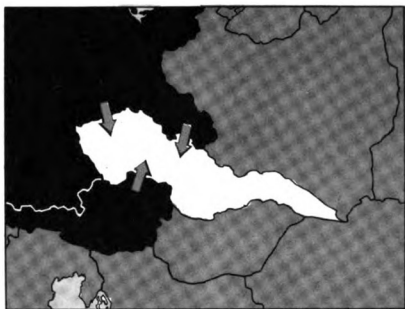
muito clara a essa situação geográfica. Ele pode tentar modificar os riscos de sua posição, buscando haurir forças de seu acesso ao mar e minimizando o poder de seu vizinho por meio de alianças políticas. O que o país não deve fazer, caso puder evitar, é permitir que seu vizinho se torne tão poderoso que seus próprios recursos políticos e naturais sejam insuficientes para preservar a sua segurança.

### **Fatores Condicionantes da Política Externa**

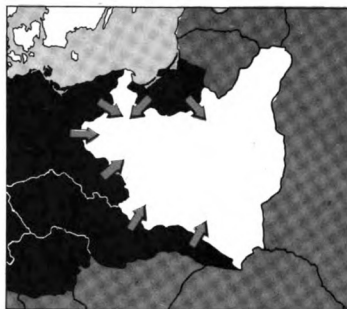
A política externa de um Estado deve ser examinada principalmente em relação à sua localização no mundo. O tamanho e a topografia, juntos com os recursos naturais, serão os fatores mais importantes, além da localização na determinação da posição do Estado nas relações internacionais. Se a investigação mostrar que um determinado país está cercado por outros cujos recursos naturais e potencial de poder em geral são maiores que os seus, e se o Estado em questão não possuir características topográficas que lhe garantam o mínimo de proteção, o cerco se tornará uma ameaça real. Na tentativa de conquistar a segurança, o estadista deve considerar essa situação e agir para que quaisquer possibilidades existentes de minimizar ou impedir a realização do cerco sejam utilizadas.

Os exemplos de três pequenos Estados da Europa Ocidental (Mapa 19, p. 549) antes e durante a Segunda Guerra Mundial são indicações claras da autenticidade dessa constatação. A Tchecoslováquia, após a anexação da Áustria pela Alemanha, estava quase completamente cercada pelo território do estado alemão, e a única proteção topográfica que tinha, as montanhas em sua fronteira noroeste, foi tomada. A Polônia nunca teve cordilheiras que a protegessem, e seu cerco pela Alemanha sempre foi ameaçado pela existência da Prússia Oriental. Com a vitória da política alemã na Tchecoslováquia, a Polônia foi subjugada, e sua defesa tornou-se impossível quando a guerra chegou. Na Iugoslávia, a mesma

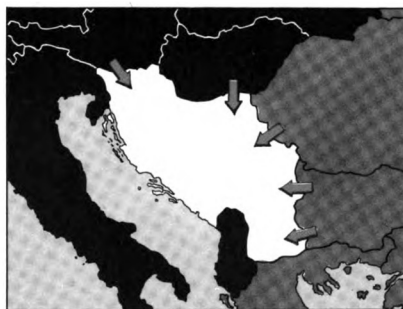
situação existia, embora, nesse caso, o cerco não fosse territorial, e sim político. O Estado alemão, ao dominar politicamente Hungria, Romênia, Bulgária e Itália, cercou a Iugoslávia com território hostil, tornando a sua rendição inevitável.



Checoslováquia em 1938



Polônia em 1939



Iugoslávia em 1941

Mapa 25 – Cerco geográfico (Checoslováquia, Polônia e Iugoslávia).

De qualquer modo, o cerco territorial de um Estado terá pouca importância para a sua posição de segurança, a menos que a condição econômica do Estado circundante seja forte o suficiente para desequilibrar o potencial de poder da unidade cercada. Por isso, é necessário examinar cuidadosamente os recursos naturais e o desenvolvimento industrial das áreas em questão e comparar a sua viabilidade e poder.

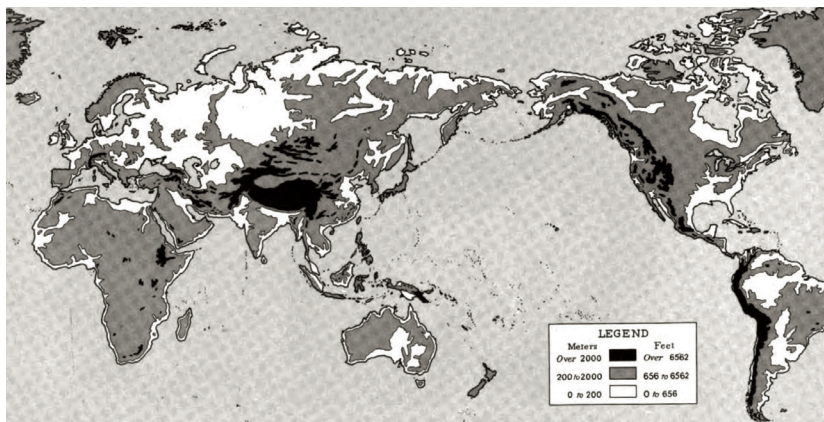
Por fim, a situação será completamente definida somente se a integração política relativa das duas regiões for levada em consideração. Isso fará uma enorme diferença caso o território circundante estiver organizado sob um governo unificado, como foi o caso do cerco da Tchecoslováquia, ou se ele consistir em uma aliança política de dois ou mais poderes, como foi o caso da Jugoslávia. A gravidade da situação será facilmente medida pela natureza e extensão das alianças concluídas entre os Estados que, territorialmente, compõem o cerco. Em outras palavras, os fatores geográficos, econômicos e políticos fazem parte da análise, e é somente quando os três são examinados que o real significado dessa posição pode ser compreendido.

### **Localização e Poder Mundial**

Observamos que a localização geográfica de um Estado no mundo é de fundamental importância na definição de seus problemas de segurança. Ela condiciona e influencia todos os outros fatores, porque a localização mundial determina a zona climática e, portanto, a estrutura econômica, e a localização regional define os potenciais inimigos e aliados e talvez até os limites do papel de um Estado como participante de um sistema de segurança coletiva. Complementada por uma descrição de natureza topográfica da região em que o Estado está localizado, uma imagem clara da localização geográfica fornecerá o contexto para uma compreensão dos problemas de segurança.

A nossa visão preliminar do Hemisfério Ocidental nos indica que é uma grande massa de terra cercada por três oceanos, o Atlântico, o Pacífico e o Ártico. Em decorrência da localização da cadeia das Montanhas Rochosas, a característica topográfica mais notável da América do Norte, a população, os recursos e o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos estão todos orientados na direção leste em direção ao oceano Atlântico (Mapa

20). A linha costeira do Pacífico tem poucos portos e uma vida econômica que é apenas, em pequena medida, complementar à economia do Extremo Oriente. Apresenta fácil comunicação por terra com a maior parte do país. Na verdade, foi apenas a construção do Canal do Panamá que realmente conferiu importância econômica mundial à costa do Pacífico. Esse corte pela América Central teve o efeito de girar todo o território dos Estados Unidos em torno de seu eixo e dar-lhe acesso direto ao oceano Pacífico. O porto de Nova Iorque era mais próximo dos portos asiáticos ao norte de Shangai do que a região industrial de Lancashire e o porto de Liverpool via Suez. A costa do Pacífico também teve um contato muito mais próximo com a região do Atlântico. Assim, todos os Estados Unidos têm acesso ao Velho Mundo através dos oceanos, embora ainda seja fato que o verdadeiro centro de poder no Hemisfério Ocidental esteja na costa atlântica da América do Norte.



Mapa 26 – Topografia mundial

As características topográficas gerais do Velho Mundo são mais complexas. Sua influência no desenvolvimento político dos estados da Europa e da Ásia foi enorme porque elas definem de modo bem específico a localização dos centros de poder. Desde o início da história, as montanhas e as planícies desse vasto

continente determinaram a direção dos movimentos das pessoas e da força e fraqueza dos Estados. Sua primeira e mais impressionante característica é a vasta planície central que se estende entre o oceano Ártico e as montanhas do Turquestão e entre o mar Báltico e o estreito de Bering. É limitada ao longo de sua costa ártica do norte por tundra e águas cobertas de gelo. Ao sul, oeste e leste, é circundada por um grande cinturão de montanhas interrompido apenas na região da planície do norte da Alemanha. Além da grande cadeia de montanhas dos Alpes, Cárpatos e Himalaia, encontram-se estreitas faixas de planície costeira, que são, por sua vez, delimitadas por uma série de mares marginais. Essa rodovia marítima começa no mar Báltico e percorre todo o continente até terminar no mar de Okhotsk. Inclui-se nela o mar Mediterrâneo, que o chamaremos de Mediterrâneo Europeu, e o mar do meio que separa a Ásia da Austrália, que pode ser denominado Mediterrâneo Asiático. Dos grupos de ilhas fora da costa que se encontram no oceano ao redor do continente, as mais importantes para os nossos objetivos são a Grã-Bretanha e o Japão, porque representam centros de poder político e militar. Esses dois grupos de ilhas, juntamente com os continentes fora da costa da África e da Austrália, completam o retrato do Velho Mundo.

O cinturão de mares marginais que circunda o continente euroasiático contribuiu amplamente para o desenvolvimento dos Estados das planícies costeiras europeias e asiáticas, fornecendo uma rota de comunicação barata e de fácil acesso entre eles. A comunicação por via terrestre no continente, entretanto, encontrou sérias dificuldades com o resultado de que nenhuma integração real de toda a massa terrestre jamais foi possível. A grande planície central do Velho Mundo sempre foi quase totalmente excluída das regiões costeiras e, até o século XIX e o desenvolvimento das ferrovias, essa vasta área de planície não poderia se tornar um Estado unificado com poder real. Ao norte, as águas geladas do oceano Ártico têm barrado todas as comunicações por mar, exceto através do porto de Murmansk, que fica sem gelo o ano todo, e o porto de Archangel, que é o único bloqueado por gelo três ou quatro meses. O cinturão de montanhas que cercam as fronteiras

restantes é interrompido em apenas alguns lugares para permitir rotas terrestres para a costa.

Em direção ao oeste e ao sul, a natureza forneceu as passagens mais fáceis de percorrer do centro do continente ao oceano. A planície da Alemanha do Norte continua a planície central em uma ampla extensão que leva ao mar do Norte e ao oceano por meio do Canal da Mancha ou ao redor do norte da Escócia. Ao sul, o mar Negro fornece uma rota marítima que atravessa os Dardanelos e o Mediterrâneo até o Canal de Suez, mar Vermelho e o oceano Índico ou até o estreito de Gibraltar e o Atlântico. As montanhas da Pérsia contêm algumas passagens estreitas e difíceis que dão acesso ao golfo Pérsico e ao oceano Índico, enquanto o Passo Khyber oferece outra rota tortuosa através das altas montanhas do Hindu Kush até a Índia e seus portos no oceano.

As seções orientais da barreira de montanha tornam-se cada vez mais difíceis de atravessar à medida que as montanhas dão lugar aos planaltos desérticos do Tibete e da Mongólia. Através das montanhas Tien Shan e Sinkiang, a antiga rota da seda vai da Rússia ao Turquestão até o mar Amarelo ou o mar da China Oriental. Também é possível viajar pela depressão entre o Tien Shan e as montanhas de Altai, sobre o planalto mongol até Pequim e o Golfo de Chih-Li ou ao norte das cordilheiras de Altai e ao redor do Lago Baikal até a Manchúria. A partir daqui, pode-se ir ao sul para Vladivostok e ao mar do Japão ou para o golfo de Chih-Li. Pode-se chegar ao mar de Okhotsk viajando-se para o norte, através do rio Amur, até Nikolaevsk. Por fim, os esforços recentes do governo soviético tornaram acessíveis o rio Lena e uma estreita faixa do oceano Ártico a leste do estreito de Bering para alguns navios durante os dois meses do verão.

É claro que os oceanos desempenham um papel muito significativo nas relações econômicas, culturais e políticas dos Estados do Velho Mundo, e que também determinam as relações entre o Velho e o Novo Mundo. Os contatos mais importantes entre os Hemisférios Oriental e Ocidental são realizados por meio



de comunicações marítimas. A influência dos Estados Unidos só pode ser exercida sobre a Europa e o Extremo Oriente por meio do tráfego marítimo, e o poder dos Estados da Eurásia só pode nos alcançar efetivamente por meio do mar. Isso é verdade, apesar da importância crescente do poder aéreo, porque o transporte de todos os itens, exceto os mais especializados, continuará sendo realizado pelos navios que trafegam nos oceanos.

O oceano Ártico, ao ter, por certo tempo, apenas alguns navios durante a curta temporada de verão, continuará a ser o menos importante das três frentes marítimas. Da mesma forma que as outras duas regiões oceânicas, o Atlântico provavelmente continuará a ser o mais importante, não apenas porque a cultura americana se originou como uma projeção transatlântica da civilização da Europa Ocidental, mas porque, por muitos anos, a sua costa oposta será econômica e politicamente mais significativa do que as costas mais distantes do Pacífico. Embora seja o menor dos dois oceanos, o Atlântico possui um litoral mais extenso nos Estados Unidos e uma bacia hidrográfica muito maior. É em direção ao Atlântico que flui a maior parte da vida econômica deste país.

Esses principais elementos na geografia das massas de terra do mundo, deve-se repetir, são fatores vitais em todos os problemas de estratégia e segurança. As conclusões políticas e econômicas que determinam qualquer decisão final em relação à política são, antes de tudo, restritas e limitadas pela distribuição das massas de terra e pela natureza de sua topografia. Esses são os fatores básicos e imutáveis que condicionam as relações interestatais e intercontinentais quando a paz e a segurança das nações estão em jogo.

### **A distribuição dos potenciais de poder**

Além dos fatos da topografia, e em grande parte condicionados por eles, há os recursos agrícolas e industriais do mundo. Aqui está a função da base econômica que um Estado desempenha na política mundial. Somente os países com recursos

humanos e materiais adequados podem exercer uma influência direta na organização pacífica da sociedade internacional.

Algumas áreas são definitivamente excluídas do exame das zonas de poder, seja real ou potencial, em razão das condições climáticas particulares que prevalecem nelas (Mapa 21, p. 552). No extremo norte, o solo é continuamente congelado, e as possibilidades de produção agrícola são pequenas. Nas áreas tropicais extremas, a lixiviação do solo limita a possibilidade de se sustentar uma grande população por meio da produção local de alimentos. Os extremos de temperatura em ambas as regiões diminuem a atratividade da área para a grande maioria das pessoas, embora em alguns lugares o efeito da temperatura seja modificado pela altitude. Restam, então, apenas duas faixas de terra bem definidas que se estendem pela terra nos hemisférios norte e sul, que contêm regiões geralmente adequadas para o crescimento de grandes populações e de Estados fortes.



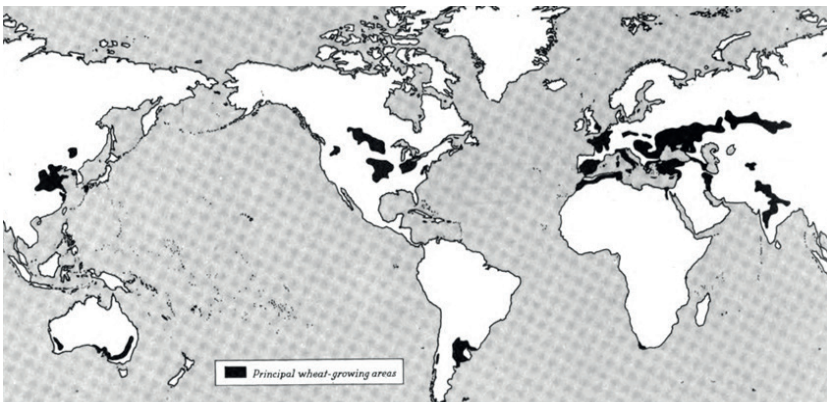
Mapa 27 – Cinturões climáticos

Essa imagem climática pode ser complementada por um gráfico mostrando as áreas que têm mais de 50 centímetros de precipitação por ano (Mapa 22, p. 556). Esse número representa, aproximadamente, a quantidade mínima de chuva necessária para

a produção efetiva de trigo e arroz, os grandes alimentos básicos das civilizações ocidental e oriental. A distribuição real dos centros de produção de trigo e arroz (Mapas 23 e 24) no mundo pode ser vista como coincidindo com bastante precisão com as áreas de chuva adequada. Um clima temperado e chuvas adequadas para a produção de trigo ou arroz fornecem a base agrícola para o poder de qualquer Estado. Uma região que carece desses elementos em qualquer grau considerável encontra-se condenada a desempenhar um papel secundário nas relações de poder do mundo.



Mapa 28 – Distribuição pluviométrica



Mapa 29 – Centros de produção de trigo



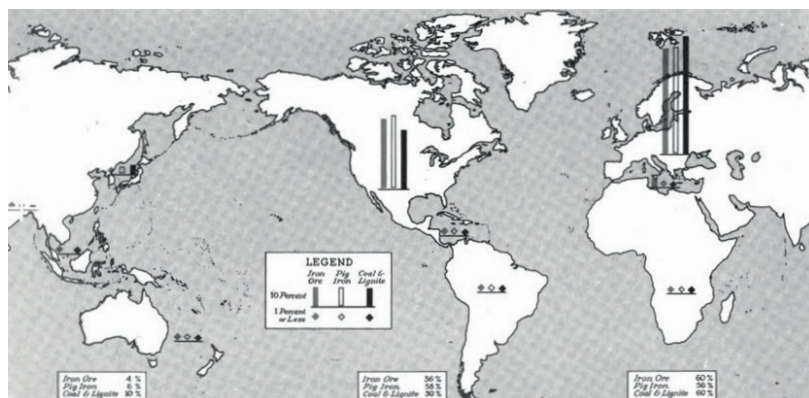
Mapa 30 – Centros de produção de arroz

Mais diretamente importantes para a força militar e política de uma nação são os recursos industriais de que dispõe e a extensão em que esses materiais podem ser usados para produzir as ferramentas essenciais da civilização ocidental moderna. Como o carvão e o ferro representam as necessidades básicas de energia e materiais de nossas máquinas, a distribuição dos recursos mundiais (Mapa 25, p. 562) desses elementos e a distribuição de seus centros de produção fazem parte do nosso quadro. As reservas desses dois minerais essenciais estão espalhadas pelo mundo de forma quase generalizada, embora seja evidente que o Hemisfério Norte foi muito favorecido em relação ao sul, e que os Estados Unidos foram dotados de uma boa porcentagem do total.



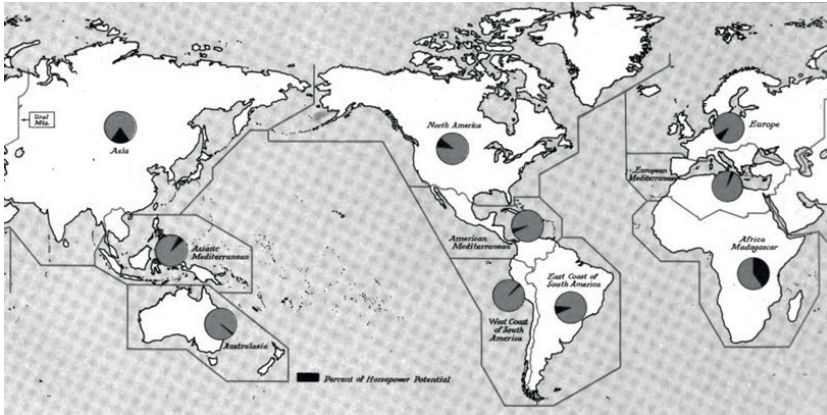
Mapa 31 – Recursos de carvão e ferro

Contudo, as reservas não são tão importantes para o poder de um Estado quanto a quantidade real de material produzido. Olhando para um mapa do mundo (Mapa 26, p. 564) no qual foram inscritos os números em porcentagem da produção mundial em 1937 para as grandes regiões geográficas que nos interessam, descobrimos que o continente Eurasiático produz cerca de 70% de carvão e lignito, 64% do minério de ferro e 62% do ferro-gusa, enquanto o hemisfério ocidental produz cerca de 30%, 36% e 38%, respectivamente. Embora o aumento da produção durante o período de guerra tenha sido fenomenal, é aconselhável notar que a posição do Novo Mundo não é tão extremamente boa que possamos ser completamente indiferentes à integração política e econômica da Europa e do Extremo Oriente.

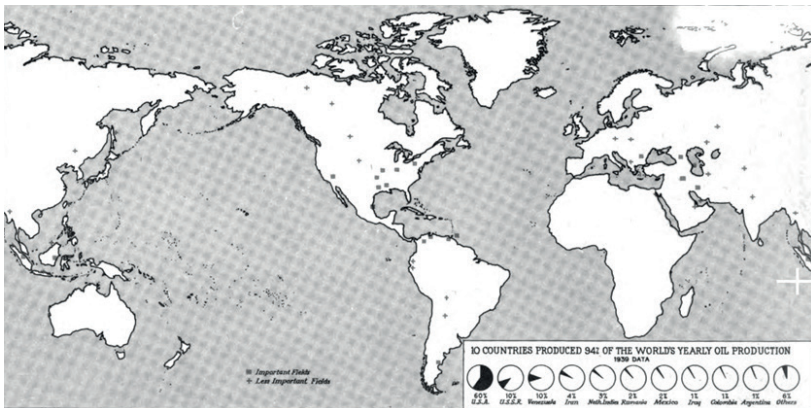
Mapa 32 – Produção de carvão e ferro em 1937<sup>290</sup>

Os dois fatores de produção de energia além do carvão são o petróleo e a energia hídrica. A quantidade relativa de energia hídrica potencial nos vários centros estratégicos do mundo está indicada no Mapa 27 (p. 568). A produção de petróleo, observada no mapa seguinte, é, no entanto, talvez mais significativa. Suas principais áreas ficam à margem de dois dos três grandes mares mediterrâneos – o asiático e o americano. Na região mediterrânea europeia, os centros de produção de petróleo situam-se na região do Mar Negro, fora da esfera de influência imediata dos países mediterrânicos. Mas todas as três áreas de grande produção de petróleo contêm relativamente poucos dos outros elementos que são pré-requisitos para a construção de uma sociedade industrial. Estamos, portanto, confrontados com a interessante situação de um mundo industrial europeu dependente de uma produção de petróleo do Mar Negro asiático; uma produção industrial emergente nipochinesa dependente de um Mediterrâneo Asiático; e uma produção industrial americana dependente de um suprimento de petróleo do Mediterrâneo Americano.

290 Dados de produção para toda a URSS incluídos nos totais europeus.



Mapa 33 – Potenciais estimados de energia hídrica, 1936.



Mapa 34 – Centros de produção de petróleo, 1939.

Esses fatores inanimados da produção agrícola e industrial são mapeados e analisados com relativa facilidade, mas não determinam inteiramente o poder de uma nação. As pessoas que habitam um país também são elemento básico de sua força. Embora seja impossível medir-se a natureza e o espírito de um povo e traçar-se os resultados em um mapa, é possível obter-se certa imagem da força relativa das nações observando a distribuição da densidade

populacional no mundo (Mapa 29, p. 569). Particularmente nas áreas há muito povoadas, o número de pessoas em uma região é em si um indicador do potencial de poder, no sentido de apresentar a capacidade daquela área de sustentar vidas. É claro que uma grande população existindo em baixo nível de subsistência constituirá desvantagem para o exercício do poder de um Estado. Assim, tanto a China quanto a Índia são impedidas de figurar entre os Estados mais poderosos, em parte porque suas vastas populações são forçadas a viver em padrão extremamente baixo. No entanto, a densidade populacional de uma região geralmente carrega estreita relação com a sua força. A Sibéria está praticamente vazia, enquanto as regiões do *Rimland* na Europa, Índia e China são populosas. A história nos diz que foi nessas últimas regiões, e não nas primeiras, que existiram as grandes civilizações e os Estados mundialmente poderosos.



Mapa 35 – Distribuição da densidade populacional.

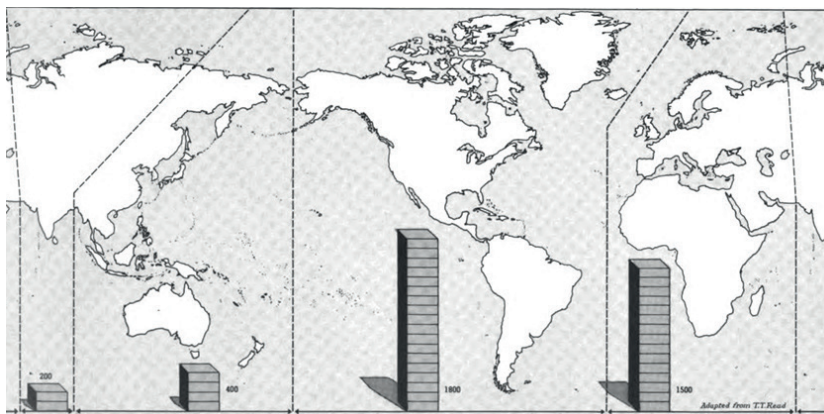
Uma comparação da distribuição da densidade populacional com o mapa pluviométrico mostra uma correlação inversa entre os dois. A maior parte da população mundial vive em regiões de chuvas moderadas, onde a média anual varia entre 50 e 152 cm. É verdade que a irrigação de regiões secas é possível e tem sido realizada com



sucesso em alguns países do mundo, particularmente nos estados do oeste dos Estados Unidos, a leste das Montanhas Rochosas, na área de Montana ao Novo México. Como a água usada para a irrigação é coletada da escassa precipitação da região ou da drenagem de áreas montanhosas, ela é limitada, e apenas uma fração da terra própria para o uso pode ser irrigada. A seção sul da Rússia, a partir do Mar Cáspio ao leste até as planícies do Turquestão russo, é seca, mas contém algumas terras agrícolas excelentes em decorrência dos vales irrigados, cujos riachos recebem as neves das montanhas do Afeganistão e da cordilheira Pamir. A Sibéria, com invernos longos e uma estação de cultivo curta, é rica em agricultura apenas ao longo de sua margem sul e, portanto, provavelmente é incapaz de sustentar uma população agrícola comparável à da Europa ou do Extremo Oriente.

Mas, nos tempos modernos, o fator que está mais intimamente ligado à força de um Estado é a sua produção industrial. Observamos a distribuição mundial de produção de carvão e ferro, que deve, inevitavelmente, formar a base de qualquer estrutura industrial. Deve-se destacar também que existe certa relação entre densidade populacional e força industrial. Em tempos pré-industriais, o número de seres humanos em determinado Estado teve influência direta em sua força, porque era seu trabalho que produzia a maior parte da energia disponível. Hoje, encontramos as regiões *Rimland* do sul e do leste da Eurásia, da Síria à Manchúria, mantendo uma relação muito direta entre a energia humana e a produção de trabalho. Na Europa e na América, no entanto, a energia das máquinas é responsável pela maior parte do trabalho realizado. É possível, ao reduzir a quantidade de trabalho realizado pela energia humana e da máquina a uma unidade comum, comparar as diferentes partes terrestres nesses termos (Mapa 30, p. 570). Com base nisso, fica claro que a densidade populacional por si só é inadequada para indicar a quantidade de energia produzida por um grupo de pessoas. O extraordinário investimento em máquinas

de energia no Hemisfério Ocidental confere-lhe grande força em comparação com o Hemisfério Oriental e particularmente com o Extremo Oriente, apesar de sua população total ser menor.



Mapa 36 – Produção diária de trabalho<sup>291</sup>

## Os Estados Unidos e o Mundo

Resumindo a posição geopolítica dos Estados Unidos, devemos notar que ela é cercada geograficamente pela massa de terra da Eurásia mais os continentes da África e da Austrália (Mapa 31, p. 571). Em termos de território, essa área é duas vezes e meia o tamanho do Novo Mundo; em termos de população, é dez vezes maior; e, em termos de produção de energia, é aproximadamente igual. Ao nosso leste está localizada a Europa Ocidental, que é um centro de poder definido tanto pela densidade populacional quanto pela energia mecânica. A oeste está outro grande centro de poder, expressando sua força principalmente em termos de densidade populacional.

<sup>291</sup> Calculada em milhões de horas de cavalo-vapor, 1929.



Mapa 37 – O cerco do Hemisfério Ocidental.

A natureza política dessas duas áreas difere muito. Na Europa, temos uma zona de dispersão política de muitos Estados independentes que, no entanto, foi ameaçada com a unificação forçada em vários momentos de sua história. A ameaça mais recente, sob os auspícios do Estado alemão nazista, envolvia planos para uma nova ordem que se estendia do Cabo Norte ao Cabo da Boa Esperança. Ao mesmo tempo, uma tentativa semelhante de conquista de dominação por um poder estava sendo feita no Extremo Oriente. Aqui, durante séculos, o poder da China e da Rússia manteve um equilíbrio no continente, porque eram as duas únicas potências com alguma importância em toda a região. A expansão do Império Japonês a partir de sua base nas ilhas fora da costa foi conduzida com o propósito de alcançar o domínio completo do Estreito de Bering à Tasmânia.

O curso da Segunda Guerra Mundial trouxe o poder alemão ao norte para seu objetivo no Cabo Norte e ao sul até Dakar, enquanto o Império Japonês estendeu o seu controle da Manchúria ao longo das importantes regiões costeiras da China e do sul à Nova Guiné e às Ilhas Salomão. O ano de 1943 viu o crescimento do poder das Nações Unidas ao ponto em que as novas ordens

européia e asiática definitivamente não eram mais uma ameaça para o resto do mundo. A Alemanha foi forçada a voltar da Rússia e da África e viu sua aliada, a Itália, ser conquistada. O Japão foi impedido de expandir sua posição na China e foi forçado a recuar de seus postos avançados nos Mares do Sul.

Porém, o fato mais significativo da situação que enfrentávamos no início de 1942, quando a Alemanha e o Japão alcançaram boa parte de seus objetivos, era a existência de uma aliança política entre eles. Fomos então confrontados com a possibilidade de um cerco completo, no qual poderíamos ter de enfrentar o poder unificado de toda a massa de terra da Eurásia. A força dos centros de poder do hemisfério oriental seria então avassaladora. Teria sido impossível para nós preservar nossa independência e segurança. Se quisermos evitar a realização desse cerco no futuro, a nossa preocupação constante em tempos de paz deve ser guiada pela certeza de que nenhuma nação ou aliança de nações possa emergir como uma potência dominante em qualquer uma das duas regiões do Velho Mundo tal que ameace a nossa segurança. É óbvio, portanto, que as relações de poder internas entre os estados do continente eurasiático determinarão, em grande medida, o curso de nossas próprias políticas. Devemos compreender as forças geopolíticas em ação no Hemisfério Oriental e descobrir qual efeito elas terão em nossa própria posição.



Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Impressão: Marina Artes Gráficas e Editora

Papel da capa: cartão duplex 250g/m<sup>2</sup>

Papel do miolo: pólen similar 80g/m<sup>2</sup>

A Geopolítica é um campo essencial do pensamento estratégico. A presente edição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) reúne textos que resgatam os fundamentos do pensamento geopolítico clássico de Mahan, Mackinder e Spykman. De modo igualmente relevante, a coleção procura sublinhar a importância da geopolítica para o estudo e a prática da política externa – não apenas para um dos seus domínios, o militar, mas, sobretudo, para o domínio central da política exterior: a diplomacia. A geopolítica serve, sobretudo, para orientar a formulação estratégica e a condução da política externa. Mapas geopolíticos, ontem e hoje, retratam e sintetizam algo essencial e permanente sobre a política mundial.

*“As great power competition reemerges on a global scale, there is no better time to revisit the lessons of classical geopolitics. In this important volume, Braz Baracuhy does more than revisit the wisdom of historical scholarship. He deftly adapts it to today’s complex realities.”*

Dr. Parag Khanna, author of *Connectography* and *The Future is Asian*

